

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional

Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386g

Martins, Luis Carlos dos Passos

A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. / Luis Carlos dos Passos Martins. – Porto Alegre, 2010.

360 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira

1. Brasil – História – Governo Getúlio Vargas. 2. Imprensa. 3. Liberalismo. 4. Desenvolvimentismo. I. Silveira, Helder V. Gordim. II. Título.

CDD 981.061

Bibliotecária Responsável

Anamaria Ferreira

CRB 10/1494

Luis Carlos dos Passos Martins

A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Luis Carlos dos Passos Martins

A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Banca Examinadora

Dr. Helder V. Gordim da Silveira

Dra. Luciana Murari

Dr. Luciano Aronne Abreu

Dr. René Gertz

Dr. Marco Antônio Villa-Lobos

Para realizar este trabalho, foi necessária a colaboração de diversas pessoas e instituições, as quais apresento meu agradecimento.

Em primeiro lugar, ao professor Helder Gordin da Silveira, cuja orientação, dedicação e estímulo foram fundamentais durante todo o processo de elaboração desta tese.

À PUCRS, pela oportunidade que me ofereceu para desenvolver esta pesquisa.

Ao Cnpeq, por ter permitido condições para o financiamento do trabalho.

À Biblioteca Nacional por ter me franqueado o acesso ao seu acervo.

Aos amigos Nádía e Michel cuja acolhida no Rio permitiu que os dias de pesquisas nesta cidade se tornassem menos árduos e mais agradáveis.

Ao meus pais, cujo apoio e carinho deram bases para essa longa caminhada.

E, finalmente, à Nana, minha esposa, cujo apoio e incentivo fizeram com que este trabalho fosse possível e cuja presença ao meu lado fez com que esta etapa da minha vida tivesse sentido.

Resumo

O tema do posicionamento da grande imprensa do Rio de Janeiro e brasileira frente ao Segundo Governo Vargas é um dos mais abordados pela historiografia especializada no estudo deste período. A esta imprensa é atribuído um papel central na geração e na condução da crise que provocou o término prematuro do mandato de Getúlio, com o seu suicídio em 1954. Entre as interpretações que procuram explicar este posicionamento dos grandes diários está a tese de que ele teve origem em diferenças incompatíveis entre o projeto econômico levado adiante pelo presidente no seu retorno ao Catete e aquele defendido pelos jornais. Enquanto o programa de Getúlio seria nacionalista, favorável ao desenvolvimento autônomo da economia brasileira, anti-imperialista e, para alguns, até “popular”, a grande imprensa seria *liberal* e, assim, advogava a mínima intervenção do Estado na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e de mercadorias no país. Por isso, era defensora ou mesmo fiel aliada do capital estrangeiro, do comércio importador e, em alguns casos, da burguesia industrial partidária de um capitalismo associado. Porém, apesar da grande difusão dessa interpretação, não existem estudos específicos sobre o tema, o que deixa uma lacuna àqueles que pretendem dela se utilizar. Além disso, o Segundo Governo Vargas é considerado, por boa parte dos especialistas em História Econômica, como o início, no país, da elaboração e implementação de um projeto de industrialização acelerada, que tinha na burguesia industrial brasileira o seu principal suporte social. Entretanto, embora ressaltem que este projeto implicava em uma forte interferência do Estado na economia e procurava direcionar a aplicação dos investimentos externos no país, estes autores contestam que ele fosse hostil ao capital estrangeiro ou anti-imperialista, na medida em que contava com a participação desse capital e com a ajuda dos EUA para se desenvolver. Para estes pesquisadores, o Segundo Governo Vargas correspondeu ao início do projeto *nacional-desenvolvimentista* que se tornava hegemônico no período e foi a base do grande desenvolvimento brasileiro dos anos seguintes. Dessa maneira, se aceitarmos a hipótese de que a grande imprensa se opôs ao Segundo Governo Vargas por causa de seu programa econômico, teríamos que aceitar também que ela era igualmente contrária ao nacional-desenvolvimento e aos interesses da burguesia industrial brasileira que o sustentava. O objetivo desta tese é discutir essas duas questões, ou seja, analisar o posicionamento da grande imprensa do Rio de Janeiro considerada *liberal* frente ao programa econômico de Getúlio e frente ao projeto nacional-desenvolvimentista que o embasava. Com efeito, achamos bastante aceitável contestar esses dois pontos: tanto que as divergências entre projetos econômicos tenham sido a base da oposição dos grandes jornais ao governo quanto que estes jornais tenham realmente defendido uma linha programática liberal ou neoliberal. Para tanto, selecionamos os quatro principais diários do Rio de Janeiro geralmente considerados ou autoidentificados como liberais ou neoliberais: **O Globo**, **O Jornal**, **Correio da Manhã** e **Jornal do Brasil**. Com base na análise desses diários, pretendemos defender: de um lado, que havia mais aproximação do que distanciamento entre as bases do programa econômico do governo e o apregoado por esta parcela da imprensa; de outro lado, que ela sustentava um projeto de desenvolvimento que não pode ser considerado propriamente liberal. Ao contrário, a maior parte dos periódicos em questão havia incorporado ou estava incorporando muitos elementos do pensamento desenvolvimentista e cepalino, ajudando na sua difusão e legitimação no debate público sobre o desenvolvimento brasileiro no período contra os próprios cânones do liberalismo e do neoliberalismo.

Palavras-chave: Vargas; imprensa; liberalismo; desenvolvimentismo;

Abstract

The positioning theme of Rio de Janeiro's and Brazilian great press is one of the most discussed by the specialized historiography in the study of this period. To this press is assigned a central role in the generation and handling of the crisis that caused the premature termination of Getúlio's mandate, with his suicide in 1954. Among the interpretations that seek to explain this position of the major journals, is the thesis that it was caused by incompatible differences between the economic project carried forward by the President on his return to Catete and the one defended by the newspapers. While Getulio's program would be nationalist, favorable to the autonomous development of the Brazilian economy, anti-imperialist and, for some, even "popular", the great press would be *liberal*, and thus advocated minimal government intervention in the economy and maximum freedom to the flow of capital and goods in the country. Because of that, it was a defender or even loyal ally of foreign capital, of the trade importer, and in some cases, the industrial bourgeoisie, partisan of an associated capitalism. However, despite the wide diffusion of this interpretation, there are no specific studies on the subject, which leaves a gap for those wishing to use it. In addition, Vargas Second Government is considered by most experts in Economic History, as the beginning, in the country, of the development and implementation of an accelerated industrialization project, which had in the Brazilian industrial bourgeoisie its main social support. However, although they emphasize that this project implied a strong interference in the economy by the Government and sought to direct the application of foreign investments in the country, these authors contest that it was hostile to foreign capital or anti-imperialist, as it counted with the participation of this capital and U.S. help to develop.

For these researchers, Vargas Second Government corresponded to the beginning of the *national-development* project that became hegemonic in the period and was the base of the great Brazilian development in coming years. Thus, if we accept the hypothesis that the great press opposed Vargas Second Government because of his economic program, we would also accept that it was also contrary to the national development and the interests of the Brazilian industrial bourgeoisie that sustained it. The objective of this thesis is to discuss these two issues, in other words, examine the positioning of Rio de Janeiro's great press, considered *liberal* before Getúlio's economic program and the national-development project that it was based. Indeed, we find quite acceptable to challenge these two points: that differences between the economic projects have been the basis for opposition to the government of the major newspapers and these newspapers have actually defended a liberal or neoliberal programmatic line. To this end, we have selected the four major journals in Rio de Janeiro, generally regarded or self identified as liberals and neoliberals: **O Globo, O Jornal, Correio da Manhã e Jornal do Brasil**. Based on the analysis of these journals, we intend to defend: on one hand, that there was more approximation than detachment between the bases of the government's economic program and touted by this portion of the press; and on the other hand, that it held a development project that cannot be properly considered liberal. Instead, most of the periodicals in question were or have been incorporating many elements of the development thinking and from the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), helping in the dissemination and legitimization of the public debate on Brazilian development in the period against their own canons of liberalism and neoliberalism.

Keywords: Vargas, press, liberalism, developmentalism;

Sumário

INTRODUÇÃO	07
1 IMPRENSA, POLÍTICA E PROGRAMA ECONÔMICO NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS	16
1.1 Imprensa carioca nos “anos dourados” do jornalismo brasileiro	16
1.2 Imprensa e política no Segundo Governo Vargas – projetos em disputa	28
1.3 A imprensa e o Segundo Governo Vargas – em busca de alternativas para a compreensão de uma relação complexa	45
1.3.1 O campo de produção ideológica: alternativa para entender a relação entre imprensa e política no debate público	49
1.3.2 – Campo político e campo jornalístico no debate público.....	51
1.4 Os jornais Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Jornal e O Globo – um campo jornalístico em construção	70
2 A LUTA PELA LEGITIMAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PLANEJADA NO BRASIL E O PROGRAMA ECONÔMICO DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS	82
2. 1 A conjuntura internacional e o Brasil na nova ordem econômica do pós-guerra	82
2.1.2 O Brasil em mudança: transformações estruturais dos anos 40 e 50	84
2.2 Ortodoxia X desenvolvimentismo na luta pela industrialização do Brasil: os termos do debate	91
2.2.1 A busca da legitimidade da industrialização – as origens do conflito	91
2.2.2 Liberalismo e neoliberalismo contra o caminho da servidão	106
2.2.3 Cepal e o desenvolvimento alternativo da periferia	116
2.2 O Segundo Governo Vargas – política econômica e economia política	131
3 PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO – CONFLITO ENTRE SANEAR OU DESENVOLVER	144
3.1 Vargas e a campanha contra a inflação	144
3.2 Imprensa: economia política e política na economia	152
3.2.1 O Novo governo e a “crise” brasileira	152
3.2.2 Os ministros da Fazenda e a política de estabilização	158
3.2.3 Vargas, Ministério da Experiência e a estabilidade econômica	164
3.2.4 Pensamento econômico nos jornais e as contradições entre sanear e desenvolver	185
3.2.5 Tomada de posição e identidade de classe	195

4 POLÍTICA CAMBIAL, CAPITAL ESTRANGEIRO E PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO	203
4.1. A Política Cambial	
4.2 O desequilíbrio externo no debate público: os jornais discutem leis cambiais, questão do capital estrangeiro e a posição do Brasil na economia mundial	215
4.2.1 Fluxo de mercadorias e fluxo de capital: entre o livre-cambismo e o protecionismo	216
4.2.2 Os jornais diante da legislação cambial varguista e do decreto sobre os capitais estrangeiros: o difícil equilíbrio entre liberdade e contingenciamento	230
4.2.3 O Brasil na divisão internacional do trabalho: a opção entre país essencialmente agrícola versus industrialização acelerada	250
5 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO: INDUSTRIALIZAÇÃO PLANEJADA OU REAPARELHAMENTO ECONÔMICO	275
5.2 Os jornais e os programas em infraestrutura: o governo Vargas e o papel do Estado no desenvolvimento da economia brasileira	292
5.2.1 A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Plano de Reaparelhamento	292
5.2.2 As indústrias de base e o setor de energia: AEP, Petrobras e Planos de Eletrificação	303
5.3 Imprensa, Estado e desenvolvimento econômico: algumas considerações finais	325
CONCLUSÃO	338
BIBLIOGRAFIA	346

Introdução

A imprensa é considerada um dos principais atores da cena política no Segundo Governo Vargas, especialmente no que se refere ao seu desfecho trágico e prematuro. Durante os últimos meses da presença derradeira de Getúlio no Catete, os grandes jornais preencheram as suas páginas com denúncias e acusações contra o presidente e, para parte significativa da historiografia, esta atitude foi fundamental na geração do “ambiente político” negativo que precipitou à sua queda.

Muitos dos grandes jornais do Brasil, como o **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, e o **Estado de S. Paulo**, já tinham um longo histórico de conflito com Vargas cuja origem pode ser situada ainda nos primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934), instalado no país logo após a Revolução de 30. Não surpreende, assim, constatar que, na eleição de 1950, vencida por Vargas, a grande maioria dessas publicações tenha dado apoio ao candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, que disputava pela segunda vez o posto de presidente da República, novamente sem sucesso. Nem devemos estranhar a postura oposicionista que adotaram quando Vargas retornou à Presidência, em 1951.

Em se tratando de oposição a Getúlio, a imprensa da cidade do Rio de Janeiro ocupa um lugar de destaque. Localizados no centro administrativo e cultural do país, os grandes jornais cariocas tinham um enorme poder de influência na sociedade brasileira e no universo político dos anos 50, sendo sempre citados quando o tema é o cerco que a imprensa nacional teria feito ao presidente.

Como podemos entender tamanha oposição?

Dentre os vários motivos apontados pelos pesquisadores, duas formas de argumentação se destacam. Embora não sejam necessariamente excludentes, elas têm recebido pesos diferentes entre os pesquisadores.

Em uma das explicações são arrolados motivos políticos. O histórico de longos conflitos entre Vargas e os principais jornais brasileiros, especialmente durante a ditadura do Estado Novo – período em que Getúlio procurou controlar a imprensa –, teria gerado grande animosidade desses jornais para com o presidente. Classificado seguidamente como “ex-ditador”, “caudilho”, “demagogo” e “populista”, Vargas representaria os principais males da política brasileira, devendo, assim, ser combatido a todo o custo. Somando-se a isso a afinidade desses impressos com a UDN, cujo candidato à Presidência recebeu o apoio da maioria dos impressos cariocas nas eleições de 1950, comporíamos o quadro que explica o comportamento dos jornais.

A segunda explicação não exclui a primeira, mas devemos salientar que elas não são complementares, ou seja, a aceitação de uma não leva necessariamente à concordância com a outra. Por ela, a principal causa da forte oposição dos jornais a Vargas estaria baseada em uma profunda incompatibilidade entre o programa econômico que o presidente teria tentando implantar em seu Segundo Governo e aquele que era defendido pelos grandes diários do Rio de Janeiro.

Conforme este argumento, Vargas teria levado adiante na sua volta ao Catete um programa nacionalista e, para alguns, “popular”. Esse projeto era baseado em uma ampla intervenção do Estado na economia e em uma forte hostilidade ao capital estrangeiro, cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil. Já a grande imprensa seria “liberal” ou “neoliberal” e, por isso, advogava o mínimo de intervenção estatal na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e mercadorias. Com isso, o país iria se tornar mais apto para atrair investimentos estrangeiros e/ou aproveitar-se melhor das trocas internacionais, exportando o que produzia melhor e mais barato (bens primários) e importando aquilo que produzia com menos qualidade e com maior preço (bens manufaturados).

Alguns autores procuraram explicar melhor estas teses associando as posições de Vargas e da imprensa a grupos econômicos e sociais que se enfrentavam no período. Assim, o governo de Getúlio seria sustentado socialmente por uma aliança entre a burguesia nacional e as massas trabalhadoras urbanas. Já a grande imprensa era representante do capital estrangeiro investido ou interessado em investir no Brasil, do comércio de importação-exportação ou, ainda, do setor agrícola voltado para o mercado externo.

Para muitos analistas, estes grupos financiavam os jornais ou mesmo os corrompiam, determinando, dessa maneira, o ponto de vista que a imprensa deveria defender. Essa interpretação é muito difundida e, com algumas variações, a mais empregada para a compreensão do comportamento da imprensa no período. Entretanto, muitas lacunas permitem por em dúvida essa explicação.

Primeiro, não existem pesquisas específicas que tenham testado a sua validade. Ela é, na verdade, muito mais decorrente de observações gerais sobre a imprensa e de relatos de personagens da época do que de análises concretas dos jornais.

Segundo, essa tese – e a maior parte dos trabalhos que a sustentam – é baseada em uma concepção bastante redutora do papel da imprensa no debate público, normalmente limitado à condição de porta-voz dos grupos dominantes. Por ela, as tomadas de posição dos

jornais devem ser sempre interpretadas como a defesa dos interesses econômicos ou políticos daqueles que financiam as publicações ou que têm poder de influência sobre elas. Situação que seria mais grave nos anos 50, quando o jornalismo brasileiro ainda não havia adotado os princípios de neutralidade e objetividade da imprensa anglo-saxônica, sendo formado por jornais “partidários”, cuja linguagem e linha de conduta se confundiam e se subordinavam à política.

Ao nosso entender, essa forma de compreensão da imprensa e de sua relação com outras instâncias sociais é bastante discutível. Algumas análises mais recentes têm demonstrado (Lavínia RIBEIRO; ABREU&LETTMAN-WELTMAN), por exemplo, que os grandes jornais brasileiros dos anos 50 já apresentavam maneiras próprias de inserção no espaço público, não podendo ser considerados apenas suporte do discurso de poder de outras instâncias sociais. O que nos leva realmente a contestar se a visão mais tradicional da imprensa realmente é suficiente para dar conta deste aspecto.

Terceiro, a década de 1950 é considerada, pela historiografia especializada em economia, como um período de grandes transformações econômico-sociais no Brasil. Conforme muitos autores (BIELSCHOWSKY, FONSECA, BASTOS, DRAIBE, etc.), no Segundo Governo Vargas foram esboçadas as bases teóricas, programáticas e institucionais de um programa desenvolvimentista, que tentou promover a industrialização planejada da economia brasileira.

Embora esse programa tivesse como base a ampliação do papel do Estado, ele não era hostil ao capital estrangeiro, desejando contar com o seu apoio para investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo. Vargas preferia evitar inversões privadas estrangeiras em setores estratégicos da economia (petróleo, hidroeletricidade) e dava preferência para o capital público de agências como o Banco Mundial e o Eximbank. Para esta corrente de interpretação, o governo de Vargas foi “nacional-desenvolvimentista” e fundaria as bases para o progresso brasileiro dos anos posteriores, não havendo grande ruptura entre o seu projeto e o levado adiante por JK na segunda metade da década de 50.

Ora, se aceitarmos essa argumentação e mantivermos a interpretação que a grande imprensa se opôs a Vargas por causa de seu programa econômico, teremos também que concordar que a imprensa fez oposição às bases do nacional-desenvolvimentismo e, assim, ao próprio processo de crescimento do Brasil no período. Mas seria aceitável essa conclusão? Mais uma vez não dispomos de pesquisas específicas sobre esse ponto, ou seja, sobre qual foi a posição dos nossos grandes jornais frente a este programa econômico que, conforme as

palavras de BIELSCHOWSKY, estava se tornando hegemônico no período.

Em consequência, as três questões acima levantadas permitem justificar o estudo sobre o posicionamento dos principais jornais cariocas a respeito do programa econômico do Segundo Governo Vargas. Tal estudo, além de nos permitir ter uma noção mais clara sobre a posição da grande imprensa do Rio frente a este governo, ainda pode nos oferecer elementos para compreender melhor a visão que estes impressos apresentavam sobre as mudanças em curso e sobre o projeto desenvolvimentista.

Com esta pesquisa procuramos avaliar como os principais jornais considerados “liberais” no Rio de Janeiro abordaram as ações do governo Vargas na condução de sua política econômica, no período de janeiro de 1951 até agosto de 1954. Entendendo por ações tanto as propostas e as medidas próprias do Executivo quanto as reações a situações específicas impostas a ele.

Para realizar este trabalho, delimitamos um universo composto por quatro jornais da Capital Federal: **O Globo**, **Correio da Manhã**, **O Jornal** e **Jornal do Brasil**. Esta escolha se ancorou em três critérios básicos:

Primeiro, selecionamos apenas jornais que pertenciam à grande imprensa da época e que eram identificados ou se identificavam como liberais¹; esta preferência se justifica porque são estes impressos os mais adequados para indicar a pertinência ou não da explicação sobre o posicionamento da imprensa que desejamos avaliar.

Segundo, escolhemos somente periódicos do Distrito Federal, porque, além de serem os mais influentes no país, ainda não foram objeto deste tipo de estudo, como ocorreu com **O Estado de S. Paulo**².

Terceiro, utilizamos um critério qualitativo de representatividade para os jornais selecionados, quer seja pelo histórico de atuação e de influência na esfera pública brasileira – como eram os casos do **Correio da Manhã** e do **Jornal do Brasil** – quer seja pelo possível impacto ou abrangência que suas tomadas de posição podiam atingir – como eram os casos do

¹ Todos os jornais citados eram de circulação diária e regular e apresentavam tiragem entre 60 e 100 mil exemplares/dia, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Imprensa – 1950 a 1957, publicados em RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 60) e eram identificados ou se identificavam como liberais. Dessa amostra, então, ficaram de fora jornais de grande circulação que não se identificavam ou podem ser considerados propriamente liberais do ponto de vista econômico, como a **Última Hora** e o **Diário de Notícias**, e jornais que eram identificados como liberais, mas que tinham baixa tiragem, como a **Tribuna da Imprensa**.

² SARETTA, F. . O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). In: IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlandia, 2004. v. 1. p. 1-20.

O Jornal, órgão-líder da cadeia dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, o mais importante conglomerado de comunicação no país, e do **O Globo**, o diário de maior tiragem entre todos os selecionados.

Como não era possível e nem desejável fazer uma leitura completa de todas as edições desses jornais durante o mandato de Vargas, a nossa pesquisa seguiu um roteiro de itens previamente selecionados e classificados. Este roteiro foi composto por uma amostragem qualitativa das principais ações, propostas e reações do governo nos temas essenciais de sua política econômica. A escolha dos itens partiu da avaliação da bibliografia especializada no assunto e das fontes primárias consultadas (discursos e propostas do governo) e a seleção dos pontos a serem avaliados teve como objetivo compor um itinerário de pesquisa ao mesmo tempo sucinto e representativo.

Porém, este itinerário serviu apenas como um guia inicial de pesquisa e foi modificado e adaptado na medida em que a própria leitura dos jornais nos indicava temas relevantes para serem trabalhados e que não eram enfatizados na bibliografia. Por outro lado, é importante salientar que, em função da natureza da atividade jornalística, não detivemos a coleta de material apenas nas datas dos acontecimentos selecionados, ou seja, abarcamos o seu entorno, a fim de dar conta das antecipações ou das repercussões que os jornais deram aos mesmos.

Em linhas gerais, esse roteiro ficou dividido em três grandes categorias: as ações de Vargas relativas à estabilização financeira, levadas adiante por seus dois ministros da Fazenda (Horácio Lafer e Oswaldo Aranha); as principais medidas e projetos concernentes às questões cambiais e de fluxos de capital (Lei do Câmbio Livre, Instrução 70 da Sumoc e o Decreto nº 30.363, sobre reinvestimento de capitais); e as medidas/ações relativas ao seu programa de desenvolvimento econômico (Plano de Reparcelamento, BNDE, Petrobras, Eletrobrás). Mais tarde, esses três esquemas gerais se tornaram a base dos capítulos de análise dos jornais.

Por fim, a nossa pesquisa procurou abarcar tanto o espaço informativo (reportagens, matérias, entrevistas) quanto o espaço opinativo (editoriais). Em virtude do nosso objetivo central – identificar o posicionamento “oficial” dos órgãos de comunicação selecionados – demos preferência para a coleta e para a análise dos editoriais. As matérias e reportagens foram empregadas de forma complementar quando não havia posicionamento “oficial” ou para confirmar uma posição presente nas páginas de opinião. Também utilizamos o material informativo para verificar o destaque e a visibilidade recebida por um determinado tema entre os diários pesquisados.

Com o objetivo de superar as dificuldades teóricas na abordagem da imprensa brasileira da década de 1950, buscamos alternativas conceituais no aporte de Pierre BOURDIEU. Este autor apresenta uma visão geral sobre a relação histórica entre o jornalismo e a política a partir da noção de Campo de Produção Ideológica (CPI). Ele desenvolveu essa categoria para dar conta do espaço de debate que emerge nas sociedades contemporâneas ocidentais. Segundo BOURDIEU, o CPI é um *espaço de conflito* no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes, onde projetos e programas de ação são legitimados ou desautorizados no debate público. Entretanto, mesmo que o CPI possa realizar a tarefa que ele classifica como *função ideológica* – ou seja, ter um papel significativo no processo de legitimação dos grupos sociais e seus projetos de poder –, esse processo passa por uma série de mediações, devendo incorporar os interesses específicos e a lógica interna aos produtores culturais.

Com base no conceito de campo jornalístico devemos entender que o universo dos jornais não é um espaço homogêneo e unificado e sim um espaço de luta, onde se dá uma série de conflitos entre agentes, ideias, programas e projetos que buscam legitimidade social. Além disso, para BOURDIEU, a atividade jornalística e a atividade política estão bastante imbricadas neste espaço, mas ocupam funções diferentes. Mesmo que o campo político possa, por vezes, ter uma predominância sobre o campo jornalístico, não é possível falar em subordinação. Na verdade, campo político e campo jornalístico também estão em disputa pela condição de porta-voz mais autorizado do corpo social, o que gera muitos conflitos entre os seus agentes.

Por fim, devemos lembrar que o campo jornalístico, diferentemente do campo acadêmico ou da arte erudita, apresenta um dos mais baixos graus de autonomia, na medida em que está sempre obrigado a lidar com uma série de pressões externas: do campo político (Estado), do campo econômico (anunciantes) e do universo de leitores. Assim, as tomadas de ação dos agentes do campo jornalístico devem ser consideradas sempre como *estratégicas*, ou seja, como uma alternativa para lidar com uma série de pressões e demandas normalmente contraditórias entre si (uma ação que agrada os anunciantes pode desagradar os leitores, etc.).

Com base nessas reflexões, submetemos o material levantado em nossa pesquisa a uma série de perguntas, organizadas em três sessões principais:

•Qual foi o posicionamento de cada jornal frente aos principais pontos da política econômica do governo Vargas? É possível constatar uma oposição sistemática a este programa? Em caso negativo, em quais pontos houve convergência e em quais houve divergência entre os jornais e o programa varguista? De outra parte, podemos falar de um posicionamento uniforme entre os diversos periódicos analisados? Em caso negativo, quais foram as principais divergências/convergências entre eles? Nos termos de BOURDIEU, que relações podemos encontrar entre campo jornalístico e campo político nesta questão?

•Podemos identificar uma linha de pensamento econômico coerente para avaliar os pontos selecionados do programa de Vargas e, em caso positivo, qual foi ela? Como esta postura se enquadrava no debate sobre o desenvolvimento brasileiro no período estudado, em outras palavras, seguiram uma linha liberal e ortodoxa e, assim, contrária ao processo de industrialização acelerada? E, como no item anterior, é possível falar em um posicionamento uniforme? Se houve diferenças entre os jornais, quais foram elas?

•A partir do próprio universo textual dos jornais, é possível identificar como os jornais escolhidos procuraram se inserir no debate em questão? É possível identificar as relações que estabeleceram entre os agentes do campo jornalístico e os agentes do campo político e econômico, cujos interesses estavam envolvidos nos programas do governo? Essas relações podem ser compreendidas com base na ideia de subordinação da imprensa aos demais poderes sociais, expressada na condição de simples porta-voz de grupos externos, ou podemos encontrar outras formas de inserção da imprensa no debate público? Por fim, partindo da condição do campo jornalístico como de baixo grau de autonomia, quais foram as *estratégias* adotadas pelos jornais pra dar conta dessas diferentes demandas externas?

Do ponto de vista metodológico, devido aos nossos objetivos de pesquisa e a natureza das nossas fontes, empregamos a metodologia conhecida por Análise de Conteúdo (AC) ou Análise Textual Qualitativa.

A AC consiste em um conjunto de procedimentos, amplos e variados, que orientam a organização e a interpretação de séries textuais, permitindo o encontro de sentidos latentes à sua superfície discursiva com base em um conjunto de perguntas previamente estabelecidas pelo pesquisador. A Análise de Conteúdo não estabelece limites quanto ao referencial teórico a ser usado na construção do objeto e na interpretação final das unidades textuais selecionadas, sendo perfeitamente ajustadas as nossos questionamentos de pesquisa.

Nossa escolha pela Análise de Conteúdo se deveu a três fatores:

Primeiro, ela é particularmente adequada para pesquisas com séries documentais

longas – como foi o nosso caso –, pois autoriza recortes nos textos com base nos objetivos específicos do historiador. Isso foi de fundamental importância para nosso trabalho, porque, embora a Análise de Conteúdo pressuponha a leitura de todo o documento textual considerado, permite que se faça uma coleta mais seletiva do material empírico.

Segundo, a Análise de Conteúdo permite que estes recortes sejam feitos com base em critérios temáticos, em conformidade com nossos propósitos.

Terceiro, a Análise de Conteúdo é muito apropriada para uma pesquisa que compara o posicionamento de diferentes jornais sobre temas comuns. Isso porque a necessidade de organizar os elementos recolhidos em categorias facilita a comparação, tanto da forma como um tema foi tratado em diversos momentos por um mesmo jornal quanto da maneira como foi abordado em um mesmo momento por vários jornais.

A Análise de Conteúdo exige uma sequência de etapas que devem ser seguidas para se obter resultados satisfatórios: escolha e delimitação do *corpus* de pesquisa; desconstrução destes textos em unidades menores (unitarização); busca de relações entre essas unidades (semelhanças, diferenças, sobreposição, exclusão, etc.), chamada de categorização; por fim, um trabalho de interpretação sobre os elementos textuais assim organizados.

Sendo assim, gostaríamos de esclarecer um pouco melhor o processo de categorização empregado em nossa pesquisa. De forma semelhante a que procedemos na elaboração do roteiro, a construção das nossas categoriais iniciais partiu da análise da literatura especializada e da documentação primária consultada em nossa pesquisa bibliográfica. Desse processo surgiram algumas categoriais centrais, como por exemplo, a questão da energia (Petrobras, Eletrobrás) e das agências planejadoras e/ou arrecadoras de recursos públicos (CDI, CMBEU, BNDE). Posteriormente, porém, conforme a leitura do material empírico foi evoluindo, reelaboramos esse trabalho com a adaptação de algumas categoriais originais e com a introdução de novas. Introduzimos conceitos mais refinados, incorporados às categoriais centrais, como, por exemplo, a percepção apresentada pelos jornais nos seguintes temas: “planejamento econômico”, “conflito indústria *versus* agricultura” e “noção de Estado”.

Dispomos a apresentação do resultado do nosso trabalho em cinco capítulos, que foram assim organizados:

No Capítulo I, fizemos um apanhado geral da imprensa carioca nos anos 50, analisando o universo dos jornais e as suas relações gerais com outros espaços. Apresentamos também uma análise das principais interpretações sobre os grandes diários do Rio de Janeiro e a sua relação com o Segundo Governo Vargas. Depois, expomos algumas alternativas teóricas

que nos permitiram uma compreensão diferente dessa imprensa através do aporte de BOURDIEU. Por fim, dedicamo-nos a analisar com mais detalhes os quatro jornais aqui selecionados para a pesquisa, dando um panorama das principais características de cada um no campo jornalístico do período e da forma como a historiografia interpreta as suas posições frente ao governo de Getúlio.

No Capítulo 2, estabelecemos uma visão geral dos itens principais do debate estabelecido no Brasil a respeito da melhor alternativa para o desenvolvimento do país, especialmente em torno da proposta de industrialização acelerada, procurando distinguir as correntes doutrinárias que se enfrentavam no período. Depois, fizemos uma análise sobre a historiografia do Segundo Governo Vargas a fim de compreender como podemos enquadrá-lo nesse debate.

Nos Capítulos 3, 4 e 5, analisamos as principais ações e programas econômicos do governo e da forma como os jornais pesquisados se posicionaram frente a elas, seguindo a ordem abaixo. No Capítulo 3, dedicamo-nos a estudar as medidas essenciais do governo relativas à estabilização financeira nas gestões dos ministros da Fazenda Horácio Lafer e Oswaldo Aranha, bem como o tema do aumento de 100% do Salário Mínimo, proposto pelo ministro do Trabalho, João Goulart, tendo em vista os seus efeitos sobre o debate a respeito do controle da inflação. Buscamos ainda avaliar a forma como os jornais abordaram esses programas e, especialmente, se eles defendiam uma visão ortodoxa sobre a inflação.

O Capítulo 4 foi dedicado a analisar as medidas de Vargas sobre os problemas cambiais e o fluxo de capital; procurando ver a forma como os jornais se posicionavam frente a este tema e abordavam a questão da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e a necessidade ou não da industrialização.

No Capítulo 5, analisamos as principais ações planejadoras de Vargas (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e Assessoria Econômica para a Presidência da República) e os seus programas de reaparelhamento e desenvolvimento econômico, especialmente no setor de energia. O nosso objetivo foi verificar a posição dos jornais sobre cada um desses programas e, em particular, qual concepção – ou concepções – de Estado é possível identificar a partir das suas tomadas de posição.

1 – Imprensa, política e programa econômico no Segundo Governo Vargas

1.1 – Imprensa carioca nos “anos dourados” do jornalismo brasileiro

Os anos 50 são considerados um período de grande dinamismo para os meios de comunicações brasileiros e, especialmente, da cidade do Rio de Janeiro, principal centro urbano e caixa de ressonância dos grandes acontecimentos culturais e políticos do país.

Nessa década, o rádio atinge o seu momento áureo. As radionovelas e os programas de auditório garantem a este veículo uma forte penetração social e uma abrangência territorial inigualáveis no país, tendo em vista que o Brasil ainda não dispunha de um sistema de comunicação que pudesse ser considerado nacional. A televisão igualmente começa a dar os seus primeiros passos, guiada pelo megaempresário de comunicação Assis Chateaubriand, que, não satisfeito em possuir a maior rede de jornais e revistas do país, funda também a TV Tupi, em 1950.

Apesar da importância e do poder de difusão de informações e de ideias desses veículos, quando o tema é o jornalismo, porém, o eixo de análise se desloca do rádio – mais voltado para o entretenimento – e da TV – ainda em germe – para a imprensa escrita, em especial, os grandes jornais diários.

Durante o Segundo Governo Vargas, uma ampla variedade de impressos circulava diariamente pela cidade do Rio de Janeiro. A cada manhã, várias “folhas” com significativa tiragem, como o **Correio da Manhã**, **O Jornal**, o **Diário Carioca**, o **Jornal do Brasil** e o **Diário de Notícias**, eram colocados à disposição da população carioca, enquanto à tarde, alguns vespertinos, dentre eles o recém-criado **Última Hora** e o já estabelecido **O Globo**, disputavam esquina à esquina a preferência do leitor. Com menos regularidade e menor penetração, os pontos de venda ainda recebiam publicações de baixa circulação, voltadas para públicos específicos, que procuravam oferecer informações sobre um tema particular (**Jornal dos Sports**), difundir uma causa (**O Radical**) ou representar um grupo social, étnico ou profissional (**Diário Trabalhista**, **A Voz de Portugal**, **Jornal Israelita**). Toda essa profusão de impressos caracterizava o pungente jornalismo carioca dos anos 50 pela sua considerável variedade de títulos, apresentando, por exemplo, em 1953, 29 publicações diferentes, mais de 10% do total de jornais editados no Brasil no mesmo período, que era de 254.¹

¹ Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro, IBGE (de 1950 a 1960), *apud* RIBEIRO, 2007, p. 58.

Os historiadores da imprensa brasileira, entretanto, têm alegado que, apesar desse número de impressos, o jornalismo carioca – e brasileiro – tinha como uma das suas fragilidades a baixa tiragem, pois, raramente uma publicação atingia a marcar de 100 mil exemplares/dia e isso, quando ocorria, era apenas na edição especial de domingo.² Em média, os grandes jornais ficavam na casa dos 50 mil, sendo raros os que ultrapassavam esse limite, o que era muito pouco, se comparado aos principais centros culturais e econômicos mundiais, como Paris e Nova Iorque, onde os diários podiam chegar perto de 500 mil exemplares em um único dia.³

A pouca tiragem dos jornais brasileiros em relação aos países do centro do capitalismo é explicada pelos especialistas por três fatores básicos: o baixo índice de alfabetização e de escolaridade da população brasileira, que atingia níveis bem inferiores aos das nações desenvolvidas;⁴ o precário desenvolvimento econômico com conseqüente renda média limitada, o que era agravado pela excessiva concentração dos ganhos; e a carência em infraestrutura, como meios de transportes e comunicação rápidos, baratos e eficientes. Esses três elementos em conjunto afetavam diretamente a imprensa brasileira porque restringiam o seu mercado potencial de leitores – tanto socialmente quanto geograficamente – e enfraqueciam a sua capacidade de financiamento através da publicidade comercial. Como lembram muitos autores, o surgimento das grandes empresas jornalísticas nos países capitalistas modernos esteve diretamente ligado ao desenvolvimento econômico e, em especial, à industrialização, que ampliou o público leitor e disponibilizou uma plêiade de companhias produtoras e vendedoras de bens de consumo interessadas em divulgar esses artigos entre os seus possíveis compradores.⁵

Ultimamente, porém, alguns pesquisadores, como Ana Paula RIBEIRO, têm relativizado esta crítica, lembrando que, nesses grandes centros, a imprensa já passava por um processo de concentração em grandes empresas. Assim, se a tiragem era maior, o número de

² Ver, por exemplo, SÉGUIN DES HONS, André de. *Le Brésil : presse et histoire – 1930-1985*. Paris: L'Harmattan, 1985, RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público : A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004 e GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

³ RIBEIRO, 2007, p. 58.

⁴ Nos anos 50, o percentual de alfabetizados era de 59%, no Estado de São Paulo, e 65%, no Estado do Rio de Janeiro, enquanto que a população com mais de 11 anos de escolaridade, estava em apenas 3,8% e 7,3%, respectivamente, conforme SÉGUIN DES HONS, *op.cit.*, p. 193.

⁵ Ver: SCHUDSON, Michael. *Discovering the news : a social history of american newspapers*. [New York]: Basic Books, 1978 e CHALABY, Jean. *O Jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)*. *Media & Jornalismo*, n. 3, p. 29-50, 2003.

jornais estava ficando cada vez menor, diminuindo a sua variedade, enquanto que, no Rio de Janeiro, esse fenômeno ainda não tinha se consolidado, permitindo uma oferta mais diversificada à disposição do leitor.

Por outro lado, não deve ser esquecido que a cidade do Rio de Janeiro configurava um caso especial. Capital da República e dispoendo de um dos melhores níveis de renda nacional e do maior índice de alfabetização, o Distrito Federal demonstrava, segundo os dados levantados por André de HONS, uma oferta *per capita* de exemplares de jornal bastante singular: enquanto que no Brasil, em 1954, eram 37 exemplares diários por cada mil habitantes e, em São Paulo, centro econômico da nação, tinha uma cifra de 100, na capital do país se atingia o número de 194, ou seja, quase o dobro da metrópole paulista e cerca de um exemplar de jornal para cada cinco moradores da cidade.

Essa forte presença da imprensa na sociedade carioca, relativamente ao resto do Brasil, contribuía para tornar os grandes jornais do Rio de Janeiro, aliados a impressos ditos “alternativos” – como a **Revista do Clube Militar**, e o **Jornal de Debates**, este último voltado para a abordagem de temas contemporâneos e que foi um dos espaços privilegiados do enfrentamento de ideias em torno da questão do petróleo –, no principal fórum de discussão dos temas mais essenciais do país. Até porque, embora a abrangência desses jornais fosse limitada, pois o mercado jornalístico da época estava muito regionalizado, por se localizarem na Capital da República, cidade de grande tradição cultural e política nos anos 50, estas publicações vão pretender assumir o papel de uma verdadeira “imprensa nacional”, dando prioridade, nas suas páginas, a assuntos internacionais e à política brasileira, em especial às ações da Presidência da República e das diferentes instituições representativas nacionais. Além disso, mesmo que os grandes jornais carecessem de maior penetração direta nas camadas de menor renda, eles tinham enorme repercussão sobre a própria elite política, econômica e cultural, cujas tomadas de posição, muitas vezes, levavam primordialmente em conta o seu possível impacto na imprensa do Rio, mesmo que este impacto não fosse equivalente à sua ressonância em toda a sociedade carioca e brasileira.⁶

Outro ponto importante a considerar é que, embora apresentasse limites estruturais sérios, o mercado do jornalismo impresso estava em plena ascensão no Rio de Janeiro. Muitas

⁶ Ou seja, entre as elites políticas e econômicas e a imprensa do Rio de Janeiro seguidamente ocorria o que Patrick CHAMPAGNE definiu como “efeito de fechamento”, pelo qual os agentes sociais que buscam visibilidade agir prioritariamente em virtude daquilo que os meios de comunicação tendem a estabelecer como sendo prioritário. CHAMPAGNE, Patrick. *Faire L’Opinion*. Paris : Les Éditions De Minuit, 1990, p. 195-196.

publicações novas foram criadas na cidade, entre os anos de 1940 e 1950, como a **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, e a inovadora **Última Hora**, de Samuel Wainer. E, de modo geral, os grandes jornais já estabelecidos estavam aumentando significativamente as suas tiragens e, por conta disso, o seu rendimento. Segundo os dados disponíveis, na década de 1940, a média diária de exemplares de jornal na Capital da República era de aproximadamente 600 mil; já no ano de 1952, vai ultrapassar a casa de 1 milhão, para atingir 1,2 milhão, em 1956, ou seja, dobrando em cerca de uma década.⁷

A explicação para essa mudança está baseada em diferentes fatores. Um deles é o próprio retorno da democracia e, por consequência, o reestabelecimento da liberdade de imprensa. Embora a política desenvolvida pelo Estado Novo em relação às empresas jornalísticas não tenha sido apenas cerceadora e repressora, alguns analistas salientam que o ambiente de democracia política permitiu muito mais oportunidades para inovação e renovação jornalística, com a oferta de novos jornais e de novos produtos (cadernos de cultura, cadernos de esportes, diários voltados para as camadas mais populares, etc.).⁸

Outro fator estava no desenvolvimento econômico do país. Como veremos no capítulo seguinte, embora ainda com grande defasagem ante ao centro do capitalismo mundial, nos anos do pós-guerra, a economia e a sociedade brasileira vão passar por profundas transformações, com uma das melhores médias do crescimento do PIB e da indústria de bens de consumo entre as nações subdesenvolvidas. Isso aumentou o emprego urbano, incrementou a renda nacional e ampliou os ganhos em salários, especialmente das camadas médias urbanas. Entre os anos 40 e 60, a população urbana quase dobrou e o índice de escolaridade, apesar de ainda baixo, praticamente triplicou.⁹ Todos esses elementos somados nos permitem compreender a enorme ampliação do mercado potencial para o jornalismo impresso, ao menos até o momento em que este irá começar a perder terreno para o televisivo, mas isso só virá a ocorrer nas décadas de 60-70.

Os jornais cariocas aproveitaram bem essa nova dinâmica. Segundo Ana RIBEIRO, as verbas de publicidade, até então relativamente modestas na composição das rendas de um jornal, passaram a ocupar parte significativa das fontes de financiamento dos meios de comunicação. De 1947 a 1953, conforme a autora, o volume investido em publicidade nos jornais e nas revistas aumentou cerca de 400% (2007, p. 179). Nos anos 50, apesar da

⁷ SÉGUIN DES HONS, *op.cit.*, p. 189.

⁸ SÉGUIN DES HONS, *idem*; RIBEIRO, 2007.

⁹ No Estado do Rio de Janeiro, o percentual de pessoas com mais de 11 anos de escolaridade, passou de 3,8%, em 1940, para 10,7%, em 1960, e a população total, cresceu de 3.611 mil habitantes para 6.611 mil, respectivamente.

importância da radiodifusão e do surgimento da televisão, era para os jornais de grande circulação que esse crescimento mais se direcionava. Em 1954, a grande imprensa ¹⁰ carioca abocanhou 35% da verba publicitária aplicada nos meios de comunicação do Rio de Janeiro, enquanto às revistas restou 13,3% e ao rádio e à televisão, 25%.

Por essas razões, não é de estranhar que a renda em publicidade passava a compor uma parte cada vez mais expressiva das receitas dos jornais, muito embora, a carência de dados confiáveis não nos permita fazer afirmações mais precisas. Apenas para ilustrar, RIBEIRO comenta o balanço publicado pelo **Correio da Manhã**, em 1959, onde consta que este impresso teria faturado Cr\$ 7,4 milhões em assinaturas, Cr\$ 24,8 milhões em venda avulsa e Cr\$ 236 milhões de cruzeiros em publicidade, obtendo um lucro declarado de Cr\$ 16 milhões.¹¹

Conforme RIBEIRO e SEGUIN DES HONS, a migração das receitas dos jornais para a publicidade, porém, acabou por provocar mudanças estruturais na imprensa carioca. No período do pós-guerra, as verbas publicitárias começaram a se concentrar, cada vez mais, nas agências de publicidade, quase todas estrangeiras, que eram 56, em 1940, e chegaram ao total de 300, no final dos anos 50. As agências de publicidade passaram a aplicar, no país, métodos mais modernos de gerenciamento dos recursos dos seus clientes, não apenas preparando o material publicitário, mas estabelecendo critérios mais objetivos na distribuição das verbas, os quais levavam em conta o público atingido por uma publicação, tanto em termos de qualidade (ou seja, as camadas sociais em que ele penetrava com mais força), quanto em termos de quantidade (a sua capacidade de divulgação). O uso desses critérios gerou um processo de concentração das empresas jornalísticas porque os grandes jornais e os conglomerados de comunicação passaram a receber o grosso dos recursos, enquanto os impressos de menor porte foram sendo paulatinamente excluídos.

Jornais como **O Globo** (Cr\$ 35,9 milhões), **Correio da Manhã** (Cr\$ 27,5 milhões), **Diário de Notícias** (Cr\$ 20,5 milhões), **Jornal do Brasil** (Cr\$ 20 milhões) e **O Jornal** (Cr\$ 19,8 milhões) aumentaram as suas receitas e especialmente abocanharam as principais fatias desse bolo, ocupando o topo da tabela em faturamento publicitário em 1950, com destaque

¹⁰ Entende-se aqui por jornais da grande imprensa os periódicos voltados para o mercado, de circulação diária regular e que atingiam as maiores tiragens no período. Como vimos, na década de 1950, esta tiragem oscilava entre 50 e 100 mil exemplares/dia, conforme informações do *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Rio de Janeiro, PN, 1950-1957. Estes critérios restritivos excluem periódicos como o **Jornal de Debates** e outras publicações ligadas a entidades sindicais ou partidárias, com baixa circulação, periodicidade irregular e não organizadas como empresas. Também exclui a **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, cuja tiragem era baixa, com média de 5 mil exemplares/dia.

¹¹ RIBEIRO, 2007, 185-186.

especial para o vespertino de Roberto Marinho. O resultado foi que, entre os anos de 1953 e 1960, o total de jornais diários no Rio de Janeiro passou de 29 para 18, diminuindo cada vez mais nos anos seguintes.¹²

Outro aspecto interessante diz respeito ao tipo de produto anunciado, ou seja, quem bancava esta verba publicitária. Segundo análise de Ana RIBEIRO, comentando os dados do ano de 1953, o grosso da publicidade na imprensa carioca era feita por empresas estrangeiras, que contratavam agências também estrangeiras para produzir e distribuir os seus “reclames”. Além disso,

na primeira metade da década de 50, os maiores anúncios eram de artigos de consumo diário, como produtos de higiene, medicamento, cigarros e bebidas. Panorama que mudou completamente na segunda metade da década, com o crescimento da indústria automobilística.¹³

Ainda sobre os dados de 1953, a autora apresenta um quadro dos principais anunciantes nos jornais, ocupando os primeiros lugares a Cia Antártica Paulista (Cr\$ 70 milhões), a Esso Standard do Brasil (Cr\$ 28 milhões), a Cia Industrial Gessy (Cr\$ 28 milhões), The Sidney Ross Company (Cr\$ 25 milhões), S.A. Ind. Irmãos Lever (Cr\$ 20 milhões), Shell Brasil Limited (Cr\$ 18 milhões), The Coca-cola Export (Cr\$ 15 milhões), Cia Cervejaria Brahma (Cr\$ 14 milhões), etc.¹⁴

Essas alterações estruturais envolveram importantes mudanças materiais e editoriais na grande imprensa. O período dos anos 50 foi de extrema renovação do maquinário gráfico e até das sedes físicas dos jornais cariocas. Seguindo o embalo do crescimento industrial do país no pós-guerra e a reabertura do mercado internacional para a importação dos equipamentos de impressão, alguns dos maiores jornais do Rio procuraram renovar as suas oficinas, importando novas rotativas e incorporando novas tecnologias, como foi o caso de **O Globo**, do **Correio da Manhã**, de **O Jornal** e do **Diário Carioca**, entre outros.

Para que isso fosse possível teve fundamental importância o crescimento do mercado de leitores e da publicidade, que permitiu suporte econômico para as publicações se aventurarem nesses investimentos. Entretanto, contribuiu ainda significativamente a posição dos governos de Dutra e de Vargas, que facilitaram essa ampla dinamização, com uma política de favorecimento à imprensa brasileira. Uma dessas políticas dizia respeito à importação não apenas de máquinas e equipamentos, como também de papel. Nesse período, o papel empregado pelos grandes jornais nacionais era praticamente todo importado e, dessa maneira,

¹² *Anuário de Publicidade*, 1950, apud RIBEIRO, *idem*, p. 186.

¹³ RIBEIRO, 2007, pp 181-182.

¹⁴ *Anuário de Publicidade*, 1950, apud RIBEIRO, *idem*, p. 182.

o crescimento dos impressos dependia muito da liberalização das compras no exterior. Por isso, os jornais acabaram saindo beneficiados da política brasileira de valorização cambial e de seletividade das importações, estabelecida depois de 1947.

Com dificuldades em seu balanço de pagamentos, por apresentar déficits seguidos em conta corrente, o governo brasileiro manteve, no final do mandato de Dutra e nos primeiros anos do de Vargas, uma política de controle das importações, selecionando previamente os setores que receberiam os dólares escassos que o país dispunha.¹⁵ Além disso, manteve a moeda nacional artificialmente congelada em Cr\$ 18,00 por dólar, o que acabou provocando uma valorização do cruzeiro no comércio internacional, devido à inflação que corroía o valor interno da nossa moeda. Assim, aqueles que conseguiam licença para importar ao câmbio oficial pagavam um preço excepcionalmente barato pra os seus produtos, o que lhes favorecia no mercado nacional. Os jornais foram amplamente beneficiados com essa política, pois tanto Dutra quanto Vargas colocaram o papel e os equipamentos para a imprensa dentre as importações que deveriam receber preferência e dólar mais barato, o que servia como um enorme subsídio, o qual irá terminar apenas no governo de Kubitschek.

Um “auxílio” importante fornecido pelo governo esteve nas facilidades de crédito para a importação de maquinários, ocorrida com particular intensidade durante a gestão do primeiro presidente do Banco do Brasil (BB) no Segundo Governo Vargas, Ricardo Jafet, que manteve uma criticada política de extensão creditícia, que chegou a se expandir em mais de 30% ao ano, em pleno período de combate à inflação. Muitos jornais receberam dinheiro emprestado a justos baixos e longos prazos de amortização, podendo ainda oferecer como garantia dos empréstimos o próprio maquinário a ser importado ou equipamentos obsoletos, dos quais desejavam se livrar.

Quando estourou o escândalo envolvendo o jornal **Última Hora**, em 1953, e uma CPI passou a investigar o esquema de financiamento dessa publicação com dinheiro público, abriu-se a caixa-preta dos créditos à imprensa feitos pelo **BB** e descobriu-se, não com certo espanto, que boa parte dos grandes impressos também era devedora do banco, sendo que os maiores benefícios não tinham sido feitos ao jornal de Samuel Wainer, mas à cadeia *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e ao jornal **O Globo**. Apenas as empresas de Roberto Marinho tinham obtido, entre os anos de 1950 e 1953, mas de 1 milhão de dólares em créditos, em valores correntes, com os quais compraram três máquinas *off set* (para imprimir em uma, duas e quatro cores) e uma rotativa Hoe, último tipo, tendo oferecido, como garantia,

¹⁵ O tema da seletividade das importações será tratado com mais detalhes no Capítulo IV.

uma antiga rotativa Goss.¹⁶

As mudanças industriais da grande imprensa também implicaram em alterações editoriais. Nos países desenvolvidos, onde o processo de transformação dos jornais em negócio teve origem, notadamente nos EUA e na Inglaterra, o surgimento das empresas de comunicação esteve associado à emergência de um novo “modelo de jornalismo”, através da passagem do jornalismo partidário ou de opinião, para o jornalismo considerado “objetivo”, informativo e politicamente “neutro”.

A imprensa político-partidária se caracteriza por tomar posição explícita no debate público como porta-voz oficial do partido que representa e que a controla; ela está subordinada à cúpula deste partido e dele tira a sua autoridade para falar na esfera pública; as ideias que defende ganham o respaldo da força coletiva do partido e, em determinados casos, é a principal forma de atuação pública deste último.¹⁷

Já no caso da imprensa comercial e/ou empresarial, o jornal é visto como empresa capitalista voltado para o lucro, que justifica a sua atividade e validade através dos valores da neutralidade e da objetividade; de outro lado, este jornalismo procura legitimar a sua inserção no debate público como uma instância informativa e fiscalizadora da condução dos assuntos coletivos em nome do leitor-cidadão e se autorrepresenta como “espelho da realidade”, “quarto poder” ou “cão de guarda” da política.¹⁸ Como recorda BOURDIEU, a ideia de objetividade surgiu no jornalismo norte-americano “como produto do esforço dos jornais desejosos de respeitabilidade para distinguir a informação do simples relato dos jornais populares”.¹⁹ Essa mudança geral tinha como função construir a imagem dos jornais como sendo “vendedores” de um novo produto cultural – a “notícia” – e impedir que certas singularidades – como a ligação a um partido ou a uma doutrina – impedisse a máxima

¹⁶ Sobre o caso do escândalo da Última Hora e as revelações dos empréstimos do BB aos grandes jornais, ver: RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo e também SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983, 355 e seguintes.

¹⁷ Sobre essa forma de imprensa, ver: ALVES (a), Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001^a, RIBEIRO, Ana P.G. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: *Estudos Históricos*, Mídia, n. 31, 2003 e ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁸ Ver CHALABY, Jean. O Jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, n. 3, p. 29-50, 2003 e GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987 e RIBEIRO, 2003.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *L'Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales, *Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994, p. 4.

extensão do público leitor, exigência da adaptação de um periódico às regras de mercado.²⁰

Entretanto, quando analisamos a forma como os pesquisadores procuram transferir esses modelos e, especialmente, a ideia da transição para a realidade brasileira, encontramos uma série de dificuldades. Primeiro, esses autores apresentam uma forte discordância sobre o momento em que teria ocorrido essa mudança ou modernização da imprensa. Nelson Werneck SODRÉ, Juarez BAHIA e, mais recentemente, Lavínia RIBEIRO, defende a ideia de que esta transformação – ou, ao menos, os elementos mais importante da mesma – teria ocorrido na virada do século XIX ao XX, quando a antiga imprensa partidária e facciosa do período imperial, politicamente engajada, virulenta e panfletária, vai paulatinamente sendo substituída por jornais modernos e mais voltados para o mercado do que para o jogo político. Nas palavras de BAHIA:

A segunda fase da imprensa brasileira começa por volta de 1880. (...) É a fase da aventura industrial, até mesmo da consolidação, quando o jornal adquire o sentido de empreendimento mercantil. Depois de 80, e, notadamente no alvorecer do século XX, a imprensa ganha expressão no campo das atividades industriais, e, conquanto noutros países de há muito assim definida, no Brasil é que, então, atinge esse estágio. Desde logo, a tipografia de jornal perde o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica com capacidade econômica e múltiplas possibilidades.²¹

Além das mudanças organizacionais dos jornais – passagem do panfleto à indústria jornalística – ocorreria uma mudança editorial, na medida em que a grande imprensa brasileira passaria a abandonar o partidarismo e o facciosismo político em favor da objetividade e da neutralidade jornalística. Marialva BARBOSA concorda parcialmente com esta interpretação, ao lembrar que, no início do século, os principais diários do Rio de Janeiro, já procuravam criar para si mesmo a ideia de que eram “os olhos e ouvidos da sociedade”, buscando marcar discursivamente a sua “independência diante de grupos e facções políticas”, como fazia a **Gazeta de Notícias**, ou a sua “pretensa isenção nas notícias, que recebem um cunho claramente informativo, deslocando a opinião política para duas colunas semanais”.²²

Outros autores, porém, como LATTMAN-WELTMAN, GOLDENSTEIN e Ana RIBEIRO contestam essa interpretação. Segundo eles, ainda no início dos anos 50, os principais jornais brasileiros e cariocas, embora já estivessem estruturados como empresa e

²⁰ Claro que, posteriormente, esse processo também enveredou por praticas de segmentação de público, mas agora voltando o novo produto para procurar arregimentar leitores em parcelas específicas da população, com base em critérios regionais, étnicos, de gênero, etc., sem mais incluir o princípio ideológico ou partidário explícito.

²¹ BAHIA, Juarez. *Três fases a imprensa brasileira*. Editora Presença : Santos, 1960, p. 51, SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983 e RIBEIRO, 2002..

²² BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa* : Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.

fossem voltados para o mercado existente, não adotavam os valores de objetividade e neutralidade da escola anglo-saxônica de jornalismo mas sim a escola francesa, muito forte na imprensa brasileira. Este estilo de jornalismo negava que a principal “missão da imprensa” fosse se limitar a informar o seu leitor, não abrindo mão de procurar um papel diferente, colocando-se como uma instância responsável por orientar a opinião pública. Essa combinação de fatores deu origem a uma forma de jornalismo particular, classificado por alguns pesquisadores como imprensa de tribuna, ou seja, “um jornalismo ‘de missão’, comprometido politicamente e convencido do poder de sua ‘tribuna’ sobre a opinião pública”.²³

Analisando as percepções dos jornalistas sobre a sua atividade, Ana RIBEIRO demonstra que essa passagem foi muito difícil, porque o princípio de objetividade não era hegemônico entre eles. Os mestres da profissão, originários ou vinculados à literatura, viam com desdém essas modificações: as técnicas de redação do jornalismo norte-americano eram consideradas um empobrecimento do texto e o predomínio do caráter informativo visto como um rebaixamento da nobre tarefa de orientar a “opinião pública”.²⁴ Para a autora, porém, apenas a adoção plena do modelo norte-americano permite à atividade jornalística atingir especificidade e autonomia e, desta forma, impor o seu próprio regime discursivo sobre o seu fazer profissional. Dessa maneira, dentro do quadro da década de 1950, o jornalismo brasileiro seria uma atividade sem especificidade, praticamente indistinto da política e da literatura, com as quais se confundia.²⁵

Para esses autores, contudo, a segunda metade dos anos 50 seria palco de uma intensa transformação, a partir da qual os grandes jornais cariocas iriam dar início a uma ampla mudança, adotando com mais rigor e coerência os princípios de objetividade e neutralidade da imprensa norte-americana.

Nessa conjuntura, vários jornalistas brasileiros teriam buscado, na experiência dessa imprensa, uma nova forma de fazer jornal que teria implicado em grandes mudanças na diagramação dos impressos, com uma paginação “mais dinâmica”, espaços “mais limpos”, uso abundante de fotos e outros recursos gráficos, além de uma grande alteração na capa, que deixaria de ser um espaço reservado ao noticiário internacional para se tornar uma espécie de

²³ ALDÉ, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. In: *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, set./dez. 1997, p. 29.

²⁴ 2003, p. 9. Ver, também: Ver: RIBEIRO, Ana P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In.: *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>>, consultado em 20 de novembro 2008.

²⁵ RIBEIRO, 2002, p. 285.

“vitrine do jornal”, apresentando pequenas chamadas para os assuntos internos. Além disso, a informação ganharia um significativo terreno sobre a opinião, cada vez mais limitada a editoriais, colunas e artigos assinados. Mas a mudança mais importante ficou por conta da linguagem: os textos densos e a fala rebuscada, carregados de adjetivos e da própria opinião explícita dos repórteres e redatores, seria trocado por narrativas mais enxutas, acessíveis e nas quais a subjetividade do narrador deveria ser “anulada” ou “controlada”, por uma linguagem impessoal e mais adjetiva que substantiva. Nesse processo, tivemos a introdução no jornalismo brasileiro do *lead*,²⁶ do *copy desk*²⁷ e dos manuais de redação, que estabeleceram uma nova “economia do discurso” jornalístico – ou em um novo “regime discursivo” –, uma verdadeira autocensura interna que procurava padronizar a linguagem e, especialmente, diluir o enunciador em uma fala impessoal e programada. Conforme os autores citados, a introdução desse modelo teria se dado no início dos anos 50, através das experiências pioneiras de jornais como a **Última Hora** e o **Diário Carioca**, mas apenas com o **Jornal do Brasil**, a partir de 1956, que ele se consolidaria na imprensa brasileira, para não mais recuar.

Entretanto, essas mudanças não afetariam, no geral, o quadro de relações entre jornalismo e política. Conforme GOLDENSTEIN e Ana RIBEIRO, a adoção do modelo de jornalismo anglo-saxão foi apenas parcial no Brasil. Isso porque, nos países mais avançados, as iniciativas de renovação foram dadas essencialmente pelo próprio desenvolvimento econômico, como consequência da industrialização, que criou as condições objetivas necessárias para que se constituísse um jornalismo moderno e independente, capaz de sobreviver e prosperar unicamente através de sua relação com o mercado. No Brasil, teria ocorrido algo diferente. As alterações estruturais, necessárias para se gerar, entre nós, um mercado de bens simbólicos que permitisse aos jornais relativa independência da política, eram ainda insuficientes, só vindo aparecer com mais força nos anos 60 e 70. Portanto, as principais ações de modernização da imprensa brasileira, como foi o caso do jornal de Samuel Wainer, não foram subsidiadas por empresários interessados em uma nova forma de negócio, mas inspiradas em grupos partidários ou de pressão, que procuravam utilizar as técnicas do jornalismo anglo-saxão para atingir primordialmente objetivos políticos.²⁸

Ana RIBEIRO se detém com mais cuidado nessa questão e argumenta que a venda

²⁶ O *lead* é uma pequena introdução na matéria que apresenta um resumo das principais informações que devem conter no texto, respondendo a seis perguntas básicas: “o que?”, “quem?”, “como?”, “onde?”, “quando?” e “por quê?”.

²⁷ O *copy desk* é o redator especializado em enquadrar a narrativa do repórter nos cânones do jornalismo informativo, editando e reescrevendo o texto original para se adaptar às novas exigências.

²⁸ GOLDENSTEIN, *op.cit.*, RIBEIRO, 2003, 2002 e 2007.

avulsa, as assinaturas e, inclusive, a publicidade, mesmo com o aumento desta na composição da receita dos impressos, eram insuficientes para tornar os grandes jornais brasileiros independentes dos favores políticos. Para ela, boa parte do sustento da grande imprensa vinha de práticas clientelísticas, suborno e de chantagens, que os principais donos de jornais empregavam para obter favores para si e para as suas empresas. Recurso semelhante era utilizado até por jornalistas, que usavam dessas relações para complementar os baixos salários e mesmo para enriquecer, conforme o exemplo do repórter dos Diários Associados, David Nasser, citado pela autora.

Além disso, esta pesquisadora afirma que outros recursos poderiam servir de instrumento para o Estado controlar os jornais, como o sistema de concessões públicas, as quotas de papel e subsídios às importações, empréstimos, fiscalização e, por fim, a publicidade oficial.

Tudo isso criava uma relação de forte imbricação e de subordinação do jornalismo ao universo político, que nem a introdução do modelo norte-americano de imprensa comercial teria condições de modificar. Na verdade, para Ana RIBEIRO, a relação próxima e promíscua entre os jornais, o Estado e os grupos privados tornava os meios de comunicação muito subordinados aos grupos de interesse, o que levou a um desvirtuamento do processo de modernização da imprensa brasileira, fazendo com que

relações arcaicas, políticas – muitas vezes baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc. –, em certa medida, financiaram a modernização da imprensa, fato que aponta para uma lógica bastante diferente daquela da IC nos países capitalistas avançados, como os Estados Unidos.²⁹

Devemos considerar, no entanto, que interpretações desse tipo acabam tendo que se basear em considerações muito genéricas, na medida em que faltam dados confiáveis sobre as diversas relações que um jornal poderia estabelecer com os vários poderes sociais simultaneamente. Muitas vezes, a principal fonte do pesquisador é o próprio depoimento dos agentes envolvidos no processo, o que está longe de poder ser considerado como um relato “objetivo” da realidade.³⁰ Além disso, como a própria análise de Ana RIBEIRO indica, as possíveis fontes de pressão que poderiam se exercer sobre a produção de um jornal estão longe de ser uniformes e unidimensionais. Mais do que isso, a própria descrição que a autora faz desse universo nos permite compreender que tais pressões eram múltiplas e, por vezes,

²⁹ RIBEIRO, 2003, p. 11.

³⁰ Ana RIBEIRO, por exemplo, emprega muito os relatos de Samuel WAINER, cujo próprio envolvimento nos temas em questão deve sempre nos servir de alertar para filtrarmos as suas opiniões e posições sobre essa realidade.

contraditórias. Dessa forma, ela mesma alerta, por exemplo, no que se refere, ao poder de “manipulação” do Estado sobre a imprensa, este não pode ser visto de forma linear, pois nem mesmo a disponibilidade de todos os recursos evitou que os grandes jornais fizessem cerrada oposição a Getúlio Vargas, em seu segundo governo.

1.2 – Imprensa e política no Segundo Governo Vargas – projetos em disputa

A imprensa é considerada um dos principais atores da cena política no Segundo Governo Vargas, especialmente no que se refere ao seu desfecho trágico e prematuro. Muitos defendem que um dos fatores de desestabilização do presidente esteve na forma como os grandes jornais encheram as suas páginas com denúncias e acusações contra Getúlio, durante a crise que antecedeu a sua queda.³¹ Além disso, não é difícil encontrar na historiografia a afirmação de que a maior parte destes jornais fez uma oposição sistemática e até intransigente ao presidente, desde a campanha eleitoral até o fim de seu mandato.³²

Dentre os principais “conspiradores” da grande imprensa, normalmente cinco títulos são os mais citados: **Diário de Notícias** (RJ), **Correio da Manhã**, **O Estado de S. Paulo**, **O Jornal** e **O Globo**.³³ Chama atenção a homogeneidade deste universo, sugerindo padrões de comportamento: nele predominam jornais da Capital Federal³⁴ e impressos classificados ou autoidentificados como “liberais”.³⁵ Como veremos, esse predomínio não é casual.

³¹ Sobre essa enxurrada de acusações a Getúlio, podemos consultar: ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. In: GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994, RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentas da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 (mimeo), SILVA, Hélio. *1954: Um tiro no coração*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978, FERREIRA, Jorge. *De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954)*. In: BAUM, Ana (org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro : Garamond, 2004 e SODRÉ, 1983.

³² Esta interpretação está muito difundida na literatura especializada, mas encontra-se formulada de maneira explícita em SILVA (1978) e SODRÉ (1983). Uma boa ilustração desta versão sobre a oposição intransigentes da imprensa a Vargas foi dada por Samuel Wainer, que qualificou a postura dos grandes jornais a Getúlio como uma “conspiração do silêncio”. Ver WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 15. ed. Rio de Janeiro : Record, 1993, p.142.

³³ Este grupo não encerra todos os periódicos apontados como opositores ao regime varguistas, embora comporte os jornais mais citados. Ademais, a “oposição” a Vargas não foi feita com a mesma intensidade ou sobre os mesmos temas em todos eles. No geral, os três primeiros periódicos – **Diário de Notícias** (RJ), **Correio da Manhã** e **O Estado de S. Paulo** – são apontados como os mais intransigentes com o governo, enquanto que ao **O Globo** é atribuída uma posição moderada e ao **O Jornal** uma trajetória dúbia, que oscilava conforme a mudança de interesses de seu proprietário, Assis Chateaubriand. Quando a isso, consultar ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994, *op.cit.*.

³⁴ Apenas o **O Estado de S. Paulo** não era publicado no Rio de Janeiro.

³⁵ Escrevo o termo “liberal” entre aspas porque, como será esclarecido mais além, ele é bastante impreciso para definir satisfatoriamente o alinhamento ideológico da imprensa brasileira na conjuntura em questão. Por ora,

Quando analisamos os motivos apontados para justificar essa oposição, são lembradas causas políticas, tendo em vista que Vargas era visto como um ex-ditador, que, quando no poder durante o Estado Novo, censurou a imprensa e perseguiu jornalistas. Além disso, era acusado de ser populista e demagógico, sempre na expectativa de dar um novo golpe de Estado.³⁶ Mas os pesquisadores apresentam outra séria razão que teria levado a esta forte oposição: a diferença que separava e opunha Vargas e estes grandes jornais no que se refere à condução da política econômica em seu governo.

Conforme esta explicação, Getúlio seria o portador de um programa econômico nacionalista, que pregava ampla intervenção do Estado na economia e era hostil ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento capitalista autônomo. Já a grande imprensa defendia a não-intervenção estatal na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e mercadorias. Essas medidas tornariam o país mais apto para atrair investimentos estrangeiros e/ou se especializar na produção dos bens que lhe permitissem maiores vantagens no comércio internacional, no caso, produtos primários. Mesmo variando em alguns pontos, nem sempre conciliáveis, essa explicação teve grande guarida entre os especialistas do período, sendo ainda hoje bastante aceita. Dessa maneira, iremos avaliá-la com mais detalhes.

A caracterização do Segundo Governo Vargas como nacionalista, anti-imperialista e pregando um desenvolvimento autônomo será objeto de discussão no Capítulo II. Por hora, iremos nos deter sobre a compreensão da imprensa como liberal e/ou contrária às bases do programa de desenvolvimento de Getúlio.

Um dos primeiros pesquisadores a salientar a oposição programática entre Vargas e os jornais foi Thomas SKIDMORE. Como veremos mais além, este brasilianista contesta o “nacionalismo” do segundo mandato de Getúlio, mas, para ele, a grande imprensa brasileira estaria filiada à corrente liberal ou neoliberal, na qual se encontravam também os economistas

desejo apenas ressaltar que a maior parte dos jornais citados, assim como o grosso da grande imprensa brasileira, era identificada como sendo liberal. De qualquer maneira, iremos manter provisoriamente o termo liberal porque ele restringe o universo dos grandes jornais brasileiros, na medida em que nem todos eram ou podiam ser identificados como tal, na década de 1950. O caso mais evidente em relação a isso é dado pela **Última Hora**, de Samuel Wainer. Mas, na própria amostra referida acima, o **Diário de Notícias** já apresenta uma exceção, na medida em que vinha construindo uma linha doutrinária mais próxima ao nacionalismo econômico (ver CARVALHO Jr., Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias*. Assis : Dissertação de Mestrado, mimeo, 2005 e PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Diário de Notícias na crise de 1955: Disputas políticas e práticas jornalísticas*. Dissertação – mestrado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000). Apesar disso, o **Diário** é classificado como liberal pelo DHBB, ao menos até 1956, o que deve ser colocado em dúvida, pois seu envolvimento na campanha a favor do monopólio estatal do petróleo já se dava desde 1948. ABREU, Alzira Alves de *et alli*. (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, 1851. Este dicionário, por ser de autoria múltipla, será agora referido como DHBB.³⁶ ABREU&LATTMAN-WELTMAN, 1994.

considerados “conservadores”, como Eugênio Gudín e Octavio Gouvêa de Bulhões, empresários ligados ao comércio de importação, parte da oligarquia rural e os políticos da UDN.³⁷

Conforme SKIDMORE, esta corrente estava centrada “na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinante principal da economia”. Assim, medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, seriam obrigadas a seguir os princípios ortodoxos dos países centrais do capitalismo e

o capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado, como ajuda indispensável para um país falto de capitais. (...) Esta autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatores e relegaria o Brasil ao seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável de vantagem comparativa³⁸

Em consequência, os “neoliberais” seriam pouco entusiastas com os projetos desenvolvimentistas que desejassem promover a industrialização acelerada do Brasil, especialmente se este processo implicasse a ampliação da intervenção estatal na economia. Conforme SKIDMORE, aliás, os grandes jornais adotariam esta postura não só por idealismo doutrinário, mas porque estavam associados aos empresários importadores, prejudicados com a política de proteção da indústria nacional e de controle das importações de bens de consumo, levada adiante por Vargas.³⁹

Outro historiador que apresenta uma interpretação semelhante é Nelson Werneck SODRÉ em seu livro, hoje clássico, *História da Imprensa do Brasil*, o qual ainda serve como referência a pesquisas acadêmicas mais recentes.⁴⁰ Em linhas gerais, SODRÉ, mesmo apresentando algumas dúvidas quanto à plena identificação de Getúlio com o “nacionalismo”,⁴¹ defendeu que os grandes jornais brasileiros fizeram uma verdadeira campanha contra o governo Vargas porque este levou adiante medidas que favoreciam a independência econômica do Brasil e contrariavam os interesses do imperialismo – como o projeto de monopólio estatal do petróleo e a lei que limitava a remessa de lucros das empresas

³⁷ Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

³⁸ SKIDMORE, *op.cit.*, p. 118.

³⁹ SKIDMORE faz essa generalização, mas, em seu texto, cita diretamente apenas dois jornais: “As principais cadeias de jornais que apoiavam este ponto de vista eram **O Globo** (de propriedade da família Marinho, intimamente ligada ao grupo de negociantes e importadores portugueses no Rio de Janeiro), e o vasto império editorial de Assis Chateaubriand, os Diários Associados” (*op.cit.*, p.118).

⁴⁰ Entre outros exemplos, podemos citar a dissertação de mestrado de RODRIGUES, *op.cit.* e HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001, que aborda o uso do rádio por Vargas e Perón.

⁴¹ SODRE, 1983, p. 398-399 e 401.

estrangeiras.⁴²

Para o autor, o alinhamento dos grandes jornais aos interesses do capitalismo internacional era uma decorrência de sua organização como empresas capitalistas e, portanto, voltadas para a busca do lucro econômico.⁴³ Conforme vimos anteriormente, SODRÉ localizava a transição de um jornalismo político para um jornalismo comercial ainda no início do século XX. Isso implicava, na posição do autor, que a grande imprensa já fosse dependente da publicidade para o seu financiamento, nos anos 50. Considerando que a maior parte dessa publicidade vinha das corporações internacionais que vendiam produtos no Brasil, a conclusão era óbvia: a grande imprensa brasileira se tornara porta-voz do imperialismo, que controlava a sua linha editorial ao financiar as suas atividades.

Essa situação de dependência estrutural determinava o conteúdo dos jornais brasileiros, fazendo com que as bandeiras “antinacionais” defendidas por eles não decorressem de suas próprias opções ideológicas mas fossem impostas pelas agências de publicidade.⁴⁴ No caso do Segundo Governo Vargas, isso levou a uma verdadeira ação conspirativa dos grandes jornais contra Getúlio e todas as demais forças identificadas com o “nacionalismo”, “pela necessidade de serem concedidas (...) facilidades para o desenvolvimento dos negócios dos monopólios, em nosso país”.⁴⁵

Vemos, assim, que a abordagem de SKIDMORE e SODRÉ apresenta uma discordância no que se refere à origem da oposição da imprensa ao governo de Getúlio: para o primeiro autor, era o vínculo dos grandes jornais com o comércio importador, enquanto, para o segundo, era a subordinação direta ao capital estrangeiro (imperialismo). Entretanto, ambas as explicações têm como pano de fundo o mesmo eixo, ou seja, a oposição intransigente dos grandes jornais ao governo Vargas tinha como base a contrariedade com a política desenvolvimentista e/ou intervencionista do governo do presidente.

Nos anos 80, em uma obra geral sobre a imprensa brasileira abordando o período entre 1930 e 1985, André de SEGUIN DES HONS seguiu um caminho semelhante ao desses autores, embora mais ao de SODRÉ, pela filiação marxista. Para ele, uma das causas “cruciais” da oposição dos grandes jornais “conservadores” ao governo se deu pela “questão

⁴² Como explica o autor, no caso do petróleo: “O imperialismo cedo percebeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do petróleo”. Disso resultou uma extraordinária “campanha da imprensa (...) mobilizada pelas agências de publicidades norte-americanas” contra os defensores do monopólio estatal do petróleo (SODRÉ, *op.cit.*, pp. 400-401).

⁴³ Conforme veremos mais além, essa interpretação de SODRÉ é bem semelhante ao modelo desenvolvido por HABERMAS.

⁴⁴ SODRÉ, *idem*, p. 398.

⁴⁵ SODRÉ, *ibidem.*, p. 403.

da nacionalização que agitou a imprensa durante quase três anos”.⁴⁶

Nesse conflito, o pesquisador cita a questão em torno da lei de restrição do reenvio de capitais estrangeiros, de 1952, e os projetos propondo a criação da Petrobras e da Eletrobrás. Iremos trabalhar com esses temas nos capítulos seguintes, mas aqui importa apontar a afirmação de DES HONS segundo a qual a grande imprensa fez forte oposição ao decreto sobre os investimentos estrangeiros, obrigando o governo a recuar em seus propósitos e estabelecer uma legislação menos limitadora do que gostaria. Em relação à Petrobras, afirma que, “se a maioria da imprensa aceitava a criação de uma empresa nacional destinada a explorar o petróleo brasileiro (...), os cotidianos conservadores atacaram violentamente certos aspectos do projeto”, sem deixar bem claro quais foram os itens contestados. Em relação à parcela da imprensa que ficou ao lado do governo, o autor lembra alguns grandes jornais “sociais-democratas”, citando o **Diário de Notícias** e o **Diário Carioca**, e a “pequena imprensa política de opinião”. O resultado dessa pressão contra Vargas teria sido um projeto de monopólio limitado, devido às resistências que as multinacionais e o capital privado, escudados pela “imprensa conservadora”, teriam feitos ao programa.

As pesquisas mais recentes relativas ao conflito entre Vargas e a grande imprensa não tem elegido o posicionamento dos jornais frente à política econômica de Getúlio como objeto de análise. Temos, no máximo, estudos que abordam, muito rapidamente, um ou outro ponto particular do programa do Executivo, mas com o objetivo geral de observar o comportamento político dos impressos.⁴⁷ Quando encontramos menção ao tema da orientação econômica, é apenas em rápidas passagens e normalmente reproduz a estrutura da argumentação exposta acima. É o que podemos observar na pesquisa de Ana RIBEIRO sobre a modernização do jornalismo brasileiro nos anos 50. Este trabalho não tem como o foco a relação entre os grandes jornais e o governo Vargas e nem o seu programa econômico. Mas, quando se refere ao assunto, também coloca as diferenças nesta questão como uma das bases da postura oposicionista da imprensa contra Getúlio. Depois de afirmar que as diversas crises que desestabilizaram o governo “tiveram na imprensa o seu principal *locus*”, comenta o seguinte,

⁴⁶ SEGUIN DES HONS, *op.cit.*, 82.

⁴⁷ Quanto a isso, ver LAURENZA, Ana M. A.. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo : Ed. SENAC, 1998, e SARETTA, F. . O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). In: IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, Uberlandia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlandia, 2004. v. 1. p. 1-20. A maioria dos trabalhos mais recentes sobre a imprensa do período se dedica a abordar aspectos formais do jornalismo da década de 1950 (como ABREU&LATTMAN-WELTMAN e RIBEIRO, 2003) ou a posição da imprensa frente aos acontecimentos que culminaram na crise política de 1954 (neste caso, podemos citar RODRIGUES, 1999, ABREU&LATTMAN-WELTMANN,1996, e ALMEIDA, Paulo Renan de. *Perón – Vargas – Ibáñez : pacto ABC: raízes do Mercosul*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1998).

sobre o período JK:

A relativa estabilidade do governo de Juscelino pode ser associada à adesão que ele recebeu de parte da imprensa liberal e conservadora. Muitos órgãos antigetulistas aderiram, ou pelo menos não se opuseram, radicalmente, a JK. (...) O crescimento econômico-industrial favoreceu também a relativa tranquilidade do mandato de Kubitschek. A própria questão do nacionalismo, colocada durante o governo Vargas em termos de anti-imperialismo e restrição do capital estrangeiro, foi amenizada pelo desenvolvimentismo. A imprensa diária, aliás, cedia um grande espaço a intelectuais do ISEB. As realizações econômicas do governo eram manchetes de primeira página.⁴⁸

Em suma, vemos aqui, novamente, mesmo que de forma um pouco indireta, a aceitação implícita da tese segundo a qual uma das causas básicas da oposição intransigente da grande imprensa carioca ao governo Vargas estava no liberalismo da imprensa *versus* o nacionalismo e o anti-imperialismo do presidente.

Entretanto, uma das questões que chama a atenção, tanto nos trabalhos que defendem esta interpretação quanto naqueles que a aceitam, está na falta de suporte empírico que seja capaz de sustentá-la. SODRÉ baseia-se em impressões gerais sobre o comportamento dos jornais e em relatórios parlamentares que denunciavam a forte presença da publicidade estrangeira no seu financiamento, o que surpreende em se tratando de um livro dedicado exclusivamente à análise da imprensa. Além disso, os demais trabalhos que aceitaram ou endossaram esta explicação igualmente não a submeteram a uma pesquisa sistemática. Ela simplesmente foi acolhida como um pressuposto sobre o qual não cabem dúvidas ou questionamentos maiores.

Esta lacuna, em si mesma, já justificaria um exame mais acurado, ao menos para confirmar uma interpretação tão largamente aceita. Porém, temos motivos mais fortes para considerar essa investigação necessária, tendo em vista as próprias insuficiências que tal explicação comporta.

Um “ponto cego” que ela apresenta é o que diz respeito ao próprio entendimento das posições doutrinárias defendidas pelos jornais na conjuntura em questão, como podemos ver na citação de Ana RIBEIRO. De um lado, aceitasse que a imprensa seja “liberal” ou mesmo “neoliberal” e que, por isso, teria se oposto ao programa econômico de Vargas. Ao mesmo tempo, afirma-se que esta grande imprensa foi mais tolerante com o governo JK por este ter adotado o desenvolvimentismo e não o nacionalismo de Vargas.

Bem, não cabe, no escopo deste trabalho, abordar as possíveis continuidades e diferenças entre os programas econômicos desses dois governos, embora deva-se ressaltar

⁴⁸ RIBEIRO, 2007, 45-47

que, há um bom tempo, os especialistas no assunto têm apontado mais permanências do que rupturas entre ambos.⁴⁹ O que pretendemos chamar a atenção é que, como será detalhado no capítulo seguinte, existia, na conjuntura dos anos 50, uma significativa diferença entre a visão desenvolvimentista e a liberal no que se refere às principais alternativas de desenvolvimento econômico brasileiro, que envolvia, como salientou bem SKIDMORE, questões relativas ao papel do Estado e do capital estrangeiro nesse processo. Dessa maneira, fica uma séria dúvida: ou os jornais trocaram significativamente de posição ou há algo de inadequado nesta explicação.

Uma solução possível a esta dúvida talvez passe pelo próprio questionamento sobre até que ponto é adequado ou suficiente sustentar a classificação desses jornais como liberais, especialmente quando consideramos que ser liberal, nesse período, do ponto de vista da doutrina econômica, implicava em uma forte oposição à intervenção do Estado no livre fluxo de mercadorias e capitais e na promoção do desenvolvimento econômico.

Nosso objetivo com esta discussão não é denunciar a falsidade ou a inadequação do liberalismo associado ou professado pelos jornais diante de suas verdadeiras tomadas de posição. O que desejamos é perguntar se, na conjuntura brasileira de 1950, a identificação genérica de um jornal como liberal é suficiente para indicar o conteúdo de seu programa econômico, dispensando-nos do trabalho de submeter suas reais tomadas de posição a uma avaliação mais sistemática? Especialmente quando consideramos que a aceitação dessa classificação deriva não de pesquisas específicas sobre essas tomadas de posição mas da própria forma como esses jornais se autorrepresentavam.

Quanto a isso, é necessário recordar que liberal e liberalismo são termos com múltiplos sentidos, muitas vezes em contradição entre si, como é o caso da divisão entre uma corrente política defensora dos direitos individuais, das minorias e do regime democrático, e uma corrente econômica mais preocupada em pregar as benesses do mercado.⁵⁰ Além disso, a

⁴⁹ Com abordagens opostas, isso aparece em FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002 e LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo do Segundo Vargas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1983, Texto para Discussão n.º. 30.

⁵⁰ Termos como liberal e liberalismo têm uma longa trajetória no mundo ocidental, apresentando diferentes vertentes. Um bom histórico do conceito e de suas diferentes acepções pode ser encontrado no verbete liberalismo, redigido por Nicola MATTEUCCI e publicado em BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 11ª. edição, 1998. páginas 686-705). Também, pode-se consultar BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1988. Para uma visão clássica do liberalismo, ver MISSES, Ludwig. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo – Instituto Liberal, 1987, ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico. História da ideia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002 e MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo : antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova

penetração do liberalismo no Brasil exigiu muitas adaptações, tendo que conviver com instituições e procedimentos incompatíveis com as suas definições originais, como a escravidão e o compadrio. Situação paradoxal que levou um autor a considerar a adoção dos princípios liberais pela elite brasileira como “ideais fora do lugar”⁵¹.

Desta maneira, parece justo suspeitar que a autoidentificação de um jornal como liberal não esclarece necessariamente sobre seu alinhamento às proposições ortodoxas em economia, podendo gerar confusões. Este é o caso do jornal **O Estado de S. Paulo**, seguidamente classificado como liberal, pela historiografia. Mas quando SARETA submeteu as tomadas de posição econômica do jornal no Segundo Governo Vargas demonstrou que o **Estadão** pregou, de forma contundente, o desenvolvimento industrial brasileiro através de uma intervenção ativa do Estado na proteção da indústria nacional.⁵² Também defendeu as medidas restritivas adotadas por Vargas para controlar o fluxo de capital e o comércio exterior.⁵³

Por estas posições, o **Estadão** se distanciava muito da condição de um simples defensor das ideias liberais ou mesmo neoliberais no período, da mesma forma que parece não ter exercido o papel de simples instrumento de defesa dos interesses ligados aos setores tradicionais da economia (burguesia compradora e grandes produtores rurais) ou ao imperialismo.⁵⁴ Tudo isso, aliás, fez com que SARETA evitasse classificar o jornal como “liberal”, preferindo a categoria de “desenvolvimentismo não nacionalista”, proposta por Ricardo BIELSCHOWSKY.⁵⁵ Este autor justifica esta posição do jornal bandeirante, à primeira vista surpreendente, afirmando que ela nada tinha de excepcional ou adesismo ao governo, mas refletia os compromissos deste impresso com a burguesia paulista, a grande

Fronteira, 1991.

⁵¹ A interpretação do liberalismo no Brasil como uma ideia fora do lugar foi feita por SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. Estudos Cebrap 3. São Paulo, Cebrap, 1973. Para a crítica dessa interpretação, ver BRESCIANI, M. S. M. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 1a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1., e CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920 – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp 14-18).

⁵² SARETA (*op.cit.*).

⁵³ Segundo SARETA, sobre a política de comércio exterior de Vargas, para o Estadão “não havia grandes discordâncias quanto à forma de enfrentar as dificuldades da área externa, do forte controle que as autoridades teriam que exercer sobre a cessão das escassas cambiais. (...) Já se viu ao longo destas linhas que o periódico se batia a favor do protecionismo para a indústria” (*op.cit.* p.12)

⁵⁴ Além de afirmar que o “o OESP se manifestava claramente favorável à Industrialização”, SARETA ressalta que não havia “críticas quanto à política de concessão de divisas baseadas no critério de essencialidade” que favorecia as atividades industriais. “Não há entre os editoriais compulsados qualquer defesa dos setores que se prejudicavam com esta transferência, como foi o caso da agricultura de exportação” (*op.cit.* p.08).

⁵⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

beneficiada com o desenvolvimento industrial obtido com a política econômica de Vargas.⁵⁶

A análise de SARETA nos coloca uma segunda questão: estaria a grande imprensa carioca, liberal e contrária ao programa de desenvolvimento de Vargas, ao defender os interesses do capital internacional e/ou dos comerciantes importadores, opondo-se à grande parte da burguesia industrial brasileira interessada nos resultados da política econômica de Getúlio? Ou a saída a esta questão estaria em interpretações como a apresentada por SÉGUIN DES HONS, para quem a “crise” do Segundo Governo de Vargas se reduziu, no final, a uma “luta de classe”, onde “o antagonismo de interesses entre as classes populares e urbanas e a burguesia industrial se impôs progressivamente como linha dominante do conflito”.⁵⁷ Como veremos, interpretações desse tipo parecem não ser mais aceitáveis no atual estado das pesquisas sobre a política econômica varguista e a constelação de interesses que ela poderia atender ou não.

Podemos notar, assim, que a classificação genérica como “liberal” pode não ser necessariamente adequada ou suficiente para dar conta do posicionamento dos grandes jornais brasileiros diante das principais questões da política econômica nacional no período, sem que façamos uma pesquisa empírica específica a respeito do tema. Em outras palavras, ainda precisamos de estudos mais acurados sobre qual foi a verdadeira tomada de posição desses jornais frente às propostas de desenvolvimento que se colocavam para o Brasil.

Outro ponto essencial que nos leva a colocar em dúvida o tipo de interpretação apresentada por SODRÉ e aceita por boa parte da historiografia, diz respeito ao modelo de compreensão do papel político dos jornais, cujos pressupostos são muito difundidos nas pesquisas de comunicação no Brasil. Como vimos, na análise de SODRÉ, os jornais aparecem como meros instrumentos de defesa dos interesses econômicos daqueles que os dominam, função que seria exercida pelo forjamento consciente de uma representação falsa da realidade a fim de ludibriar a “opinião pública”.⁵⁸

Vamos procurar avaliar um pouco melhor essa visão, que tem no marxismo a sua

⁵⁶ O que leva SARETA a afirmar que “as críticas do jornal (o **Estadão**) ao governo federal são muito mais de natureza política e administrativa do que relativas à economia e à política econômica” (*op.cit.*, 8).

⁵⁷ SÉGUIN DES HONS, *op.cit.*, p. 84.

⁵⁸ SODRÉ nos oferece diversos exemplos dessa visão. Sobre a imprensa brasileira em 1950, o autor afirma: “A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos” (1983:385). Ao referir-se à ação da imprensa contra Vargas, o autor emprega termos como “mistificação” (*ibid.*,p.398), “ludibriar a opinião pública” (*ibid.*,p.402), “blitz publicitária, que abalou o país, entorpeceu a opinião” (1983:404) ou ainda “ofensivas publicitárias (...) rigorosamente planejadas e desenvolvidas” (*ibid.*,p.405).

matriz teórica, mas cujas questões colocam problemas importantes que ultrapassam as discussões em torno do aporte de Marx e seus seguidores, abrangendo determinadas formas de abordar a imprensa e a sua relação com o universo econômico, social e político.

O ponto inicial da nossa análise será um pressuposto muito difundido nos estudos de comunicação e que Afonso ALBUQUERQUE classifica como “paradigma da manipulação da notícia”,⁵⁹ o qual pode ser resumido da seguinte maneira: partindo-se da constatação de que a imprensa apresenta uma visão que se considera parcial ou distorcida da “realidade”, conclui-se obrigatoriamente que isto foi resultado da manipulação consciente da informação com vista a atender aos interesses superiores que se impuseram sobre os jornais. SODRÉ nos oferece vários exemplos deste paradigma,⁶⁰ que, segundo ALBUQUERQUE, é ainda hegemônico nos estudos de comunicação no Brasil.⁶¹

Não se trata, aqui, de negar a possibilidade da manipulação de informações pela imprensa, mas sim de contestar que a apreensão da realidade social por parte dos meios de comunicação possa ser prioritariamente reduzida a esta prática. As leituras baseadas exclusivamente na ideia da ação manipulativa oferecem uma visão muito redutora do processo comunicacional: além de conceber o receptor como alguém que aceita passivamente a representação forjada do real como o próprio real, ela pressupõe um emissor dotado de plena clarividência dessa realidade, capaz de manipulá-la a fim de forjar este real falsificado. Além disso, essas leituras tendem a compartilhar um pressuposto, que podemos resumir na chamada “teoria da conspiração”, ou seja, a ideia segundo a qual os grandes jornais, por estarem submetidos ao poder econômico ou político, agem de forma coordenada e consciente na defesa dos interesses que se impõem sobre eles. Essa concepção é constante na obra de SODRÉ, que frequentemente se refere à imprensa como uma unidade fechada, cuja ação na defesa dos interesses dominantes da sociedade ocorre de forma orquestrada e consciente. Mas é também muito comum nos estudos de comunicação e, especialmente, nas interpretações

⁵⁹ ALBUQUERQUE, Afonso. *Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro; Petrópolis : Vozes, 1998, p. 9. Um exemplo clássico de emprego desse pressuposto pode ser encontrado no trabalho de CAPELATO, onde se define diretamente a imprensa como “instrumento de manipulação de interesse” (ver CAPELATO, *op.cit.*, p. 12).

⁶⁰ Sobre a imprensa brasileira em 1950, o autor afirma: “A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos” (1983:385). Expressões como “mistificação” (*ibid.*, p.398) e “ludibriar a opinião pública” (*ibid.*, p.402) são comuns em sua obra.

⁶¹ Sobre o uso da manipulação na teoria hipodérmica e sua crítica, ver WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. Leitura e crítica. São Paulo : Martins Fontes, 2003, p. 3 e 136, e sobre a crítica ao emprego dessa noção pelo marxismo, especialmente a Escola de Frankfurt, ver THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis : Vozes.1995, p.11.

sobre o Segundo Governo Vargas, onde “a grande imprensa”, por exemplo, acaba surgindo como uma entidade única, com unicidade de vontade e de ação, e não composta por diversos jornais que podem ter interesses distintos e formas diversificadas de compreender e se posicionar frente à realidade social.⁶²

De outra parte, ao centrar a sua análise apenas ou essencialmente na manipulação, o pesquisador descarta outras variáveis que podem interferir nesse processo de apreensão e representação da realidade, das quais gostaríamos de salientar duas.

Primeiro, as regras, valores e rotinas da atividade jornalística imperantes em certo momento – por exemplo, a valorização do “furo”, do ineditismo e imediatismo da notícia, da exclusividade, no jornalismo contemporâneo. Conforme muitos estudos, estas regras e valores normalmente interferem, na forma como o jornalista seleciona e organiza os dados daquilo que reporta, através de critérios e conceitos incorporados na sua própria experiência ou formação profissional, sem serem resultados obrigatórios de ações conscientes manipulativas. Conforme Mário WOLF, as chamadas “rotinas profissionais” e os “valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar” afetam a produção jornalística de forma tão ou mais poderosa que a manipulação consciente, dando origem ao que a bibliografia em comunicação classifica como “distorções involuntárias”.⁶³

Segundo, as categorias sociais de apreensão da realidade, nos termos de BOURDIEU, as “visões de mundo”, em termos gramscianos, a ideologia, conforme pensada por muitos autores marxistas e até mesmo o imaginário social empregado por pesquisadores como BACSKO: todos esses conceitos, apesar de diferentes e contraditórios entre si, ao serem aplicados na análise dos meios de comunicação, pressupõem a existência de atividades de seleção e organização narrativa da realidade anteriores e mais “profundas” do que a manipulação consciente, as quais exercem um papel fundamental na forma como esses meios representam esta realidade, não podendo ser, assim, negligenciados.⁶⁴

⁶² Quanto a isso, SODRÉ seguidamente se refere à ação da imprensa contra Vargas falando em “blitz publicitária, que abalou o país, entorpeceu a opinião” (1983:404), ou também em “ofensivas publicitárias (...) rigorosamente planejadas e desenvolvidas” (*ibid.*, p.405). O mesmo pode ser encontrado em outros autores. D’ARAÚJO, sem os exageros de SODRÉ, oferece-nos um exemplo disso quando afirma: “ao nível ideológico, é através da grande imprensa que se expressam fundamentalmente às críticas dirigidas à política de Vargas. É através dela que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os grandes jornais em núcleos poderosos da resistência ao governo”. (D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas* (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1982, p. 25).

⁶³ WOLF, *op.cit.*, 189. Ver, igualmente: ALSINA, Miquel Rodrigo. *La CONstrucción de la Noticia*. Paidós Comunicación : Barcelona, 1989.

⁶⁴ Iremos trabalhar com mais detalhe com alguns desses conceitos, posteriormente e, por agora, não é necessário avaliar as suas diferentes interpretações sobre o processo de seleção e organização da realidade, mas apenas salientar que ele não passa obrigatoriamente por uma ação consciente do sujeito. Quanto a isso, ver: CHAMPAGNE, *op.cit.*, BOURDIEU, Pierre. *L’Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales,

Quanto a este ponto, por agora, iremos nos deter na análise de como o marxismo tem oferecido respostas para esta questão, em outras palavras, como vem sendo compreendida, no interior dessa teoria, a relação entre *interesse* e *ideologia* na abordagem dos meios de comunicação, a fim de avaliarmos melhor as interpretações que levantamos anteriormente.

Vejam, em primeiro lugar, com mais detalhe a noção de *interesse*. Devemos recordar que a maior parte dos pesquisadores que empregam o conceito de imprensa como instrumento de manipulação ou de defesa de “interesses” refere-se às demandas imediatas dos “donos” ou “financiadores dos jornais”. Entretanto, dentro do próprio marxismo existe uma distinção analítica relevante entre os *interesses derivados das demandas imediatas e conscientes dos membros da classe dominante* e aquilo que é considerado como *os interesses objetivos dessa classe* na manutenção das relações de produção assimétricas na sociedade, que se impoem a todos os “dominantes”, mesmo que não tenham consciência disso.⁶⁵

Essa diferença é importante porque dela decorrem duas formas distintas de compreender a função dos meios de produção simbólica e sua relação com os grupos dominantes. Em uma delas, a defesa do interesse dos dominantes é entendida como uma pressão direta sobre os meios de comunicação e a sua função é vista como se houvesse uma ação orquestrada e conspirativa para atingir esse fim. Na outra, a ação dos sistemas simbólicos é funcional e não passa necessariamente pela manipulação, mas pela reprodução de valores e normas adequados à manutenção da ordem social, retirando o peso explicativo das pressões diretas e, assim, da conspiração. É nessa última concepção que se encaixa o conceito de ideologia.

As duas formas de ver o problema não são sempre compatíveis, mas, muitas vezes, são confundidas na mesma análise. A primeira concepção representa o modelo mais simples de compreender a relação entre a imprensa e os grupos sociais, políticos e econômicos e, consideramos lícito afirmar, provavelmente é a mais empregada. Dela deriva a concepção muito difundida de que a inserção dos meios de comunicação na esfera pública se daria essencialmente pela condição de porta-voz de grupos sociais que os financiam. Não se trata, aqui, de negar que a imprensa possa cumprir esse papel, mas de alertar para o excesso de reducionismo ao se limitar a sua inserção no debate público apenas a uma condição

Actes, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994, BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997, BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 403 e ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2003.

⁶⁵ Conforme LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 57-86.

meramente passiva, reflexiva ou subordinada aos poderes constituídos da sociedade.

Quanto a isso, a segunda concepção da noção de interesse parece nos dar uma resposta mais satisfatória, na medida em que envolve o conceito de ideologia. Dentro do marxismo, porém, há uma grande variedade de definições diferentes para ideologia e a sua relação com a defesa dos “interesses” da classe dominante, o que leva inclusive ao questionamento se estamos tratando de um ou de vários conceitos. Como ressaltam Terry EAGLETON⁶⁶ e John THOMPSON⁶⁷, o termo ideologia é bastante polissêmico, sendo empregado em sentidos não só distintos mas também contraditórios.⁶⁸

Para a nossa análise, vamos nos deter na formulação desse conceito apresentada por Louis ALTHUSSER porque, além de ter sido uma das mais empregadas na avaliação dos meios de comunicação, consideramos que a forma como este filósofo se preocupou em responder questões centrais relativas ao nosso objeto em estudo permite tirar conclusões interessantes quanto ao emprego da noção de ideologia, tanto por suas possibilidades analíticas, quanto por seus limites.

O conceito de ideologia de ALTHUSSER não é propriamente original, na medida em que também se baseou nos escritos de Gramsci.⁶⁹ Ao introduzir a sua noção chave de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), o filósofo francês desejou, seguindo o italiano, incorporar na teoria marxista a ideia de que o processo de dominação social nas sociedades ocidentais não estava apenas localizado no controle sobre o Estado, cujos aparatos (militar-

⁶⁶ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo : UNESP, 1997.

⁶⁷ THOMPSON, *op.cit.*

⁶⁸ Thompson, por exemplo, faz uma distinção entre duas variantes gerais do emprego na noção de ideologia: uma “neutra”, onde a ideologia seria compreendida como uma ideia ou um programa sem ter nenhuma relação com o processo de dominação social, e outra negativa ou crítica, ou seja, quando se aplica esta categoria para se fazer uma avaliação condenatória de um sistema simbólico qualquer. Nesse caso, para o autor, “o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que (*ele chama*) de relações de dominação. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder* (THOMPSON, *op.cit.*, p.16). Em relação à variação de sentidos do termo no marxismo, EAGLETON apresenta, apenas em Marx, quatro sentidos diferentes da ideologia e/ou de seu papel na dominação: “A ideologia pode denotar crenças ilusórias ou socialmente desvinculadas que se vêem como fundamento da história e que, distraindo os homens e mulheres de suas condições sociais efetivas (...) servem para expressar um poder político expressivo (*IDEOLOGIA ALEMÃ*). (...) Por outro lado, a ideologia pode designar idéias que expressam os interesses materiais da classe social dominante e que são úteis na promoção de seu domínio (*IDEOLOGIA ALEMÃ*) (...). Finalmente, a ideologia pode ser ampliada para abranger todas as formas conceptuais em que é travada a luta de classe como um todo, o que, presumivelmente, incluiria a consciência válida das forças politicamente revolucionárias (*op.cit.*, p.82). A essa três definições, EAGLETON ainda acrescenta uma quarta, na qual a dominação de classe está fundamentada não em ideias mas no próprio mecanismo do sistema capitalista, através do conceito de fetichismo da mercadoria. Nesse caso, os sujeitos sociais aderem inconscientemente à lógica do sistema capitalista a partir do momento em que aceitam e se submetem à lógica da mercadoria (idem, p. 83).

⁶⁹ O autor italiano definiu ideologia como sendo “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 328).

burocrático) voltavam-se mais para a coerção. Ao contrário, esse processo de dominação tinha como campo de atuação essencial um conjunto de instituições privadas (escola, igreja, meios de comunicação, etc.), nas quais eram difundidos e inculcados os sistemas de valores necessários à manutenção do sistema capitalista (1985, p. 72). Nesse ponto, ALTHUSSER desenvolvia o conceito gramsciano de Estado Ampliado, que associava tanto o aparato estatal repressivo quanto à sociedade civil (aparatos privados de hegemonia) na construção de consenso.⁷⁰

Com esse objetivo, ALTHUSSER fez uma forte crítica ao conceito tradicional de ideologia que separava, de uma forma muito rígida, o universo da superestrutura ideológica e o da infraestrutura material. O filósofo francês censura em Marx o seu apelo a esta “metáfora da superestrutura e da infraestrutura” para oferecer uma descrição da articulação entre a base material e o ideológico,⁷¹ argumentando que a ideologia é um elemento essencial da constituição do social, agindo em todas as áreas e em todos os espaços da sociedade. Dessa maneira, ela não só é fundamental para a dominação dos excluídos como também para a própria formação dos dominantes enquanto classe social. Sem ideologia, o sistema não se constitui e muito menos se reproduz, e seu local de construção e de incorporação está nesses diversos espaços sociais constituídos pelos AIE, dentre os quais encontramos os meios de comunicação.

Essa posição leva ALTHUSSER a condenar também no “jovem” Marx e, em especial, no texto *A Ideologia Alemã*, o desenvolvimento de uma noção negativa de ideologia “concebida como pura ilusão” e, assim, como uma derivação da vida material (1985, p. 83). Também faz este autor criticar em Marx a definição da ideologia como falsa consciência (1997, p. 83). Ver a ideologia como falsa consciência era pensá-la nos termos da filosofia do Sujeito clássico, opondo a falsa consciência (ideologia) à consciência verdadeira (do Sujeito livre) e à realidade que esta ideologia desejava falsear. Uma das inovações do pensamento de ALTHUSSER foi exatamente contestar essa noção, afirmando que a ideologia é uma visão do mundo, uma representação, que não é falsa nem verdadeira porque não existe visão que não

⁷⁰ Vemos, assim, que se constitui um equívoco afirmar que ALTHUSSER tenha defendido uma supervalorização do Estado no controle social ou mesmo uma espécie de estatização das instituições privadas burguesas. Ao contrário, a definição de AIE não se refere a uma propriedade ou controle do Estado sobre o privado ou sociedade civil. Estes Aparelhos Ideológicos privados seriam “de Estado” (e não “do” Estado) pela função que exerceriam na dominação social, divulgando e inculcando uma ideologia adequada aos interesses da classe dominante. Ademais, a ênfase dada por ALTHUSSER está, novamente seguindo Gramsci, em deslocar o centro da luta pela dominação do Estado, ou seja, do uso da força repressiva, para a sociedade civil e, assim, para o embate ideológico.

⁷¹ Quanto a isso, ver ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Althusser, a Ideologia e as Instituições*. In.: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1985, p. 9.

seja ideológica (1985, p. 85). A ideologia é uma estrutura pan-história que, para agir, não depende da consciência que os atores sociais têm dela. Longe disso, ela pertence ao universo do inconsciente, do que tira grande parte de sua eficácia.⁷²

Toda esta exposição sobre ALTHUSSER é importante porque este autor procura apresentar, dentro do aporte marxista, a resposta para duas questões essenciais na relação entre ideologia e interesse de classe: de um lado, a crítica à noção de consciência e de Sujeito da consciência que pode levar à confusão entre ideologia e manipulação e, de outro lado, a ideia de que não é possível separar o material (no caso, o social) do representacional, ou seja, que não podemos falar na existência de classes e grupos sociais antes e independentemente da sua expressão no ideológico. Esse ponto é muito interessante para a nossa discussão porque introduz um elemento fundamental: o papel da ideologia na construção dos sujeitos sociais e, especialmente, de seu próprio “interesse” como classe social que, para ALTHUSSER, não está dado apenas pelo material, mas é construído e incorporado pelo ideológico.

Em relação ao estudo da história e meios de comunicação, este elemento leva a questionar o papel da própria imprensa na sua relação com os sujeitos sociais cujos interesses ela representaria. Em outras palavras, se a construção desses sujeitos e de seus próprios interesses depende do trabalho dos AIE, as representações que estes fazem da realidade deixam de ser meros reflexos de grupos e de interesses constituídos previamente e independentemente desses “aparelhos”.⁷³ E, dessa forma, se abre uma alternativa para se pensar um papel diferente para a inserção da imprensa no debate público que pode ser concebido através de sua importância na constituição de sujeitos sociais.

Entretanto, em relação a esta questão, o aporte de ALTHUSSER traz também sérios limites. Um deles foi a excessiva formalidade que deu ao conceito de ideologia e, especialmente, a enorme uniformidade com que descreveu os seus Aparelhos Ideológicos de

⁷² Na análise desse processo de introjeção, ALTHUSSER introduziu no marxismo as categorias psicanalíticas de sujeito e de interpelação. Segundo ele, a “ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito” (1985, p. 93). Ou seja, todo o discurso ideológico se constitui em torno de um Sujeito central (no caso do discurso religioso, este Sujeito seria Deus), a cujos princípios os indivíduos devem se sujeitar, e em posições de sujeito (papéis sociais), às quais cada indivíduo deve se identificar. As identidades sociais são, assim, derivadas dos discursos ideológicos produzidos pelos AIE e inculcadas por eles nos indivíduos. Como a ideologia é uma estrutura pan-história, não existe indivíduo que se encontre fora do processo de interpelação e sujeição. Conforme ALTHUSSER, “você e eu já somos *sempre* sujeitos” (1997, p. 95).

⁷³ ”. Com efeito, essa foi a interpretação que emergiu, inspirada nos escritos de ALTHUSSER, tanto de Michel FOUCAULT e seu conceito de “formação discursiva”, quando da escola marxista inglesa dos Estudo Culturais, especialmente com o autor Stuart HALL e seu questionamento sobre o papel dos meios de comunicação de massa na construção da identidade social. Quanto a FOUCAULT e o conceito de formação discursiva, ver FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987. Em relação ao conceito de identidade em Stuart HALL, ver HALL, Stuart. *A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. In.: Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, 22(2), p. 15-46, jul/dez 1997.

Estado. Ou seja, na obra de ALTHUSSER, os AIE, apesar de suas diferenças, são espaços de produção cultural unificados pela função que exercem na manutenção das relações sociais de dominação.

Ao nosso entender, essa visão apresenta duas insuficiências centrais, no caso dos estudos dos meios de comunicação. O primeiro deles é que, embora ALTHUSSER tenha ressaltado o papel ativo desses meios na construção do sujeito social, ele também tendeu a conceber esse papel de forma muito fechada, não permitindo espaços para que os conflitos sociais tivessem lugar em seu interior. Portanto, esse aporte não nos oferece instrumentos intelectuais para entender como as disputas entre diferentes classes sociais e até as divergências entre frações de uma mesma classe poderiam se expressar ou serem expressadas nesse universo.⁷⁴

Dessa forma, ALTHUSSER não nos ajuda a superar uma grande dificuldade nos estudos das relações entre meios de comunicação, política e história: o de conceber a imprensa de uma época, por exemplo, como uma instituição monolítica, que age como um corpo hermético na defesa de um “interesse” de classe ou de grupos particulares. Até porque a concepção de interesse incorporada por esta análise acaba por ficar muito genericamente relacionada às necessidades estruturais do sistema para a manutenção das relações de dominação, desconsiderando todas as divergências de “interesses” que possam se gerar no interior da própria classe dominante e, dessa maneira, interferir ou serem mobilizados nas representações que os meios de comunicação social fazem da realidade social.

A segunda insuficiência diz respeito à total negligência com os conflitos que podem se originar entre os sistemas de produção cultural conforme estes vão atingindo certo grau de especialização das sociedades modernas. Essa interpretação desconsidera as disputas que se estabeleceram entre os sistemas simbólicos na delimitação das suas próprias competências específicas nessas sociedades, cujo desenrolar foi fundamental à configuração dos Estados contemporâneos, como podemos verificar nas divergências entre a Medicina e o Direito que FOUCAULT ilustrou na obra coletiva sobre Pierre Rivière.⁷⁵ Também são negligenciados os

⁷⁴ Preocupado primordialmente com a reprodução social, ALTHUSSER criou um modelo no qual a sujeição parece total. O indivíduo já nasce sujeito e sempre será sujeito. E, o pior, sempre sujeito do discurso dominante, do qual nem a classe dominante escapa. Mesmo que ALTHUSSER admita que os AIE possam oferecer diferentes discursos de sujeição, eles estariam unidos pela função de produzir e difundir a ideologia dominante. Há pouco ou nenhum espaço para a contestação.

⁷⁵ FOUCAULT, Pierre. *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha mãe, a minha irmã e o meu irmão* : um caso de parricídio no século XX..ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. RODRIGUES analisa, por exemplo, os conflitos entre o campo religioso e as demais áreas de atividade, conforme estas foram atingindo determinado grau de autonomia, da seguinte maneira: a partir do século XIV, “assistimos à aceleração e à intensificação do processo de fragmentação do tecido social numa multiplicidade de esfera de legitimidade, observando-se o aparecimento

conflitos que se configuraram no próprio interior dos espaços de produção simbólica sobre a definição da forma mais legítima de produção do bem ou serviço que cada um oferece. Em termos de compreensão do papel da imprensa, o aporte de ALTHUSSER não permite incorporar todo o conflito que se estabeleceu em torno da própria constituição do jornalismo como uma atividade particular, com as suas próprias regras de produção discursiva, o que modificou não apenas a sua produção linguística mas o próprio papel que ela pretende ocupar na esfera pública, como vimos na análise da transição de um modelo de jornalismo política para o informativo.⁷⁶

Nossa crítica a esta forma de abordagem não está em negar um possível papel da imprensa ou dos sistemas de produção simbólica na satisfação dos interesses dominantes na sociedade, quer conscientes ou inconscientes. Os jornais, como empresas de comunicação, estão associados ao capitalismo e, deste modo, têm um vínculo estrutural com a defesa de suas regras, como a liberdade de imprensa e a garantia da propriedade. O que desejamos criticar é a noção de que os possíveis “interesses” da classe economicamente dominante se exerçam diretamente sobre os sistemas de produção simbólica, sem nenhuma forma de mediação interna, e que, desta maneira, a imprensa constitua uma instituição monolítica na defesa dos mesmos, sem espaços para fissuras.

Por todas essas questões, consideramos que o entendimento da forma como a imprensa se insere na arena de discussão deve procurar um modelo de interpretação que, mesmo sem negar o peso das demandas sociais externas sobre os jornais, permita dar conta: de um lado, de uma compreensão do papel dos jornais na expressão dos diversos interesses que sobre eles se exercem para além da condição de porta-voz passivo de grupos de interesses ou suporte da ideologia dominante; de outro lado, de uma visão da inserção da imprensa na esfera de debates que leve em consideração a sua especificidade como espaço de produção cultural, em especial na sua relação institucional com os demais espaços.

de novas formas de lutas que têm como objetivo o enfraquecimento e mesmo o fim do domínio hegemônico do campo religioso sobre as esferas científicas, médica, política, jurídica.” (1990:143).

⁷⁶ Quanto a isso podemos consultar as análises feitas por Patrick CHAMPAGNE (1988 e 1990) sobre os efeitos que as transformações e autonomização do campo jornalístico francês exerceram sobre a política e outras atividades mais tradicionais, como a Medicina, provocando profundas alterações em seu próprio exercício.

1.3 – A imprensa e o Segundo Governo Vargas – em busca de alternativas para a compreensão de uma relação complexa

Iremos, agora, avaliar algumas interpretações sobre a relação entre imprensa e política no Segundo Governo Vargas, que têm sido apresentadas nos últimos anos e que, a nosso ver, podem oferecer interessantes alternativas de análise para superar os limites apresentados na exposição acima e nos ajudar a compreender melhor o objeto aqui em estudo.

Uma dessas alternativas é dada pelos pesquisadores Alzira ABREU e Fernando LATTMAN-WELTMAN e que, no nosso entender, oferece diferenças significativas com as linhas que abordamos anteriormente. ABREU, por exemplo, condena a tendência de se considerar os jornais somente como instância subordinada aos interesses externos, quando explica a pouca presença da imprensa nas pesquisas históricas nos anos 90 pelo

fato de ela ser (*a imprensa*) geralmente considerada subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante. Ela se apoiaria em fontes que representam as instituições detentoras do poder e dos interesses organizados. Não é atribuída papel de construtora do próprio fato que divulga. Nessa concepção, baseada na teoria da dominação, perde-se de vista os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento.⁷⁷

Já na pesquisa em que analisam o comportamento dos jornais brasileiros na crise que levou ao suicídio de Vargas (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994), os autores nos oferecem uma interpretação alternativa do papel da imprensa. Mesmo identificando a postura oposicionista de boa parte dos grandes jornais contra Getúlio, apresentam duas diferenças essenciais em relação às demais análises sobre o tema.

A primeira delas diz respeito às razões dessa oposição. Os autores não fazem referência à divergência de interesses entre um projeto nacionalista de Vargas e o imperialismo, procurando explicações na relação específica entre o presidente e os jornais oposicionistas.⁷⁸

A segunda diferença está em apontar a diversidade de comportamentos dos periódicos

⁷⁷ ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 8.

⁷⁸ De um lado, ABREU & LATTMAN-WELTMAN salientam as diferenças entre a grande imprensa e o presidente, cuja origem estaria nas arbitrariedades cometidas por Getúlio no Estado Novo contra os jornais que teriam gerado forte ressentimento nos proprietários e nos jornalistas perseguidos pelo regime; de outro lado, fazem referências às diferenças surgidas durante o governo, em especial “o lançamento e o grande sucesso jornalístico da **Última Hora**” que “deu ao conflito novos tons e desdobramentos” (1994, p. 28).

frente a Getúlio. Tomando como base a cobertura do atentado contra Lacerda, dividem a imprensa em dois blocos: os jornais que “exerceram uma dura oposição ao governo de Vargas, antes e depois do atentado” (**Diário Carioca**, **Diário de Notícias**, publicado no Rio de Janeiro, **Estado de S.Paulo** e **Correio da Manhã**), fazendo campanha para sua saída do poder de qualquer maneira; os jornais que “procuraram pautar-se por um comportamento menos emotivo, segundo os padrões contemporâneo de jornalismo” (**O Globo**, **O Jornal** e a **Folha da Manhã**) e que tiveram uma postura de cautela no episódio, defendendo uma saída constitucional para a crise.

Essa divisão, segundo os autores, é suficiente ao menos para amenizar a “hipótese já por vezes reiterada de que o cerco a Getúlio se deveu a uma campanha sistemática da imprensa da época” (1994, p. 35), visto que apenas o primeiro grupo corresponderia a esse perfil, descartando, deste modo, a tese da ação conspirativa e orquestrada contra Vargas.

Como podemos explicar, contudo, essa diferença? Na opinião dos pesquisadores ela se deve a uma mescla de elementos contraditórios: para o primeiro grupo, haveria predominância do “facciosismo e do personalismo em relação à informação” (*idem*, p. 41); para o segundo grupo, predominaria um maior compromisso ideológico com o liberalismo-democrático, o que levaria os jornais a procurar saídas sistêmicas para a crise.

Devido aos próprios limites do trabalho, os autores não chegam a aprofundar a análise, porém apresentam orientações interessantes. No que se refere ao “jornalismo de facção”, ressaltam a diferença frente ao jornalismo “partidário”. Para eles, não havia, “entre os jornais pesquisados e os partidos da época, qualquer relação necessária de correspondência”; o termo “facção” serve para se referir “a clivagens que se estabelecem prévia ou muito posteriormente a quaisquer divergências ideológicas ou programáticas, encarnadas muito mais em antagonismos estruturados em torno de pessoas ou claques”.⁷⁹ Nesse caso, a questão central era a figura de Vargas: “O foco das desavenças sempre fora e continuava a ser a pessoa do presidente da República e tudo o que ele representava então para o sistema político” (*ibidem*, p. 47).

No que se refere ao jornalismo comprometido com o liberalismo-democrático, os autores não aprofundam a explicação, apenas indicam, como hipótese de trabalho futuro, a necessidade de associar esse posicionamento diferenciado dos jornais às “características estruturais de suas inserções na arena política e ideológica”, já que ele pode ser um indicativo “das mudanças estruturais porque passava a imprensa como um todo, que se manifestavam

⁷⁹ Ver nota 31, p.45, do texto de ABREU & LATTMAN-WELTMAN, *op.cit.*

distintamente na experiência de cada veículo” (*ibidem*, p. 48), fazendo alusão à modernização comercial de alguns jornais.

Por um lado, este trabalho apresenta uma nova interpretação do papel da imprensa no segundo governo Vargas e aponta a necessidade de pesquisas que procurem avaliar a inserção institucional específica dos grandes jornais no debate público do período.⁸⁰ Contudo, ainda se mantém dentro dos limites da oposição entre o jornalismo político e o jornalismo empresarial, classificando os jornais politicamente combativos como facciosos e explicando a postura institucional apenas como derivada da introdução do modelo americano de jornalismo industrial que se iniciava no período, sem, no entanto, apontarem maiores evidências sobre estas relações.

Uma alternativa de interpretação é oferecida pela pesquisa de Lavina RIBEIRO, muito embora seu marco temporal não se restrinja à década de 1950. Inspirando-se em HABERMAS e Raymond WILLIAMS, a autora procura analisar a constituição histórica brasileira da especificidade institucional das práticas comunicativas, defendendo a hipótese de que esta constituição seguiu uma linha de continuidade que as impediu “de dissolverem-se e pulverizarem-se em outros setores da prática social historicamente institucionalizada” (2004, p. 9).

Lavina RIBEIRO salienta, ainda, algumas particularidades da emergência institucional dessa imprensa, especialmente na Primeira República, quando, segundo ela, começou o processo de industrialização dos jornais. Uma dessas particularidades foi a sua estreita relação com o Estado, cujo papel no subsídio e no controle da atividade jornalística diminuiu o grau de autonomia institucional da imprensa na constituição de uma esfera pública no Brasil. Outra particularidade esteve na relativa verticalidade do processo de instituição das práticas comunicativas. Devido à ausência de centros urbanos dinâmicos e de uma classe média politicamente ativa, com um perfil ideológico definido, a emergência institucional da imprensa brasileira esteve muito ligada às elites letradas, o que limitou a sua esfera de ação a um espaço socialmente restrito.

Isso não significou, entretanto, uma total subordinação da imprensa ao Estado ou ao mercado. Apesar das diversas pressões que se exerceram sobre a atividade jornalística, os jornais procuraram encontrar seu próprio espaço na esfera do debate público, especialmente

⁸⁰ É bom salientar este ponto, porque, outros trabalhos também apontam a diferença da postura dos jornais frente ao governo, como Ana RIBEIRO (2007), mas não explicam essa variação por alguma forma distinta de inserção na esfera pública.

através da relação institucional que construíram com seu público leitor.⁸¹

Para a autora, essas características fizeram com que o jornalismo brasileiro, ainda na Primeira República, construísse seu espaço institucional combinando elementos da imprensa informativa norte-americana com a postura político-polemista. Desta maneira, pôde dispor de uma forma específica de “intervenção pública” e de “um território particular de discursividade que não se confundirá mais facilmente como antes com as demais fontes públicas de produção simbólica” (2004, p. 156).

Quando aborda a imprensa brasileira pós-45, Lavina RIBEIRO critica as análises que procuram reduzir as mudanças estruturais nas práticas comunicativas à

dimensão material da imprensa em detrimento da sua paralela força discursiva no plano político, a qual, não pode ser interpretada como mera reprodução da lógica produtivista do capital investido em suas estruturas objetivas de produção.⁸²

Desta forma, a autora condena a interpretação de SODRÉ (1983) que retrata uma imprensa “manipulada como instrumento de persuasão política da classe média, das facções e dos setores sociais influentes no cenário público nacional”. Para ela, nesse

ambiente explicativo inexistia a possibilidade de identificação de iniciativas singulares à especificidade institucional da imprensa e, mesmo, de qualquer outra forma de comunicação pública, porque prevalece a determinação dos fatos infraestruturais sobre as instituições de comunicação.⁸³

Conforme a pesquisadora, as múltiplas pressões que acompanham a constituição da imprensa nesse período (como a “*modernização* empresarial do jornalismo”, as demandas da “esfera política por jornais de maior alcance e apelo público” e os “interesses econômicos do capital nela investido”), não devem ser entendidas como forças que, de fora, a submeteram. Ao contrário, foram processos que

conviveram simultaneamente no interior do instituto jornalístico, mas não como fatores externos exercendo pressões de fora para dentro dos jornais e sim, mais propriamente, como novas variáveis internas específicas do desenvolvimento institucional da imprensa, sem uma necessária ordem ou hierarquia de determinação entre elas.⁸⁴

⁸¹ Conforme declara Lavina RIBEIRO: “A variável mais importante nessa relação imprensa e Estado é o público. Quanto mais próximo dele, menos a imprensa se vulnerabilizava às pressões estatais. A contradição da época, entretanto, consistia na dificuldade de agregação ou de identificação clara de um público, como já foi visto, heterogêneo e sem projetos políticos próprios, ou seja, no momento em que os jornais ampliavam suas condições materiais de discursividade, o público almejado não tinha faces e demandas discerníveis que pudessem ser traduzidas em políticas editoriais consistentes” (2004, p. 143).

⁸² RIBEIRO, 2004, p. 297.

⁸³ Idem, pp. 329-330.

⁸⁴ Ibidem, p., 321.

Em resumo, o trabalho de Lavina RIBEIRO oferece interessantes elementos para repensarmos o papel da imprensa no segundo governo Vargas, especialmente no que se refere à necessidade de se compreender sua inserção na esfera pública. A única limitação em relação ao objetivo a que nos propomos está no fato de a autora centrar sua análise na inserção institucional da imprensa na arena de debates, sem privilegiar este espaço como um local de conflito. Ou seja, na visão de Lavina RIBEIRO é privilegiado aquilo que haveria de comum no trabalho da imprensa para a construção da sua inserção institucional. Os jornais não são pensados nem no papel que poderiam exercer sobre a legitimação dos diversos interesses sociais externos e nem como possíveis agentes culturais em disputa para dominar o espaço institucional que criam em torno da sua discursividade própria.

Com o objetivo de procurar alternativas de análises que deem conta dessas diferentes questões iremos recorrer à obra de BOURDIEU, em especial às noções de campo de produção ideológica e de campo jornalístico.

1.3.1 – O campo de produção ideológica: alternativa para entender a relação entre imprensa e política no debate público

O uso instrumental dos conceitos

A noção de campo social e, em particular, a de campo jornalístico, têm sido empregadas com relativa frequência na análise das práticas comunicativas do Brasil, tanto no que se refere à realidade atual como em sua emergência histórica.⁸⁵ Entretanto, o uso dessas noções merece algumas ressalvas.

O jornalismo não foi um dos objetos de pesquisa privilegiados por BOURDIEU. Em suas obras centrais sobre os espaços de produção cultural, os meios de comunicação são tratados de forma secundária devido à condição subordinada que ocupariam frente às áreas mais nobres, como a arte erudita e a ciência. A noção de campo jornalístico, por sua vez, aparece apenas nos textos mais tardios do autor,⁸⁶ e, como ressalta MIGUEL (2002), não apresenta o mesmo grau de sistematização de outros conceitos, pois é empregada mais para a crítica contra a hegemonia da televisão comercial no campo cultural francês do que propriamente para a análise acadêmica.

Disso resulta que esta noção está muito marcada pelo contexto em que é usada, ou

⁸⁵ Como exemplos podemos, citar RODRIGUES (1999), BERGER (1998) e MIGUEL (2002).

⁸⁶ Ver quanto a isso, os textos reunidos em BOURDIEU, 1997.

seja, a realidade contemporânea das comunicações francesas. Além disso, se levarmos em conta as diversas abordagens realizadas por BOURDIEU no universo da comunicação, observamos que ele apresenta um conjunto variado de noções, como campo da indústria cultural, campo jornalístico e campo de produção ideológica, que oferece um amplo espectro conceitual ainda a ser explorado, mas que não foi completamente sistematizado ou enquadrado em um único sistema.

O próprio autor nos avisa, contudo, que a noção de campo não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos)⁸⁷ e sim um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais.⁸⁸ Disso deriva o emprego bastante flexível que BOURDIEU faz dessa noção, adaptada ao recorte que orienta cada investigação, tendo em vista que nem todos os elementos pertinentes em um caso podem ou devem ser aplicados em outro. Além disso, a abordagem de uma nova situação sempre implica em adequações e novos questionamentos.

Sendo assim, devemos considerar que a análise de uma realidade particular, como a da imprensa brasileira da década de 50, com base no instrumental de BOURDIEU, exige uma seleção criteriosa dos elementos teóricos desenvolvidos pelo autor a fim de empregar aqueles mais pertinentes à construção do objeto de pesquisa. Por outro lado, requer também a exploração de sua obra para além dos textos específicos dedicados ao campo jornalístico, na busca dos instrumentos mais apropriados à realidade estudada. E, na medida do necessário, avançar nas análises específicas do autor a fim de satisfazer algumas exigências próprias ao contexto particular que abordamos, sempre respeitando, contudo, a integridade de seu pensamento.

⁸⁷ Em relação a esta questão, consultar BOURDIEU. Pierre Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989, p. 19-58.

⁸⁸ Como afirma BOURDIEU, condenando o “fetichismo dos conceitos e da teoria” que tende a “considerar os instrumentos ‘teóricos’, *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmo, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação”: “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona com um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas atividades” (1989, p. 27).

1.3.2 – Campo político e campo jornalístico no debate público

A emergência de uma esfera de debate nas sociedades contemporâneas foi objeto de estudo da obra clássica de HABERMAS, *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Iremos analisar inicialmente este trabalho, pois ele oferece uma das principais referências à compreensão da especificidade institucional da imprensa nessa arena de debate, a qual vem sendo bastante empregada nos estudos de comunicação no Brasil.

No livro acima referido, HABERMAS desenvolveu a noção de “esfera pública burguesa” como uma instância que intermediaria, “através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (1984, p. 47). Esta esfera pública burguesa teria emergido entre os séculos XVII e XVIII, nas sociedades capitalistas modernas, e, segundo o pensador alemão, pertenceria ao universo do privado, pois era constituída por pessoas privadas enquanto público e não estava ligada ao poder do Estado, instituindo-se, ao contrário, contra ele (*op.cit*, p. 43).⁸⁹

Essa esfera seria responsável pela geração da “opinião pública”, não no sentido de opinião do público em geral, mas como opinião esclarecida. Ao ser elaborada nesse espaço livre de toda a pressão, ela encarnaria a Razão universal, condição que lhe dava legitimidade.

Para se tornar possível, esta esfera precisou de um meio de circulação das ideias e das informações sobre os atos de poder. Por isso, a esfera pública burguesa, apesar de ter origem nos cafés e clubes literários, logo se associa à imprensa.⁹⁰

A presença dos jornais, como instância necessária à existência da esfera pública burguesa, inaugura a segunda etapa da história da imprensa na visão do autor. A primeira foi a dos pequenos periódicos comerciais surgidos nos primórdios do capitalismo, mas, nesta segunda etapa, chamada de jornalismo político ou literário, a imprensa deixa de ser um mero instrumento privado para se tornar uma verdadeira instituição. Mesmo que ligada a correntes de opinião ou a partidos, sua presença é necessária para que os debates se tornem realmente públicos. Como lembra HABERMAS, “a formação da opinião pública implicava, ao menos na ideologia das Luzes, uma livre circulação das ideias e dos escritos, ou seja, em política, o

⁸⁹ Além disso, para exercer sua função crítica, essa esfera pública deveria ser composta por homens instruídos e livres, tanto da dependência com o Estado quanto das necessidades materiais imediatas. Apenas dessa forma esses homens poderiam se dedicar ao debate racional, sem a interferência da pressão do governo ou mesmo dos interesses particulares (*op.cit.*, p.51).

⁹⁰ Segundo HABERMAS, o fim da censura prévia à imprensa inglesa, por exemplo, “assinála uma nova fase do desenvolvimento da esfera pública, possibilita o ingresso do debate na imprensa e permite a esta transformar-se num instrumento com cuja ajuda decisões políticas podem ser tomadas perante o novo fórum do público” (*idem*, p. 77).

desenvolvimento de uma imprensa de opinião” (*op.cit.*, p. 52).

Entretanto, no século XIX, a relação entre a imprensa e a opinião pública passou por uma grande transformação. As condições que possibilitaram a emergência do capitalismo concorrencial – cujo equilíbrio entre os pequenos e médios proprietários garantia uma esfera pública composta por homens livres e cultos – vão sendo paulatinamente superadas pela concentração de recursos econômicos no capitalismo monopolista. Neste, o mercado é dominado pelas grandes corporações cujo poder lhes permite controlar a esfera privada e, desta forma, a esfera pública, em especial a imprensa que entra, assim, em uma terceira etapa.

Ao lado dos jornais políticos de baixa circulação começa a emergir uma nova imprensa comercial, sendo sua prioridade maximizar o lucro econômico através da ampliação dos leitores e da venda de espaços publicitários. Isso leva a uma mudança radical no conteúdo dos jornais, pois a busca da extensão do público faz com que estes meios de comunicação abandonem o papel de orientar a opinião política em favor da tarefa de apenas informar, negligenciando a condição de instância reflexiva para se dedicar à pura sedução do leitor.

Para HABERMAS, se a comercialização da imprensa permitiu uma expansão da esfera pública, incluindo as camadas sociais que anteriormente estavam fora do debate, pagou-se, contudo, um preço muito caro: um grande empobrecimento dessa esfera, mediante o rebaixamento de sua racionalidade em favor de um caráter emotivo-reivindicatório.⁹¹ Mais do que isso, a transformação da imprensa partidária em comercial proporcionou seu controle pelas grandes corporações capitalistas que passaram a empregar a esfera pública como uma instância de manipulação publicitária em prol de seus interesses privados.

Mesmo que a análise de HABERMAS esteja aqui muito simplificada, ela oferece elementos suficientes para constatarmos as semelhanças entre seu modelo e os trabalhos sobre a imprensa brasileira na década de 1950, avaliados na unidade anterior. Notamos, no entanto, uma grande diferença deste autor em relação às abordagens que analisamos, tendo em vista que ele atribuiu um valor positivo ao jornalismo político ou literário, procurando entender sua própria inserção institucional no debate público, enquanto atribui um valor negativo ao jornalismo comercial. Para HABERMAS, aliás, essas duas formas correspondem a duas esferas públicas diferentes, com funções distintas: uma esfera pública burguesa como local da racionalidade (jornalismo partidário) e uma nova esfera pública como local da pura

⁹¹ Para o autor, a introdução das leis de mercado da esfera de intercâmbio de mercadorias na “esfera reservada às pessoas privadas enquanto público” faz com que o raciocínio tenda a “se converter em consumo” e o “contexto da opinião pública” se dissolva “nos atos estereotipados da recepção isolada” (1984:191).

manipulação publicitária (jornalismo comercial).⁹²

Portanto, mesmo que o trabalho de HABERMAS ofereça uma alternativa para abordar o processo de institucionalização da imprensa na arena de debate, seu modelo ainda permanece insuficiente, pois dá uma visão excessivamente normativa e bidimensional desse processo, vendo, por exemplo, um jornalismo político como lugar apenas da racionalidade e não de disputa pelo poder social, e o jornalismo comercial como espaço da manipulação publicitária.⁹³

Tendo em vista estes limites, consideramos que a noção de campo de produção ideológica desenvolvida por BOURDIEU para dar conta deste espaço de debate apresenta vantagens na abordagem do nosso objeto específico de pesquisa.

BOURDIEU define essa noção como um

universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis a um momento dado do tempo e onde se define, simultaneamente, o campo do pensável politicamente ou, se quiser, a problemática legítima.⁹⁴

Diferentemente da esfera pública burguesa original de HABERMAS, local da pura racionalidade, o campo de produção ideológica é um *espaço de conflito* no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes no debate público.⁹⁵ Entretanto, este espaço de conflito não corresponde a uma esfera pública refeudalizada, transformada em instrumento publicitário do poder econômico dominante na sociedade.

Na análise que fez da emergência da arena de discussão nas sociedades contemporâneas, Patrick CHAMPAGNE, pesquisador da equipe de BOURDIEU – na *Maison des Sciences de l'Homme* –⁹⁶, define-a como um espaço plural e de conflitos, no qual diversos

⁹² De qualquer maneira, é visível as semelhanças desse aporte com a interpretação apresenta por SODRÉ, que vimos anteriormente.

⁹³ Encontramos essas críticas mesmo em autores que procuram recuperar as principais categorias desenvolvidas por HABERMAS na análise dos meios de comunicação como em GOMES (1998) e Lavina RIBEIRO (1996).

⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris : Minuit, 1979, p. 465. As traduções das citações originais em francês foram feitas pelo autor desta tese.

⁹⁵ Da mesma maneira, enquanto que, para o pensador frankfurtiano, “a cultura burguesa não era mera ideologia” porque “o raciocínio das pessoas privadas nos salões, clubes e associações de leitura não estava subordinado de modo imediato ao ciclo da produção e do consumo” (*op.cit.*, p. 190), Patrick CHAMPAGNE – parceiro de BOURDIEU nos estudos sobre os meios de comunicação – define esta opinião pública esclarecida do Iluminismo como a opinião “das ‘pessoas de letras’ que, em nome da Razão que eles pensam encarnar, erigem-se como uma espécie de tribunal de apelação que se abre a todas as vítimas da injustiça e do arbítrio” (*op.cit.*, p. 47). Dessa forma, essa opinião corresponde ao interesse específico dos letrados em produzir um novo princípio de legitimidade sobre os assuntos políticos que melhor corresponda ao tipo de capital particular que dominam, a saber, a arte do debate. O que faz da noção de opinião pública uma “ideologia profissional” (*idem*, p. 47).

⁹⁶ A *Fondation Maison des Sciences de l'Homme* é uma instituição pública de pesquisa francesa, vinculada ao Ministério da Educação, e responsável por produção científica na área de ciências sociais.

agentes e instituições lutam para dominar a expressão legítima da opinião pública.⁹⁷ Desta forma, a própria definição de “opinião pública”, nas sociedades modernas, foge ao controle de uma pessoa ou grupo, tornando-se “o resultado incerto de um conjunto de ações difíceis de controlar por apenas um agente, até mesmo pelo próprio poder político” (1990, p.72).

Conforme BOURDIEU, o campo de produção ideológica é o lugar privilegiado da *luta simbólica*, ou seja, da luta pela definição da visão mais legítima sobre o mundo social que é também um conflito pela construção desse mundo, porque a transformação ou a conservação da ordem social dependem da transformação ou conservação dos esquemas de percepção dessa ordem.⁹⁸ Para este autor, a luta simbólica se dá essencialmente pela disputa em torno da imposição do sentido social ou coletivo dos grupos sociais – definidos por sua posição geral na sociedade e/ou por sua posição específica em determinado campo de produção – e das características, das ideias, dos programas, dos projetos, que a eles estão associados.

Nessa luta, os agentes investem os recursos que dispõem (nos termos de BOURDIEU, todas as formas de *capital*), mas o peso maior fica por conta do que o autor chama de *capital simbólico*, *capital de prestígio* ou *autoridade socialmente reconhecida*. Esse *capital simbólico*, os agentes (indivíduo ou instituição) retiram basicamente das suas lutas anteriores e ele lhes permite um poder de sanção sobre o que está em jogo na disputa.⁹⁹ Um dos principais instrumentos e/ou trunfos em uma *luta simbólica* é a apropriação dos *símbolos coletivos*, ou seja, das ideias, imagens, palavras, nomes, aos quais uma sociedade atribui tradicionalmente valores positivos. Esses *símbolos*, por terem uma definição difusa e instável, são objetos de constante conflito onde os agentes sociais lutam, tanto para se associar aos sentidos historicamente mais consolidados quanto para mudar a sua definição mais legítima, a fim de melhor adequá-los às suas características, aos seus projetos, às suas disposições.¹⁰⁰ De qualquer maneira, a importância do símbolo ou do simbólico para os

⁹⁷ Nas palavras do autor: “O desenvolvimento de um campo jornalístico relativamente autônomo em relação ao campo político, de uma imprensa de grande difusão e, correlativamente, o reconhecimento do direito de associação política e sindical também proporcionaram a entrada de uma multiplicidade de formas de expressão políticas às margens da representação parlamentar e tiveram, entre outros, o efeito de alargar o campo dos agentes participantes do trabalho de produção e de manipulação da noção de ‘opinião pública’” (ibidem, p. 72).

⁹⁸ Para o autor, aliás, a existência de um campo de produção ideológica é possível porque os recursos que permitem elaborar e difundir as visões autorizadas sobre o mundo social estão desigualmente distribuídos na sociedade (*op.cit.*, p.491). Isso permite o relativo monopólio desse campo na construção do politicamente pensável e, conforme o autor, “quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política” (BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense,1990, p.192).

⁹⁹ Ver, por exemplo, BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa : Perspectiva,1989, p.134

¹⁰⁰ Em seus trabalhos, BOURDIEU não chega a fazer uma definição específica de *símbolo* ou *simbólico*, mas o uso que faz desses conceitos se aproxima muito do empregado pela semiótica. Segundo autores como Charles

conflitos sociais está em seu enorme poder de mobilizar grupos e de legitimar àquele que dele consegue se apropriar em determinado momento.

Em consequência, o campo de produção ideológica, assim como qualquer campo de produção simbólica, exerce uma *função ideológica*,¹⁰¹ ou seja, tem papel significativo no processo de encobrimento das diferenças sociais objetivas que dão base à estrutura de uma sociedade dividida em classes.

Mas devemos lembrar que, para BOURDIEU, existe uma diferença entre *ideologia* ou *produção ideológica* e *função ideológica*. Ao contrário de THOMPSON (1992), que define ideologia como sendo uma forma simbólica que sustenta uma relação de dominação, de assimetria social, BOURDIEU concebe como *ideologia* toda a forma elaborada de representação sobre o mundo social, normalmente produzida por um campo especializado, como o político, o científico ou o artístico, independentemente de sua contribuição no processo de dominação. Mas as ideologias, à medida que são empregadas como justificativas das diferenças sociais, contribuindo para escondê-las, podem exercer uma *função ideológica*, ou seja, de legitimação da ordem social.¹⁰²

Apesar desses limites, para BOURDIEU, o campo de produção ideológica exerce um papel especial nas sociedades modernas, qual seja: através das suas disputas não apenas é

Pierce, o símbolo é um signo que indica o seu objeto com um alto grau de abstração, sem relação causal ou semelhança com ele; para significar, o símbolo apela para relações de sentido socialmente cristalizadas, como no caso da cobra referindo a perfídia ou a farmacologia e a pomba indicando a paz ou a sexualidade. Embora não exista uma definição consensual, os estudos de semiótica tendem a concordar na caracterização do símbolo como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ambíguo ou polissêmico (EPSTEIN, Isaac. *O Signo*. Editora Ática. São Paulo. 1986, 2ª. edição). Em outras palavras, o símbolo não tem um sentido natural e pode se referir a diferentes e contraditórios significados, dependendo muito do contexto sociocultural em que é apropriado. Para LAPLANTINE & TRINDADE, o “caráter convencional coloca o símbolo no interior do funcionamento social com todas as suas ambiguidades, seu caráter sincrético, polissemântico (*sic*), que caracterizam o movimento unitário e afetivo de todos os indivíduos de uma cultura sobre uma mesma figura sintética” (LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O que imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 13). Mais além, afirmam: “Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica (*op.cit.*, p. 21). O que podemos perceber pela forma como o autor analisa as disputas dos grupos sociais em torno dos termos da linguagem comum: “Ou seja, é suficiente estudar os símbolos ou as palavras comuns em seus usos práticos, para descobrir a necessidade de inscrever em sua definição completa a pluralidade essencial que elas devem a esses empregos antagônicos. As situações de luta política, nas quais esse *jogo de sociedade* representa uma imagem aproximada, lembra – contra aqueles que creem nas línguas de classe – que as palavras e os símbolos podem ser comuns, sem jamais – contra a ilusão do consenso – ser perfeitamente neutros, porque eles carregam em si a potencialidade de seus empregos antagônicos aos quais eles se prestam” (BOURDIEU, 1979, p. 635).

¹⁰¹ Sobre isso, ver BOURDIEU, *idem*, p.11.

¹⁰² Contudo, essa *função ideológica* não é um atributo exclusivo das ideologias, podendo ser exercida por qualquer representação do mundo social, mesmo as elaboradas espontaneamente pelos agentes sociais. Na verdade, no pensamento de BOURDIEU, essas representações espontâneas da realidade, chamadas por ele de *doxa*, são até mais eficazes que as ideologias propriamente ditas porque, ao agirem no nível pré-reflexivo, permitem uma adesão imediata e não-questionada à ordem vigente.

delimitado o universo das problemáticas legítimas, como também ocorre o principal mecanismo de *legitimação* das propostas, programas, projetos políticos, econômicos e sociais em relação aos quais uma sociedade procura encontrar respostas para os seus principais problemas. Em outras palavras, os agentes desse campo têm o poder de não só elaborar programas, mas também de fazê-los valer para toda a coletividade, como propostas “autorizadas” pela força simbólica que ele pode ganhar nesse espaço.¹⁰³

Decorre daí a importância do campo de produção ideológica para o que BOURDIEU conceitua como campo econômico, ou seja, o espaço no qual setores da produção, empresa e até grupos profissionais disputam o controle sobre a divisão dos ganhos materiais, mas que também é uma disputa pela legitimidade desses setores, empresas e profissionais diante da coletividade. Devido a estarem diretamente vinculados à luta por interesses materiais, num espaço onde o “cálculo dos lucros individuais – portanto o interesse econômico – impôs-se como princípio de visão dominante, senão exclusivo –, os agentes do campo econômico estão sempre necessitados de encontrar representações favoráveis capazes de lhes legitimar perante o todo social.¹⁰⁴ Dessa maneira, o campo de produção ideológica é um dos principais espaços onde podem encontrar representações, imagens, ideias, programas aptos a autorizar os seus interesses, tanto individuais (empresas) quanto coletivos (classe social). Em outras palavras, é no campo de produção ideológica que os seus projetos particulares podem ganhar a condição de projetos coletivos, do interesse de toda a sociedade e não apenas do grupo ou classe que ele beneficia mais diretamente.¹⁰⁵

Para o sociólogo francês, entretanto, o poder de legitimação que um campo de produção simbólica pode fornecer a grupos econômicos e sociais e a seus projetos não é exercido de forma direta, mas sempre respeitando a especificidade e a lógica interna de cada um desses espaços. Segundo ele, o *efeito de legitimação* não pode ser entendido apenas como resultado de uma necessária subordinação desses campos aos “interesses” sociais que se exercem de fora de seus limites, apesar de não descartar essas pressões. No pensamento de BOURDIEU, a satisfação dos interesses dos grupos sociais externos pelos produtos culturais deve obedecer à lógica específica do próprio campo de produção. Em uma passagem longa mas fundamental, o autor expressa bem essa concepção:

As ideologias devem a sua estrutura e as suas funções mais específicas às condições

¹⁰³ BOURDIEU, 1979, 1989 e 1990.

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. “O campo econômico”. *Política & Sociedade*, nº 6, pp: 15-58, p. 19.

¹⁰⁵ Ver: BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e espaço simbólico”. In.: *Razões práticas* : sobre a teoria da ação. Campinas/SP : Papirus, 1996, pp: 13-34.

sociais de sua produção e da sua circulação, quer dizer, as funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar, por acréscimo, para os não especialistas. Ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas, – que elas devem suas características mais específicas não só aos interesses de classe ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodicéia), mas também aos interesses específicos daqueles que a produzem e à lógica específica do campo de produção (...) – é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de curto-circuito frequente na crítica marxista) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades autossuficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia).¹⁰⁶

Como resultado, a compreensão do papel da imprensa e do universo político na delimitação do politicamente pensável (programas, projetos e ideias políticas) exige que consideremos com mais detalhes a lógica de funcionamento do próprio campo de produção ideológica.

Para BOURDIEU, esse campo não é um espaço monolítico ou mesmo homogêneo, pois dele podem participar um conjunto relativamente extenso de agentes, oriundos de diferentes campos ou subcampos, como a imprensa, os partidos políticos e outras instâncias representativas, cuja pretensão de se colocarem como porta-vozes de um grupo social ou de toda a coletividade tenha sido reconhecida (BOURDIEU, 1979, p. 465).

A participação desses agentes e instituições no debate público está, contudo, longe de ser equivalente. Como todo o campo, o de produção ideológica é um *espaço de relações de força* entre aqueles que o compõem, estruturando-se mediante uma hierarquia entre as instituições e os seus integrantes. O valor de um especialista no debate público não depende, desta maneira, apenas de seus atributos pessoais, mas é diretamente proporcional aos recursos materiais e simbólicos que a instituição ou o campo ao qual pertence lhe permite dominar em determinado momento (BOURDIEU, 1989, p. 55).

Isso faz do campo de produção ideológica um *espaço de luta* constante, no qual seus integrantes têm um interesse objetivo em estabelecer historicamente sua competência específica para participar do debate público (como político, jornalista, sindicalista) e valorizar ao máximo o papel dessa competência na determinação da opinião pública legítima e, dessa forma, o seu *poder de legitimação* específico, independentemente da vontade ou consciência que tenham disso.

Para BOURDIEU, cada campo particular gera para seus membros uma forma específica de *interesse*, irredutível aos interesses externos, o qual só é verdadeiramente

¹⁰⁶ BOURDIEU, 1989 p. 13.

apreendido por aqueles que nele se inserem. Na teoria desse autor, a noção de “interesse” ocupa uma “função de estrutura”. “Ela destrói a ideologia do desprendimento, que é a ideologia profissional dos clérigos de todo o gênero”, mas também permite eliminar a noção de “servilismo interessado a uma função”. É atendendo a seu interesse específico em um campo que o agente atende ao interesse específico no outro campo ao qual passa a representar.¹⁰⁷

Feitas essas considerações gerais sobre o campo de produção ideológica, vamos analisar os papéis relativos do campo político e do campo jornalístico em seu interior. Inicialmente, não é difícil de aceitar que ambos ocupam uma posição privilegiada nesse espaço em virtude dos recursos que dispõem: os agentes do campo político, como mandatários eleitos que podem falar oficialmente em nome da comunidade social, e os agentes do campo jornalístico, como detentores do (*quase*) *monopólio* dos meios de grande difusão e, deste modo, de um grande poder de influência sobre todos os que dependem de sua imagem pública (BOURDIEU, 1994, p. 7).

Entretanto, mesmo que isso implique em uma estreita relação entre a atividade jornalística e a atividade política¹⁰⁸ também faz com que cada uma dessas áreas de atividade tenda a seguir caminhos diferentes a partir do momento em que atinja um grau mínimo de especificidade.

Os agentes do campo político ocupam originalmente uma posição dominante no campo de produção ideológica. Como mandatários eleitos, dispõem da condição de falar, de forma oficial, em nome do “povo” e, além disso, podem dominar o aparelho estatal. O domínio sobre o aparelho de Estado, aliás, possibilita-lhes um controle sobre a nomeação oficial (concessão de títulos, de nomes públicos, e outros) e sobre todo o capital político objetivado nas instituições públicas. Isso leva BOURDIEU a afirmar que, embora o campo político seja o lugar “por excelência da luta simbólica” (1989, p. 173), ele também é espaço onde se disputa um duplo poder:

por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social (...) e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder dos poderes públicos (as administrações do Estado)

¹⁰⁷ BOURDIEU, 1989, p. 201.

¹⁰⁸ Como afirma CHAMPAGNE: “Atores políticos e jornalistas estão numa situação de dependência recíproca quase estrutural: eles estão votados a colaborar na produção da informação numa relação instrumental ambígua que oscila permanentemente entre a admiração e a desconfiança, a amizade e a inimizade, a submissão e a revolta” (1998, p. 45).

(1989:174)¹⁰⁹.

O fato de o campo político ser o lugar de um duplo poder também contribui para que ele se transforme no lugar de duas formas diferentes de conflito. Vejamos isso melhor.

De um lado, a luta política encontra parte de sua lógica por estar voltada para fora, ou seja, “para a conquista dos eleitores” (1989, p. 183), fazendo com que o peso interno dos produtos políticos (projetos, ideias, doutrinas) derive de sua capacidade de atingir o público externo. Conforme o autor, “a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número” (1989, p.175). Isso significa que a lógica da luta política, no limite, force o abandono da pureza doutrinária em favor do “alargamento da clientela, nem que seja à custa de transações e de concessões ou mesmo de uma baralha metódica de tudo o que as tomadas de posição originais podem ter de demasiado ‘exclusivo’” (1989, pp.184-185)¹¹⁰.

De outro lado, a luta política, embora dependa da aquiescência dos “profanos”, em grande parte, dá-se pelas relações entre os profissionais, especialmente em torno da conquista do capital político objetivado tanto no aparelho dos partidos quanto no aparelho Estatal (1989, p. 192).

Essa luta está baseada em ações táticas e tácitas pelas quais se elaboram as alianças eleitorais, as maiorias parlamentares ou mesmo os apoios a um projeto. Nesses momentos, as associações e oposições entre os partidos obedecem mais à lógica das vantagens práticas e estratégicas na luta pela conquista e/ou manutenção do poder do Estado do que às afinidades doutrinárias ¹¹¹. Além do mais, sendo o lugar de ações estratégicas, cuja divulgação pode anular seus efeitos ou deslegitimar seus atores, não é de se surpreender que esse jogo interno obedeça muito mais à lógica do segredo ou da informação comedida do que à da

¹⁰⁹ O autor ainda afirma: “Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos (ou, se se preferir, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vistas a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*” (1989, p. 174).

¹¹⁰ No campo político, toda a tentativa de marcar posição pela singularidade ou “pureza” das ideias deve pagar o preço da abdicação ao controle do poder em jogo. “Ao contrário, o partido que, se não quer ver-se excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão exclusivas.” Mais do que isso, para atrair “a sua causa o maior número possível de refratários”, ele não pode hesitar “em transigir com a ‘pureza’ de sua linha e em tirar proveito de modo mais ou menos consciente, das ambiguidades de seu programa” (1989, p.184).

¹¹¹ LIJPHART (1989) nos dá um bom exemplo dessa tendência ao mostrar que os partidos europeus (no pós-guerra) orientaram suas alianças parlamentares muito mais em virtude das probabilidades de construir maiorias do que em virtude de afinidades ideológicas ou programáticas.

publicidade.¹¹² Mais uma vez, as demandas do campo político tendem a desvincular sua lógica de funcionamento de um puro debate ideológico. Como lembra BOURDIEU: “quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende a conquista do ‘espírito’ a subordinar-se à conquista dos postos” (1989, p. 195).

A lógica do campo político, por sua luta externa, torna-se incompatível com a pureza doutrinária e, por sua luta interna, afasta seus agentes da coerência doutrinária. Como diz BOURDIEU, quanto mais o capital político se institucionaliza, e, assim, crescem os imperativos ligados à reprodução dos aparelhos, mais os partidos se veem “levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência” (1989, p.196). Entretanto, em ambas as situações, os agentes do campo político sempre estão obrigados a contar com os serviços dos agentes do campo jornalístico, quer seja para difundir as suas ideias, programas, características – em suma, a sua “imagem pública” – perante a clientela de eleitores –, quer seja para inibir a difusão daquilo que, no jogo político, é da ordem do “segredo”, dos “bastidores do poder.” É nesse ponto que o campo jornalístico domina recursos que lhe permite exercer forte poder de pressão sobre o político, mas é por ele também que o jornalismo é foco de constante pressão pela política e por todos aqueles cujo acesso ao “grande público” – no conceito de Gabriel TARDE, ou seja, de um público que só pode ser reunido através dos meios de comunicação de massa – é fundamental para a sua pretensão de representante do interesse coletivo.¹¹³

No campo de produção ideológica, o vínculo entre a política e a imprensa se dá, originalmente, através dos jornais partidários. Nessa relação, a imprensa é uma atividade subordinada à política não só porque os partidos controlam as redações mas porque a forma de inserção dos jornais no debate público ocorre mediante sua condição de representantes destes partidos, da qual tiram a autoridade para falar publicamente.¹¹⁴

¹¹² Como afirma Adriano RODRIGUES: “Nas sociedades democráticas, generaliza-se hoje a idéia de que o poder político tende para a transparência total dos seus atos, esquecendo que a lógica do poder, ao contrário da lógica da informação, não é função de transparência mas do segredo, que detém o poder aquele que for detentor do segredo” (1990:161). Nas sociedades onde o campo dos media penetra todo o tecido social, aumentando as zonas de publicidade, “o trabalho do poder consiste, por conseguinte, em deslocar interminavelmente as zonas de segredo.” (1990:162)

¹¹³ Segundo TARDE, a democracia de massa só foi na medida em que surgiu a imprensa comercial, capaz de reunir em um “grande público” indivíduos que estão fisicamente separados, geograficamente e socialmente: “O sufrágio universal e a onipotência das maiorias parlamentares só foram possíveis pela ação prolongada e acumulada da imprensa, condição *sine qua non* de uma grande democracia niveladora; não digo de uma pequena democracia limitada às muralhas de uma cidade grega ou a um cantão suíço” (TARDE, Gabriel de. *A opinião e as massas*. São Paulo : Martins Fontes,1992, p. 91)

¹¹⁴ Robert MICHELS ilustra bem esse aspecto ao lembrar que, na imprensa partidária alemã, o jornalista, ao se identificar “com toda a redação e até mesmo com o partido inteiro”, faz com que “sua voz” chegue “ao público

A situação acima se modifica com o surgimento da imprensa comercial, porque, como vimos, com esta a mensagem partidária passa a ser deslocada ou mesmo banida em função do privilégio dado à busca do lucro econômico.¹¹⁵ Em linhas gerais, a análise de BOURDIEU não nega esse processo, afirmando que a constituição de um campo jornalístico propriamente dito se dá na medida em que emerge um mercado de bens simbólicos que permita aos jornais se financiarem como base na sua relação com os leitores e anunciantes. Também aceita, seguindo a análise de SCHUDSON, que a principal alternativa encontrada para o jornalismo se firmar como um campo com relativo grau de autonomia esteve na construção e difusão dos princípios de neutralidade e objetividade informativa.

Mas, a análise de BOURDIEU apresenta algumas particularidades. Uma delas é a afirmação de que a constituição do campo jornalístico se deu mediante uma forte divisão interna. Em suas palavras

o campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais oferecendo acima de tudo as ‘novidades’, preferentemente ‘sensacionais’, ou melhor, ‘à sensação’ e os jornais propondo análises e comentários e procurando marcar sua distinção em relação aos primeiros afirmando os valores da ‘objetividade’.¹¹⁶

Para BOURDIEU, essas diferenças fazem do campo jornalístico o local da oposição entre duas lógicas distintas do fazer profissional: de um lado, o jornalismo considerado sério ou de prestígio, mais cuidadoso com a qualidade do produto que oferece e que ocupa a posição dominante nos critérios de notabilidade profissional; de outro lado, o jornalismo “sensacionalista”, cuja produção pouco se guia pelas normas profissionais e que tem como critério de avaliação “o reconhecimento pelo grande número, materializado na quantidade de rendimento, no número de leitores, de ouvintes ou de espectadores” (1994, p. 4).

Dessa maneira, a posição de um jornal no interior do campo jornalístico – e, por consequência, no campo de produção ideológica – depende de como ele é classificado frente aos critérios do polo intelectual (prestígio entre os pares e os leitores mais qualificados) e do polo comercial (venda). Mas depende também de qual desses polos é dominante em determinado momento, ou seja, um jornal pode perder a sua importância se é apenas

reforçada por toda essa autoridade coletiva. As ideias pessoais adquirem assim um destaque e, por consequência, uma força de repercussão que não teriam de nenhum outro modo” (MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 84).

¹¹⁵ Segundo CHALABY (2003), essa transformação tem início no século XIX e foi um processo originado nos países de língua anglo-saxônica, onde os jornais, para obter fontes de renda próprias através do mercado, foram levados a buscar sua autonomia do mundo político, estabelecendo seus próprios critérios de produção da mensagem jornalística.

¹¹⁶ BOURDIEU, 1994, p. 4.

dominante com base em sua posição no polo intelectual, e esse campo sofre uma transformação, fazendo com que o polo comercial se torne mais importante.¹¹⁷ A dominação ideal, assim, é quando consegue atingir o topo em ambos os critérios. Para dar conta dessas alterações de posição, conforme um agente jornalístico perde os seus trunfos (prestígio ou vendagem) ou o valor desses trunfos muda de peso no interior do campo, o autor apresenta o conceito de *trajetória*.

De outra parte, mesmo conseguindo se financiar pelo mercado, o campo jornalístico é, para BOURDIEU, um dos espaços de produção simbólica de menor autonomia. Primeiro, porque a sua própria produção (informações, opiniões, análises) é um subproduto da produção dos outros campos (político, científico, literário, etc.). Segundo, porque a sobrevivência mediante o mercado obriga o campo a se ver sempre na situação de dar conta de duas demandas distintas: uma é a necessidade de estabelecer uma relação de confiabilidade com o seu público leitor, tendo em vista que é do acesso a este público e, especialmente, da ascensão sobre ele que retira a sua principal moeda de troca no campo de produção ideológica e no universo de anunciantes; outra é a necessidade de atender ou ao menos evitar contrariar os “interesses” (objetivos e subjetivos) desse universo de anunciantes, ou seja, dos setores de produção, grupos ou empresas do campo econômico que financiam as suas atividades – sem esquecer que o próprio jornal, como empresa de comunicação, também faz parte desse universo. Além disso, o campo jornalístico nunca está totalmente imune às pressões do campo político, especialmente àquelas derivadas do Estado, detentor de uma série de instrumentos de controle da informação e dos meios de comunicação (verbas, informações privilegiadas, legislação regulatória, censura oficial e extra-oficial, etc.).¹¹⁸

Por essa razão, BOURDIEU afirma que a autonomia relativa de um jornal varia muito conforme a sua forma de financiamento, ou seja, diminuiu quanto mais este financiamento depender das verbas publicitárias estatais e das verbas publicitárias privadas (especialmente se os anunciantes privados estiverem concentrados) e aumenta quanto mais ele depender das vendas por assinaturas ou de outras formas de financiamento direto do público leitor. Além

¹¹⁷ CHAMPAGNE (1994) nos oferece o exemplo do **Le Monde** que, mesmo não sendo um jornal de grande tiragem, por muito tempo ocupou a posição dominante no jornalismo francês com base nos critérios de excelência profissional, ditando as normas para o fazer legítimo da informação. Para BOURDIEU e CHAMPAGNE (*op.cit.*) esse realidade estava mudando com a introdução da televisão comercial no país que estava deslocando o polo intelectual da sua posição de dominação e impondo os critérios comerciais para todo o universo jornalístico francês.

¹¹⁸ Nas palavras do autor: o “campo jornalístico tem uma particularidade: é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural, campo da matemática, campo da literatura, campo jurídico, campo científico. Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plesbicio, talvez mais ainda que o campo político” (BOURDIEU, 1997, p. 76)

disso, levando em conta as próprias análises de BOURDIEU e CHAMPAGNE, podemos afirmar que, quanto mais for consolidada a posição de um periódico no interior do seu campo de produção – ou seja, quanto maior for o seu público leitor e quanto mais confiança receber desse público – menor será a sua necessidade de se submeter às pressões diretas que podem vir do exterior do campo.¹¹⁹ Em outras palavras, mesmo sendo o campo jornalístico um dos espaços sociais de menor autonomia, quanto mais próximo um jornal estiver das posições dominantes em seu campo e quanto mais essa posição derivar de seu capital no polo intelectual (capital de prestígio), menos ele se vê submetido às pressões imediatas dos outros campos, notadamente do político e do econômico, embora nunca esteja totalmente livre delas.

Disso tudo deriva que, para BOURDIEU, a tomada de posição dos agentes do campo jornalístico só pode ser entendida quando levamos em conta as questões acima e que, por isso, essas tomadas de posição são sempre *estratégicas*.

Estratégia é um conceito fundamental na análise de BOURDIEU e serve como chave de leitura para a compreensão da ação dos agentes sociais no interior de seu campo. Dizer que as suas tomadas de posição são sempre *estratégicas* não significa falar que são necessariamente derivadas de um cálculo consciente, embora a existência desse cálculo não esteja descartada. Afirmar que as tomadas de ação dos agentes culturais são *estratégicas* ou seguem uma *estratégia* significa dizer, para o autor, que estas tomadas de posição não são totalmente livres, mas que elas devem corresponder (dar uma resposta) a uma série de demandas e pressões que se exercem sobre estes agentes, quer estas demandas e pressões sejam internas ao seu campo de produção (derivadas das lutas com outros agentes, por exemplo), quer sejam externas (derivadas dos conflitos com outros campos ou mesmo da relação com financiadores e público consumidor).¹²⁰

No caso dos jornais, portanto, só poderemos compreender as linhas de ação de um agente considerando o conjunto de pressões derivadas da posição desse agente no campo, da posição de seu campo frente aos demais, da sua posição diante de possíveis financiadores e diante de seu público leitor. A *estratégia* do agente jornalístico individual (jornalista) ou coletivo (jornal) surge como uma decorrência possível desse verdadeiro *campo de forças*, resultante que o autor também chama de *estratégia discursiva*, na medida em que estas

¹¹⁹ Isso está especialmente na análise que CHAMPAGNE faz do campo jornalístico francês e da posição dominante do **Le Monde** em seu interior. Ver: CHAMPAGNE, *op.cit.*

¹²⁰ Para BOURDIEU, embora o cálculo consciente não esteja descartado, em boa parte das vezes os agentes de um campo respondem a estas pressões a partir da sua incorporação em esquemas de pensamento, como as categorias profissionais do jornalista, que lhe permite uma forma de ver a realidade já adequada às demandas que têm de atender no interior de seu campo de produção. Ver, sobre isso, BOURDIEU, 1997, p. 55-58.

demandas acabam por se inserir, de uma forma ou de outra, na sua fala, no seu discurso, mesmo que implicitamente, naquilo que ele deixa de mencionar, por exemplo.¹²¹

Isso deve ficar bem claro, porque, quando vamos considerar a tomada de posição dos jornais em relação aos programas econômicos, não devemos esperar que eles sigam necessariamente uma argumentação coerente e teoricamente bem fundada. A busca da coerência, do rigor e dos argumentos bem fundamentados é própria do campo acadêmico, da luta entre intelectuais, cientistas e seus pares. No campo jornalístico, essa argumentação segue uma lógica muito mais flexível, de adaptação à realidade concreta, à necessidade de atender às suas demandas específicas, quer estas venham do próprio campo, do universo político, do econômico ou mesmo da relação com o público leitor. Compromissos que inexistem ou são bem menos relevante no universo fechado das academias e das revistas científicas.

Após toda essa argumentação, vem, entretanto, uma questão fundamental: não obstante a importância dessas observações para a nossa pesquisa, devemos considerar que, conforme a própria análise de BOURDIEU, a imprensa brasileira e carioca dos anos 50 ainda não pode ser considerada compondo um campo, ao menos com o grau de autonomia que a constituição de um mercado de bens simbólicos, ainda incipiente no Brasil, poderia lhe fornecer. Ademais, a própria incorporação parcial e deturpada dos critérios de objetividade jornalística, como mostrou a pesquisa de Ana RIBEIRO, seria um grande limitador dessa autonomia.

Mas deveríamos concluir daí, como faz a autora, que o campo jornalístico era totalmente subordinado ao político e ao literário, não tendo especificidade própria?

Ao nosso entender, consideramos sustentável responder negativamente a esta questão. Ou seja, mesmo que o mercado de bens simbólicos ainda estivesse em construção e que a incorporação dos princípios de objetividade fosse apenas parcial, achamos pertinente afirmar

¹²¹ Sobre isso, o autor nos oferece um exemplo bem ilustrativo, no qual analisa um debate televisivo sobre um tema polêmico, procurando desvendar as estratégias empregadas por agentes do campo jornalísticos, políticos e da ciência social: “De fato, a cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levar a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são expressão das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados – e em que ocupam posições mais ou menos elevadas. Dito por outras palavras, a interação é a resultante visível e puramente fenomênica, da interseção entre campos hierarquizados. (...) As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto neutro, lhe são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam” (BOURDIEU, 1989, p. 55-56).

que a imprensa carioca dos anos 50 não pode ser considerada como totalmente subordinada ao universo político, sem uma forma própria de inserção no debate público e sem nenhuma especificidade como campo de produção.

Para entendermos isso, primeiro devemos levar em conta que o processo de constituição do campo jornalístico nem sempre seguiu o modelo anglo-saxão, ao menos no mesmo ritmo. Como o próprio BOURDIEU salienta sobre outros campos de produção culturais (1987, p. 140), devemos considerar o modelo descrito acima como uma construção limite, ou seja, como um parâmetro para orientar a análise, já que a constituição concreta do campo jornalístico em uma formação econômico-social específica obedece às particularidades históricas da mesma, podendo apresentar diversas variações e combinações.

Esse é o caso do próprio modelo francês, no qual a emergência do campo jornalístico se deu de forma diferente (BOURDIEU, 1994, p. 4), porque os valores anglo-saxões entraram tardiamente e deram origem, além de uma grande resistência,¹²² a formas totalmente novas do fazer profissional (FERENCZI, 1993). Na imprensa francesa, permaneceu uma combinação entre o jornalismo combativo e o doutrinário, chamado de jornalismo de tribuna, com a entrada, paulatina e indireta, das normas do jornalismo empresarial anglo-saxão. Isso não impediu que, na opinião de autores como o sociólogo Gabriel TARDE, a imprensa não conseguisse buscar a sua própria forma de inserção na esfera pública e, assim, escapasse à subordinação completa da política.

Mais do que isso, segundo esse autor, é antes a política que se vê obrigada a se modificar perante a emergência de um “jornalismo combativo”, mas sem dependência com partidos, a fim de se adaptar a nova lógica das “sociedades de massa”.¹²³ O que dá ao que ele chama de “publicista”, ou seja, o responsável pela “mediação” entre o político e o “grande público”, um enorme poder sobre todo o debate público, devido a sua capacidade inigualável

¹²² No artigo em que compara a emergência do jornalismo na França e nos Estados Unidos, CHALABY constata: “Cerca de 1890, quando as práticas jornalísticas americanas começaram a ser relativamente espalhadas em França, eram, ainda, percebidas como algo estrangeiro e nefasto. Em 1888, Émile Zola, escritor e jornalista, expressava o seu desconforto com o facto de ‘o fluxo incontrolado de informação levado ao extremo... estar a transformar o jornalismo, a matar os grandes artigos de discussão, a crítica literária, e a dar cada vez mais importância aos despachos noticiosos, a notícias triviais e aos artigos dos repórteres e dos entrevistadores” (2003, p. 36).

¹²³ Referindo-se à imprensa francesa do século XIX, TARDE afirma: “A imprensa mobiliza tudo o que ela toca e vivifica, e não há aparente igreja tão imutável que, a partir do momento em que se submete à lógica da publicação sem interrupção, não dê sinais visíveis de mutações interiores impossíveis de dissimular. Para convenceremos dessa eficácia ao mesmo tempo dissolvente e regeneradora inerente ao jornal, basta comparar os partidos políticos de antes do jornalismo com os partidos políticos do presente. Não eram eles, outrora, menos ardentes e mais duradouros, menos agitados e mais tenazes, mais inextensíveis e infrangíveis, mais refratários as tentativas de renovação ou de esfacelamento? (...) Nada era mais raro, na antiga França, que o surgimento de um novo partido; em nossa época, os partidos estão em remanejamento perpétuo, em *palingenesia* e geração espontânea” (TARDE, op.cit.,p.47)

de criar e mobilizar uma “opinião pública”:

Estes [referindo-se aos publicistas], bem mais que os homens de Estado, mesmo superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo. E, quando se impõem, que trono sólido é o deles! Compare-se ao desgaste tão rápido dos homens políticos, mesmo dos mais populares, o reinado prolongado e indestrutível dos jornalistas de grande talento, que lembra a longevidade de um Luís XIV ou o sucesso indefinido dos ilustres autores de comédias e tragédias. Não existe velhice para esses autocratas.¹²⁴

Esse caso é muito semelhante à realidade brasileira da década de 1950, na qual os jornais combinavam diferentes estratégias de fazer jornalismo, inspirados na tradição francesa (SILVA, 1991).

Conforme vimos na unidade anterior, o jornalismo carioca deste período apresentava características híbridas e contraditórias: para alguns autores (GOLDENSTEIN, 1987; ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1998; RIBEIRO, 2003), passava por um momento de transição entre o jornalismo político e o empresarial; para outros (SODRÉ, 1983; Lavina RIBEIRO, 2004), esta mudança já havia começado no início do século XX e os jornais (especialmente para Lavina RIBEIRO) combinavam, em uma fórmula particular, o jornalismo combativo com o jornalismo comercial, visto que a grande imprensa já procurava se organizar – com maior ou menor sucesso – como empresa jornalística.¹²⁵

Como vimos com ABREU & LATTMAN-WELTMAN, essa imprensa combativa e engajada, entretanto, não pode ser definida como jornalismo partidário, pois os jornais não estavam vinculados a partidos. Para compreendermos a lógica de funcionamento dessas publicações, precisamos fazer algumas considerações.

Primeiro, é necessário fazer uma separação formal entre o que podemos chamar de jornal partidário, cuja inserção no debate público se dá mediante a condição de órgão de partido, e o que podemos considerar como jornal doutrinário ou de tribuna.¹²⁶ Este último, apesar de combativo e polêmico, não legitima a sua participação no debate público através de um vínculo oficial com um partido, mas sim da sua identificação com bandeiras e campanhas

¹²⁴ TARDE, *op.cit.*, 44.

¹²⁵ Lavina RIBEIRO descreve da seguinte forma esta combinação de elementos, na década de 1950: “Havia, basicamente, dois processos simultâneos no interior da prática jornalística. O primeiro, relativo à ampliação da base de capital (publicidade, assinaturas, classificados, venda avulsa, financiamentos privados e estatais), à racionalização da sua estrutura organizacional interna (centralização, hierarquização e especialização das funções) e dos processos de construção do texto jornalístico (diversidade formal e temática, cultivo de fontes, filtros da informação, ética do profissionalismo e definição de linhas editoriais). O segundo, sua intensa participação no cenário político” (2004, p. 297).

¹²⁶ Podemos encontrar um exemplo do emprego dessa diferença nos trabalhos de ALVES (2001a e 2001b) sobre os jornais rio-grandinos, especialmente o **Diário do Rio Grande**, cuja inserção na esfera pública se dava como um jornal que defendia uma doutrina em prol do bem comum e não de um partido. Muito embora, no período imperial, tivesse convergência entre a doutrina da “ordem” que o jornal defendia e o Partido Conservador, nem sempre as posições coincidiam.

políticas que procura associar ao bem da coletividade.

Lavina RIBEIRO nos oferece um bom exemplo desta postura, ao afirmar que parte do jornalismo brasileiro, ainda na Primeira República, tentou construir, para os leitores, sua inserção institucional no debate público através da combatividade política em nome de linhas de pensamento ou bandeiras coletivas que desejava fazer vitoriosas, sem vínculo com partidos. Uma das formas de realizar essa tarefa, segundo a autora, estava no empenho dos jornais em liderar campanhas de caráter coletivo, através das quais pudessem ser reconhecidos pelo seu “compromisso com o bem público”. Isto fez com que, segundo Lavina RIBEIRO, se podia encontrar periódicos como **O País**, ligados ao governo,

observa-se que muitos dos jornais de porte empresarial participaram ativamente no cenário político da época, para além das orientações desejadas pelo Estado. Foram responsáveis por alguns movimentos de grande participação popular (como, por exemplo, no evento da Revolta da Vacina) e conseguiram manter um público-leitor relativamente solidário aos termos fixados por suas políticas editoriais.¹²⁷

Dessa forma, voltando ao universo conceitual de BOURDIEU, podemos então aceitar que o jornalismo doutrinário ou de tribuna, embora não se guie primordialmente pelos critérios de objetividade e neutralidade jornalística, também procura construir uma forma de inserção específica no campo de produção ideológica, a qual se dá mediante a sua identificação com doutrinas e campanhas políticas e não com agremiações partidárias.

Disso deriva que a participação desse tipo de jornal na esfera de debate, por mais que possa se assemelhar à postura de um “partido”, não deve se confundir com ela, porque esta imprensa de tribuna deve seguir sua própria linha de inserção institucional. Mesmo que a atuação de um destes jornais possa coincidir com a linha de ação de um partido com o qual se aproxima ideologicamente, muitas vezes o compromisso do jornal com determinadas bandeiras ou campanha histórias, a partir das quais constrói a sua relação de legitimidade com o seu público, o obriga a entrar em choque com este grupo político ou adotar uma *estratégia* conciliatória ou intermediária, para não depreciar o seu capital de credibilidade junto aos leitores. O que leva a aceitar que a compreensão das tomadas de posição dos jornais nesse espaço deve também incorporar, não só sua trajetória ascendente ou descendente, mas as próprias tomadas de posição com que tradicionalmente eles se identificam.

¹²⁷ RIBEIRO, 2004, p. 146. Além disso, a possibilidade de construção da especificidade institucional da imprensa mediante campanhas públicas, apesar de inicialmente mobilizar apenas alguns periódicos, acabou afetando todo o espaço jornalístico, pois “mesmo integrando a hoste governista, os jornais viam-se necessariamente constringidos a participar do embate de opiniões e informações promovido pelos diversos outros (sic) jornais de maior circulação” (*loc.cit.*, p. 146).

Da mesma maneira, não se deve esquecer que o jornal normalmente se encontra submetido a demandas de ordens distintas, oriundas dos diferentes interesses e pressões que sobre ele se exercem (econômicas, políticas, doutrinárias). Essa situação é muito própria da realidade brasileira da década de 1950, na qual, como vimos, conviviam, de forma combinada e contraditória, diferentes modelos do fazer jornalístico. Em consequência, a interferência do provável compromisso de um jornal com “bandeiras” e “campanhas” deve ser visto a partir do conceito de *estratégia* que abordamos anteriormente, ou seja, sempre combinando diferentes e contraditórias demandas que se exercem sobre o discurso de um jornal.

Por outro lado, não podemos descartar, como apontam muitas análises,¹²⁸ que o próprio sucesso da imprensa de tribuna em se estabelecer publicamente como uma instância combativa, mas separada de partidos, favorecia a possibilidade de grupos políticos ou econômicos tentarem criar ou financiar um jornal “independente” a fim de fazer valer seus interesses de forma mais eficaz. Mesmo nesse caso, a distinção que estabelecemos continua pertinente, porque, apesar dos vínculos que prendem um jornal fora de seu espaço de produção, ele está obrigado a construir a sua autoridade frente aos leitores e aos demais agentes sociais a partir das regras de inserção institucional do campo jornalístico e não de outro. Em qualquer uma das situações, o poder do jornal em interferir no debate público depende da relação de confiança que estabeleceu com seu público, cuja construção e manutenção exigem certos compromissos, os quais não podem ser totalmente abandonados sob pena de degradá-la. Não devemos esquecer que a essência do jornal é o texto e a relação com o leitor é a base da sua força institucional e, diferente do agente político, cujo veredicto eleitoral ocorre em interregnos de quatro ou mais anos, o jornal tem que prestar contas à sua clientela diariamente.

Em resumo, mesmo que o jornalismo ainda não corresponda à condição de uma instância neutra e objetiva voltada para a informação e procure construir sua inserção no debate público através da combatividade política, a lógica de funcionamento do campo jornalístico e a do campo político não se sobrepõem totalmente. Além disso, ainda se aceitarmos que, nos anos 50, o campo jornalístico, em função de seu baixo grau de autonomia financeira e institucional, pudesse ocupar uma posição inferior em relação ao campo político, isso não implicaria em submissão total (“servilismo da imprensa”).

Ademais – e esse ponto é fundamental – mesmo que use um “regime discursivo” e uma forma de inserção no debate público aproximado ao do jogo político, isso não significa

¹²⁸ GOLDSTEIN, *op.cit.*, ABREU&LATMAN-WELTTMAN, 1994, BARBOSA, *op.cit.*, etc.

obrigatoriamente total subordinação dessa “imprensa de tribuna” ao campo político. Ao contrário, pode gerar constantes conflitos entre os agentes do campo jornalístico e os demais agentes do campo de produção ideológica na luta pela condição de interlocutor mais autorizado da “coletividade” na esfera de debates: apesar de não disporem da autoridade derivada da representação legal que o político pode obter por meio do voto, os agentes jornalísticos, ao pretenderem ocupar uma posição intermediária ou de intermediação entre o corpo político e o corpo social, acabam muitas vezes por disputar com esse corpo político a condição de defensor mais legítimo do “interesse coletivo”. Disputa que seguidamente leva o próprio campo jornalístico a produzir um efeito de corrosão do capital de credibilidade da política (políticos, partidos, instâncias representativas) como forma adequada e eficaz de representação da coletividade.¹²⁹

Os elementos expostos acima constituem um esboço das características e necessidades derivadas da inserção institucional de um jornalismo que se diz doutrinário ou de tribuna, com base nas categorias conceituais de BOURDIEU. No entanto, como alerta o próprio autor, trata-se de um modelo de comportamento, ou seja, de uma construção limite para interpretação da realidade que oferece parâmetros de comparação, mas que não pode ser confundida com a realidade concreta, normalmente mais complexa e contraditória.

De qualquer maneira, este esboço é suficiente para orientar a compreensão da forma específica de comportamento do jornalismo de tribuna ou doutrinário no debate público diante de outros modelos de imprensa, como a empresarial e a partidária.

¹²⁹ CHAMPAGNE, *op.cit.*, pp. 137 e 193.

1.4 – Os jornais **Correio da Manhã**, **Jornal do Brasil**, **O Jornal** e **O Globo** – um campo jornalístico em construção

Para encerrarmos este capítulo, iremos fazer uma pequena descrição de cada um dos jornais selecionados para esta pesquisa, procurando compreender como eles se situavam no interior desse campo jornalístico e quais são as principais interpretações sobre as suas tomadas de posição frente ao governo Vargas e a sua política econômica.

Correio da Manhã¹³⁰

O **Correio da Manhã** era um dos jornais mais tradicionais da imprensa carioca nos anos 50. Impresso matutino, contava com dois cadernos, sendo que o primeiro ficava reservado aos assuntos políticos e o segundo era voltado mais para temas do cotidiano da cidade, às notícias culturais e às esportivas.

O primeiro caderno, composto por oito ou doze páginas, seguia um modelo bastante “clássico”, destinando a capa e a manchete, normalmente, para o noticiário internacional, como faziam os jornais considerados “sérios” ou de prestígio no período. Ao noticiário nacional era reservada a contra-capas e, no geral, três ou quatro páginas no interior da edição. Excepcionalmente, alguma notícia nacional podia ocupar a primeira página e a manchete, mas era uma situação muito rara.

Os espaços de opinião eram bastante destacados. Artigos assinados de intelectuais e personalidades ilustres ocupavam a página dois, como Frederico Augusto Schmidt e o economista Eugênio Gudin. Na página quatro, ficavam os editoriais do jornal, normalmente compostos por um texto maior e em destaque, à esquerda, e alguns textos menores abaixo. Também tínhamos a prestigiosa coluna não assinada *Tópico&Notícias* e, em alguns dias da semana, o artigo assinado do editor-chefe do jornal, até 1953, o influente Costa Rego.

Em termos de visual e de linguagem, o **Correio da Manhã** seguia um modelo conservador, com uma diagramação pesada, composta majoritariamente por texto e com pouco uso de imagem. A linguagem era bastante elaborada, com reportagens e editoriais normalmente bem escritos, mas que evitavam muitos excessos verbais, fruto do empenho do

¹³⁰ Sigo aqui informações contidas no verbete sobre o **Correio** no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, DHBB, op.cit., pp. 1625-1632, nas observações contidas na obra de SODRÉ (1983) sobre o jornal, na pequena trajetória do periódico descrita na edição dedicada ao mesmo da série *Cadernos de Comunicação – Série Memórias – publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro*, 1985 e na pesquisa de Ana RIBEIRO, 2007.

editor, que contratou uma forte equipe de repórteres, articulistas e redatores, entre os quais estavam Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda, responsáveis pela revisão (RIBEIRO, 2007, p. 66).

No que se refere ao público leitor, embora não se disponha de dados confiáveis, os principais analistas e relatos de época, afirmam que o **CM**, apesar de ter uma origem mais popular, nos anos 50 estava voltado para a elite, sendo o mais “elitista” entre os diários cariocas, concentrando o seu público na “alta burguesia e classe média alta”.¹³¹ Era, também, um dos jornais de maior tiragem, com média de 70 mil exemplares/dia.

Não existem, porém, dados precisos sobre o financiamento do jornal, mas conforme vimos anteriormente, no final da década de 50, a sua principal fonte de receita estava nas verbas publicitárias. Conforme o levantamento apresentado por Ana RIBEIRO, com base em uma tabela da publicação *Anuário de Propaganda*, sobre a parcela de cada jornal na publicidade distribuída nos anos 50, o **Correio** ocupava o segundo lugar, logo atrás de **O Globo**. Ademais, conforme os dados apresentados por esta mesma autora sobre a distribuição dos anúncios, os artigos anunciados no **CM** se encontravam especialmente entre os “produtos e serviços para a classe alta” (automóveis de luxo, iates, moda, decoração, objetos de arte) e “produtos e serviços para a classe média superior” (automóveis, televisão, geladeiras, máquinas de lavar, móveis).¹³²

De todos os jornais do Rio, o **Correio da Manhã** era considerado o mais prestigiado. Isso pela qualidade de seu texto e dos profissionais da redação. Mas também pelas posições políticas que tomava.¹³³ Desde sua fundação, em 1901, por Lúcio Bittencourt, ficou marcado por ser um periódico de extrema combatividade na arena de debate, sustentando campanhas públicas, como o boicote à vacinação obrigatória em 1904, mas sem se vincular ou se subordinar a partidos ou grupos políticos. Ao contrário, em uma época em que a imprensa brasileira era acusada de adesismo ao governo, trilhou, muitas vezes solitariamente, o

¹³¹ Conforme RIBEIRO, 2007, p. 65,

¹³² *Idem*, p. 188. Nesse levantamento, a autora apresenta os dados correspondentes à Anuário Brasileiro de Imprensa (ANI), de 1953. Na tabela que contém esses dados, são disponibilizados 4 categorias de produtos: “produtos e serviços para a classe alta”, “produtos e serviços para a classe média superior”, “produtos e serviços para a classe média inferior” e “produtos e serviços para a classe operária”, onde são dispostos alguns exemplos dos artigos correspondente a cada categoria, mas não é disponibilizada os critérios para a classificação não a metodologia empregada para se fazer o levantamento.

¹³³ Conforme depoimento do jornalista Carlos Heitor Cony: “Trabalhava em outros jornais e percebia que o pessoal do **Correio da Manhã** era o mais prestigiado nas salas e comitês de imprensa da época. Muitas vezes, uma autoridade, um político, um artista de renome dava uma entrevista coletiva mas todos percebiam que o entrevistado estava falando apenas para o **Correio**” (Cadernos de Comunicação, 1985:56). Ou ainda conforme o jornalista e político, Marcio Moreira Alves: “O **Correio da Manhã** foi, durante 50 anos, num tempo em que não existiam rádio nem TV, o jornal político mais influente do Brasil. Era mais do que um jornal” (*ibid.*, p.63).

caminho da oposição aos presidentes da República Velha.

Durante o primeiro governo Vargas, fez oposição ao presidente e ficou famoso por dois episódios de desafio à censura estatal: em um deles, em 1937, lançou, em um polêmico editorial, a candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República, encampando o seu nome; em 1945, protagonizou o “furo” à censura *getuliana*, ao publicar uma entrevista com o mesmo José Américo, reclamando pelo retorno de eleições. Muito embora a interpretação desse episódio gere controvérsia, parte da literatura atribui ao mesmo grande responsabilidade pelo desencadeamento da redemocratização.¹³⁴

No período democrático, o **Correio** apoiou as candidaturas de Eduardo Gomes à Presidência da República, mas nunca teve vínculos diretos com a UDN. Ao contrário, o então proprietário do jornal, Paulo Bittencourt, rompeu com Gomes, seu amigo pessoal, quando este tentou fazer do jornal um órgão udenista em apoio às atitudes do partido no jogo político. Conforme o verbete do DHBB, durante este episódio: “O jornal insistia no que denominava ‘ortografia da casa’, ou seja, em sua linha política sem compromissos com quaisquer partidos e orientada por uma nítida inspiração liberal.”¹³⁵

Se considerarmos válidas essas características, não fica difícil perceber que o **Correio da Manhã** ocupava uma posição de destaque no interior do campo jornalístico do período e, especialmente, no campo de produção simbólica, sendo que as suas tomadas de posição, devido ao prestígio adquirido pelo próprio jornal, tinham um forte poder legitimador das causas que defendia. Em outras palavras, era o jornal melhor posicionado, se levarmos em conta os dois polos de legitimação do campo desenvolvidos por BOURDIEU (prestígio e vendagem), apresentando uma posição dominante e uma trajetória ascendente consolidada nos anos 50.

Não temos, entretanto, muitas informações sobre quais seriam as “causas” defendidas por este jornal no período estudado. Segundo alguns autores, nos anos 50, ele adotava uma postura política moderada e fazia apologia da sua falta de compromisso com partidos.¹³⁶ Era considerado, porém, um jornal antivarguista, tendo se oposto à sua candidatura à Presidência, em 1950, e adotado uma das posturas mais radicais para a sua saída na crise que encerrou o governo.¹³⁷

Em termos de orientação doutrinária, não existem estudos a respeito. O jornal é

¹³⁴ DHBB, p. 1628.

¹³⁵ *Idem*, p. 1629.

¹³⁶ RIBEIRO, 2007, p. 65.

¹³⁷ ABREU&LATTMAN-WELTMAN, 1994.

considerado, de forma genérica como “liberal”, embora sem que se especifique muito em que sentido se empregue esse conceito. Em relação à sua posição frente à política econômica do Segundo Governo Vargas, o DHBB afirma o seguinte: “A despeito de seu oposicionismo, o **Correio da Manhã** exerceu grande influência durante o Segundo Governo Vargas, chegando a pesar nas decisões políticas. Sendo inteiramente contra o monopólio estatal do petróleo”. O Dicionário ainda lembra que o **CM** publicou uma entrevista com o mr. Anderson, presidente da Standar Oil,

em que chegava a defender, com base em seus pressupostos liberais, um princípio de reciprocidade no que se referia à exploração do petróleo no Brasil, da mesma forma que os brasileiros o poderiam fazer nos Estados Unidos. No entanto, uma vez criada a Petrobras, o jornal passaria a defender-lhe 'o imenso patrimônio, propriedade do povo brasileiro, contra a exploração política'¹³⁸.

Argumenta-se, também, que, “a partir do decreto de janeiro de 1952, impondo um limite de 10% para as remessas de lucros, o **Correio** tornou a atacar Getúlio Vargas, acusando-o de inclinar-se para a esquerda,” embora não haja informação sobre o posicionamento do jornal frente ao próprio decreto ou outros programas do Executivo.¹³⁹

Jornal do Brasil

De todos os jornais pesquisados, o **Jornal do Brasil** era o mais antigo, tendo sido fundado em 1891. Nos anos 50, o **JB** apresentava uma composição editorial e gráfica bastante peculiar. Era um órgão matutino, dividido em dois cadernos, como o **Correio da Manhã**, dedicando o primeiro ao noticiário nacional e internacional e, o segundo, a assuntos de cotidiano, esportes e cultura. Mas, em seu primeiro caderno, este diário reservava as quatro páginas iniciais para a publicação de classificados populares. Na primeira, havia ainda um pequeno espaço para a chamada de matérias contidas no interior da edição, sendo que a manchete era sempre ligada a assuntos internacionais. A política nacional ocupava a contracapa e as páginas adjacentes. A página cinco era totalmente destinada à opinião, com editoriais, colunas e artigos assinados.

A estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas do jornal com anúncios classificados foi adotada nos anos 30, como uma alternativa para superar a crise financeira pela qual passava o **JB**, prática que iria perdurar até 1956, quando o jornal irá sofrer uma profunda reforma que se tornou uma das experiências pioneiras de introdução do modelo norte-americano de jornalismo no país.

¹³⁸ DHBB, *op.cit.*, 1629.

¹³⁹ *Idem.*

A adoção do esquema de classificados, inovador para os anos 30, vai conseguir manter o **JB** com relativa autonomia financeira, sendo apontado, pelos especialistas,¹⁴⁰ como o único dos grandes diários que, nos anos 50, não dependia da publicidade para o seu financiamento, sendo bancado pelos classificados e pela venda aos leitores. Esse aspecto pode ter tornado este jornal um dos raros periódicos no universo jornalístico do período pouco dependente das pressões externas vindas dos anunciantes, embora, nos dados apresentados por Ana RIBEIRO sobre a divisão da publicidade em 1950, ele ocupe o quarto lugar como captador desses recursos, o que não era uma posição a ser desconsiderada.

De qualquer maneira, segundo os analistas, as opções editoriais e comerciais do **JB** vão fazer este impresso perder prestígio na condição de órgão noticioso e de influência nos acontecimentos políticos.¹⁴¹ Além disso, durante os anos 50, ele começa a apresentar uma sensível queda em sua tiragem, que vai passar de 60 mil exemplares/dia, em 1951, para 40 mil, em 1954. Ou seja, em termos de campo jornalístico, percebemos que o jornal transcorre uma trajetória bastante descendente, que só vai reverter com a reforma de 1956.¹⁴²

Por outro lado, a posição do **JB** parece ser bastante peculiar em termos de público leitor, na medida em que, dos grandes jornais, é considerado o mais identificado com as “camadas de menor renda”, onde encontraria parte de seus leitores e, especialmente, os consumidores dos classificados. Essa identificação com as camadas mais populares vai, inclusive, render-lhe o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”.¹⁴³ O que talvez se refletisse na publicidade que ele atraía. Pois, conforme informação disponibilizada pela pesquisa de Ana RIBEIRO, o **JB** está presente nas três últimas categorias elencadas (“produtos e serviços para a classe média superior”, “produtos e serviços para a classe média inferior” e “produtos e serviços para a classe operária”) e ausente na primeira (“produtos e serviços para a classe alta”).¹⁴⁴ Porém, essa mesma “inclinação popular” não parece se refletir na linguagem e na diagramação do jornal, que seguia o padrão da grande imprensa, com textos rebuscados e pouco uso de fotografias e outra imagens, o que só iria mudar com a renovação de 1956.

Para entendermos melhor a trajetória deste impresso e suas bandeiras tradicionais, é bom termos em conta um pouco da sua história. Este jornal, como vimos, foi fundado em 1891, logo após a Proclamação da República, por um grupo político vinculado ao Império

¹⁴⁰ RIBEIRO, 2007, p. 155 e DHBB, *op.cit.*.

¹⁴¹ DHBB, *op.cit.*, p 2869.

¹⁴² RIBEIRO, 2007, p. 60.

¹⁴³ DHBB, *loc.cit.*

¹⁴⁴ RIBEIRO, 2007, p. 188-189.

recém-terminado. Mas os excessos de combate ao regime republicano teriam trazido impopularidade ao jornal, que foi depredado por uma multidão e, logo depois, vendido para uma sociedade anônima.¹⁴⁵

A partir de 1894, o **JB** adotou uma nova postura, abandonando os debates políticos inflamados de outrora e procurando se colocar como “popular”, ou seja, “como defensor dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações (...), voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade de interesse das massas”, como notícias sobre carnaval, festas populares e

as denúncias das condições de vida das populações menos favorecidas. Surgiram as colunas e seções 'O bife', 'Os crimes de polícia', 'Subúrbios' e outras, todas voltadas para os problemas e as reivindicações das populações periféricas. O jornal adquiriu amplo prestígio entre as camadas populares, a ponto de muitas pessoas a ele recorrerem para registrar suas denúncias.¹⁴⁶

Segundo o DHBB, nessa fase, o jornal passou a caracterizar-se mais como um órgão informativo do que opinativo e a preocupação com as camadas populares levou aos demais impressos a chamarem, jocosamente, o **JB** de “O Popularíssimo”, epíteto que ele adotou como uma forma de autopromoção. Nesse período, o jornal procurou renovar-se graficamente, tornando-se o diário mais moderno e inovador da virada do século XIX para o XX.¹⁴⁷ Mas as dívidas adquiridas com a renovação do parque gráfico trouxeram aos seus proprietários grandes dificuldades financeiras, levando a sua venda para um dos seus credores, o futuro conde papal Pereira Carneiro, que manteria o controle do jornal até 1954, ano de sua morte.

Daí para diante o jornal vai procurar tomar posturas políticas contidas e manteria uma linha ligada ao conservadorismo católico, que permaneceria até a reforma de 56.¹⁴⁸ Durante os anos 30 e 40, segue uma conduta moderada frente ao governo Vargas. Não apoiou a Aliança Liberal em 1930, sendo, por isso, empastelado, o que o levou a adotar uma posição mais cautelosa com o novo presidente. Apoiou Vargas no golpe de Estado em 1937 e manteve uma política de conciliação com ele, durante os anos de 1937 a 1945, endossando, porém, a deposição de Getúlio, neste último ano, sem se envolver excessivamente na questão.¹⁴⁹

Segundo o DHBB, o **JB** irá dar “discreto apoio a Eduardo Gomes em 1950”, mas se colocar a favor da legalidade diante da “tese da maioria absoluta da UDN”. Durante o

¹⁴⁵ DHBB, *op.cit.*, 2868.

¹⁴⁶ DHBB, *loc.cit.*

¹⁴⁷ SODRÉ, *op.cit.*

¹⁴⁸ DHBB, *op.cit.*, 2869.

¹⁴⁹ DHBB, *loc.cit.*

governo Vargas, é considerado um jornal neutro ou de oposição moderada ao presidente.

Em relação ao posicionamento doutrinário do jornal até este período, temos poucas informações disponíveis. Afirma-se que o **JB** era liberal, católico e conservador.¹⁵⁰ Mas não se tem dados sobre o seu ponto de vista no que se refere a programas econômicos. Em relação ao Segundo Governo Vargas, o DHBB apenas informa, de maneira um pouco confusa, que:

Iniciando o segundo governo Vargas, o jornal discutiu sua política econômica anti-inflacionária. Em relação ao debate entre Horácio Lafer, ministro da Fazenda, e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, o jornal apoiou a posição ortodoxa do primeiro, que pregava o combate à inflação através da restrição do crédito.

O Dicionário ainda salienta que, na área trabalhista, o **JB** “fez restrições à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, sem, contudo, radicalizar as suas críticas, temendo desagradar seus leitores, que em sua grande maioria, segundo Martins Alonso, eram 'gente do povo'.”¹⁵¹

O Jornal

O Jornal era o carro-chefe da cadeia Diários Associados, pertencente ao megaempresário da comunicação, Assis Chateaubriand, que tinha uma rede formada, nos anos 50, por 28 jornais, três revistas (dentre elas, **O Cruzeiro**) e 19 estações de rádio, aos quais ainda foi incorporada a **TV Tupi**, no Rio de Janeiro, em 1950. Além de advogado, senador da República pelo PSD e jornalista, Chateaubriand era também proprietário de fazendas e dono dos laboratórios Shering, tendo ficado conhecido por empregar o seu império da comunicação para obter benefícios políticos e econômicos.

O impresso de Chateaubriand seguia o mesmo padrão dos grandes jornais estudados no período: dividido em dois cadernos. No primeiro, o predomínio era do noticiário internacional na capa e na manchete, sendo as notícias nacionais na contra-capas e nas páginas próximas. Como o **Correio da Manhã**, a página quatro era reservada à opinião, onde podíamos ler os editoriais do jornal, alguns artigos assinados por jornalistas importantes da casa, como Theophilo Andrade e, em alguns dias, os próprios escritos de Chateaubriand.

Nos anos 50, **O Jornal** não era um diário de grande projeção. Sua tiragem ficava em torno de 60 mil exemplares/dia e não era apontado como um dos impressos de maior prestígio político e jornalístico – ao contrário do **Correio da Manhã** –, muito provavelmente pelas próprias posturas controversas de seu proprietário. Na verdade, em termos de influência, a posição deste impresso era reforçada pela condição de “órgão líder” dos *Diários Associados*,

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ *Ibidem.*

título que constava em sua capa, embora, conforme Ana RIBEIRO, essa liderança se restringisse “ao papel de paradigma que era reservado na cadeia e se exercia mediante a transcrição dos artigos de Chateaubriand estava e de outros redatores e colaboradores de projeção” (2007, p. 78).

Em relação ao financiamento de **O Jornal**, as informações são muito imprecisas, não havendo dados concretos publicados sobre as suas receitas ordinárias. Provavelmente, era uma combinação entre publicidade, vendas e a entrada de recursos “extras” obtidos por seu proprietário. Em termos concretos, no levantamento apresentado por Ana RIBEIRO sobre a divisão das verbas publicitárias, nos anos 50, **O Jornal** ocupa apenas a quinta posição, com cerca de pouco mais da metade dos recursos obtidos por **O Globo** e ficando atrás do próprio **JB**. A respeito da sua distribuição entre os produtos anunciados, o diário de Assis Chateaubriand se encontra nas quatro categorias elencadas na tabela apresentada por Ana RIBEIRO.¹⁵²

Todos esses elementos colocariam **O Jornal** ocupando uma posição intermediária no campo jornalístico da década de 50, com tendência descendente. Na verdade, o seu peso nesse campo dependia mais da rede a qual estava associado do que propriamente a do seu poder de influência na definição do politicamente pensável no período estudado.

No que se refere ao posicionamento político do periódico e, especialmente, ao seu relacionamento com Vargas, Chateaubriand manteve, com os seus jornais, momentos de aproximação e distanciamento de Getúlio. Deu grande apoio à Aliança Liberal, em 1930, mas também endossou a Revolução Constitucionalista, de 1932, o que acabou lhe custando o confisco do seu jornal e o seu exílio. A fim de reaver o controle do diário, Chateaubriand procurou reaproximação com Getúlio, evitando conflitos com ele durante o resto do seu primeiro governo.¹⁵³

Os anos 50 iriam provocar uma reaproximação entre Assis Chateaubriand e Vargas, pois, dos jornais da grande imprensa carioca, apenas o diário de “Chatô” deu apoio à candidatura de Getúlio. Há uma controvérsia sobre a origem desse apoio, iniciado com uma famosa entrevista feita por Samuel Wainer com o futuro presidente, que acabou lançando prematuramente a sua candidatura, em 1949, precipitando o processo eleitoral. Wainer alega que a iniciativa foi sua, com Chateaubriand apenas endossando-a depois, na medida em que viu as possíveis repercussões positivas para si e para a sua rede, com o retorno de Getúlio ao

¹⁵² RIBEIRO, 2007, pp. 188-189.

¹⁵³ DHBB, *op.cit.*, 2863.

Catete.¹⁵⁴ Enquanto outras interpretações, como a contida no DHBB, afirmam que a iniciativa foi do proprietário da rede *Diários Associados*.¹⁵⁵

Independentemente disso, o fato é que a rede de Chateaubriand deu cobertura à campanha de Vargas e, conforme o próprio DHBB, **O Jornal** teria oferecido apoio ao governo em seus dois primeiros anos. Ana RIBEIRO, por sua vez, apresenta uma tabela elaborada pelo Anuário Brasileiro de Imprensa, em 1954, que classifica este periódico entre os “neutros”¹⁵⁶ e, ABREU&LATTMAN-WELTMAN, como vimos acima, colocam-no entre os opositores moderados de Getúlio, às vésperas de seu suicídio.

Em termos de alinhamento doutrinário, não existem pesquisas sobre **O Jornal**, apenas análises, como as apresentadas no DHBB, que colocam o seu proprietário como partidário da livre-iniciativa e, especialmente, defensor da necessidade de aplicação de capitais estrangeiros no país. No que se refere ao governo de Vargas, o Dicionário coloca exatamente a diferença entre Chateaubriand e a percepção de Getúlio sobre o papel do capital estrangeiro como o motivo do afastamento de dono dos *Diários Associados* do governo, especialmente no caso do petróleo.¹⁵⁷ Ana RIBEIRO, por outro lado, afirma que “Vargas identificava-se com as frações da burguesia interessadas em um projeto autônomo de desenvolvimento, enquanto Chateaubriand se apoiava (como, de resto, a maioria dos outros empresários de comunicação) nos setores que apoiavam um projeto associado”, mas, ao mesmo tempo, considera que, tal diferença, “não impediu Chateau de se aproximar, em muitos momentos, do ditador e de outros líderes populistas”.¹⁵⁸

O Globo

Dos jornais pesquisados, **O Globo** é o único que é vespertino, ou seja, a sua edição saía à tarde, o que deve sempre ser levado em conta quando se deseja fazer a comparação dele com os demais diários do período. Além disso, este impresso apresentava outras diferenças importantes.

Ele era dividido em dois cadernos, como os jornais anteriores, só que a diagramação e

¹⁵⁴ WAINER, *op.cit.*

¹⁵⁵ DHBB, *op.cit.*, 2863.

¹⁵⁶ RIBEIRO, 2007, p. 61.

¹⁵⁷ “Iniciado o segundo governo Vargas, entretanto, as divergências vieram à tona. Chateaubriand considerava impossível tanto do ponto de vista econômico quanto financeiro e técnico, o ingresso do Brasil na exploração petrolífera, sem auxílio externo. (...) Para Chateaubriand, os investimentos externos deveriam financiar não só a prospecção de petróleo, como também a construção de portos, ferrovias e rodovias” (DHBB, *op.cit.*, p. 2863).

¹⁵⁸ RIBEIRO, 2007, p. 74.

a divisão interna do noticiário de **O Globo** eram muito distintas. Este diário reservava a sua primeira página não ao noticiário internacional. Ela era diagramada com um conjunto de pequenas manchetes, que serviam como “anúncio” das matérias e reportagens que comporiam a edição. Além disso, era dada prioridade ao noticiário nacional, sendo que a manchete principal do dia normalmente ficava com os temas de economia ou política brasileira. Dessa maneira, este jornal apresentava uma linha editorial mais moderna que os outros impressos pesquisados, a qual também se refletia na diagramação, com o uso de “títulos dinâmicos” e o recurso de fotografias e charges, que povoavam as páginas do jornal, inclusive a capa. Outra característica interessante é que **O Globo** não tinha um local específico para os seus editoriais, que poderiam aparecer na própria capa, na página dois ou na três, conforme o grau de relevância do tema. Ademais, os editoriais não tinham uma regularidade obrigatória. Em termos de linguagem, no entanto, não encontramos muitas diferenças entre **O Globo** e os outros periódicos aqui selecionados, pois seus textos eram carregados e rebuscados, não havendo incorporação de recursos como o *lead*. Isso indica que, apesar de ser um vespertino, **OG** não era um jornal voltado prioritariamente para as camadas populares como os demais que circulavam nesse horário, como **A Notícia** e, posteriormente, a **Última Hora**.

Um ponto importante a considerar é que, nos anos 50, ao contrário do **JB**, **O Globo** é um jornal em plena trajetória ascendente no campo jornalístico que se constitui no período. Sua tiragem é uma das que mais cresce no pós-guerra, atingindo a média de 100 mil exemplares/dia, em 1951, e chegando a 120 mil, em 1952, voltando a cair um pouco nos anos de 1953 (100 mil) e de 1954 (110 mil), muito provavelmente pela ascensão do vespertino **Última Hora**, que lhe passa a fazer uma competição acirrada nesse momento. De qualquer maneira, o diário de Roberto Marinho é um dos que mais se moderniza e investe em renovação do parque gráfico e, como vimos, também em termos editoriais, embora não esteja entre os jornais pioneiros na introdução do modelo de jornalismo norte-americano.

Sobre o financiamento, as informações existentes são precárias, mas, é muito provável que este periódico retirasse a maior parte da sua renda das verbas publicitárias, já nos anos 50. Os dados apresentados por Ana RIBEIRO, com base em levantamento do *Anuário de Publicidade*, mostram **O Globo** ocupando o primeiro lugar na lista das preferências pelos anunciantes, com uma parcela das verbas publicitárias bem acima do segundo colocado, o matutino **Correio da Manhã**.¹⁵⁹ Em relação ao tipo de artigo anunciado no jornal, ele tem presença nas quatro categorias constantes pela pesquisa do Anuário Brasileiro de Imprensa,

¹⁵⁹ RIBEIRO, 2007, p. 186.

apresentadas pela autora acima citada.¹⁶⁰ O que talvez reflita o público do próprio jornal, pois, ainda conforme RIBEIRO, este estava distribuído entre as classes “alta”, “média” e as “camadas populares”.¹⁶¹

No que se refere à sua história, **O Globo** – fundado em 1925, por Irineu Marinho, e tendo à sua frente, desde 1931, o seu filho mais velho, Roberto Marinho – caracterizou-se, até os anos 50, como um jornal de pouco envolvimento político, procurando assumir uma posição de discrição, sem muita interferência em assuntos públicos. Conforme o DHBB, **OG** teria dado apoio discreto à Revolução de 30 e ofereceu ampla cobertura à Revolução Constitucionalista de 1932. Mas, durante o Estado Novo, o jornal teria cedido às pressões do governo, sendo que Roberto Marinho chegou a participar do Conselho do DIP.

No final desse período, porém, **O Globo** aderiu aos movimentos que defendiam a redemocratização do país e, nas eleições de 1945 e 1950, apoiou o candidato udenista Eduardo Gomes. Em relação ao governo Vargas, há uma sensível diferença de opinião entre os analistas. Alguns classificam **O Globo** como neutro ou de oposição discreta ao governo,¹⁶² enquanto outros afirmam que, este jornal, após a posse de Getúlio, “fez intensa oposição a seu governo”.¹⁶³

A partir dessas análises, somos levados a pensar que, embora de trajetória ascendente do ponto de vista das vendas, **O Globo** não apresentava a mesma posição privilegiada no que se refere à sua história de combatividade política ou associada à defesa de bandeiras públicas, como era o **CM**, provavelmente perdendo para este, no critério de prestígio entre os profissionais e o público elitizado.

Por outro lado, em termos de posicionamento doutrinário, temos afirmações mais categóricas. Já vimos que SKIDMORE colocava **O Globo** como um jornal neoliberal, defensor do capital estrangeiro e do comércio de importação e exportação. O DHBB corrobora com essa impressão, afirmando que durante o debate sobre desenvolvimento do Brasil, “era o principal porta-voz da linha neoliberal”, embora cite como fonte o próprio brasilianista. Já no Segundo Governo Vargas, o Dicionário afirma que “**O Globo** manteve-se fiel aos princípios neoliberais”, mas teria apoiado o Plano Lafer, de reaparelhamento econômico. Em relação ao decreto de reinvestimento de capitais, o DHBB defende que “**O**

¹⁶⁰ *Idem*, pp. 188-189.

¹⁶¹ RIBEIRO, 2007, p. 91. Aqui a autora cita uma pesquisa feita pelo IBOPE, publicado pelo Anuário Brasileiro de Imprensa, em 1955. Não há dados sobre os critérios de classificação desses grupos.

¹⁶² RIBEIRO, *idem*, p. 61, aponta a neutralidade conforme tabela do Anuário Brasileiro de Imprensa, de 1954. Já ABREU&LATMAN-WELTMAN indicam a posição de oposição discreta, no caso da crise final do governo.

¹⁶³ DHBB, *op.cit.*, 2543.

Globo manifestou-se contra o decreto presidencial que limitava em 10% a remessa de lucros”, e emprega uma declaração de Ricardo Marinho, irmão de Roberto, para afirmar que o jornal “jamais se posicionou contra o capital estrangeiro, cujo ingresso era considerado benéfico na medida em que concorria para o enriquecimento do país”. Por fim, o DHBB lembra que **OG** “desencadeou também violenta campanha contra a Petrobras”.¹⁶⁴

As análises demonstra que, por ser um jornal neoliberal e defensor do capital estrangeiro, **O Globo** teria muitos motivos para se opor ao programa econômico de Vargas, o que o teria levado a fazer acirrada oposição ao governo, inclusive encampando a tese do *impeachment* proposta pela UDN.¹⁶⁵

O levantamento geral que apresentamos acima sobre os jornais pesquisados é parcial e fragmentado, mas, mesmo assim, é útil por nos oferecer alguns parâmetros que podemos usar na nossa análise empírica, especialmente para perceber quais nos pareceram pertinentes para entender a tomada de posição dos diários aqui em análise e quais não o são.

A próxima etapa do nosso trabalho será a de analisar com mais detalhe o grande debate que ocorreu em torno do processo de desenvolvimento brasileiro do pós-guerra e a forma como o programa econômico do Segundo Governo Vargas se insere dentro do mesmo.

¹⁶⁴ DHBB, *loc.cit.* Ana RIBEIRO também reforça essa interpretação (2007, 93).

¹⁶⁵ Essa última interpretação, porém, é rejeitada por ABREU&LATTMAN-WELTMAN, como vimos anteriormente, pois este autores colocam O Globo com uma posição mais moderada, procurando uma saída constitucional para a crise.

2 – A luta pela legitimação da industrialização planejada no Brasil e o programa econômico do Segundo Governo Vargas

2. 1 – A conjuntura internacional e o Brasil na nova ordem econômica do pós-guerra

O período entre os anos de 1940 e 1960 foi de intensas transformações no panorama internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as grandes potências vencedoras – EUA e URSS – viram-se obrigadas a reorganizarem o mundo nos novos parâmetros existentes após o conflito – inicialmente de forma conjunta, depois, em amplo antagonismo.

Entre os países capitalistas, essa organização se deu pela égide dos EUA, o qual emerge do conflito não apenas vitoriosos mas como a principal potência mundial, tanto do ponto de vista militar quanto do ponto de vista econômico.

¹ Em se tratando de reorganização mundial, contudo, havia muito o que fazer, pois, como afirma MALAN, essa tarefa envolvia duas “vertentes”: recompor, de um lado, os aspectos geopolíticos e, de outro lado, os aspectos econômicos.²

Do ponto de vista geopolítico, a nova ordem mundial se constituiu mediante a luta travada entre as duas grandes potências pela conquista e/ou fortalecimento de zonas de influência, tanto nas regiões diretamente envolvidas na guerra – como a Europa e a Ásia – quanto naquelas em que, embora longe das áreas conflagradas, poderiam se tornar palco para novas disputas de poder, como era o caso da América Latina (MALAN, *op.cit.*, p. 57).

Na estratégia estadunidense do pós-guerra, tal disputa acabou resultando na Doutrina Truman e no início da Guerra Fria, em 1947.³ Já do ponto de vista econômico, os EUA procuraram promover uma retomada do fluxo internacional de capital e do comércio exterior, na expectativa de que a sua posição privilegiada entre os demais países capitalistas lhe

¹ Conforme PECEQUILLO: “Em 1945, a posição de poder norte-americana era extremamente mais avançada do que em 1918, com uma vantagem política, militar, estratégica e econômicas incomparáveis”. PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos : continuidade ou mudança?* 2a. ed., Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. p. 126.

² MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*. in Boris Fausto (org.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1986.

³ Sobre isso, devemos recordar que, muito embora as relações entre EUA e URSS estivessem se deteriorando desde, no mínimo, a conferência de Potsdam, na Alemanha, em 1945, “oficialmente” a Guerra Fria inicia apenas com um discurso do presidente ao Congresso norte-americano, em março de 1947, solicitando a aprovação de uma verba de \$ 400.000.000 para auxiliar a Grécia e a Turquia na recuperação de suas economias e para a repressão ao comunismo. De outra parte, o pronunciamento presidencial refletia a política da “contenção” defendida pelo diplomata norte-americano, George Frost Kennan (PECEQUILLO, *op.cit.*, p. 146), ^{segundo a qual} a URSS era uma potência expansionista que desejava controlar militarmente o mundo e difundir globalmente o comunismo, devendo ser necessariamente contida (MAGNOLI, Demétrio. *Da Guerra Fria à Détente: política internacional contemporânea*. Campinas : Papirus, 1988, p. 27). Tarefa que caberia aos EUA e cuja execução marcaria uma inflexão na política externa norte-americana até então caracterizada pelo isolacionismo.

permitisse maior expansão econômica. Para tanto, era essencial combater as principais características da economia internacional no entre-guerras, a saber, o protecionismo, o nacionalismo econômico e as práticas de trocas bilaterais.⁴ Objetivo que as principais lideranças estadunidenses perseguiram desde o início da década de 1940, quando começaram a negociar com a Inglaterra os rumos econômicos mundiais do pós-guerra, negociações que culminaram no acordo de Bretton Woods, assinado em New Hampshire, subúrbio de Nova York, em 1944, por representantes de mais de quarenta países.

Como resultado desses entendimentos, surgiram duas instituições-chave para a economia mundial nos anos posteriores: o Fundo Monetário Internacional (FMI) – que seria responsável pela estabilização das taxas de câmbio e, assim, pelo estímulo ao comércio internacional⁵ – e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) – que deveria resolver o problema de liquidez em dólares do novo sistema, tendo em vista que a Europa estava sem condições de pagar por suas importações dos EUA. Contudo, a principal estratégia deste Banco seria, conforme BASTOS,

pavimentar o caminho para que novos investimentos privados pudessem ser realizados [...]. Ou seja, o banco não devia financiar empreendimentos que expulsassem investidores privados ou, em geral, apoiar governos que não concordassem com políticas “sadias” de atração de capitais externos.⁶

Do ponto de vista do comércio internacional, porém, a tarefa de regulação não ficou por conta do organismo pensado em Bretton Woods, a OIC (Organização Internacional do Comércio) mas sim do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*).⁷ O GATT não era propriamente um tratado e nem um órgão independente, tendo sido formado através de uma série de acordos entre os países participantes. Baseava-se na “ideia de que o livre câmbio e a divisão internacional do trabalho representa[vam] um ideal que deve[ria] ser atingidos pelas

⁴ FRIEDEN, Jefry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores, 2008, p. 276 e p. 285. Conforme HIRST & THOMPSON, entre as duas Grandes Guerras, a “atividade econômica internacional (e interna) caiu drasticamente (o comércio exterior caiu cerca de dois terços, entre 1929 e 1933, abrangentes controles de capitais foram introduzidos, houve desvalorizações e deflações). Na esteira de tudo isso, emergiram blocos de poder protecionistas beligerantes que, em última análise, lutavam para desafiar a existência um do outro.” (HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis : Vozes, 1998, p. 78). Por essas razões, MÜLLER afirma que não “parece exagero pensar que no imediato pós-guerra (1945-55) a grande preocupação da política internacional norte-americana era a possibilidade do ressurgimento dos ‘capitalismos nacionais’” (MÜLLER, Geraldo. *Introdução à economia mundial contemporânea*. São Paulo : Ática, 1987, p. 38).

⁵ BAER, Mónica & LICHTENSZTEJN, Samuel. *Fundo Monetário Internacional y Banco Mundial: Estratégias y Política Del Poder Financeiro*. Caracas : Editora Nueva Sociedad, 1987. Ver também: SOLOMON, Robert. *O Sistema Monetário Internacional – 1945-1976*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979, p. 28.

⁶ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base*. Campinas: IE-UNICAMP, 2007 (Texto para Discussão), p. 16.

⁷ Em português, Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

nações civilizadas”. Além disso, os “signatários se empenhavam em não suspender as suas tarifas aduaneiras e a conceder a seus parceiros o tratamento de nação mais favorecida”,⁸ fazendo com que todos os governos fossem obrigados a oferecer as mesmas taxas para qualquer país assinante. Também foi acertado que as tarifas alfandegárias seriam reduzidas a cerca de um terço de seu valor vigente, o que, obviamente, favorecia as nações industrializadas – exportadora de bens manufaturados e, por isso, interessadas em manter e/ou conquistar mercados para os seus produtos – e prejudicava as nações não-industrializadas, que aspiravam desenvolver um parque fabril próprio mediante o protecionismo.

Desta maneira, não é difícil aceitar que o estabelecimento dessas novas regras, como afirmam BAER & LICHTENSZTEJN, deixou claro a hegemonia estadunidense no processo de reorganização da economia mundial então em curso.⁹ Contudo, seria um exagero supor que esta hegemonia tenha sido construída sem percalços, sem resistências e, especialmente, sem concessões da parte da potência dominante.¹⁰

Um dos focos dessa resistência esteve na América Latina, onde os principais países desejavam intensificar a cooperação econômica estabelecida com os EUA durante a Segunda Guerra com vistas a manter ou aumentar seu nível de desenvolvimento através da industrialização.¹¹ Essa pretensão, contudo, tinha pouco lugar na nova ordem mundial projetada pelos norte-americanos, na medida em que, como salienta ALMEIDA, os acordos de Bretton Woods não levaram em conta a situação específica dos países *subdesenvolvidos*, entendendo que as regras do livre-mercado seriam suficientes para beneficiar a todos.¹² No caso da América Latina, o papel pensado para região não deveria ultrapassar a sua velha condição de produtora de bens primários, estando basicamente destinada a: a) ajudar na reconstrução europeia, fornecendo matérias-primas a baixo custo; b) oferecer reservas de recursos naturais necessários à defesa Ocidental – em caso de uma guerra com a URSS –; e c)

⁸ MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial: 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 414

⁹ BAER & LICHTENSZTEJN, *op.cit.*, p. 24.

¹⁰ Conforme autores como SOLOMON e FRIEDEN, as necessidades econômicas surgidas no pós-guerra, como a reconstrução da economia europeia, superaram as projeções de Bretton Woods, levando à relativização de muitas de suas prerrogativas, como a criação da União Europeia de Pagamentos – que estimulou as nações da Europa Ocidental a comercializarem entre si, mesmo que em detrimento do fluxo de mercadorias internacional -, o adiamento da convertibilidade das moedas ao padrão ouro-dólar, que só veio a ocorrer em 1958, e a permissão a muitas nações fazerem desvalorizações cambiais para ajustar seus balanços de pagamento e tornar suas exportações mais competitivas. Ademais, um dos principais problemas surgidos no período foi o da “escassez de dólares”, que só seria amenizado com a plena recuperação da economia ocidental, já em meados da década de 60. Quanto a esta última questão, ver MAURO (*op.cit.*, pp. 420-425) e, em relação aos demais temas, consultar: FRIEDEN (*op.cit.*, p. 293) e SOLOMON (*op.cit.*, p. 24).

¹¹ AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina : a construção da hegemonia*. São Paulo : Editora UNESP. 2002, p. 75.

¹² ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre : Ed. da Universidade / UFRGS, 1998, p. 127.

servir de mercado consumidor para os produtos industrializados estadunidenses.¹³

É nesse contexto mundial que o Brasil passará por uma das mudanças econômicas, sociais e políticas mais significativas de sua história contemporânea.

2.1.2 – O Brasil em mudança: transformações estruturais dos anos 40 e 50

Em consonância com o que ocorria em nível internacional, os anos 40 e 50 foram também de intensas transformações no Brasil. As duas décadas que se seguiram ao fim do conflito mundial corresponderam não só ao retorno do país à democracia política mas a uma experiência democrática que podemos considerar inédita até então.¹⁴ Mas estas modificações não se limitaram ao universo político, alcançando aspectos econômicos, sociais e culturais que acirraram intensamente um processo já em um curso desde a década de 1930, mas que, agora, ganhava novas dimensões.

Entre os anos de 1945 e 1964, a economia brasileira passou por grandes alterações estruturais. Além de um significativo crescimento geral – que, de 1947 a 1961, ficou na faixa de 6% a.a. – houve uma expressiva mudança na contribuição de cada atividade econômica no total da produção nacional, tendo em vista que o desempenho da indústria foi bem superior ao da agricultura. Enquanto esta última alcançou a média anual de 4,6%, a primeira apresentou resultados mais significativos (9,1% a.a.), o que a tornou “o setor dinâmico da economia” brasileira.¹⁵ Por essas razões, este período é considerado o momento de consolidação do *processo de industrialização* do país, quando se completa a passagem do sistema agro-exportador para o industrial tanto do ponto de vista da formação de capital, quanto da presença relativa de cada setor no crescimento do PIB.¹⁶ Tal transição, segundo análise do

¹³ Ver: MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 40-41 e SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos : poder e submissão*. Uma história da Política Norte-americana em relação à América Latina. EDUSC. Bauru:SP. 2000, p. 381.

¹⁴ Apesar de alguns limites no que se refere ao pleno exercício da democracia representativa, esta experiência apresentou características que a distinguem das anteriores, como: eleições para todos os cargos representativos, relativa liberdade de imprensa, regras eleitorais buscando maior lisura nas votações e um considerável aumento do contingente de eleitores, que, no pleito presidencial de 1950, chegaria a cerca de 20 % do total da população. Quanto a estas questões, consultar: CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil : 1930-1964*. São Paulo : Alfa-Omega, 1976, pp:139-168, LIMA Jr., Olavo B. L. O sistema partidário brasileiro, 1945-1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981. p. 24-44, SOARES, Gláucio. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 45-136 e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia*. In: DELGADO, Lucilia & FERREIRA, Jorge (org.). *O Tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 127-155.

¹⁵ Cf. BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas : Rio de Janeiro, 1966, p. 73, nota 3.

¹⁶ Empregamos, aqui, a diferenciação utilizada por BAER entre *crescimento industrial* e *industrialização*: no primeiro caso, ocorrido até os anos 20, “o crescimento da indústria dependia principalmente das exportações

IPEA, “revela o alto dinamismo do setor industrial brasileiro, que realizou no pós-guerra uma das mais rápidas e radicais modificações de estrutura econômica já observada em países subdesenvolvidos”.¹⁷

Como os demais países da América Latina, o *processo de industrialização* no Brasil foi essencialmente de substituição de importações e, sendo assim, o avanço da indústria à condição de carro-chefe da economia nacional também implicou na transição de seu eixo dinâmico. Ou seja, o mercado externo – preponderante no sistema agro-exportador – deixou de ser o polo mais ativo, dando lugar ao mercado interno, como nos ilustra o próprio percentual das exportações no PIB brasileiro, que caiu de 19,7%, em 1939, para 7,1%, em 1954.¹⁸

Outra alteração importante e diretamente relacionada ao processo industrializante esteve nas mudanças na população brasileira. Esta já apresentava, desde os anos 30, um crescimento acelerado, mas ele irá se acentuar no pós-guerra¹⁹ e virá acompanhado por um alto índice de urbanização: nos anos 1940, o país estava dividido entre 30.826.243 (74,75%) habitantes considerados como rurais e 10.410.072 (25,24%) como urbanos; porém, em 1960 esses números já seriam respectivamente de 38.767.423 (55,32%) e de 31.303.034 (44,77%) e, em meados dos anos 60, os residentes nas cidades se tornariam maioria.²⁰ Esse processo de urbanização provocou profundas transformações nas grandes metrópoles brasileiras, que deixaram de ser apenas polos administrativos e comerciais para também “construir o *locus* da

agrícolas” e “não foi acompanhado por mudanças estruturais da economia. A industrialização, por outro lado, está presente quando a indústria se torna o principal setor de crescimento da economia e gera mudanças estruturais pronunciadas” (BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo : Nobel, 1996., p. 55). Ver também MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Sobre a transição do modelo agro-exportador para o industrial, ver SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira : Origem e Desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense, 1986, p. 246 e BAER 1966, p. 79.

¹⁷ CANDAL, 1977, p. 246. Especialmente se considerarmos que a participação da indústria no PIB era, em 1947, de 19%, passando para 30%, em 1964 (CANDAL, *op.cit.*, 248)

¹⁸ Conforme FURTADO, essa mudança iniciou ainda nos anos 30, como decorrência da crise de 29 e das medidas tomadas pelo Brasil para enfrentá-la. Ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1963.

¹⁹ Isso fica bem ilustrado quando consideramos que o contingente populacional do país passa de 41.236.315 habitantes, em 1940, para 70.070.457, em 1960, num incremento de aproximadamente 70% em duas décadas. Cfe. dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm, consultado em 31 de maio de 2009. A principal razão desse índice é atribuída à manutenção de altas taxas de natalidade acompanhadas de queda da mortalidade, cujo maior declínio ocorre exatamente na década de 1950, “período de maior propulsão do esforço desenvolvimentista e de expansão do processo de industrialização” (PATARRA, Neide. *Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil : o Período pós-30*. In.: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, Capítulo V, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1986, p. 257). Ver também MERRICK, Thomas. *A População Brasileira a Partir de 1945*. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta : Brasil desde 1945*. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986, p. 31.

²⁰ IBGE, *idem*.

atividade produtiva”.²¹

Contudo, devemos salientar que essas mudanças estiveram longe de ser naturais e/ou espontâneas, pois implicaram ou mesmo derivaram de uma decisiva interferência do Estado. Como ressalta BAER, a industrialização antes do pós-guerra foi mais um “expediente ocasional”, determinada pelas contingências geradas pela Crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial, do que por uma decisão deliberada e planejada. Pós 1945, porém, ela transformou-se paulatinamente “em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira”.²²

Para tanto, foram empregados basicamente três mecanismos, muitos dos quais já existentes no período anterior, mas que, na nova conjuntura, vão tomar um caráter mais programático e coordenado: a política cambial, que privilegiou a liberação de divisas à importação de bens de capital e de insumos industriais, servindo para proteger e de subsidiar o setor; a política de crédito, que favoreceu os investimentos no parque fabril, em especial a compra dos bens e dos insumos mencionados acima; e os investimentos públicos, especialmente nas indústrias de base, como a siderurgia, o setor petrolífero e a eletricidade, responsáveis por fornecer infraestrutura e alavancar as inversões privadas.²³ Isso, entretanto, implicou no inevitável aumento do intervencionismo estatal na economia, com a criação de empresas públicas, de novos tributos – ou da repartição da receita dos antigos em favor do governo federal – e a ampliação da burocracia, sem contar as novas agências do Estado ou paraestatais, responsáveis por planejar as suas principais ações econômicas.²⁴

De outra parte – e diretamente ligado ao que afirmamos acima –, essas mudanças implicavam em alterações na tradicional posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Embora o país ainda continuasse exportador de produtos primários, optar pela

²¹ PATARRA, *op.cit.*, p. 260. Ver também KATZMAN, Marin. *Urbanização no Brasil a partir de 1945*. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *op.cit.*, p. 198.

²² BAER, *op.cit.*, p. 35. Ver também: LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. *Política e interesses na industrialização brasileira* : As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo : Paz e Terra : 2000, p. 181, DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985 e FONSECA, Pedro César Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção: 1906-1954*. Ed. Brasiliense : São Paulo, 1987.

²³ Quanto a estes aspectos, ver DRAIBE, *op.cit.*, p. 182, LEOPOLDI, *op.cit.*, p. 222-223, TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* : Ensaio Sobre Economia Brasileira. Zahar Editores : Rio de Janeiro. 1976, 5ª. edição, p. 62 e BAER, 1966. Em relação ao sistema de controle de importações pela licença prévia, iremos tratar mais além. Ver, por ora, LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)*. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, (p. 17-29), p. 62 e FONSECA, *op.cit.*, p. 374-375.

²⁴ Uma abordagem dessas instituições relativas à ampliação do papel econômico do Estado será feita ao longo do capítulo.

industrialização implicou no controle qualitativo das importações (preferência por bens de capital e insumos em detrimento das mercadorias de consumo) e atingiu o fluxo de capital, ao provocar restrições no envio ao exterior de lucros e de dividendos para, com isso, aproveitar as divisas escassas no desenvolvimento industrial. Desta maneira, tais medidas entravam em choque com os princípios defendidos em Bretton Woods e com as pretensões norte-americanas para a América Latina no pós-guerra, dando origem a inúmeros conflitos entre o governo brasileiro, o Departamento de Estado e os círculos financeiros de Wall Street, cujo principal exemplo ficou por conta do problema do “reinvestimento”, surgido no Segundo Governo Vargas.²⁵

Essas transformações igualmente tiveram fortes efeitos no que se refere à distribuição do poder e da renda na sociedade brasileira. Quanto ao primeiro caso, as mudanças na estrutura populacional e a rápida urbanização interferiram nas bases do sistema representativo, na medida em que o voto urbano teve um ganho relativo frente ao voto rural – e isso em pleno retorno da democracia. Além disso, o crescimento acelerado das cidades provocou o agrupamento dos eleitores nas mesmas e também “veio alterar profundamente a composição do eleitorado, já que se tratava de incorporação dos setores médios e inferiores da sociedade, particularmente de um contingente respeitável de trabalhadores”.²⁶ Em consequência, tivemos um enfraquecimento das formas tradicionais de poder, ligadas ao clientelismo rural, em favor de estratégias mais aptas a incorporar o voto cidadão.²⁷ O principal reflexo dessa mudança se daria na evolução eleitoral dos partidos, com perda de representatividade daqueles que mais dependiam do voto rural, como a UDN e o PSD, frente aos que demonstraram maior aptidão a cooptar o eleitor urbano, como o PTB.²⁸

Já no que se refere à questão da distribuição da renda, às mudanças produtivas estavam associadas alterações no seio das classes dominantes, pois, muito embora não haja consenso na bibliografia acerca de quais grupos mais perderam ou mais ganharam com este processo,

²⁵ Esse tema será analisado no Capítulo V.

²⁶ LIMA Jr., Olavo B. L. *O sistema partidário brasileiro: 1945-1962*. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981 (p. 24-44), p. 29. Em 1950, o percentual de votantes em cidades com menos de 10 mil habitantes era de 47,7%, enquanto em cidades com mais de 10 mil habitantes era de 52,3%. Em 1958, essas cifras passariam para 36,5% e 63,5%, respectivamente. Fonte: BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981, p. 125. Ver também SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996, 133.

²⁷ Quanto a essa análise, ver especialmente SOARES, *op.cit.* e CAMPELO DE SOUZA, *op.cit.*. Uma síntese e, ao mesmo tempo, uma crítica a esta interpretação é oferecida por LIMA JÚNIOR, *op.cit.*, p. 25.

²⁸ A trajetória da representação dos partidos na Câmara Federal nos indica isso: em 1945, os chamados “partidos conservadores” (UDN+PSD) obtiveram conjuntamente vitória expressiva, com 84,3 % das cadeiras, ficando o PTB com apenas 7,7%; contudo, nas eleições parlamentares de 1962, a soma da UDN e do PSD caiu para 53,7%, enquanto os trabalhistas atingiram 29,8%. Dados conforme DELGADO, *op.cit.*, p. 142.

parece inegável que a burguesia industrial foi a sua maior beneficiária, o que levou muitos autores a afirmarem que a industrialização acelerada do Brasil foi conduzida sob a “hegemonia” desta classe.²⁹

Não podemos negligenciar que esse processo, não obstante os seus resultados positivos em termos macroeconômicos, trouxe também muitos problemas de curto e médio prazos, tais como o estrangulamento do balanço de pagamentos, o aumento do déficit público, o endividamento do país e o aceleramento da inflação; ao mesmo tempo, acarretou novas necessidades a serem atendidas pelo poder público, como as dificuldades de moradia, de abastecimento e de transportes urbanos, que transformaram as cidades em focos de reivindicações e de conflito.³⁰ Ou seja, no curto prazo, as mudanças aqui analisadas trouxeram consigo não apenas vantagens mas, também, vários problemas.

Sendo assim, não é difícil aceitar que tais alterações geraram muitos questionamentos sobre a sua adequabilidade e validade para o país, especialmente no que dizia respeito ao seu ritmo, aos seus métodos e aos seus custos. Além disso, é lícito supor que elas provocaram muita contrariedade entre aqueles que se sentiram prejudicados, tanto em nível interno – como o setor econômico ligado ao comércio de importação e exportação e as elites citadinas e rurais, deslocadas ou enfraquecidas no centro de poder político com a ascensão do voto popular e urbano – quanto em nível externo, ao contrariar o papel que originariamente os EUA projetaram para o Brasil na divisão internacional do trabalho e na própria geopolítica do pós-guerra.

Tais mudanças enfrentaram também a resistência da forte tradição liberal – por muito tempo hegemônica no pensamento acadêmico e no imaginário da elite brasileira. Nunca é tarde para lembrar que esta linha de pensamento defendia a especialização primária do Brasil a partir da teoria das vantagens comparativas, sendo contrária à interferência do Estado na economia, quer seja pelo protecionismo, pelo excesso de investimentos públicos ou pela

²⁹ Não iremos abordar no momento a discussão em torno da categoria “burguesia nacional”, mas pode-se consultar uma resenha sobre a mesma em TRINDADE, Helgio. *Burguesia e Estado no Brasil* : um balanço crítico. In: *Estudos FEE*, Porto Alegre, 7(1): 105-124, 1986. Já em relação à defesa da tese de que o projeto de industrialização se deu sob a hegemonia da burguesia industrial brasileira, ver os seguintes autores: LEOPOLDI (2000, 2002), FONSECA, *op.cit.* e, mais recentemente, BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A dependência em progresso* : fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Tese de Doutorado – Unicamp – Campinas – SP – 2001 (s.n.), disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232699>, consultado em outubro de 2009. No que se refere ao questionamento desta interpretação, afirmando que tal industrialização se deu por iniciativa da burocracia estatal, com a burguesia a reboque no processo, ver especialmente MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento* : introdução à crise brasileira. Rio de Janeiro : Saga, 1968 e CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo : DIFEL, 1972.

³⁰ Cf. BAER, 1996, TAVARES *op.cit.* e MELLO, *op.cit.*.

presença direta no sistema produtivo.

Por tudo isso, não é difícil aceitar que a emergência e, acima de tudo, a continuidade do processo industrializante exigiram um amplo trabalho de legitimação. Em outras palavras, era necessário difundir e fazer vencer a ideia de que a industrialização acelerada do país, com presença ativa do Estado, era não só possível como necessária para o seu desenvolvimento. Trabalho simbólico que tinha como uma das suas etapas a busca de alternativas conceituais à ortodoxia econômica que permitissem aos defensores da industrialização, ao mesmo tempo, justificar e orientar o processo em curso.

Porém, como toda a luta simbólica – ou seja, nos termos de BOURDIEU, como toda a luta pela imposição de uma visão mais legítima sobre a realidade social capaz de agir não apenas no pensamento sobre a realidade mas na própria realidade pelas mudanças que provoca nesse pensamento –, a busca pela legitimação do processo industrializante não foi mero reflexo das mudanças em curso. Ao contrário, como veremos, ela constituiu um momento decisivo no qual as principais alternativas para a continuidade ou não das mudanças em curso foram elaboradas, contestadas e difundidas. De outra parte, em se tratando de uma luta por legitimidade, tal conflito não pode ter se limitado ao universo acadêmico mas também envolveu os mais amplos setores da sociedade, como as entidades de classe, os partidos políticos, a burocracia estatal e, especialmente, a grande imprensa. Mais do que isso, sendo um conflito para impor uma visão específica da realidade nacional como a mais legítima a todo o corpo social, parece ser lícito supor que os grandes jornais brasileiros do período constituíram um dos palcos privilegiados dessa luta.

Dessa análise acima derivam muitas questões: de um lado, quais foram exatamente os termos desse debate? Que elementos e que argumentos entraram em confronto nesse processo? Como as políticas de industrialização ganharam legitimidade para serem aceitas e aplicadas? De outro lado, qual a importância do Segundo Governo Vargas nesse processo de aceleração e de legitimação do projeto industrialista brasileiro? Pergunta pertinente na medida em que, muito embora Vargas tenha tomado algumas medidas fundamentais para estabelecer as bases da passagem a um modelo de industrialização pesada,³¹ não existe consenso a respeito do sentido de seu programa econômico, alguns autores afirmando ter Getúlio levado adiante um projeto industrializante em parceria com a burguesia industrial, enquanto outros defendendo que ele apenas seguiu uma política econômica ortodoxa de

³¹ Ao ponto de ser considerado o momento da “criação de um embrião de estrutura industrial mais integrada, que praticamente determinou o modelo de desenvolvimento industrial subsequente, uma vez que a opção básica pela industrialização já estava garantida” (CANDAL, *op.cit.*, p. 266).

estabilização.³²

A exposição a seguir procura analisar esses temas com mais detalhes: primeiro, iremos avaliar em que termos se deu o debate em torno da industrialização e, depois, como o Segundo Governo Vargas se enquadra nessa discussão. A análise do posicionamento da imprensa será objeto dos capítulos seguintes (III, V e V).

2.2 – Ortodoxia X desenvolvimentismo na luta pela industrialização do Brasil: os termos do debate

2.2.1 – A busca da legitimidade da industrialização – as origens do conflito

Embora o progresso da indústria no Brasil seja uma característica mais específica do século XX, o debate em torno da sua possibilidade, e ou mesmo necessidade, vinha de longa data e remonta, no mínimo, à segunda metade do século XIX. Apesar de ter passado por inúmeras fases e enfrentado fortes adversários, com o tempo, a defesa da industrialização ganhou corpo e espaço na sociedade brasileira envolvendo não só os industriais mas um amplo grupo de apoiadores composto por intelectuais, políticos, empresários e militares, classificado pela historiografia especializada como *movimento industrialista*.³³

O principal fórum de difusão das ideias desse movimento esteve nas entidades de classe, inicialmente aquelas em que os industriais militavam junto aos comerciantes, como as Associações Comerciais. Conforme o setor foi se fortalecendo e criando identidade e interesses próprios, porém, surgiram as agremiações específicas da manufatura, como o Centro Industrial do Brasil (CIB), criado em 1904, no Rio de Janeiro, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), inaugurado em 1928, e, mais recentemente, a Federação da

³² Em relação ao primeiro ponto de vista, temos BASTOS (2000), DRAIBE (*op.cit.*), FONSECA (1985), LEOPOLDI (2000) e BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Em relação ao segundo, ver: LESSA&FIORI, *op.cit.*, e VIANNA, Sérgio B. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954). *Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais*, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.

³³ Sobre o uso do conceito de *industrialista* e a composição social dos mesmos, ver LEOPOLDI, 2000, p. 61 e LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização*. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978, p. 15. A pesquisa de LUZ, por sinal, é a principal referência a respeito da luta pela industrialização no Brasil antes de 1930 e, por isso, será usado como base sobre este período, junto com o trabalho de LEOPOLDI, *idem*, SOARES, Walmer Jacintho. *Os Interesses Industriais na Consolidação do Nacional-Desenvolvimentismo*. IUPERJ-PUC-CESAP/SBI. Mimeo. 1990, LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945*. Petrópolis : VOZES, 1978, DINIZ, Eli. *Empresário Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978, Segundas e Terceiras Partes, DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro : Florence-Universitária, 1978, Capítulo II, CARONE, Edgar. *O Pensamento Industrial no Brasil: 1880-1945*. Col. Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977 e FONSECA, Pedro César Dutra. *As origens teóricas do pensamento da Cepal*. In.: POLLETO, Dorival Walmor (org.). *50 anos do Manifesto da Cepal*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000. pp. 23-46.

Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), de 1931, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fundada em 1938.

Para ganhar maior amplitude social, entretanto, esta campanha também penetrou em outros espaços importantes, como o Congresso Nacional e até a grande imprensa, embora, como veremos, esta estivesse inicialmente mais identificada com os adversários dos industrialistas.

Mas que conceitos defendia este movimento?

Mesmo que seja difícil sustentar uma uniformidade de ideias e objetivos, podemos fazer uma síntese de suas ideias básicas.

Em princípio, os argumentos em favor da industrialização do Brasil estiveram, obviamente, associados ao amparo dos capitais investidos no setor e à possibilidade de se encontrar, na indústria, uma alternativa para diversificar a economia nacional, argumento cujo poder de persuasão aumentava sempre que o país passava por dificuldades em sua balança comercial.³⁴ Contudo, ainda no século XIX, esta defesa ultrapassou os aspectos meramente econômicos e corporativos, ou melhor, a estes foram agregados elementos mais amplos de interesse da coletividade, que envolviam desde a possibilidade de a manufatura resolver uma série de problemas pontuais – como a ocupação da força de trabalho ociosa nas grandes cidades – até a tese de que ela seria a única alternativa para tornar o Brasil uma nação rica e poderosa.³⁵

Com o tempo, os industrialistas hastearam como principais bandeiras a luta contra o movimento operário e a proteção da indústria brasileira através das tarifas alfandegárias.³⁶ Isso levou este movimento a apresentar, desde cedo, diferentes e divergentes virtualidades de leitura ideológica, podendo ser associado ao conservadorismo e à luta contra os direitos dos trabalhadores, por um lado, e ao nacionalismo emergente, por outro, na medida em que defendia “a industrialização do país como condição imprescindível de prosperidade, de estabilidade econômica e grandeza nacional” (LUZ, *op.cit.*, p. 15)³⁷

De outra parte, o movimento industrialista, desde cedo, começou a encontrar fortes adversários. A defesa da necessidade das manufaturas tendia a pressupor que a especialização

³⁴ Ver LUZ, *op.cit.*, p. 24 e p. 57.

³⁵ Quanto ao primeiro ponto, ver LUZ, *idem*, pp. 34, 61 e 69. Quanto ao segundo, esse foi o pensamento que, para LUZ, orientou os homens públicos responsáveis pelo poder no início da República em suas iniciativas de favorecer a industrialização do país (*ibidem*, p. 107).

³⁶ LEOPOLDI, *op.cit.*, pp. 41-42; 61-62.

³⁷ Em relação a associação entre industrialismo e nacionalismo, devemos recordar também que existiram movimentos nacionalistas de fundo agrário, que também rejeitavam a industrialização como estranha à realidade nacional, cujo exemplo mais forte é Alberto Torres.

agrária e a dependência do mercado internacional eram elementos da inferioridade do Brasil perante outros países e que a industrialização do país não poderia ocorrer de forma espontânea, devendo contar com a interferência do Estado na economia. Desta maneira, reivindicavam, desde o princípio, afora o protecionismo alfandegário, medidas de apoio estatal, como empréstimos públicos, impostos mais baixos para a compra de matérias-primas importadas e uma política cambial que encarecesse os bens manufaturados estrangeiros.

Em consequência, não é difícil entender os motivos que fragilizariam este movimento na conjuntura da virada do século XIX para o XX. Primeiro, como mostram muitas análises,³⁸ nessa fase inicial, essas demandas não formavam um todo articulado, perdendo-se na defesa de interesses pontuais e corporativos, o que não permitia a formação de um projeto industrializante conjugado. Segundo e mais importante, esta defesa da manufatura atraiu, desde cedo, contra si a resistência de poderosos adversários, muito influentes na sociedade brasileira e que se sentiam perseguidos por ela: a oligarquia rural ligada à agricultura de exportação e os grandes negociantes voltados para o comércio internacional, ambos objetivamente interessados na permanência do Brasil como exportador de produtos primários e importador de bens manufaturados. Também não interessava a esses grupos políticas fiscais e cambiais que pudessem prejudicar as relações comerciais do país com as economias industrializadas compradoras de nossos bens agrícolas.

Vislumbrava-se, assim, uma batalha difícil, até porque os partidários do agrarismo estavam muito bem escorados em dois robustos alicerces ideológicos: de um lado, a forte tradição intelectual que associava a especialização primária a uma infundável “potencialidade natural” do país – que Marilena CHAÚÍ considera como parte do “mito fundador” da identidade nacional, sintetizado na noção de “verde-amarelismo” e Eni ORLANDI associa ao “discurso fundador” da sociedade brasileira, condensado na ideia de que “aqui se plantando tudo dá”,³⁹ de outro lado, os princípios basilares do liberalismo econômico que sustentavam, com rigor intelectual e ampla legitimidade acadêmica, a especialização do país como produtor primário, com base na teoria das vantagens comparativas e nas prédicas a favor das benesses

³⁸ LUZ, *idem* e LEOPOLDI, *op.cit.*, especialmente.

³⁹ Não é propósito, agora, discutir os conceitos de discurso fundador e de mito fundador, mas salientar a força das imagens por eles analisadas no pensamento brasileiro. CHAÚÍ afirma que o “verdeamarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do ‘país essencialmente agrário’ e sua construção coincide com o período em que o ‘princípio da nacionalidade’ era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República” (CHAÚÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 34). Já, para ORLANDI, o enunciado “aqui se plantando tudo dá” denota “Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. Mas mal administrada, pilhada a séculos e que embora seja explorada continuamente não se esgota.” (ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, 14).

do livre-comércio.

Apoiados por ambas correntes intelectuais, os adversários dos industrialistas criaram fortes e persuasivos movimentos de combate, desde os que se opunham à industrialização em si mesma, até aqueles que, embora não a condenassem diretamente, criticavam a incipiente indústria nacional por ela ser resultado do nocivo protecionismo aduaneiro. Eram esses, aliás, os adversários mais combativos. Homens como Joaquim Murinho – o famoso ministro da Fazenda de Campos Sales –, liberais e defensores da especialização agrícola do Brasil, criticavam o parque fabril brasileiro por ele ter se desenvolvido por meio dos favores do Estado, dando origem a uma casta de empresários privilegiados. Também censuravam a manufatura nacional por ela encarecer os bens de consumo e prejudicar a agricultura, ao aumentar os custos dos seus equipamentos e insumos e afetar o seu mercado internacional, pois provocava a retaliação das potências industriais supostamente prejudicadas pelo aumento das tarifas alfandegárias (LUZ, *op.cit.*, pp. 86-88).

Diante de tais argumentos, os industrialistas ficavam em desvantagens, pois lhes faltava um instrumental analítico que permitisse se contrapor à ortodoxia em termos de igualdade. Como afirma DINIZ, sua proposta de industrialização era limitada à própria estrutura vigente, defendendo o protecionismo com argumentos empíricos, sem dispor de uma teoria que oferecesse propostas alternativas de políticas públicas diferentes do receituário ortodoxo (DINIZ, *op.cit.*, 96).

Para fragilizar ainda mais essa posição, a imagem negativa sobre o parque fabril nacional não ficou restrita aos grupos diretamente ligados ao setor agroexportador, mas teve ampla difusão no Brasil, durante a República Velha, especialmente nos principais centros urbanos. Nesses locais, a indústria brasileira passou a ser representada como uma atividade de “aventureiros e especuladores” que encarecia a vida das cidades e gerava problemas como a crise no balanço de pagamentos, a inflação e a falta de gêneros (LUZ, *op.cit.*, p. 142). Para consolidar esse quadro depreciativo no imaginário nacional contribuiu, afóra a própria experiência concreta com as dificuldades citadas, o apoio que os anti-industrialistas recebiam, notadamente no Rio de Janeiro, dos jornais de grande circulação, alinhados à doutrina do livre-cambismo.⁴⁰

Frente a estes fortes opositores, os defensores da industrialização tiveram que esperar

⁴⁰ Como argumenta LUZ, “a imprensa do Distrito Federal, particularmente, movia uma violenta campanha contra a política protecionista e, por meio da troça, procurava desmoralizar a indústria nacional”, ajudando a referendar a ideia de uma verdadeira “oposição entre os interesses industriais e os da coletividade, argumento de que habilmente se valia o comércio do Rio de Janeiro”(LUZ, *idem*, p. 140).

o fim República Velha e os anos 30-40 para encontrar condições mais favoráveis às suas propostas. Como lembra SOARES, a Crise de 29 e a Segunda Guerra Mundial deixaram cada vez mais clara a vulnerabilidade do setor externo de nossa economia e da condição do Brasil como país fundamentalmente agrário.⁴¹ Em decorrência desses importantes acontecimentos, a necessidade do progresso industrial “ia cada vez mais deixando de ser uma manifestação isolada de alguns políticos, técnicos e industriais, ganhando maior legitimidade nas áreas militar e civil do governo” (SOARES, 1990, p. 60).

Além disso, como argumenta BIELSCHOWSKY, as próprias condições estruturais do pós-30 – fragilidade da economia agroexportadora, dificuldade de exportar, capacidade ociosa da indústria dentro do país, etc. – proporcionaram um significativo crescimento das manufaturas, fazendo com que a “solução estrutural para a crise do modelo primário-exportador” estivesse “em pleno curso, independentemente da consciência que dela tinham as elites políticas, técnicas e empresariais do país, mas alimentando essa consciência” (BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, p. 253).

Os industriais, todavia, trabalharam para que esta consciência viesse a se reforçar. Ainda no final da República Velha, reafirmaram a sua batalha em defesa da industrialização, em especial a partir da criação do Ciesp, em 1928, que permitiu uma representatividade fabril no debate público separada dos interesses comerciais e agrícolas (LEOPOLDI, *op.cit.*, p. 71). A nova entidade foi presidida, no início, por Francisco Matarazzo e sua diretoria contava com líderes empresariais emergentes, como José Ermírio de Moraes, Jorge Street e Roberto Simonsen. Este último tornar-se-ia o principal expoente industrialista brasileiro nas duas décadas seguintes, dirigindo associações importantes como a Fiesp e a CNI. Foi substituído, em 1948, em virtude de seu falecimento, por Euvaldo Lodi, que seguiu uma linha de conduta semelhante a sua.⁴²

Em sua batalha pela defesa da industrialização, essas lideranças partiriam para um duplo front: de um lado, a conscientização interna à classe empresarial a respeito de seus interesses e papéis específicos na economia e na sociedade brasileiras; de outro lado, a difusão para os demais setores sociais da importância do progresso industrial para a coletividade

⁴¹ Em relação a esta percepção na corporação militar, ver SILVA, Lígia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*. E-Premissas – revistas de Estudos Estratégicos – Dossiê Dreifuss – no. 01 – junho/dezembro de 2006, p. 94, disponível em <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>, consultado em 12 de janeiro de 2010.

⁴² Segundo SOARES, foi apenas com o surgimento do Ciesp e a ascensão de Roberto Simonsen à liderança industrial, que teríamos um novo esforço de tentar legitimar a industrialização, associando “o nexos positivo entre a produção industrial, engrandecimento e bem-estar social do país” (SOARES, *op.cit.*, p. 59).

como um todo.⁴³ Em termos argumentativos, esta campanha retomou alguns elementos que já vinham sendo empregados, como o vínculo entre o desenvolvimento das manufaturas e os interesses coletivos, mas procurou avançar, apresentando um discurso cada vez mais elaborado e integrado. O que pode ser notado nesta passagem – um pouco extensa, mas esclarecedora – do pronunciamento de Roberto Simonsen na inauguração do Ciesp:

Os problemas da indústria são essencial e visceralmente nacionais: anseia a indústria pela prosperidade da lavoura, para que se possa formar capitais que venham em auxílio da criação das grandes organizações de trabalho; anseia a indústria porque prosperem todas as classes sociais, para que o poder aquisitivo das massas cresça, e, com este, os mercados internos de consumo; anseia a indústria pelo bem estar do maior número de brasileiros, para que daí resulte uma nação feliz, capaz de assegurar a ordem e a estabilidade de que necessita para a expansão de suas atividades; anseia a indústria pelo enriquecimento do país, para que daí decorram recursos necessários à formação de elites, pela educação e pela instrução profissional; anseia a indústria por que se criem os ramos de atividades abastecedoras de elementos materiais de defesa do país, para que o seu próprio trabalho e o da grande classe agrícola se possam sentir assegurados contra uma agressão de nação estrangeira. Os verdadeiros interesses da expansão industrial não colidem, portanto, com os da lavoura e coincidem com os mais vitais interesses da nacionalidade.⁴⁴

Vemos aqui, ao menos em esboço, um discurso que pretende fazer da industrialização um processo de harmonia dos interesses nacionais, que já antecipa elementos dos debates teóricos no Brasil na década de 50, notadamente com a Cepal. Esse é o caso da forma como os industriais concebiam essa convergência de interesses: através da construção e do reforço do mercado interno.⁴⁵ Para as lideranças do setor manufatureiro, o mercado interno possibilitaria ao país a sua integração regional e social, a fuga da sua frágil dependência das trocas internacionais e, assim, o seu robustecimento como nação. Essa linha de raciocínio já aparece nos escritos de Simonsen (*op.cit.*, p. 65), mas é especialmente nos discursos de Lodi que ela ganha corpo, indicando o seu amadurecimento no pós-guerra, como podemos notar por este pronunciamento em um encontro conjunto da Fiesp e do Ciesp (*Espírito e Valor da Indústria*), em janeiro de 1949:

Ao preconizarmos a industrialização, visamos a diversificação da produção e ao desenvolvimento do mercado interno nacional, de modo a abrir à nossa pátria o

⁴³ Sobre estas campanhas em favor da industrialização nos anos 30 e 40, consultar, além de SOARES (*idem.*), Capítulo III, LEOPOLDI (2000), Capítulo II.

⁴⁴ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*. São Paulo : Ed. Nacional & Ed. USP, 1973, p. 92. Sobre esta estratégia, ver DINIZ, *op.cit.*, p. 98.

⁴⁵ Como salienta BIELSCHOWSKY, essa proposta dos industriais a favor do reforço do mercado interno é uma de suas antecipações das futuras contribuições da Cepal: “A descoberta do ‘desenvolvimento para dentro’ já estava sendo divulgada, sob o título de fortalecimento da ‘economia de mercado interno’. Tinha-se também o argumento de que tal fortalecimento permitiria reduzir a vulnerabilidade ao ciclo, expresso através da ideia de que se reduziria a dependência em relação aos azares da economia mundial” (*op.cit.*, p. 279).

caminho para a sua integração econômica e fazê-la depender cada vez menos dos sobressaltos e incertezas do mercado internacional. Pensamos em superar a fase agrária da produção de tipo colonial, preocupados exclusivamente em exportar produtos em bruto ou 'in natura', convocando a capacidade de trabalho do nosso homem – que deve ser defendido, valorizado, enobrecido – como fator primordial de enriquecimento coletivo.⁴⁶

Essa ênfase no mercado interno, na medida em que pressupunha o aumento da renda nacional destinada ao consumo, também permitiria aos industriais desenvolverem um argumento capaz de incorporar, ao menos discursivamente, as massas trabalhadoras como beneficiárias de seu projeto, que assim deixou de apenas combatê-las, como se fazia no início. Simonsen já deixava isso claro no pronunciamento inaugural do Ciesp, ao afirmar que

a máquina, aumentando sua produtividade, afasta-o [o homem] do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade!” (SIMONSEN, *op.cit.*, p. 54).⁴⁷

Mas essa incorporação das classes trabalhadoras tinha limites. Os líderes empresariais deixavam bem claro que o aumento da renda dos operários seria uma consequência do próprio crescimento industrial, que ampliaria a oferta de emprego e o nível de salário, conforme crescesse conjuntamente a produtividade. Desta forma, opunham-se a qualquer medida que lhes parecesse uma distribuição forçada de recursos, como as leis trabalhistas, consideradas nocivas ao desenvolvimento da indústria porque encareceriam a produção, prejudicariam a acumulação de capital necessária aos investimentos e desestimulariam envolvimento do trabalhador na melhoria da produtividade.⁴⁸ O que evidenciava, novamente, o aspecto conservador do projeto industrializante do empresariado fabril brasileiro. Como afirmou Simonsen:

o aumento do ganho precisa, porém, ser conseguido dentro das leis econômicas, e não pelos simples arbítrios dos governos ou das classes patronais, sob pena de encarecermos os produtos e entravarmos a produção. É pelo aumento da produção em geral que temos de obter o aumento do ganho médio e, portanto, o aumento do consumo médio por habitante.⁴⁹

Outro ponto importante dessa ênfase no mercado interno era o tema delicado do capital

⁴⁶ LODI, Euvaldo. *A Indústria e a Economia Nacional*. Rio de Janeiro : Irmãos Pongetti, Editores, 1949, p. 64.

⁴⁷ Lodi será ainda mais enfático ao afirmar que a industrialização faz “atuar esse extraordinário e legítimo instrumento de ação social, que melhora o nível geral de vida das classes trabalhadoras e eleva a personalidade humana” (LODI, *op.cit.*, p. 102), desta forma, os “seus interesses [dos industriais] são os do operariado nacional: o desenvolvimento da indústria representa crescentes e melhores empregos” (LODI, *op.cit.*, p. 93).

⁴⁸ Sobre a postura dos industriais frente às leis trabalhistas e suas táticas para combatê-las, ver SOARES, *op.cit.*, p. 52 e seguintes.

⁴⁹ Trecho do discurso de inauguração do Ciesp, (SIMONSEN, *op.cit.*, p. 61).

estrangeiro, que parecia ser um dos prejudicados com a proposta de fomento à industrialização. Quanto a isso, os líderes industriais procuravam deixar bem explícito que não desejavam fazer do Brasil uma “autarquia” econômica. Ao contrário, para eles, era o reforço do mercado interno que seria a principal forma de “atração do capital estrangeiro” (LODI, *op.cit.*, p. 86) e não a política de portas-abertas defendidas pelos livre-cambistas. Conforme as palavras de Lodi, o capital não procura os países “mais 'bonzinhos' (...). O capital procura os países mais decididos e firmes em sua política econômica, os mais deliberados a proteger os novos empreendimentos” (LODI, *loc.cit.*). Em outras palavras, desde, no mínimo, os anos 40, as lideranças industriais pleiteavam o protecionismo à indústria nacional contra a concorrência estrangeira através de barreiras alfandegárias eficientes e não por uma política “xenófoba” ao capital “alienígena”, o qual seria bem vindo se optasse por investir na produção de bens manufaturados no Brasil ao invés de simplesmente querer exportá-los para o país.⁵⁰

Parece nítido também que o projeto proposto pelas lideranças industriais nas décadas de 30 e 40 não só mantinha como ampliava o papel reservado ao Estado no movimento industrialista. Além de tarifas alfandegárias protecionistas, os novos líderes fabris reivindicavam uma participação mais extensa e, podemos dizer, orgânica do poder público no desenvolvimento da indústria brasileira, através de medidas como: uma política de crédito fomentadora da industrialização, chegando a se falar de um banco industrial, uma política cambial que privilegiasse a compra subsidiada de equipamentos e insumos para o setor e, o mais surpreendente de tudo, investimentos públicos em infraestrutura (energia e transporte) e em indústrias de base.⁵¹ Essas propostas – que já vinham sendo formuladas e difundidas através dos pronunciamentos das entidades patronais e das Conferências envolvendo as “classes produtoras” – ficaram bem explícitas no relatório que Simonsen apresentou à Comissão de Planejamento Econômico (CPE), no final do Estado Novo (1943). Neste documento, o líder fabril traçou as linhas gerais do que seria um programa de recuperação da economia brasileira no pós-guerra, o qual deu origem à famosa polêmica com o economista liberal Eugênio Gudin, conhecida como a “Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico”.

⁵⁰ Sobre a consciência de que, devido à falta de capitais no país, a indústria deveria contar com o capital estrangeiro, ver o argumento de Cristiano do Vale Júnior (*O Brasil Industrial e o Capital Estrangeiro*, *Jornal do Comércio*, 21 de abril de 1935), que afirma: “A aplicação do capital estrangeiro no nosso país virá concorrer para o seu rápido desenvolvimento industrial e nos permitirá atingir dentro em breve o ponto culminante que nos colocará ao lado das grandes potências, sanando por completo a situação precária que atravessamos” (CARONE, *op.cit.*, p. 560). Ver também DINIZ, *op.cit.*

⁵¹ Uma descrição destas propostas e uma comparação com as reivindicações anteriores a 1930 podem ser encontradas em LEOPOLDI, 2000., pp. 110-113. Ver também DINIZ, *idem.*, 98-99.

Em tal relatório, o industrial defendeu abertamente a intervenção do Estado na economia, afirmando que o poder público nacional deveria buscar verbas junto ao governo norte-americano para serem

usadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral. Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional.⁵²

Embora seja lícito afirmar que o esboço desse projeto industrializante tenha sido gestado entre as lideranças industriais, devemos ressaltar que ele não foi exclusivo nem ficou restrito às classes empresariais. No pós-30, a elaboração de tal “programa” recebeu um considerável reforço vindo do próprio aparato estatal o qual tornou possível a sua transformação em política pública efetiva: o apoio da burocracia, tanto civil quanto militar.

Durante os anos 30 e 40, ligado ao processo de crescimento industrial e resultado da centralização do poder promovida por Vargas, surgiu um arcabouço de agências reguladoras e controladoras da atividade econômica no Brasil, como o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1938), o Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE (1934), a Comissão de Mobilização Econômica – CME (1942), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC (1944) e a já citada CPE. No período democrático, algumas dessas instituições permaneceram (DASP), enquanto outras foram criadas, notadamente durante o Segundo Governo Vargas, quando foram criadas a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), sem contar a influência das atividades da Cepal no país.⁵³

Reunindo técnicos civis e militares, esses órgãos deram espaço ao debate tanto sobre a organização da economia brasileira durante a guerra quanto a respeito da sua re-estruturação

⁵² SIMONSEN, Roberto Cochrane. *A controvérsia do Planejamento na Economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeadas com as primeiras propostas formais de planejamento na economia brasileira ao final do Estado Novo. Introdução de Carlos Von Doellinger. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p. 34. Nesse texto, SIMONSEN ainda defende a necessidade da “criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento” (*op.cit.*, p. 35). Para BIELSCHOWSKY, contudo, Simonsen seria, no universo empresarial, um “radical” no que se refere à aceitação dos investimentos estatais, sendo os demais membros das “classes produtoras” menos tolerantes com o “intervencionismo” (BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, 90-91).

⁵³ Quanto à criação e funcionamento destas instituições, especificamente sobre o período entre 1930 e 1945, consultar DINIZ, *op.cit.*, Terceira Parte, e sobre o período entre 30 e 60, consultar: BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, Parte 3, Capítulos IX e X, DRAIBE, *op.cit.*, Capítulos II e III e LEOPOLDI, 2000, Seção III.

no pós-guerra, procurando alternativas para eliminar a vulnerabilidade do país às crises internacionais. Por essas razões, BIELSCHOWSKY afirma que essas “numerosas agências de planejamento geral e setorial”

difícilmente poderiam deixar de constituir-se, naquela fase de transição para o capitalismo industrial, em núcleos de reflexão coletiva sobre a problemática do desenvolvimento nacional. Nelas reunia-se uma elite emergente de técnicos e militares, que buscava sua inserção no universo das elites brasileiras. Aproveitavam esses indivíduos a possibilidade histórica, aberta pela revolução de 30 e instrumentalizada pela valorização do conhecimento técnico e da segurança militar, de participação na restrita esfera de poder decisório sobre os destinos nacionais (*op.cit.*, p. 258).

Conforme LEOPOLDI, as lideranças industriais tiveram ampla participação nestas agências, o que possibilitou a aquisição de experiência administrativa por esses líderes, ao mesmo tempo em que “lhes permitia levar para o interior do Estado suas ideias sobre uma política industrial para o país” (LEOPOLDI, 2000, p. 132). No que se refere à burocracia civil, diante da carência de cursos de formação em economia no Brasil e da total predominância do liberalismo na academia, foi no interior dessas instituições que se formou um corpo técnico qualificado com uma mentalidade industrializante.⁵⁴

Quanto aos militares, a sua participação nessas instâncias ajudou a consolidar nas Forças Armadas um vínculo cada vez mais estreito entre a defesa nacional e a industrialização. Envolvidos no debate sobre a organização econômica no país, ficava cada vez mais claro para os homens de farda que a existência de um parque industrial era fundamental não apenas para viabilizar uma indústria bélica no Brasil mas também para garantir a sua soberania como nação, necessidade que as duas Grandes Guerras pareciam ter deixado evidente.⁵⁵

Mesmo que houvesse diferença nas fileiras do Exército no que se refere à forma como

⁵⁴ Como afirma LOUREIRO, todos “estes órgãos (DASP, BNDE, Cepal, CMBEU, etc.) desempenharam papel fundamental na formação do campo dos economistas no Brasil.” LOUREIRO, Maria Rita. *A participação dos economistas no governo*. ANÁLISE. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359 jul./dez. 2006, pp. 347-348. Em relação à interpretação que defende a predominância dessa burocracia estatal no projeto industrialista no período, consultar MARTINS, *op.cit.*

⁵⁵ SILVA defende que a “sustentação dada à ditadura Vargas favoreceu ainda mais o aprofundamento do processo de reforma nas forças armadas que aumentaria sua coesão interna e inauguraria a estreita vinculação entre os objetivos estritamente militares e o processo de industrialização brasileira. Com efeito, ter um posicionamento a respeito da economia foi parte das mudanças introduzidas na instituição durante o Estado Novo, sob a coordenação direta do general Góis Monteiro” (*op.cit.*, p. 95). Ver também BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, 338. Interpretação semelhante é defendida por WIRTH, John D. *A Política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973. Para uma visão divergente, ver: TRONCA, Ítalo. *O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo : DIFEL, 1986.

esse projeto deveria ser levado adiante,⁵⁶ é possível encontrar convergência em dois pontos fundamentais: o forte vínculo entre industrialização acelerada e segurança nacional e a ideia de que um grau razoável de intervencionismo estatal era necessário para tornar esse processo possível. Indício disto podemos perceber no próprio pensamento dos militares mais conservadores, ligados à Escola Superior de Guerra. Embora mais resistentes ao “intervencionismo” e defensores da livre empresa e do fluxo de capital externo para a economia brasileira, eles eram partidários da necessidade do fortalecimento industrial do país e favoráveis à intervenção do Estado nos setores estratégicos da economia.⁵⁷

A abordagem sobre o posicionamento do Exército é importante porque nos permite compreender não apenas a força que se gestava no interior do Estado brasileiro em favor da industrialização do país, mas também o respaldo que ela poderia receber publicamente pela adesão dos homens de farda. Não devemos negligenciar que os militares brasileiros, tanto na ala “nacionalista” quanto na “entreguista” ou “cosmopolita”, foram muito atuantes no debate público, militando em associações de classe, divulgando as suas ideias em palestras, em publicações internas e até na grande imprensa, o que os tornava agentes decisivos na divulgação e legitimação da importância de um parque fabril nacional, em especial as indústrias de base.⁵⁸

Todo esse apoio social e político dado à defesa da industrialização durante os anos 30 e

⁵⁶ Diferenças que ficariam bem claras no pós-guerra pela oposição entre a chamada “ala nacionalista do Exército” (contrária à presença do capital estrangeiro nos setores estratégicos da economia nacional) e os militares ligados à antiga Força Expedicionária Brasileira e à Escola Superior de Guerra, ESG, (mais favoráveis a esta presença e a um alinhamento com os EUA). Ver: PEIXOTO, Antônio C. *O Clube Militar e o confronto no meio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIE, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1980.

⁵⁷ Conforme PEIXOTO, desde o anos 40 “não se pode afirmar a existência de uma corrente contrária ao desenvolvimento industrial nas Forças Armadas. Sem dúvida alguma, a grande maioria, se não a quase totalidade da instituição militar, pedia para uma política de expansão da indústria. Segundo a compreensão militar, o crescimento industrial significava aumento do poder nacional” (PEIXOTO, *op.cit.*, p. 78-79). Sobre a posição da ESG a favor o planejamento estatal da economia, ver: STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro : Arte Nova S.A, 1975, p.132. O próprio general Golbery do COUTO E SILVA, um dos mentores da ESG, irá afirmar, no seu *Geopolítica do Brasil*, que, para o desenvolvimento nacional, “nunca bastarão as prédicas mais ou menos insinceras sobre as virtudes inexcedível e sem jaça da livre empresa (...), as teses cediças sobre as vantagens inigualáveis de um livre-cambismo já defunto e as maravilhas da divisão internacional do trabalho, as apregoadas vocações agrícolas ou as repetidas demonstrações de perfeição admirável do mecanismo automático do mercado livre” (COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1967. (Documentos Brasileiros), p. 255).

⁵⁸ Em relação à divulgação externa da necessidade da industrialização, do ponto de vista da “ala nacionalista”, o principal veículo foi a *Revista do Clube Militar*, ao menos até 1952, enquanto que a “ala cosmopolita” preferia defender suas teses mais entre a elite, em especial nos cursos da ESG. Sobre esta divisão, consultar: PEIXOTO, *idem*. Já no que se refere às articulações e divulgação doutrinária da ala “cosmopolita” entre as elites e o aparelho de Estado, ver: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico*. In.: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Coleção Forças Armadas e Sociedade, V. 1. Campinas-SP : Papirus, 1987.

40 reforçou o movimento industrialista, mas não o eximiu da tarefa de encontrar suporte teórico às suas propostas a fim de enfrentar a tradicional e persistente oposição liberal à interferência do Estado na economia e à mudança de nossa matriz produtiva.⁵⁹

Nesse período, os defensores da industrialização fizeram significativos esforços para encontrar suporte teórico ao seu projeto. Autores como o político e economista romeno Mihail Manoilescu e o economista alemão Friedrich List foram traduzidos para o português e eram seguidamente citados pelos industrialistas, em especial as lideranças empresariais. Mas, embora defendesse o protecionismo, esse arsenal intelectual demonstrou-se pouco adequado para dar o suporte que o movimento necessitava.⁶⁰ Outro ponto de apoio teórico ao industrialismo nos anos 30 e 40 foi oferecido pelo pensamento autoritário e a sua defesa do corporativismo, que tinha argumentos muito próximos aos defendidos por Simonsen.⁶¹ Mas, depois de 1945, buscar apoio para sustentar a industrialização no pensamento autoritário comportava sérios limites, pois, esta corrente, além de carecer de um programa econômico claro, apresentava o inconveniente de estar associada à ditadura do Estado Novo e à negação da democracia.

Conforme BIELSCHOWISKY, o grande trunfo teórico encontrado pelos industrialistas ficou por conta de um conjunto de conceitos que a bibliografia especializada tem classificado como desenvolvimentismo. Segundo o autor, o desenvolvimentismo foi a doutrina econômica que forneceu as principais diretrizes da política industrializante no Brasil durante as décadas de 40 a 60 e pode ser conceituado como sendo

a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não

⁵⁹ Sobre a oposição que os líderes industrialistas faziam ao liberalismo ou *laiser-faire*, ver, por exemplo, SIMONSEN, 1973, p.81, e LODI, *op.cit.*, p. 26.

⁶⁰ Manoilescu – duro crítico da “teoria das “vantagens comparativas” e cuja obra *Theoria do protecionismo e da permuta internacional* foi traduzida no Brasil, em 1931, a pedido do Ciesp – defendia que, como a produtividade nas manufaturas era muito superior a obtida na agricultura, qualquer “transferência de mão de obra de um setor agrícola relativamente atrasado para um setor industrial moderno só traria benefícios para os países de produção primária (LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998, 191), o que justificava a proteção ao setor industrial. Mas Manoilescu não era um acadêmico e sua ligação com o fascismo o tornava alvo fácil das críticas, normalmente desdenhosas, dos liberais brasileiros mais refinados. Por outro lado, List, apesar de ser um autor mais prestigiado, não era tão citado pelos industrialistas porque sua proposta de proteção à “indústria infante”, além de ser bastante limitada (tanto em relação à intensidade do protecionismo, restrito a cifras baixas, quanto em relação ao tempo do mesmo, que não poderia exceder a 25 anos), já havia sido incorporado pelos pensadores liberais, que aceitavam algumas de suas teses centrais. Quanto às ideias de List, consultar: RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudin*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2005, pp.: 52-61.

⁶¹ Ver: DINIZ, *op.cit.*, 88-93. De todos esses autores, Azevedo Amaral foi, indiscutivelmente, o maior apologista da industrialização com intervencionismo estatal. Sobre isso, consultar: AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. EBookLibris, 2002 e, para uma síntese das ideias do autor, ver: PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadore e semeadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 189.

há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7).

As teorias desenvolvimentistas, porém, não surgiram acabadas e não possuíam um *corpus* conceitual e textual unificado, apresentando significativas diferenças internas. O desenvolvimentismo, no caso brasileiro, foi sendo formulado no próprio processo de debate e programação das mudanças em curso, apropriando-se de conceitos e princípios de diversas origens teóricas, o que implicou um trabalho de acomodamento à realidade nacional, nem sempre tranquilo.

O principal desses conceitos foi, sem dúvida, o de planejamento econômico, uma das mais importantes heranças teórico-ideológicas deixada por Simonsen ao movimento industrialista brasileiro, segundo BIELSCHOWSKY (*op.cit.*, 85).⁶²

Quando analisamos mais de perto essa categoria, porém, notamos as dificuldades que a industrialização com apoio estatal deveria enfrentar para ganhar o mínimo de legitimidade, mesmo no pós-guerra. A noção de planejamento econômico tinha origem mais em experiências concretas do que em elaborações acadêmicas, cujos maiores e mais complicados

⁶² Duas considerações preliminares. Primeiro, não é relevante para a nossa pesquisa, discutir propriamente as diferentes tentativas de planejamento engendradas no Brasil entre os anos 40 e 50, mas apenas abordar alguns princípios básicos dessa noção e seu papel na justificativa da necessidade de industrializar o Brasil com apoio estatal. Sobre as experiências de planejamento propriamente ditas, pode-se consultar: LAFER, Betty Mindlin. O conceito de Planejamento. In.: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 1975 e ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. In.: <http://pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Para a visão de um dos principais atores do processo, ver: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A experiência brasileira de planejamento*. In.: SIMONSEN, Mário Henrique & C_CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Nova Economia brasileira. Rio de Janeiro : José Olympio, 1974, pp.: 47-78. Segundo, entre os autores que abordam o tema, não há uma distinção clara entre o conceito de planificação e de planejamento, como podemos notar na própria polêmica entre Simonsen e Gudín sobre o planejamento na economia brasileira, onde planejamento e planificação são usados de forma indistinta (SIMONSEN, Roberto C.. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro : IPEA, 1977. 248 p). O mesmo ocorre com autores como Guy Caire, que emprega o termo planificação tanto para as economias capitalistas de mercado quanto para as socialistas (CAIRE, Guy. *La planification: techniques et problèmes*. Paris : Cujas, 1967, p. 34), e Betty Lafer, que usa planejamento para referir-se tanto às experiências no mundo socialista quanto no capitalista (LAFER, 1975, p. 8). Entretanto, para este trabalho, preferimos usar o critério adotado pelo Dicionário de Economia (a partir de agora, DE), organizado por SANDRONI, que define planejamento como um “esquema econômico em que a organização dos fatores de produção é controlada ou direcionada por uma autoridade central” e que é “inspirado no esquema de planificação, dos quais se distingue por não eliminar a concorrência entre as empresas privadas no mercado e exercer um controle mais normativo que imperativo”. Já a planificação é definida como “método de planejamento central usado nos países socialistas, em que a maior parte ou a totalidade das decisões de natureza econômica são tomadas por um órgão estatal (como a Gosplan, na URSS). (...) A aplicação integral da planificação implica a socialização dos meios de produção” (SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1989, p. 235-237).

exemplos foram oferecidos pelos Planos Quinquenais soviéticos. Com tal certidão de nascimento, era evidentemente que, no período democrático, o apelo a este conceito se tornava um tema, no mínimo, polêmico, como a controvérsia entre Simonsen e Gudin já havia indicado, durante o Estado Novo.

No pós-guerra, a concordância com o planejamento foi facilitada pela ideia difundida entre a elite política e empresarial brasileira de que o país precisava fazer um esforço a mais para sair do subdesenvolvimento e que este esforço passava necessariamente por uma ingerência mais ativa do Estado na economia e pelo robustecimento de seu parque fabril, ao menos para diversificar as suas atividades produtivas.⁶³ Também contribuíram para isso as próprias experiências de planejamento adotadas nos países centrais do capitalismo, que ajudaram a firmar a compatibilidade entre este conceito e a economia de mercado.⁶⁴

Mas essas experiências nos países desenvolvidos apresentavam limites para a sua adoção em economias subdesenvolvidas. No geral, elas foram inspiradas teoricamente no debate sobre as crises do capitalismo, cuja principal referência era a obra do economista britânico Johan Maynard Keynes. Este teve o mérito de contestar, na mesma lógica da economia clássica, o princípio da capacidade auto-reguladora do mercado e, assim, da possível tendência das economias capitalistas de alcançarem automaticamente o equilíbrio em situações de pleno emprego, que era uma das bases do liberalismo – ou *laissez-faire*, como ele preferia chamar.⁶⁵

Em consequência, depois de Keynes, ficou cada vez mais patente que a saída do imobilismo ou de uma crise não poderia depender apenas da iniciativa individual. Era, pois, necessário que o Estado solucionasse a carência de demanda efetiva da economia “mediante o aumento dos gastos governamentais em programas de obras públicas” e/ou através da redução

⁶³ BIELSCHOWSKY, 2000.

⁶⁴ Exemplos dessas experiências podem ser encontrados no *New Deal* e na coordenação econômica, adotados, durante a Segunda Guerra Mundial pelos EUA e países Europeus, e a política seguida pela Inglaterra, no pós-guerra.

⁶⁵ Para Keynes, esta tendência ao equilíbrio em pleno emprego poderia não acontecer em virtude da propensão dos agentes econômicos – quer seja para se protegerem das incertezas do futuro, quer seja para especulação – de reter boa parte da poupança obtida (renda não gasta) na forma de ativos de maior liquidez (moeda) ao invés de investirem na produção. Ou seja, nas economias onde a moeda é o principal ativo líquido e a principal reserva de valor, os possíveis investidores, diante das incertezas econômicas, poderiam preferir “reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gastos, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas” (FERRARI F^o., Fernando. *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*. In: Texto para discussão :UFRGS FCE DECON. Porto Alegre n.1 (abr.2005), 1-21 p. 12). Com essa análise, Keynes entrava em choque com a chamada Lei de Say, segundo a qual a renda gerada pela produção automaticamente se transformava em demanda porque aquilo que não fosse gasto em consumo seria poupado e reaplicado no sistema, devido à propensão natural dos agentes econômicos a investirem, mantendo o nível de pleno emprego (BITTENCOURT, Manuel Fernando. *Keynes e síntese neoclássica: uma comparação entre as duas abordagens*. Análise (Porto Alegre), Porto Alegre, v.6, n.1, 1995, p. 23-39, p. 25).

de impostos para incentivar as inversões privadas e, assim, aumentar os investimentos.⁶⁶ Em ambos os casos, “verifica-se que um eventual déficit nas finanças públicas, longe de ser prejudicial à economia, [poderia] ter efeitos altamente benéficos no nível geral de atividades” (SZMRECSÁNYI, *op.cit.*, p. 19), contrariando o receituário básico da política econômica ortodoxa fundada no “equilíbrio no orçamento fiscal”.⁶⁷ Desta maneira, com rigor argumentativo e legitimidade acadêmica, Keynes estimulou e deu sustentação teórica à intervenção estatal na economia e às práticas de assistência social promovidas ou incentivadas pelo Estado, sendo um grande opositor da ortodoxia liberal clássica.

Contudo, embora o aporte do economista britânico tenha tido enorme respaldo mundial, a sua aplicação para orientar e legitimar o planejamento econômico em países como o Brasil foi limitada. Como lembra FONSECA, o keynesianismo era direcionado às economias desenvolvidas que passavam por problemas cíclicos derivados da carência de demanda efetiva e, dessa maneira, defendia um intervencionismo estatal pontuado, como medida anticíclica. Já as economias latino-americanas necessitavam exatamente do contrário, ou seja, políticas públicas permanentes que aumentassem a capacidade de poupança e gerassem investimentos a fim de atingir o desenvolvimento (capital e tecnologia) que ainda não apresentavam.⁶⁸

Em consequência, na passagem dos anos 40 para os 50, a busca de justificativas teóricas para a industrialização planejada voltada para a realidade brasileira e latino-americana continuava em aberto. Até porque, não obstante os esforços de Simonsen e dos demais industrialistas, autores como DINIZ (*op.cit.*, 98) e BIELSCHOWISKY argumentam que frente “à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de 'vazio teórico'” (BIELSCHOWISKY, 2000b, p. 24). Problema que se tornou ainda mais complicado, porque, com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, a teoria liberal iria receber um significativo reforço no Brasil, preparando-se para a batalha que se anunciava.

⁶⁶ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Introdução*. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). Keynes : Economia. São Paulo: Ática, 1985, p. 18. Ver também KEYNES, John Maynard. *O fim do "laissez-faire"*. In: SZMRECSÁNYI, *op.cit.*, pp. 106-126, p. 122.

⁶⁷ Que era vista pelo economista britânico como “outro elemento a agravar as recessões”, devendo “ser encarada, na verdade, como um fator exacerbador das flutuações cíclicas” (CONTADOR, Cláudio Roberto. Apresentação da Edição Brasileira. In.: KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo : Atlas, 1982, p. 13).

⁶⁸ FONSECA, 2000. pp. 23-46.

2.2.2 – Liberalismo e neoliberalismo contra o caminho da servidão

Embora as principais teses e o receituário programático ortodoxo tenham recebido um significativo abalo desde a Crise de 29, o liberalismo iria se robustecer no pós-guerra, tanto no Brasil, quanto no exterior. Em termos internacionais, este revigoramento esteve baseado, como vimos, na iniciativa estadunidense de moldar a nova ordem global pós-45 com base na retomada do comércio e do fluxo de capitais no mundo capitalista, dando um novo alento à teoria das vantagens comparativas. Mas não foi só isso. Paralelamente à estratégia norte-americana, ocorreu uma reação dos intelectuais liberais através de um movimento que ficou conhecido como neoliberalismo e que teve como líderes pensadores como Ludwig von Mises e seu discípulo Friedrich von Hayek, ambos pertencentes à Escola Austríaca,⁶⁹ além de outros expoentes, como o economista britânico Lionel Robbins.

A proposta básica dos neoliberais era reafirmar a eficiência dos mecanismos de livre-mercado e, dessa maneira, combater as medidas do Estado de Bem-Estar Social e de intervencionismo econômico, adotadas pelos países capitalistas desde os anos 20.⁷⁰ Porém, estes pensadores não procuraram apenas negar as críticas keynesianas à teoria clássica mas tentaram incorporar alguns de seus pressupostos para adaptar o liberalismo à nova realidade de meados do século XX.

Dessa maneira, o pensamento neoliberal aceita a questão dos ciclos econômicos e, conseqüentemente, a possibilidade de a economia capitalista apresentar crises endógenas. Demonstra, por isso, menos confiança na capacidade auto-regulatória do mercado e até admite a sua “imperfeição”, através do reconhecimento de problemas como a formação de monopólios. Em virtude disso, também tolera certo grau de ingerência do Estado na economia, a fim de evitar tanto as instabilidades financeiras, quanto as deturpações no mecanismo de preços, chegando, inclusive, a prescrever políticas públicas anti-cíclicas com o objetivo de retomar o pleno emprego em períodos de depressão.⁷¹ Mas, apesar dessas

⁶⁹ A “Escola Austríaca” foi assim chamada por seus defensores mais proeminente terem nascido na Áustria (Carl Menger, Eugen Von Böhm-Bawerk, von Mises e, posteriormente, Hayek). Sua “pedra angular [...] é a teoria da utilidade marginal do valor subjetivo. Essa teoria liga todos os fenômenos econômicos, simples ou complexos, às ações dos indivíduos, sendo cada uma dessas ações executada como resultado de valores pessoais subjetivos.” (GREAVES, Betina Bien. *Prefácio à edição de 1985*. in.: MISES, Ludwig Von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo : Instituto Liberal, 1987, p. xix).

⁷⁰ Cf. ANDRADE, Rogério de. *Friedrich Hayek: a contraposição liberal*. In.: Carneiro, Ricardo (org.). *Os Clássicos da Economia*. São Paulo : Ática, 2003. 2 v., p. 177.

⁷¹ Embora, devamos admitir, tal proposição não fosse consensual. O *Dicionário de Economia*, organizado por Paulo Sandroni, define o neoliberalismo como sendo a “doutrina política-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. [...] Entretanto, defendem o *disciplinamento* da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe

concessões teóricas, na avaliação de políticas concretas, os neoliberais do pós-guerra foram contundentes opositores do que chamavam de “intervencionismo”, tendo como maior líder desta campanha o economista Hayek, que chegou a criar, em 1947, a Sociedade de Mont Pèlerin, principal fortaleza de resistência liberal ao avanço do Estado de Bem-Estar Social.⁷²

A prédica neoliberal teve grande receptividade no Brasil, país que, no pós-guerra, saía de uma ditadura caracterizada por forte ingerência estatal na economia. Em nosso país, segundo BIELSCHOWSKY, o “prefixo ‘neo’” significava que “os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora das imperfeições do mercado” (*op.cit.*, 37).

Mas as políticas admitidas ou eram muito limitadas ou apenas aceitas em teoria, já que, na prática, eles se opuseram aos principais programas econômicos com forte presença estatal. Desta forma, os neoliberais brasileiros acabaram se tornando defensores das propostas já tradicionalmente sustentadas pelo liberalismo no país, como a redução do Estado na economia, a aplicação de políticas de equilíbrio monetário e financeiro e a rejeição de “medidas de suporte ao projeto de industrialização” (BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, p. 38). A grande diferença com a tradição ortodoxa, contudo, estava na forma mais sofisticada com que defendiam estas ideias, na medida em que, para combater a industrialização planejada, não se limitaram a repetir a velha tese da “vocação agrária” do Brasil, embora esta ainda estivesse presente no debate nacional (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 270).

Dos intelectuais neoliberais brasileiros, o que deu maior rigor e vigor a esta estratégia foi, sem d vida, o economista Eugênio Gudin.   certo, como apontam alguns autores, que nem todas as suas ideias sobre a economia do país podiam ser generalizadas para os demais pensadores desta corrente. Mas por ter sido um intelectual de renome e fundador do primeiro e principal curso de ensino superior de economia no Brasil, Gudin tornou-se a grande referência da doutrina neoliberal tanto para os adeptos quanto para os adversários do

sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditavam na autodisciplina espontânea do sistema. (...)” (SANDRONI, 1989, p. 214). O próprio HAYEK, provavelmente o neoliberal mais hostil ao “intervencionismo estatal”, admite que em “nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem qualquer função. Um sistema eficaz de concorrência necessita, como qualquer outro, de uma estrutura legal elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada,” definindo esta interferência como “[criar] condições em que a concorrência seja tão eficaz quando possível , completar-lhe a aço quando ela não o possa ser, fornecer os serviç os” cujos lucros não compensam os investimentos (HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1994.)

⁷² Quanto a isso, consultar: ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In.: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.) *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9 e GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*/ Porto Alegre: Funda o de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.- (Teses FEE; n. 6), disponível em http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf, consultado em 14 de maio de 2009, pp., p. 92-93.

liberalismo, tendo ampla participação no debate público e até certo envolvimento direto nos temas relativos ao desenvolvimento brasileiro no período.⁷³ Dessa maneira, é fundamental entender com mais acuidade as suas ideias essenciais.

Como pensador liberal, uma das preocupações básica de Gudin sobre a economia brasileira era a inflação. Quanto a esse tema, porém, existe uma controvérsia a respeito do seu posicionamento, na medida em que este autor ficou conhecido – e ainda é interpretado – como defensor de uma visão monetarista do fenômeno inflacionário, o que é contestado por BIELSCHOWSKY (*op.cit.*, p. 44).⁷⁴ Para este autor, embora Gudin aceitasse que o aumento de oferta de moeda acima da oferta de bens de consumo devesse causar inflação, o seu entendimento do fenômeno era mais complexo e envolvia elementos da própria teoria keynesiana, como a explicação do inflacionismo por “excesso de demanda” e por “aumento de custo” (BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, p. 44).⁷⁵ Como o próprio Gudin argumenta, dentre

os equívocos que, em matéria econômica, se têm propalado, um dos mais graves, por suas consequências, é o que considera que *a causa da inflação é a emissão de papel-moeda*. Ouve-se até dizer que não adianta combater a expansão do crédito, porque essa expansão *é um simples efeito* da emissão de papel-moeda! O que importa é não emitir... (GUDIN, 1959, p. 65).

É importante ter isso em conta não apenas para diferenciar o pensamento do autor

⁷³ Engenheiro por formação e autodidata em economia, Gudin teve ampla atuação pública entre os anos 40 e 50, procurando difundir suas ideias e mesmo pô-las em prática na esfera governamental. Além de mentor e principal professor do curso de economia na Universidade do Brasil e coordenar a Revista Brasileira de Economia, na qual escrevia com regularidade, publicou artigos em diversos jornais de grande circulação (como *O Jornal* e o *Correio da Manhã*). Participou também de várias comissões e consultorias governamentais, até mesmo durante o Estado Novo, quando foi um dos enviados brasileiros à Conferência de Bretton Woods. No período democrático, chegou a ser ministro da Fazenda por onze meses (1954-1955), no efêmero governo de Café Filho. Na iniciativa privada, Gudin igualmente trabalhou para várias multinacionais, entre elas a Light.

⁷⁴ A teoria monetarista da inflação é uma variação da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) e baseia-se na ideia de que o aumento nos preços é sempre uma consequência direta do aumento da quantidade de moeda em relação a um produto geral estável. Conforme CORAZZA, essa interpretação defendia uma relação causal entre aumento da liquidez e aumento de preços, sem conceder que um incremento de liquidez pudesse influenciar positivamente a oferta de bens de consumo (CORAZZA, Gentil. *O Monetarismo ou a Negação da Moeda*. DECON / UFRGS, Porto Alegre, Novembro 1996. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid11.pdf>, consultado em 11/03/2010., p.1).

⁷⁵ GUDIN esclarece estas questões ao afirmar que existiam basicamente dois tipos de inflação: a inflação de demanda, que resulta das emissões de moedas e do aumento dos meios de pagamento, fazendo com que a quantidade excessiva de dinheiro aja como uma bomba aspiradora, elevando os preços, e a inflação de custos “que resulta não da emissão de moeda e sim da elevação dos preços dos fatores de produção, isto é, do encarecimento dos salários, matérias-primas, transportes, impostos, etc.” (GUDIN, Eugênio. *Inflação, Importação e Exportação, Café e Crédito, Desenvolvimento e Industrialização*. Livraria Agir Editora : Rio de Janeiro, 1959. 2a. Edição revista e comentada, p. 69). Em relação a esses conceitos e as principais teorias da inflação, consultar, além de CORAZZA, *op.cit.*, MORAN, Carlos A. Azabache & WITTE, Gilson. *Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990*. In.: Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, Ano 1, n.1, p.119-141, março 1993, e CARVALHO JR., Luis Carlos de. Verificação da existência de convergências entre as teorias da inflação. In.: Textos de Economia, Florianópolis, v. 5, n. 1, 1994, p.131-145. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6636/6116>, consultado em 11 de março de 2010.

sobre o processo inflacionário da explicação monetarista tradicional mas porque este aporte mais complexo do fenômeno lhe permitirá formular uma crítica bem melhor elaborada às políticas desenvolvimentistas em curso.

Claro que um dos pontos-chaves dessa crítica era a censura ao déficit público, tradicionalmente associado no liberalismo às emissões monetárias e à inflação.⁷⁶ Mas, diferentemente do pensamento ortodoxo convencional, para Gudin, o déficit público nem sempre era condenável⁷⁷ ou mesmo a principal causa do processo inflacionário. Partidário do conceito de inflação de demanda, o autor também apontava as políticas governamentais de expansão de crédito como um dos motivos essenciais do problema da subida dos preços. Da mesma forma que, apoiando-se no conceito de inflação de custo, localizava nos níveis de investimentos da economia brasileira (considerados muito altos por ele), assim como na política de incentivo e proteção à indústria, outros motivos da inflação, tão ou mais importantes do que o déficit.⁷⁸

Para compreendermos melhor o pensamento de Gudin, devemos considerar que ele, assim como outros neoliberais, partia do princípio de que a economia brasileira se encontrava em uma situação de pleno emprego, ou seja, que os nossos “escassos” fatores produtivos – terra, capital e mão de obra – estavam totalmente ocupados.⁷⁹ Desta maneira, não eram aplicáveis no Brasil as políticas públicas (investimento estatal, ampliação de créditos, etc.) adotadas pelos países centrais do capitalismo para reaquecer a economia em épocas de desemprego. Ao contrário, passando o país por uma situação de pleno ou até de hiperemprego, tais políticas tendiam a gerar um aumento artificial da demanda agregada e, assim, provocar a subida dos preços. Essa regra valia mesmo para os investimentos públicos em infraestrutura, pois, como estes não tinham condições de gerar novos fatores produtivos, iriam desencadear uma corrida pela aquisição dos fatores já empregados, aumentando o seu valor monetário e, assim, gerando inflação de custos, especialmente no caso da subida dos

⁷⁶ Por exemplo, GUDIN, *op.cit.*, p. 66.

⁷⁷ Como leitor e apreciador de Keynes, Gudin aceitava que, quando houvesse fatores de produção disponíveis e não utilizados, era necessário “movimentá-los, nem que para isso seja preciso recorrer ao déficit orçamentário” (GUDIN, *idem.*, p. 53).

⁷⁸ Conforme Gudin, a “inflação de custo, que não proveio da emissão de moeda ou de expansão de crédito, força entretanto essa emissão ou expansão, pela necessidade de aumentar o meio circulante para movimentar uma produção encarecida pela alta dos salários ou de outros fatores. A inflação de custo é pior do que a de demanda” (GUDIN, *ibidem*, p. 81).

⁷⁹ Essa constatação era demonstrável, para GUDIN, de forma dedutiva – e, acrescente-se, tautológica –, pois, sendo a inflação uma característica do pleno emprego (BIELCHOWSKY, *op.cit.*, p. 44), se tínhamos inflação, logo, tínhamos pleno emprego, como o próprio autor argumenta ao responder à pergunta: “E como se reconhece que essa situação de pleno emprego foi atingida? Quando passa a haver disputa pelos fatores de produção, e seus preços começar a subir.” (GUDIN, *op.cit.*, p. 52).

salários.⁸⁰

Gudin deixa essa ideia clara quando, por exemplo, nos anos 50, critica a taxa de investimento no Brasil como “permanentemente insustentável”, capaz de gerar um crescimento demasiadamente acelerado no país:

criou-se uma mentalidade de que o 'Brasil não pode parar' no sentido de que este ritmo de progresso não pode ser interrompido. Sem se dar conta de que ele resultou de condições e fatores inteiramente excepcionais e não recorríveis, deixando uma herança de pesadas dívidas em dólares e uma moeda nacional desmoralizada a ponto de querer o governo pagar os juros de seus novos títulos da dívida interna em moeda estrangeira!

Só há um remédio: uma redução substancial dos investimentos e de uma cessação do aumento do consumo. E nesta época de demagogia quem terá coragem de dizer isso às massas? E quem executará esse programa de austeridade e sacrifícios?⁸¹

Outro ponto de combate de Gudin era o aumento do crédito, que, para ele, tinha como maior consequência o aquecimento da procura para além do crescimento da oferta dos bens de consumo, um caso típico de inflação de demanda. Isso valia mesmo para o crédito destinado às atividades produtivas, porque até este tinha como efeito imediato expandir a oferta monetária e, assim, a procura, antes de ampliar os bens de consumo disponíveis. O que levava Gudin a ser um forte opositor da tese de que uma forma de combater o surto inflacionário era o “aumento da produção”, a qual tinham o mesmo defeito das práticas emissionistas.

A ideia de que toda atividade produtiva faz jus ao amparo do crédito e que o crédito assim concedido é 'legítimo', é uma ideia simplória, que já foi arquivada há mais de um século. (...) A única função do crédito é promover a utilização dos fatores de produção disponíveis, (...) quando praticamente todos os fatores de produção estão empregados, qualquer novo crédito, qualquer nova injeção de dinheiro não aumenta nem pode aumentar a produção. Só tem um efeito: fazer subir os preços. Chegamos assim à conclusão, de simples bom senso, aliás, de que o volume máximo do crédito é aquele necessário e suficiente para promover o *pleno emprego dos fatores* de produção.⁸²

80 GUDIN, Eugenio. *Produtividade*. In.: Revista Brasileira de Economia. Vol. 8, No 3 (1954)(pp: 9-70), p. 31. Gudin esclarece essa questão através de uma metáfora, seguidamente empregada por ele, na qual compara um país a uma ilha e argumenta que se, nessa ilha, onde os habitantes estão todos trabalhando e produzindo o suficiente para atender as suas necessidades de consumo, desviarmos mão de obra para outra atividades como a construção de estradas, diminuiríamos a produção imediata de bens de consumo, mas manteríamos a mesma demanda – porque os trabalhadores desviados continuariam empregados e consumindo – provocando necessariamente a alta dos preços.

⁸¹ GUDIN, 1954, p. 31. Os trechos em negrito são de responsabilidade do autor desta tese.

⁸² GUDIN, 1959, p. 51-52. Em outro momento, afirma que, os políticos, em vez de “recomendar que se reduza a quantidade ou pelo menos o ritmo de aumento dos meios de pagamento, eles receitam 'AUMENTE-SE A PRODUÇÃO. Desgraçadamente, porém, como dizem os argentinos, 'o aumento da produção dá automaticamente lugar ao aumento da procura monetária' (...) Os operários, os engenheiros, os auxiliares de uma nova fábrica, digamos, recebem salários e vencimentos com os quais vão incrementar a procura por produtos de consumo. À nova produção corresponde um aumento da procura. E se a esse aumento de produção corresponde um aumento paralelo de crédito, isto é, de 'meios de pagamento', na crença de que tal aumento, destinando-se ao incremento da produção, não é inflacionário, estaremos na mesma, porque ele também não é desinflacionário.

A partir dessa linha de raciocínio, Gudin se municiava com argumentos bem mais sofisticados para combater as políticas trabalhistas e desenvolvimentistas das quais era um ferrenho adversário.

No que dizia respeito ao trabalhismo, Gudin condena qualquer forma de redistribuição de renda e, até mesmo, os direitos trabalhistas concedidos no Brasil, por considerá-los deturpadores do mercado de mão de obra. Além de gerar inflação – por aquecimento da demanda e aumento dos custos produtivos – e de prejudicar o acúmulo de capital em uma economia carente de poupança interna, o autor criticava tais políticas, seguindo a linha conservadora de neoliberais como Von Mises e Hayek, afirmando que elas prejudicavam a disciplina do trabalho, diminuindo o empenho individual para melhoria da produtividade.⁸³

Nesse ponto, aliás, encontramos muita convergência entre o pensamento neoliberal e o defendido pelos industriais brasileiros sobre as propostas de redistribuição de renda no país, quer por aumento dos salários, quer por ampliação dos direitos ao trabalhador. Contudo, a confluência de opiniões para por aí, tendo em vista que o autor foi um forte opositor das políticas desenvolvimentistas de industrialização planejada.

Como outros neoliberais, Gudin não se opunha à possível industrialização do país e nem era um defensor ingênuo da sua “vocação agrária”.⁸⁴ Na prática, porém, demonstrou-se um severo crítico da forma como o desenvolvimento industrial era levado adiante no Brasil, com políticas públicas de protecionismo aduaneiro e limites cambiais às importa es de bens manufaturados, de crédito facilitado e de investimentos estatais no setor industrial. Para Gudin, essa conduta era totalmente equivocada porque: a) gerava infla o, por aumentar

Acresce que aumento de produ o em uma economia que já está em regime de plena utiliza o de fatores (sem o que a situa o não seria de infla o)   difícil de conceber (GUDIN, *idem*, p. 36).

⁸³ Gudin, inclusive, chega a argumentar que uma política econômica saudável deve estipular uma dose razoável de desemprego para “estimular” a disciplina e o empenho no trabalho. Escrevendo em 1954, afirmou que o “problema da produtividade está intimamente ligado ao do pleno emprego dos fatores de produ o”, tendo em vista que, em situa es de pleno emprego, “baixam a disciplina e a produtividade. (...) Inúmeros são os exemplos em nosso país da queda de produtividade com o advento da lei social da estabilidade no emprego e da intensifica o do regime de pleno emprego. Daí resulta que a produtividade ótima, que o máximo de produ o e de renda nacional correspondem a uma situa o inferior   de pleno emprego” (GUDIN, 1954, p. 18-19).

⁸⁴ Gudin procura contestar a ideia de que seja contrário   indústria ou   diversifica o da economia brasileira. Na sua polêmica com SIMONSEN, lembrou que não era possível afirmar que a “natureza” tenha sido “generosa” com o Brasil, pois não tínhamos planícies férteis e planas como a Argentina e a Ucrânia e nosso terreno acidentado dificultava o transporte interno. “Não podemos portanto deixar de explorar nossas possibilidades industriais e extrativas, a par de nossa economia agrícola” (GUDIN, Eugênio. *Rumos da política econômica*. In.: SIMONSEN, 1977, p. 116). Abordando a questão no governo JK, chega a enumerar as razões para industrializar o Brasil: relativa inelasticidade da procura dos produtos primários, instabilidades das economias de produ o primárias devidos às oscila es no mercado e possibilidade de transferência integral da técnica de produ o industrial, comparada com a dificuldade no caso da agricultura, terminando por afirmar ser uma “balela” a ideia de que seria “contra a industrializa o do país” (GUDIN, 1959, p. 205). Ver também BIELSCHOWSKY, 2000, p. 52.

investimentos (públicos e privados) e incrementar o crédito em situação de pleno emprego; b) lesava os consumidores, ao favorecer uma indústria que oferecia produtos mais caros e piores do que aqueles que podiam ser importados; c) prejudicava toda a economia nacional, porque os benefícios excessivo ao setor industrial permitiam-lhe lucros abusivos e maior capacidade de pagar pelos fatores produtivos escassos, promovendo a sua transferência de atividades mais eficientes e/ou necessárias, como a agricultura, para uma indústria ineficiente e artificial.⁸⁵

Seguindo a linha do economista canadense Jacob VINER, Gudin defendia que a indústria não era sinônimo de riqueza e que a agricultura não era sinônimo de pobreza. Em decorrência desse aforismo, propunha que, se o país quisesse se desenvolver, a prioridade não era uma industrialização a “todo o custo” mas, sim, o aumento da produtividade de sua economia.⁸⁶ E isso só seria possível se fosse dado ao mercado o máximo de liberdade para promover a alocação ótima dos recursos disponíveis. O que, nas décadas de 40 e 50, significava, para Gudin, o abandono das políticas públicas industrializantes, o incentivo aos investimentos na agricultura – que, na época, seria a única atividade na qual o país apresentava competitividade internacional – e a abertura do mercado nacional aos produtos manufaturados estrangeiros.⁸⁷

Agindo dessa maneira, o Brasil passaria a exportar aquilo que produzia mais barato e melhor e a importar o que produzia mais caro e pior, promovendo um ganho coletivo de produtividade, porque, essa política iria: a) aumentar a competitividade – e assim a eficiência – geral da economia do país; b) melhorar e baratear as exportações, permitindo o reequilíbrio de nosso balanço de pagamentos; e c) debelar a inflação, pois aumentaria a oferta de bens de consumo e diminuiria os preços, em benefício dos consumidores.⁸⁸ Através dessa política, a industrialização não seria impedida mas deveria ocorrer apenas naturalmente, na medida em que o aumento da produtividade na agricultura fosse liberando fatores produtivos para os

⁸⁵ Ver BIELSCHOWSKY, 2000, p. 53-54, o qual afirma que, apesar de algumas concessões teóricas à industrialização do Brasil, na “prática, Gudin foi um opositor sistemático de boa parte das medidas governamentais de apoio à industrialização, em nome da estabilidade monetária e cambial e dos princípios liberais de eficiência alocativa” (*loc.cit.*). Em relação às ideias de GUDIN sobre industrialização, consultar: GUDIN, 1977, p. 116 e GUDIN, 1959, p. 207.

⁸⁶ GUDIN, 1977, p. 115. Jacob Viner, prestigiado economista de origem canadense e professor de universidades como a de Chicaco, Stanford e Yale, era o grande renovador da teoria das vantagens comparativas no pós-guerra e, dessa maneira, contrário às políticas industrializantes nos países subdesenvolvidos inspiradas nas ideias de Ragnar Nurske e, mais tarde, da Cepal. É considerado uma das fontes de inspiração teórica de Gudin sobre o comércio internacional e seu pensamento teve penetração no Brasil, país que visitou a convite de Gudin, em 1952, para uma série de conferências, publicadas pela Revista Brasileira de Economia, ligada à Fundação Getúlio Vargas.

⁸⁷ “Para um governo que quer dar ao País em cinco anos o impulso que normalmente ele teria em cinquenta, não haveria melhor programa do que o da Produtividade Agrícola que tem sobre a Produtividade Industrial a vantagem de exigir muito menos capital, que é o nosso fator de produção escasso” (GUDIN, 1959, p. 230).

⁸⁸ Ver GUDIN 1954, 1959 e 1977.

demais setores da economia.⁸⁹

De outra parte, se o objetivo fosse realmente industrializar, o melhor seria oferecer atratividade ao capital estrangeiro ao setor produtivo – como segurança e boa remuneração, garantia de retorno, etc. – capazes de trazer novos fatores produtivos. Porém, mesmo nesse caso, Gudin alerta para os inconvenientes de um excessivo esforço para se produzir no país o que se poderia comprar com vantagens no exterior, mesmo com o emprego de recursos externos. Investimentos estrangeiros na industrialização brasileira seriam válidos somente se promovessem ganhos de produtividade, que tornassem a nossa indústria internacionalmente competitiva em condições de livre-mercado. Caso o capital forrâneo fosse atraído por tarifas alfandegárias ultra-protecionistas ou por outras vantagens “artificiais”, como defendiam os líderes industriais, a situação não se alteraria.⁹⁰

Por todos estes argumentos, não é difícil deduzir que Eugênio Gudin foi um contumaz adversário de qualquer proposta de planejamento econômico, como ficou claro na polêmica com Simonsen, ainda no Estado Novo, e nas posturas do autor durante o período democrático, inclusive no governo Dutra, que teve em Gudin um dos principais inimigos do Plano Salte.

Contra o planejamento o economista fluminense apresenta a tradicional crítica ortodoxa à ineficiência do Estado em assuntos econômicos, na medida em que a elaboração e execução de um “plano” implicavam investimentos públicos, burocracia estatal gerindo parte da economia e, em alguns casos, até intervenção direta do Estado nas atividades produtivas.⁹¹ A ineficiência do Estado, porém, não era o argumento mais enfatizado por ele, que preferia focar as suas críticas em elementos de maior sofisticação analítica. Um deles dizia respeito à oposição entre mecanismo de preços e dirigismo estatal, na medida em que as propostas de planejamento econômico tendiam a pressupor que o “plano” era possível e, até mesmo, necessário porque oferecia possibilidades de alocação de recursos mais eficientes do que o livre-mercado, que deveria ser gerenciado ou substituído por um organismo central.⁹² Essa

⁸⁹ Essa linha de raciocínio é encontrada, especialmente, em GUDIN, 1977 e 1954. “Tudo está na produtividade. (...) Precisamos é aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, a capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção da ‘pesadas’ tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza” (GUDIN, 1977, p. 116).

⁹⁰ Compreende-se, assim, porque o autor foi um ferrenho adversário do projeto de industrialização de JK, baseado na instalação, no país, de indústrias automobilística estrangeiras, para cuja atração serviu, dentre outros fatores, a Instrução 113 da SUMOC, de sua própria autoria. Conforme as suas palavras: “Em vez de concentrarmos nossos esforços sobre a produtividade, nossa preocupação parece ser a da ‘emancipação econômica’, de tudo aqui fabricar e nada importar, como se disso dependessem os brios nacionais, ou como se estivéssemos em véspera de guerra e de bloqueio” (GUDIN, 1959, p. 160).

⁹¹ Sobre a posição de Gudin frente à intervenção do Estado na economia, ver GUDIN, 1977, p. 85.

⁹² Essa tese podia ser encontrada tanto nos teóricos da planificação socialista, como O. Lange e Maurice Dobb, (LAFER, 1975, p. 11), quanto nos defensores da planificação capitalista, como o respeitável o economista

tese era vivamente contestada pelo economista, que, além de defender a eficiência do mercado para garantir maior produtividade, argumentava que este era incompatível com o gerenciamento da economia por uma agência planejadora central. Para ele, não havia meio-termo entre economia de mercado e socialismo, pois qualquer ingerência do Estado em um setor isolado geraria tamanha deturpação nos mecanismos econômicos que obrigaria, futuramente, o controle total.⁹³

Essa crítica estava associada a uma contrariedade abertamente política frente ao planejamento, revelando mais uma vez os aspectos conservadores do pensamento neoliberal, a saber, que os “planos econômicos” levariam obrigatoriamente o Estado a estabelecer mecanismos de controle para toda a economia, os quais tendiam a se transformar em mecanismos de controle de toda a sociedade. Em outras palavras, o planejamento era o primeiro passo para o socialismo e, este para o totalitarismo, só podendo existir “democracia política” se houvesse “democracia econômica” – leia-se: plena liberdade à propriedade privada.⁹⁴

Resta uma pergunta: a quem interessava essa pregação contrária à industrialização planejada de Gudin? Alguns autores apontam que o seu pensamento representava a velha oligarquia agro-exportadora, especialmente da agricultura, estando, assim, com os olhos voltados para o passado nacional.⁹⁵ Outros afirmam que Gudin expressava os interesses do capital estrangeiro e as suas demandas por investimentos no Brasil, estando já voltado para o

alemão Carl LANDAUER, professor da Universidade da Califórnia, que no seu livro clássico *Teoria do Planejamento Econômico e Social*, justificou a adoção do planejamento por considerar o mecanismo de preço inadequado para “para servir de guia às ações econômicas que exercem influência sobre o futuro” (LANDAUER, Carl. *Teoria de la Planificación Económica*. México : Fundo de Cultura Económica, 1945, p. 13.).

⁹³ Nesse caso, Gudin seguia a argumentação de Von Mises contra o Estado de Bem-Estar Social, para quem não havia “outra escolha: ou o governo abandona a interferência restritiva nas forças de mercado, ou assume o controle total da produção e da distribuição. Ou o capitalismo ou o socialismo, não há meio termo” (MISE, Ludwig von. *Uma Crítica ao Intervencionismo*. Rio de Janeiro : Editora Nórdica, 1987, p. 25.).

⁹⁴ Nesse ponto, Gudin se guiava pelas ideias de Hayek que publicou, na Inglaterra, em 1944, o livro *O Caminho da Servidão*, principal crítica liberal ao planejamento e no qual defendeu que a manutenção dos mecanismos de controle econômico criados entre as guerras mundiais pelos países capitalistas levaria necessariamente à instalação de regimes totalitários nos mesmos, numa franca associação de argumentos econômicos e políticos, como ele próprio admite (HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1994. Prefácio à edição inglesa de 1944, sem página). Afirmando que só pode existir democracia política se houver democracia econômica, o autor assevera: “O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. [...] o planejamento econômico importaria o controle da quase totalidade da nossa vida (HAYEK, *op.cit.*, p. 101). Para ele, só no âmbito do “direito de dispor livremente da propriedade privada”, é que a “democracia se torna possível. No momento em que for dominada por uma doutrina coletivista, a democracia destruirá a si mesma, inevitavelmente” (HAYEK, *idem*, p. 83).

⁹⁵Essa é a tese defendida por BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin : capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo : EDUC, 1996.

futuro de um desenvolvimento econômico centrado no capitalismo associado.⁹⁶

Ambas as interpretações, muito embora tenham razoável plausibilidade, podem receber contra-argumentações. No caso da primeira, como pensar Gudin como um porta-voz da oligarquia agrária nacional, se ele foi um forte opositor das políticas de apoio estatal ao setor, combatendo os Institutos ligados à fomentação da produção primária e, especialmente, a política brasileira de proteção do preço do café?⁹⁷ No caso da segunda, como defini-lo como mero “representante” do capital estrangeiro se ele também defendia formas de controle sobre o mesmo, limitando a sua entrada no país nos setores produtivos e desde que não provocasse inflação?⁹⁸

Não cabe, no escopo desse trabalho, resolver esses impasses, mas apenas alertar para o cuidado de se fazer leituras essencialmente reducionistas de autores com tamanho grau de sofisticação e complexidade intelectual, como era o caso de Gudin.

De qualquer maneira, se não é possível estabelecer com certeza os “interesses sociais” representados pelo pensamento de Gudin, é muito mais fácil afirmar quais demandas ele não expressava: a dos industriais brasileiros e do movimento industrialista liderado por Simonsen e Lodi. Fica claro que, para contrapor-se ao economista fluminense, era necessário um apoio teórico muito mais convincente do que este movimento obtivera até o início do pós-guerra.

2.2.3 – Cepal e o desenvolvimento alternativo da periferia

Conforme vimos sobre o contexto internacional no pós-guerra, a estratégia norte-americana de retomada do fluxo de mercadorias e de capitais colidiu e teve que negociar com as demandas por desenvolvimento feita pelos países da periferia do sistema. Receosos de que a “miséria” e a “fome” pudessem se tornar “terreno fértil” para o avanço do comunismo, os próprios EUA procuraram desenvolver propostas alternativas de cooperação econômica – cujo principal exemplo foi o Ponto IV de Truman -, as quais, contudo, apresentavam sérios limites quanto ao alcance e à profundidade de suas políticas.

Numa perspectiva bem diferente do que era concebido no Departamento de Estado, uma outra reflexão e que teve enorme impacto nos países subdesenvolvidos originou-se no interior da Organização das Nações Unidas.

⁹⁶ Ver LEOPOLDI, 2000.

⁹⁷ GUDIN, 1959, p. 185 e ss.

⁹⁸ BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 64.

Como lembra MORAES, desde o fim dos anos 40, os debates neste organismo internacional já abordavam a situação especial dos países ditos subdesenvolvidos e, na década seguinte, esse tema iria ficar mais patente nos seus conselhos técnicos, cujos relatórios apresentavam diagnósticos sobre as “patologias” das suas economias e receituários inovadores para as crises que lhes assolavam.⁹⁹

Um dos itens básicos presentes nesses diagnósticos era a ideia de “desemprego disfarçado”, segundo a qual algumas atividades de baixa produtividade em países não-desenvolvidos utilizavam excesso de mão de obra, que, se deslocadas para outras áreas, não afetaria a produtividade das primeiras.¹⁰⁰ Dessa forma, como afirma MORAES, a “tarefa do desenvolvimento econômico seria criar rapidamente novos empregos, isto é, deslocar para ocupações socialmente rentáveis pessoas que na verdade simulam produzir” (*loc.cit*). Esses relatórios também apontavam que a economia de mercado não funcionava adequadamente na periferia do capitalismo porque faltavam condições básicas para tanto (MORAES, *idem*, p. 11). Mais do que isso, afirmavam que, como este ambiente não surgiria espontaneamente, ele precisava ser criado pela ação do poder público, através de uma pesada agenda estatal.¹⁰¹

Na mesma linha de análise dos relatórios da ONU tivemos a importante contribuição de Ragnar Nurske, professor de economia da prestigiada Universidade de Colúmbia (Nova Iorque) e antigo assessor da Liga das Nações. Conforme MORAES, preocupado com o problema da formação de capital nos países subdesenvolvidos, Nurkse vinha elaborando, desde os anos 30, a tese de que estes não estavam apenas em uma etapa cronologicamente anterior de um processo linear e necessário de desenvolvimento como defendia a ortodoxia. Na verdade, para ele, estas nações ocupavam uma posição inferior em uma hierarquia econômica internacional heterogênea, da qual não sairiam pela livre força do mercado. Denominou esta situação de “círculo vicioso da pobreza”,¹⁰² o qual só seria quebrado se as

⁹⁹ MORAES, Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. RJ : Ática, 1995, pp., 9-32. Conforme este autor, na 5ª. Sessão da Assembléia Geral (1950) afirmou-se que o progresso rápido dos países subdesenvolvidos seria decisivo para o crescimento da economia mundial e para a manutenção da paz e da segurança. Essas ideias – que para o autor foram fundamentais na formação das propostas de planificação na política desenvolvimentista – podem ser encontradas em dois documentos do organismo, o *National and International Measures for Full Employment* (1949) e o *Measures for the economic development of underdeveloped countries* (1951) (MORAES, *op.cit.*, pp., 10-11).

¹⁰⁰ Em outras palavras, nessas atividades, o ganho marginal do fator trabalho havia se tornado nulo e, por isso, acréscimos e retiradas de mão de obra não afetariam o produto geral, podendo ser tranquilamente transferidas para outros setores.

¹⁰¹ Entre as funções do Estado estaria: “garantir as condições externas gerais imprescindíveis à existência de uma economia de mercado competitiva: construir estradas, meios de comunicação, rede de saúde e educação, instituto dedicados à informação e à pesquisa, implantar indústrias públicas em setores pioneiros ou de lucratividade duvidosa, engendrar instituições financeiras ágeis para captar e canalizar poupança” (MORAES, *ibidem*, p. 13).

¹⁰² MORAES, *ibidem*, p. 23. Em seu livro *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* –

economias subdesenvolvidas conseguissem acumular capital suficiente para novos e pesados investimentos, o que apenas aconteceria através da ação organizada do Estado. Em consequência,

não é difícil identificar o projeto de sociedade que a análise de Nurkse julga adequado à ‘maturação’ dos países subdesenvolvidos. Ele implicaria alto grau de estatização: os investimentos feitos pelas autoridades públicas são decisivos, assim como a ‘poupança coletiva tornada obrigatória pelo Estado’ (MORAES, 1995, p. 27).

Nurkse também defendia uma mudança na estrutura do comércio internacional, na medida em que, segundo sua análise, os investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos buscavam o lucro privado e não ganhos sociais, destinando-se prioritariamente para atividades exploratórias, que transferiam renda para as nações desenvolvidas. Ao fazerem isso, as trocas mundiais, ao contrário do que defendia a doutrina das vantagens comparativas, não levavam à difusão global da prosperidade mas à concentração da renda nos países adiantados em detrimento dos atrasados. Em síntese, o aporte de Nurkse era uma forte crítica à crença – difundida pela teoria clássica – na existência de mecanismos puros, permanentes e automáticos de transferências internacionais de riquezas. Para ele, o que existia eram mecanismos impuros, políticos, envolvendo juízos de valor, vontades e posição de força, dos quais só se sairia mediante um esforço de igual natureza.

As ideias de Nurske tiveram grande influência no mundo e no Brasil, país onde este economista fez um conjunto de conferências, entre julho e agosto de 1951, posteriormente publicadas pela Revista Brasileira de Economia. Nurkse fora convidado pelo Instituto Brasileiro de Economia, durante a presidência de Eugênio Gudin, o qual era adversário de suas propostas, mas o considerava o prestigiado *scholar* um digno e influente interlocutor cujas ideias deveriam ser debatidas e, especialmente, combatidas no universo acadêmico nacional.¹⁰³

Foi nesse ambiente intelectual e político de contestação à ortodoxia e busca de

que reúne as palestras proferidas no Brasil – Nurske define este conceito: “Do lado da oferta, há pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível de renda real. A renda real baixa é o reflexo de baixa produtividade, que, por sua vez, é devida, em grande parte, à falta de capital. A falta de capital é resultado da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa. Do lado da procura, pode o estímulo para investir ser baixo em virtude do pequeno poder de compra da população, consequência de reduzida renda real, o que também ocorre por causa da baixa produtividade. Entretanto, o baixo nível de produtividade é consequência do modesto montante de capital aplicado na produção, que pode ser, por sua vez, , causado, ao menos parcialmente, pelo pequeno estímulo a investir.” (NURSKÉ, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira S/A. 1957, p. 8).

¹⁰³ BIELSCHOWSKY, *op.cit.*, p. 48.

alternativas programáticas às economias subdesenvolvidas que emergiu a mais acabada e influente teoria do desenvolvimento para os países latino-americanos: o conjunto de propostas derivadas dos escritos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), especialmente por seu principal mentor, o economista argentino Raúl Prebisch.

A Cepal foi criada em fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social da ONU, que estava interessado em definir uma “política frente ao subdesenvolvimento” para a América Latina. Era um momento no qual os principais países da região se queixavam “de exclusão com relação ao Plano Marshall e de falta de acesso aos 'dólares escassos” para o reaparelhamento de seus aparatos produtivos.¹⁰⁴ Tendo como base este contexto político-ideológico, ela recebeu, desde sua origem, a oposição dos EUA, que

via com maus olhos o surgimento de uma entidade paralela à bem-controlada Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, temia uma tendência ao confronto e o enfraquecimento da influência norte-americana se a Cepal enveredasse por alianças políticas com o nacionalismo local (MORAES, 1995, p. 20).

Contudo, mesmo sendo projetada para funcionar por apenas três anos, em 1951, a Cepal foi constituída em organismo permanente da ONU, devido a pressão de países como o México, o Chile e o Brasil, que vislumbraram na Comissão uma possibilidade real de buscar saídas alternativas para os seus problemas econômicos. Desta maneira, interessa-nos compreender melhor as ideias centrais contidas nos textos iniciais de autoria de Raúl Prebisch, as quais tiveram ampla divulgação e influência no Brasil no período que estudamos.

Preliminarmente, devemos ter em conta que Prebisch, apesar de toda a crítica que iria promover aos pressupostos da ortodoxia econômica, fora um respeitado professor universitário que iniciou a sua carreira acadêmica como “ardente partidário das teorias neoclássicas”.¹⁰⁵ Além disso, como economista, Prebisch esteve na linha de frente da recuperação Argentina no pós-30, ficando marcado por sua colaboração com os governos conservadores do período, o que provocou o seu afastamento da vida pública de seu país com a ascensão do peronismo.¹⁰⁶ Esses dados biográficos de Prebisch são relevantes porque eles

¹⁰⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos do pensamento da Cepal – Uma resenha. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro : Record, 2000b.

¹⁰⁵ SPROUT, Ronaldo V. A., El pensamiento de Prebisch. *Revista de la Cepal*, n^o 46, Abril de 1992, (pp.: 187-203), p. 188)

¹⁰⁶ Sobre a atuação de Prebisch na política econômica de seu país, PAZOS recorda que, de “1930 a 1935, Raúl Prebisch foi subsecretário da Fazenda e principal assessor econômico do governo argentino; e, de 1935, ano que se criou o Banco Central, a 1943 foi seu gerente geral, seu principal economista, e a pessoa que formulava e decidia a sua política. De 1930 a 1943, a política econômica da Argentina esteve, em grande medida, sob sua responsabilidade” (PAZOS, Felipe. *Raúl Prebisch, banquero central*. In.: *Revista de la Cepal* no. 34, abril de 1988, pp.: 189-204, p. 192). Além disso, conforme Aldo FERRER, quando Prebisch voltou à colaborar com na elaboração da política econômica da Argentina, já sob a liderança de Frondizi, em 1958, suas ideias foram

nos dão uma boa ideia da sua respeitabilidade como técnico e como pensador, tanto no universo acadêmico quanto político-econômico, fazendo com que as suas propostas fossem consideradas e respeitadas pelo *establishment* intelectual, mesmo que apenas pela necessidade de contestá-las. Vamos a elas, então.

O ponto de partida de Prebisch era o pressuposto – compartilhado por Nurske – de que a economia mundial não era homogênea, mas estava estruturalmente dividida em dois polos distintos.

De um lado, o centro, constituído pelos países industrializados e, por isso, desenvolvidos, dotados de forte concentração de capital e de tecnologia, o que lhes permitia altos e crescentes índices de produtividade; ao mesmo tempo, sofriam de carência de mão de obra, o que tornava o custo do fator trabalho relativamente inflexível; por fim, dispunham de uma economia relativamente homogênea, pois tanto a indústria quanto a agricultura teriam um alto nível de produtividade.

De outro lado, a periferia, formada pelas nações subdesenvolvidas e especializadas na produção primária, com menores índices de concentração de capital e de tecnologia e, conseqüentemente, com baixa produtividade e pouca capacidade de poupança interna; além disso, a economia dos países periféricos estaria dividida em três espaços diferenciados: um setor de subsistência, um exportador e um industrial. (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 30), nos quais apenas os setores exportador e o industrializado poderiam dispor de um bom nível de produtividade; por último, esses países apresentavam um “excesso” de mão de obra, cujas origens eram o crescimento proporcionalmente maior de sua população frente a dos países centrais, o aproveitamento pouco produtivo da força de trabalho nas atividades primárias de subsistência – algo semelhante ao “desemprego disfarçado” visto anteriormente – e, ainda, o desenvolvimento tecnológico nas atividades voltadas ao comércio externo, que tendiam a desempregar trabalhadores; a principal consequência dessa abundância de mão de obra era a manutenção de salários e custos produtivos mais baixos na periferia do que no centro.¹⁰⁷

Esses dois polos da economia mundial eram, para Prebisch, não apenas diferentes, mais desiguais, na medida em que o centro apresentava características (tecnologia, densidade de capital, renda, etc.) muito superiores às da periferia. Essa desigualdade teria se originado:

descartadas por serem consideradas muito presas aos princípios da ortodoxia, como a preocupação em deter a inflação e manter em dia os compromissos internacionais do país (FERRER, Aldo. *Las primeras enseñanzas de Prebisch*. In.: Revista de la Cepal, no. 42, Diciembre, de 1990, pp.: 187-203).

¹⁰⁷ Sobre esta origem da mão de obra excedente, ver o texto de Prebisch publicado originalmente como relatório da Cepal (*Estudo Econômico da América Latina*), de 1949, e disponível em Cepal, *Estudo Econômico da América Latina* (trechos selecionados). In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos do pensamento da Cepal. Rio de Janeiro : Record, 2000b, pp.:139-178., p. 141.

a) na difusão mais rápida do progresso técnico nos países do centro do sistema do que na periferia, especializada em produção primária e b) na maior capacidade dos primeiros em reter para si os frutos desse progresso.¹⁰⁸

Ora, com esses argumentos, Prebisch combatia diretamente a teoria clássica, cujos postulados defendiam que as trocas internacionais deveriam equilibrar as diferenças de produtividade entre os países. Segundo os clássicos, o avanço do progresso técnico nas nações industrializadas deveria se refletir na queda do preço dos seus produtos, beneficiando as nações importadoras de manufaturas e exportadora de bens primários, pois seus preços cairiam menos devido à dificuldade de progredir tecnologicamente no mesmo ritmo.¹⁰⁹

Contudo, conforme os estudos de Prebisch e da Cepal, isso não ocorria. Analisando séries históricas do comércio internacional, o economista argentino identificou uma *deterioração dos termos de troca* para os países de economia primária, ou seja, com o passar dos anos, eles tinham que fornecer cada vez maiores quantidades de bens primários para adquirir o mesmo volume de produtos industrializados.¹¹⁰ Para explicar tal fenômeno, porém, era necessário esclarecer porque a diferença no progresso tecnológico não era revertida pelo intercâmbio externo entre as nações do centro e da periferia.

Um dos argumentos apontados por Prebisch para responder a esta pergunta era a diferença no avanço da demanda entre produtos manufaturados e bens primários: enquanto os primeiros apresentavam uma procura constante e que aumentava conforme progredia a renda mundial, os segundos mostravam um crescimento de demanda bastante lento. Constatação que era explicável tanto pela famosa Lei de Engel – segundo a qual produtos primários apresentam menor elasticidade diante das variações nos rendimentos frente aos bens industriais –, quanto pelo fato de o avanço tecnológico dos países desenvolvidos ter levado a um uso cada vez menor de matérias-primas nas indústrias.

¹⁰⁸ PREBISCH, Raúl. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos do pensamento da Cepal. Rio de Janeiro : Record, 2000b. pp.: 69-136, p. 81.

¹⁰⁹ Aliás, Prebisch argumenta seguidamente que os postulados da teoria clássica não possuem os valores de universalidade que lhes são atribuídos. Na verdade, ele afirma que os mesmos estariam sendo contrariados pela realidade da América Latina – havendo a necessidade de se criar um aporte teórico específico para dar conta da realidade dessa região. Começa afirmando que “na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até a data muito recente” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 71). “A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito” (PREBISCH, *idem*, p. 72).

¹¹⁰ Esta tese foi claramente exposta no texto inaugural da Cepal, *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*, disponível em PREBISCH, *op.cit.*. Segundo FILLIPO, Prebisch desenvolveu essa tese conjuntamente com o economista Hans Singer, embora seus estudos tenham se dado independentemente e seguido caminhos distintos (FILIPPO, Armando di. *Las ideas de Prebisch sobre a economía mundial*. In.: Revista de la Cepal no. 34, abril de 1988, pp.: 165-175, p. 167).

Mas o grande argumento de Prebisch estava na forma como entendia o mecanismo pelo qual os países do centro detinham os frutos de seu progresso técnico. Sua explicação focava-se na maneira como cada um dos polos reagia às diferentes etapas do ciclo econômico no capitalismo. Para ele, durante o período de ascensão, o preço dos bens primários tendia a subir mais do que o dos bens manufaturados, mas na queda os primeiros caíam bem mais que os segundo, “de tal forma que os preços finais [dos produtos industrializados] vão-se distanciando progressivamente dos primários através dos ciclos” (PREBISCH, 2000, p. 86). Isso ocorria porque, para Prebisch, a escassez de mão de obra nos países do centro e a sua forte organização sindical impediam a queda dos salários – e, conseqüentemente, dos preços – na baixa, permitindo às economias centrais reter o aumento de renda derivado de seus ganhos constantes de produtividade. Já o excesso de mão de obra nos países periféricos e sua fraqueza sindical favoreciam que, no descenso do ciclo, os empresários reduzissem os salários para diminuir os valores de suas mercadorias e, dessa maneira, recuperar as suas vendas; contudo, ao fazerem isso, eles comprometiam a capacidade das nações produtoras de bens primários em reter a sua renda.¹¹¹ Devido à incapacidade das nações produtoras de bens primários em reter os ganhos do seu parco progresso técnico através da manutenção de seus níveis salariais, os produtores de bens manufaturados não apenas detinham os seus ganhos como ainda se apropriavam dos obtidos pela periferia.¹¹²

Essas diferenças estruturais no comércio internacional traziam diversas conseqüências, que exigiam uma ação coordenada de esforços para serem superadas. Uma delas era o constante desequilíbrio no balanço de pagamentos dos países periféricos, na medida em que a sua crescente demanda por manufaturados não podia – ou podia cada vez menos – ser atendida por suas exportações de bens primários.

Na análise da Cepal, aliás, esse desequilíbrio estaria na base da constante inflação que assolava os países periféricos, pois a demanda interna por importados e os limites para importar implicavam em uma corrida dos preços. Essa tese acabará dando origem à teoria da inflação estrutural que, embora não tenha sido esboçada por Prebisch – que era, aliás, um crítico do fenômeno inflacionário –, irá ganhar força no pensamento cepalino ao longo das

¹¹¹ Nas palavras de Prebisch: “No centro cíclico, a maior capacidade que têm as massas de conseguir aumentos salariais na fase ascendente e de defender seu padrão de vida na descendente, bem como a capacidade que têm esses centros, pelo papel que desempenham no processo produtivo, de deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando-a a contrair sua renda mais acentuadamente do que nos centros, explicam por que a renda destes últimos tende sistematicamente mais do que nos países da periferia” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 87-88).

¹¹² Ou conforme Prebisch: “Em outras palavras, enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, *idem*, p. 83).

décadas de 50 e 60 e se tornará o principal contraponto teórico à ortodoxia nesse terreno.

As concepções da Cepal sobre a inflação, apesar de também considerá-la um problema, buscava compreendê-la como um fenômeno mais complexo, cujas origens estariam, além do desequilíbrio do balanço de pagamentos, na rigidez da oferta de gêneros alimentícios para o mercado interno, devida à baixa produtividade no campo, à estrutura fundiária – concentração das terras, latifúndio improdutivo, etc. -, às péssimas condições de transportes e armazenamentos, dentre outras, que mantinham a oferta destes produtos abaixo da procura. Diante desse diagnóstico, o receituário restritivo indicado pela ortodoxia seria insuficiente ou mesmo agravaria o problema. Só haveria saída através da correção dos problemas estruturais da economia e do aumento da produção que isto deveria promover e, para tanto, propunha-se, além da elevação dos investimentos em infraestrutura, a modernização da produção agrícola, inclusive através da reforma agrária. Nas palavras de BIELSCHOWSKY,

De acordo com a visão estruturalista, a moeda se expande, quase sempre passivamente, como respostas das autoridades monetárias a elevações dos preços de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la causa da inflação. A única maneira de evitar a inflação seria alterar as condições estruturais que a provocam, e isto deve ser feito por meio de um esforço de crescimento econômico contínuo e planejado. Políticas creditícias e fiscais restritas não apenas fracassaram no tratamento da inflação, mas, ao causarem recessão, reforçaram as tendências inflacionárias estruturais.¹¹³

Em consequência, notamos como a Cepal irá oferecer alternativas diferentes para o desenvolvimento e até contrárias às pregadas pela ortodoxia, quer liberal, quer neoliberal.

É correto afirmar que, em termos gerais, a solução proposta por Prebisch não fugia ao que já pregava o pensamento econômico, ou seja, a saída para o desenvolvimento passava obrigatoriamente pela necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e, com isso, ampliar a renda e gerar poupança, o que permitiria maior nível de investimentos e, assim, sucessivamente. A grande diferença, contudo, estava na forma como tal processo seria possível.

Como vimos, para liberais e neoliberais, a solução era apenas uma: investir nos setores em que o país era mais produtivo – no caso, a agricultura – e liberar a importação naqueles em que éramos menos produtivos – as manufaturas -, a fim de aproveitar o ganho de

¹¹³ BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21. Além disso, segundo esse autor: “Ao contrário de considerarem a inflação como a causa do desequilíbrio no balanço de pagamento, afirmam que este desequilíbrio é que causa a inflação. “A contínua redução da capacidade de importação *per capita* causa, segundo a tese estruturalista, persistente desvalorização da taxa de câmbio, elevando custos e preços internos. Em outras palavras, o desequilíbrio externo não é apenas independente da inflação, mas pode mesmo causá-la” (BIELSCHOWSKY, *idem.*, p. 22).

produtividade dos outros países.

Para Prebisch, porém, o caminho ortodoxo poderia se tornar inviável ou mesmo inútil, na medida em que não bastava obter maior produtividade no setor primário se os seus ganhos não pudessem ser retidos nos países da periferia. Ao contrário, o aumento de produtividade nesse setor tinha fortes limites, pois: a) em um mercado pouco elástico, poderia acentuar a queda dos preços internacionais desses bens ao aumentar em demasia a sua oferta e b), se promovesse a introdução de técnicas poupadora de mão de obra, poderia provocar desemprego e, futuramente, baixas nos salários nas zonas produtoras. Em outras palavras, em ambas as situações, o investimento excessivo na produção primária tendia a agravar mais do que solucionar o problema da deterioração dos termos de troca.¹¹⁴

Para resolver este problema, então, era fundamental que as melhorias na produção primária fossem acompanhadas de investimentos no setor industrial ou transferidos diretamente para ele.¹¹⁵ Ou seja, a solução não estaria em aprofundar a especialização primária da periferia, mas em quebrar o seu ciclo, diversificando a economia periférica e apostando, ao menos inicialmente, no reforço do mercado interno. Prebisch justificava isso defendendo que, nos países subdesenvolvidos, a indústria era o único setor capaz de absorver a mão de obra excedente ou ociosa na agricultura; além disso, como a indústria apresentava maiores índices de produtividade do que a agricultura, ela não só absorveria a força de trabalho desempregada como também poderia atrair “braços” sublocados ou muito mal-pagos (desemprego disfarçado) em outros setores, promovendo um aumento geral dos salários e, assim, das rendas na periferia. Essa maior produtividade do setor industrial ainda favorecia a difusão geral do progresso técnico, tanto por intensificar o desenvolvimento tecnológico – produzindo máquinas para as atividades primárias, por exemplo -, quanto por encarecer a mão de obra e, assim, forçar os demais produtores a se modernizarem. O desenvolvimento das manufaturas ainda poderia aumentar o mercado consumidor dos produtores de alimentos e de matérias-primas, amenizando a sua dependência do mercado externo.¹¹⁶

¹¹⁴ Ver Cepal, *op.cit.*, p. 155-156. Como afirma FILLIPO, “em vistas das tendências deficitárias e endividadoras inerente à sua condição periférica, se as economias exportadoras de produtos primários intentassem enxugar seus déficits lutando por acrescentar as exportações, o resultado poderia ser contraproducente, com a queda dos preços e o agravamento das condições deficitárias pré-existentes” (FILLIPO, 1988, p. 167).

¹¹⁵ Ideias que FERRER sintetiza muito bem: “Como a especialização na produção e exportações primárias era incompatível com a retenção interna dos frutos do progresso técnico, era necessário criar outras atividades produtivas e fontes de emprego. Ou seja, a industrialização era indispensável” (FERRER, 1990, p. 31). Ver também (CATTANEO, 1991, p. 153-6).

¹¹⁶ Nas palavras de Prebisch: “A industrialização, ao aumentar a produtividade, fará subirem os salários e encarecerá relativamente o preço dos produtos primários. Desse modo, ao elevar sua renda, a produção primária irá captando gradativamente a parte do fruto do progresso técnico que lhe teria competido pela baixa dos preços”. Ademais, “uma vez que os preços não acompanham a produtividade, a industrialização é o único meio

A necessidade da industrialização e as suas vantagens para os países não-desenvolvidos seriam tão intensas, que mesmo no caso de suas manufaturas apresentarem produtivamente inferior às das nações mais desenvolvidas – tornando os seus bens finais mais caros do que os importados -, ainda assim elas deveriam ser incentivadas. Ao empregar a mão de obra que se tornara ociosa no setor primário, a indústria aumentava obrigatoriamente o produto final da economia e favorecia a retenção interna da renda nacional.¹¹⁷

Essa defesa da industrialização, porém, não implicava, no pensamento de Prebisch, em um conflito entre manufatura e produção primária. Ao contrário, o propósito da Cepal era o de demonstrar a complementaridade entre os dois setores, afirmando que não apenas que a agricultura obteria vantagens com a industrialização mas a primeira também era essencial à segunda, pois, poderia lhe oferecer alimentos e matérias-primas baratas, além das divisas necessárias às suas importações.¹¹⁸

Da mesma maneira, a prédica industrialista não implicava a defesa intransigente de um parque fabril ineficiente ou de uma industrialização a qualquer custo, que levasse ao sacrifício da agricultura, tirando-lhe fatores produtivos prematuramente.¹¹⁹ Também não era uma teoria apenas laudatória da “industrialização espontânea” pela a qual passava a América Latina, desde os anos 30. Ao contrário, embora considerasse esse processo importante, por permitir a região passar a uma nova fase de desenvolvimento “voltada para dentro”, Prebisch tinha por objetivo defender um avanço sobre ele. Segundo este autor, tal “industrialização espontânea” era “problemática”,¹²⁰ pois gerava e se deparava com limites estruturais intransponíveis apenas pela livre força do mercado, dando origem a problemas sérios de estrangulamento da economia, como vimos no caso da questão da inflação.

de que dispõem os países da América Latina para aproveitar amplamente as vantagens do progresso técnico.” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 89). Como a demanda por produtos primários no mercado internacional é muito lenta, “seria impossível dizer que outras atividades, excetua a indústria, poderiam ter absorvido o aumento da população nos países da América Latina que exportam os referidos produtos” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 117). Sobre o tema da industrialização no pensamento cepalino como um todo, ver HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. *CEPAL : uma perspectiva de desenvolvimento Latino-Americano*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1996, p. 76.

¹¹⁷ BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 28. Nas palavras de Prebisch: “O emprego industrial das pessoas desempregadas ou mal empregadas significou, portanto, uma melhoria na produtividade, que se traduziu num aumento líquido da renda nacional” (*idem*, p. 77).

¹¹⁸ PREBISCH, *op.cit.*, p. 73. Ver também o texto de Prebisch publicado em Cepal, *op.cit.*, p. 141.

¹¹⁹ Prebisch não endossa uma política que levasse “a industrialização a extremos que obrigassem a deslocar fatores de produção primária para a indústria, a fim de aumentar a produção desta em detrimento daquela” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 119). Mas, para Prebisch, “não há nenhum sintoma de que a América Latina esteja perto desse limite. Ela está na fase inicial do processo de industrialização, e ainda é muito grande, na maioria dos casos, o potencial humano disponível, mediante o aumento da produtividade, para o crescimento industrial” (*idem*, p. 120). Sobre a condenação das “indústrias ineficientes” em Prebisch, ver HAFFNER, *op.cit.*, 78. Sobre a relação de complementariedade entre indústria e agricultura, consultar também CATTANEO, Carlos. Prebisch y las relaciones agricultura-industria. In.: Revista de la Cepal, no. 43, abril de 1991, p. 62-63, e ORTEGA, Emiliano. La agricultura en la óptica de la Cepal. In.: Revista de la Cepal, no 35, agosto de 1988, pp.: 13-37.

¹²⁰ Sobre essa definição ver BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 18-20.

Em consequência, segundo o seu pensamento, somente através da intervenção precisa do Estado tal realidade poderia ser superada. Desenvolver alternativas para esta política passou a ser o objetivo central da Cepal, como indica o próprio nome do texto inaugural dessa corrente: “Bases para a discussão de uma política anti-cíclica na América Latina”

As propostas de Prebisch para a superação do subdesenvolvimento nos países periféricos não apenas iam de encontro ao receituário liberal como também ultrapassam o próprio receituário keynesiano, não obstante o apreço de Prebisch por Keynes. As medidas recuperadoras keynesianas, como a necessidade de ampliar os investimentos estatais em obras públicas quando o emprego privado estivesse na descendente e diminuir os mesmos quando ele estivesse na ascendente, foram consideradas pouco apropriadas à América Latina. Conforme Prebisch, como fazer da “fase crescente” uma “época de acumulação previdente de recursos para os tempos difíceis” em uma região tão carente de infraestrutura em setores básicos? Diante desse dilema, o economista argentino lembrava que, basta “a menção dessas exigências para nos darmos conta da dificuldade de cumpri-las. Justamente por estes países estarem em pleno desenvolvimento, há sempre projetos de investimentos muito superiores aos que são realizáveis com os meios limitados de que se dispõe.” Ou seja, dificilmente se poderia convencer os líderes latino-americanos a guardar recursos presentemente disponíveis para investimento apenas nas incertezas do futuro, até porque, como lembra Prebisch, sempre há “um interesse em que a atividade interna se desenvolva com um alto grau de emprego, a despeito do movimento cíclico das exportações” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 125).

Tendo como base a industrialização planejada, não é de surpreender que um dos pontos-chaves do programa de desenvolvimento periférico proposto pela Cepal fosse a necessidade de proteção do Estado à indústria emergente, cuja baixa produtividade em relação às do centro não lhe permitia concorrer em um sistema de livre-mercado. E, embora Prebisch não fizesse a defesa das “indústrias ineficientes” e muito menos pregasse uma autarquia econômica na América Latina, para muitos analistas o protecionismo foi a medida intervencionista a que ele deu maior atenção.¹²¹

¹²¹ Prebisch colocava muitos limites também ao protecionismo, afirmando que ele deveria defender os interesses coletivos e não os privilégios de particulares. Além disso, se ele aceitava que a “substituição das importações pela produção interna geralmente [requeria] a elevação das tarifas alfandegárias, em virtude do custo mais elevado que costuma ter”, aceitava que isso iria implicar em “uma perda efetiva de renda real”. Mas, para Prebisch, a perda de rendimentos derivada por um provável desemprego que a falência dessas empresas poderia gerar seria superior aos prejuízos com a proteção. “É muito provável que, na maior parte dos casos, o que se ganha coletivamente, ao dar estabilidade ao emprego, seja muito maior do que o que se perde com o custo mais elevado da produção interna” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 129). De outra parte, o autor considerava a substituição de importações apenas uma etapa do processo de industrialização que deveria ser seguido por uma nova fase, na qual as indústrias da periferia deveriam ser capazes de exportar manufaturados. Longe de pregar uma economia

No entanto, seria enganoso achar que o autor limitasse o papel reservado ao Estado apenas ao protecionismo aduaneiro. Em seus textos iniciais, já encontramos uma forte preocupação com mais dois temas para os quais o protecionismo poderia ser necessário mas não era suficiente, a saber: a dificuldade de formação de capital derivada da carência de poupança interna e a falta de divisas (dólares) para importar os bens de capital e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento industrial. Ambas as deficiências deveriam ser superadas a fim de que as economias latino-americanas atingissem um grau mínimo de produtividade, mas, na opinião de Prebisch, nenhuma delas seria resolvida espontaneamente, sem uma precisa ingerência estatal.

No caso da deficiência na formação de capital, o autor retomava os argumentos do “círculo vicioso da pobreza” desenvolvido por Nurske¹²² e, mesmo aceitando a possibilidade do emprego do capital estrangeiro para resolver o problema, considerava esta alternativa bastante temerária, na medida em que ela poderia trazer futuros desequilíbrios no balanço de pagamento, por exigir “serviços financeiros” que precisavam “ser pago por exportações na mesma moeda” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 75).

Como alternativa, propunha o apelo a entidades internacionais de empréstimos públicos e, na ausência destas, a intervenção do Estado para formar poupança interna através da taxação dos lucros abusivos e do consumo conspícuo das elites locais. Este último item, aliás, era fundamental para o economista argentino, pois, segundo ele, as carências de investimentos na periferia não tinham origem apenas na falta de recursos, mas também se encontravam no uso indevido que as classes com maior renda faziam dos dividendos acumulados, ao aplicá-los em inversões especulativas e na aquisição de bens ostentatórios.¹²³ Devemos salientar, porém, que, apesar da sua crítica aos hábitos de consumo e de investimentos da elite e da defesa do aumento dos ganhos salariais para a retenção do progresso técnico na periferia, o autor não defendia medidas redistributivas de renda que pudessem prejudicar o acúmulo de capital. Na verdade, também para ele, o crescimento das

autóctone ou auto-suficiente, defendia que quanto “mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as suas possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital” (PREBISCH, *op.cit.*, 73). Em relação ao apreço de Prebisch pelo protecionismo, ver BIELSCHOWSKY, 2000, p. 27, HAFFNER, *op.cit.*, 78 e ORTEGA, *op.cit.*, p. 15.

¹²² “A produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade” (PREBISCH, 2000, p. 109).

¹²³ O desperdício de recursos mediante o consumo desnecessário ou ostentatório é uma constante na análise do autor, sendo considerado “uma manifestação do conflito latente entre o propósito de assimilar às pressas certos estilos de vida que os países de técnica mais avançada foram alcançando progressivamente, graças ao aumento de sua produtividade, e as exigências de uma capitalização sem a qual não nos será possível conseguir um aumento semelhante” (PREBISCH, *op.cit.*, p. 77). Ver também PREBISCH, *idem.*, 109 e 111 e Cepal, *op.cit.*, 176-177.

rendas das “massas” deveria ser uma consequência do aumento de produtividade e não se antecipar a ela.

Já na questão da carência de divisas, Prebisch vai mais além, defendendo uma política ativa de controle das importações para direcionar as cambiais escassas à importação dos bens e insumos necessários à indústria.¹²⁴

Em resumo, para que as riquezas disponíveis fossem adequadamente empregadas no desenvolvimento da periferia:

O Estado tem em seu poder recursos que lhe permitem estimular a inversão de grande parte dos lucros e da renda inflacionária através do gravame progressivo daquilo que é gasto e consumido, ao mesmo tempo que se libera ou isenta aquilo que é investido, e mediante também o desvio, através do controle cambial ou dos impostos, daquilo que tende a ser empregado em importações incompatíveis com um ritmo intenso de crescimento econômico (PREBISCH, 2000, p. 112-113).

Considerando essa síntese do pensamento cepalino, podemos compreender as potencialidades dessa teoria para o processo de legitimação da industrialização planejada no Brasil. É correto afirmar, como recorda FONSECA, que grande parte das ideias defendidas por Prebisch sobre a industrialização não era original, já estando presente tanto nos discursos quanto nas ações dos homens públicos da América Latina e do Brasil, antes do surgimento da Cepal.¹²⁵ Mas, como este mesmo autor salienta, um dos méritos dessa Comissão foi ter “organizado, sistematizado e apresentado dentro dos cânones formais técnicos e científicos” tais teses (2000, p. 28). O que não foi pouca coisa, pois obrigou economistas neoliberais como Gudin, hegemônicos no debate acadêmico em economia e desdenhosos de outros defensores do planejamento e do protecionismo menos “prestigiados” – como Manoilescu e o próprio Mannheinn-, a considerar e procurar rebater as ideias de seu “colega” argentino.¹²⁶ Além disso, mesmo já parcialmente adotadas na América Latina, foi “a partir das colocações teóricas de Prebisch”, como salienta FERRER, que “estas políticas deixavam de ser decisões

¹²⁴ Diante de recursos externos tendencialmente escassos, há “que adquirir”, afirma Prebisch, “a possibilidade de que seja preciso reduzir o coeficiente de importações, seja em seu conjunto ou em dólares, reduzindo ou eliminando os artigos não essenciais, para dar lugar a importações maiores de bens de capital. Seja como for, a necessidade de modificar a composição das importações parece indispensável para dar prosseguimento à industrialização” (PREBISCH, *idem.*, p. 119).

¹²⁵ Segundo FONSECA, “inúmeros argumentos cruciais do pensamento cepalino, como intervencionismo, crítica à especialização agrícola do país, à divisão internacional do trabalho e ao livre cambismo, planejamento, desenvolvimento econômico, divisão centro/periferia e da defesa da industrialização, não eram propriamente novidades no Brasil ao final da década de 1940, quando a Cepal foi criada. Nem mesmo a perda nas relações de intercâmbio, a mais famosa das teses de Prebisch e certamente a que mais incomodou o *mainstream*, haja visto a quantidade de trabalhos acadêmicos que suscitou” (FONSECA, 2000, p. 33).

¹²⁶ Nos inícios dos anos 50, Prebisch veio várias vezes no Brasil apresentar suas propostas, estabelecendo um debate muito vivo com a intelectualidade liberal brasileira, notadamente com Gudin e Otávio Bulhões, cujos textos essenciais foram publicados na Revista Brasileira de Economia.

transitórias (...). Desde então, a industrialização e a intervenção do Estado nas trocas internacionais e outros mercados se converteram em objetivos e instrumentos principais da política econômica” (FERRER, *op.cit.*, p. 31).

De qualquer maneira, é inegável que o pensamento cepalino obteve grande receptividade e influência no Brasil, especialmente entre os industriais, carentes de uma liderança intelectual desde o falecimento de Simonsen, em 1948. Aliás, como relembra BIELSCHOWSKY, a morte prematura do presidente da CNI coincidiu com a criação da Cepal, a qual representou um “avanço importante”, porque, além de associar a “credibilidade da ONU” à proposta de industrialização planejada, ainda “forneceu um poderoso instrumental analítico antiliberal, que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas da área privada e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78). O “encontro com a Cepal, contribuiu, assim, para a renovação e atualização do ideário industrialista que se havia forjado sobretudo a partir da década de 1920” (COLISETE, 2002, p. 144).

Por outro lado, também é acertado lembrar, como faz BIELSCHOWSKY, que os escritos iniciais da Cepal dão pouca ênfase à questão do planejamento, deixando muitas lacunas. Porém, mesmo que Prebisch tenha sido sucinto nessa área, foi como decorrência do aporte cepalino que o tema recebeu tratamento teórico e programático adequado à realidade latino-americana e brasileira.¹²⁷ Dessa forma, não surpreende que tenha sido em torno da Cepal, de seus estudos, relatórios, congressos e comissões, que as principais propostas de planejamento surgiram em um país como o Brasil, especialmente com o economista Celso Furtado. Este foi o principal responsável por dar legitimidade final ao conceito, ao associá-lo ao problema dos desequilíbrios estruturais da economia nacional e ser o autor do principal estudo empregado como subsídio do planejamento econômico durante sua atuação no Grupo Misto Cepal-BNDE. Com Furtado, tivemos a primeira proposta de planejamento global da economia brasileira, através da criação de um órgão de planejamento central que partia

de uma meta macroeconômica de crescimento, pré-definida de acordo com o levantamento das possibilidades de expansão do sistema como um todo e calculada com base em estimativas da relação capital-produto, da taxa de poupança e dos termos de troca (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 153).

Mas, o modelo de planejamento integral de Furtado esteve longe de se tornar

¹²⁷ Como salienta BIELSCHOWSKY, a necessidade de planejamento aparece no pensamento cepalino como um corolário do diagnóstico de desequilíbrios estruturais na industrialização espontânea. A necessidade de um programa deriva da necessidade de evitar os desequilíbrios e da escassez de poupança, o que exigia cuidadosa seleção das atividades a serem estimuladas. (2000a, p.26-27).

unanimidade, recebendo a oposição tanto daqueles que não aceitavam nenhuma proposta de planificação econômica, como também de economistas que, admitiam a sua necessidade, mas se opunham ao planejamento integral, por considerá-lo muito centralizado e, assim, incompatível com a economia de mercado. Tal foi o caso de Roberto Campos, que posteriormente será conhecido como um dos principais combatentes do intervencionismo estatal no Brasil, mas que, no início dos anos 50, era um contundente e influente defensor do planejamento setorial. Campos trabalhou nas principais agências planejadoras do país (CMBEU e BNDE), procurando conciliar temas como intervenção do Estado e livre mercado, investimento público e capital estrangeiro, etc., ao ponto de BIELSCHOWSKY incluí-lo, nesse período, entre os desenvolvimentistas.¹²⁸

É importante considerar essas diferenças porque elas permitem perceber, de um lado, o grau de legitimidade que as ideias de planejamento e de industrialização planejada haviam atingido no Brasil no começo dos anos 50; de outro lado, o nível de diferenciação que o próprio pensamento desenvolvimentista apresenta no início do Segundo Governo Vargas. BIELSCHOWSKY argumenta que, nesta conjuntura, esse pensamento já pode ser dividido em três correntes distintas, que convergiam quanto à necessidade “de formar um capitalismo industrial moderno no país” e compartilhavam “a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78), mas apresentavam significativas variações:

a) o desenvolvimentismo do setor privado, que assumia uma posição antiliberal e desenvolvimentista, advogando um grau variável de participação do Estado na economia e aceitando a entrada controlada de capital privado estrangeiro no país; tinha uma dupla preocupação: defender um projeto de industrialização planejada e apoiar os interesses do capital industrial privado nacional; preocupavam-se com políticas públicas que pudesse implicar em aumento de imposto ou na retração do crédito produtivo; era a corrente dos industriais ligados a CNI, Fiesp e Ciesp, congregando homens como Simonsen, Lodi, Jorge Street e Morvam Figueredo (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 79).

¹²⁸ BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 105. Segundo este autor, Roberto Campos foi um dos pensadores de maior destaque entre os desenvolvimentistas, sendo ele “o economista da nova ordem do Brasil, que passava de velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura da economia industrial pela via da internacionalização de capitais e apoio do Estado. (...) De todos os economistas brasileiros mais ativos, foi aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada”, especialmente no Plano de Metas de JK (*loc.cit*). Iremos estudar com maiores detalhes as propostas de planejamento setorial Campos, no início dos anos 50, no Capítulo IV. Sobre elas, pode-se consultar, além de BIELSCHOWSKY, o próprio autor: CAMPOS, Roberto de O. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos – Introdução. *Digesto Econômico*. São Paulo, n. 89, abr. 1952 e CAMPOS, Roberto de O. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos – Conclusão. *Digesto Econômico*. São Paulo, n. 90, maio 1952.

b) o desenvolvimentismo do setor público “não-nacionalista”, formada por economistas favoráveis a um apoio estatal moderado e localizado à industrialização, mas que apresentavam preferência por soluções privadas nas inversões de capital e defendiam políticas de estabilização monetária, como a contenção do crédito, desde que não prejudicassem o desenvolvimento; nessa linha entraria Roberto Campos;

c) o desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”, cujos membros sustentavam, como os demais desenvolvimentistas, “a constituição de um capitalismo industrial moderno no país”, mas tinham “como principal traço distintivo, uma decidida inclinação por ampliar a intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 127); também se opunham às políticas de estabilização por medo da recessão; era a corrente de Celso Furtado.

Feita essa análise do processo de legitimação da industrialização planejada no Brasil e as diferentes correntes de pensamento que as defendiam, iremos, agora, avaliar a política econômica do Segundo Governo Vargas, procurando entender como ela se enquadrava nesse debate.

2.2 – O Segundo Governo Vargas – política econômica e economia política

Assinalamos anteriormente que o Segundo Governo Vargas corresponde a um período de intenso crescimento e mudanças da economia brasileira, tendo a industrialização como seu carro-chefe.¹²⁹ Além disso, nele foram tomadas, por parte do poder público, uma série de iniciativas que não só contribuiriam para este crescimento conjuntural como também forneceram as bases para as mudanças estruturais dos anos seguintes.¹³⁰ Contudo, encontramos na historiografia especializada sobre o tema um intenso debate acerca da política

¹²⁹ Para se ter uma ideia das transformações econômicas ocorridas no período, basta recordar que, entre de 1947 até 1955, o percentual da industrialização no PIB passou de 17,4% para 22,7% e a indústria teve um crescimento anual de 9,4%, bem superior ao PIB cujos índices ficaram em 6,1% (CANDAL, 1977, p. 263). Também LEOPOLDI afirma que a economia brasileira ganhou impulso durante o Segundo Governo Vargas, sendo que o “setor industrial foi o que apresentou maior dinamismo, tendo a produção industrial crescido a uma taxa anual de quase 8 % no período de 1950-4” (LEOPOLDI, 2000, p. 230).

¹³⁰ Fazendo referência apenas às instituições e organismos mais importantes, podemos citar a criação da Petrobras, os projetos relativos ao Programa de Eletrificação, que darão origem, futuramente, à Eletrobrás e a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Também devemos citar as diversas comissões envolvendo a burocracia civil e militar, junto com entidades de classe, que formularam boa parte dos programas de crescimento industrial do período, dentre as quais se destaca a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Merecem menção os novos mecanismos de tributação que serviram de base para a captação e canalização de boa parte dos recursos necessários ao investimento estatal, especialmente no setor de energia.

econômica empreendida por Vargas nesse período, no qual se discute desde a provável orientação doutrinária de seu programa econômico (nacionalista, anti-imperialista, desenvolvimentista ou mesmo ortodoxa) até a própria existência de um programa claro e coerente, em especial no que se refere à industrialização.

Para dar curso ao nosso estudo, necessitamos, assim, esclarecer minimamente os termos deste debate.

A primeira interpretação sobre o significado da política econômica de Getúlio em seu segundo governo surgiu ainda no decorrer do mesmo e, pode-se dizer, em oposição a ele. Conforme BOITO Jr., ela foi elaborada por militantes do PCB e se baseava em ações governamentais que contrariavam a linha adotada por este partido. Centrava-se em temas de política externa, como o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos – cuja assinatura forçou o pedido de demissão do ministro da Guerra, Estilac Leal, líder da ala *nacionalista* do Exército -, e em medidas que pudessem implicar na presença do capital estrangeiro no país, como os acordos envolvendo a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e, até mesmo, a proposta inicial da Petrobras, que não estabelecia o monopólio estatal do petróleo.¹³¹ Por esses motivos, os comunistas viam Vargas como “um instrumento servil do imperialismo”¹³² e seu governo como “imperialista, burguês e antipopular”.¹³³

Com o fim trágico do governo, a interpretação do PCB foi deslocada por uma tese bastante distinta. Elaborada por intelectuais ligados à Cepal e ao ISEB, que presenciaram ou foram participantes dos acontecimentos, como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, essa nova leitura do Segundo Governo Vargas defendia que ele havia implementado “uma política econômica cujo objetivo seria propiciar um desenvolvimento capitalista autônomo no país” sendo, por isso, “antiimperialista”.¹³⁴ Conforme FONSECA, para esses autores, tal programa se expressaria “na industrialização” e estaria “sob a liderança da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores e os setores da classe média”.¹³⁵ Em contrapartida, teria recebido a contrariedade da burguesia ligada à produção primário-

¹³¹ Essa questão será tratada no Capítulo IV.

¹³² BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo : Ática, 1982, p.11.

¹³³ D'ARAUJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1982, p. 120.

¹³⁴ BOITO Jr, *op.cit.*, p. 13-14. Curiosamente, esta interpretação foi incorporada pelo próprio PCB.

¹³⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 17.

exportadora, defensora do papel tradicional do Brasil na divisão internacional do trabalho.¹³⁶ Em favor dessa tese, são também apresentadas ações concretas do governo, como o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, através da criação da Petrobras, e os limites à remessa de lucros ao exterior pelo capital estrangeiro aplicado no Brasil, mediante o Decreto-lei 30.363, de janeiro de 1952.¹³⁷

Segundo FONSECA, já nos anos sessenta, alguns autores, dentre eles Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins, passaram a contestar os limites do projeto desenvolvimentista de Vargas, expondo “as razões de sua crise com a internacionalização da economia a partir dos anos cinquenta, e discutiram a ideologia não-nacionalista da burguesia industrial e a postura não de todo industrializante dos setores agrários”.¹³⁸ Por esta análise, o projeto de desenvolvimento industrial teve como agente dinamizador a burocracia do Estado, tanto civil como militar, sendo a “burguesia industrial” brasileira um ator coadjuvante que não estava totalmente comprometida com os seus termos. De qualquer maneira, esta linha de abordagem procurou demonstrar as causas do fracasso do desenvolvimentismo varguista, mas não negava a sua existência.

Linha diferente foi adotada pelo brasilianista Thomas SKIDMORE, o qual discordou que um programa industrializante tivesse sido levado a efeito pelo governo Vargas. O autor não contestou a possível tendência nacional-desenvolvimentista do presidente, mas afirmou que, na prática, a sua política econômica foi antes de tudo ambígua e mista. Uma dos propósitos de SKIDMORE era descaracterizar o governo de Getúlio como essencialmente nacionalista, defendendo que o seu desenvolvimentismo era “moderado”. Mas, o autor foi bem mais além, ao afirmar que as medidas capazes de levar adiante tal programa tiveram sua contrapartida ou mesmo neutralização pela “orientação ortodoxa” adotadas pelo governo no tratamento de dificuldades econômicas mais imediatas.¹³⁹

Para SKIDMORE, problemas como o déficit público, a inflação e o déficit no balanço de pagamentos foram resolvidos através da racionalização dos gastos do governo e do controle do crédito, ou seja, por medidas restritivas baseadas em uma “adaptação pragmática dos princípios do liberalismo econômico” (*Idem*, p. 125). Isso teria tornado a “ortodoxia” de

¹³⁶ Sérgio VIANNA afirma que tal interpretação ganhou muitos adeptos porque serviu como uma arma ideológica aos intelectuais que se agruparam na ala *nacionalista*, procurando fazer uma leitura dos “acontecimentos da primeira metade da década de acordo com as questões que vivenciavam em sua contemporaneidade” (VIANNA, *op.cit.*, p. 126.)

¹³⁷ Este decreto será avaliado com detalhes no Capítulo III.

¹³⁸ FONSECA, 2002, pp. 17-18.

¹³⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996, p. 124.

Getúlio incompatível com uma política desenvolvimentista baseada na industrialização, devido à necessidade de investimento público e de aumento do crédito que esta implicava (*Ibidem*, p. 151 e p. 124). Para este autor, mesmo os avanços industrializantes obtidos no período foram mais resultados inconscientes das políticas de curto prazo – como as tentativas de corrigir os déficits do balanço de pagamentos, que serviriam *indiretamente* de estímulo à industrialização, ao inibir a entrada de bens de consumo no país – do que metas projetadas por um programa desenvolvimentista coerente (*Ibidem*, p. 138). No final do governo, quando a ortodoxia se tornou impopular, Getúlio teria radicalizado politicamente e promovido uma “guinada nacionalista”, com a reforma ministerial de outubro de 1953. Contudo, não obteve resultados satisfatórios, até porque, para o *brazilianist*, o nacionalismo de Getúlio era mais retórico do que propriamente uma orientação de política governamental.¹⁴⁰

No início dos anos 80, Maria D’ARAÚJO retomou a interpretação de SKIDMORE ao afirmar que foi a “ambiguidade e mesmo a ausência de um comprometimento político maior, tanto com ideias quanto com organizações”, que marcou “um governo que oscilou entre posições nacionalistas e soluções conciliatórias e tradicionais” (D’ARAÚJO, *op.cit.*, p. 131.). Contudo, a autora rebateu a tese da “guinada nacionalista”, defendendo que as oscilações foram uma marca constante do governo e não uma etapa cronológica do mesmo, pois estas tiveram sua origem nos próprios acordos para a eleição de Vargas, “responsáveis também pelos impasses, pelas ambiguidades e pelos fracassos do Governo”.¹⁴¹

Paralelamente e divergindo desta leitura, ainda em meado dos anos 80, Sônia DRAIBE defendeu que o retorno de Vargas ao poder, em 1951, significou também a volta da “aspiração à industrialização acelerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional” (DRAIBE, *op.cit.*, 182) Segundo a autora,

sobre base e dinâmica sociais bastante distintas, definiu-se no início dos anos 50 um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mas abrangente, ambicioso e integrado do que o delineado na década de 30

¹⁴⁰ Para SKIDMORE, quando voltou ao governo, Vargas teria trazido consigo “um legado de profundas suspeitas contra os investimentos estrangeiros”, constituindo uma das “poucas paixões genuínas de Getúlio: um nacionalismo antiimperialista nada incomum no seu Estado natal, o Rio Grande do Sul” (*op.cit.*, p. 128). Esse nacionalismo era baseado em uma profunda desconfiança com os investimentos estrangeiros. “Quando recorria à linguagem do nacionalismo econômico, Getúlio ampliava grandemente o tom xenófobo que a havia usado de maneira apenas hesitante durante o Estado Novo” (*idem.*, p.128).

¹⁴¹ *Idem.*, p. 14. Para D’ARAÚJO, durante o mandato do presidente, a ambiguidade se revelou na diversidade das instâncias de poder, especialmente em uma oposição entre a Assessoria Econômica da Presidência (AEP) e o Ministério, pois, “a maioria das ações importantes que dali [Ministério] se originaram não [estavam] identificadas com uma política mais autônoma de desenvolvimento”, enquanto a AEP aplicaria “uma linha de ação que se identifica[va] com princípios nacionalizantes e que [imprimia] ao governo um caráter nacional-desenvolvimentista” (*ibidem*, p. 132).

Mesmo que o governo não apresentasse “um plano de industrialização” formal, como o Plano de Metas de JK, DRAIBE, analisando as Mensagens Presidenciais, afirma que Vargas “definiu e ordenou seu movimento segundo um plano de desenvolvimento econômico e social de grande envergadura, apoiado em um diagnóstico profundo da economia e da sociedade brasileira” (DRAIBE, *loc.cit.*). Para ela, Getúlio promoveu “uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, integrando seus aspectos mais substanciais num grau de harmonia e compatibilidade.”¹⁴²

O grande diferencial de pesquisa de DRAIBE foi tentar demonstrar como este processo se refletiu diretamente no aparelho econômico do Estado brasileiro e como ele implicou em uma “articulação da economia brasileira com o capitalismo internacional, indicando condições preferenciais para a entrada do capital externo nas áreas prioritárias de investimento e limites à remessa de lucros”.¹⁴³ Desta maneira, mesmo retomando a interpretação de que o Segundo Governo Vargas tinha um caráter desenvolvimentista e industrializante, a autora não chega a colocá-lo como “nacionalista” ou “anti-imperialista”.

Em contraponto a tese, na mesma década de 80, os economistas LESSA & FIORI retomaram a abordagem iniciada por SKDMORE, mas foram ainda mais longe. Seu principal objetivo era combater a ideia segundo a qual o último mandato de Vargas teria representado a derrota de “um projeto alternativo de desenvolvimento, nacionalista e popular, comandado pelo Estado e sustentado por uma burguesia industrial aliada aos assalariados urbanos”.¹⁴⁴ Para tanto, os autores procuraram desmontar os itens básicos da mesma, ou seja, que Getúlio tivesse: a) apresentado algum programa capaz de proporcionar maior distribuição de renda às camadas populares, b) favorecido deliberada e restritivamente a burguesia industrial brasileira e, por último c) levado adiante um projeto de industrialização pesada sob a hegemonia desta classe.¹⁴⁵ Vejamos mais detalhadamente essa argumentação.

Para contestar o primeiro ponto, os autores defendem que o segundo mandato de Vargas não se caracterizou nem por tentar a mobilização de massas contra as forças conservadoras, nem por forçar uma integração das camadas trabalhadoras no sistema, via políticas de “bem-estar social”, como chegou a defender DRAIBE. Conforme LESSA &

¹⁴² DRAIBE, *op.cit.*, p. 183.

¹⁴³ Segundo DRAIBE, o plano econômico varguista esteve baseado em quatro elementos fundamentais: “a rede de mecanismos de centralização efetiva dos comandos, a empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento, o banco de investimento e o novo desenho da articulação do empresariado com o Estado”. Seriam estes os elementos centrais da “alternativa ‘varguista’ de desenvolvimento do capitalismo brasileiro”(DRAIBE, *loc.cit.*).

¹⁴⁴ LESSA, Carlos & FIORI, *op.cit.*, p.1.

¹⁴⁵ LESSA&FIORI, *idem.*, p. 26.

FIORI, o presidente sempre teria deixado claro, em seus discursos e projetos, que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores seria uma consequência dos resultados obtidos com o desenvolvimento econômico e não de ações redistributivas – sendo o aumento de 100% do salário mínimo, em 1954, uma medida pontual, motivada por razões políticas imediatas.¹⁴⁶

Já no que se refere ao suposto privilégio dado por Vargas à burguesia industrial brasileira e à hegemonia desta classe no processo de industrialização, o argumento dos autores é mais sofisticado. Afirmam que, embora este grupo social tenha realmente sido favorecido pelos efeitos das políticas de controle das exportações e de sobrevalorização do câmbio, “o projeto varguista não foi, em nenhum momento, anti-mercantil ou anti-agrário. Pelo contrário, computou em sua visão mais ampla e, sobretudo, em sua política de curto prazo, os interesses destas facções, preservando com extremo zelo a aliança com a oligarquia e o bloco mercantil”.¹⁴⁷

De outra parte, SKIDMORE, LESSA & FIORI questionaram o suposto “nacionalismo” do segundo mandato de Vargas, ao salientar que o presidente, longe de procurar romper com o capital forâneo e com os EUA, tentou apoio norte-americano para o seu programa de reaparelhamento econômico e buscou atrair capital estrangeiro produtivo para o Brasil. Desta maneira, concluem que não é legítimo falar em uma “hegemonia” da burguesia nacional frente às demais classes e mesmo ao capital internacional na condução da política econômica de Getúlio. Na verdade, para os autores, o que se verifica “é um desenho progressivo de uma política de desenvolvimento capitalista 'associado' no longo prazo e uma política econômica absolutamente conservadora, acorde com os interesses em presença, no curto prazo”.¹⁴⁸

O último e mais controverso ponto a salientar diz respeito à existência ou não de um projeto desenvolvimentista no Segundo Governo Vargas. Nessa questão, os autores vão ainda mais longe do que SKIDMORE e D´ARAÚJO. Segundo estes últimos, Vargas não seguiu um programa desenvolvimentista por se vir forçado a dar prioridade aos problemas de curto prazo ou às demandas contraditórias por sustentabilidade política. Já LESSA & FIORI afirmam que tal programa nunca existiu. Para eles, Getúlio até poderia desejar a industrialização, mas a sua política econômica foi bem mais modesta e pragmática, voltada para garantir a estabilidade e a promoção do reaparelhamento da economia nacional a fim de superar os problemas gerados

¹⁴⁶ LESSA & FIORI, *op.cit.*, p. 10-11.

¹⁴⁷ LESSA&FIORI, *idem.* 29.

¹⁴⁸ *Ibidem*, 27.

por um crescimento continuado sem investimentos reparadores.¹⁴⁹

O curioso desta interpretação de LESSA & FIORI é que, se ela for aceita, não se torna mais possível afirmar que foi a condução de uma política econômica contrária a fortes interesses nacionais (como os da oligarquia agro-exportadora e da burguesia compradora) e internacionais (capitais estrangeiros investidos no Brasil) que levou estes interesses à oposição e à desestabilização do governo de Vargas. Todavia, é exatamente isso que os autores pretendem, pois, para eles, as medidas levadas adiante por Getúlio (estabilização, investimentos para a infraestrutura e mesmo facilitação para o crescimento industrial) já eram consensuais na década de 1950 (LESSA & FIORI, *idem*, p. 47). Em consequência, a crise final do governo teria se dado não por divergência de projetos mas por desajustes nas estruturas de poder, tanto interna quanto externas, que se refletiram na incapacidade de Vargas em atender metas de curto prazo, gerando frustração nos aliados e reforçando a posição de seus opositores políticos.¹⁵⁰

O trabalho de LESSA & FIORI, embora de dimensões relativamente curtas e apresentado na forma de um ensaio, provocou muita controvérsia e reações diversas entre os especialistas que analisam o dilema da política econômica do Segundo Governo Vargas.

A principal repercussão favorável foi apresentada por Sérgio VIANNA. Este autor, contudo, procurou encontrar um meio termo entre o que chamou de dois “procedimentos” adotados na historiografia para interpretar o Segundo Governo Vargas, a saber, o de “imaginá-lo possuidor de uma estratégia abrangente e bem definida de desenvolvimento econômico que tivesse como finalidade um modelo alternativo para o capitalismo brasileiro” e o de “encarar o Governo Vargas sob o prisma da *ambiguidade*, a partir do argumento de que ele resultava da imbricação de estratégias diferentes e conflitantes entre si” (VIANNA, *op.cit.*, 32.)

Seguindo LESSA & FIORI, VIANNA condenou o primeiro destes procedimentos por ele colocar, no início dos anos 50, uma concepção sobre o Estado e o capitalismo brasileiro mais moderna do que era possível no período (*idem*, p. 33). Demonstrou, porém, mais

¹⁴⁹ Segundo LESSA & FIORI: “Em nosso entendimento, a política de Vargas foi muito menos utópica do que quer crer a maioria de seus intérpretes. (...) Porém, durante seu segundo governo, Vargas dá uma indiscutível prioridade aos programas de infraestrutura, com uma ótica de 'reaparelhamento'. Tratava-se de desbloquear engarrafamentos, energéticos e de transportes, muito mais do que alavancar e direcionar o processo industrializante a partir do Estado. Em nenhum lugar se encontra a ideia ou a prática de um Estado que, adiantando-se ao crescimento da indústria, provesse por sua iniciativa um conjunto coordenado de investimentos destinados a puxar uma industrialização rápida e concentrada” (*op.cit.* pp. 26-27).

¹⁵⁰ “Deste ponto de vista, o que se passou em 53? Uma espécie de 'vazio de expectativa' para o curto prazo. Como já vimos, o projeto Vargas fundava sua viabilidade numa integração internacional via ajuda governamental e, secundariamente, nos investimentos privados forâneos (...). Quando ruiu esta expectativa econômica complicaram-se, evidentemente, as expectativas políticas, diminuindo as possibilidades de sucesso da gestão Vargas” (LESSA&FIORI, *idem.*, p. 48).

afinidades com o segundo, por considerá-lo “mais apoiado nas evidências históricas” e por endossar a tese de que a característica principal da política econômica de Vargas foi a ortodoxia.¹⁵¹ Contudo, criticou os seus defensores pela ênfase excessiva na ambiguidade e na incoerência das ações do governo ou mesmo na falta de programa econômico claro.

Segundo VIANNA, apesar de sua ortodoxia, o presidente tentou seguir um programa de desenvolvimento coerente, não havendo “ambiguidade” ou “guinada nacionalista”, porque a estabilização econômica deveria anteceder lógica e cronologicamente os investimentos que este programa exigia, sendo condição de possibilidade e não de incompatibilidade dos mesmos.¹⁵²

A tentativa de procurar fornecer coerência às ações aparentemente contraditórias da política econômica de Vargas, colocando-as como partes integrantes de etapas diferentes de um mesmo plano, constituiu a principal inovação da análise de VIANNA em relação à de LESSA&FIORI. Contudo, seu trabalho tende a convergir com estes autores quando conclui que, na prática, o governo de Getúlio não agiu com vista à industrialização acelerada do país, porque fracassaram o seu programa de estabilização e a busca de recursos nos EUA e o seu objetivo era mais reaparelhar a economia brasileira nos setores de infraestrutura do que fomentar a indústria pesada.¹⁵³

Seguindo uma linha divergente, tivemos algumas pesquisas que procuraram combater a corrente de interpretação defendida por LESSA & FIORI e VIANNA, equacionando o problema da relação entre “ortodoxia” e “desenvolvimentismo” de forma a sustentar que Vargas sustentou um programa de industrialização. Uma dessas contribuições foi apresentada por Maria LEOPOLDI, que chegou a conclusões contrárias às de LESSA&FIORI-VIANNA e mais próximas as de DRAIBE, quando abordou o papel da burguesia industrial no processo de industrialização brasileira. Analisando a atuação do empresariado no último mandato de Getúlio, esta autora afirma que, neste governo, “havia [...] um *projeto de industrialização*, através do qual o desenvolvimento de alguns setores acarretava o surgimento e o crescimento de novos setores industriais de base, que por sua vez implicavam em aumento da demanda de

¹⁵¹ VIANNA chega a afirmar de Vargas que, desde “a época em que geriu o ministério da Fazenda de Washington Luís até sua morte, as convicções do pensamento ortodoxo foram as suas” (*op.cit.*, p. 107).

¹⁵² VIANNA, *idem.*, p. 16-17.

¹⁵³ Fazendo uma síntese, podemos dizer que VIANNA justifica esta ausência de industrialização por dois motivos básicos: primeiro, porque os pilares do programa econômico de Vargas ruíram ainda na fundação, ao fracassarem tanto a estabilização – devido à volta do déficit público e da inflação – quanto a busca de financiamento junto aos EUA, inviabilizada com a posse de Eisenhower, em 1953. Segundo, porque o autor igualmente negou a existência de um projeto industrializante, pois a preocupação dominante dos investimentos de Vargas, conforme LESSA&FIORI já haviam defendido, seria a ampliação da infraestrutura em transporte e energia, medida que visava vencer os pontos de estrangulamento do aparato produtivo e não deve ser confundida como um bloco integrado de inversões visando à industrialização pesada (VIANNA, *ibidem.*, p. 122).

ferro, aço e de produtos químicos” (LEOPOLDI, 2000, p. 223).

Como justificativa dessa leitura, a autora apresenta a forte influência dos industriais no governo Vargas e na própria elaboração de sua política econômica. Também inclui em seu argumento os programas de governo que resultaram em um significativo crescimento manufatureiro no período.¹⁵⁴ Contudo, LEOPOLDI não retorna à tese clássica do anti-imperialismo, afirmando que Getúlio procurou conciliar as diferentes pressões nacionais e internacionais exercidas sobre o seu governo através de um programa unificado e coerente. Em suas palavras: “[é] preciso compreender a política econômica de Vargas como um *processo de conciliação*, na qual foram apaziguadas tendências contraditórias na medida em que elas encontravam um lugar no interior do aparelho de Estado para se expressarem como ideologia e como política governamental” (LEOPOLDI, 2000, p. 228). Assim, se Vargas mostrava, ao mesmo tempo, um lado “nacionalista” – representado pela AEP, por sua política cambial de proteção industrial e pelo plano de energia – e uma face “internacionalista” – demonstrada pela CMBEU, pelo apelo a investimentos estrangeiros na indústria de veículos e de matérias-primas e pelo Acordo Militar entre Brasil e EUA -, ambos faziam parte de um mesmo programa de desenvolvimento industrial, sem que houvesse “um projeto autárquico, anti-Estados Unidos” (LEOPOLDI, 2002, 35).

Outra interpretação convergente em muitos pontos com DRAIBE e LEOPOLDI é apresentada por FONSECA. Mesmo aceitando que Vargas pretendia estabilizar a economia, o autor rejeitou tanto a tendência a classificar tal pretensão como ortodoxia econômica, quanto a ideia de que a busca da estabilidade financeira tivesse levado o presidente a abandonar seu projeto de desenvolvimento. Analisando os discursos de Vargas durante a campanha eleitoral de 1950 e no transcorrer de seu mandato na Presidência, FONSECA conclui pela clara “existência de um projeto pró-desenvolvimento capitalista, o qual, nesse momento histórico, significa, entre outras coisas (mas principalmente) industrialização e modernização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas dos dois principais setores da produção” (FONSECA, 1987, p. 360). Desta maneira, segundo este autor:

À luz dessas considerações sobre a política econômica, podem-se visualizar as

¹⁵⁴ Sobre a participação dos líderes industriais, a autora cita Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, e Horácio Lafer, ministro da Fazenda, e a própria Assessoria Econômica da Presidência, chefiada por Rômulo Almeida, economista ligado à CNI. Essa presença indicaria a “proximidade que havia entre o Presidente e os industriais” que “viabilizou uma aliança getulista com eles (LEOPOLDI, 2002, 36). Em relação aos programas de governo ela refere especialmente a política cambial de controle das importações, que teria protegido voluntariamente às atividades industriais, e os investimentos em infraestrutura, que alavancou diversos setores produtivos. Como resultado, a “substituição de importações nos ramos da indústria de bens de capital e mecânica foi bastante intensa no governo Vargas” (LEOPOLDI, *idem*, 59).

frações burguesas beneficiadas com o projeto de Vargas e as que lhe faziam oposição. Assim, em linhas gerais, *as burguesias industrial e agrária, através de suas entidades de classe, geralmente colocavam-se na defesa do governo; o comércio exportador e importador – a burguesia compradora – na oposição*. A importância desta constatação reside em colocar em dúvida a vestuta hipótese da aliança entre os setores agrários, a burguesia compradora e o ‘imperialismo’ na luta contra Vargas e a industrialização. (FONSECA, 1987, p. 396).

Em consequência, FONSECA tende a convergir com LESSA & FIORE, D’ARAÚJO e VIANNA quando estes afirmam que Vargas compôs com setores conservadores ao montar seu ministério, que sua “política econômica de curto prazo não foi homogênea nem linear, e nem sempre representou benefícios exclusivos ao setor industrial” e que “realmente não se detecta uma virada no governo a partir de 1953” (FONSECA, 1987, p. 360). Mas discorda deles no que se refere à leitura de que Getúlio foi um “mero administrador de caixa”, envolto em problemas de curto prazo. “Ao contrário”, para o autor, o presidente

propôs e executou medidas de grande envergadura na direção do fortalecimento capitalista. A preocupação com o equilíbrio no balanço de pagamentos, com o déficit orçamentário e com o estrangulamento externo e fiscal – imperativa para quem tem às mãos a máquina estatal – não consegue escondê-las (FONSECA, *idem*, p. 360.).

Segundo o autor, o governo Vargas teria buscado saídas para levar adiante o seu programa de desenvolvimento desde o início, desviando-se, assim, “do pensamento dominante e procurando sempre compatibilizar os desequilíbrios de ‘curto prazo’ aos objetivos maiores de seu projeto desenvolvimentista” (*ibidem*, p. 401). Vargas apresentou, nesse período, um discurso antiliberal e defensor do “planejamento econômico (...) que coloca a produção subordinada aos interesses da comunidade e não aos das minorias” (*ibidem*, p. 335.) e que sustenta “a concepção de que ao Estado cabiam tarefas específicas e de vulto quando se tratava de encaminhar a solução dos problemas do país” (*ibidem*, p. 363).

Contudo, mesmo defendendo o caráter desenvolvimentista do governo, FONSECA não retoma a interpretação nacionalista “clássica” que viu no programa de Vargas um projeto de industrialização autônoma e anti-imperialista. Para ele, devemos descartar as teses polares: nem Vargas promoveu uma “guerra anti-imperialista” nem suas desavenças com a UDN eram desmotivadas. “Seu nacionalismo deve ser entendido sempre em confronto com as suas principais forças de oposição (a UDN, a burguesia compradora), ou seja, levando em consideração a correlação de forças políticas que o explicitam” (FONSECA, 2002, p. 25). Em consequência, mesmo que Vargas defendesse a “independência econômica” do Brasil,¹⁵⁵ isso

¹⁵⁵ Para Pedro FONSECA, “os apelos emocionais à grandeza da Pátria, de seu povo, de sua força e de seu destino continuam semelhantes aos da época da ditadura” e o presidente fazia frequente alusão, especialmente em seus discursos de 7 de setembro, à “luta pela independência econômica e contra o imperialismo”. “Nessas

não implicava na exclusão do capital estrangeiro da economia nacional, pois este era necessário para suprir a carência na poupança interna. Nos momentos em que tratava os investidores externos de forma mais dura, seu objetivo era aumentar o poder de barganha do governo brasileiro “visando a obter ganhos em troca de seu alinhamento” e não hostilizar este capital.¹⁵⁶

Seguindo essas análises, tivemos mais recentemente a tese de BASTOS.¹⁵⁷ Estudando as crises cambiais brasileiras entre 1930 e 1954, com ênfase nas questões de dependência financeira e vulnerabilidade comercial, o autor defende que o Segundo Governo Vargas procurou levar adiante um projeto desenvolvimentista, no que não difere de DRAIBE e FONSECA. O principal acréscimo de BASTOS, porém, está em apontar os limites deste projeto na medida em que os seus programas, como os do setor de energia, tinham como alicerce básico a busca de ajuda financeira dos EUA através de organismos internacionais – o Banco Mundial e o Eximbank –, os quais, todavia, adotavam a orientação norte-americana de não financiar projetos que pudessem concorrer ou barrar os investimentos privados estadunidenses.

De outra parte, BASTOS critica os autores que defenderam a “ortodoxia” do governo Vargas por confundir métodos com fins. Para ele, convergindo com FONSECA, Getúlio sempre se guiou pelo “nacional-desenvolvimentismo, superando a ideologia da 'vocação natural' do Brasil para a especialização primário-exportadora e os dogmas liberais do mercado auto-regulado, que prescreviam limites bem definidos para a ação estatal” (2006, p. 271). Mas era pragmático e buscava atingir esses objetivos de forma experimental e por diferentes métodos de ação, do que resultou uma política em relação ao capital estrangeiro marcada por

três características permanentes do nacional-desenvolvimentismo: 1) pelo anti-liberalismo, ou seja, pela crença de que de que o mercado não era capaz de se auto-regular sem crises econômicas e sociais graves e recorrentes, e muito menos gerar desenvolvimento industrial avançado em países como o Brasil; (...); 2) pelo

ocasiões, diferia a independência política conquistada em 1822 com o almejado por seu governo, mais profunda e custosa, visando à emancipação nacional” (1987, p. 404).

¹⁵⁶ FONSECA, *idem*, p. 407. Segundo o autor, apesar de dar preferência ao capital público internacional, Vargas também desejava atrair capital privado, conquanto fosse possível direcionar a sua aplicação ao desenvolvimento local e evitar que o retorno de lucros e dividendos comprometesse o balanço de pagamentos do país.

¹⁵⁷ Baseamo-nos aqui tanto na tese do autor (BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A dependência em progresso : fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese de Doutorado – Unicamp – Campinas – SP – 2001 (mimeo). Disponível in: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232699>, consultado em 03 de novembro de 2009) e nos seguintes artigos: BASTOS, P. P. Z. . A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia (Campinas)*, v. 7, p. 239-275, 2006 e BASTOS, P. P. Z. . Qual era o projeto econômico varguista?. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Paulo. Anais do XIV Congresso Nacional de Economia Política (Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP, São Paulo, 2009).

oportunismo nacionalista, ou seja, a identificação de oportunidades de realizar barganhas externas que atendessem a finalidades nacional-desenvolvimentistas, e fossem orientadas para maximizar interesses nacionais; 3) a capacidade de adaptação a circunstâncias históricas cambiantes (BASTOS, *idem*, p. 271.).

Com essa exposição, parece-nos que a interpretação sustentada por FONSECA e BASTOS, compreendendo o Segundo Governo Vargas como portador de um projeto desenvolvimentista, é mais convincente do que a tese afirmando a ortodoxia como orientação básica do programa econômico de Getúlio, desde que descartadas questões como anti-imperialismo e “governo popular”.

Quanto a isso, é muito útil levar em conta um alerta de FONSECA, segundo o qual um dos principais erros da interpretação ortodoxa do Segundo Governo Vargas está no uso ahistórico que se faz do conceito de ortodoxia para avaliar a política econômica de Getúlio, retirado da teoria pura e depois aplicado a práticas econômicas concretas. Para o autor, isso é um equívoco porque “a ‘ortodoxia’ deve ser pensada dentro de um contexto histórico determinado, e sempre tendo em vista o que a define como tal nesse contexto – ou seja, em oposição ao que é definido como heterodoxia”. Além disso, tomada de forma genérica, a ortodoxia normalmente corresponde a um conjunto de ideias conservadoras e sem concessão à crítica, enquanto a heterodoxia procura romper com as visões já elaboradas, fornecendo alternativas de pensamento ao conservadorismo econômico.¹⁵⁸ No caso da conjuntura em questão, a heterodoxia foi liderada pela corrente desenvolvimentista e cepalina e representava “uma aversão ao liberalismo tradicional defensor das vantagens comparativas, das finanças sadias e da ausência do Estado de forma atuante em defesa da industrialização” (FONSECA, *loc.cit.*).

Por tudo isso, concordamos com FONSECA quando este conclui que o programa de Vargas pode ser considerado desenvolvimentista e nacionalista. Desenvolvimentista porque estava orientado por uma estratégia de desenvolvimento com participação do Estado na planificação e execução de setores econômicos em que a iniciativa privada não era suficiente, sem se opor ao capital nacional ou estrangeiro. Nacionalista na medida em que o conceito de nacionalismo foi entendido não como “luta antiimperialista”, mas sim como a busca de uma forma alternativa de “alinhamento com os Estados Unidos”. “No contexto da política dominante, este era o *nacionalismo possível* (e, portanto, historicamente nacionalismo)” (1987, p. 407).

¹⁵⁸ Em outras palavras, “o ortodoxo e o heterodoxo não são definidos por atributos prévios, e exige-se concreção histórica: o que era heterodoxo em um momento pode deixar de sê-lo em outro contexto, ou mesmo vir a ser absorvido pela ortodoxia” (FONSECA, 2002, p. 17).

Com esses argumentos é que podemos entender porque, conforme FONSECA, o Segundo Governo Vargas se caracterizou pela existência de um projeto desenvolvimentista, que procurou integrar as oligarquias rurais e mesmo os trabalhadores urbanos, mas que se deu pela *hegemonia* da burguesia industrial.¹⁵⁹ Também se torna mais aceitável a afirmação de BIELSCHOWISK de que este período constituiu um momento de transição no terreno teórico-ideológico no qual o desenvolvimentismo tornou-se a doutrina dominante no debate sobre a economia brasileira e finalmente se efetivou como política pública do Estado no país.¹⁶⁰ Não é de surpreender também que nesse período ocorra o principal momento de associação entre o pensamento cepalino e o debate e a elaboração de políticas públicas desenvolvimentistas no Brasil, cujo ponto culminante foi a V Reunião da Cepal, ocorrida em abril de 1953, no Hotel Quitandinha, em Teresópolis, e que teve, inclusive, o discurso de abertura proferido pelo próprio presidente Getúlio Vargas.¹⁶¹

De tudo isso, podemos concluir que o estudo da forma como a grande imprensa do Rio de Janeiro abordou a política econômica do Segundo Governo Vargas se torna relevante, não apenas para compreender um pouco melhor o posicionamento desta imprensa frente a este governo mas também por nos permitir analisar o processo de legitimação da controversa industrialização planejada brasileira.

Em consequência, nos capítulos seguintes, iremos fazer uma avaliação mais detalhada dos principais programas econômicos do Segundo Governo Vargas, procurando detectar nos mesmos a orientação nacional-desenvolvimentista defendida por autores como FONSECA e

¹⁵⁹ FONSECA, 1987, p. 374. Não se trata aqui de concordar ou não com essa tese, mas de tentar compreender os seus fundamentos e, para tanto, é necessário recordar que o conceito de hegemonia significa a predominância de um projeto de sociedade através da incorporação dos interesses dos grupos subordinados ao mesmo e não apenas de sua eliminação. (Esse conceito será tratado previamente no Capítulo I).

¹⁶⁰ “A partir desse momento e recuperando a trajetória iniciada em sua fase de origem (anos 30-45), o desenvolvimentismo reinstalou-se no aparelho de Estado brasileiro. Seus principais núcleos serão as entidades econômicas federais da capital do país (Assessoria Econômica da Presidência, Banco do Brasil, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), com a diferença, agora, que os técnicos civis teriam mais destaque que os militares” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 341).

¹⁶¹ Conforme LEOPOLDI, esta reunião “simbolizou a aliança entre o pensamento cepalino, o ideário industrial e as políticas de expansão industrial do governo Vargas”, sendo o Brasil, em sua opinião, “o único país da América Latina onde se deu esta convergência de ideias, levando o governo Vargas a criar um organismo de cooperação com a Cepal, e a liderança industrial do país a patrocinar um encontro da Cepal – o de 1953 – e a adotar a sua terminologia” (LEOPOLDI, 2002, 69). Já, segundo BIELSCHOWSKY, a “metodologia básica dos trabalhos de planejamento foi apresentada na Quinta Seção da Comissão Econômica para a América Latina, no Rio de Janeiro, em 1953, ocasião em que se definiu também a constituição do Grupo Misto Cepal-BNDE” (BIELSCHOWSKY, *idem*, p. 147).

BASTOS. Paralelamente, iremos avaliar os jornais selecionados para esta pesquisa no intuito de perceber qual era a sua posição sobre a política econômica de Getúlio e, ao mesmo tempo, a forma como concebiam o processo de transformação pelo qual passava a economia brasileira na conjuntura em estudo.

3 – Programa de Estabilização – conflito entre sanear ou desenvolver

3.1 – Vargas e a campanha contra a inflação

Como vimos na sessão anterior, um dos pontos-chaves na condução da economia do Segundo Governo Vargas ficou por conta da necessidade de atender aos chamados problemas de “curto prazo”, os quais podemos resumir em três itens: o déficit público, a crescente inflação e o déficit no balanço de pagamentos, que nem sempre foram concomitantes, mas estavam interligados.

Nesse Capítulo, iremos trabalhar os dois primeiros, deixando o terceiro, vinculado à política cambial do governo, para ser analisado no Capítulo IV, quando trataremos da questão dos investimentos e do capital estrangeiro.

No que se refere ao problema do déficit público, no dia 05 de março de 1951, o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, apresentou um relatório bastante alarmante sobre as contas federais. Nele se constatava um rombo no orçamento da União calculado em Cr\$ 2,3 bilhões e que poderia atingir a cifra de Cr\$ 6,8 bilhões, caso se incluísse os créditos previstos pelo governo Dutra, mas ainda não liberados (VIANNA, *op.cit.*, p. 72.). Preocupado com o desequilíbrio no orçamento e os seus possíveis efeitos inflacionários e sem desejar aumentar os impostos, o governo anunciou medidas de contenção dos gastos e retenção creditícia, a saber: a) nenhum pedido de crédito seria solicitado pelo Executivo; b) nenhum projeto seria votado sem apresentar receita correspondente; c) redução dos créditos solicitados e não abertos; e d) redução de despesas governamentais. Além dessas medidas mais restritivas, Lafer também elaborou um programa para a melhoria da arrecadação federal (VIANNA, *loc.cit.*).

Ao terminar o ano de 1951, os frutos desses esforços foram bastante surpreendentes. A combinação do controle nas despesas públicas – que subiram, neste ano, apenas 4% em relação a 1950 – com o aumento da arrecadação – que foi 42% superior ao exercício anterior – tornou o déficit previsto em um superávit de Cr\$ 2,8 bilhões. Aliado ao saldo positivo nos orçamentos dos municípios e Estados, tivemos, nas contas públicas, o “primeiro superávit

global [...] desde 1926” (VIANA, *op.cit.*, 73). Com um sucesso um pouco menor, o mesmo foi obtido em 1952, fazendo com que, nos dois primeiros anos da gestão de Vargas, as contas do governo fossem superavitárias.

Tais resultados foram anunciados por Lafer, em março de 1952, como uma grande vitória governamental no saneamento das finanças públicas. Além disso, foram ostentados como um verdadeiro trunfo no combate à inflação, não só pelo ministro da Fazenda, mas também pelo próprio Vargas, como podemos notar pela forma efusiva com que tratou do tema, na Mensagem Presidencial ao Congresso, neste mesmo ano,¹ indicando a sua condição de meta a ser seguida pelo presidente no início de seu mandato.

Estas medidas de austeridade foram bem recebidas por diversos setores da sociedade, como associações de classes dos industriais, que viam com bons olhos medidas de controle do déficit orçamentário, como lembra SOARES (*op.cit.*, p. 91). Porém, não provocaram unanimidade, tendo em vista que cortes de despesas públicas e controle de importações estavam longe de agradar a todos. Desde o primeiro ano da gestão varguista, a oposição udenista explorou estas questões, acusando o governo de promover, por exemplo, o sucateamento da infraestrutura urbana, como a falta de investimentos no setor de transporte. As Associações Comerciais também se pronunciaram com veemência. Muito influentes no meio político-empresarial e representantes do setor de importação e exportação eram as entidades de classe mais incomodadas com os limites impostos ao comércio importador e ao crédito.² O que obrigou Lafer a dar várias explicações públicas sobre as suas medidas, tanto na imprensa, quanto na Câmara dos Deputados.³

As críticas ao primeiro ministro da Fazenda tenderam a se acirrar na medida em que os resultados iniciais no controle do déficit público não se repetiram no terceiro ano de governo⁴

¹ Além dos diversos pronunciamentos de Lafer durante o ano de 1951 e o seu anúncio do superávit do primeiro ano de governo, no início de 1952, Vargas salientou essa “vitória” tanto na Mensagem Presidencial de 31 de janeiro de 1952, referente ao seu primeiro ano de governo, quanto na Mensagem Presidencial ao Congresso, em 15 de março de 1952 (VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. v. 2. Rio de Janeiro : José Olympio, 1969).

² Um dos exemplos desse protesto ocorreu no dia 4 de fevereiro de 1953, quando as Associações Comerciais emitiram nota conjunta condenando a política restritiva do ministro.

³ Para justificar as medidas tomadas pelo governo, Lafer foi convocado pelo Congresso e compareceu na Câmara dos Deputados nos dias 29 de outubro de 1951, 6 de maio de 1952 e 7 de abril de 1953. Nesses momentos, estabeleceu intenso debate, especialmente com o deputado udenista Aliomar Baleeiro, crítico contumaz do governo. Também deu entrevistas explicativas várias vezes, como no dia 24 de agosto de 1952, quando defendeu a sua política de contenção de gastos e restrição das importações, para controlar a inflação e os desequilíbrios no balanço de pagamentos do país. A reprodução integral desses debates pode ser encontrada em: LAFER, Horácio. *Discursos parlamentares* (reunidos por Celso Lafer). Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

⁴ Como lembra VIANNA, em “1953, o déficit da União foi de Cr\$ 2,9 bilhões e o dos Estados e Municípios de Cr\$ 5,4 bilhões”. As despesas federais cresceram em torno de 40,3% em relação a 1952, enquanto a receita aumentou apenas 11% (*idem*, p.109).

e a inflação retornou – dando um salto de 12% para 20,8%, entre 1952 e 1953 -, embora não haja consenso sobre a sua origem. Além disso, durante o transcorrer do mandato de Vargas, não obstante os bons resultados iniciais no controle do déficit público e dos índices animadores de crescimento industrial, ocorreu uma série de problemas que afetaram diretamente a população, em especial nas grandes cidades, os quais se agravaram a partir de 1953. Dessas dificuldades, as mais importantes foram: as carências no transporte urbano – com o desgaste da Central do Brasil, que provocava atrasos nos trens e graves acidentes, ao ponto de dar origem a diversos tumultos e quebra-quebras, em especial no Distrito Federal; as insuficiências no abastecimento das principais metrópoles cidades, provocadas tanto pela queda da produção agrícola de gêneros alimentício,⁵ quanto pela precariedade no sistema de transporte desses gêneros do campo para os centros consumidores, devido a mais de uma década sem recuperação de estradas, trilhos de trens, portos, etc.; por fim, a falta de água potável e de energia elétrica, esta última provocada pela ausência de investimentos em geração e transmissão de eletricidade.⁶

Em consequência, embora grande parte desses problemas tenha sido resultado da própria industrialização acelerada do Brasil, eles provocaram descontentamentos nas camadas mais baixas da hierarquia social. Inicialmente, tivemos o caso dos tumultos e quebra-quebras na Estação Férrea Central do Brasil, os quais, mesmo não constituindo movimentos articulados contra o governo, não deixavam de atingir o seu ministro da Fazenda.⁷ Já o caso da *Manifestação da Panela Vazia*, de março de 1953, em São Paulo, que mobilizou milhares de pessoas contra o aumento do custo dos gêneros alimentícios, pode ser considerado como um protesto à política econômica de Getúlio, ao menos no que se refere a seus resultados imediatos. Por fim, não poderíamos esquecer as diversas greves desencadeadas no período, sendo a principal delas a *Greve dos 300 mil*, em abril de 1953, também na capital paulista, que praticamente paralisou a cidade por vários dias, provocando graves e trágicos conflitos. Mesmo que não tivesse o governo federal como foco, esta paralisação demonstrou o descontentamento dos trabalhadores com as suas condições de vida e indicou como Vargas

⁵ O crescimento da produção de alimentos para o mercado interno teve uma variação positiva, de 1950 a 1951, de apenas 1,7%, sendo que, entre os anos de 1951 e 1952, a variação foi negativa de 1,8, o que só poderia gerar sérios problemas de abastecimento, diante de um crescimento populacional que, como vimos no Capítulo II, era de aproximadamente 3% ao ano. Dados conforme os Relatórios Anuais do Banco do Brasil, publicados em VIANNA, *op.cit.*, p. 81.

⁶ Questões relativas ao problema da energia serão vistas com mais detalhes no Capítulo IV. Uma boa análise do tema, pode ser encontrado em BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base*. Campinas: IE-UNICAMP, 2007 (Texto para Discussão), p. 16.

⁷ Esses acidentes também provocam vários protestos da população, como em 5 de janeiro de 1953, quando, devido a atrasos e precariedades nos trens, houve um quebra-quebra na Central do Brasil, com diversas vítimas.

começava a perder o controle sobre o setor sindical, mobilizado, agora, por militantes comunistas e até trabalhistas mais radicais.

Como forma de dar uma resposta mais imediata a estes problemas, o governo tentou agir de maneira pontual. Uma das alternativas encontradas foi a intervenção direta no abastecimento urbano, com a criação da Cofap, em fevereiro de 1951 – que seria responsável por coordenar e regular o fornecimento de alimentos nas cidades – e a ampliação da Comissão Nacional de Preços, ambas as medidas procurando controlar as vendas a varejo, o que gerava descontentamento entre comerciantes e entre os apologistas das virtudes do livre-mercado.

Mas a atitude mais contundente, sem dúvida, ficou por conta dos reajustes do salário mínimo, com os quais Vargas desejou melhorar, ao mesmo tempo, o poder de compra das massas trabalhadoras urbanas e a sua imagem frente a elas. O primeiro desses aumentos, concedido em dezembro de 1951 e com uma alíquota 216%, não causou maiores repercussões, na medida em que apenas recuperava as perdas remunerativas derivadas de oito anos de inflação constante sem correção do piso salarial do país. O segundo, autorizado em maio de 1954, porém, causou grande reação. Para começar, foi proposto pelo novo ministro do Trabalho de Getúlio, o petebista João Goulart, que assumiu o cargo com a reforma ministerial de 15 de junho de 1953 e cujos vínculos sindicais o tornavam mal visto pela elite econômica nacional. Depois, porque Jango propôs uma elevação de 100% no “mínimo” frente a uma inflação acumulada de aproximadamente 40%, o que implicaria em uma elevação real significativo. Desgastado com a elite e objeto de vasta campanha pública, Goulart acabou saindo do Ministério, no início de 1954, mas o presidente resolveu sustentar mesmo assim o aumento projetado pelo ministro demitido.

É difícil afirmar qual foi a real repercussão dessas medidas entre os trabalhadores urbanos, mas, indubitavelmente, ambas desagradaram os grupos dominantes, inclusive a burguesia industrial. Mesmo estando entre os beneficiados com a política econômica do governo, os líderes industriais condenaram tanto as tentativas de interferência no mercado de varejo, quanto as correções reais de salários. Como argumenta SOARES, o empresariado industrial sempre procurou “desqualificar e boicotar” medidas de repressão ao mercado, sustentando que elas eram coercitivas e iriam desestimular novos investimentos, estagnando o desenvolvimento (*op.cit.*, 96). Já em relação à proposta de aumento de 100 % do salário mínimo, as lideranças empresariais fizeram intensa oposição, não se colocando contra o aumento em si, mas alegando os seus efeitos negativos na economia nacional,

uma vez que iria intensificar o êxodo rural, acentuando os problemas já detectados

nas grandes cidades, tais como falta de moradias, gerando proliferação de favelas, insuficiência dos serviços de saúde, transportes, saneamento, energia elétrica, abastecimento de gêneros alimentícios, etc.⁸

Esses insucessos e medidas pouco afeitas com as prédicas liberais poderiam ser considerados como um abandono da preocupação do governo com a estabilidade financeira e – mais ainda – indícios de que Vargas não seguia uma cartilha ortodoxa? VIANNA responde negativamente. Argumenta que o aumento dos gastos públicos, verificado a partir de 1953, não teve origem em uma política deliberada do governo federal, mas em problemas circunstanciais que este precisou atender.⁹ Além disso, para o autor, o retorno da inflação está menos associado à majoração de gastos públicos do que a uma série de fatores correlatos, como as desvalorizações cambiais, ocorridas entre 1952 e 1953 – as quais aumentaram o preço de determinados produtos – e a queda na produção agropecuária, acirrando o custo de vida.¹⁰ Por fim, mesmo considerando que os aumentos salariais tivessem contribuído para a depreciação da moeda, defende que eles foram motivados por mais razões políticas ao invés de econômicas (VIANNA, *op.cit.*, 82).

Em relação à reforma ministerial, este economista ainda recorda que, se Vargas optou por Goulart como seu novo ministro do Trabalho, escolheu para o lugar de Lafer no Ministério da Fazenda o deputado udenista Oswaldo Aranha. Este, longe de mudar a linha seguida por seu antecessor, apresentou um Plano de Governo – o Plano Aranha – que tinha como uma de suas metas básicas controlar a inflação através do corte de gastos públicos e da restrição de crédito.¹¹

Já os autores que contestam a visão da ortodoxia no governo Vargas apresentam outro entendimento destas questões. Segundo FONSECA, por exemplo, as metas de contenção previstas no Plano Aranha não foram totalmente implementadas e o discurso considerado “ortodoxo” do novo ministro da Fazenda era mais seu do que propriamente de Getúlio.¹²

⁸ SOARES, *op.cit.*, p. 106. Ver também LEOPOLDI (2000, p. 212).

⁹ Como o socorro às duas secas seguidas no Nordeste (1952-53), os custos das eleições municipais e o déficit dos Estados e municípios, na medida em que, apenas para auxiliar o Tesouro paulista, ameaçado de bancarrota, o Banco do Brasil disponibilizou Cr\$ 5 bilhões (VIANNA, *op.cit.* 108-109)

¹⁰ Em 52, os resultados medíocres da agropecuária (secas) levaram a um aumento do custo de vida (20%), enquanto os produtos industriais cresceram menos (apenas 4%) (VIANNA, *idem*, pp. 110-112). Assim, se essa maior necessidade de crédito do setor público levou à emissão de moeda – com aumento de 19,1% nos meios de pagamento –, prejudicando o plano de estabilização do governo, isso foi devido às pressões que desequilibraram as contas públicas mais dos estados e municípios do que da União (*ibidem*, pp. 111-112).

¹¹ Conforme VIANNA, alguns itens essenciais do Plano eram: comprimir energicamente o volume global dos gastos governamentais; baixar o ritmo anual em que se expandem as obras públicas; aplicar às importações rigorosos controles; defender a estabilidade do poder aquisitivo interno do cruzeiro, pela cessação das emissões, etc. Além disso, o ministro prometeu conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização, para aliviar a sobrecarga do balanço de pagamentos (*ibidem*, p. 107-109).

¹² FONSECA, 1987, p. 394. O próprio VIANNA também admite que Aranha não pôde manter uma política tão

Além disso – e aqui encontramos a argumentação que mais nos interessa –, para o autor, o presidente “desviava-se também da ortodoxia da época ao entender que era pelo aumento da produção, e não pelo corte da demanda agregada, que se deveria combater a inflação” (FONSECA, 2002, p. 22).

Pensamento semelhante era compartilhado, embora com algumas diferenças, pelo principal condutor da política econômica de Vargas, o ministro da Fazenda Horácio Lafer, tido por boa parte da bibliografia como um representante da ortodoxia no governo.¹³ Analisando os discursos e a produção intelectual de Lafer, Paulo BASTOS mostrou que o industrial paulista não se limitava a defender uma política monetarista no que concerne ao combate à inflação, pois também sustentava soluções heterodoxas ao problema, como a necessidade de ampliar a produção.¹⁴ O que podemos comprovar pelas próprias declarações do ministro, durante o Segundo Governo Vargas, ao defender, por exemplo, a política econômica do Executivo na Câmara dos Deputados:

Para resolvê-lo [o problema da inflação no Brasil] é preciso controle da expansão dos meios de pagamento, de um lado, e, de outro lado, o estímulo para que a produção aumente a fim de que se estabeleça essa equivalência, que é a solução das dificuldades inflacionárias.¹⁵

Salientamos esta questão porque ela é fundamental para distinguir uma política econômica ortodoxa da desenvolvimentista. Defender a necessidade de estimular a produção em um período inflacionário como forma de combater a inflação e não de agravá-la fugia, como vimos, dos preceitos pregados por liberais como Eugênio Gudín, na medida em que implicava na manutenção ou no aumento dos investimentos na economia e em uma política, senão de expansão, ao menos não-restritiva de crédito.

Vargas não ficou apenas no discurso, pois, como salienta FONSECA, desde o início de seu mandato, promoveu inversões em empreendimento nitidamente produtivos. O que se refletiu

austera, pois, durante sua estadia na Fazenda, tivemos um aumento da emissão de crédito por parte do BB em cerca de 33% – embora argumente que isso foi resultado não de uma política governamental, mas de necessidades da administração pública, de crédito para financiamento de produtos exportáveis e empréstimos “inevitáveis” para o setor industrial (VIANNA, *ibidem*. p. 112).

¹³ Quanto a isso ver, além de VIANNA, *ibidem*. p. 37-38 e, mais recentemente, ARAUJO, V. L. F. C. . *A Criação do BNDE e a controvérsia Lafer-Jafet*. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8º Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju. Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007, p. 01. Disponível in http://www.sep.org.br/artigo/625_ebb6148750ca395b37c96703305e6c2d.pdf, consultado em 16 de dezembro de 2009.

¹⁴ Ver quanto ao tema: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Desenvolvimentismo Incoerente? Comentários sobre o Projeto do Segundo Governo Vargas e as Idéias Econômicas de Horácio Lafer (1948-1952)*. in.: *Economia, Selecta*, Brasília(DF), v.6, n.3, p.191–222, dez 2005.

¹⁵ Essa passagem corresponde ao segundo depoimento de Lafer na Câmara dos Deputado, em maio de 1952, em mais um memorável debate com o deputado udenista baiano, Aliomar Baleeiro, publicado em: LAFER, Horácio. Segundo depoimento na Câmara dos Deputados, 6 de maio de 1952. In: LAFER, *op.cit.*.

em uma relação de formação bruta de capital frente ao PIB nos mesmos patamares da década de 40 e no crescimento das despesas governamentais paralelamente à elevação de receita (1987, p. 401).

Quanto às medidas concretas de aumento da produção, poderíamos citar vários exemplos, desde os investimentos nos setores infraestruturais da economia, até as ações mais imediatas, destinadas a fomentar as atividades agrícolas e industriais, como aquelas veiculadas à campanha que o próprio presidente intitulou de “batalha da produção”. Por ora, contudo, vamos nos deter apenas em um dos elementos desse processo, mas de fundamental importância para a nossa discussão: a posição do governo em relação ao crédito.

Nos dois primeiros anos de governo, as diretrizes gerais em relação ao crédito eram dadas por Horácio Lafer, mas sua execução ficava por conta do presidente do Banco do Brasil (BB), o também industrial paulista Ricardo Jafet.

Para entendermos melhor a controvérsia que se gerou em torno da questão, devemos recordar que, antes da criação efetiva de um Banco Central, o BB assumia um papel bastante hipertrofiado na economia nacional, tendo em vista que ficava responsável pelo controle monetário e era o principal fornecedor de crédito, tanto público quanto privado. Desta maneira, a política adotada pelo banco era altamente impactante na economia brasileira.¹⁶

O problema foi que, como lembra o próprio VIANNA, a linha adotada pelo BB não seguiu exatamente as diretrizes financeiras do ministro da Fazenda. Enquanto Lafer seria defensor de um maior controle do crédito para debelar a inflação, Jafet era mais favorável à sua expansão para fomentar a economia. Como a política saneadora do primeiro exigia unidade de ação do governo, os atritos se tornaram constantes. Lafer procurou submeter o presidente do BB ao Conselho Diretor da Sumoc, sem obter sucesso,¹⁷ o que permitiu a Jafet promover uma extensão do “crédito em atividades econômicas”, o qual subiu de 37,6%, em

¹⁶ Segundo VIANNA (*op.cit.*, pp. 75-78), a inexistência de um mercado de capitais de longo prazo e a precariedade dos bancos particulares faziam do BB a principal fonte de crédito ao setor privado e o único banco de fomento do país, até a criação do BNDE. Além disso, o BB servia como banco rural (Carteira de Crédito Agrícola), como banco comercial (Carteira de Crédito Geral) e era o financiador do governo – fornecendo recursos ao Tesouro, no caso de despesas não cobertas pela arrecadação normal. Como não havia um Banco Central, o BB funcionava como maior autoridade monetária, pois, se ao Conselho da Sumoc ficava as tarefas de fiscalização e controle, a execução da política monetária era responsabilidade do BB (Carteira de Redesconto – Cared – e Carteira de Mobilização Bancária). Devemos considerar que o Cared detinha a prerrogativa de fornecer crédito mediante a apresentação de letras do Tesouro, o que o transformava em um órgão capaz de forçar a emissão de papel-moeda, especialmente para financiar os déficits do governo. Assim, o “Banco do Brasil era, portanto, simultaneamente Banco Central, banco do governo e o maior banco comercial do país” (*idem*, p. 78). Ver também ARAÚJO, *op.cit.*

¹⁷ Como lembra também BASTOS, Lafer procurou estabelecer um controle seletivo de crédito, inicialmente tentando subordinar o BB ao Conselho da Sumoc e, depois, através da criação do BNDE. Ademais, fez campanha contra a expansão creditícia de Jafet tanto na imprensa quanto no parlamento (2005, pp.213-215).

1950, para 59,2%, em 1951, e 62,4%, em 1952, beneficiando especialmente o setor industrial e, segundo a interpretação de VIANNA, anulando os resultados positivos atingidos por Lafer no controle do orçamento Federal.¹⁸ Como podemos compreender este conflito?

Para VIANNA, a atitude de Jafet teria sido a nota destoante do conjunto da política econômica de Vargas, favorável a um crédito restrito conforme era proposto por Lafer. Contudo, BASTOS contesta esta interpretação ao lembrar que não existem indícios de que Getúlio estivesse insatisfeito ou discordasse da gestão de Jafet no BB, até porque o manteve no cargo por dois anos e não aceitou as pressões do ministro da Fazenda para subordinar o banco à Sumoc.¹⁹ Conforme este autor, o próprio presidente abordou diversas vezes a questão do crédito e, nessas oportunidades, defendeu a necessidade da expansão creditícia como arma para a sua “batalha pela produção” contra a carestia e a inflação.²⁰

De outra parte, na medida em que também pregava o aumento da produção como forma de combater o processo inflacionário, o próprio Lafer dificilmente poderia ser um ortodoxo nessa matéria. É o que argumenta BASTOS, para quem Lafer tinha uma visão heterodoxa em relação aos meios de pagamento, afirmando que a “faculdade de emissão” deveria ser uma variável subordinada a objetivos maiores da “condução política da moeda e do crédito, ou seja, o alcance do pleno emprego e do desenvolvimento econômico nacional” (BASTOS, 2005, p. 207).

Sendo assim, o que diferenciava Lafer e Jafet ou mesmo Vargas e Lafer nesta questão?

Segundo BASTOS, as preocupações de Lafer com a inflação tornavam-no um opositor de uma política creditícia muito ampla. Preconizava não a contenção pura e simples mas a “seletividade” do crédito, ou seja, desejava evitar que este fosse dado a atividades especulativas – como o setor imobiliário – para, com isso, canalizar os recursos financeiros em direção a aplicações produtivas, que aumentassem a disponibilidade de bens de consumo. As atividades não essenciais deveriam ser transferidas para o mercado acionário – ainda inexistente no Brasil – e as de retorno mais prolongado – em infraestrutura, por exemplo -,

¹⁸ VIANNA, *ibidem*, p. 77. Para esse autor, na medida em que foram liberadas as exportações com taxa de câmbio sobrevalorizado, “o incentivo ao investimento através da importação de bens de capital foi enorme, ainda mais numa conjuntura em que se tinha como certo o caráter provisório dessa medida” e, assim, “com a demanda pela importação de equipamentos pressionando o crédito e a expansão deste possibilitando a sua realização nos elevadíssimos níveis em que se deu” (*ibidem*, p. 78).

¹⁹ BASTOS, 2005, p. 201. Ver também BASTOS, 2001, p. 362.

²⁰ Nas palavras de BASTOS: “Pode-se concordar que garantir a redução do custo de vida era objetivo de Vargas, mas não se poderia admitir que, para ele, isto devesse envolver uma política creditícia contracionista. A principal crítica a ser feita à interpretação proposta por Vianna é que, para Vargas, combater a inflação e aumentar a produção não eram objetivos tão inconciliáveis a ponto de deverem necessariamente ser tratados em diferentes 'momentos' (seqüenciados e não simultâneos) de seu governo” (2005, p. 201).

teriam linhas distintas de financiamento, como tentou fazer com a criação do BNDE.²¹

Desta forma, o que diferenciava Lafer de Vargas na questão do crédito era mais de tática do que de estratégia. Conforme BASTOS, mesmo defendendo, como Getúlio,

que a expansão do financiamento produtivo seria uma condição para combater a inflação (...), o Ministro da Fazenda sempre postulou uma política de crédito mais seletiva e gradual que aquela que Vargas estaria disposto a apoiar, tanto por motivos econômicos quanto políticos. Mas, por outro lado, Lafer também defendia uma política menos restritiva que aquela que Eugênio Gudim e seus discípulos do ‘grupo sumoqueano’ estariam dispostos a aconselhar e, se possível, permitir, afastando-se concretamente da ortodoxia local (BASTOS, 2005, p. 213).

De qualquer maneira, com base nessa análise, não nos parece mais cabível sustentar a tese de que Vargas, mesmo no que se refere à questão do combate à inflação, tenha seguido uma orientação ortodoxa e, assim, dado prioridade à estabilização financeira em detrimento do desenvolvimento e da industrialização. Em outras palavras – e convergindo com FONSECA -, embora o próprio Getúlio admitisse a impossibilidade de aumentar o crédito como gostaria, parece “bastante aceitável a hipótese de Vargas ter-se afastado da ortodoxia nas questões de crédito, inflação e oferta monetária” (1987, p.389).

Feito essa análise da política varguista no referente à questão do controle da inflação, resta-nos saber: como os grandes jornais da imprensa dita liberal se posicionaram frente a ela? E isso que iremos verificar agora.

3.2 – Imprensa: economia política e política na economia

3.2.1 O Novo governo e a “crise” brasileira

Como vimos no Capítulo I, dos quatros jornais aqui pesquisados, três deram apoio à candidatura de Eduardo Gomes (UDN) à Presidência da República em 1950, a saber: o **Correio da Manhã**, **O Globo** e o **Jornal do Brasil**, enquanto **O Jornal**, da rede *Diários Associados*, teve um posicionamento mais favorável a Getúlio Vargas (PTB).

De qualquer maneira, tanto os jornais apoiadores, quanto os opositores de Vargas

²¹ Podemos ter uma comprovação dessa interpretação de BASTOS na forma como o próprio Lafer explicitou a sua linha de ação nos esclarecimentos à Câmara dos Deputados: “A orientação que transmitia aos setores de crédito foi no sentido de não permitirem que o crédito, instrumento para amparar a produção, fosse transformado num instrumento inflacionário. Desde o início, sustentei a tese de que devíamos fornecer o crédito para a transações legítimas, para o financiamento da produção mas que ele não deveria ir além do limite a partir do qual passa a se tornar inflacionário, atendendo às atividades especulativas e sobretudo amparar estabelecimentos ou firmas que utilizam o crédito para fins que não aqueles necessários ao País” (LAFER, *op.cit.*, 583).

ofereceram grande cobertura à sua posse, em 31 de janeiro de 1951. Em princípio, isso não deve surpreender, na medida em que se tratava da diplomação de um presidente da República, mas, de certa maneira, contraria um pouco a ideia difundida por Samuel Wainer de que a grande imprensa teria tratado Getúlio com uma “conspiração do silêncio”, desde o início de seu mandato.²²

Já em relação à receptividade dada ao novo governo, as reações foram variadas.

No editorial que avaliou o discurso de posse do novo mandatário da nação, o **JB** enfatizou a promessa de Vargas de “esquecer os ressentimentos da campanha (...) a fim de poder concentrar suas energias na **solução dos problemas básicos, notadamente dos assuntos ligados ao sistema econômico**, dos quais depende o bem-estar da comunhão nacional”.²³ Postura que o periódico endossou ao lembrar que “as crises” pelas quais passava o país recaiam “justamente no campo da economia”.²⁴

Os dois outros jornais que não apoiaram a campanha varguista foram um pouco menos receptivos com o novo governo. **O Globo** repercutiu o momento da posse de Vargas com um misto de reserva e ceticismo. No editorial em que comentou a diplomação de Getúlio, salientou que este assumia a Presidência da República em

meio a sentimento contraditório. Se é certo que os contingentes que sagraram a vitória do novo presidente da República confiam na sua ação, como capaz de resolver os difíceis problemas que pesam sobre o povo brasileiro, não é menos evidente que outros setores da opinião pública não conseguem esconder o temor que os empolga a ideia de que possa o antigo ditador conduzir, ainda uma vez, através de rumos (sic) anti-democráticos, os destinos da Nação brasileira, e de repetir erros de inspiração demagógica.²⁵

Contudo, o próprio jornal ponderou que a “situação que o país [enfrentava], singularmente grave, [exigia] da parte de todos os brasileiros, no Governo ou fora dele, esforço dos mais decisivos para a solução das questões pendentes”.²⁶ Desta maneira, mesmo que as desconfianças e ressentimentos fossem “justificados”, “diante do quadro sombrio da situação brasileira”, eles deveriam

²² WAINER, *loc.cit.*

²³ “O novo Governo e os problemas básicos”, *Jornal do Brasil*, 3 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5 (*grifos nossos; na análise que segue dos jornais, todos os destaques em negrito nas citações das fontes serão obra do autor desta tese, desta forma, não iremos salientar novamente o uso deste recurso; por outro lado, empregou-se a convenção, no tratamento das fontes, de indicar, entre parênteses, as palavras ilegíveis nos originais*).

²⁴ “O novo Governo e os problemas básicos”, *Jornal do Brasil*, 3 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5 .

²⁵ “O Novo Governo, a opinião pública e os problemas nacionais”, *O Globo*, 31 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 1.

²⁶ *Idem.*

ceder ao espírito de cooperação de quantos estejam verdadeiramente empenhados no progresso do nosso país.

Sejam quais forem os erros do antigo governante, esperamos do seu patriotismo e da sua experiência um período benéfico para o país, e que não decepcione não só os milhões de brasileiros que lhe sufragaram o nome nas urnas, como todos aqueles que sobrepõem o patriotismo às paixões políticas.²⁷

O **Correio da Manhã** foi ainda mais cético. Em 30 de janeiro de 1951, um dia antes da posse, já anunciava o retorno de Getúlio ao Catete com um editorial cujo título era eloquente: “Às vésperas da decepção”.²⁸ A cópia desse editorial, porém, está ilegível na Biblioteca Nacional (BN), o que nos impede de verificar exatamente o que seria essa “decepção anunciada”. Felizmente, no dia seguinte, o periódico se posiciona novamente em um texto opinativo que, mesmo com algumas lacunas, permite-nos compreender um pouco melhor o quadro decepcionante que preocupa o **CM**:

Em regra, os novos governos são recebidos com boa expectativa. Pode o novo governo do sr. Getúlio Vargas merecê-la?

As dúvidas, neste sentido, são muitas, pois **trata-se de um homem que se repete no governo** – um homem em relação ao qual o (ilegível) todas as esperanças.

O passado é tenebroso. (Ilegível). (ilegível) de golpes contra a (ilegível) que todos os governos (ilegível) instituições. (Ilegível) ele (ilegível) no desempenho de **um cargo a cujo exercício não se adaptou na forma das leis. É esta a suspeição fundamental que desperta a sua presença no governo.** (...)

Essa ausência de (ilegível) com a opinião (ilegível) jogo de malícia, mas deixa avinhar coisa pior, **a incerteza em que ele se descoberta, com relação à escolha de um único ministro, o da Guerra** (ilegível) o seu respeito ou desprezo pelo regime (...).

Em vez de confiar no homem, cumpre apresentá-lo com a sobrecarga de seus velhos erros, conforme fizemos durante sua campanha eleitoral, como temos (ilegível) sem exceção desde (ilegível) eleito, **como faremos, como continuaremos a fazer, na ideia sempre de encontrar nele o pior. É o maior serviço a prestar-lhe.** (...)

Esperamos ... porém de pé atrás e mão na espada.

Nesse longo trecho, apesar das lacunas, é possível identificar dois pontos básicos de preocupação do jornal: o “passado tenebroso” de Vargas associado a “golpes” e a dificuldades de ocupar a Presidência da República, “a cujo exercício não se adaptou na forma das leis”, ou seja, faz-se nítida alusão ao Vargas ditador do Estado Novo; e a escolha do ministro da Guerra, o general Estilac Leal, cujo nome não é citado diretamente no editorial, mas que representaria o próprio desprezo de Vargas pelo regime (entenda-se: democracia representativa). Quanto a este ponto devemos ressaltar, que o **Correio** vai defender, durante a permanência de Estilac no governo, que a sua presença no Ministério de Getúlio nada mais era do que uma estratégia do presidente para dividir o Exército e, assim, abrir o caminho para

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1951, primeiro caderno, página 4.

um novo golpe de Estado.²⁹

Diante desse quadro sombrio, o **CM** é claro: ao invés de confiar “no homem”, o melhor a fazer é “apresentá-lo com a sobrecarga de seus **velhos erros**”. Em outras palavras, apenas a desconfiança (“de pé atrás e mão na espada”) parece ser prudente frente a um presidente com passado golpista e que agora ascende ao poder escudado por um ministro da Guerra conhecido por sua “solidariedade com os comunistas e [política] inamistosa com os Estados Unidos.”

Em relação ao **O Jornal**, periódico mais próximo à candidatura de Vargas, a cobertura da posse tomou um sentido completamente oposto à do **Correio da Manhã**. Com efeito, **OJ** procurou salientar o significado da vitória eleitoral de Getúlio para a consolidação do regime democrático brasileiro, tentando associá-la à continuidade e não à ameaça da democracia. Ao nosso entender, porém, o periódico parece querer não apenas contestar a ideia de que a volta de Vargas ao Catete era a reedição da ditadura, mas também lembrar o próprio presidente do seu “compromisso histórico” com o regime democrático, apostando as suas fichas que ele seguirá por este caminho.³⁰

Por outro lado, **OJ** também defendeu a necessidade da construção de um “Governo de colaboração nacional”, em torno de Vargas,³¹ objetivando convencer não apenas os derrotados nas eleições presidenciais a buscarem uma aproximação com o governo, mas também o próprio Getúlio a tomar a iniciativa desse casamento político, tendo em vista a natural desconfiança que os demais partidos poderiam nutrir contra ele, dado o seu histórico de ditador.³² A preocupação do jornal, porém, não está centrada no risco do retorno da ditadura,

²⁹ “**O que importa no Governo do sr. Getúlio Vargas é a escolha que ele fez do ministro da Guerra**, porque esta, como escrevemos ontem, seria realmente **definidora de seu respeito ou do ser desprezo pelo regime, pelas instituições democráticas** em relação às quais sempre houve, da **parte do sr. Getúlio Vargas, precedentes de hostilidade e traição**. (...) **Dividir o Exército com o general Estilac Leal ou outro – é um plano sem dúvida conveniente para quem se manteve outrora no poder mediante habilidades análogas**; mas pode resultar mal, inclusive no pior, que é a subversão do país. Não se engane o sr. Getúlio Vargas: **todos já o conhecemos bastante para não tolerar suas velhas mágicas**” (“O ministério”, *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1951, Caderno 01, página 04).

³⁰ Segundo **O Jornal**, se Getúlio era um dos criadores das instituições democráticas modernas do Brasil – com a instituição da Justiça Eleitoral e do voto secreto, depois da Revolução de 30 –, ele também fora o antigo chefe da ditadura estadonovista, que fechou o Congresso Nacional e governou sem legislativo. Desta forma, a sua presença na Presidência portava essas duas virtualidades. Ver: “Governo de colaboração nacional”, *O Jornal*, 12 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 4, “Conquista definitiva, concreta e irrevogável”, *O Jornal*, 28 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 4 e “O preâmbulo da Mensagem Presidencial”, *O Jornal*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 4.

³¹ “Governo de colaboração nacional”, *O Jornal*, 12 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 4.

³² Sendo o antigo chefe do Estado Novo que volta ao poder, “[C]umpre-lhe fazer o gesto de conciliação e boa vontade, propondo aos partidos políticos da democracia a formação de um governo em que cada um deles aceite uma parcela de responsabilidade. Assim o exigem os interesses da política, assim o reclamam as conveniências da situação internacional” (“O preâmbulo da Mensagem Presidencial”, *O Jornal*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 4).

mas na possibilidade de Getúlio direcionar ou ter seu governo direcionado para a aplicação exclusiva do programa do PTB.³³

Em suma, percebe-se nessa abordagem da posse de Vargas pelo **O Jornal**, uma *estratégia*, no sentido de Bourdieu, bastante intrincada: primeiro, este periódico procura retratar o governo de Getúlio como portador ou como tendo à sua disposição alternativas possíveis, embora contraditórias (ditadura x democracia; exclusividade petebista x governo de conciliação); depois, tenta identificar este governo com uma dessas alternativas – a qual parece pretender também se associar (democracia e governo de conciliação) – quer seja para rebater as suspeitas dos adversários de Vargas (retorno da ditadura), quer seja para intimar o próprio presidente para agir nesse sentido (compromisso com a democracia e governo de conciliação).

Apesar de a receptividade frente ao governo de Vargas ter sido variada, houve, porém, convergência entre os jornais sobre quais seriam os principais desafios a serem enfrentados pelo novo presidente: os problemas econômicos imediatos que assolavam o país.

O **JB**, logo na posse, já mencionava a necessidade de Vargas enfrentar de imediato “as crises” pelas quais o Brasil passava. Se recuarmos um pouco, teremos um quadro mais completo dessas “crises”, quando o periódico analisou a herança deixada por Dutra a Getúlio:

A depreciação da moeda, em razão de seu poder de compra ser cada vez mais reduzido, foi e continua sendo o grande mal desta fase difícil que se atravessa.

Verdadeira *via-crucis* que há de subsistir por tempo imprevisível, tem sua origem definida e quiçá agravada no decurso do Governo prestes a terminar, devido ao aumento crescente das despesas orçamentárias sem equilíbrio possível com a receita. Subiram de muito as responsabilidades do Tesouro Nacional. (...)

É fenômeno da hora que passa. Tudo se desarticulou diante da **investida ao recurso das emissões de papel-moeda como único meio de atender às necessidades do País, seja no setor dos financiamentos úteis à sua própria economia**, seja na cobertura dos gastos demasiado excessivos. Não se pensa senão em fazer crescer o volume dos déficits.³⁴

Em outras palavras, o principal problema apontado por esse diário era o “surto

³³ Esta questão que é diretamente abordada pelo editorial que avaliou a Mensagem de Vargas ao Congresso, de 1951: primeiro, o jornal lembrou que seria normal o novo presidente interpretar a sua “vitória nas urnas (...) como um mandato do povo para que continue as **reformas sociais** iniciadas nos seus quase quinze anos anteriores de governo” (ou seja, a legislação trabalhista), tendo em vista que a “maioria do eleitorado”, ao elegê-lo, “(fechou) ao mesmo tempo no programa do Partido Trabalhista Brasileiro igual apoio”; depois, porém, ele alertou a Getúlio que o PTB era um partido minoritário e, desta maneira, não poderia “pretender que o povo lhe tenha dado mandato e autorização para realizar as reformas específicas do seu programa político e social”, havendo a necessidade de buscar a conciliação com os demais grupos políticos, sem a qual nenhum programa de governo seria viável (“O preâmbulo da Mensagem Presidencial”, *O Jornal*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 4.).

³⁴ “Fenômeno da hora que passa”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 5.

inflacionário dominante”, que aqui aparece associado à questão da “depreciação da moeda”, “o grande mal desta fase difícil que se atravessa”, cuja origem estava no “aumento crescente das despesas orçamentárias sem equilíbrio possível com a receita” e a sua “inevitável consequência”: a “investida ao recurso das emissões de papel-moeda como único meio de atender às necessidades do País” (*idem*). Ou seja, a preocupação essencial é com o processo inflacionário derivado do déficit público e da consequente emissão fiduciária utilizada para saldá-lo, questões que irão nortear a análise do jornal durante todo o governo Vargas, que fez do tema do orçamento equilibrado uma verdadeira *campanha*, uma *bandeira* em torno do qual procurou marcar a sua presença no debate público.³⁵ O jornal parece estabelecer uma relação causal direta entre as emissões monetárias, a inflação e o aumento do custo de vida, aproximando-se, ao menos nesses momentos, de uma percepção monetarista do fenômeno inflacionário.³⁶

O **Correio da Manhã** seguiu uma linha semelhante ao **JB**. Desde o início do governo Vargas, endossou o discurso de que um dos elementos centrais da crise econômica brasileira era o problema da inflação e que esta tinha na expansão dos meios de pagamento, tanto da moeda quanto do crédito imoderado, uma de suas causas essenciais.³⁷ Chegou, inclusive, a combater a “teoria” que defendia ser a inflação uma forma de alavancar o nosso

³⁵ Para o **JB**, as contas federais eram mera ficção, porque, além de o Executivo fazer uma projeção irrealista de gastos, o Congresso ainda incluía despesas extras depois da aprovação do documento final, sem estipular as receitas necessárias para cobri-las, tornando-o inútil. A consequência inevitável era a emissão de moeda, verdadeiro mal do qual padecia a nação. Quanto a isso, ver: “O Governo e a Execução orçamentária”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, Caderno 1, página 5, “Para que orçamento?”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1951, caderno 1, página 5). O mesmo tema aparecerá em: “O déficit orçamentário e o déficit real”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1951, caderno 1, página 5, “Os compromissos do Tesouro em 1951”, *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1951, caderno 1, página 5, “A ilusão do saldo orçamentário”, *Jornal do Brasil*, 1 de dezembro de 1951, caderno 1, página 5, “Como são feitos os orçamentos...”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1952, caderno 1, página 5 e “O Orçamento para 1954”, *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1953, caderno 1, página 5.

³⁶ Por exemplo: “Entre esses fatores preponderantes na fixação dos preços se inclui, em primeiro lugar, a desvalorização da moeda, como consequência das constantes emissões de papel fiduciário. Essa verdade, que nos legou a economia clássica, continua a dominar o sistema dos mercados, imperando, impondo rumos” (“O combate à crise econômica”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1951, Caderno 1, página 5). Ver também “A situação financeira do País”, *Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1951.

³⁷ Como podemos perceber por este trecho no qual comentou relatório do ministro da Fazenda de Lafer sobre a questão: “Já tem mais de uma dezena de anos a **crise econômica e financeira, gerada no processo inflacionário, que desencadeou as emissões a jato de papel-moeda, o crédito desordenado e tumultuado, o desprezo à moeda e o delírio das especulações**, tudo o que provoca **uma ilusão momentânea de prosperidade e riqueza, mas representa o caminho aberto para o caos**. (...) Cresceu, de exercício em exercício, o déficit orçamentário, e para cobri-lo o governo não encontrava senão nas emissões envenenadoras um alívio precário e momentâneo” (“Agora as providências”, *Correio da Manhã*, 8 de março de 1951, Caderno 1, página 4). Ver também: “As razões da crise”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4, “Política Financeira”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Catarse”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “Emissões”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1952, Caderno 1, página 4 e “A moeda e os preços”, *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

desenvolvimento, diante da falta de alternativas para financiá-lo.³⁸ Porém, devemos salientar que este tema não chegou a receber o destaque com que foi tratado no **Jornal do Brasil**, sendo abordado de forma mais esporádica pelo **CM**.

Já no que se refere a **O Jornal**, encontramos alguns traços de semelhança com os diários anteriores no que diz respeito à compreensão da “crise brasileira”, associada ao tema da inflação, dos déficits orçamentários e das práticas emissionistas.³⁹ Entretanto, referências a uma crise generalizada são pouco comuns nesta publicação, que normalmente mencionou a palavra crise mais para se referir a questões localizadas (“crise da pecuária”, “crise dos transportes”, etc.) do que qualificar a situação geral do país. Em um determinado momento, este diário até afirma que era exagerado falar em “crise”, endossando um discurso do ministro da Fazenda Horácio Lafer:

O ministro da Fazenda mostrou que não pode haver crise econômica em um país onde as atividades industriais, comerciais e agrícolas são altamente remuneradoras, como se pode verificar com os grandes lucros obtidos, segundo se vê no imposto sobre a renda e não existe o problema do desemprego.

Por acaso não é um ótimo sinal de saúde econômica, receberem os capitais empregados juros remuneradores e haver emprego abundante para quem deseje trabalhar?⁴⁰

Por fim, quando analisamos **O Globo**, percebemos maior proximidade com **O Jornal** do que com os demais periódicos, na medida em que as suas referências à crise são mais esparsas e, muito embora venham associadas a problemas como as dificuldades do abastecimento urbano⁴¹ e a “produção escassa e produção cara”,⁴² não é mencionado diretamente o termo inflação. Além disso, ao se referir à inflação, as emissões monetárias raramente são lembradas e, quando o são, aparecem mais como consequência ou sintoma do problema do que propriamente como a sua causa.⁴³

³⁸ “A falta de coordenação”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1952, Caderno 1, página 4.

³⁹ “O que acontece é que o dinheiro emitido contribui para desvalorizar a moeda, produz inevitavelmente a alta dos preços e acarreta o mal estar social que é sempre a causa primeira das perturbações política. Não se conhece exemplo de uma emissão que não tenha tido esses efeitos catastróficos” (“A exposição do ministro da Fazenda” *O Jornal*, 31 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4). Outro exemplo pode ser encontrado em: “A fatalidade da inflação”, *O Jornal*, 17 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4.

⁴⁰ “O governo não é tudo”, *O Jornal*, 3 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁴¹ Ver, por exemplo: “Importar não basta”, *O Globo*, 17 de janeiro de 1951, Caderno 01, página 1, “Nem carne nem peixe”, *O Globo*, 21 de janeiro de 1951, Caderno 01, página 1, “A máquina de triturar verbas orçamentárias”, *O Globo*, 9 de abril de 1951, Caderno 01, página 1 e “Omissão inaceitável”, *O Globo*, 30 de maio de 1951, Caderno 01, página 1.

⁴² “Lição esquecida”, *O Globo*, 14 de maio de 1953, Caderno 01, página 1.

⁴³ Tal foi o caso do editorial “Urge uma medida de Salvação Nacional”: É preciso, desde logo, estabilizar os preços e os salários, para que o dinheiro não perca, do dia para a noite, o seu poder de compra. **A inflação, que dentre nós não pode ser negada, pois as continuadas emissões aí estão para atesta-la, é uma calamidade coletiva**” (*O Globo*, 29 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 1).

3.2.2 – Os ministros da Fazenda e a política de estabilização

Com base nesse levantamento sobre as expectativas dos jornais diante do novo governo e das principais dificuldades que ele deveria enfrentar, vamos avaliar a forma como os mesmos se posicionaram frente às principais medidas do Executivo para combater a inflação.

Se centrarmos a análise no primeiro ministro da Fazenda de Vargas, Horácio Lafer, e nas medidas que ele adotou para debelar o problema do déficit público e da inflação, verificaremos que houve uma ampla aceitação, tanto da figura do ministro quanto da política econômica implantada por ele.

Dentre os periódicos pesquisados, o **Jornal do Brasil** foi quem, além de demonstrar uma preocupação mais saliente com a inflação e os déficits orçamentários, apresentou o maior entusiasmo na escolha de Lafer para o cargo, especialmente em virtude do compromisso que este havia demonstrado com as “**velhas fórmulas financeiras** que sempre fizeram a riqueza e a prosperidade das nações: compressão dos déficits, aumento da produção, equilíbrio orçamentário.”⁴⁴ Este jornal também tomou uma posição amplamente favorável às primeiras propostas de Lafer, afirmando ser “de louvar o procedimento do ministro da Fazenda, aprovado pelo Presidente da República, reduzindo as despesas orçamentárias de modo a fazer desaparecer o déficit assinalado na lei de meios” e que, tal procedimento, “[j]á é alguma coisa e representa uma tendência que deve ser considerada como um magnífico sinal”.⁴⁵

O **Correio da Manhã** seguiu uma linha de argumentação semelhante, não se furtando em endossar as primeiras medidas de Lafer, como podemos perceber na forma com que abordou o seu relatório sobre as finanças do país, defendendo que ele “[era] um documento que não [poderia] ficar sem consequências, tal a objetividade com que [expressou] a péssima situação financeira do país”.⁴⁶ O **CM** também deu destaque e endossou as principais ações tomadas pelo novo ministro no combate à inflação, desde o anúncio alarmante do déficit orçamentário previsto para 1951, até a apresentação dos resultados positivos obtidos pelo

⁴⁴ Além disso, o **JB** ainda afirmou “que ninguém, neste instante, [está] mais preparado para ser útil (*ilegível*) plano de soerguimento econômico e financeiro do País, que o sr. Horácio Lafer” (“A missão do ministro da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 5). Antes da posse, quando o seu nome é anunciado, o jornal argumenta que “[d]as pastas do novo governo nenhuma sobreleva em importância à do Ministério da Fazenda, que foi entregue a um elemento de real experiência” (“A importância da pasta da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 8 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5). Ver também: “Em torno do relatório da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

⁴⁵ “O déficit orçamentário e o déficit real”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁴⁶ “Política Financeira”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4.

governo.⁴⁷

O Globo igualmente se demonstrou favorável à política econômica inicial de Lafer. Em março de 1951, em um editorial intitulado exatamente “O déficit”, tratou de forma positiva as suas propostas para debelar a inflação, o que também pode ser percebido nas reportagens do jornal sobre as principais ações do ministro na aplicação deste programa.⁴⁸ O mesmo podemos encontrar em **O Jornal**, que considerou da seguinte maneira as primeiras medidas apresentadas por Lafer:

O ato do governo, em virtude do qual o ministro da Fazenda, sr. Horácio Lafer, enfeixará nas mãos a execução da política financeira do presidente da República, está destinado a produzir os melhores resultados para a economia do país e o necessário saneamento de suas finanças. (...) Não é preciso lembrar a competência do ministro, a sua experiência dos negócios públicos no trato precisamente dos assuntos da especialidade de sua pasta.⁴⁹

No decorrer da gestão do ministro, é possível identificar constantes demonstrações de apoio por parte dos jornais pesquisados. De todas essas manifestações, merece destaque o posicionamento nos depoimentos de Lafer à Câmara dos Deputados.

O Jornal do Brasil argumentou, sobre o primeiro desses depoimentos, ocorrido no dia 29 de outubro de 1951, que a “presença do ministro da Fazenda, na Câmara Federal, não foi apenas uma grande vitória para o Governo, mas um magnífico espetáculo de democracia”; afirmou, ainda, que Lafer enfrentou o questionamento dos deputados, defendendo com “serenidade” e “brilho” os atos do Executivo, “inspirados todos na mais alta e patriótica

⁴⁷ Por exemplo: “Quase sete bilhões de déficit orçamentário”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 8, “Agora as providências”, *Correio da Manhã*, 8 de março de 1951, Caderno 1, página 4. Ver também: “Maior superávit já verificado na história do país: o presidente da República louva o trabalho do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 15 de março de 1951, Caderno 1, página 8 e “Um quadro da situação do país: Sr. Horácio Lafer indica os rumos da política financeira do governo”, *Correio da Manhã*, 24 de agosto de 1952, Caderno 1, página 8. Como exemplo de um editorial elogioso da atuação do ministro, podemos citar: “Catarse”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

⁴⁸ *O Globo*, 9 de março de 1951, Caderno 1, página 3. Em outro momento, afirmou: “Para quem quer que, justamente alarmado, considere o abuso com que, ultimamente, se tem disposto dos dinheiros públicos, as declarações do Sr. Horácio Lafer, ontem publicadas, não deixam de ser tranquilizadoras. (...) Se efetivamente o ministro da Fazenda seguir a orientação, mais uma vez indicada nas suas declarações de ontem, não deixará de prestar os melhores e mais urgentes serviços ao Brasil” (“O que o Brasil exige”, *O Globo*, 15 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 1). Ver também: “Os sinais de perigo estão presentes”, *O Globo*, 17 de abril de 1951, Caderno 1, página 3, e “Moralização e defesa dos cofres públicos”, *O Globo*, 5 de maio de 1953, Caderno 1, página 1. Nas reportagens, **OG** ofereceu um bom destaque às declarações de Lafer denunciando o déficit público projetado para 1951 e às medidas que o ministro apresentou para sanear-las, as quais ocuparam a manchete do dia 16 de fevereiro de 1951 (“Urgente redução do espantoso déficit”, *O Globo*, 16 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 1 e 2).

⁴⁹ “Firmeza na orientação financeira”, *O Jornal*, 8 de março de 1951, Caderno 1, página 4. Foi dado também grande destaque às ações do ministro no espaço informativo, que ocuparam seguidamente as manchetes deste diário: “Demonstração fiel da situação econômico-financeira do país”, *O Jornal*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Novas providências para enfrentar o déficit”, *O Jornal*, 16 de março de 1951, Caderno, páginas 1 e 6, “Todo o apoio ao ministro – Solidariedade de S. Paulo à política de Lafer”, *O Jornal*, 9 de março de 1951, Caderno 1, página 1.

preocupação de realizar a recuperação econômica e financeira do país”, atos estes que revelavam “a firme decisão de que está animado o presidente da República de restaurar a fazenda nacional.”⁵⁰

O **Jornal** seguiu caminho semelhante, referendando a participação de Lafer nos esclarecimentos prestados à Câmara dos Deputados, chegando a considerar o primeiro deles, na reportagem referente ao tema, como uma “vitória verdadeiramente consagrada”, que deveria se refletir em um futuro “apoio (...) em todas as medidas tendentes à obra de restauração econômica e financeira do país”.⁵¹ No jornal **O Globo**, não encontramos editoriais específicos sobre esses depoimentos, embora possa-se afirmar que a repercussão no espaço informativo foi bastante favorável ao ministro. A reportagem que abordou a primeira sessão, “Política Financeira posta às claras”, constituiu a manchete do dia 30 de outubro de 1951 e o subtítulo foi francamente pró Lafer:

“O ministro da Fazenda dominou a Câmara com sua sinceridade” – “O sr. Aliomar Baleeiro elogiou a franqueza do sr. Horácio Lafer – ‘Ontem foi um dia de vitória para o regime’, afirmou o sr. Ruy Ramos – O sr. Armando Falcão reconhece que sua Ex. ‘Se saiu muito bem em sua exposição’ – ‘Um homem de talento que sabe o que quer’, afirma o sr. Heitor Beltrão”.⁵²

Por fim, o **Correio da Manhã** demonstrou ênfase ainda mais positiva aos depoimentos do ministro que os demais jornais. Em 1952, na segunda convocação, elogiou os resultados e o domínio que Lafer apresentava da situação financeira do país⁵³ e, na terceira, em 1953, não se limitou a defender a política econômica do ministro de Vargas, como ainda criticou pesadamente os udenistas que insistiam em tentar desestabilizá-lo:

⁵⁰ “Espetáculo de democracia”, *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5. Esse primeiro depoimento obteve repercussão favorável mesmo no setor informativo do jornal, como podemos ver pela matéria “Na Câmara o Ministro da Fazenda” (*Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1951, Caderno 1, página 6), onde afirma-se que “o titular da Fazenda satisfaz todas as curiosidades, tendo ocasião de dizer quais as medidas da política antiinflacionista do Governo e demonstrando que este marcha para a normalização orçamentária e financeira baseada no aumento da produção”. O mesmo posicionamento pode ser encontrado quando do terceiro depoimento: “O ministro da Fazenda perante a Câmara dos Deputados”, *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1951, Caderno 1, página 5.

⁵¹ “Regularização das finanças até o fim do ano”, *O Jornal*, 30 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1 e 6. Nessa reportagem, ainda se afirma: “Manteve-se o sr. Horácio Lafer com absoluta segurança diante dos apartes e das insinuações mais impertinentes do sr. Aliomar Baleeiro, que é o adversário mais tenaz do governo atual”. Esse depoimento igualmente foi elogiado no editorial que tratou do tema (“A exposição do ministro da Fazenda”, *O Jornal*, 31 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1. OJ-31/10/51-E-1/4). O mesmo ocorrendo na sua segunda participação na Câmara, no editorial “As finanças do país e a prática do regime” (*O Jornal*, 9 de maio de 1951, Caderno 1, página 4).

⁵² “Política Financeira postas às claras” (*O Globo*, 30 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1). Na terceira participação de Lafer no Parlamento, a o título da reportagem correspondente foi: “Saiu-se bem o ministro da Fazenda” (*O Globo*, 8 de agosto de 1953, Caderno 1, página 1 e 8).

⁵³ “A exposição do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

O ministro comparece, ocupa a tribuna durante longas horas, expõe com brilho e competência as diretrizes de sua gestão e, diante de uma Câmara empolgada por seu discurso, revida, esmagadoramente, a algumas interpelações primárias e toscas que lhe formula o sr. Baleeiro.

As convocações do sr. Horácio Lafer têm sido uma das melhores formas de prestigiar o governo – o que é difícil e raro – e de valorizar o ministro da Fazenda. Mas a UDN e, em particular, o sr. Aliomar Baleeiro ainda não viram isto. E muito menos se aperceberam do ridículo de que se cobrem ao exercer tal papel.⁵⁴

Com base na análise do posicionamento dos jornais frente à gestão de Lafer na Fazenda, surge uma questão importante para a nossa análise: ela seria estrita ao próprio ministro ou poderia ser estendida para todo o governo Vargas e, em especial, para o próprio presidente?

Se estendermos a nossa avaliação em direção ao segundo titular da Fazenda de Getúlio, Oswaldo Aranha, podemos notar que o apoio à política de estabilização se manteve. Embora periódicos como **O Jornal** e **O Globo** tenham lamentado a exoneração de Lafer, em linhas gerais, houve aprovação tanto acerca do nome de Aranha quanto das diretrizes adotadas por ele no combate à inflação, consideradas uma continuação do programa de seu antecessor e até mesmo um revigoramento do combate à inflação.⁵⁵

O Globo, por exemplo, comentou assim a escolha de Aranha para o cargo:

Tem o Brasil, desde ontem à frente da pasta das finanças uma das figuras mais marcantes de nossa vida pública, político de inegável personalidade, cujo prestígio, tanto interno quanto externo, constitui, sabidamente, uma reserva para a qual costuma apelar o sr. Getúlio Vargas. (...)

Já no seu discurso de posse o sr. Oswaldo Aranha deu provas de realismo na interpretação da conjuntura econômico financeira.⁵⁶

Este jornal ainda deu destaque positivo às principais medidas de Aranha no combate à inflação, que foram consideradas coerentes com o programa de Lafer.⁵⁷ Manteve, também, o apoio ao ministro, mesmo no tumultuado ano de 1954, quando o governo imergiu na fase de maior desgaste político e econômico.⁵⁸

⁵⁴ “O espetáculo e o negócio”, *Correio da Manhã*, 8 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

⁵⁵ Houve, porém, divergências em relação à questão cambial, mas essa será trabalhada no Capítulo posterior.

⁵⁶ “O novo ministro da Fazenda”, *O Globo*, 19 de junho de 1953, Caderno 1, página 1.

⁵⁷ As ações e discursos do novo ministro ocuparam diversas vezes a manchete do jornal, por exemplo: “Emissão, só em último caso: O ministro da Fazenda torna público, pela coluna de **O Globo**, a sua patriótica feita durante a reunião ministerial”, *O Globo*, 11 de agosto de 1953, Caderno 1, página 1, “‘Estou otimista’, diz o Sr. Oswaldo Aranha sobre a situação financeira do país”, *O Globo*, 1 de setembro de 1953, Caderno 1, página 1, “Novas perspectivas econômicas para o Brasil – Bem recebido pelos Senadores as exposições do ministro Oswaldo Aranha”, *O Globo*, 2 de setembro de 1953, Caderno 1, página 1. Além disso, um dos depoimentos de Aranha na Câmara dos Deputados, foi assim repercutido pelo jornal: “O Sr. Getúlio Vargas encontrou o Sr. Oswaldo Aranha para salvá-lo: Muito bem recebido pela Câmara a exposição do ministro da Fazenda – Sobre a situação econômica do país”, *O Globo*, 2 de outubro de 1953, Caderno 1, página 6.

⁵⁸ Veremos esse tema com mais detalhes além, mas aqui importa ressaltar a defesa de Aranha, mesmo quando se

No caso do **Correio da Manhã**, nossa análise fica prejudicada, pela indisponibilidade de acesso às fontes, quando fizemos a nossa pesquisa empírica. Entretanto, no ano de 1954, em meio ao turbilhão de acusações contra Vargas, o jornal definiu e defendeu as bases do Plano Aranha da seguinte maneira:

Uma tentativa de **ordenação nos negócios públicos**, de **estabilidade econômica**, de **mais exata correspondência entre preços e salários**, um combate, em suma, à ilusão de mais papel-moeda como instrumento cada vez menor de compra. Sobretudo, o sr. Oswaldo Aranha pretendia a **valorização da moeda como expressão de segurança econômica e como consequência máxima de sua política**.⁵⁹

O Jornal do Brasil e O Jornal foram os periódicos que mais se posicionaram a favor de Aranha ao ministério da Fazenda. Logo no anúncio do seu nome, o **JB** saiu em defesa do novo ministro frente à acusação de que ele não estaria a par dos assuntos econômicos brasileiros.⁶⁰ Depois, continuou repercutindo positivamente os discursos e as medidas adotadas por Aranha e manteve o seu apoio no complicado ano de 1954.⁶¹ Um aspecto interessante, porém, é que o **JB** foi o único periódico que associou a ascensão de Aranha a censuras ao seu antecessor, que tanto elogiara no início do governo Vargas. Porém, a crítica deste jornal não visava defender uma mudança radical na política econômica do governo, mas para ressaltar que a posse de Aranha poderia significar um revigoramento da luta anti-inflacionária que tinha arrefecido no último ano da gestão de Lafer.⁶²

O Jornal também deu apoio ao novo ministro e às suas principais medidas,⁶³ mas diferiu do **JB** porque foi o periódico que mais procurou associar a gestão Aranha com a preservação do trabalho positivo de Lafer no Ministério da Fazenda, enfatizando a necessária continuidade entre os dois. Como ficou claro no editorial que comenta o anúncio do novo

anunciava que ele podia ser exonerado ou pedir demissão: “Mobilização das forças construtivas”, *O Globo*, 8 de maio de 1954, Caderno 1, página 1.

⁵⁹ “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1954.

⁶⁰ “*Transmissão de pastas*”, *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1953, Caderno 1, página 5.

⁶¹ Sobre um depoimento que Aranha deu na Câmara dos Deputados, comentou: “Previmos, há dias, o seu triunfo, vitória da sinceridade, da lealdade, da franqueza corajosa com que precisa suas responsabilidades e aponta as dos outros: triunfo, sobretudo, da consciência patriótica, que não o induz a procurar escapatórias e desvios didáticos para transformar uma altíssima questão de interesses nacionais, matérias e morais em mesquinhos pretextos, quer de desabafos partidários, quer de euforia governamental” (“Triunfo atômico”, *Jornal do Brasil*, 3 de outubro de 1953, Caderno 1, página 5.). Em relação a 1954, ver: “Exemplo de zelo ministerial”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 5.

⁶² *Idem*.

⁶³ “Paz para o trabalho”, *O Jornal*, 20 de outubro de 1953, Caderno 1, página 4. O endosso ao “esquema Aranha”, como o periódico passou a chamar o Plano Aranha, continuou no ano de 1954: “O governo e a situação financeira”, *O Jornal*, 12 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4, “O êxito do esquema Oswaldo Aranha”, *O Jornal*, 13 de março de 1954, Caderno 1, página 4 e “Um ano de esforços profícuos”, *O Jornal*, 20 de junho de 1954, Caderno 1, página 4, que comentou, elogiosamente, a gestão do ministro Aranha, ao completar um ano na pasta da Fazenda.

ministro.

[As] suas responsabilidades [Aranha] crescem ainda, se considerarmos que vai substituir o Sr. Horácio Lafer, cuja administração foi marcada pela facilidade a uma orientação que estava dando os melhores frutos e representa, no consenso dos entendidos, a que deve seguir para chegar a reequilíbrio da sua economia e à instabilidade de suas finanças.⁶⁴

Fazendo um balanço do posicionamento dos jornais até agora, percebemos que houve uma grande convergência na aprovação tanto da indicação de Lafer para o Ministério da Fazenda quanto das medidas que este tomou para eliminar o déficit público e combater a inflação; além disso, essa mesma aprovação se estendeu para o segundo ministro que assumiu esta pasta, não sendo encontradas diferenças significativas em relação ao endosso a ambos. Por outro lado, com base nos dados que dispomos, não é possível estabelecer relações diretas entre a aprovação dos ocupantes da Fazenda e das suas medidas de combate à inflação e o posicionamento geral dos periódicos frente ao governo de Vargas: ou seja, mesmo aqueles que são considerados oposição ao governo apoiaram a política de estabilização, sendo que dois destes periódicos, o **Jornal do Brasil** e o **Correio da Manhã**, foram os que apresentaram as considerações mais elogiosas ao ministro Lafer na nossa amostragem.

Feitas estas constatações, permanece, então, uma questão essencial: os elogios à política de combate à inflação e aos ministros da Fazenda do governo Vargas também seriam estendíveis ao presidente e a sua gestão como um todo?

3.2.3 – Vargas, *Ministério da Experiência* e a estabilidade econômica

No que se refere à transferência dos méritos da política de estabilização dos ministros da Fazenda para o presidente Vargas, o primeiro ponto a considerar é que não pudemos identificar um único padrão entre os jornais.

Os periódicos **Jornal do Brasil** e **O Jornal** novamente convergiram: foram os que mais dedicaram espaços a estender os elogios a Lafer e a Aranha ao presidente Vargas. Afora aprovar a própria postura de Getúlio em escolher Lafer e em endossar o programa apresentado pelo ministro para sanear as contas públicas,⁶⁵ o **JB** colocou como um dos pontos favoráveis do governo, na avaliação de seu primeiro ano de mandato, exatamente o saldo positivo nas

⁶⁴ “Augúrio Favorável”, *O Jornal*, 19 de junho de 1953, Caderno 1, página 4. Sobre a ênfase na continuidade, ver: “Reafirmada as diretrizes da política financeira”, *O Jornal*, 2 de outubro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁶⁵ “Firmeza para o plano financeiro”, *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1951, Caderno 1, página 5. Ver igualmente: “As preocupações financeiras do Governo”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

contas primárias do país.⁶⁶ Mais do que isso, o **Jornal do Brasil** ainda procurou saudar esta postura do presidente como uma espécie de redenção do passado, lembrando que o “governo atual, fazendo um retrospecto do que ocorreu nestes vinte anos de administração”, convenceu-se que “o mal já feito precisava ser corrigido e, para isto, teria de impor outras normas à administração, restringindo a faculdade de emitir moeda”.⁶⁷

O Jornal, por sua vez, não é nem um pouco comedido em salientar que a política de combate à inflação é do presidente da República, merecendo ele os louros decorrentes do seu possível sucesso. Com uma ênfase maior do que a encontrada nos outros periódicos, para **O Jornal**, a política de estabilização e seus resultados positivos são retratados como a principal marca do governo de Getúlio.⁶⁸

No que se refere à gestão Aranha, não pudemos encontrar, com base em nosso levantamento, iniciativas mais explícitas destes jornais em estabelecer relações de mérito entre a política econômica do novo ministro da Fazenda e o presidente Vargas, afora a associação indireta que se pode fazer entre um governante e os principais assessores. Veremos, depois, que essa lacuna não é necessariamente resultado do acaso.

Os jornais **Correio da Manhã** e **O Globo** apresentaram uma postura diferente, sendo bem mais parcimoniosos em transferir ao presidente Vargas os elogios que faziam aos ministros da Fazenda.

No caso do **CM**, os louvores que encontramos à política de estabilização associado ao nome do presidente sempre vieram acompanhados de alguma crítica ou cobrança.⁶⁹ O jornal

⁶⁶ “Neste primeiro ano, **devemos levar a crédito do governo a política orçamentária**, realizada com firmeza e que poderá exercer forte influência na economia interna, estancando as emissões de papel-moeda para atender às necessidades normais do Tesouro” (“Nesse primeiro ano de administração”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5). O mesmo acontece em 1952 (“O Governo e a Execução orçamentária”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, Caderno 1, página 5).

⁶⁷ “Oposição à ordem financeira”, *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁶⁸ “Já observamos, a propósito da atitude assumida pelos censores do governo, a injustiça que se contém na afirmativa de que o **sr. Getúlio Vargas não tem rumos, não traçou uma política, está governando às tontas e às cegas. Poucas vezes, desde Campos Salles, terá uma administração adotado um programa financeiro mais rigoroso**. A situação do país, quando iniciou o atual quinquênio, exigia, antes de tudo, coragem, no combate à inflação. **Não se pode dizer que o presidente da República e o seu ministro da Fazenda não a tenham enfrentado, não apenas de maneira corajosa, mais ainda com êxito**” (“O governo não é tudo”, *O Jornal*, 3 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4). Ver também: “Saldo a favor do governo”, *O Jornal*, 1 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4 e “As finanças do país e a ação do governo”, *O Jornal*, 7 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Considerações acerca da Mensagem”, *O Jornal*, 17 de março de 1953, Caderno 1, página 4, “Combate à inflação”, *O Jornal*, 17 de maio de 1951, Caderno 1, página 4, “A vitoriosa política financeira do governo”, *O Jornal*, 23 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4, “Orçamento equilibrado”, *O Jornal*, 17 de julho de 1952, Caderno 1, página 4 e “Conciliação fraterna”, *O Jornal*, 1 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁶⁹ “O aspecto mais positivo do primeiro ano de governo do sr. Getúlio Vargas foi o êxito de sua política financeira. (...) Apesar disso, é obrigado a reconhecer que não foi debelada a inflação. Como explicar-se este fenômeno?” (“A falta de coordenação”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1952, Caderno 1, página 4). Ver também: “Escassez”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

também não se omitiu de lembrar que Vargas fora um dos principais responsáveis por iniciar o surto inflacionário que assolava o país, ainda durante os anos 30.⁷⁰ Já **O Globo** foi o periódico mais econômico em associar diretamente os méritos da política de estabilização a Getúlio em seus espaços opinativos, embora essa identificação aparecesse em algumas reportagens, o que pode ser explicado pela falta de periodicidade com que publicava editoriais.⁷¹ Nestes, tal vínculo surgiu de forma mais direta apenas no texto que analisava a Mensagem de Vargas ao Congresso no seu segundo ano de governo, cuja avaliação do conjunto da administração getulista não foi das mais positivas.

A política econômico-financeira do Governo, tal como vem definida na Mensagem presidencial, se orienta no sentido de sanear as finanças públicas, equilibrar o orçamento e favorecer a solução de problemas de base do país. **Nesta matéria, especialmente no que diz respeito ao saneamento financeiro, são evidentes e louváveis os resultados colhidos. Deles se podem orgulhar tanto o presidente da República quanto o seu ministro da Fazenda.**⁷²

Em síntese, percebemos aqui que a diferença de posicionamento político pode não ter interferido no apoio dos jornais aos programas de estabilização e aos ministros da Fazenda do governo Vargas, mas, no que se refere à transferência dos elogios dos mesmos para o presidente da República, é ela que explica as variações encontradas. Em outras palavras, a maior proximidade com o governo ajuda a entender porque é **O Jornal** o periódico que menos poupa louvores a Vargas quando avalia o “sucesso” do combate à inflação; da mesma maneira, a postura de oposição a Getúlio explica o comedimento, quando não a omissão, dos jornais **O Globo** e o **Correio da Manhã** em estabelecer este vínculo e, especialmente no caso deste último, em tentar diminuir os méritos presidenciais; por fim, a atitude do **Jornal do Brasil** de tomar a iniciativa de atribuir o merecimento devido a Getúlio pelo programa de estabilização pode ser compreendida ou mesmo indicar uma posição mais moderada do jornal no oposicionismo ao governo.

No caso específico do **JB**, porém, devemos levar em conta o fato de este periódico ter se demonstrado o mais comprometido com a política de controle da inflação. Dessa forma, o programa de estabilização apresentado pelo governo recebia apoio do jornal não tanto por

⁷⁰ “A mensagem presidencial”, *Correio da Manhã*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 4.

⁷¹ Por exemplo, na reportagem “Urgente redução do espantoso déficit” (*O Globo*, do dia 16 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 1), o jornal repercute a proposta de saneamento de Lafer, lembrando que ela “tem o firme apoio do sr. Getúlio Vargas e a cooperação dos demais ministros”. Já na matéria “Ingentes tarefas as do atual governo”, que é a manchete do dia, o jornal antecipou o conteúdo da Mensagem de Vargas ao Congresso salientando que “sr. Getúlio faz novo balanço das dificuldades do país e expõe ao Congresso o que pretende realizar” (*O Globo*, 15 de março de 1951, Caderno 1, página 1).

⁷² “A verdade é melhor”, *O Globo*, 18 de março agosto de 1953, Caderno 1, página 1. Ver igualmente: “Os sinais de perigo estão presentes”, *O Globo*, 7 de abril de 1952, Caderno 1, página 3.

empatia com o presidente mas por corresponder àquilo que o próprio periódico procurava colocar como sendo a *sua* política sobre a questão. Como fica claro nesse editorial no qual retrata o saneamento financeiro do país como uma verdadeira “cruzada patriótica” em benefício da “Mãe-Pátria” brasileira,⁷³ da qual ele seria o pioneiro e Vargas um aliado eventual.

Oxalá possa o novo ministro dar plena execução ao traçado **para a batalha do qual o JORNAL DO BRASIL participa, com orgulho de se ter colocado, desde os primeiros dias, na vanguarda dos que, esclarecendo e argumentando com fatos e algarismos, se batiam contra o regime inflacionista** que haveria de abalar, como abalou, todos os setores da vida nacional, deixando a população entregue aos azares de uma existência cheia de dissabores, como fruto da elevação dos preços de tudo aquilo de que carece para sobreviver⁷⁴

Ou seja, percebemos que o combate à inflação e a prédica pelo fim do déficit orçamentário e do emissionismo é uma verdadeira bandeira em torno da qual o **JB** procurar construir a sua própria identidade entre os demais agentes de seu campo de produção simbólica. Compromisso que o levou a avaliar positivamente um governo com o qual não era partidário, o que parece não ocorrer no caso dos demais jornais oposicionistas.

Entretanto, para entendermos de forma mais aprofundada as *estratégias* adotadas pelos os diários aqui estudados na relação entre os méritos do programa de estabilização e o presidente Vargas, é necessário fazer uma digressão sobre a forma como a composição do Executivo era entendida pelos jornais.

Conforme afirma a historiografia especializada, o presidente, procurando ampliar a sua base parlamentar, compôs o seu governo com colaboradores oriundos de partidos e grupos doutrinários diferentes. Segundo D´ARAÚJO, essa composição dividiu o Executivo em uma ala “conservadora”, liderada por Lafer, na Fazenda, e João Neves da Fontoura, nas Relações Exteriores – mais favorável à atração de capital estrangeiro e a uma aproximação com os EUA – e outra ala tida como “nacionalista”, representada por Estilac Leal, no Ministério da Guerra, e pela Assessoria Econômica para a Presidência da República – a qual propunha uma maior participação do Estado na economia e a menor interferência dos investimentos externos nos

⁷³ Conforme o JB, “o Governo tem demonstrado boas intenções e louváveis esforços, que devem ser apoiados por todos os que amam o Brasil e subordinam seu interesse privado aos superiores interesses da coletividade. (...) Façamos, pois, um apelo aos verdadeiros patriotas para que ajudem o Brasil a se livrar das aperturas em que está. (...) Sem um saneamento financeiro norteado por normas inflexíveis, impossível será livrarmo-nos do caos. Não é lícito ignorarmos os perigos do momento e a instabilidade em que vivemos. Renunciar, em benefício da Mãe-Pátria, é dever que se impõe, neste momento, a todos e a cada um dos brasileiros” (“Apelo ao patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1951, Caderno 1, página 5).

⁷⁴ “Em torno do relatório da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

setores estratégicos.⁷⁵

Com a reforma ministerial de junho de 1953, a ala “conservadora” perderia Lafer e João Neves da Fontoura e passaria a ser representada por Aranha; já a “ala nacionalista”, diminuída com a saída de Estilac Leal, no início de 1952, seria reforçada temporariamente com a entrada de João Goulart, na reforma de 1953. Além disso, no início do mandato, Vargas adjetivou o seu próprio gabinete de “Ministério da Experiência”, procurando abrir antecipadamente a possibilidade de mudanças de rumo. Essa declaração, porém, trouxe para os seus ministros a marca da instabilidade, dando margem para constantes especulações a respeito de uma reforma ministerial, que acabaria efetivamente ocorrendo em 1953.⁷⁶

Fizemos esta explanação porque a questão de um governo dividido em dois “polos” é fundamental para entendermos a estratégia adotada pelos jornais para se posicionar frente aos programas de Vargas.

Durante a gestão de Lafer na Fazenda, o tema da divisão do ministério e do próprio governo surgiu em questões pontuais e de forma desigual entre os periódicos pesquisados. No **Jornal do Brasil**, ao menos nos limites da nossa amostragem, ele não teve relevância. O máximo que encontramos foi um editorial defendendo Lafer, no qual o **JB** faz menção a supostos opositores do titular da Fazenda, que estariam “cobiçando o seu lugar no Ministério”, embora não nomeie os mesmos e tampouco os situe no interior do governo.⁷⁷

No que se refere a **O Jornal**, este também se omitiu de abordar abertamente a questão das divergências internas ao Executivo durante a gestão de Lafer, embora o tema tenha surgido de forma indireta quando o periódico procurou reforçar a posição do ministro na condução da política econômica. Por exemplo, é muito peculiar o modo como **OJ** concluiu a sua avaliação positiva sobre o primeiro depoimento de Lafer no parlamento:

A Câmara ouviu-o com a atenção e ficou, sem dúvida, devidamente instruída sobre os planos do governo. **Resta saber se as palavras do sr. Lafer conseguirão persuadir tanto o Executivo de que ele é parte, como o Legislativo**, a adotarem os rumos austeros e graves que poderão salvar-nos.⁷⁸

⁷⁵ D'ARAUJO, *op.cit.*, p. 25, p. 33. Esta autora foi uma das pioneiras a formular a tese do “caráter ambíguo” da composição do governo de Vargas, como um dos motivos da instabilidade do mesmo. Seu ministério era composto por um representante do PTB (Trabalho), três do PSD (Fazenda, Relações Exteriores e Justiça), um do PPS (Obras e Viação), um da UDN (Agricultura) e o “nacionalista” Estilac Leal no Ministério da Guerra. Além disso, os principais programas econômicas das áreas estratégias (petróleo, carvão, eletricidade) ficaram a cargo da Assessoria Econômica da Presidência (AEP), composta basicamente por técnicos nacionalistas, como Rômulo Almeida e Jesus Pereira Soares. Sobre a AEP e papel no governo, trabalharemos no Capítulo seguinte.

⁷⁶ D'ARAÚJO, *idem*.

⁷⁷ “Para impedir a balbúrdia financeira”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1953, Caderno, 1, página 5.

⁷⁸ “A exposição do ministro da Fazenda”, *O Jornal*, 31 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4.

O que levava o jornal a fazer esse tipo de colocação, ou seja, afirmar a necessidade de o representante do governo convencer o próprio Executivo a adotar o programa que deveria ser seu?

Provavelmente, porque suspeitava que esta política de austeridade não era unanimidade no interior do governo, tendo em vista a oposição que ela gerava devido aos cortes de gastos e de pessoal. Como **O Jornal** evitava salientar as divergências internas ao Executivo, em virtude de seu apoio ao presidente, a sua estratégia para reforçar a posição de Lafer foi salientar a íntima aproximação entre o ministro da Fazenda e Vargas, afirmando, com insistência, que ele era apenas o executor da política econômica do governo de Getúlio, não cabendo, assim, contestação à mesma por parte de membros do Executivo ou de aliados do presidente.⁷⁹

Os jornais **O Globo** e **Correio da Manhã** foram bem menos condescendentes ao abordar este tema na gestão de Lafer. **OG** chegou até a representar o ministro como uma espécie de lutador solitário ou mesmo isolado em um Executivo que parece não ter unidade em torno do mesmo programa. Este foi o caso do editorial “Em meio ao marasmo ministerial”, no qual o periódico afirmou que Vargas iria “entrar no seu décimo mês de governo, sem que o seu Ministério lhe tenha proporcionado realizações apreciáveis”; entretanto, cuidou de lembrar que este Ministério estava dividido em “oficinas”: algumas delas viviam no “marasmo” e nada produziam de positivo, enquanto outras tinham resultados a mostrar:

Uma das oficinas rumorosas é a do Sr. Horácio Lafer. O ministro da Fazenda vem travando uma luta obstinada e meritória para conter as despesas públicas, e obter, no fim do exercício, a redução, ou talvez a abolição do 'déficit'

⁷⁹ Esta interpretação parece-nos a mais adequada para se compreender um editorial como o que segue, no qual que **O Jornal** avaliou o endosso de Vargas ao Balanço Geral da União de 1951, apresentado a ele por Lafer: “Pode-se assim melhor apreciar a significação do **despacho do sr. Getúlio Vargas**. Em primeiro lugar, **encampa a política financeira executada pelo ministro da Fazenda que, aliás, é parte integrante do programa do próprio governo**. Nem seria compreensível outra coisa no regime presidencial, em que os **secretários de Estado, como auxiliares de confiança do chefe do Executivo, realizam sempre o seu pensamento** nas respectivas pastas, respondendo apenas perante ele pelo bom ou ‘mau’ desempenho das suas funções. Depois, as **sólidas palavras do presidente da Getúlio Vargas equivalem a um desmentido dos boatos, que circulam de vez em quando, sobre a reforma ministerial, envolvendo o sr. Horácio Lafer entre os ministros a serem substituídos**. E, da mesma forma, desautorizam os discursos proferidos no Senado por um prócer petebista contra o titular da Fazenda, sob o pretexto de estar comprometendo os interesses econômicos e financeiros do país, uma vez que a sua orientação continua a merecer públicos louvores e consequente apoio do primeiro magistrado da nação” (“Consagração da política financeira do governo”, *O Jornal*, 15 de março de 1952, Caderno 1, página 4). Outros exemplos dessa associação podem ser encontrados em: “Firmeza na orientação financeira”, *O Jornal*, 8 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Combate à inflação”, *O Jornal*, 17 de maio de 1951, Caderno 1, página 4, “O reerguimento financeiro do país”, *O Jornal*, 24 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, “A vitoriosa política financeira do governo”, *O Jornal*, 23 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4, “Acusações injustas”, *O Jornal*, 7 de março de 1952, Caderno 1, página 4 e “As finanças do país e a prática do regime”, *O Jornal*, 9 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

orçamentário. **Essa política tem sido atacada por alguns congressistas**, que prefeririam ver o país 'sacar sobre o futuro', para não recusar recursos (a tudo que o pode desenvolver).⁸⁰

Nesse caso, a divisão do Ministério não chegou a ser entre aqueles que apoiavam Lafer e os que se lhe opunham, mas entre os que produziam coisas positivas e aqueles que nada faziam. Os inimigos se entrincheiravam fora do governo, embora, como veremos no exemplo seguinte, não estavam necessariamente afastados de Getúlio:

O ministro da Fazenda está sendo objeto, neste momento, de uma forte campanha de ataques à sua orientação financeira. Por estranho que pareça, os principais autores das críticas colocam-se numa posição curiosa. **Solidários com o sr. Getúlio Vargas, combatem o sr. Horácio Lafer, como se fosse possível dissociar, no regime presidencial, a política do Presidente da dos seus ministros.** Além dessa incoerência fundamental, há nas campanhas em causa uma falta de oportunidade flagrante. No momento em que o Governo, vale dizer, a administração Getúlio Vargas, encaminha junto ao Governo dos Estados Unidos entendimento da maior importância, destinados a permitir a solução de problemas capitais da economia brasileira, redobram os ataques ao ministro da Fazenda, visando, sobretudo, a enfraquecer a sua posição nas negociações em curso. **Se os autores da campanha imaginam atingir apenas o Sr. Horácio Lafer erram perigosamente nos seus cálculos. As críticas à (ilegível) ministro da Fazenda e a sua política financeira são, afinal de contas, críticas ao próprio presidente da República e à sua orientação administrativa**⁸¹

Temos nesse editorial um dos raros momentos em que **O Globo** procurou associar Vargas aos méritos da campanha de combate à inflação. Mas, nesse caso, tomou esta iniciativa não exatamente para elogiar Vargas mas com o objetivo de reforçar a posição do ministro da Fazenda e de sua política econômica no interior do próprio governo diante de inimigos que eram, em princípio, partidários do presidente. De outra parte, esses inimigos são perigosos porque ameaçavam não somente o programa de austeridade mas também a cooperação econômica entre o Brasil e os EUA, uma das bandeiras defendidas pelo jornal, como veremos melhor no Capítulo IV. Em suma, podemos perceber que **OG**, mesmo tomando um posicionamento crítico em relação ao governo, não adota uma postura intransigente, optando por tentar reforçar no interior do Executivo as figuras e os programas com os quais mais se identifica (nesse momento: estabilidade econômica e aproximação com os EUA) e combater aqueles dos quais discorda.

O **Correio da Manhã**, por sua vez, foi o jornal que mais salientou os possíveis prejuízos que um governo dividido poderia trazer à condução da política econômica de

⁸⁰ *O Globo*, 25 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1.

⁸¹ “Desorientação”, *O Globo*, 17 de novembro de 1951, Caderno 1, página 1.

estabilização, durante a gestão Lafer.⁸² Desde o início, defendeu que a boa condução desta política dependia da unidade de ação do Executivo e que esta unidade deveria ficar sob o comando do titular da pasta da Fazenda.⁸³ Porém, logo em seguida, já identificou criticamente a “falta de coordenação” e a “falta de unidade” do governo em torno de seu programa de saneamento financeiro.

Quanto a isso, o assunto que mais concentrou a sua atenção foi as diferentes linhas de ação adotadas pelo ministro da Fazenda – defensor do controle sobre o déficit público e sobre a expansão monetária – e pelo presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet – acusado de levar adiante uma política de crédito excessivamente expansionista. Em nosso levantamento, o **Correio da Manhã** foi o único jornal pesquisado que enfatizou este tema, o que não deixa de surpreender, tendo em vista a enorme repercussão pública que o mesmo teve na época e o fato de, na análise do DHBB, constar que outros jornais, como **O Globo**, teriam tomando posição semelhante. Chama a atenção também o fato de, no **JB**, defensor contumaz da estabilidade monetária, não encontrarmos referências sobre a questão.

A postura do **Correio**, por sua vez, pareceu muito clara: este jornal foi um crítico severo da política creditícia que Ricardo Jafet manteve à frente do BB, acusando-a de ser a principal responsável pela anulação dos efeitos positivos dos esforços de Lafer em obter saldos orçamentários e reduzir as emissões sobre o controle da inflação:

Acertada, pois, é a afirmação do sr. Horácio Lafer de que o problema dos juros altos é função do saneamento do crédito público, desde que estáveis se mantenham os preços.

O efeito do saldo orçamentário de 1951 não se fez sentir principalmente pela falta de um Banco Central que se pusesse a serviço do Tesouro. (...)

Em vez de passivo, tem sido ativo o papel do banqueiro do Tesouro. Contrariando todas as regras de uma sábia política econômica e financeira, no nosso país, o Banco do Brasil, que faz as vezes de Banco Central, é que é o patrão, sendo – *et pour cause* – o servo do Tesouro.⁸⁴

⁸² Ver, por exemplo: “A falta de coordenação”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1952, Caderno 1, página 4, “Crise de governo”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1952, Caderno 1, página 4, “Sinergia de esforço”, *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4 e “Sintomas alarmantes”, *Correio da Manhã*, 3 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

“O Governo e a Política Financeira”, *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1952, Caderno 1, página 4 e “Inversões de papéis”, *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

⁸³ “Em suma, **o governo precisa ter, apresentar e desenvolver uma política financeira uniforme nos seus processos e coerente nos seus objetivos**. Essa foi, aliás, **a ideia que o sr. Horácio Lafer ofereceu ao presidente da República e aos seus colegas de governo** na última reunião ministerial realizada em Petrópolis. (...) Ali se deliberou que o **sr. Horácio Lafer concentrará todo o poder necessário para a direção única da política econômica e financeira do governo**. É, assim, o princípio da unidade administrativa que se estabelece no seio do governo, restando que o presidente da República tenha bastante firmeza, e os ministros e chefes de serviços bastante disciplina para que o princípio se transforme em realidade” (“Política Financeira”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4).

⁸⁴ “Inversões de papéis”, *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

Notamos, por esta passagem, a tentativa do **Correio da Manhã** de reforçar a posição de Lafer frente à de Jafet. Diferentemente dos demais jornais, porém, o **Correio** não faz esse reforço ressaltando as relações entre o ministro da Fazenda e o presidente da República. Ao contrário, o periódico empregou o episódio de conflito interno ao governo para centrar sua artilharia em Vargas, acusando-o exatamente de ser o principal causador da falta de unidade do Executivo, como podemos perceber neste comentário feito a uma mensagem do presidente na qual ele próprio admitiria que o insucesso do combate à inflação esteve na política creditícia do Banco do Brasil:

A explicação é exata. **O que se não compreende é que o governo se refira ao Banco do Brasil como se se tratasse de uma entidade estranha, independente de sua ação, que teria causado o malefício de continuar a inflação.** Seria inútil insistir que o Banco do Brasil é dirigido por um presidente da imediata confiança do chefe do governo e que a ação do Banco do Brasil é a ação do próprio governo, no setor bancário. (...) [O]bserva-se, no próprio texto oficial, o que sempre vimos dizendo: **a falta de comando central, de unidade de ação, que opõe entre si os diversos setores do governo, neutralizando a eficácia de sua gestão.** O governo é um só, dentro de seus múltiplos órgãos e atribuições. Se a divisão do trabalho exige que sejam várias as agências governamentais e diversos os responsáveis pelas mesmas, **é indispensável que o presidente da República exerça ou mande exercer uma ação coordenadora, capaz de assegurar a unidade do governo.**⁸⁵

Esse mesmo diagnóstico, o jornal irá estender para outras situações, nas quais, segundo a sua opinião, a falta de coordenação e de unidade do governo, quer por mera inação, quer por estratégia política de protelar decisões, eram as principais responsáveis pela sua *desintegração*.⁸⁶

Podemos perceber, então, que a *estratégia* adotada pelo **Correio** na abordagem desse conflito foi dar apoio à política econômica levada adiante pelo ministro Lafer, mas sem buscar a ligação com Vargas para defender a posição do ministro da Fazenda. Ao contrário, quando cita o presidente da República é exatamente para repreendê-lo e condená-lo por não dar suporte ao seu ministro ao não garantir a unidade do Executivo em torno do seu programa. Desta maneira, ao menos neste caso, encontramos apoio ao plano econômico adotado pelo

⁸⁵ “A falta de coordenação”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1952, Caderno 1, página 4.

⁸⁶ “A desintegração do governo já atingiu seu auge, já se exterioriza, pública e desavergonhadamente, através de publicações oficiais e da imprensa. É a própria mensagem presidencial que atribui a inflação ao excesso de créditos fornecidos pelo Banco do Brasil. São os parlamentares do governo a combaterem os ministros que compõem o governo” (“Crise de governo”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1952, Caderno 1, página 4). Ver também: “Quem não esclarece, mas confunde a opinião pública começa por não ser político. Quem, porém, além de confusão, não tem como seu forte a nitidez de propósitos acrescenta ao mau político o péssimo estadista. O sr. Getúlio Vargas, até mesmo em atos de mera rotina administrativa como esse da mudança de um ministério, prefere ser reticente, senão mudo. Será que ele está sentido, por analogia com os regimes parlamentares, que algumas vezes não é o ministério que é ruim, mas o chefe que o dirige? Será também que ele não percebe que é solapando a base que se esboroa o capitel de uma coluna?” (“Sinergia de esforço”, *Correio da Manhã*, 27 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4).

governo na figura do ministro da Fazenda, mas condenação *política* de Vargas por não saber conduzi-lo ou fornecer-lhe as bases de que necessita para vigar. Como lembra o jornal:

O plano anti-inflacionista do governo consiste, ainda, num simples esquema, que precisa ser desenvolvido e especificado, cobrindo-se, ademais, certas lacunas. **O que mais necessita de aperfeiçoamento, no entanto, é o próprio governo, como agente executivo desse e de outros planos. Continua o governo a ser um conglomerado caótico de homens e ideias**, destituído de diretrizes centrais a que se subordinassem todos os seus atos, **carente de comando unificado e de coordenação. Que crédito pode merecer o governo, apesar de ter elaborado alguns planos de maior oportunidade, se lhe falecem a unidade de ação e a continuidade necessárias à realização desses projetos?**⁸⁷

Já no que se refere à presença de Aranha na pasta da Fazenda, encontramos algumas posições semelhantes e outras diferentes nos jornais.

Aranha ficou menos tempo do que Lafer no Ministério, mas foi durante a sua gestão que o governo foi alvo da sua maior crise, sendo um dos focos da mesma a presença do trabalhista João Goulart, na pasta do Trabalho,.

Como vimos anteriormente, a posse de Goulart como ministro tinha como principal objetivo reaproximar o governo Vargas das classes trabalhadoras, tendo em vista que as sucessivas greves ocorridas nos anos de 1952 e 1953 davam a entender que o presidente havia perdido a sua “ascensão” sobre as “massas”. Goulart assumiu o seu novo posto em junho de 1953, mas a sua medida mais importante foi o projeto de aumento de 100% do salário mínimo, que ele apresentou no início de 1954. As pressões que se seguiram ao anúncio do programa acabaram custando a demissão de Goulart, muito embora o presidente tenha decidido conceder o reajuste salarial proposto por seu antigo ministro, em 1º de maio deste mesmo ano.

Para compreendermos a reação dos jornais frente a estes episódios é importante ter em conta a relação que eles estabeleciam entre o salário mínimo e os reajustes salariais, de um lado, e a inflação, de outro, antes mesmo da gestão de Jango. Em linhas gerais, os diários pesquisados foram severos críticos de qualquer tentativa de aumento salarial, quer no setor público, quer no setor privado, e apresentaram uma visão muito negativa dos direitos trabalhistas no Brasil. Basicamente, argumentavam que uma das razões da inflação no país era o fato de a produção ser “muito cara”, estando o custo da mão de obra incluído entre os fatores que encareciam os bens finais.

O **Jornal do Brasil**, por exemplo, afirmava que “os preços [subiam] ajudados pelo

⁸⁷ “A inflação e o governo”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

aumento de salários. Com inflação de moeda e de salários, não é possível realizar senão o encarecimento da vida.”⁸⁸ O **Correio da Manhã**, por sua vez, chegou a defender que a “origem da desorganização econômica e monetária” não estava apenas nos déficits orçamentários – que ele até considerou razoáveis no país, devido aos altos índices de investimentos –, mas “na espiral sem fim das altas consecutivas de salários.”⁸⁹ O que o jornal explicava por duas razões: de um lado, porque a elevação da massa salarial tornava os salários “mais altos que os que se pagam em outros países” e, assim, os “nossos custos de produção (...) mais elevados que os estrangeiros”; de outro lado, porque aumentava-se “a disponibilidade do poder aquisitivo do público, majorando salários e vencimentos, sem que na mesma proporção [tivesse] crescido a produção”, o que só podia colocar “mais azeite na fogueira dos preços altos”, em outros termos:

Se há mais dinheiro para comprar e permanece a mesma a quantidade de coisas para serem compradas, é evidente que os preços tendem a subir até que seja absorvido o excesso de dinheiro. E subirão, ainda que se não façam emissões para cobertura de *déficits* orçamentários. (...) É inevitável isso. A alta de salários provoca simultaneamente a alta dos preços e dos custos de produção. E os preços e custos altos provocam por sua vez a expansão do crédito e da moeda em circulação.⁹⁰

Vemos, por essa arguição, que a análise do efeito da suposta majoração dos salários na inflação incorpora as noções de “inflação de custos” e de “inflação de demanda”, presentes na abordagem de Eugênio Gudín, o qual defendia que o processo inflacionário era também resultado tanto da mão de obra cara, quanto de um aumento do poder de compra dos consumidores superior ao ritmo de crescimento da oferta de bens e serviços.

Os demais periódicos pesquisados compartilham destas mesmas interpretações. Em **O Globo**, o assunto recebeu um razoável destaque, mas foi abordado mais pelo ponto de vista da inflação de demanda do que pela inflação de custos. Em um editorial bastante ilustrativo, o jornal lembrou que o desenvolvimento brasileiro dos últimos anos havia promovido uma majoração dos “rendimentos de uma larga parte da população, permitindo a alguns setores da classe média uma excessiva melhora do nível de vida”, mas alertava para o fato de que “[e]sse extraordinário aumento do poder de consumo se verificará nas mãos da população sem que

⁸⁸ “Política de elevação dos preços”, *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1952. Consultar, igualmente: “Ameaças de novas emissões”, *Jornal do Brasil*, 1 de março de 1952, Caderno 1, página 5.

⁸⁹ “Alta de salários”, *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1951, Caderno 1, página 4.

⁹⁰ Outro exemplo pode ser encontrado nesse editorial: “Também não são os tributos, velhos ou novos, os principais responsáveis pela alta dos custos de produção. Antes deles, e com muito maior amplitude, estão os sucessivos reajustamentos de salários e a baixa produtividade técnica, criada por uma legislação social cujos efeitos ilusórios, porque expressos em moeda cadente, são anulados pela alta do custo de vida” (“As razões da crise”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4).

tenha aumentado a quantidade de mercadorias a serem consumidas”. Como resultado, teríamos “a alta vertiginosa do custo de vida e, conseqüentemente, a insuficiência prática do aumento de salários decretado, gerando imediatamente a reclamação por novos aumentos”.⁹¹ O que, para **O Globo**, era uma derivação quase inevitável do próprio crescimento da economia brasileira.⁹²

Já em **O Jornal**, o tema também ganhou bastante relevância, porém com uma ênfase um pouco diferente. **OJ** igualmente demonstrou preocupação com os efeitos da elevação dos salários para a inflação,⁹³ mas o seu enfoque maior foi sobre os prejuízos à economia derivados dos direitos trabalhistas. Muito embora esse assunto tenha sido tratado pelos demais jornais,⁹⁴ no diário da *Rede Associados* ele ganhou ares de uma verdadeira campanha.⁹⁵ Todavia, os direitos ao trabalhador não eram criticados em si mesmos, mas através de uma estratégia – que Albert Hirschman identificou como uma das características essenciais do “discurso conservador”⁹⁶ – de se salientar os seus “efeitos perversos” sobre a estrutura econômica nacional, especialmente a promoção de um excessivo avanço do custo da mão de obra e do desestímulo do empenho no trabalho. Segundo este jornal, o conjunto de direitos dado ao trabalhador brasileiro era o mais avançado do mundo, o que, além de gerar custos inadequados ao empregador, ainda promovia uma espécie de ética da “vagabundagem”, por não estar acompanhado dos deveres correspondentes.⁹⁷

Embora existissem diferenças na forma como os jornais pesquisados relacionam aumento de salários e de direitos trabalhistas à inflação, todos convergiram em afirmar que

⁹¹ “Os sinais de perigo estão presentes”, *O Globo*, 17 de abril de 1952, Caderno 1, página 1.

⁹² “Urge uma medida de Salvação Nacional”, *O Globo*, 29 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 1.

⁹³ “Combate à inflação”, *O Jornal*, 17 de maio de 1952, Caderno 1, página 4, “A única realidade”, *O Jornal*, 30 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4 e “Política de colaboração”, *O Jornal*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

⁹⁴ Esse tema também foi objeto de atenção de outros periódicos estudados: em nossa amostragem, ele esteve ausente em **O Globo**, chegou a ser abordado pelo **Correio da Manhã** – embora de forma parcial, porque as críticas à legislação trabalhistas não vieram necessariamente associadas ao processo inflacionista – e apareceu com certa frequência no **JB**, sendo considerado uma das causas da inflação de custo. Ver: “O custo da nossa produção”, *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1952, Caderno 1, página 5, “Um discurso infeliz”, *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1951, Caderno 1, página 5, “As conclusões do Congresso Trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1951, Caderno 1, página 5, “Nossas falhas nas palavras dos observadores”, *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1952, Caderno 1, página 5 e “A greve dos portuários”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1953, Caderno 1, página 5.

⁹⁵ Ver, por exemplo: “Aumento do trabalho”, *O Jornal*, 4 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 4, “A condição do trabalho”, *O Jornal*, 24 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4, “O Dia do Trabalho”, *O Jornal*, 1 de maio de 1951, Caderno 1, página 4, “Teoria e realidade do trabalhismo”, *O Jornal*, 16 de julho de 1952, Caderno 1, página 4, “A feitura das leis”, *O Jornal*, 11 de abril de 1953, Caderno 1, página 4 e “A condição do trabalho”, *O Jornal*, 24 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

⁹⁶ HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁹⁷ “A feitura das leis”, *O Jornal*, 11 de abril de 1953, Caderno 1, página 4).

majoração salarial e concessão de direitos ao trabalhador eram inflacionárias, sendo necessariamente incompatíveis com um programa de estabilização monetária. Também fica claro que a argumentação dos diários estudados aqui se aproxima muito da desenvolvida pelo pensamento neoliberal, naquilo que ele tinha de mais conservador, ou seja, o seu combate às medidas de segurança social e ao Estado de Bem-Estar Social, presente tanto nos mestres da Escola Austríaca, como em Eugênio Gudín. Porém, é uma argumentação que igualmente se assemelha ao que pregavam os próprios industriais brasileiros, muito resistentes à ampliação dos direitos dos trabalhadores urbanos, não por vínculos com o liberalismo, mas por não desejarem arcar com o aumento dos custos da mão de obra que eles poderiam acarretar. Por fim, uma questão que chama a atenção é que não percebemos diferença na posição condenatória dos jornais sobre os efeitos danosos das leis trabalhistas e a suposta identificação do **JB** com as “camadas populares”, porque este diário fez coro contra a extensão de direitos ao trabalhador com os demais periódicos tido como “mais elitistas”.

Com base nessa exposição, não chega a surpreender a reação extremamente negativa que todos os jornais estudados apresentaram à lei de aumento de 100% do salário mínimo, em 1954.

A questão do reajuste do mínimo foi de enorme destaque nos jornais, do início do ano até depois da sua implantação, englobando tanto o espaço informativo, quanto o opinativo dos periódicos. No que se refere ao noticiário, chama a atenção a diferença de ênfase com que o assunto apareceu nos diários em nossa amostragem: em jornais como **O Globo** e **O Jornal**, ele surgiu de forma bastante frequente nas reportagens, enquanto no **Jornal do Brasil** e no **Correio da Manhã**, tem uma presença bem mais discreta.⁹⁸ Essa diferença poderia ser explicada pelo próprio formato editorial dos diários em questão, na medida em que os dois primeiros já destinam, no ano de 1954, mais espaços ao noticiário nacional, que ocupa a primeira página de ambos, enquanto os dois últimos ainda seguem o modelo tradicional de dar mais destaque às notícias internacionais, relegando os temas brasileiros para a contracapa e o interior do Caderno 1. Porém, pretendemos indicar, no decorrer desta tese, outra explicação para a discrepância aqui encontrada.

Independentemente dessa diferença, todos os jornais pesquisados se envolveram no

⁹⁸ No levantamento parcial que fizemos, que seguiu uma metodologia qualitativa e não quantitativa na escolhas dos dias pesquisados, no ano de 1954, encontramos 13 referências ao assunto tanto no **OJ** quanto no **OG**, sendo que a maior parte delas foi a manchete da edição de cada um desses jornais; já, no **JB**, o tema apareceu 4 vezes e no **CM** apenas 3.

que poderíamos chamar de uma verdadeira campanha contra a majoração do mínimo, destacando os efeitos negativos que a mesma teria sobre a economia brasileira, desde os prejuízos diretos aos produtores – com o aumento artificial de seus custos –, até as dificuldades que traria aos próprios trabalhadores, ao provocar desemprego.⁹⁹ Por fim, merece também ser ressaltada a linha de ação de **O Globo** em sua crítica ao aumento de salários: foi a publicação que ofereceu o maior espaço às queixas dos industriais, que formariam a parcela das “classes conservadoras” mais prejudicadas com a medida, enquanto **O Jornal** e **Jornal do Brasil** deram menor ênfase à queixa patronal e equilibraram-se entre os protestos dos industriais e os do comércio; quanto ao **Correio da Manhã**, apenas encontramos uma referência aos industriais do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que parece ter sido o único periódico que deu espaço às reivindicações dos trabalhadores.¹⁰⁰

Já em relação ao espaço opinativo, os jornais apresentaram uma forte concordância em condenar a majoração do mínimo, repetindo basicamente a argumentação da inflação de

⁹⁹ Por exemplo: “Devido ao **salário mínimo**, uma **fundição de Pará de Minas fecha as portas**”, *O Globo*, 21 de maio de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Desemprego, inflação, elevado custo de vida e êxodo com os novos salários** – O ministro do Trabalho não poderia tomar a nova iniciativa”, *O Jornal*, 14 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Sangraria 18 bilhões do orçamento** – primeira consequência do projetado salário mínimo”, *O Jornal*, 27 de abril de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Desemprego em massa com o novo salário mínimo** – Reação da Câmara contra os níveis fixados – Paralisadas as indústrias de Minas Gerais”, *O Jornal*, 4 de maio de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Perturba o país a questão do salário mínimo** – Greve na Paraíba e inquietação no Ceará – Manifestam-se entidades do comércio em todas as regiões – Unidades dos Pontos de Vista e apoio da Confederação Nacional do Comércio”, *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 6 e “**Considerada ditatorial a lei que instituiu os novos níveis do salário mínimo** – ‘É uma medida nitidamente eleitoral que chega a triplicar os salários, coisa inédita na história do mundo’, diz Vicente Galiez no Plenário da Federação das Indústrias”, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1954, Caderno 1, página 6.

¹⁰⁰ “Viva reação contra o novo salário mínimo – Manifesta-se em nome das **classes o industrial Álvaro Ferreira da Costa**”, *O Globo*, 2 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 1, “**Manifestam-se vozes as mais autorizadas da indústria e do comércio** sobre os riscos do exagerado aumento dos níveis mínimos de salários”, *O Globo*, 9 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 1 e 2, “**Não é contrária a indústria a revisão do salário mínimo**”, *O Globo*, 24 de março de 1954, Caderno 1, página 2, “**Redução do salário mínimo, pedem os industriais**”, *O Globo*, 13 de maio de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**O mandato de segurança da indústria** contra o salário mínimo”, *O Globo*, 30 de junho de 1954, Caderno 1, página 9, “**Protestos em todas as Associações Comerciais** do país contra o decreto do salário mínimo” *O Jornal*, 6 de maio de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Intranquilidade e opressão às atividades industriais** em face do novo salário mínimo”, *O Jornal*, 13 de maio de 1954, Caderno 1, página 1 – manchete, “**Clama o comércio contra a confusão criada pelo ministro do Trabalho** – Falta de planejamento do governo”, *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 6, “Perturba o país a questão do salário mínimo – Greve na Paraíba e inquietação no Ceará – **Manifestam-se entidades do comércio** em todas as regiões – Unidades dos Pontos de Vista e apoio da Confederação Nacional do **Comércio**”, *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 6, “Considerada ditatorial a lei que instituiu os novos níveis do salário mínimo – ‘É uma medida nitidamente eleitoral que chega a triplicar os salários, coisa inédita na história do mundo’, diz Vicente Galiez no **Plenário da Federação das Indústrias**”, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1954, Caderno 1, página 6 e “Aumento do salário mínimo – **Protesto da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro** – Proposta dos industriais paulistas – Reivindicação dos trabalhadores da Paraíba”, *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 2.

custos e de demanda que vimos anteriormente.¹⁰¹ Mas o **Jornal do Brasil** fez uma significativa inversão do tema em relação aos outros jornais, ao defender que o aumento do salário mínimo era mais uma consequência do que uma causa do processo inflacionário, por resultar das práticas de gastos excessivos e de emissionismo as quais o Executivo acabara sucumbindo na reta final do seu mandato.¹⁰²

Já no que se refere à questão da disputa entre as supostas duas “alas” do governo, houve uma importante mudança: todos os jornais convergiram em apontar claramente o problema. Mais do que isso, nas páginas dos jornais pesquisados, os dois representantes desses polos, Aranha e Goulart, foram representados como protagonistas de uma verdadeira quebra de braço no interior do Ministério, sendo o ministro da Fazenda o heroico defensor do programa de estabilização e o ministro do Trabalho o vilão promotor da instabilidade monetária.

Podemos perceber isso no **Correio da Manhã** e em **O Globo**, que já tinham dado destaque ao mesmo na gestão de Lafer,¹⁰³ mas também no **Jornal do Brasil**¹⁰⁴ e, principalmente, em **O Jornal** que havia praticamente omitido a questão no Ministério anterior:

O sr. Getúlio Vargas não poderá decidir na questão do salário mínimo, sem ouvir os órgãos técnicos da economia, e em primeiro lugar o ministro da Fazenda, o sr. Oswaldo Aranha. (...).

Se, ao invés disso, o governo abandonar os conselhos daqueles organismos técnicos, para decidir levando em conta apenas os interesses da demagogia que predomina no Ministério do Trabalho, dias ainda mais obscuros aguardarão o povo brasileiro. Tal, porém, esperamos que não aconteça.¹⁰⁵

Essa maior convergência fica melhor entendida quando levamos em conta que, nessa oportunidade, o “polo condenável” do governo não apenas estava saindo vencedor com a ratificação do novo mínimo pelo presidente, como a ação do ministro que o representava e o próprio ministro significavam muito mais do que o risco da instabilidade monetária: para os jornais, Goulart era, acima de tudo, o risco da instabilidade institucional e da subversão social.

¹⁰¹ **O Globo**: “De que vale realmente ao trabalhador ver elevado violentamente no guindaste do aumento dos salários, se, dentro em pouco, a sua queda produzida pela alta dos preços será mais violenta ainda? Que lhe adianta essas falsa afluência de dinheiro que se traduzirá, até em virtude de compromissos assumidos irrefletidamente nos primeiros entusiasmos de um orçamento aparentemente dilatado, em aperturas maiores e mais trágicas?” (“Artífices da inflação e da ruína”, *O Globo*, 8 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 1). Quanto a **O Jornal**, ver: “Consequências inevitáveis”, *O Jornal*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4).

¹⁰² “Evitemos o estrangulamento econômico”, *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 5.

¹⁰³ “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4 e “Governo contra governo”, *O Globo*, 15 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 1.

¹⁰⁴ Ver: “Situação absurda”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 5.

¹⁰⁵ “Duas tonalidades”, *O Jornal*, 14 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4.

Durante os primeiros anos do mandato de Vargas, podemos encontrar nos jornais pesquisados seguidas referências a Jango e ao “trabalhismo”. Em relação a este último, os diários selecionados não parecem apresentar uma visão uniforme, sendo **O Jornal** o único a desenvolver uma posição abertamente crítica ao conceito, retratando-o como causador de dificuldades, não só no Brasil, mas nos demais países em que era aplicado.¹⁰⁶

No geral, o foco de atenção não foi exatamente o “trabalhismo” em si mesmo e sim o que se fazia com ele, ou seja, o seu emprego com objetivos “demagógicos” e de insubordinação à ordem social.¹⁰⁷ Tais críticas se acirraram com a ascensão de Goulart à pasta do Trabalho, em especial durante as greves dos marítimos do Rio de Janeiro, sendo o ministro acusado de contemporizar com os “paredistas”, desrespeitar decisões da Justiça do Trabalho e, especialmente, querer negociar e/ou legitimar o “comando-geral” do movimento, visto como ilegal, subversivo e de orientação comunista.¹⁰⁸

Dessa forma, não surpreende a leitura que os jornais vão apresentar sobre o projeto de majoração salarial de Goulart. Todas as imagens que já preenchiam as páginas dos jornais associadas a Jango e a sua atuação sindical vieram à tona para pintar um quadro de temor e mesmo de desesperança, no qual se destacavam a “demagogia” – que teria inspirado o ministro a propor um aumento irreal do mínimo para beneficiar o seu partido com proveitos eleitorais – e, especialmente, a motivação que a inspirava: insuflar as “massas” contra as instituições democráticas e/ou causar desordem e caos como o único objetivo de instalar no Brasil uma República Sindicalista. Como afirmou **O Jornal**, ao comentar a demissão do ministro do Trabalho:

A exoneração do ministro do Trabalho tornara-se urgente e inevitável. **O sr. João**

¹⁰⁶ “Teoria e realidade do trabalhismo”, *O Jornal*, 16 de julho de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também o artigo de Assis Chateaubriand “Taperá”, *O Jornal*, 21 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4. **O Globo**: “Trabalhismo, demagogia e bom senso”, *O Globo*, Caderno 1, página 2. **O JB**: “A greve dos portuários”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1953, Caderno 1, página 5.

¹⁰⁷ “Aparência e realidade”, *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

¹⁰⁸ **O Globo** abordou esse tema, embora tenha se preocupado em afirmar que não era exatamente um partidário da tese conspirativa: “Mais cedo do que se imaginava, **colhe o Sr. João Goulart**, às avessas, **o fruto das suas atividades à frente do Ministério do Trabalho**. Não somos dos que **atribuíram ao jovem titular a intenção de agitar o país**, através de uma série de greves, **que culminariam com a necessidade de implantação de um governo ‘forte’ para contê-las**” (“Sucodem-se as greves e as ameaças à harmonia entre as classes”, *O Globo*, 27 de agosto de 53, Caderno 1, página 1). Ver também: “Reivindicações que se desvirtuam”, *O Globo*, 14 de setembro de 1953, Caderno 1, página 1. Sobre o **Jornal do Brasil**, consultar: “Demagogia e política trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1953, Caderno 1, página 5). **O Jornal** seguiu a mesma linha de argumentação: “Uma experiência pesada”, *O Jornal*, 17 de outubro de 1953, Caderno 1, página 4. Já o **Correio da Manhã** continuou a associar diretamente Jango ao plano de subversão: [Goulart é a] peça mestra da inquietude política, inimigo da democracia, impenitente adversário da ordem constituída, agente acintoso da destruição da paz social. (...) Demos notícia, ontem, da carta-manifesto que o sr. Goulart enviou aos sindicatos operários, concitando-os a atitudes de coragem contra as empresas, à desordem e à delação – em síntese, à desmoralização da própria Justiça do Trabalho” (“Economia e demagogia”, *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1953, Caderno 1, página 4).

Goulart transformou a pasta que lhe foi confiada no instrumento de uma política dirigida insidiosamente contra as instituições (...) para criar com os sindicatos uma força política em condições de destituir os partidos e sobre a sua ruína assentar a república sindicalista dos seus sonhos.

[Seu objetivo era] aluir as instituições e realizar **a grande reforma social** a que se julgava predestinado, **depois de rápidas conversas em Buenos Aires com o general Péron.**¹⁰⁹

Podemos encontrar no **Jornal do Brasil** a mesma forma de argumentação:

Todas as suas ações [Goulart], por isso, têm sido coordenadas, tendentes ao único objetivo de **fomentar uma situação tumultuária no campo econômico do País**, para **apresentar-se ele como pai punitivo das classes operárias, instigando-as contra as forças** conservadoras e dando-lhes a sensação de que um golpe eleitoral na apodrecida estrutura legislativa do atual regime faria surgir **a almejada República ditatorial sindicalista.**¹¹⁰

Diante dessa exposição surge uma pergunta: qual seria a relação de Vargas com a questão Goulart e tudo o que este estava associado para os jornais?

Diferentemente da convergência em relação à censura a Goulart, o posicionamento dos jornais diante da associação dessas críticas a Vargas foi variado.

Antes mesmo da adoção do novo mínimo, encontramos em alguns periódicos a responsabilização do presidente da República pela iniciativa do ministro do Trabalho. Ainda no início do ano, quando se discutia a proposta de aumento, o **Correio da Manhã**, **O Globo** e o **Jornal do Brasil** culparam Getúlio principalmente por não ter tomado uma atitude “enérgica” para coibir as ações demagógicas de Goulart, ao mesmo tempo em que pediam a exoneração de Jango.¹¹¹ **O Jornal** não chegou a apresentar essa crítica diretamente, embora tenha reprovado o fato de uma questão tão importante ter sido decidida apenas no Ministério do Trabalho, com fins “demagógicos”.¹¹²

Quando do pedido de demissão de Goulart, porém, os periódicos estudados não deixaram de se manifestar de forma positiva, tanto pela aceitação da saída por Vargas quanto

¹⁰⁹ “Tarde, mas ainda a tempo”, *O Jornal*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4.

¹¹⁰ “Por dívida de justiça”, *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 5). Já em **O Globo**, lemos: “E não fiquemos nas meias verdades. **Digamos claramente que o projeto de elevação do salário mínimo**, nas bases em que foi proposto, **é um ato francamente subversivo e de alta traição à pátria**, tão grave quanto o seria a conspiração com governos estrangeiros ou a entrega do poder à minoria reacionária e fanática dos vermelhos. **Será a desorganização da estrutura econômica do país com consequências tão desastrosas e alongadas no tempo quanto as teriam uma invasão estrangeira ou uma mudança violenta de regime político** (“Artífices da inflação e da ruína”, *O Globo*, 8 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 1). No **Correio** encontramos argumentação semelhante, embora com menor ênfase: “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4.

¹¹¹ “O presidente em férias”, *Correio da Manhã*, 20 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4, “Governo contra governo”, *O Globo*, 15 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 1 e “Situação absurda”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 5.

¹¹² “Um absurdo”, *O Jornal*, 1 de janeiro de 1954, Caderno 1, página 4.

pelo discurso do presidente em Volta Redonda, no dia 22 de fevereiro, quando ele teria reafirmado o seu compromisso com o combate à subversão. Na opinião dos jornais, tais atitudes, embora retardatárias e ainda tratadas com desconfiança, poderiam significar uma mudança de rumo para o governo de Getúlio, caso este desejasse trilhar ou retornar ao caminho do respeito às instituições. Essa posição apareceu em todos os diários pesquisados, mas foi novamente em **O Jornal** que encontramos uma leitura mais favorável a Vargas:

Lamenta-se apenas, diante do discurso do presidente da República, condenando a demagogia e a agitação do seu ministro do Trabalho, **que ele não o tivesse feito a tempo, quando a imprensa quase unanimemente denunciava a marcha da conspiração gorada.**

Se tivesse pronunciado as sensatas palavras de Volta Redonda um pouco antes, não teria sido necessária a Declaração dos Coronéis com as suas sabidas consequências. **O sr. Getúlio Vargas chegou tarde, mas felizmente ainda a tempo. (...) Essas palavras do sr. Getúlio Vargas vieram a acalmar o ambiente de agitação dos últimos dias.**¹¹³

Entretanto, as esperanças depositadas pelos jornais na possibilidade destes episódios imprimirem “novos rumos para o governo”, como disse **O Globo**,¹¹⁴ seriam logo frustradas, tendo em vista que Vargas aceitou a saída de Jango, mas acabou endossando o projeto de majoração salarial. Isso levou aos impressos a fazer uma carga pesada contra o presidente.

A reação dos diários, porém, foi bastante distinta. **O Jornal** dedicou o seu principal editorial do dia 1º de maio, quando o aumento seria declarado, para falar curiosamente do efeito positivo que a Legislação Trabalhista implementada por Getúlio trazia à constituição da “paz social” no Brasil, abandonando a sua campanha contra a mesma.¹¹⁵ Sobre o novo salário mínimo, dedicou um editorial nessa mesma edição e dois no dia 5 de maio para retomar o tema dos efeitos negativos da medida para a economia (desemprego, encarecimento da vida, elevação dos gastos público).¹¹⁶ Ou seja, em todo o episódio, a *estratégia* do jornal foi atribuir demagogia e os planos subversivos exclusivamente a Jango, sendo a responsabilidade do presidente apenas a de retardar a exoneração do seu ministro do Trabalho. O que pode ficar melhor entendido quando lembramos que, além da maior proximidade de **O Jornal** com o

¹¹³ “Tarde, mas ainda a tempo”, *O Jornal*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4. No **JB**, ver: “Retorno à ordem e à tranquilidade”, *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 7. Em **O Globo**: “Novos rumos para o governo”, *O Globo*, 22 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 1. E no **Correio**: “Fala ao pé do momento”, *Correio da Manhã*, 21 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4 e “A crise e a solução”, *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4.

¹¹⁴ Ver nota anterior.

¹¹⁵ “Dia do Trabalho”, *O Jornal*, 1 de maio de 1954, Caderno 1, página 4.

¹¹⁶ “Descontrole econômico”, *O Jornal*, 1 de maio de 1954, Caderno 1, página 4, “Consequências inevitáveis”, *O Jornal*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4 e “Congelamento impossível”, *O Jornal*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4.

governo,¹¹⁷ este periódico não foi um crítico daquilo que poderíamos chamar de ascensão de Vargas sobre as massas trabalhadoras, como o **JB** e especialmente o **CM**. Ao contrário, procurou representar essa ascensão não por seus aspectos negativos (demagogia, populismo) mas como um trunfo no combate à inflação e no próprio controle das reivindicações por aumento de salários.¹¹⁸

O **Jornal do Brasil** também não salientou os aspectos políticos da questão, preferindo atribuir ao indesejável incremento salarial causas essencialmente econômicas: era uma consequência inevitável da perda do compromisso inicial do governo com a estabilização monetária, pois foi derivado da recaída do presidente nas desastradas práticas de crescimento dos gastos públicos e de emissão de moeda. Em outras palavras, centrou a sua explicação e a sua condenação do problema na tradicional batalha contra o orçamento desequilibrado e o descontrole emissário, da qual Vargas havia sido um aliado, no início de seu mandato, mas, agora, tornara-se um inimigo ou um derrotado.¹¹⁹

O **Globo**, porém, não fugiu do aspecto político. Durante o debate em torno da majoração salarial, este periódico já havia associado Vargas diretamente às ações de Goulart, pois este era

apenas **uma sombra do sr. Getúlio Vargas, um instrumento dócil do presidente da República**, um elemento da mais completa (ilegível) pessoal do **chefe do Governo que entendeu aproveitá-lo em benefício próprio** nestes últimos meses. Justamente esta constatação é que define a responsabilidade maior do sr. Getúlio Vargas na evolução dos acontecimentos.¹²⁰

No dia do anúncio do novo mínimo, o jornal não deixou por menos:

Contra todas as previsões e expectativas, num temerário desafio a todos os receios, apesar da opinião unânime e alarmada das classes produtoras, não obstante a resistência persistente do ministro da Fazenda e contraditando o juízo objetivo da parte da opinião pública mais esclarecida e menos manobrável pela demagogia, vai o sr. Getúlio Vargas fixar os novos níveis do salário mínimo em alturas absurdas (..) [Este será responsável] pelo erro magno de um governo empenhado, em ano de eleições, em reconquistar a uma popularidade que voluntariamente perdeu.¹²¹

¹¹⁷ A qual, no nosso entender, ainda se mantinha, embora parcialmente, mesmo depois dos pontos de atrito entre Chateaubriand e Vargas devido aos episódios da questão Última Hora e da aceitação do monopólio estatal na Petrobras, que veremos no Capítulo V.

¹¹⁸ Diante da dúvida se Vargas teria ou não condições de enfrentar a ingrata tarefa de cortar gastos e salários do funcionalismo para combater a inflação, o jornal afirmou: “O presidente Getúlio Vargas dispõe como nenhum dos seus predecessores de um amplo apoio popular. (...) Se, portanto, fizer cortes no funcionalismo, o povo compreenderá que foi obrigado a isso pelas conveniências do interesse da comunidade” (“Política de Economia”, *O Jornal*, 6 de março de 1951, Caderno 1, página 4). Sobre as reivindicações trabalhistas, afirmou que: “O novo governo deve usar de sua influência sobre as massas operárias para inundar nelas mais (amor) do trabalho e mais zelo profissional” (“Aumento do trabalho”, *O Jornal*, 4 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 4).

¹¹⁹ “Salário e desvalorização monetária”, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1954, Caderno 1, página 7.

¹²⁰ “Novos rumos para o governo”, *O Globo*, 22 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 1.

¹²¹ “Demagogia contra o bom-senso”, *O Globo*, 1 de maio de 1954, Caderno 1, página 1.

Notamos, assim, que a abordagem do jornal foi a de culpar politicamente o presidente pela majoração salarial e as suas nefastas consequências, mas atribuiu a sua responsabilidade mais à busca de ganhos eleitorais do que a qualquer plano subversivo. Essa ênfase fica melhor entendida quando consideramos que, ao longo de todo o mandato, o jornal insistentemente procurou caracterizar Getúlio como sendo um governante excessivamente preocupado em buscar simpatia popular através da “demagogia” e do “populismo”.¹²² Em suma, desde o início, **O Globo** já representava Getúlio e as suas “intenções políticas” como contrárias a seu próprio programa de combate à inflação, vindo o caso do salário mínimo apenas a confirmar esta antiga constatação e não exatamente as supostas intensões golpistas do presidente.

Por fim, o **Correio da Manhã**, durante todo o episódio da elevação salarial, procurou salientar que, por trás das manobras subversivas de Jango, estava uma manobra política varguista, que não se restringia, porém, à mera demagogia.¹²³ Quando Vargas assinou o decreto de aumento do mínimo, o jornal argumentou:

Uma das espertezas do sr. Getúlio Vargas consiste em manter sempre dentro do governo duas correntes, duas concepções, dos caminhos opostos, representados em homens diferentes, de modo que possa socorrer-se de cada um em conformidade com as circunstâncias do seu oportunismo. Entre os dois não é o seu coração que balança; é o interesse da sua politicagem que de fato o inclina e decide.¹²⁴

E que interesse seria esse? O jornal responde:

Quer jogar e ganhar de todos os lados, utilizando e gastando os homens mais opostos, valendo-se de processos de governo mais diferentes, como o objetivo de criar a confusão, a perplexidade, a desordem geral, toda a instabilidade social e política, que tem sido o seu ambiente propício de oportunista sem convicções e de aproveitador voraz das circunstâncias.¹²⁵

Ou seja, embora o **CM** não fale abertamente, está fazendo referência a um provável objetivo golpista que Vargas teria trazido consigo ao assumir novamente a Presidência da República, em 1951, e que o periódico se empenhou em “denunciar” desde o início do governo, com a presença de Estilac Leal, na pasta da Guerra. Mas no caso de Leal, a sua posição foi sendo paulatinamente enfraquecida no governo – especialmente com a opção de

¹²² “Realidades e ilusões de um ano de governo”, *O Globo*, 26 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 1.

¹²³ Ao comentar a omissão de Getúlio em tomar uma atitude contra o seu ministro do Trabalho, deixando que a crise se instalasse e se alastrasse pelo governo, o **CM** afirmou: “Mas, as crises, é o próprio sr. Getúlio Vargas quem as vem criando. Ele é o presidente da República do quanto pior melhor. Em consequência, agita, confunde, semeia boatos e temores, divide, subdivide, atira uns contra os outros, na esperança fria e calculada de que, todos se enfraqueçam para que ele, sozinho, se fortaleça” (“O presidente em férias”, *Correio da Manhã*, 20 de fevereiro de 1954, Caderno 1, página 4).

¹²⁴ “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 de maio de 1954, Caderno 1, página 4.

¹²⁵ *Idem*.

Vargas por uma aproximação com os Estados Unidos (Acordo Miliar e CMBEU) –, até chegar à sua demissão. Isso levou o jornal a fazer abertos elogios a Vargas por este ter enfrentado o general “simpatizante do comunismo”, indicando o seu compromisso com o respeito às instituições e o combate à subversão.¹²⁶ Já, no episódio de Goulart, o presidente teria optado pelo caminho da “agitação”, comprometendo não só a estabilização financeira como a própria ordem social.

Parecia, há alguns meses, que a orientação econômica do governo se baseava no chamado Plano Aranha. De autoria dos srs. (sic) Osvaldo Aranha e Marcos de Souza Dantas, o plano era, no entanto, da responsabilidade do sr. Getúlio Vargas, pois estamos em um regime presidencialista e o presidente da República o aprovava e mandara executar. De repente, porém, o sr. Getúlio Vargas entrou a apoiar e instigar o plano oposto, o plano de agitação social, do seu favorito João Goulart para jogar por terra o Plano Aranha. A demissão do agitador (...) representou apenas uma derrota aparente: um mergulho para ressurgir no decreto e no discurso de 1º. de maio (...). Tendo e mantendo no seio do governo as duas orientações opostas, o sr. Getúlio Vargas parecia prestigiar uma delas apenas para melhor preparar a vitória da outra.¹²⁷

Em suma, mais uma vez, as opções políticas de Vargas não só comprometeram o seu programa econômico, como parecem ter estado sempre a esperar o momento de superá-lo.

Em síntese, podemos concluir que:

- os jornais deram apoio aos programas de combate à inflação do Executivo e aos seus ministros da Fazenda, independentemente de sua maior ou menor aproximação com o governo; já no que se refere às transferências dos méritos dessa política a Vargas, a sua *estratégia argumentativa* dependeu diretamente da postura diante do presidente: os periódicos mais próximos à situação ou mesmo de oposição moderada salientaram esses méritos; já os diários mais opositoristas foram comedidos ou omissos em fazer tal transferência;

¹²⁶ Por exemplo, no editorial intitulado “Continue” ocupando a capa do jornal, algo raro para o **Correio da Manhã**, este jornal elogiou a fala de Vargas diante das Forças Armadas, quanto teria confrontado o seu ministro da Guerra, ao reiterar o compromisso do governo com a aliança pró-EUA e, especialmente, com o combate ao comunismo entre os militares, “campanha” que o jornal se auto-atribuiu: “O dia de ontem foi importante para o Brasil. O sr. Getúlio Vargas falou claro, falou sério, falou certo. (...) As palavras do presidente reavivaram uma corrente de confiança perdida (...) Num discurso de chefe de Estado – franco e afirmativo, proclamando sem ambiguidades ou temor à política da grande nação que pode ser o Brasil se não o estragarem ‘seus inimigos internos’ (...). Ontem, o sr. Getúlio Vargas, pelo alcance de suas palavras, pelo seu tom, de uma sinceridade que não pode deixar dúvidas, demonstrou ter a consciência da verdade e do perigo que denunciámos. (...) Esse aplauso vibrante ao sr. Getúlio Vargas (dos militares presentes) vem reconfortar-nos a nós, **Correio da Manhã**, porque revigora nossa convicção de que estamos certos, e devemos prosseguir em nossa campanha. E prosseguiremos” (“Continue”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 1). Já, quando da demissão de Estilac, o jornal saudou o episódio como uma nova oportunidade para o governo (“Novos rumos”, *Correio da Manhã*, 27 de março de 1952, Caderno 1, página 4).

¹²⁷ *Idem.*

- a ênfase e a preocupação com as possíveis divergências internas ao governo, no caso da gestão de Lafer, variaram conforme os jornais pesquisados se deslocavam de uma posição mais situacionista (onde o tema da divergência é omitido ou mesmo não aparece, como em **O Jornal**) para uma situação mais oposicionista (onde ele ganha destaque e provoca mais preocupação, como em **O Globo** e, em especial, no **Correio da Manhã**);
- já na gestão de Aranha, embora haja divergências de intensidade e mesmo de qualidade no tratamento da questão de um Ministério dividido, ela foi abordada e condenada por todos os jornais, o que podemos explicar, dentre outras razões conjunturais, porque, nesse momento, o “polo condenável” do governo na opinião dos periódicos, além de representar um perigo à estabilidade financeira e à estabilidade política, ainda parecia estar saindo vitorioso com o apoio ou a conviência de Vargas;

Por fim, todo esse episódio nos permite compreender melhor a intrincada relação entre campo jornalístico e campo político no período considerado.

De um lado porque, devemos considerar que a relativa convergência dos jornais em aprovar a orientação do governo em relação ao combate à inflação, independentemente de sua posição mais próxima ou distanciada do Executivo, não pode ser desvinculada da forma em que os próprios termos do problema foi colocado e representado: uma política de grande “interesse coletivo”, retratada pelo governo e por muitos jornais (como o **JB**, **OG** e **OJ**) como uma verdadeira causa de “salvação nacional”, na qual os periódicos, diante da necessidade de reforçar o seu capital de prestígio junto ao público leitor – tanto do ponto de vista individual como do próprio campo de produção -, dificilmente poderiam deixar de se associar, mesmo que não se alinhassem com Vargas.

Por estas razões, não encontramos aqui, mesmo entre os impressos mais combativos ao governo, uma postura que possa ser chamada de intransigente; na verdade, *a estratégia geral* adotada foi mais de tentar “conduzir” as ações do Executivo do que solapá-lo, ou seja, tentar reforçar as políticas e os homens públicos com os quais os periódicos melhor se identificavam no interior do governo (estabilidade financeira, estabilidade institucional e social, aproximação com os EUA) e combater àquelas com as quais menos se identificavam (emissionismo, nacionalismo, trabalhismo, etc.); os elogios e críticas dadas a Vargas dependeram não só da aproximação do jornal com o presidente mas também conforme o governo se inclinasse para uma dessas alas ou polos opostos no seu próprio interior;

3.2.4 – Pensamento econômico nos jornais e as contradições entre sanear e desenvolver

Vamos agora avaliar um pouco mais o pensamento econômico defendido pelos jornais em relação ao tema da estabilização financeira. Vimos que os periódicos estudados apresentaram diferenças quanto à intensidade atribuída à inflação como um problema para a economia brasileira e, especialmente, quanto à relevância das emissões monetárias e do déficit orçamentário como causas do fenômeno inflacionário. Porém, percebemos também que, para todos, a inflação era uma das razões essenciais da nossa “crise” e que uma política de estabilização monetária era necessária para combatê-la. Além disso, os diários convergiram em apoiar os programas de saneamento financeiro proposto por ambos os ministros da Fazenda de Vargas.

Dessa forma, em termos de filiação doutrinária, o que apresentamos até agora aproxima, com algumas variações, a tomada de posição dos jornais das ideias defendidas pelo economista neoliberal brasileiro Eugênio Gudín, tanto pela defesa de estabilidade financeira, quando pelos conceitos de inflação de demanda e inflação de custo, que o levavam a prognosticar para o Brasil a necessidade de o país adotar medidas bastante restritivas de estabilização monetária e, fundamentalmente, de redução dos investimentos, a fim de reduzir o crescimento de uma economia considerada excessivamente aquecida (*superemprego*).

Em consequência, podemos perguntar: teriam sido os periódicos pesquisados, ao menos no que se refere à inflação, defensores de uma política ortodoxa e foi essa razão que levou-os a apoiarem as linhas gerais dos programas apresentados pelos ministros da Fazenda de Vargas, por estes representarem a ortodoxia no governo?

Para respondermos adequadamente a esta questão, teremos que ampliar a nossa abordagem sobre o posicionamento dos jornais, abarcando outras questões relativas ao tema, como a necessidade ou não de restringir o crédito e os investimentos.

Nesse sentido, é interessante salientar que os diários pesquisados, quando trataram da questão da inflação e das decisões tomadas para resolver o problema, convergiram em afirmar que o combate ao déficit público, embora necessário, era insuficiente.

Ao comentar as primeiras medidas de estabilização monetária do governo, em um editorial intitulado significativamente “A campanha contra a inflação”, **O Globo** alerta o ministro Lafer que “o combate à inflação tem que buscar outros caminhos” e

esse caminho o apontará S. Ex. ao próprio governo, não podendo ser outro senão **o do próprio estímulo oficial à produção, aos meios (*ilegível*) de transportes e comunicação, com a ampliação simultânea da oferta (...)**. Trata-se, portanto, de uma verdadeira batalha de salvação nacional, em que se terão que empenhar todos

os setores da administração.¹²⁸

Em consequência, para este jornal, se a economia brasileira apresentava desequilíbrios entre uma demanda superior à oferta de bens, o problema estava não em um consumo aquecido, mas sim no retardo da produção.

O Jornal seguiu a mesma linha, defendendo que apenas o corte de gastos públicos era insuficiente para combater a inflação, sendo necessário também um programa de incentivo às atividades produtivas. Incorporando em seus textos as próprias expressões do discurso oficial, este periódico encampou o que o governo chamou de “batalha pela produção”, defendendo e endossando as medidas que o Executivo tomou nesse sentido. Comentando um discurso do ministro da Fazenda, **O Jornal** asseverou:

E aqui está o drama, porque é com o aumento da produção que forjaremos a arma de têmpera mais forte para combater a inflação, cujos perniciosos efeitos só serão atenuados ou anulados completamente quando o volume dos bens de produção corresponder à expansão dos meios de pagamento.¹²⁹

Encontramos a mesma percepção do problema no **Correio da Manhã**, que defendeu as propostas de Lafer da seguinte maneira:

O relatório do ministro da Fazenda só poderá ter no país uma repercussão muito favorável, se o governo praticar a política nele recomendada, uma política de poupança e austeridade, de corte das despesas e **estímulo à produção**, esta política passará a influir, generalizadamente, sobre toda a economia nacional.¹³⁰

E mesmo o **Jornal do Brasil**, que havia se demonstrado o mais preocupado com o emisionismo e o déficit público, mostrou-se um forte defensor da necessidade do aumento da produção, afirmando, desde o início da gestão de Vargas, que o controle das emissões era apenas uma parte do remédio para a alta dos preços:

Precisamos não acreditar senão num milagre: o milagre da produção. A baixa dos preços das utilidades indispensáveis à subsistência da população, que vive de salários, está condicionada a essa operação econômica, que age sempre em qualquer latitude da mesma maneira, baixando os preços correntes nos mercados internos,

¹²⁸ *O Globo*, 6 de junho de 1952, Caderno 1, página 1. Consultar, igualmente: “Em meio ao marasmo ministerial”, *O Globo*, 25 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1, “Produção e Transporte”, *O Globo*, 5 de junho de 1951, Caderno 1, página 1) e *O Globo*, 18 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 3.

¹²⁹ “O drama da produção”, *O Jornal*, 21 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4. Ver também: “O problema é menos de consumo que de produção”, *O Jornal*, 28 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4, “A tarefa que cabe ao governo”, *O Jornal*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Reabilitação econômica”, *O Jornal*, 28 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Combater a pobreza pelo trabalho”, *O Jornal*, 22 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4 e “Aumento da produção agrária”, *O Jornal*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹³⁰ “Política Financeira”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 4. Ver também: “O Banco do Brasil e a produção”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

desde que outros fatores monetários não intervenham para anular seus efeitos benéficos sobre a vida de cada cidadão.¹³¹

A importância de fazer essa ressalva está em que esse tipo de proposta era, como vimos, combatida por liberais como Eugênio Gudin. Para estes, uma política de fomento à produção era incompatível com as medidas necessárias ao combate à inflação porque implicaria em aumentar ou manter o crédito e o nível de investimento. Ora, na opinião dos liberais e neoliberais, uma economia inflacionada era obrigatoriamente uma economia aquecida e, assim, exigia retração do crédito e dos investimentos para comprimir a demanda e não o contrário. Em relação a este ponto, os jornais pareceram bastante claros, embora apresentassem visões distintas.

Vamos começar pela questão do crédito. Sobre isso, podemos notar uma nova aproximação entre o **Jornal do Brasil** e o **Correio da Manhã**. Ambos os periódicos se colocaram totalmente contra qualquer proposta de aumento da produção que envolvesse emissões monetárias e apresentaram limites a políticas de expansão creditícia.

Mas foi o **Correio da Manhã** que demonstrou ênfase maior nesses temas. Em relação às emissões monetárias, este diário não somente condenou as possíveis medidas do governo mas também se posicionou contra os pedidos das “classes produtoras” para que expansões da oferta de moeda ajudassem no fomento às atividades produtivas e comerciais.¹³²

Da mesma maneira, não deve surpreender o fato de ter sido o **CM** o jornal onde podemos encontrar o maior empenho no combate a uma política de crédito expansionista, sendo ele, como já vimos anteriormente, o único jornal sobre o qual podemos afirmar que houve uma posição claramente combativa à gestão de Ricardo Jafet, na presidência do Banco

¹³¹ “O Governo e o custo de vida”, *Jornal do Brasil*, 20 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5. Em outro editorial, afirmou que, para “reduzir o custo da vida, que atingiu a um limite jamais observado em toda a história do País, é necessário um esforço conjugado, atingindo, por um lado, a defesa da moeda e, por outro, incentivando os meios de produção” (“O combate à crise econômica”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1951, Caderno 1, página 5). Este tema será bastante recorrente, no jornal, tendo sido abordado também nos seguintes editoriais: “Verdadeiro cipoal de interesse”, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 5, “Providências contraditórias”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5, “A missão do ministro da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 5 e “O Governo e a Execução orçamentária”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

¹³² Em relação a notícias não confirmadas de que o governo adotaria uma prática emissão para aumentar a produção, podemos ler: “Está circulando um boato: o governo emitiria a importância vultosa – fala-se em 8 bilhões – para financiar certos ramos da agricultura, esmagados pela falta de créditos. (...) **Esperamos que o governo desminta o boato da nova emissão ou, quando tal seja a sua efetiva intenção, mude a tempo de idéia. Todas as medidas antiinflacionárias até agora adotadas pelo governo, sob aplauso geral, seriam neutralizadas por tal emissão**” (“Emissões”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1952, Caderno 1, página 4). Já no que dizia respeito às propostas das classes produtoras, temos: “Catarse”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “As razões da crise”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4). O **Jornal do Brasil** foi menos insistente no tema, que pode ser encontrado em “As preocupações financeiras do Governo” (*Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1951, Caderno 1, página 5) e “Para impedir a alta dos preços” (*Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1951, Caderno 1, página 5).

do Brasil.

Mas, quanto a isso, é necessário um esclarecimento. Embora reticentes à ampliação do crédito em período inflacionário, estes jornais se preocupavam em frisar que condenavam a prática de concessão de crédito indiscriminado, que favorecia especialmente os investimentos especulativos. Em outras palavras: o que ambos pregaram foi menos uma restrição do crédito e mais a necessidade de uma seleção criteriosa do mesmo em favor das atividades produtivas.¹³³

Nesse ponto, o **JB** foi ainda mais flexível que o **CM**, pois chegou mesmo a aceitar, ao menos em teoria, que expansões monetárias destinadas a fomentar as atividades produtivas através do crédito não seriam sempre inflacionárias, pois tenderiam a aumentar a oferta futura de bens de consumo.¹³⁴ Ambos os jornais, porém, convergiram em condenar concessões creditícias para atividades especulativas e defenderam a necessidade de se oferecer prioridade ao setor agrícola, na medida em que este apresentava um ritmo de crescimento inferior ao da indústria.¹³⁵ Porém, o **CM** pareceu mais claro no que se refere à importância de uma política de crédito seletiva mas bastante ativa para não retardar o desenvolvimento brasileiro. Comentando a política econômica de Lafer, afirmou:

Num país em fase de crescimento, em que as disponibilidades econômicas desaconselham as restrições financeiras, o fator moral dos saldos orçamentários tanto mais completará os seus benefícios quanto se possa harmonizar com uma política de crédito que revitalize, paralelamente, os instrumentos de criação de riquezas.

[Já o antigo projeto do Banco Central de Horário Lafer, quando deputado,] permitiria, ao cabo, a 'dosagem e habilidade' do crédito, formando uma política de crédito que cerceie a especulação (...). As resoluções da recente reunião de banqueiros podem, neste sentido, operar uma **revisão oportuna daquela política**; desde exatamente que **se não aprisione aos elementos puramente técnicos e atenda às suplementações de financiamentos com flexibilidade** que, não destoando da norma, **compreenda os fenômenos da produção**.¹³⁶

Em relação ao **O Globo**, não pudemos identificar um posicionamento explícito frente ao crédito, embora seja aceitável afirmar que este jornal tenha sido mais favorável do que

¹³³ “As finanças através de um relatório”, *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 5, “Inversões de papéis”, *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 4 e “A exposição do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

¹³⁴ *Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5. Ver também: “Verdadeiro cipoal de interesse”, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

¹³⁵ “A missão do ministro da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1951, Caderno 1, página 5, “Proposições moralizadoras”, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1951, Caderno 1, página 5, “O combate à crise econômica”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1951, Caderno 1, página 5, “A inflação e o governo”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, “A exposição do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1952, Caderno 1, página 4, “Inversões de papéis”, *Correio da Manhã*, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 4 e “Ideias e atos”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹³⁶ “A exposição do ministro da Fazenda”

contrário a uma política creditícia de fomento à produção. Se é possível encontramos associações genéricas e isoladas entre crédito imoderado e inflação,¹³⁷ também se verifica exemplos de apoio ao financiamento rural¹³⁸ e, especialmente, um amplo destaque, no espaço informativo, aos programas do governo de promoção da extensão do crédito, que poderíamos considerar como um indício de apoio.¹³⁹ O que fica mais nítido quando notamos que tais reportagens estão acompanhadas de editoriais elogiando Horácio Lafer e Ricardo Jafet por ambos terem tomado medidas para desburocratizar o Banco do Brasil e, assim, facilitarem a ampliação dos financiamentos,¹⁴⁰ sem que tenhamos identificado qualquer crítica à gestão do presidente do BB. Por fim, em um pequeno balanço das realizações do governo em 1952, **O Globo** colocou, entre os aspectos positivos, o fato de o “crédito e as operações bancárias [terem sido] desenvolvidos. Em harmonia com a política governamental de difusão do crédito, o Banco do Brasil ampliou consideravelmente sua rede de agências, tendo criado 50 delas em vários pontos do país”.¹⁴¹ Entretanto, não devemos esquecer que **OG** tinha sido um dos diários mais beneficiados pela política de expansão de crédito na gestão de Jafet no BB, o que talvez possa explicar a ausência de críticas a mesma. Veremos, depois, que não é a única explicação possível.

De todos os jornais pesquisados, foi em **O Jornal**, porém, que encontramos uma postura mais favorável à ampliação do crédito. Defendendo a tese que a expansão da produção exigia o aumento e não restrição creditícia, **OJ** elogiou as medidas do governo neste sentido e mesmo solicitou que o Executivo agisse mais ativamente.¹⁴² Chegou, inclusive, a reclamar que a proposta de seletividade de Lafer, embora justa, estava sendo seguida com muito rigor pelo sistema bancário, na medida em que “fazendeiros, industriais e

¹³⁷ “O destino do Banco de Desenvolvimento”, *O Globo*, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 1.

¹³⁸ Por exemplo: “A maior oferta de alimentos é a segunda medida complementar. Que se abra o crédito bancário, tanto oficial, quanto particular para a rápida construção de silos, armazéns, frigoríficos e para o financiamento das lavouras anuais” (*O Globo*, *idem*).

¹³⁹ E não só pelo efeito de visibilidade, mas também pelos títulos e subtítulos das reportagens, que dão uma ideia da receptividade às medidas: “Poderes especiais para o Ministro da Fazenda”, com o subtítulo: “Declarou o sr. Láfer ao ‘O Globo’ que está habilitado a encaminhar o crédito no sentido de aumentar a produção nacional”, *O Globo*, 6 de março de 1951, Caderno 1, página 1, “Expansão, e não retração do crédito”, *O Globo*, 2 de junho de 1952, Caderno 1, página 1 e 2, “Política certa para ajustar finanças do Brasil”, *O Globo*, 6 de agosto de 1952, Caderno 1, página 1 e 4.

¹⁴⁰ Em relação a Lafer: “Burocracia bancária”, *O Globo*, 13 de junho de 1952, Caderno 1, página 1. Já quanto a Jafet: “Uma reforma oportuna”, *O Globo*, 10 de outubro de 1952, Caderno 1, página 1.

¹⁴¹ “Um ano de governo”, *O Globo*, 31 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 2.

¹⁴² Quanto a isso, os exemplos são vários. Ver: “Clima de confiança e estímulo à produção”, *O Jornal*, 8 de maio de 1951, Caderno 1, página 4, “Novas planos de crédito rural”, *O Jornal*, 23 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4, “Nova função atribuída ao crédito”, *O Jornal*, 18 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Novos métodos de trabalho na expansão do crédito”, *O Jornal*, 26 de maio de 1951, Caderno 1, página 4, “Expansão e difusão do crédito”, *O Jornal*, 8 de julho de 1951, Caderno 1, página 4, “Reforma do crédito agrícola e industrial”, *O Jornal*, 21 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4 e “Expansão do crédito e aumento da produção”, *O Jornal*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

comerciantes” se queixavam de não conseguir “levantar qualquer importância nos bancos ou agências locais, porque se conservam surdos aos apelos das classes operosas, recusando-se a cooperar com as suas atividades”¹⁴³

Desta maneira, não surpreende que **O Jornal** apresente uma opinião completamente positiva da gestão de Ricardo Jafet no Banco do Brasil. Ao contrário de ser visto como um empecilho à política de combate à inflação do governo, este é representado como um dos instrumentos da viabilidade desta política,¹⁴⁴ não existindo contradições mas complementaridade entre a ação de Jafet liberando o crédito e a de Lafer controlando os gastos e as emissões. Em relação ao conflito público que envolveu a ambos, ao menos no material levantado por nossa pesquisa, ele não é mencionado pelo jornal. É sempre bom lembrar, porém, que as empresas jornalísticas de Assis Chateaubriand também foram beneficiadas com a política expansionista de Jafet, mas até que ponto isso explica a postura adotada pelo jornal, é impossível afirmar.

Em síntese, neste caso, embora haja diferença na posição dos diários – sendo o **JB** e o **CM** mais resistentes à expansão creditícia, enquanto **OG** e, especialmente, **OJ** são bem mais favoráveis à mesma – é possível afirmar que nenhum deles seguiu uma linha de argumentação ortodoxa ou neoliberal, como a desenvolvida por Gudin. Aproximaram-se mais daquilo que defendiam Vargas e Lafer sobre a necessidade de um crédito seletivo para fomentar a produção como forma de combater a inflação.

Feita essa análise sobre o tema do crédito, importa agora avaliar a questão da retração dos investimentos, especialmente os públicos.

Para entendermos o posicionamento dos jornais estudados, devemos levar em conta que, no geral, estes diários convergiram em apontar que um dos problemas da economia brasileira era a carência de energia e, especialmente, de transportes, que prejudicava a produção e a circulação das mercadorias, agravando o processo inflacionário. Essa constatação, em si mesma, pouco acrescenta à nossa análise, mas interessa verificar qual foi a política que os jornais defenderam para a solução deste problema. Iremos trabalhar com mais detalhes dessa questão no Capítulo V, ao tratarmos da CMBEU e da criação do BNDE, que

¹⁴³ “Da seleção à negação do crédito”, *O Jornal*, 28 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴⁴ “Novos métodos de trabalho na expansão do crédito”, *O Jornal*, 26 de maio de 1951, Caderno 1, página 4. Outros elogios à atuação do BB podem ser encontrados em: “Expansão e difusão do crédito”, *O Jornal*, 8 de julho de 1951, Caderno 1, página 4, “Reforma do crédito agrícola e industrial”, *O Jornal*, 21 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Expansão do crédito bancário”, *O Jornal*, 13 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, etc. Elogios à figura de Ricardo Jafet também estão presentes: “O papel do Banco do Brasil no revigoramento da economia nacional” (*O Jornal*, 22 de julho 1951, Caderno 1, página 4) e em artigos de Chateaubriand: “Um Bravo”, *O Jornal*, 15 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 4.

envolveram os investimentos em infraestrutura. Por agora, importa destacar que, ao abordarem a inflação, o posicionamento dos jornais inclinou-se mais para a defesa da continuidade, quando não da expansão, dos investimentos públicos em infraestrutura do que da sua retração.

Mesmo jornais como o **CM** e o **JB**, que demonstraram maior cuidado com a estabilidade monetária, não deixaram de clamar pela necessidade de o Estado aumentar os seus investimentos como forma de combater a inflação. Por exemplo, a única crítica que fizeram ao programa inicial de saneamento de Lafer foi o corte, considerado excessivo, no setor de transportes. O **JB** foi eloquente ao censurar a proposta de saneamento do ministro por ela retirar verbas de setores como a “construção de estradas, o que [viria] contrariar a política de transportes, tão necessária à ampliação das estradas de ferro e rodovias, dadas as condições precárias desse setor, face aos interesses em jogo e que dizem de perto com a economia do País”. Política que este diário considerou contraditória com a proposta de “aumento da produção” defendida pelo Chefe de Governo.¹⁴⁵

O Jornal e **O Globo** também abordam o problema, entretanto, avançaram um pouco a sua análise, ao associar a questão da carência dos transportes não apenas a uma dificuldade pontual da economia mas a conceitos mais amplos como o de “gargalos” ou “pontos de estrangulamento”, presentes na própria visão que o governo apresentava da questão. **O Globo** foi bem claro quanto a isso ao endossar os principais itens de um discurso do ministro Lafer:

O primeiro é a crise peculiar da economia brasileira de hoje, **crise que o Sr. Horácio Lafer definiu, certa vez, com muita felicidade, como crise de ‘estrangulamento’**. Essa crise é uma consequência da expansão econômica em que nos achamos. Surgem, em torno de nós, diariamente, novas iniciativas. (...). Mas dois ou três pontos vitais da estrutura econômica não oferecem, não podem oferecer elasticidade para acompanhar essa expansão generalizada: tais pontos são, sobretudo, a energia elétrica e o transporte. (...) Eis porque é justo falar em ‘pontos de estrangulamento’. O que cresce é estrangulado na fase de transporte ou de utilização da energia.¹⁴⁶

Em outras palavras, estamos diante daquilo que alguns economistas desenvolvimentistas iriam chamar de “crise de crescimento” e que estava se tornando uma

¹⁴⁵ “Todavia, os resultados desse incremento poderão ficar à mercê da deficiência comprovada dos meios de transportes, sobretudo por se saber que até agora tem sido esse o ponto nevrálgico da questão. Não basta, portanto, produzir, e produzir bastante, quando a perspectiva será a de resultar inútil, talvez, como de outras vezes, todo o trabalho em favor dessa providência que levará o homem do campo e o das fábricas à intensidade de aproveitamento das suas energias, no afã de obter, afinal, a melhoria de vida, por ser essa a conclusão com que lhe acena o Governo em suas promessas.” (“Providências contraditórias”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5.)

¹⁴⁶ “O destino do Banco de Desenvolvimento”, *O Globo*, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 1.

espécie de consenso entre os intelectuais ligados a esta corrente.¹⁴⁷

Como afirma **O Jornal**:

Crescemos mais rapidamente do que nos seria possível prever as exigências que esse crescimento impõe. Precisamos de mais estradas, de aparelhar convenientemente as antigas, de reequipar os portos, modernizar todo o sistema de transporte do país. (...) É claro que essa obra não poderá ser feita em alguns meses, nem mesmo em alguns anos. O essencial é que tenha sido concebida e esteja em execução, como realmente se encontra, para que os males de que hoje nos queixamos venham a desaparecer em futuro breve.¹⁴⁸

O **JB** também convergiu nessa análise:

Essa é a verdadeira crise de crescimento a que aludiu, há dias, o relator da Comissão de Finanças da Câmara e contra a qual não se poderão aplicar medidas que não sejam as de amenizar consequências inevitáveis, considerando-se estarem em causa os superiores interesses do País.¹⁴⁹

Em se tratando de uma “crise de crescimento”, na visão desenvolvimentista, o melhor a fazer era ampliar e não reduzir os investimentos públicos para superar os gargalos da economia. Conclusão com a qual diários como **O Jornal**, o **Correio da Manhã**, **O Globo** e até o **JB**, ao menos nos limites do tema aqui analisado, demonstram concordar, quando abordam o efeito sobre a inflação dos investimentos públicos em infraestrutura e na produção:

Aumentar a produção implica no emprego, pelo Estado, de grandes somas, pois sem gastar não irá o governo promover a expansão e o fortalecimento da economia interna. Em primeiro lugar, como diz o presidente Vargas em sua mensagem, temos que criar as indústrias de base e de certo que não seria possível estabelecê-las no país senão com o emprego de amplos recursos financeiros. Do mesmo modo que expandir a indústria manufatureira de bens de consumo significa investir nesse empreendimento grandes capitais.

Portanto, comprimisse de um lado e dispense-se de outro mas dispendem-se em iniciativas que rendem, que dão proveito e que aumentam a riqueza.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Segundo Bielschowsky entre os desenvolvimentistas, nos anos 50, estava se firmando um consenso em torno de uma “crise de crescimento”, expressão utilizada por Campos que os neoliberais não gostavam, pois estes pregavam uma política de contração dos investimentos e do consumo por considerarem que havia pleno emprego e excessiva pressão da demanda. Achavam, portanto, excessivos a taxa de investimento e o ritmo de crescimento. O que os preocupava naquela expressão era o fato de que podia ser admitida como legitimação da crise e do ritmo corrente de crescimento (...) e desviar a atenção daquilo que consideravam a verdadeira causa da crise, a saber, a má gestão da política econômica do governo Vargas, inflacionária e intervencionista” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 372).

¹⁴⁸ “O governo não é tudo”, *O Jornal*, 3 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4. A mesma visão pode ser encontrada em outros editoriais, como “Considerações acerca da Mensagem” (*O Jornal*, 17 de março de 1953, Caderno 1, página 4), onde se diz: “Os nossos problemas são muitos grandes e cresceu (sic) com o próprio desenvolvimento da nação”.

¹⁴⁹ “Nova política econômico-financeira”, *Jornal do Brasil*, 15, dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵⁰ “Nova função atribuída ao crédito”, *O Jornal*, 18 de março de 1951, Caderno 1, página 4. Ver também: “O problema principal”, *O Jornal*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, “Tudo pronto para recomeçar”, *O Jornal*, 4 de março de 1952, Caderno 1, página 4 e “O governo não é tudo”, *O Jornal*, 3 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4.

Ainda se desconhece o montante de investimentos que será anualmente solicitado pelo conjunto dos planos econômicos do governo. É certo, porém, que serão superiores a 20% da poupança nacional. A consequência disso será a escassez de recursos para os empreendimentos que, normalmente, seriam acionados por esse capital. Se o governo não tomar certas providências, **o resultado dessa escassez será a diminuição dos bens de consumo, como a decorrente elevação dos preços. Como evitar esse efeito negativo? Reduzindo o montante dos investimentos? A nosso ver, essa solução só poderia ser adotada em último recurso.**¹⁵¹

Em síntese, notamos que os jornais pesquisados apresentaram preocupação com o problema inflacionário e defenderam medidas de saneamento financeiro para debelá-lo; entretanto, convergiram em afirmar que o combate à inflação não poderia se limitar a políticas restritivas de controle de gastos públicos, sendo necessário fomentar o aumento da produção e, para isso, prognosticaram políticas de crédito seletivo ou mesmo de expansão creditícia e, especialmente, propostas de ampliação do investimento público em infraestrutura para superar os gargalos da economia. Desta maneira, apesar de alguns pontos de aproximação com a ortodoxia, a visão dos jornais do problema da inflação parece ser mais afinada com a concepção desenvolvimentista que ganhava espaço no debate público da época do que do liberalismo ou do neoliberalismo defendido por Gudin. Haveria contradição ou falta de coerência nos jornais?

Pode ser, mas, como pretendemos demonstrar, essa postura parece ser mais uma característica da *estratégia argumentativa* da imprensa no período do que propriamente resultado da falta de consistência em suas tomadas de posição. Como agentes do campo jornalístico cujo poder deriva da capacidade de mediação entre os dos demais campos de produção e o campo social, era muito difícil para um jornal levar às últimas consequências o prognóstico que o pensamento liberal ou neoliberal mais puro apresentava para a inflação. Considerada como uma consequência necessária do pleno emprego ou *superemprego*, o deveria ser combatida mediante o recuo dos investimentos e, até mesmo, do aumento do desemprego, para desafogar a demanda. Para um teórico, que chegava a esta conclusão elaborando um belo teorema em seu gabinete de estudos, ela poderia ser plenamente sustentável no debate público. Agora, para um jornal – assim como para um político –, relativamente dependentes do público leitor e do universo de anunciantes, afetados pelas consequências econômicas imediatas desse receituário, era muito mais difícil e altamente depreciativo de seu capital de confiabilidade.

Por fim, percebemos diferenças entre os periódicos estudados: o **JB** e o **CM** se

¹⁵¹ “Banco de investimentos”, *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

demonstraram próximos à defesa de algumas medidas restritivas, enquanto que **OG** e, especialmente, **OJ** pareceram se alinhar com uma visão heterodoxa ou cepalina da questão; entretanto, conclusões sobre isso ainda seriam precipitadas.

3.2.5 – Tomada de posição e identidade de classe

O último tema que iremos trabalhar nesse Capítulo diz respeito a que grupos sociais, na questão da inflação, estes jornais parecem querer direcionar o seu discurso ou, ao menos, em quais parcelas da população ele teria mais chances de ser melhor aceito?

Uma das formas de tentar responder a estas perguntas é analisar a maneira como os periódicos abordaram os grupos que poderiam estar se sentindo prejudicados com a política de estabilização do governo.

Nesse sentido, é interessante observar que um tema muito tratado por alguns jornais foi o relativo aos grupos que, por terem se beneficiado com a inflação, não desejavam a sua eliminação da cena econômica brasileira.

Quanto a isso, não encontramos um consenso entre os jornais nem sobre a caracterização exata desses grupos, nem sobre a importância do perigo que eles representariam para a estabilidade financeira. Periódicos como **O Jornal** e **O Globo** deram pouca relevância ao tema ou o trataram de forma muito genérica, não nomeando os inimigos da estabilização.¹⁵² Já o **Correio da Manhã** deu mais destaque ao assunto, denunciando, seguidamente, o que chamou de “manobra dos especuladores”, que faziam pressão para que o governo ampliasse o crédito às suas atividades especulativas, o que seria, segundo o jornal, um risco ao programa de estabilidade. Além disso, nomeou os grupos interessados na continuidade da inflação, criticando a ação especulativa dos banqueiros e, especialmente, a pressão dos comerciantes para ampliação da massa monetária.¹⁵³

¹⁵² **O Jornal**, apesar de mencionar que o combate à inflação poderia ser ameaçado por “poderosos interesses” contrários à sua aplicação, não deixou claro quais seriam esses interesses, fazendo alusões vagas a conveniências políticas e econômicas daqueles que se acostumaram a viver das benesses Estado. Ppor exemplo: “Política de Economia”, *O Jornal*, 6 de março de 1951, Caderno 1, página 4, “Compressão de despesas inúteis”, *O Jornal*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 4 e “Política de Economia”, *O Jornal*, 6 de março de 1951, Caderno 1, página 4.). **O Globo** foi ainda mais discreto e menciona esta questão apenas para cobrar a promessa ainda não cumprida do governo de acabar com a “especulação” a fim de combater o aumento do custo de vida, parecendo mais uma crítica à ineficiência do Executivo do que uma condenação dos “especuladores” (“A verdade é melhor”, *O Globo*, 18 de março de 1952, Cadernos 1, página 1).

¹⁵³ “Como se vê, não se encontram fundamentos para a alegada escassez dos meios de pagamento. É possível que determinadas localidades ou empresas tenham sido mal servidas de crédito. Mas a principal causa das reivindicações creditícias está no fato de certos produtores e comerciantes não se resignarem com o saneamento financeiro que os obriga a vender mais barato, reduzindo lucro especulativos a que já se tinham habituados. Atrás dos protestos contra a falta de crédito esconde-se manobra inflacionária” (“Manobra inflacionária”, *Correio da Manhã*, 7 de junho de 1952, Caderno 1, página 4). Ver também: “Escassez”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de

A questão, porém, vai atingir a condição de uma verdadeira *campanha* apenas no **Jornal do Brasil**, como podemos ver nesse editorial ainda de agosto de 1951, cuja longa citação é justificada pelo seu caráter ilustrativo:

Os poderes públicos têm resistido às investidas **dos que só podem viver bem contando com uma larga margem de lucros rápidos**, e, como essas vantagens só podem ser obtidas dentro de um meio circulante inflacionário, **não podem suportar nem admitir que a administração não atenda aos seus reclamos de mais emissões**, porque **o reino dos bons e fáceis negócios, das especulações de toda a ordem com as utilidades indispensáveis à subsistência** e outras ligadas à comodidade coletiva.

Até agora, a sorte da luta pende para o ministro, que está resistindo **à avalanche dos que pretendem ver o meio circulante receber mensalmente um jato de novas emissões**. (...)

Essa corrente inflacionista não desanima, porém, na sua ânsia de conseguir o retorno ao paraíso dos bons negócios e fartos lucros a custas do sacrifício da maioria.¹⁵⁴

Neste editorial, o diário não foi muito claro em nomear quais grupos sociais seriam os mais beneficiados com o emissionismo. Mas, na maior parte dos momentos em que aborda o tema da “vida cara” ou das dificuldades de abastecimento urbano, este impresso faz alusão condenatória aos “especuladores”, “exploradores”, “intermediários”, etc., ou seja, emprega um conjunto de categorias que, apesar de ainda imprecisas, são denotações pejorativas daqueles que exercem atividades comerciais.¹⁵⁵ Embora não possamos afirmar que o **JB** faça uma “cruzada” contra o comércio, o periódico localizava entre os comerciantes aqueles que mais lucrariam com a exploração das dificuldades de abastecimento.¹⁵⁶ É possível, também, encontrar batalhas em setores específicos do varejo, como a campanha que o **Jornal do Brasil** promoveu, no início do governo Vargas, contra o alto preço da carne, considerado abusivo.¹⁵⁷ Mais do que isso, o jornal abriu uma verdadeira guerra contra os “açougueiros” ou “carniceiros”, chegando ao ponto de defender a expulsão do país daqueles que estivessem se

1951, Caderno 1, página 4. Sobre os banqueiros, ver: “Banqueiro”, *Correio da Manhã*, 8 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁵⁴ “Milagres da austeridade administrativa”, *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5. Ver também: “Oposição à ordem financeira”, *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵⁵ Por exemplo: “Para impedir a alta dos preços”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1951, Caderno 1, página 5). Contra o intermediário, consultar: “Proposições moralizadoras”, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1951, Caderno 1, página 5. Ver também: “O consumidor não tem defesa” *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1952, Caderno 1, página 5, “Vida cara”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5, “A crise de autoridade e a ofensiva dos preços”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵⁶ “A crise de autoridade e a ofensiva dos preços”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵⁷ São vários os exemplos dessa luta contra o preço alto da carne. Ver: “A crise de autoridade e a ofensiva dos preços”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5, “Batalha cruenta e demorada”, *Jornal do Brasil*, 7 de abril de 1951, Caderno 1, página 5, “O preço da carne”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5, “O congelamento dos preços”, *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5, “A culpa é nossa”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5 e “Ameaças condicionais e “O problema da carne”, *Jornal do Brasil*, 11 de abril de 1951, Caderno 1, página 5.

tornado “prejudiciais aos interesses do povo, zombando da fome, da ânsia de carne da população carioca” e fossem estrangeiros.¹⁵⁸ O periódico ainda exigiu que o poder público fiscalizasse o tabelamento do preço do produto, localizando na falta de uma ação mais repressora do Estado contra os “açambarcadores” uma das causas do encarecimento do produto.¹⁵⁹

Como entender essa preocupação do **Jornal do Brasil**, singular entre os diários estudados, no combate aos “especuladores”, que o leva, inclusive, a defender o tabelamento de preço e a repressão aos comerciantes?

Embora a própria ênfase que este jornal atribuía ao combate à inflação possa ajudar na compreensão desse tema, para o entendermos corretamente devemos lembrar que na outra ponta dessa batalha contra os “exploradores” estava, nas palavras do próprio jornal, o “consumidor”, especialmente o “povo pobre”, cujas baixas rendas o transformavam na vítima principal do encarecimento da vida. É na defesa do interesse desse consumidor que o jornal constrói seu discurso de combate aos preços altos.¹⁶⁰

Em princípio, esta defesa do consumidor poderia ser associada ao tradicional discurso liberal brasileiro, que, como vimos, utilizava este tipo de argumento para combater as políticas de intervenção estatal na economia, em especial as destinadas a incentivar a industrialização brasileira, consideradas a causa do encarecimento dos bens manufaturados. Entretanto, ao menos no tema aqui tratado, não cremos ser esta a intenção do jornal. Até porque seria um discurso liberal, no mínimo, “diferente”, que utilizaria termos como “exploradores”, “especuladores”, “açambarcadores” para se referir à atividade comercial e pregaria, ao invés da maior liberdade possível do mercado, o tabelamento de preços e a

¹⁵⁸ “A crise de autoridade e a ofensiva dos preços”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5

¹⁵⁹ “Denuncia-se, agora, o ingente lucro obtido pelos carnicheiros do Rio de Janeiro. Pois bem, esse lucro continua. E as autoridades, apesar de ter elementos para impedi-lo, assistem indiferentes à perpetuação dos abusos dos carnicheiros. (...) Por que os açougueiros persistem num privilégio criminoso, com o tácito apoio das autoridades que os deveriam multar e denunciar à Justiça?” (“O congelamento dos preços”, *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1951, Caderno 1).

¹⁶⁰ “Novo Governo, novas esperanças, que se justificam ante as soluções de problemas cuja finalidade é trazer ao povo o conforto e bem-estar que merece. (...) Difícil, porém, deve ser o chegar-se a um resultado que contente a todos, ao produtor, ao intermediário e ao **consumidor, este o mais sacrificado e o que mais direito tem de reclamar contra a situação, porque, realmente, por mais que ganhe, está sempre em dificuldades ante o custo exorbitante das subsistências**” (“Vida cara”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5). Ver também “Batalha cruenta e demorada”, *Jornal do Brasil*, 7 de abril de 1951, Caderno 1, página 5, “A crise de autoridade e a ofensiva dos preços” *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 5, “Política de elevação dos preços”, *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5, “Projetos irrefletidos”, *Jornal do Brasil*, 3 de janeiro de 1951, Caderno 1, página 5, “O consumidor não tem defesa”, *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1952, Caderno 1, página 5 e “Proposições moralizadoras”, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1951, Caderno 1, página 5.

repressão ao comércio como alternativa de combate à carestia.¹⁶¹

Ao contrário, este caso parece ser melhor explicado como uma tentativa de o **JB** associar a sua batalha pelo fim da inflação e do emissionismo com a defesa da “economia popular”, ou seja, com a garantia do bem-estar econômico das camadas baixas e médias das populações citadinas. Ou seja, diferentemente da questão do aumento dos direitos trabalhistas e do salário mínimo – onde a possível identificação do **JB** com as camadas populares não o levou a endossar as mesmas, predominando no diário o discurso conservador – agora, nesse verdadeiro combate aos “exploradores do povo”, a tentativa de reforçar o vínculo com essa parcela do público leitor parece se impor.

Podemos perceber nesta questão da abordagem dos “especuladores” que periódicos como **O Jornal** e **O Globo** demonstram pouca iniciativa em nomear e mesmo questionar os possíveis “beneficiários da inflação”, não sendo possível encontrar maiores críticas em suas páginas a comerciantes e banqueiros interessados na continuidade do processo. Enquanto que o **Correio** e, notadamente, o **JB** são bem mais pontuados em localizar e condenar estes grupos.

Os dados apresentados acima são ainda preliminares no que se refere à identificação entre o discurso de cada jornal e os grupos sociais externos à sua esfera de produção, mas já é possível perceber:

- **O Jornal do Brasil** foi o periódico que adotou uma linha de ação mais distanciada dos interesses do comércio varejista; além disso, foi o que mais apresentou uma posição capaz de aproximá-lo das camadas de menor renda, no que se refere ao seu combate aos “exploradores” da economia popular; entretanto, no que disse respeito aos aumentos salariais e de direitos trabalhistas, posicionou-se contrariamente às reivindicações das massas operárias e se afilou com os interesses patronais, mesmo os da indústria;
- **O Correio da Manhã** adotou uma linha de ação próxima à do **Jornal do Brasil**, embora não demonstre propriamente identificação com um discurso de defesa da economia popular; de outra parte, na questão em exame neste Capítulo, não temos elementos suficientes para relacionar a sua tomada de posição a um grupo social específico, nem mesmo com o setor agrícola; mas já é possível perceber que, assim como o **JB**, o **CM** apresenta uma posição que não pode ser necessariamente afinada ou subordinada às

¹⁶¹ “Produção, salários e preços”, *Jornal do Brasil*, 04 de julho de 1951, Caderno 1, página 5, “Efeito da moeda desvalorizada”, *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1951, Caderno 1, página 5. Já sobre o posicionamento crítico do jornal quanto à eficácia dessas medidas, ver “O combate à crise econômica”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1951, Caderno 1, página 5.

“classes produtoras” em geral, especialmente com o setor bancário e o comércio varejista; e foi o que menos pareceu preocupado em defender os interesses patronais no caso do salário mínimo, combatendo a proposta mais por razões políticas (antivarguismo, antipopulismo) do que econômicas; em outras palavras, é o que menos se demonstrou influenciado ou subordinado ao atendimento dos *interesses imediatos* dos agentes do campo econômico sobre o campo jornalístico;

• Já em relação ao **O Jornal** e ao **O Globo**, percebe-se que estes periódicos são os que indicam uma linha de ação, se não vinculada às “classes produtoras ou conservadoras”, ao menos a que menos contraria os seus interesses corporativos, evitando criticar os “especuladores” e “exploradores” das camadas populares e dando voz às demandas dos setores produtivos por aumento de crédito e auxílio do governo à produção. Em outras palavras, como diria Bourdieu, são os agentes do campo jornalísticos que se demonstraram, ao menos até o momento, mais próximos às demandas imediatas dos agentes do campo econômico.

Entretanto, apesar de considerarmos pertinente traçar esse tipo de relação entre o discurso do jornal e os grupos sociais, como informamos no Capítulo I, o nosso objetivo não é estabelecer uma interpretação linear entre as tomadas de posição dos periódicos estudados a partir da revelação dos interesses que estariam “por trás” do texto. Ao contrário, procura-se perceber, a partir do próprio discurso jornalístico, que grupos são nomeados e quais poderiam melhor se identificar com as tomadas de posição assumidas por cada periódico, o que nos permite compreender os possíveis suportes sociais externos a este discurso, sem que se afirme haver uma subordinação determinista do texto ao social ou econômico.

Até porque partimos do pressuposto que esta análise é bem mais complexa e envolve outros elementos, como o próprio posicionamento político dos jornais frente ao governo.

A própria compreensão da maneira com que os jornais convergiram em condenar temas como leis trabalhistas, direitos sociais e aumentos de salários estaria incompleta se não levasse em conta outros fatores que, no nosso entender, estão aí presentes. Mesmo que este combate feroz pudesse envolver o comprometimento consciente de algum jornal com a defesa de interesses patronais, o seu entendimento deve ultrapassar a noção de mera manipulação e considerar também a “visão social do mundo” que estes jornais demonstram compartilhar. A tomada de posição dos periódicos nesta questão também está ligada a uma visão de sociedade que estaria sendo ameaçada com aquilo que alguns jornais chamaram, sem meias palavras, de avanço do “igualitarismo”. Ou seja, na concepção desenvolvida pelos jornais, a generalização

indiscriminada de direitos sem a necessária compartida de deveres e, especialmente, de merecimento, não só desestimulava o trabalho, como também subverteria a ética e a ordem de uma sociedade supostamente construída a partir da valorização do mérito pessoal.

O **Jornal do Brasil** foi bem elucidativo quanto a isso, em um editorial cujo título é muito indicativo: “No reinado da mediocridade”. Comentando as reivindicações de aumento de salários do funcionalismo federal, condenou o fato de as tabelas de remuneração terem sido

até agora **organizadas (...) com o propósito igualitário, tentando, mais uma vez, quebrar a hierarquia econômica que sempre foi observada nas democracias ocidentais.** Essa escala de valores mentais, correndo paralela com os padrões econômicos, sempre foi **uma regra administrativa, que visa premiar os mais capazes. (...)**

O Brasil sempre pugnou pela formação de elites orientadoras, e só agora é que se observa esse prurido igualitário, procurando intervir na solução de todos os problemas de interesse coletivo. **A demagogia se infiltra e se vai tornando um hábito de orientação, subvertendo a escala de valores.** A demagogia fez uma justiça sumária e se vangloria de estar atingindo com sabedoria, **anulando, cada dia, a hierarquia econômica, que se apoiou sempre nos padrões de inteligência e capacidade funcional. (...)** Essa tendência demagógica vai, pouco a pouco, **abalando os alicerces sociais.**¹⁶²

Segundo essa forma de pensar, tal atitude tinha duas consequências igualmente nocivas à sociedade: de um lado, promoveria a diluição ou o solapamento das “elites” cuja presença, formação, preservação e atividade eram consideradas necessárias para a boa governança do país;¹⁶³ de outro lado, promoveria a ascensão de “massas” despreparadas, ou seja, ainda incapazes de se autogovernarem.

Nessa situação, a prevalência da demagogia e do demagogo só se tornou possível porque havia uma “massa de ignaros” que ascendeu prematuramente ao direito político e que lhes servia de terreno fértil; ao mesmo tempo, eram uma demonstração do fracasso ou ausência de uma elite capaz de assumir um papel de liderança do país.

Dentre os diários pesquisados, foi no **Correio da Manhã** que esta percepção apareceu de forma mais acabada, o que talvez se explique pela caracterização desse jornal como o mais voltado para a elite, no Rio de Janeiro. Entretanto, embora o levantamento que fizemos não

¹⁶² “No reinado da mediocridade”, *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁶³ Em nossa amostragem, o tema do solapamento da elite ou da necessidade de se fortalecer a elite para conseguirmos um bom governo, esteve muito presente no **JB**: “O movimento se orienta no sentido de resistir à tendência que se observa, por toda a parte, de combater as elites do País, onde o Estado vai recrutar os homens capazes de arcar com as responsabilidades de efetuar serviços públicos que se tornaram impressionantes” (“O Estado e as elites culturais”, *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1952, Caderno 1, página 5). Ver também: “Socialismo”, *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1952, Caderno 1, página 4, “O combate ao comunismo”, *Correio da Manhã*, 12 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4, “A demarcação”, *O Jornal*, 30 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 4, “Viver Resolutamente”, *O Jornal*, 3 de abril de 1953, Caderno 1, página 4 (ambos artigos de Assis Chateaubriand). Não foram encontrados referências a este tema em **O Globo** nos limites do nosso levantamento.

nos permita generalizações definitivas, consideramos que ela fosse, em grande parte, compartilhada pelos demais jornais, inclusive pelo **JB**, considerado mais “popular”.

No caso do **CM**, é elucidativa a forma como ele avaliou a situação da educação no Brasil e a falta de iniciativas para se fazer um novo projeto educacional:

Os efeitos desta apatia e desorientação já se fazem sentir. **São as massas, a quem se deu o sufrágio universal e secreto sem a correspondente educação, que precipitam o país no vórtice da demagogia.** São os doutores padrão ‘O’ a assumir, sem a menor qualificação, o comando de empreendimentos que valem bilhões de cruzeiros, arriscando o patrimônio nacional em experiências inábeis. Que se faz para remediar este descabro? Na verdade, o governo ainda não percebeu o problema. E tão tranquilo anda o ministro da Educação que, pela recente portaria 301, resolveu abaixar as notas mínimas necessárias à aprovação e adotou outras medidas para facilitar a vadiagem dos estudantes.¹⁶⁴

Em suma, vemos aqui como, nesse tipo de argumentação, encontramos subjacente uma forma de perceber a realidade que vê ameaçada pelo avanço das práticas trabalhistas e populistas de Getúlio Vargas e, especialmente, de seu ministro do Trabalho.

Como podemos interpretar essa visão?

Indiscutivelmente ela apresenta elementos elitistas e conservadores, muito provavelmente compartilhados pelos grupos sociais (classes médias, em especial) que produziam e liam estes jornais. Mas é também possível encontrar nela elementos próprios à longa tradição de pensadores autoritários brasileiro, que tem em Oliveira Vianna o autor mais proeminente.¹⁶⁵ Isso parece claro na identificação das camadas populares, ou seja, das “massas ignaras”, como um corpo social incapaz de exercer corretamente a cidadania política em um regime democrático.¹⁶⁶ No pensamento conservador e autoritário isto estava associado

¹⁶⁴ “Economia e ensino”, *Correio da Manhã*, 24 de junho, de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também: “Há homens, há ideias e há comportamentos que exprimem, neste momento, o caminho do primarismo. Esses homens são os aventureiros que incendiaram Roma para acender um cigarro ocasional. São os ignorantes e imbecis que o voto ou a complacência (sic) de outros ignorantes e imbecis guinaram a posições essenciais. (...) Esses homens são a horda demagógica” (“A Revolução do Primarismo”, *Correio da Manhã*, 7 de setembro, de 1952, Caderno 1, página 4). Outro exemplo: “A mesma falta de imaginação criadora leva as elites de nossos dias a sucumbir diante da outra dimensão de nossa crise: a rebelião das massas. Em face dessas massas miseráveis e ignaras, carentes de pão e de espíritos, não temos sabido apresentar outro caminho senão o da demagoga fácil, que saca sobre a parca riqueza acumulada, queimando, numa euforia dos momentos, todas as reservas do futuro” (“Imaginação criadora”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto, de 1951, Caderno 1, página 4). Por fim: “Estamos, como prenunciou Spengler, vivendo os anos decisivos. As massas se rebelaram. Sua rebelião, até o momento, ainda se encontra relativamente sem direção. Mas aí estão o casal Perón, o sr. Ademar de Barros, o sr. Luis Carlos Prestes e muitos outros homens tão primários como as massas, mas capazes de encadeá-las a suas ambições e, por intermédio delas, instaurar a era do caudilismo popularesco. Estaremos condenados pela inépcia de nossas elites, a assistir a invasão dos bárbaros?” (“Invasão dos bárbaros?” *Correio da Manhã*, 24 de agosto, de 1951, Caderno 1, página 4).

¹⁶⁵ As considerações aqui a respeito do pensamento autoritário brasileiro e, em especial, sobre Oliveira Vianna, baseiam-se essencialmente em: BRESCIANI, 2005., FAUSTO, 2001, PIVA, 2004 e VIANNA, Francisco José de Oliveira. O idealismo da constituição. 2. ed.aug. Rio de Janeiro : Terra de Sol.

¹⁶⁶ No dizer de Vianna, teríamos a ausência de uma “opinião organizada” (BRESCIANI, *op.cit.*, 326).

ao *regressivismo* das massas, ou seja, ao comportamento quase irracional dos homens quando reunidos em multidões, o qual se agravaria quando estas massas eram compostas por pessoas pouco instruídas e manipuláveis.¹⁶⁷ Nesse caso, a conclusão era uma só: diante de camadas populares incapazes de se autogovernarem e mesmo de terem uma opinião clara sobre os seus próprios interesses, a liderança do país só poderia ser uma tarefa da elite nacional.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Sobre esta teoria do regressivismo das massas e a influência dela sobre o pensamento de VIANNA, consultar: BRESCIANI, *op.cit.*, p. 335.

¹⁶⁸ Quanto a VIANNA, consultar BRESCIANI, *op.cit.* p. 341. Já em relação ao **CM**, ver, por exemplo, o editorial *Demissão das Elites*: “E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo” (*Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1953, Caderno 1, página 4.)

4 – Política cambial, capital estrangeiro e programa de industrialização

4.1 - A Política Cambial

Depois de um período de liberalidade das importações, no início do pós-guerra, com câmbio fixo e sobrevalorizado¹ – o que favorecia as importações e desestimulava as exportações, por desvalorizar os ganhos dos exportadores quando estes eram trocados por cruzeiros – o Brasil apresentou problemas em seu balanço de pagamentos e readotou, em fevereiro de 1948, a política do contingenciamento das compras externas pelo sistema de licenças prévias, que havia vigorado durante a guerra.² Por este modelo, o governo exerceria um controle qualitativo e quantitativo sobre as importações, pois somente poderiam ser comprados, no exterior, bens para os quais o importador recebesse autorização da União, através da Cexim. Além disso, dava-se prioridade aos produtos essenciais (como as compras do governo, combustíveis, trigo, remédios, etc.) e àqueles que não tivessem similares no país.³

O começo do governo Vargas, contudo, vai corresponder a uma melhoria no balanço de pagamento, especialmente devido à recuperação do preço do café no ano de 1950.⁴ Aliou-se a isso o início da Guerra da Coreia, que gerou entre as autoridades brasileiras o receio de um grande conflito militar – envolvendo EUA e URSS – e, com isso, a possibilidade de um futuro encarecimento ou mesmo escassez de insumos e bens no mercado mundial.

A consequência foi a decisão de se utilizar os saldos comerciais acumulados na compra de equipamentos e insumos que corressem o risco de escassear ou ter seus preços

¹ Seguindo os acordos de Bretton Woods de estabelecer uma paridade cambial fixa, o governo brasileiro optou por manter os mesmo parâmetros anteriores à guerra (1937), declarando ao FMI o câmbio de CR\$ 18,45 por dólar, pelo Decreto-Lei no. 9.025. Como a economia brasileira tinha sofrido uma inflação considerável durante esses quase nove anos, a manutenção desse valor representou uma significativa sobrevalorização da moeda brasileira em relação ao dólar. Quanto a isso, consultar: HUDDLE, Donald. *Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil, diretrizes políticas e História*, 1946/1954. In.: Revista Brasileira de Economia, FGV, vol. 18, n.º. 1, pp. 5-40, março/1964 e SARETTA, Fausto. *O governo Dutra na transição capitalista no Brasil*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

² Pela Lei n.º. 62, de 23 de fevereiro de 1948. A liberalização do câmbio se refletiu no balanço de pagamentos, já no ano de 1947. “Enquanto as importações subiam de valor em quase 90%, as exportações subiam apenas 15% em confronto com 1946” (HUDDLE, *op.cit.*, p. 9). Os serviços também subiram 35%. “O resultado líquido foi um déficit na Conta de Mercadorias e Serviços da ordem de US\$ 150 milhões e um déficit total, inclusive Capital e Erros e Omissões, de US\$ 163, 1 milhões” (HUDDLE, *loc.cit.*).

³ Para HUDDLE, este modelo, na medida em que tornou impossível “contratar câmbio sem a licença oficial”, estancou as aberturas “do antigo sistema, pela qual os exportadores estrangeiros limitavam-se a esperar o pagamento enquanto os brasileiros importavam em larga escala sem cobertura cambial” (HUDDLE, *op.cit.*, p. 18).

⁴ A elevação internacional do preço do café permitiu, em 1950, um saldo de US\$ 425 milhões na balança comercial. Essa situação levou a um abrandamento das licenças para importar, especialmente devido às necessidades da indústria. No fim de 1950, as reservas eram de US\$ 250 milhões (VIANNA, *op.cit.*, p. 47).

excessivamente elevados, no caso de um novo confronto de dimensões globais. Essas medidas favoreceram enormemente o setor industrial brasileiro: a maior liberdade para a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais, aliada aos limites à compra no exterior de bens de consumo, permitiu ao setor de manufaturas investir na ampliação da sua capacidade produtiva e contar com um mercado interno aquecido e em expansão.

Porém, a partir de 1951, o país passou a sofrer significativa queda nas exportações (em torno de 20%) e, conseqüentemente, teve o retorno dos atrasos comerciais – que atingiram a casa dos US\$ 610 milhões, em 1952 – e dos saldos negativos no balanço de pagamentos (VIANNA, *op.cit.*, p. 63).

Para contornar a dificuldade, em agosto de 1951, as autoridades monetárias recomendaram que a Cexim tornar-se as concessões de licenças mais restritivas (HUDDLE, 1964, p. 32). Mas a ação mais contundente veio por parte do presidente Vargas, que fez duras críticas ao excesso de retorno de capitais, pelo emprego do “reinvestimento”, em sua Mensagem de Ano Novo, em dezembro de 1951. Não satisfeito apenas em condenar o capital estrangeiro investido no Brasil como responsável por evasão de divisas, o governo apresentou o Decreto nº 30.363, que regularizou uma antiga disposição legal do governo Dutra.⁵ Esse decreto, além de reafirmar as regras originais do ex-presidente, ainda determinava que o Banco do Brasil fizesse uma “reestimativa do valor contábil do estoque do capital estrangeiro na economia brasileira, de forma a abater do capital registrado todas as parcelas já transferidas como lucros, juros ou dividendos excedentes dos 8% anteriores permitidos” (VIANNA, 1987, p. 64.).

As medidas de Vargas tiveram ampla repercussão, tanto dentro como fora do Brasil. No interior do país, houve reclamações, especialmente dos responsáveis pelas decisões da Sumoc e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil no governo Dutra, que se consideraram injustiçados pelas acusações do presidente. Mas as principais reações vieram do exterior.

⁵ Para entendermos essa questão, devemos recordar que, no dia 27 de fevereiro de 1946, o então presidente Dutra assinou o Decreto-lei nº 9.025, estabelecendo limites para o retorno dos investimentos estrangeiros aplicados no Brasil. Tal decreto determina, no seu artigo 6º, para efeito de amortização, que passava a ser “assegurado o direito de retorno (*sic*) ao capital estrangeiro previamente registrado na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., desde que a parcela anual de transferência não exceda de 20% do capital registrado”. Já no que se refere ao envio de lucros, juros e dividendos a alíquota permitida seria de até 8% ao ano, “considerando-se transferência de capital o que exceder essa percentagem e vigorando para esse (*sic*) fim os prazos previstos neste Decreto-lei”. (Decreto-Lei nº 9.025. Fonte: Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De19025.htm, consultado em 24/09/2008.). O problema é que tais regras nunca foram aplicadas, pois o Decreto dava poderes à SUMOC e à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil para regulamentarem e executarem o mesmo. Assim, estas instituições permitiram as empresas “alienígenas” registrarem como capital estrangeiro os rendimento gerados no próprio país que não puderam ser remetidos para o exterior, aumentando seu volume legal de remessa com divisas obtidas no próprio Brasil.

Além dos protestos dos círculos financeiros norte-americanos, o jornal *New York Times* fez veemente pronunciamento contra as medidas de Vargas, consideradas hostis ao capital estrangeiro, e o secretário adjunto do Departamento de Estado para Assuntos Internacionais, Edward Miller, em uma Conferência na Câmara de Comércio de São Francisco, “insinuou que os empréstimos bancários ao Brasil seriam suspensos se fosse mantido o ato promulgado”.⁶

O decreto e o discurso de Getúlio motivaram alguns autores a considerá-los como indícios de que o presidente fazia um governo nacionalista e anti-imperialista, hostil ao capital estrangeiro, o que teria gerado ou acirrado a oposição dos EUA e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, inclusive a imprensa, ao seu governo.

Pesquisas mais recentes, porém, têm procurado combater esta interpretação. Sérgio VIANNA, por exemplo, argumenta que, quando este decreto foi promulgado, estávamos em meio a negociações com os norte-americanos para obter um empréstimo de 300 milhões de dólares a fim de saldar os atrasos comerciais, o qual acabou sendo concedido. Além disso, este economista ainda ressalta que o próprio presidente Vargas já havia enviado ao Congresso a Lei do Mercado Livre do Câmbio (Lei 1.807), que pretendia dotar o sistema cambial brasileiro de regras mais abertas, inclusive para a remessa de capital ao exterior. Enviada ainda em 1951, esta lei só foi aprovada em janeiro de 1953, sendo regulamentada pelo Decreto nº 32.285, de fevereiro do mesmo ano. Por ela, a Sumoc manteria o controle sobre o fornecimento de dólares pelo câmbio oficial, mas haveria liberdade para a importação e movimento de capitais pelo mercado livre de câmbio, no qual o preço do dólar era bem mais caro. Assim, pretendia-se atrair capital estrangeiro para o Brasil, porque ele teria como remeter lucros e juros pelo mercado livre, e desestimular as importações, que deveriam pagar um dólar majorado.⁷ Já HUDDLE acrescenta que esta nova legislação também desejava favorecer os exportadores, ao permitir que os produtores dos “gravosos”, ou seja, de produtos com dificuldade de colocação no mercado internacional, vendessem até 50% de suas cambiais no mercado livre, desde que isso não ultrapassasse 4% da média das exportações do período trienal anterior (HUDDLE, *op.cit.*, p. 32).

⁶ VIANNA, *op.cit.*, p. 85. Os empréstimos a que o autor se refere correspondem aos créditos prometidos ao Brasil com base nos acordos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e que seriam fornecidos pelo Banco Mundial. Sobre esse assunto, iremos tratar no Capítulo V.

⁷ Para favorecer a entrada de capital estrangeiro, o governo ainda determinou que “os capitais de empréstimos que fossem considerados de ‘indubitável interesse para a economia nacional’ entrariam e teriam suas amortizações e transferências de juros até 8% ao ano realizada pelo câmbio oficial (...)”. Além disso, aos investimentos direto de capitais em áreas de interesse seria permitido a remessa de capitais em até 10% pelo câmbio oficial e remessas ilimitadas pelo câmbio livre. A possibilidade de entrada pelo mercado livre e saída pelo mercado oficial configurava uma subvenção importante ao capital favorecido, criticado na época. (VIANNA, *idem*, 86)

Esse projeto pretendia tornar a legislação cambial brasileira mais flexível, favorecendo o fluxo de capitais, dinamizando as exportações e ainda mantendo controle sobre as importações. E, por essas razões, autores como VIANNA, em virtude da liberalidade que ela oferecia ao capital externo, desqualificam a ação de Vargas no início de 1952 como “hostil ao capital estrangeiro” e “anti-imperialista”, tendo sido motivada por razões econômicas, embora Vargas tivesse aproveitado a oportunidade para dar-lhe, discursivamente, um tom mais “nacionalista”.

Já no que se refere à Lei do Câmbio Livre, mesmo passando por algumas modificações e aprimoramentos, ela não conseguiu atingir os seus objetivos, pois a situação das exportações piorou, reduzindo o seu valor em 11%, no ano de 1952.⁸ O desgastado sistema de licença prévia foi mantido e, assim, a Cexim⁹ continuou a restringir as importações, o que permitiu a queda no volume das mesmas, mas não tornou o mecanismo mais aceitável e muito menos impediu o déficit na balança comercial provocado pelo fracasso das vendas externas (HUDDLE, *idem*, p. 35).

Em busca de uma solução para essas dificuldades, o governo apresentou a Instrução 70 da Sumoc, em 9 de outubro de 1953, quando Aranha já havia assumido a pasta da Fazenda. Um dos objetivos dessa medida era, segundo GOMES & RIO, “resolver o problema do escoamento dos chamados ‘produtos gravosos’ e atender às aspirações dos cafeicultores, eliminando o ‘confisco cambial’”.¹⁰ Para isso, foi oferecido um ágio às exportações de Cr\$ 5,00 por dólar ao café e de Cr\$ 10,00 aos demais produtos.¹¹ Já no que se refere às importações, o sistema “tinha por objetivo, entre outros, resolver o problema da Cexim;

⁸ A principal razão desse resultado das exportações é que a venda dos “gravosos” no mercado externo não aumentou, apesar dos benefícios, e a do café caiu, pois os exportadores passaram a reter estoques, na expectativa de uma nova mudança legal que lhes permitisse vender o máximo de divisas pelo câmbio livre (HUDDLE, *op.cit.*).

⁹ Segundo HUDDLE, o sistema de licença prévia estava se demonstrando incapaz de corrigir os desequilíbrios na balança comercial brasileira. Além disso, o alto valor de uma licença de câmbio em relação ao seu preço de origem deu margem a uma série de abusos, porque, conforme HUDDLE, “tornava os funcionários que controlavam as licenças de câmbios extremamente suscetíveis ao suborno por parte dos importadores” e, depois, “o sub e o superfaturamento tornavam-se extremamente lucrativos”, fazendo com que o mercado negro funcionasse abertamente. Afora o fato de “a taxa altamente supervalorizada” exercer “um efeito deletério sobre as exportações, especialmente quanto aos produtos marginais,” incentivando a saída e não a entrada de capital estrangeiro. (HUDDLE, *op.cit.*, p. 32).

¹⁰ GOMES, Henrique C. & RIO, Antônio S. *Sistema cambial: bonificações e ágios*. In.: BARROS, José Roberto Mendonça & VERSIANI, Flávio Rabelo. (Org.). *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. Série ANPEC de Leituras de Economia. São Paulo. Saraiva. 1977, p. 339.

¹¹ Em síntese, o sistema funcionava da seguinte forma: estabeleceu-se que, no ato da liquidação dos contratos de câmbio, seriam pagos aos exportadores, além da taxa oficial (cerca de Cr\$ 18,36 por dólar), mais Cr\$ 5,00, no caso do café, ou Cr\$ 10,00, para os demais produtos, por dólar ou seu equivalente em outras moedas. O resultado foi um câmbio real de dólar-café Cr\$ 26,36 e o dólar-demais produtos Cr\$ 28,36, com bônus de 28% e de 54%, respectivamente. Tais bonificações “foram consagradas pela Lei no. 2.145, de 29-12-1953, e vigoraram até 15-8-1954.” (GOMES & RIO, *op.cit.*, p. 339).

assegurar o pagamento pontual das importações, evitando novos atrasos comerciais e importações supérfluas e propiciando o equilíbrio da Balança Comercial e de Pagamentos” (GOMES & RIO, *op.cit.*, p. 345). Com esse intuito, “ficou estabelecido que à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil cabe[ria] mandar vender, em pregão, nas Bolsas de Valores e Fundos Públicos do País, as disponibilidades de câmbio que pude[sse] destinar ao pagamento de importações”, as quais dividiam-se em cinco categorias, conforme graus de prioridade estabelecidos pelo governo (GOMES & RIO, *loc.cit.*). Importações essenciais, como o petróleo, ficavam na faixa A e obtinham o dólar ao câmbio oficial, mais uma taxa de serviços (Cr\$ 5,00), enquanto que as demais solicitações eram classificadas entre B e D, pagando mais caro pelo dólar conforme fossem consideradas menos prioritárias. Os ágios obtidos nos leilões seriam recolhidos ao Banco do Brasil em nome da União e destinados preferencialmente “ao pagamento das bonificações aos exportadores; à regularização das operações cambiais; ao financiamento a longo prazo e juros baixos da modernização dos métodos de produção agrícola e recuperação da lavoura nacional, e, ainda, à compra dos produtos agropecuários” (GOMES & RIO, *idem*).

Com essas medidas, o BB retomava o monopólio sobre as operações cambiais – já que os bancos particulares ficavam impedidos de vender câmbio – e o controle quantitativo e qualitativo das importações era abolido, em favor do sistema de leilões, o qual, como lembra MALAN, “permitia um papel às 'forças de mercado’”.¹² Isso tornava esse modelo realmente diferente dos anteriores e eliminava o poder discriminatório da Cexim, cuja extinção seria definitivamente estabelecida com a Lei n^o 2.145 que criou a Cacex (Carteira de Comércio Exterior), órgão ligado ao BB e agora responsável pelas operações cambiais.

Em linhas gerais, o sistema criado com a Instrução 70 é considerado bem-sucedido, permitindo um novo impulso às exportações sem, contudo, aumentar as importações. Estas foram “liberadas” nos leilões de câmbio, mas a um dólar crescentemente valorizado, inibindo seu consumo. Disso resultou, porém, uma desvalorização real do cruzeiro, o que, segundo algumas análises, favoreceu o retorno da inflação.¹³ Já no que se refere ao orçamento federal, a Instrução 70 permitiu ao Estado apropriar-se do ágio que era pago no câmbio negro e, assim, contribuiu para melhorar as contas públicas, na medida em que os recursos foram

¹² MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In.: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano, 4^o Vol., Economia e Cultura (1930-1964), 1984, (pp.: 53-106), p. 74.

¹³ Conforme GOMES & RIO, entre outubro e dezembro de 1953, a taxa efetiva do dólar ficou em Cr\$ 40,91, com aumento de 119%; em 1954, ela foi de Cr\$ 49,87, com aumento de 168%; chegando, por fim, a Cr\$ 78,88, com aumento de 319% (*op.cit.*, 355). Sobre o efeito inflacionário da desvalorização, ver VIANNA (*op.cit.*, 118) e BASTOS (2001, pp.439-40).

desviados de suas destinações originais. Também resolveu o problema da acumulação de atrasos comerciais – ou seja, importações recebidas mas ainda não pagas por falta de cambiais – porque, como lembra MALAN, “agora, o que estava sendo vendido *não eram* licenças de importação desvinculadas da real disponibilidade de divisas” (MALAN, *op.cit.*, p. 74).

Com base nesta explanação, que sentido podemos atribuir à política cambial do governo? Teria uma orientação nacional-desenvolvimentista, favorável à industrialização, ou seria apenas instrumento da busca pela estabilização da economia em detrimento do desenvolvimento?

Os principais especialistas contemporâneos sobre o tema tendem a convergir ao menos em um ponto: negam que tal política fosse “nacionalista” ou anti-imperialista no sentido de que tivesse hostilizado o capital estrangeiro. De fato, a principal medida que contrariou os interesses dos investidores internacionais no país foi o Decreto-Lei nº 30.363, mas este, como vimos, objetivava principalmente corrigir o problema da evasão de divisas e estabelecer melhores condições de barganha entre o Brasil e os EUA, como acabou acontecendo.¹⁴ Tanto a Lei do Mercado Livre quanto a Instrução 70 tinham como uma de suas metas oferecer atrativos para a entrada de capitais “alienígenas”, dentro dos marcos delimitados pelo governo. Se estes não entraram na quantidade que se previa isso se deveu a uma série de fatores, dentre os quais a própria escassez de dólares no pós-guerra que abordamos anteriormente.

As divergências começam quando autores como VIANNA e LESSA & FIORI, além de combater o “nacionalismo” na política cambial de Vargas, negam que ela tivesse qualquer caráter desenvolvimentista. Para o primeiro autor, a preocupação com o equilíbrio do balanço de pagamentos e a estabilidade financeira foi o que guiou o governo desde a atitude inicial de liberalizar as importações. Segundo ele, tal medida tinha como objetivo principal combater a inflação, pois estava baseada no conceito das autoridades econômicas da época de que excessivos saldos comerciais eram inflacionários. Com base neste pensamento, o governo brasileiro teria procurado aumentar a entrada de bens de consumo no país.¹⁵ Essa entrada também ajudaria a controlar a inflação, elevando a oferta de bens de consumo. Explicação que um neoliberal como Gudin endossaria sem maiores problemas.

Além disso, a própria Lei do Mercado Livre e a Instrução 70 foram, para VIANNA,

¹⁴ Essa interpretação é encontrada em VIANNA, 1985, p.... mas é condizente com a visão geral de FONSECA, LEOPOLDI e BASTOS em relação à política cambial de Vargas neste período.

¹⁵ Os saldos em dólares, quando fossem trocados por cruzeiros, implicariam em emissão de moeda e teriam efeitos inflacionários ao chocarem-se com “a oferta relativamente inelástica no mercado interno” (VIANNA, *op.cit.*, 47-48).

voltadas para corrigir o déficit comercial brasileiro e o déficit público, gerando a resistência dos industriais, ao diminuir os subsídios às manufaturas brasileiras e acabando com os limites à compra externa de bens de consumo (VIANNA, *op.cit.*, pp. 106-107).

A interpretação de VIANNA é contestada por outros autores, como BASTOS, para quem a maior liberdade inicial para as importações não teve por objetivo essencial o combate inflacionário, porque, muito embora Lafer procurasse utilizar este expediente com tal finalidade, “a imensa maioria das importações de bens de consumo foi feita (...) através de operações vinculadas ou através de convênios comerciais de compensação bilateral”, que não tinham efeito anti-inflacionário porque não consumiam divisas disponíveis.¹⁶

Por outro lado, como já salientamos, a maior parte das compras externas liberadas com as divisas conversíveis foram empregadas para a compra de bens de capital, bens intermediários e insumos industriais, os quais se tornaram “suficientes para acompanhar um surto de investimentos caracterizado precisamente por uma elevação do coeficiente de bens de importação na formação bruta de capital fixo”.¹⁷ Isso fazia parte, conforme BASTOS, da estratégia de desenvolvimento do presidente desde o Estado Novo: combinar oferta de crédito fácil com cambiais subsidiadas (ou seja, com dólares baratos) a fim de estimular o investimento industrial brasileiro por parte da iniciativa privada nacional.

Desta maneira, Vargas não só teria facilitado as importações subsidiadas para a indústria no momento em que havia saldo positivo de cambiais, como manteve o privilégio ao setor quando os dólares começaram a escassear, preservando o mecanismo da seletividade dos importados em favor da manufatura nacional – que pagava ágios menores –, e em prejuízo dos bens de consumo, tornados mais caros ao serem colocados nas faixas de maior ágio. A mesma linha de interpretação é seguida por FONSECA, para quem a política cambial de Vargas sempre privilegiou o desenvolvimento via industrialização em detrimento da estabilidade, até porque uma estratégia ortodoxa para enfrentar a escassez de divisas implicaria na total liberalização do câmbio e na desvalorização da moeda. O que Getúlio não fez.¹⁸

¹⁶ BASTOS (2001, p. 401). Além disso, este autor afirma que tal medida correspondia mais ao pensamento de Lafer do que de Vargas, como indica o fato de o presidente ter solicitado a seu auxiliar direto, Maciel Filho, uma investigação sobre a mesma e ter determinado o seu fim, após receber o relatório de seu “homem de confiança”.

¹⁷ BASTOS, 2001, p. 425. Análise semelhante podemos encontrar em SOARES, para quem “Vargas, logo no início de seu governo, afrouxou o controle das importações e manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada” dentre outras razões porque foi “sensível à pressão empresarial”, interessados nas importações de “equipamentos e bens de capital, que aumentaram cerca de 70%”, no período (SOARES, *op.cit.*, 92).

¹⁸ Conforme FONSECA, Vargas procurou “harmonizar o crescimento com escassez de divisas e o intervencionismo no mercado de câmbio foi antes regra que exceção. Assim, o governo não abriu mão de controlar importações, exportações e a compra e venda de divisas, evitando qualquer ajustamento ‘automático’

Mas qual teria sido a posição dos industriais frente a essa política cambial?

Os autores que abordam diretamente o tema¹⁹ apontam que as lideranças empresariais da manufatura deram apoio à política inicial de Vargas de liberar importações, com privilégios aos bens de capital e insumos, mas foram mais resistentes à Lei do Câmbio Livre – porque ela não resolveu o problema da falta de divisas para importar e poderia estimular a inflação pela baixa relativa do cruzeiro²⁰ – e também à Instrução 70. No caso desta última, convergem com VIANNA, lembrando que ela recebeu severas críticas das entidades de classe industriais exatamente porque acabou com o sistema de controle prévio das importações de bens de consumo – o que os industriais viam como um risco ao protecionismo –, ao mesmo tempo em que diminuiu os subsídios ao setor manufatureiro por encarecer todas as importações.²¹

Segundo LEOPOLDI, o problema básico para os industriais foi que, apesar de beneficiados pelo sistema de seletividade das importações, eles não conseguiram torná-la uma política permanente de protecionismo à indústria, como pretendiam. Isso ocorria, conforme a autora, porque vários interesses estavam envolvidos no problema: a) os industriais queriam o câmbio favorável para importar matéria-prima e equipamentos, bem como proteção ante a concorrência estrangeira; mas b) o comércio exportador desejava obter produtos a câmbio favorável para atender a demanda disponível dos setores com renda e deslocar os contrabandistas; c) os consumidores com média e alta renda tinham grande interesse por importar automóveis, eletrodomésticos, acelerado pelo cruzeiro desvalorizado com inflação interna; e d) o próprio governo que reservava para si parte importante da cota de importação (LEOPOLDI, 2000, p. 190).

O poder dos industriais em interferir sozinho em sua solução do problema se diluiu muito e o resultado acabou sendo uma combinação possível desses interesses diversos, embora com atendimento às necessidades da indústria sempre que fosse possível. Para LEOPOLDI, as resistências e as discordâncias com pontos da cambial de Vargas não foram suficientes para que as lideranças da manufatura passassem a se opor à mesma e nem ao próprio governo, pois, ao fim, a Instrução 70 acabou servindo como política protecionista e de subsídio à indústria, porque coibiu as importações de manufaturados devido ao ágio alto e favoreceu a importação de equipamentos e matérias-primas industriais com ágio mais baixo

por parte do mercado” (1987, pp. 390-391).

¹⁹ Emprego, aqui, essencialmente, LEOPOLDI, 2001, SOARES *op.cit.* e BOITO Jr, *op.cit.*

²⁰ Ver LEOPOLDI, 2000, p. 196 e SOARES, *op.cit.*, 97.

²¹ SOARES, *idem*, 101 e LEOPOLDI, 2001, p. 209.

(LEOPOLDI, 2000, p. 211).

FONSECA argumenta nessa mesma linha, ao afirmar que, mesmo se a Instrução 70 atendesse interesses dos exportadores de bens primários e importadores de bens de consumo,²² ela não deixou de corresponder às demandas dos industriais. Estes, não obstante preferissem “manter o regime de licenciamento com taxa de câmbio única e sobrevaloriza, pois significava, praticamente, garantia de importações baratas”, foram beneficiados com o sistema de “taxas de câmbios diferenciadas de acordo com a essencialidade”, na medida em que tal sistema garantiu “a continuidade do fluxo de importações indispensáveis, embora tornando-as em média mais caras que no sistema anterior” (FONSECA, 1989, p. 395).

Como lembra SOARES, os próprios empresários não foram meros beneficiários passivos de toda esta legislação, mas atuaram firmemente no seu preparo e na sua execução: na ausência de um regime de tarifas alfandegárias que protegesse a indústria nacional, esta defendeu o sistema cambial (especialmente a licença prévia) como forma de proteção para o setor manufatureiro, função que ele realmente cumpriu (SOARES, *op.cit.*, 91). E, durante o governo de Getúlio, os representantes empresariais do setor, tanto nas entidades de classe – notadamente CNI e Fiesp –, quanto no próprio governo, atuaram para manter uma política cambial o mais próxima de seus interesses, com razoável sucesso.²³ Sendo necessário ressaltar, para completar essa análise, que o apoio dos industriais à política cambial do governo não foi unânime, na medida em que estava mais concentrado nas duas entidades de classe citadas acima, ou seja, nos setores do empresariado brasileiro interessados na industrialização com reforço do mercado interno e privilégio do capital privado nacional, enquanto outros grupos empresariais, como aqueles representados pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), já sob o controle de um empresariado mais ligado aos investimentos estrangeiros no país, passou a defender o liberalismo cambial, a partir de 1953.²⁴

²² Segundo ele, para os importadores, a Instrução 70, apresentou certa folga, porque o que interessava não era baratear os importados, mas continuar com as suas atividades, por isso a desvalorização cambial pode ser considerado um “mal menor”. Contudo, ele mesmo recorda que, em suas associações, o “comércio importador continuou criticando o governo, e a política cambial tida como aconselhável era a liberal, seguindo os ditames do mercado e sem qualquer interferência” (1987, 396).

²³ LEOPOLDI recorda que, além da presença de industriais no ministério da Fazenda (Lafer) e no Banco do Brasil (Jafet), este grupo econômico ainda mantinha estreita relação com os diretores da Cexim e da Carteira de Câmbio do BB. Por outro lado, Eivaldo Lodi, enquanto esteve na frente da CNI, “tinha entrevistas semanais com o presidente da República e com o ministro da Fazenda e mantinha contatos frequentes com as autoridades cambiais do Banco do Brasil, da Sumoc e da Cexim” (LEOPOLDI, 2000, pp. 193-4).

²⁴ Cf. SOARES (*op.cit.*, p. 101) e LEOPOLDI (*idem*, p. 193).

Divisão internacional do trabalho e industrialização

A análise sobre o emprego da política cambial do governo como forma de incentivo ou não à industrialização fica incompleta se nos detivermos apenas na legislação correspondente e nos seus possíveis efeitos sobre a economia brasileira, sem levar em conta a forma como o próprio Vargas e os seus principais assessores viam o problema. Ou seja, em última instância, qual era a estratégia do presidente em relação ao comércio exterior brasileiro refletida nessa legislação.

Quanto a isso, autores como BASTOS, FONSECA e CORSI defendem que a intenção final de Vargas com as suas políticas sobre comércio exterior, câmbio e mesmo o fluxo de capitais era buscar a industrialização como forma de o país diversificar a economia brasileira e, assim, fugir à condição de uma frágil economia agroexportadora.

Conforme BASTOS e CORSI, desde os anos 30, Vargas já desenvolvia a estratégia de superar os limites à construção de uma nação forte, e relativamente independente, derivados da condição do país como mero exportador de bens primários e importador de bens de consumo manufaturados. Como lembra este último autor, analisando os discursos de Getúlio em seu primeiro governo, fica claro que o programa de crescimento do período era mais do que uma política econômica, na medida em que também pretendia realizar “um verdadeiro projeto de consolidação da nação a partir da hegemonia do capitalismo industrial” (CORSI, 2002, p. 6). A consequência desse programa seria a mudança da posição do país frente à economia mundial, na medida em que a sua industrialização iria alterar o seu papel na divisão internacional do trabalho.

BASTOS, por sua vez, defende que a base do ideário nacional-desenvolvimentista sustentado por Vargas neste período já era

a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: 1) a especialização primário-exportadora, e 2) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação *natural* (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo.²⁵

²⁵ BASTOS, 2006, p. 241.

Em seu Segundo Governo, esta estratégia não se alteraria. Como afirma FONSECA, ainda durante a campanha eleitoral, Getúlio era claro em defender que a superação da pobreza e da fragilidade econômica do Brasil passava necessariamente pela industrialização, tanto através da transformação de suas próprias matérias-primas internamente quanto por intermédio do estabelecimento de novas indústrias.²⁶ Durante o seu governo, teria deixado claro que a melhor forma de resolver os problemas na balança comercial e no balanço de pagamentos seria o progresso da indústria nacional, que permitiria exportar mais e importar menos.²⁷ Ou seja, temos aqui uma forma de conceber o desenvolvimento econômico do Brasil bastante compatível com aquilo que pregavam os próprios industriais, ao menos na linha de Simonsen e Lodi, e com as ideias que estavam sendo sistematizadas pela Cepal.

Uma das ações mais importantes para consolidar esse programa, no segundo mandato de Vargas, afora os programas de inversão pública no reaparelhamento econômico e nas empresas estatais, foi a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial, através da Assessoria Econômica da Presidência. Fundada em 1951, pelo Decreto nº 29.806, de 25 de julho deste ano, dela fizeram parte industriais (como Lodi, Luis Dumont Villares e Ricardo Jafet), técnicos-militares (como Edmundo Macedo Soares e Lúcio Meira) e técnicos-empresários ligados a companhias ou empresas estrangeiras ou associadas ao capital estrangeiro (como Augusto Frederico Schmidt). A CDI deu origem à Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima), à Comissão Executiva de Material Elétrico (Ceime) e, em 1952, apresentou um Plano Geral de Industrialização do país.

Segundo LEOPOLI, este Plano “estabelecia uma classificação das atividades industriais e designava os setores prioritários que o governo deveria assistir em sua política industrial”, como o energético, a metalurgia, a química, a transformação mineral, o têxtil, o de alimentos, etc. Desta maneira, para esta autora, a “criação da CDI correspondeu a um novo estágio da articulação entre a indústria e o Estado. Formava-se no interior deste uma agência incumbida exclusivamente da política industrial, reunindo representantes da indústria ao lado

²⁶ Sobre isso, FONSECA recupera trecho de entrevista de Vargas ao Correio do Povo (8 de março de 1949) onde este declara: “Acho que o Brasil é realmente um país pobre e, por isso mesmo, precisa ser industrializado, porque, fomentando essa industrialização, estaremos fazendo com que o Brasil deixe de ser economicamente uma colônia exportadora de matérias-primas para ser um país industrial. O Brasil precisa transformar as suas próprias matérias-primas e criar a sua indústria”(VARGAS *apud* FONSECA, 1989, p. 345).

²⁷ Ao menos, é o que o autor identifica na primeira Mensagem de Vargas ao Legislativo, onde se afirma que os problemas de curto prazo (como os déficits na balança comercial) não poderiam barrar o programa industrializante na medida em que este “colaboraria para dar àquele uma solução efetiva. Ou seja: à medida que crescesse a produção e aumentasse a produtividade, com a modernização do parque industrial e do setor primário, o país poderia, ao mesmo tempo, diminuir suas importações e aumentar suas exportações.” (FONSECA, *idem*, p. 361).

de técnicos do governo” (LEOPOLDI, 2000, p. 222). Tal articulação entre Estado e empresários era algo novo, fazendo com que o projeto industrial do Segundo Governo Vargas começasse a selar uma aliança entre a grande indústria e o governo. Diferentemente do Estado Novo, esta aliança não estabelecia uma relação direta entre as instâncias do Estado e os representantes da classe, mas abria arenas burocráticas especializadas, com lideranças de setores específicos em comissões setorializadas. A presença dos líderes fabris no programa industrializante de Vargas não se limitava à CDI, pois eles também ocupavam postos-chaves na Comissão Nacional do Petróleo e na própria AEP, na medida em que Rômulo Almeida era um economista cedido pela CNI.

Em consequência, não deve surpreender a constatação de LEOPOLDI para quem é possível encontrar muita afinidade “entre a política industrial adotada por Vargas e o que foi decidido na 1ª Reunião Plenária da Indústria, de 1953” (LEOPOLDI, 2000, p. 231). Até porque, cimentando ideológica e programaticamente esses novos espaços, estava o aporte cepalino e suas ideias sobre a deterioração dos termos de troca e a necessidade de industrialização dos países periféricos como única alternativa para o desenvolvimento. O que “permite pensar numa aliança política entre a *liderança industrial, os técnicos nacionalistas, os representantes da Cepal no Rio de Janeiro (Grupo Misto Cepal-BNDE) e o presidente Vargas em torno de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico*. Por outro lado, tal projeto nunca se definiu claramente, em virtude da propensão de Vargas em buscar um caminho intermediário” (LEOPOLDI, 2000, p. 230),

Para terminar, vale ressaltar mais duas questões relevantes, apontadas por FONSECA. Primeiro, que o programa nacional-desenvolvimentista de Vargas, no que concerne à industrialização, não implicava rompimento com o capital externo. Como afirma este economista, se existiu ideologia desenvolvimentista, esta

não excluía o capital estrangeiro, antes contava com ele para levar adiante o projeto acelerado de desenvolvimento econômico, (...) a luta pela industrialização brasileira, por certo encontraria obstáculos externos, mas de forma alguma poderia prescindir de capitais internacionais, inclusive para suplementar o programa industrializante concentrado no tempo (...). Assim, o discurso ideológico apelava à autonomia e à independência econômica do país, mas nenhuma delas supunha a busca de autarquia ou de fechamento para o mundo exterior. Autonomia e independência significavam industrialização, ou seja, desenvolvimento das forças produtivas capitalistas *inserido* em *nova* divisão internacional do trabalho, que não condenassem o país a perpetuamente exportar matérias-primas e importar produtos industrializados.²⁸

Segundo, embora implicasse em fortes incentivos ao desenvolvimento industrial, não é

²⁸ FONSECA, 1989, p. 424.

adequado afirmar que o programa de Vargas implicasse em abandono da agricultura, como afirmavam os críticos conservadores do governo.²⁹ Para esse autor, nos discursos de Vargas fica evidente “a existência de um projeto pró-desenvolvimento capitalista, ao qual, nesse momento histórico, significa, entre outras coisas (mas principalmente) industrialização e modernização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas dos dois principais setores da produção.”³⁰

Conforme FONSECA, muito embora Getúlio evitasse em falar da “vocação agrícola” do país, quando dava ênfase à agricultura colocava-a como voltada para o mercado interno (baratear o custo de vida) e destinada às exportações (fornecer divisas necessárias às importações de máquinas, equipamentos e insumos básicos à implementação do programa desenvolvimentista). Tornava-se “claro por que a prioridade industrial não se opunha à proteção à agricultura: esta deveria complementar-se à primeira, ou melhor, suas funções econômicas deveriam torná-la capaz de harmonizar-se com o crescimento industrial.”³¹ O que o governo procurou efetuar com promessas de promover a mecanização do campo, trazendo a indústria para a agricultura, de oferecer preços mínimos aos produtos do setor e a criação de um Banco Rural. Quando se referia à reforma agrária, preferia falar prudentemente na distribuição gratuita de terras pertencendo ao Estado a trabalhadores dispostos a cultivá-las, evitando o tema da desapropriação privada.

Por essas razões, FONSECA conclui que a “burguesia agrária, de fato, parece ter ficado mais próxima do governo do que geralmente se considera”, tendo em vista que o setor agrário produtor de bens para o mercado interno seria beneficiado com o programa industrializante e “mesmo os setores agrários produtores de bens exportáveis, em geral, aliavam-se à burguesia industrial na sustentação da política econômica do governo” (1989, p. 397).

4.2 – O desequilíbrio externo no debate público: os jornais discutem leis cambiais, questão do capital estrangeiro e a posição do Brasil na economia mundial

O desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil foi um tema que preocupou bastante os jornais no período estudado, o que não era de se estranhar, tendo em vista as enormes dificuldades que o país enfrentou para acertar as suas contas externas. Esta questão

²⁹ FONSECA, 1989, p. 367)

³⁰ *Idem*, p. 360

³¹ *ibidem*, p. 349.

envolvia basicamente dois pontos: de um lado, o comércio exterior e os sucessivos problemas na balança comercial brasileira, com os consequentes “atrasos comerciais”; de outro lado, o problema do fluxo de capitais e a forma como ele poderia interferir positiva ou negativamente nesse processo.

Esse tema envolveu diretamente a política cambial do governo Vargas e a sua posição em relação ao capital estrangeiro, na medida em que esta, como vimos, estava umbilicalmente ligada às dificuldades no balanço de pagamentos. Porém, todo este debate tinha uma questão de fundo mais importante, a saber: a própria visão que os jornais apresentavam sobre a posição do país na divisão internacional do trabalho.

Tendo em vista a complexidade deste tema, vamos segmentar a nossa análise dos jornais da seguinte maneira: em um primeiro momento, iremos apresentar uma visão geral dos diários estudados sobre o comércio exterior brasileiro e o fluxo de capital estrangeiro; depois analisaremos a forma como cada um se posicionou sobre os programas de Vargas; por fim, avaliaremos como eles concebiam a posição brasileira na DIT, no contexto dos anos 50.

4.2.1 – Fluxo de mercadorias e fluxo de capital: entre o livre-cambismo e o protecionismo

A situação do comércio exterior do Brasil foi objeto de preocupação constante dos jornais, embora não houvesse uniformidade no posicionamento dos mesmos.

Entre o **Jornal do Brasil** e o **Correio da Manhã** encontramos novamente algumas convergências. Ambos são críticos ao sistema de licenças prévias e o papel da Cexim na gerência do mesmo. Já no ano de 1951, o **JB** condenava a seletividade das importações, mas não apresenta uma censura direta ao controle dos importados, pois achava que ele era necessário devido à escassez de divisas. O problema para este jornal era a falta de critério para a escolha das mercadorias a serem compradas no exterior. Conforme a sua opinião, a ausência de estatísticas oficiais confiáveis fazia com que a Cexim seguisse muito de perto às demandas dos próprios industriais e comerciantes envolvidos nesse comércio, os quais buscavam atender mais aos seus interesses particulares do que os do país.³²

Depois, entre os anos de 1951 e 1953, as censuras são focadas na acusação de que a Carteira de Exportação e Importação não estaria cumprindo adequadamente o seu papel, pois permitia a entrada no país de bens supérfluos em detrimento da comprar de insumos e

³² “Sem rumo”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1951, Caderno 1, página 5.

maquinário para as atividades produtivas.³³

O **Correio da Manhã** também fez severas críticas à atuação da Cexim e ao sistema de licenças prévias, mas por outros motivos. Inicialmente, este jornal condenou a política de liberalidade nas importações adotada pelo governo em 1951, considerando-as excessivas e causadoras dos problemas no balanço de pagamentos do país, que surgiriam no ano seguinte, em 1952.³⁴ Mas, depois, passou a condenar diretamente as restrições que esta Carteira do BB exercia sobre as compras externas. O **CM** não defende o abandono de toda a forma de controle do comércio exterior, na medida em que, segundo ele, estávamos “numa época de penúria angustiada, em que mais se torna imperativa a ação com espírito de moderação e restrição”.³⁵ Mas desaprovava o modelo adotado por duas razões: primeiro, por permitir muito espaço à arbitrariedade;³⁶ depois – e aí vem a desaprovação mais de fundo – por considerar o sistema adotado um exemplo do “dirigismo do sr. Getúlio Vargas”.³⁷

Em princípio, a posição do **CM** parece contraditória, pois critica a “liberalidade” nas importações, no ano de 1951, e depois passa a condenar o controle das mesmas, a partir de 1952. Mas, se analisarmos mais detidamente, poderemos entender melhor essa aparente oscilação. Na fala do **Correio**, podemos notar duas questões básicas: de um lado, uma crítica forte ao presidente, primeiro por liberalidade e, depois, por “dirigismo” e concessão de “privilégios”; de outro lado, o desacordo com o sistema de seletividade por ele servir como uma forma de “protecionismo” ao privilegiar alguns grupos com importações de matérias-primas e equipamentos, ao mesmo tempo em que lhes garantia mercado cativo por não permitir a compra no exterior dos mesmos bens que eles produziam:

Como a alta dos produtos estrangeiros provoca igual alta nos similares nacionais, os **lucros privilegiados que a Cexim cria com sua política protecionista se estendem aos demais setores da economia, principalmente daqueles que dependem de suprimentos do exterior. São os que aparecem quando se concedem licenças para a importação, pelo câmbio oficial, de matérias-primas destinadas à fabricação de produtos que são vendidos ao povo a preços de câmbio negro.**³⁸

³³ “Queima de divisas” (*Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5).

³⁴ “A crise cambial”, *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1952, Caderno 1, página 4.

³⁵ “A importação e as divisas”, *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, Caderno 1, página 4.

³⁶ O que dava margem a desmandos e a condenáveis privilégios, como os que se tornaram públicos em 1953, período em que o periódico fez uma cerrada campanha contra a Cexim, sugerindo a troca do licenciamento por um modelo de contingenciamento automático das importações. Ver: “O sr. Getúlio Vargas e a Cexim”, *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1953, Caderno 1, página 4, “A crise cambial”, *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1952, Caderno 1, página 4 e a reportagem bastante crítica: “Cexim é isso: O critério da amizade gera o privilégio”, onde termina afirmando: “A Cexim é isto que aí está escrito. E também é isso o governo do sr. Getúlio Vargas” (*Correio da Manhã*, 29 de março de 1953, Caderno 1, página 1).

³⁷ “Dirigismo do Sr. Getúlio Vargas”, *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

³⁸ “O sr. Getúlio Vargas e a Cexim”, *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

Percebemos que, além da crítica a Vargas, o jornal foca a sua atenção na possibilidade de o modelo aplicado pela Cexim conceder não só privilégios mas também indevida “proteção” a determinados setores. Neste caso, às indústrias que transformavam no país matérias-primas importadas, tradicionalmente condenadas como “artificiais” pelos liberais.

Se traçarmos um paralelo com o **JB**, veremos que **Correio** diverge deste periódico exatamente por discordar do privilégio dado à importação de produtos essenciais para determinados setores produtivos que o primeiro jornal havia defendido; além disso, o **CM** não parece se preocupar com o uso indevido das divisas na compra de bens supérfluos, tema que não surge em nosso levantamento deste diário.

Neste ponto é importante lembrar que, como vimos no Capítulo I, o **Correio** não apenas era visto como um jornal mais voltado para as elites do que o **JB**, como ainda tinha entre os artigos anunciados em suas páginas os “bens de luxo”, produtos que não estavam presentes nas edições do **Jornal do Brasil**. Mesmo que não se trate de estabelecer uma relação direta entre os interesses dos anunciantes e as tomadas de posição do **CM**, não podemos desconsiderar esta situação como uma explicação possível.

Já no que se refere ao “protecionismo”, devemos considerar que o **Jornal do Brasil** também foi sensível ao tema, demonstrando igual preocupação com a possibilidade de o sistema servir como proteção disfarçada. Apesar de defender o direcionamento das divisas às classes produtoras, este jornal condenou a excessiva interferência dos industriais e dos comerciantes na seletividade dos bens a serem importados por isso poder levar a uma forma de proteção indevida.³⁹

Entretanto, nos dados que temos à disposição, não é possível afirmar que o **JB** e o **CM** façam uma campanha contra o protecionismo, pois, se ambos os jornais apresentam algumas condenações genéricas à possível proteção à indústria nacional, 40 ao mesmo tempo aceitam a necessidade de defesa de setores específicos dessa indústria e mesmo chegam a endossar

³⁹ “As últimas reuniões das Confederações das Indústrias e do Comércio revelaram que **os maiores problemas da nossa economia são apresentados e discutidos com uma monótona insistência sobre pontos de vista que teriam sido apreciados há 50 anos, quando as indústrias e o comércio necessitavam de proteção**, na sua grande fase de desenvolvimento, mas que, hoje, após tantas experiências, tantos favores recebidos e tanta solidez alcançada, dão demonstração de uma total incapacidade, especialmente por parte dos industriais, de saber-se guiar por si e alimentar-se sem o Governo ser obrigado a todo instante a proporcionar-lhes assistência e a ... alimentá-los” (“Sem rumo”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1951, Caderno 1, página 5).

⁴⁰ O **Jornal do Brasil** criticou, por exemplo, os efeitos negativos do protecionismo no país, afirmando que ele havia se tornado antieconômico, ao não favorecer mais o desenvolvimento das indústrias e tornar, no geral, a vida mais cara (“Desenvolvimento industrial”, *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5). Quanto ao **Correio**, consultar: “Sabedoria antiga”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1953, Caderno 1, página 4.

propostas de aumento das tarifas alfandegárias brasileiras, ao afirmarem que algumas atividades fabris só poderiam vingar se fossem protegidas da concorrência estrangeira.⁴¹ Ou seja, temos aqui um argumento semelhante ao da “indústria infante”, embora os próprios periódicos admitam que o parque fabril brasileiro já havia ultrapassado a fase inicial que justificava esta prática para os liberais.

Nesses dois jornais notamos que não defenderam um sistema de total liberdade comercial e cambial, tendo em vista a própria dificuldade de o Brasil em obter divisas, não indicando um posicionamento puramente liberal. Mas foram fortes críticos ao modelo de seletividade aplicado no Brasil por ele tanto abrir espaço ao favoritismo e à corrupção, quanto servir como uma forma de protecionismo à indústria, embora não seja possível identificar propriamente uma campanha antiprotecionista. Seriam estes jornais contrários à industrialização do Brasil, em especial à industrialização planejada? Ainda é muito cedo para podermos responder a esta questão.

Nos periódicos **O Jornal** e **O Globo**, podemos encontrar um posicionamento bem diferente. Ao contrário do **CM**, esses dois jornais endossaram a política inicial do governo em liberalizar as importações e favorecer o atendimento das necessidades da indústria e da agricultura nacionais, que poderiam ser prejudicadas por uma retração na oferta de insumos e equipamentos no mercado internacional, em virtude de uma possível Terceira Guerra Mundial. **O Globo**, aliás, chegou a citar diretamente a liderança que a CNI exercia a favor dessas medidas:

Adota o Governo uma orientação segura no que se relaciona com as operações do Banco do Brasil, comprometendo-se a **despender as nossas reservas-ouro exclusivamente na importação de matérias-primas para as indústrias nacionais, de máquinas agrícolas e outros bens de produção.** (...)

A nova orientação dada ao Banco do Brasil **impede que as nossas divisas monetárias sejam desbaratadas na aquisição de objetos de luxo e artigos supérfluos.**

Aliás, desde que começou a Guerra da Coreia, **as classes conservadoras do país – Confederação Nacional da Indústria à frente** – advertiam o governo da ameaça que pesava sobre a economia brasileira.⁴³

⁴¹ Como podemos ler no **JB**: “É sabido que o protecionismo aduaneiro, em relação às iniciativas, no campo das atividades industriais, constitui elemento sem o qual esse campo estaria, talvez, destinado à expressão de capacidade inapreciável” (“Direitos sobre a importação”, *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5). Quanto ao **Correio**, ver: “Tarifas”, *Correio da Manhã*, 23 de maio de 1951, Caderno 1, página 4 e “Problema fundamental”, *Correio da Manhã*, 23 de maio de 1953, Caderno 1, página 4.

⁴² “Facilitou-se, por outro lado, a atividade da Cexim, pondo-a em condições de **melhor servir à importação com financiamento adequado à estocagem dos bens de produção, matérias-primas e bens de consumo, considerados essenciais.** Era o que já se devia ter feito anos atrás, pois a conjuntura internacional há muito que nos alertava sobre esse problema, notadamente depois da eclosão da guerra da Coreia” (“O papel do Banco do Brasil no revigoramento da economia nacional”, *O Jornal*, 22 de julho de 1951, Caderno 1, página 4).

⁴³ “Produção e transportes”, *O Globo*, 5 de junho de 1951, Caderno 1, página 3.

Em relação à Cexim, porém, o posicionamento destes dois jornais foi diferente. **O Globo**, de forma análoga ao **CM** e ao **JB**, adotou uma posição de crítica a esta Carteira do BB pela falta de critérios na seletividade, permitindo o privilégio e o favorecimento, especialmente a partir de 1953, onde as censuras a ela preencheram seguidamente as páginas do jornal.⁴⁴ Entretanto, este vespertino deixou bem claro que a sua crítica era com o mau uso do instrumento da seletividade e não com o sistema em si mesmo. Em editorial, cujo título já informa a posição do jornal (“Para salvar a Cexim”), depois de afirmar que o caso da Carteira de Importação e Exportação teria atingido “os limites de clamor público”, **OG** assevera:

Se queremos impedir que os nossos magros dólares sejam açambarcados pelos importadores de artigos de luxo e de supérfluos, se queremos ter a certeza de atender com eles às necessidades da indústria, do equipamento nacional e do verdadeiro progresso, precisamos praticar, não com (*sic*) descréto, mas com prudência, não com favoritismo, mas com imparcialidade, o sistema de controle das exportações e importações. [Mas os desmandos da Cexim deram origem a] um coro em favor da liberdade de exportar e importar. As vozes desse coro não partem de espíritos esclarecidos. **Quem conhece os nossos problemas sabe que esta liberdade só viria dar asas a ganância**, ao comércio de luxo, às importações desnecessárias.

Já **O Jornal** foi o diário que mais defendeu a Cexim e à seletividade das importações. Sobre o sistema de licença prévia e o seu uso em favor das atividades produtivas, **OJ** foi bem claro.⁴⁵ Em um editorial intitulado exatamente “Licença-prévia como reforço à defesa nacional”, afirmou:

Todos sabemos que a partir de 1947 abriu-se para o nosso país uma situação difícilíssima, com a nossa balança de pagamentos em pleno desequilíbrio. Verificou-se que a política que vinha sendo seguida de estímulo às importações não dera resultado, **porque a liberação apenas favoreceu a importação de coisas supérfluas. Em vez de importarmos equipamentos para as indústrias e a lavoura mecanizada, caímos na orgia dos objetos de matéria plástica, de alimentos enlatados e de tantas outras inutilidades**, consumindo vertiginosamente as divisas que nos restavam no exterior.

O regime de licença-prévia deteve, em 1948, essa onda de insensatez mais ainda, disciplinou o intercâmbio comercial do país.⁴⁶

⁴⁴ No ano de 1953, **O Globo** publica uma série de matérias denunciando casos de desvios e corrupção na Cexim, normalmente ocupando a capa do jornal ou mesmo sendo a manchete do dia, como no exemplo a seguir: “Nova burla ao regime de licença prévia – Toneladas de mercadorias estão entrando no país por força de mandados de segurança que contrariam a orientação do STF – Prejudicado os legítimos interesses do comércio organizado”, *O Globo*, 5 de maio de 1953, Caderno 1, página 1 e 6. Ver também: “Desvio de Milhões de cruzeiros na alfândega – Fala a ‘O Globo’ o ex-inspetor, senhor Armindo Correia da Costa, esclarecendo os fatos – As irregularidades no desembarço de mercadorias não envolve nem anterior nem a atual administração – Um ajudante de despachante falsificava as assinaturas”, *O Globo*, 14 de setembro de 1953, Caderno 1, página 1 e 8.

⁴⁵ “No rumo da recuperação”, *O Jornal*, 9 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

⁴⁶ “Licença-prévia como reforço à defesa nacional”, *O Jornal*, 3 de abril de 1951, Caderno 1, página 4.

Mas, diferentemente de **O Globo**, **O Jornal** também procurou defender a Cexim das acusações que foram feitas à Carteira a partir de 1953, tentando negá-las ou diminuir os seus efeitos, especialmente no que se refere ao favorecimento para a compra de bens de luxo.⁴⁷

De qualquer maneira, o posicionamento desses dois jornais é o que mais se aproxima das demandas das “classes produtoras” diretamente interessadas na seletividade e no protecionismo permitido pelo sistema, a saber: a indústria de bens de consumo e a agricultura voltada para o mercado interno, em detrimento dos grupos que defendiam a maior liberdade das trocas internacionais (comércio de exportação e importação). Notamos que, nas páginas desses dois jornais, não apenas inexistem críticas ao suposto protecionismo da Cexim, como também não encontramos condenações ao protecionismo. Muito pelo contrário, o que aparece como crítica é a falta de proteção às nossas atividades produtivas.

O Globo, como já vimos, propôs o aumento das tarifas alfandegárias como forma de contribuir no combate à inflação, aumentando a arrecadação pública. O seu apoio a uma nova lei tarifária não se reduz, porém, a motivos fiscais, mas incorpora a defesa do parque fabril, na medida em que, na opinião do jornal, “não possuímos proteção aduaneira para nossa indústria; o que a defende é a falta de divisas e o regime de licença prévia”.⁴⁸ Como ele mesmo recordou, ao falar da CDI:

Ninguém ignora que a indústria nacional, conforme frisou há tempos o deputado Euvaldo Lodi, (carece) de proteção (estatal). Na verdade, não possuímos um sistema tarifário protecionista como os mais importantes países o possuem. Nossa indústria precisa de defesa, de estímulo e de compreensão (...). Precisamos incentivar a produção do que não produzimos ou produzimos insuficientemente, não permitindo que se venham a instalar aqui indústrias em concorrência com as já existentes. O estudo da subcomissão orienta o nosso governo nesse sentido.⁴⁹

Notamos aqui uma posição bastante contundente do jornal, que não apenas se distancia do pensamento liberal, como incorpora argumentos do próprio discurso industrialista da burguesia brasileira, no que se refere à necessidade tanto de proteção ao setor fabril quanto de impedimento à instalação de empresas concorrentes às nacionais, teses abominadas por um pensador como Eugênio Gudín. Desta maneira, parece não ser por acaso que a CNI e o seu presidente, Euvaldo Lodi, principal liderança industrial no país, apareçam com tanta

⁴⁷ “O sistema de licença previa e as importações clandestinas”, *O Jornal*, 23 de junho de 1953, Caderno 1, página 4 e “A Ação da Cexim”, *O Jornal*, 1 de maio de 1953, Caderno 1, página 1.

⁴⁸ “O déficit”, *O Globo*, 9 de março de 1951, Caderno 1, página 3.

⁴⁹ “Rumos para a nossa expansão industrial”, *O Globo*, 28 de julho de 1952, Caderno 1, página 2. Ver também: “As Tarifas”, *O Globo*, 16 de março de 1951, Caderno 1, página 3

frequência nos páginas do jornal.⁵⁰ O que deve gerar estranheza é que esta postura em nada corresponde a interpretação que é difundida pela historiografia à respeito de **O Globo**: neoliberal e defensor do comércio exportador. Ao contrário, o que encontramos até agora é um discurso contra esse comércio (que deseja liberação comercial para os bens de consumo) e oposto à condenação neoliberal do protecionismo à indústria. Estaríamos diante de uma exceção do jornal à sua linha de ação ou ela não corresponderia ao defendido tradicionalmente pela historiografia? Devemos esperar a continuidade da análise do diário para tentarmos responder a esta pergunta.

O Jornal também se colocou francamente favorável ao estabelecimento de uma nova lei tarifária que servisse de real proteção à economia brasileira, em lugar do sistema precário das licenças prévias.⁵¹ Sobre a proposta do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, da “criação de uma taxa adicional *ad-valorem* das tarifas alfandegárias até que se proceda à revisão geral das mesmas,” o periódico afirmou:

Trata-se de uma **providência necessária para amparar a produção nacional da concorrência estrangeira**, em face do provável aumento da importação, provocado pela nova política cambial. (...)

O seu objetivo principal se enquadra no do **próprio protecionismo aduaneiro**, isto é, **permitir que a produção nacional sobreviva, prospere e progrida, sem o risco de sofrer a competição de artigos similares de outros países.**⁵²

Mas diferentemente de **O Globo**, que parece centrar a sua defesa do protecionismo nas atividades industriais, **O Jornal** argumentou que este protecionismo ajudava também a agricultura.⁵³ De qualquer maneira, foi este diário quem expressou de forma mais clara a necessidade de proteção e amparo do Estado ao parque fabril nacional:

Sempre que se fala ou se escreve sobre **protecionismo aduaneiro**, não falta quem lhe atribua o intuito exclusivo de **fomentar a indústria, à sombra das chamadas tarifas proibitivas**. Ainda que assim fosse, **não haveria mais por que combatê-lo hoje, depois que se desenvolveu o parque industrial nacional do país**, a ponto de ocupar o primeiro lugar na América Latina (...).

Um ramo de atividade que atingiu tais proporções tem o direito ao amparo do Estado porque concorre poderosamente para a emancipação econômica da Nação.⁵⁴

⁵⁰ O que não é apenas uma característica do espaço opinativo, mas também do espaço informativo desse vespertino. Ver, por exemplo: “Expansão industrial do Brasil é a palavra de ordem – Instalada ontem a Comissão de Desenvolvimento Industrial – Os discursos do ministro Horácio Láfer e do deputado Evaldo Lodi – Os problemas fiscais e as tarifas”, *O Globo*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, páginas 2 e 7.

⁵¹ “O novo regime cambial e as novas tarifas”, *O Jornal*, 1º de novembro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁵² “As tarifas aduaneiras e a produção nacional”, *O Jornal*, 14 de novembro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁵³ “Agricultura nacional e protecionismo aduaneiro”, *O Jornal*, 22 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4 e “As tarifas aduaneiras e a produção nacional”, *O Jornal*, 14 de novembro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁵⁴ “As tarifas aduaneiras e a produção nacional”, *O Jornal*, 14 de novembro de 1953, Caderno 1, página 4.

Encontramos aqui uma contundente defesa do protecionismo, mas com base em argumentos inversos àquele da “indústria infante” que só aceitava a proteção para dar início à industrialização: no caso de **O Jornal** – e provavelmente também para **O Globo** – eram as grandes dimensões de uma indústria brasileira já desenvolvida que justificavam o protecionismo, tendo em vista a riqueza, os bens e os empregos que gerava.

Como último ponto da análise desses dois jornais, chama a atenção a forma como **OJ** abordou o tema da compra dos artigos supérfluos, tentando defender a Cexim. Ao invés de criticar este órgão por liberá-los, acusou os próprios consumidores de estarem sempre procurando utilizar as escassas divisas nacionais em benefício individual, prejudicando os interesses da coletividade. Argumentos que não podemos apenas colocar na conta da proximidade deste diário com o governo que era o foco da acusação

Em um editorial sugestivo, “Importações para os grã-finos”, **O Jornal** censurou os milhões de dólares gastos pelos brasileiros em “whisky, perfumes (...) brinquedos, calçados, gravatas, roupas feitas, confeitos, balas e cachimbos”, objetos supérfluos “pagos com as divisas provenientes das nossas exportações (...) obtid[a]s pelas vendas de café, algodão, cacau, arroz, couros e peles, fumo, madeiras e outros produtos arrancados das lavouras, da pecuária e das florestas pelas mãos calejadas dos brasileiros que trabalham a terra”. Terminando por perguntar:

E para que? Pra que a grã-finagem perfumada, bem vestida e bem nutrida se divertisse e gozasse a vida, bebendo whisky como água nos bares, nas festas elegantes e nas residências luxuosas. **Isso não é observação revolucionária de origem comunista, mas advertência conservadora de objetivo econômico-social.** Realmente, **é preciso que as classes ricas se deem conta da situação nacional, evitando agravá-la com desperdícios das nossas divisas,** que devem ser reservadas para a compra de utilidades indispensáveis, como máquinas, aparelhos combustíveis e gêneros alimentícios que ainda não produzimos, de modo **a colaborarem melhor no progresso, enriquecimento, conforto e segurança do país.**⁵⁵

Essa crítica pesada aos “aos grã-finos”, afirmando que os hábitos de consumo ostentatório da elite eram prejudiciais aos interesses do país, foi muito frequente em **O Jornal**, aparecendo, inclusive, nos artigos de Assis Chateaubriand,⁵⁶ o indica claramente

⁵⁵ “Importações para os grã-finos”, *O Jornal*, 25 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4.

⁵⁶ Por exemplo: “A luta entre a Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil com os importadores de automóveis continua. Não tem mais qualificação o abuso com a importação de automóveis. (...) Mas não podemos continuar a consentir no êxito desses recursos ilícitos, tanto mais que constitui verdadeiro acinte, ante as terríveis dificuldades que defrontamos, essa crescente ostentação de carros de luxo que enchem as ruas do Rio e São Paulo. Cabe à magistratura anular, de uma vez por todas, as manobras dos que os fazem passar pelas

como era uma questão de grande importância para este diário. **O Globo** também seguiu por essa linha, centrando as suas baterias no consumo de luxo como contrário à economia nacional e, assim, aos interesses coletivos.

Entre os fatores determinantes do presente desajustamento brasileiro, cabe apontar, hoje, o maior desmedido ao bem-estar, ao luxo, à ostentação, que se apoderou de certos círculos da nossa população. O enriquecimento fácil, as fortunas feitas vertiginosamente às custas da inflação, a liberdade criminosa no investimento dos dinheiros coletivos, tudo leva à formação de uma **mentalidade condenável, radicalmente divorciada das reais condições econômico-financeira do país.** (...)

Todos sentimos que há algo de errado na vida contemporânea do Brasil. **Algo que tem que mudar, prontamente, se não quisermos expor o país a uma convulsão social de proporções imprevisíveis.** Eis por que **proclamamos a necessidade de frear o luxo, limitar os gastos pessoais, reduzir a ânsia de prazer.**⁵⁷

Como podemos compreender esse tipo de argumentação dos jornais, ou seja, uma crítica à elite de dois periódicos pertencentes à elite da imprensa brasileira (aos “barões da imprensa”, no dizer de Samuel Wainer) e voltados, em grande parte, para um público consumidor elitizado?

Para responder a esta questão, vamos destacar três aspectos que, ao nosso entender, perpassam a mesma e a explicam.

Primeiro, parece estar na base dessa argumentação uma preocupação macroeconômica sobre o melhor aproveitamento dos escassos recursos nacionais, tanto em divisas quanto em capital. Tema que, como vimos, era um dos pontos essenciais do aporte cepalino, segundo o qual os hábitos de consumo da elite dos países subdesenvolvidos estavam na base das dificuldades da formação de capital na periferia e da escassez de divisas, provocando os desequilíbrios no balanço de pagamentos. Dificuldades estas que apenas o Estado, controlando importações e taxando os bens de luxo ou as aplicações não produtivas, poderia resolver. Alternativa que os dois periódicos em questão não deixariam de endossar.⁵⁸

malhas da lei” (Automóveis”, *O Jornal*, 16 de junho de 1953, Caderno 1, página 1). Outro exemplo: “Escassez de divisas e de juízo”, *O Jornal*, 9 de julho de 1952, Caderno 1, página 4. Sobre Chateaubriand, temos: “Milagre e Pobreza”, *O Jornal*, 9 de maio de 1951, Caderno 1, página 4 e “Mais austeridade”, *O Jornal*, 16 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4

⁵⁷ “A necessidade da volta à austeridade”, *O Globo*, 12 de junho de 1953, Caderno 1, páginas 1. Ver ainda: “São medidas de salvação pública, e não paliativos ou engodos, que o povo espera do governo”, *O Globo*, [dia ilegível] de abril de 1952, Caderno 1, página 1.

⁵⁸ Contra o projeto de lei sobre os “lucros extraordinários” que defendia um aumento de impostos sobre empresas lucrativas, **O Jornal** afirmou: “Muito mais lógico seria que o Estado se voltasse contra o luxo, que tirasse dos que dispendem com o supérfluo um pouco mais para atender aos reclamos cada vez maiores do progresso material do país. Desse modo não atingiria o fruto do trabalho que se aplica no desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura; lucros que revertem para a economia da comunidade através de iniciativas que, direta ou indiretamente, não seriam objeto de uma verdadeira espoliação por parte do fisco” (“Desestímulo à produção”, *O Jornal*, 20 de novembro de 1953, Caderno 1, página 4).

Segundo, os jornais parecem indicar nesse caso que não pretendem exercer apenas um papel de porta-voz passivo dos interesses das classes conservadoras, mas também se colocam em uma posição de educação de, ao menos, parte dessas classes, cujo estilo de vida seria contrário ao interesse nacional, exortando-a a mudar de hábitos e de mentalidade. Ou seja, a partir do campo jornalístico, procuram exercer, nos termos de Bourdieu, uma *função pedagógica*, difusora e, por isso, criadora dessa nova mentalidade. Como deixou bem claro **O Jornal** ao falar das divisas:

Infelizmente, **não conseguimos ainda formar a mentalidade de serviço público**. Entre nós **os elementos abastados, com raras exceções, se conservam alheios à situação do Brasil**, como se vivessem apenas para gozar dos prazeres do mundo. Poucos se coíbem o desejo de gastar a torto e a direito, empregando mal as suas sobras de dinheiro, sem pensar que estes desperdícios sacrificam a coletividade, privando-a de bens mais preciosos. **Não somente a crise de divisas que pesa sobre a economia nacional. É também a escassez de juízo nos meios sociais que não sabem aplicar os seus recursos disponíveis**. Os excessos de luxos concorrem com a riqueza coletiva de países de sólida organização econômico-financeira. Nos países pobres, como o Brasil, representam um fator de desequilíbrio orgânico, que (ilegível) tanto seus compromissos externos como sua vida interna.⁵⁹

Muito embora, deva-se ressaltar, que, nesse caso, os ganhos simbólicos que os jornais poderiam obter ao fazer valer a sua campanha pelo melhor aproveitamento da poupança interna implicavam em prejuízo no atendimento das prováveis demandas externas derivadas do campo econômico, tendo em vista que os bens de luxo, como vimos no capítulo I, faziam parte dos artigos anunciados nesses dois jornais.

Fazendo uma síntese sobre o posicionamento dos jornais, notamos uma grande diferença entre os diários **JB** e **Correio** – que são críticos do sistema de seletividade da

⁵⁹ “Escassez de divisas e de juízo”, *O Jornal*, 9 de julho de 1952, Caderno 1, página 4. Já, em **O Globo**, podemos ler: “Não nos iluda a selva dos arranha-céus das grandes cidades ou a fauna dispendiosa dos automóveis de luxo que rolam quase vazios pelo asfalto das avenidas. A verdade é que, apesar de tudo isso, ainda não resolvemos nem nas nossas grandes cidades os problemas mais elementares da vida urbana, a começar pelo abastecimento d água e a terminar pela habitação. O Brasil rural do século XIX, dotado das sólidas qualidades conservadoras e morais da gente do campo, perdeu quase tudo e ganhou muito pouco na revolução econômica e social que, com o advento da guerra de 1914, o tornou urbano e industrial. O materialismo mais rude passou a dominar as populações criadas na tradição de rígidos princípios morais e cristãos, traduzindo-se em nossos dias por uma sede de lucro, para cuja satisfação todos os meios são bons, principalmente os mais escusos. O espírito de sacrifício ou renúncia passou a ser um espírito passadista, cujos raros exemplos espantam como relíquias arqueológicas. (...) É tempo de reagir, pois, o dever é de todos e ninguém se pode negar a atender ao apelo da pátria em perigo. O patriotismo brasileiro, que agora parece dormir no fundo dos corações mas que tantas façanhas já realizou nos nossos quatro séculos de história renascerá sem dúvida para esta campanha de salvação pública, para o restabelecimento da moral pública e privada e a restauração dos ideais nacionais” (“Homens irresponsáveis, da administração e do Congresso, querem levar o país à desagregação e ao pauperismo, estimulando, a título de reestruturação e favores, o saque ao erário público”, *O Globo*, 23 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1.

Cexim e dos abusos e do protecionismo que ela poderia permitir – e **O Globo** e **O Jornal**, que defendem o sistema de seletividade, só aceitando a sua troca por uma verdadeira política protecionista. Além disso, os dois primeiros periódicos parecem pouco envolvidos na defesa das demandas das classes produtoras por um sistema de proteção, embora o **JB** advogue a priorização das atividades reprodutivas no emprego das divisas, enquanto que o **Correio** não segue o mesmo caminho. Já **O Globo** e **O Jornal**, não apenas sustentam essas demandas, como parecem incorporar os principais argumentos protecionistas do projeto industrialista da burguesia brasileira. O que é muito surpreendente no caso de **O Globo**, definido pela historiografia como um jornal associado ao comércio exterior, interesses que contradita no seu posicionamento sobre a questão cambial.

De qualquer maneira, notamos também que nenhum jornal segue uma linha liberal básica em relação à política comercial e ao protecionismo, sendo que **O Globo** e **O Jornal**, além de pregar uma política altamente protecionista, defende a ampliação do amparo do Estado às atividades produtoras nacionais, notadamente à indústria.

Já no que se refere à visão dos jornais sobre o fluxo de capitais estrangeiros, este foi um dos pontos que gerou maior convergência entre os diários pesquisados. Todos eles, em diferentes momentos e sobre diversos assuntos, defenderam a importância de o Brasil atrair capital externo à sua economia, afirmando que este seria fundamental para o país promover o seu processo de desenvolvimento, devida a sua falta de poupança interna.⁶⁰ Mas encontramos diferenças quanto a isso.

Uma dessas diferenças dizia respeito à forma de aplicação deste capital: o **Jornal do Brasil**, o **Correio da Manhã** e **O Jornal** defenderam que os investimentos estrangeiros poderiam e mesmo deveriam se direcionar para o setor de infraestrutura, tanto em transportes, quanto em energia, inclusive no petróleo.⁶¹ Já **O Globo** foi na direção contrária e viu com

⁶⁰ Por exemplo: “À procura de uma definição”, *Correio da Manhã*, 24 de julho de 1951, Caderno 1, página 4, “O capital estrangeiro”, *Correio da Manhã*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 4, “Câmbio e ingresso de capitais estrangeiros”, *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5, “Investimentos norte-americanos no Brasil”, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5, “O surto de nossa industrialização”, *O Globo*, 6 de abril de 1951, Caderno 1, página 3. Podemos ter uma síntese dessa posição, na seguinte opinião do Correio: “Para o Brasil, oferecer boas condições ao capital privado estrangeiro não é, apenas, um instrumento destinado a facilitar a obtenção de financiamento público em dólares. Sem dúvida, os investimentos patrocinados por entidades públicas são mais vantajosos que os privados, tanto porque se apliquem em atividades básicas como porque sujeitos a condições menos onerosas. Mas os investimentos privados são igualmente indispensáveis, num país que acima de tudo precisa de capitais” “(Entendimentos essenciais”, *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1952, Caderno 1, página 4)

⁶¹ “À procura de uma definição”, *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Solução nacionalista”, *O Jornal*, 8 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Contrasenso (sic) econômico”, *O Jornal*,

muita resistência a entrada do capital “alienígena” na exploração petrolífera nacional. Iremos avaliar especificamente esta questão no Capítulo seguinte, quando tratarmos da criação da Petrobras, mas agora é interessante verificar como esse jornal justifica a sua opinião, mesmo antes do lançamento do projeto de Vargas. Lembrando que, desde 1938, Getúlio já pregava que “a sua proposta para o petróleo brasileiro seria a política e iniciativa governamental completada pela iniciativa particular exclusivamente brasileira”, o vespertino afirma:

Essa pode ser denominada de ‘política nacionalista não monopolística’. E devemos reconhecer, com sinceridade, não só que é a mais indicada para as condições econômicas e técnicas no país, mas também que **ela tem sido um anteparo valioso na proteção de nossos interesses contra a ambição dos grandes ‘trusts’ internacionais, senhores do petróleo.**⁶²

Por outro lado, **O Globo** e **O Jornal** convergiram em defender a necessidade da entrada do capital estrangeiro para o setor industrial, não apenas no de base, mas também no de produção de bens de consumo.⁶³ Porém, os jornais fizeram questão de descartar ou dirimir possíveis prejuízos à indústria nacional derivados dos investimentos externos. **OJ**, por exemplo, chegou a usar as próprias palavras de Euvaldo Lodi, incentivando esse tipo de inversão, para indicar como ela era aceita no meio fabril local;⁶⁴ já **OG** foi mais além, e procurou ressaltar que o capital alienígena seria bem vindo ao setor manufatureiro desde que não concorresse com as empresas já instaladas no país.⁶⁵

O Jornal do Brasil e o **Correio** também se preocuparam em estabelecer diferenciações sobre o tipo de capital a ser atraído. **O JB** defendeu a necessidade de se fazer uma distinção entre “capital estável” e “capital ondulante”. O primeiro seria aquele aplicado nas atividades produtivas (como a indústria) e que se fixa no país, reinvestindo os seus lucros na sua própria atividade fim. Já, no segundo caso, estariam os recursos “viajeiros e que aparecem apenas em certas ocasiões e que, uma vez obtidos os efeitos momentâneos desejados, largam voo para outras regiões, em busca de explorar alhures de certas situações de

1 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 4, “Os planos gigantescos para 1952”, *Jornal do Brasil*, 9 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 5.

⁶² “Política de petróleo”, *O Globo*, 21 de novembro de 1951, Caderno 1, página 3.

⁶³ “Sabe-se que algumas organizações industriais europeias nutrem esse desejo de se transportarem para o nosso país: se ainda não o fizeram talvez seja por falta de garantias ou de compromissos, que as ponham a salvo de riscos ou surpresas” (“Estímulo à industrialização”, *O Jornal*, 7 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4).

⁶⁴ “Palavras francas e leais”, *O Jornal*, 19 de março de 1953, Caderno 1, página 4.

⁶⁵ Ao comentar a criação da CDI, afirmou: “Estamos certos de que o novo órgão procurará pautar suas atividades dentro dessas diretrizes traçadas pelo chefe da Nação e anunciadas pelo ministro da Fazenda. Existem, contudo, aspectos especiais, que devem ser cuidadosamente atendidos. No que diz respeito a inversões de capitais estrangeiros, por exemplo, torna-se necessário atentar-se a **que os investimentos não ameacem a soberania nacional ou a que não ponham em risco empreendimentos similares aos brasileiros**. Do contrário, estaria o novo órgão prejudicando os interesses nacionais” (“Um novo órgão”, *O Globo*, 7 de setembro de 1951, Caderno 1, página 3).

emergência”. Esses capitais deveriam ser evitados, porque não traziam vantagens econômicas à nação.⁶⁶

O Correio, por sua vez, foi um pouco mais drástico, estabelecendo separação no próprio capital produtivo, ao afirmar que a sua atração deveria obedecer a um critério de utilidade:

antes da pátria de origem, o que interessa verificar no capital é o seu teste de utilidade. Se vem, por exemplo, investir-se em nosso país para fazer coca-cola, é evidente a inutilidade. Se vem, porém, fazer siderurgia, descobrir petróleo, fabricar adubo, montar usinas de força e luz, promover transportes, aumentar a produção nacional em suma, e ao mesmo tempo poupar o nosso esforço, direto ou indireto, na luta pela subsistência, é claro que deveremos recebê-lo de maneira que se sinta em nossa terra rodeado das mesmas garantias e vantagens que naquela donde proveio.⁶⁷

Como entender esses receios dos dois jornais?

Provavelmente, está em jogo a preocupação com os prejuízos que um investimento indiscriminado de capital estrangeiro poderia trazer para o balanço de pagamentos do país, na medida em que implicasse em um retorno de capital superior à sua própria entrada. No levantamento feito por nossa pesquisa, apenas **O Globo** não abordou esta questão, mas ela esteve presente nos demais periódicos, com relativa frequência.⁶⁸

Também não encontramos nos jornais preferências significativas sobre as vantagens da atração de capital público ou capital privado estrangeiro: ou seja, se aplicado corretamente em atividades produtivas e, especialmente, nos setores de base, qualquer um dos dois seria útil à nação.

Fazendo uma síntese sobre este tema, notamos que os periódicos convergem sobre a necessidade da atração de capital estrangeiro para suprir a carência de poupança interna do país. Entretanto, não advogam excessivos sacrifícios: de um lado, porque defendem que o

⁶⁶ “Capital estável e capital ondulante”, *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

⁶⁷ “À procura de uma definição”, *Correio da Manhã*, 24 de julho de 1951, Caderno 1, página 4.

⁶⁸ Por exemplo, foi esta a principal razão que o **JB** apresentou para evitar a atração do “capital ondulante”, na medida em que ele tinha por efeito mais agravar do que impedir as crises no balanço de pagamentos: “Essa crise tremenda foi obra de capitais estrangeiros chegados aqui com o único propósito de especular e de incrementar as crises econômicas” (“Capital estável e capital ondulante”, *idem*). **O Correio da Manhã** também insistiu nessa tecla: “O que o Brasil deve levar em conta, de um lado, é a sua necessidade de suprir, com o capital estrangeiro, o déficit de capitais de investimento da renda (ilegível); e, de outro lado, o imperativo de não sacrificar com a remessa de lucros e o repatriamento de capitais, a parca disponibilidade de divisas proveniente da exportação” (“O capital estrangeiro”, *Correio da Manhã*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 4). Já **O Jornal** também defendeu que era legítimo ao país se resguardar desse problema com alguma forma de precaução legal. “Compreende-se que os capitais estrangeiros aplicados no Brasil, como em qualquer outra nação, pleiteiam a faculdade de inverter os seus lucros no próprio país, sem obrigação legal. Mas não é menos compreensível que o governo brasileiro se empenhe em resguardar a economia nacional, limitando até certo ponto semelhante faculdade, para evitar remessas excessivas desses lucros, porque poderiam reduzir as disponibilidades de nossas divisas no exterior, com prejuízo de outros compromissos de ordem externa” (“A aplicação de capitais estrangeiros no Brasil”, *O Jornal*, 9 de março de 1952, Caderno 1, página 4).

Brasil já é um país bastante interessante ao capital alienígena;⁶⁹ de outro lado, porque estabelecem limites à aplicação desse capital (somente se aplicado em atividades produtivas ou “úteis” à economia brasileira e não comprometendo o nosso balanço de pagamentos). Esse tipo de constatação é importante para o nosso trabalho na medida em que nos permite indicar algumas dúvidas sobre as interpretações mais lineares, ou seja, àquelas que colocam os grandes jornais brasileiros, notadamente os incluídos nesta pesquisa, como meros instrumentos servís do capital estrangeiro.

Algumas observações quanto às diferenças entre os periódicos são importantes. **O Jornal** pareceu ser aquele que se mostrou mais receptivo à entrada dos recursos estrangeiros, não apresentando nenhuma distinção entre as formas de capital e nem limites à sua aplicação, embora tenha salientado a prerrogativa brasileira de proteger-se contra a evasão de divisas. **O JB** e o **Correio** seguiram uma posição mais intermediária: desejavam os investimentos externos mas estabeleciam distinções quanto ao tipo de capital que o Brasil deveria atrair (capital “útil” em atividades de base, para o **CM**, e capital fixo ou produtivo, para o **JB**). E, surpreendentemente, **O Globo** foi o periódico que mais estabeleceu limites à aplicação dos recursos estrangeiros: advogou a sua importância, mas vetou à sua inversão tanto em atividades concorrentes com a indústria nacional, quanto em um setor energético estratégico: o petróleo, área de grande interesse do capital internacional.

Em relação ao **O Jornal**, os resultados obtidos parecem confirmar a interpretação constante na historiografia de que este periódico era um forte partidário da atração de investimentos estrangeiros. **O JB** e o **Correio** tomam uma posição mais moderada, da qual não é possível ainda tirar maiores conclusões. Agora, no que se refere ao **O Globo**, os resultados são surpreendentes, porque vão em sentido contrário à versão de que este jornal seria neoliberal.

⁶⁹ **O Correio**, por exemplo, afirmou: “É preciso assentar definitivamente, portanto, contra a impertinência de certos círculos de Washington, que o **capital estrangeiro goza de excelentes condições no Brasil**” (“O capital estrangeiro”, *Correio da Manhã*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 4). Já **O Globo** defendeu o seguinte: “**contamos com um elemento valiosíssimo: a confiança dos estrangeiros na nossa vitalidade econômica e nas leis do país. Por isso, nota-se um fluxo crescente de investimentos sob a forma de bens de produção. Numerosas indústrias estão sendo transferidas para o Brasil**” (“O surto de nossa industrialização”, *O Globo*, 6 de abril de 1951, Caderno 1, página 3). **O Jornal**, por sua vez, disse: O que ressalta dessas cifras é **a vultosa contribuição do capitalismo norte-americano para o fortalecimento crescente da economia brasileira. O aumento de suas inversões no nosso país, com a aplicação dos respectivos lucros, é uma afirmação de confiança a que não podemos deixar de ser sensíveis**” (“Investimentos norte-americanos no Brasil”, *O Jornal*, 8 de dezembro de 1952, Caderno 1, página 4).

4.2.2 – Os jornais diante da legislação cambial varguista e do decreto sobre os capitais estrangeiros: o difícil equilíbrio entre liberdade e contingenciamento

Como vimos, a legislação cambial de Vargas e o seu decreto sobre o reinvestimento de capital, do início de 1952, estiveram entre os temas que mais geraram discussões e controvérsias durante o seu segundo mandato de presidente. Desta maneira, foram objetos de detida atenção pela grande imprensa da época.

Devido à complexidade do assunto, iremos fazer a análise dos três programas de forma separada: primeiro trataremos da proposta de Lei do Mercado Livre de Câmbio ou Lei do Câmbio Livre, aprovada apenas no início de 1953; segundo, avaliaremos a famosa Instrução 70 da Sumoc, que estabeleceu o sistema de taxas cambiais múltiplas; depois iremos tratar do decreto sobre o reinvestimento de capitais.

A lei do Câmbio Livre:

O projeto de criação de um mercado de câmbio livre pelo governo federal foi anunciado com relativa antecedência, já sendo pauta dos jornais antes mesmo de ser mandado ao Congresso, em agosto de 1951. Somando-se a isso o fato de esta lei só vir a ser aprovada em janeiro de 1953, podemos entender porque ela deu margem a um significativo debate sobre temas cambiais.

O lançamento do programa original de Vargas, porém, não recebeu um grande destaque dos jornais. Dentre os periódicos pesquisados, **O Jornal** foi aquele que deu maior relevância ao tema, que ocupou a sua capa no dia 7 de agosto, situação rara, pois este espaço era tradicionalmente destinado às notícias internacionais. Na reportagem correspondente, a ênfase apresentada ficou por conta da possibilidade da nova legislação promover a “normalização do comércio de moedas”, ou seja, o combate ao câmbio negro, que desviava as escassas divisas do país, normalmente para gastos supérfluos.⁷⁰

No espaço de opinião, percebe-se que o destaque também foi dado à questão do câmbio-negro, pois o editorial que tratou do novo projeto iniciou afirmando que o mesmo teria como “propósito imediato de extinguir as transações que se vinham fazendo à margem

⁷⁰ “Mensagem ao Congresso sobre o mercado livre de câmbio”, *O Jornal*, 7 de agosto de 1951, Caderno 1, página 1.

do câmbio oficial e em detrimento deste e do interesse da economia do país”. Segundo **OJ**, o tema era relevante porque “a existência de um mercado clandestino de câmbio era responsável pela evasão cada vez maior destas divisas.” Isso leva o periódico a elogiar o programa, afirmando o acerto da iniciativa em corrigir o problema e mesmo incentivar a vinda de capitais externos, ao regularizar e liberar as remessas de lucros pela taxa livre.⁷¹ Houve destaque e aprovação da proposta do governo e a preocupação em encontrar um meio termo entre a necessidade de oferecer atratividade aos recursos produtivos e a de estabelecer limites aos especulativos.

O Globo deu menor espaço ao tema que **O Jornal**, mas apresentou uma leitura semelhante. A preocupação com o câmbio-negro e seus efeitos deletérios sobre o melhor aproveitamento das escassas divisas nacionais já vinha aparecendo no noticiário do vespertino, mesmo antes do projeto do governo propondo o câmbio-livre.⁷² O programa do governo, porém, só será trabalhado no dia 13 de agosto, em uma pequena reportagem que enfatiza a possibilidade de a nova lei franquear a entrada de capitais e de reduzir o mercado ilícito de divisas.⁷³ Não encontramos editoriais desse vespertino sobre o novo programa.

No **Jornal do Brasil** o assunto ainda recebeu menos atenção, sendo este periódico o que deu menor espaço ao lançamento do programa do governo, encontrando-se apenas uma pequena matéria. Mas, o que é salientado converge com os demais jornais, embora não possamos contar com um posicionamento oficial, porque o **JB** não emitiu um editorial específico sobre o assunto nas semanas que se seguiram ao anúncio.⁷⁴

No **Correio** encontramos um destaque semelhante ao dado em **O Jornal**. Afora a reportagem correspondente no dia 7 de agosto, o periódico se posicionou em editorial sobre o projeto de Vargas no dia 8 do mesmo mês. Porém, diferentemente dos demais diários, o **Correio** foi crítico em relação ao Executivo na questão. Não que tenha censurado o programa do câmbio livre em si mesmo, sobre o qual não chega propriamente a se posicionar. A censura

⁷¹ “Normalização do mercado de câmbio”, *O Jornal*, 8 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

⁷² “Golpe Mortal no Câmbio-Negro de dólares – A despeito de todos os protestos nos próprios Estados Unidos, manterá o Brasil a fiscalização dos preços reais das mercadorias importadas” (*O Globo*, [data ilegível] de agosto de 1951, Caderno 1, página 1).

⁷³ Como podemos ver pelo título da matéria: “Intensificará a entrada de capitais e reduzirá o câmbio negro”. **OG** também foi favorável ao programa governamental ao dizer que, com base em uma enquete da reportagem entre banqueiros e financistas, “a opinião dominante [foi] a de que a iniciativa governamental [vinha] ao encontro de uma necessidade que se fazia sentir, para melhorar a nossa situação financeira” (*O Globo*, 13 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5).

⁷⁴ Esta matéria está no interior do caderno 1, do dia 8 de agosto, com o título “Câmbio e ingresso de capitais estrangeiros” na qual o subtítulo apresentava uma pequena leitura do programa do governo: “Medidas adequadas à extinção virtual do mercado clandestino de câmbio e facilidades para a entrada no País de capital destinado à inversão de caráter permanente” (*Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1951, Caderno 1, página 7).

do jornal se deteve na constatação de que faltava planejamento da política cambial do governo e que medidas desse tipo não seriam suficientes para resolver o problema das divisas, pois estas passam por

problema econômico mais geral, que [era] o enriquecimento do país. Este lado da questão não vem sendo devidamente considerado nem pelo governo nem pelo Congresso.

Em sentido amplo, o enriquecimento do Brasil depende do aumento de nossa produtividade, ou seja, de nossa capacidade de produzir mais, melhor e mais barato.⁷⁵

Em consequência, notamos que, no anúncio do programa de Vargas, o **Correio** foi novamente o jornal a ter o posicionamento mais crítico; mas ele também introduz um elemento importante na análise do problema do nosso balanço de pagamentos, que trataremos mais além: esta dificuldade não passava apenas pelo controle cambial ou do comércio exterior, mas envolvia também as exportações e, assim, a esfera da produção.

Entre a apresentação do projeto de Vargas e a sua aprovação pelo Congresso, a discussão sobre ele se tornou mais acesa, especialmente em virtude das graves dificuldades que o país começava a enfrentar com o seu balanço de pagamentos.

Curiosamente, no levantamento que fizemos para esta pesquisa, foi em **O Jornal** que o assunto recebeu menor destaque. Não encontramos maiores referências ao mesmo no período em que ele foi debatido, afora um editorial em que este diário comentou uma entrevista do ministro da Fazenda Horácio Lafer negando que o Brasil fosse fazer uma desvalorização do cruzeiro, como estariam pretendendo os exportadores, e lembrando que o projeto do Executivo não pretendia abranger a importação e exportação de mercadorias – o que implicaria em desvalorização – mas apenas favorecer a entrada de capitais estrangeiro, ao oferecer o câmbio paralelo como alternativa à remessa de divisas.⁷⁶

Quando o programa foi definitivamente aprovado, porém, ele voltou a ser destaque, recebendo a manchete do dia 8 de janeiro de 1953, mas cujo título e subtítulo não permitem depreender um posicionamento claro do periódico.⁷⁷ Também não encontramos editoriais que apresentem a opinião do jornal frente ao programa final, apenas uma reportagem publicada alguns dias depois, na qual procura dar voz àqueles que se sentiam prejudicados com o

⁷⁵ “Câmbio e enriquecimento”, *Correio da Manhã*, 8 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

⁷⁶ “Prestação de contas”, *O Jornal*, 26 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4.

⁷⁷ “Mercado Livre de Câmbio – O critério adotado nas concessões de licenças – Normas para a importação e exportação – Os investimentos de interesse da economia” (*O Jornal*, 8 de janeiro de 1953, Caderno 1, páginas 1, 2 e 3).

mesmo, como podemos ler nos títulos e subtítulo da matéria: “Apreensão da Indústria – Lei do Câmbio Livre pode ser boa e pode ser péssima – Tudo depende da regulamentação, declara Euvaldo Lodi.”⁷⁸

Em outras palavras, embora não tenhamos elementos suficientes para uma conclusão definitiva, parece que a relativa omissão de **O Jornal** em lidar com o debate e a aprovação do programa do câmbio-livre está ligada à necessidade de este periódico tratar com demandas distintas: de um lado, defender uma lei cambial de Vargas que poderia propiciar maior liberdade às compras externas de bens de consumo e um encarecimento dos bens de produção e insumos importados; de outro lado, atender aos interesses da indústria nacional, cujos líderes temiam os dois pontos em questão; por último, a possível pressão do comércio interessado em uma maior abertura comercial. Na dificuldade de conseguir lidar com essas pressões contraditórias, consideramos razoável aceitar que a *estratégia* do jornal foi omitir o tema e/ou se isentar de opinar sobre ele.

No que se refere ao **JB**, tivemos uma linha de ação bem mais eloquente. Durante o debate sobre o projeto do câmbio-livre, este jornal fez críticas ao programa do governo. Argumentou que o estabelecimento de uma duplicidade cambial que pudesse favorecer o escoamento das importações “gravosas” através de um câmbio desvalorizado – ou seja, com os exportadores recebendo mais cruzeiros pelos dólares pagos aos seus produtos – era prejudicial aos interesses do país, por ser “um estímulo ao encarecimento” dos preços internos dos bens agrícolas. De outra parte, à respeito do capital estrangeiro, condenou o projeto por promover a protelação dos investimentos com um anúncio muito antecipado do câmbio paralelo e oferecer excessivas vantagens aos investimentos externos, que viriam apenas especular no país.⁷⁹

Quando a lei do câmbio-livre foi aprovada, porém, o **JB** foi bem mais favorável ao programa de Vargas. Na matéria que cobriu a sua aprovação destacou, no subtítulo, que o

⁷⁸ *O Jornal*, 15 de janeiro de 1953, Caderno 1, páginas 1.

⁷⁹ Para o **JB**, ao prometer com muita antecedência a criação de uma taxa paralela livre e desvalorizada de câmbio (que iria oferecer mais cruzeiros pelos mesmos dólares investidos no Brasil), inibiu o entrada de recursos, pois estes ficaram esperando o momento da desvalorização da nossa moeda para migrar com vantagens ao país. Além disso, ao manter duas taxas de câmbio e atrair capital estrangeiro por um câmbio livre desvalorizado (mais cruzeiros por dólar), proporcionaria a este capital “um lucro imediato de cerca de 50%”, ao mesmo tempo em que obrigaria o governo a “recorrer a novas emissões para atender à conversão”. Em suma, concluiu: “Estamos ameaçados de novos apelos às emissões, para atender à pressão dos capitais estrangeiros, que estão à espera dos dois câmbios, para fazer a sua entrada triunfal no mercado. Desta forma, é uma visita indesejável.” “Câmbio duplo – fonte de encarecimento”, *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1952, Caderno 1, página 5. Também demonstrou preocupação com uma possível desvalorização do cruzeiro que pudesse onerar as nossas importações, agravando os déficits na balança comercial. Ver: “O problema dos atrasados”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 5.

“governo prosseguirá na política de proteção à lavoura”, fazendo alusão ao uso de ágios obtidos na venda de cambiais para financiar a produção primária. Já no primeiro editorial sobre o tema, o jornal elogiou a nova lei como mais uma iniciativa “tão auspiciosamente trazida para o campo das providências tomadas pelo Governo, no sentido de dar paradeiro à crise que assola o País”.⁸⁰

No mês de março, porém, o jornal irá novamente se posicionar sobre a lei do câmbio-livre e, desta vez, de forma bem mais crítica com relação aos seus efeitos à economia nacional. O que surpreende são os argumentos apresentados. Preocupado com o déficit na balança comercial, defendeu que, como não poderíamos aumentar em curto prazo as exportações, a saída era única:

O controle das importações é o setor para onde se convergem nossas esperanças. Qualquer vacilação, qualquer liberalidade na apreciação de certos casos, qualquer complacência às chamadas injunções político-partidárias, qualquer desvio na rota traçada será de resultados desastrosos para o País nesta emergência em que se encontra.

Agora, **com a criação do câmbio livre, abre-se uma nova esperança, mas não convém abandonar a política de restrição das importações**, que, não obstante os negócios em perspectiva no campo do câmbio livre, continua a ser providência fundamental.

Já em relação à entrada de capital estrangeiro, foi ainda mais cético, repetindo o argumento que vimos anteriormente, de que a duplicidade cambial, ao invés de atrair investimentos produtivos, poderia ser um chamativo para o capital especulativo ou oferecer uma válvula de escape para a fuga dos já aplicados no país.⁸¹

Podemos notar que o **JB** adota uma posição crítica ao programa de câmbio-livre de Vargas, embora não tenha sido necessariamente intransigente na análise do mesmo; o que mais chama a atenção, porém, são os elementos empregados para a censura à nova lei: o possível afrouxamento do controle das importações e um eventual favorecimento ao capital estrangeiro; em outras palavras, condena o programa do governo por aquilo que ele poderia ter de mais liberal e de favorável ao capital estrangeiro. Também apresenta uma linha de ação que não condiz necessariamente com os principais interesses imediatos dos grupos econômicos diretamente envolvidos na questão: o comércio e a agricultura de exportação. Em

⁸⁰ “Esforço e dedicação à causa nacional”, *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 5.

⁸¹ Diz o jornal: “Esta [válvula para a fuga de capitais] talvez tenha surgido com o mercado livre do câmbio e por ela, em vez de entrar, sairá um capital que foi aqui realizado por força de investimentos proveitosos para o País algumas vezes e para os seus titulares quase sempre. Não perdemos, ainda, o receio, manifestado inicialmente, de que o câmbio livre não atrairá capitais maciços estrangeiros. Será uma sorte se através dele não escapar o numerário acumulado!” (“Capitais estrangeiros e capitais aqui realizados”, *Jornal do Brasil*, 4 de março de 1953, Caderno 1, página 5).

outras palavras, parece lícito aceitar que, neste caso, o compromisso assumido pelo jornal com a estabilidade da moeda superou o atendimento a possíveis pressões diretas ou indiretas dos grupos acima citados.

O jornal **O Globo** foi um dos que mais salientou toda a trajetória ligada à aprovação da lei do câmbio-livre em nossa amostragem, tanto em seu espaço informativo quanto no opinativo. Em linhas gerais, o posicionamento do periódico foi de boa receptividade ao programa do governo.⁸² Em um destacado editorial, ainda de julho de 1952, ocupando a capa do jornal, **OG** demonstrou-se favorável ao programa por ele poder: a) acabar com o câmbio negro, b) permitir uma economia de divisas ao Executivo, ao facultar a transferência ao câmbio-livre de muitos dos pagamentos que se fazia pelo câmbio oficial e, c) atrair capital estrangeiro ao oferecer mais cruzeiros pelos dólares trocados no país e ao franquear o retorno de capitais para além dos limites oficiais, sem comprometer as contas externas.⁸³

Mas o jornal também demonstrou receio com a interpretação de que o projeto governista implicaria na utilização do câmbio-livre para o comércio de mercadorias, o que poderia levar à “desvalorização do cruzeiro, contra a qual se bate, corajosa e teimosamente, o ministro da Fazenda”. **O Globo** se opôs tenazmente a esta hipótese, pois, para ele, a “desvalorização da nossa moeda, embora possibilitando reduzido aumento em algumas exportações, somente teria como resultado o encarecimento da vida de todo o povo brasileiro. Se ela fosse de 30% os preços subiriam logo 50% ou 60%.” Entretanto, na sequência da argumentação, o próprio vespertino assevera que dessa “orientação [defesa de nossa moeda], segundo declarações do Sr. Getúlio Vargas e seu ministro da Fazenda, o Brasil não se afastará”.⁸⁴

Quando a lei foi definitivamente aprovada, ela recebeu significativo destaque no espaço informativo, onde é apresentada a sua repercussão positiva nos EUA. Não encontramos, porém, um novo posicionamento oficial do vespertino em editoriais, apenas uma reportagem onde se afirma que, para o ano de 1953, as “perspectivas cambiais, segundo

⁸² Como podemos perceber mesmo no espaço informativo, por estas duas reportagens salientando a elaboração e a possível aprovação do programa do governo, que foram as manchetes do jornal nesses dias: “O Governo vai definir a sua política cambial – Favorável ao desmembramento do mercado em dólar oficial e livre – O projeto do executivo abre maior possibilidade à atração de capitais estrangeiros e ao escoamento dos excedentes gravosos da produção nacional” (*O Globo*, 13 de junho de 1952, Caderno 1, páginas 1 e 2) e “Certa a criação do mercado livre de câmbio – Amanhã, provavelmente, a votação do projeto na Comissão de Economia da Câmara – Restrição de poderes ao Executivo com referencia aos ‘gravosos’ – O próprio ministro da Fazenda assim o deseja” (*O Globo*, 24 de julho de 1952, Caderno 1, página 1).

⁸³ “O câmbio livre paralelo é uma necessidade, porém, desvalorizar o cruzeiro é um atentado à economia nacional”, *O Globo*, 22 de julho de 1952, Caderno 1, página 1.

⁸⁴ *Idem*.

acreditam as autoridades”, seriam “melhores” para o país, mas onde também se alerta que o sucesso da nova lei cambial dependeria da sua regulamentação.⁸⁵

Se traçarmos um paralelo com as opiniões emitidas pelo **JB**, veremos que **O Globo** foi mais receptivo ao programa do Executivo que o primeiro diário, embora este também não tenha tomado postura intransigente contra o governo; por outro lado, ambos os jornais convergiram em se preocupar com a possível transferência das trocas comerciais externas para o câmbio-livre, o que poderia ajudar os exportadores de “gravosos”, mas também desvalorizar o cruzeiro e, assim, fomentar a inflação. Porém, distanciaram-se no que se refere à entrada do capital estrangeiro, sendo **O Globo**, nesse assunto, bem mais favorável ao uso do novo mecanismo para atrair recursos externos do que o **JB**; ambos desaprovaram a liberdade comercial via mercado livre. Em síntese, notamos que, no caso em estudo, **O Globo**, além de ter apoiado o programa governamental, não tomou atitudes abertamente livre-cambistas e, mais do que isso, novamente não defendeu a política que mais agradaria ao comércio importador: a transferência das trocas internacionais para a banda livre do câmbio.

Durante o processo de debate da nova lei cambial, o **Correio da Manhã** esteve junto com **O Globo** entre os jornais que mais forneceram destaque à questão. Mas foi, indubitavelmente, aquele que deu maior apoio ao programa de Vargas, não obstante às críticas que apresentou ao Executivo quando da sua apresentação.

Ainda em junho de 1952, em dois editoriais sobre o assunto, o **CM** saudou o Executivo por retomar o seu projeto de câmbio livre e incluir nele três tipos de operações que pretendia retirar da taxa oficial: “pagamento de serviços, remessas de lucros e, excepcionalmente, exportações gravosas”.⁸⁶ Dessa maneira, percebemos que a análise do jornal se aproxima da de **O Globo**, ao pregar as vantagens do uso do novo sistema para a atração do capital alienígena, mas se afasta tanto deste jornal quanto do **JB**, ao defender o seu emprego para favorecer as exportações com dificuldade de colocação no mercado internacional.⁸⁷

O próprio **Correio da Manhã** apregoa o uso moderado desse dispositivo, na medida em que também se coloca contra os seus possíveis efeitos na desvalorização do cruzeiro.⁸⁸ O interessante foi a forma como justificou esta preocupação, ou seja, enquanto os demais jornais tinham como argumento básico o risco inflacionário derivado da desvalorização, o **CM** foi

⁸⁵ “Desafogo para a nossa situação cambial”, *O Globo*, 27 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1 e 6.

⁸⁶ “Câmbio livre”, *Correio da Manhã*, 8 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

⁸⁷ “A nova fórmula cambial”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

⁸⁸ *Idem*.

por um caminho bem diferente

Caracterizando-se nosso comércio internacional pela elasticidade das importações e pela inelasticidade das exportações, verifica-se, desde logo, a inconveniência da desvalorização do cruzeiro. Redundaria tal desvalorização em reduzir o preço do dólar de nossos principais produtos de exportação. E se, no primeiro momento, experimentaríamos ampliação e diversificação na lista de produtos exportáveis, a majoração dos custos, decorrentes da elevação dos preços dos artigos de importação, cedo anularia essa vantagem, de tudo resultando uma deterioração de nossas relações de pagamento.⁸⁹

Notamos que, além de já ter colocado a base do problema cambial do país na dificuldade de exportar, transferindo a discussão do problema da esfera meramente comercial para a produtiva, vemos agora que o principal receio do jornal com o uso da desvalorização da moeda para favorecer exportações não era com os seus possíveis efeitos inflacionários, como fora de defendido pelo **OG** e pelo **JB** e era pregado pelos liberais. Ao contrário, o argumento do **Correio** estava centrado na estrutura do comércio exterior (elasticidade das importações *versus* inelasticidade das exportações) e na deterioração das relações de pagamento. Ou seja, percebemos aqui o emprego de termos que, mesmo não totalmente estranhos a um neoliberal como Eugênio Gudín, eram mais próximos do pensamento desenvolvimentista e da Cepal do que do liberalismo.

Em relação ao projeto final, o jornal não chegou se posicionar diretamente em torno da data de aprovação da nova legislação cambial do governo. O que podemos notar foi, ao longo da pesquisa do ano de 1953, uma visão crítica com a fórmula final adotada pelo governo, em dois pontos essenciais: a permanência da Cexim e do sistema de licenças prévias para controlar as importações – que, como vimos, o jornal identificava ao “intervencionismo” e à “arbitrariedade”;⁹⁰ e o estabelecimento de uma discriminação ao capital estrangeiro entre investimentos que o governo considerasse como “de especial interesse para a economia nacional” e outras formas de aplicação. Para as primeiras seria reservado a remessa de lucros pelo câmbio oficial e, às segundas, o câmbio-livre, o que o jornal considerou desnecessário e arbitrário, devendo o reenvio de capital ser todo relegado ao câmbio paralelo, para evitar privilégios e critérios subjetivos na classificação da Sumoc, o que, obviamente, era mais contrário do que benéfico aos interesses do capital externo.⁹¹

Em síntese, o **CM** parece dar apoio ao programa do governo até o ponto em que achou

⁸⁹ *Ibidem.*

⁹⁰ “As razões da crise”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁹¹ Porque, no câmbio livre, ele iria pagar mais caro pelo dólar, fazendo com que os recursos obtidos no Brasil em cruzeiros valessem menos dólares na hora de retornar ao país sede do investidor internacional.

que ele poderia atender a algumas necessidades (auxílio no escoamento da produção “gravosa” e atração de capital externo), abandonando-o quando percebeu que isto não ocorreria. Também pode ter simplesmente se eximido de dar apoio final ao projeto para evitar conceder méritos ao presidente, mesmo que ainda endossasse a sua lei cambial. De qualquer maneira, novamente percebemos uma falta de preocupação com a demanda das classes produtoras, notadamente os industriais, e a presença de uma nomenclatura muito própria ao aporte cepalino para tratar do tema.

A Instrução 70 da Sumoc

A análise do posicionamento dos jornais sobre a Instrução 70 da Sumoc apresenta um prejuízo inicial, na medida em que não podemos contar com o material do **Correio da Manhã** relativo ao tema, pois o mesmo estava indisponível na Biblioteca Nacional, durante a realização de nossa pesquisa empírica. Desta forma, teremos que nos limitar à avaliação da linha seguida pelos demais jornais pesquisados.

O **Jornal do Brasil** deu amplo destaque às medidas adotadas pelo ministro Oswaldo Aranha para conter a crise cambial, no início de outubro de 1953. Esta atenção também implicou um significativo apoio às medidas, como podemos ver pelo próprio título da reportagem correspondente ao seu anúncio: “Medidas para assegurar o equilíbrio da balança comercial – Impedidas as importações supérfluas”.⁹² No editorial em que aborda as ações do titular da pasta da Fazenda, não poupa elogios a ele e ao então presidente do Banco do Brasil, Souza Dantas, pela iniciativa.⁹³

Já no que se refere ao programa do governo, o periódico toma uma posição dividida, afirmando que ele apresenta “bons e maus efeitos imediatos”. Entre os bons, o **JB** coloca “a supressão do que o sr. Oswaldo Aranha chamou de ‘subjativismo cambial’, que equivale à expressão corrente – favoritismo – de que era a Cexim acusada”, pois as “disponibilidades em moeda estrangeira, que ficarão todas em poder do Banco do Brasil, não serão canalizadas de acordo com as pessoas”, mas leiloadas conforme categorias de essencialidade. Sobre os maus

⁹² *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1953, Caderno 1, página 9.

⁹³ “Um homem inteligente como o sr. Oswaldo Aranha, à testa da pasta da Fazenda, e um técnico como o sr. Souza Dantas, à frente do Banco do Brasil, não poderiam ficar de braços cruzados em face da situação financeira do País, marcada pela rotina da Cexim. Realizaram, em plena vigência de duas leis do Congresso sobre assuntos cambiais, uma reforma que importa em verdadeira reviravolta, pondo os mercados interno e externo em indisfarçável perplexidade” (“Golpes na rotina cambial”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1953, Caderno 1, página 5).

efeitos, o diário salienta o “encarecimento da vida”, que aumentaria “muito, atingindo todos os produtos de importação, entre os quais existem alguns que são imprescindíveis à economia interna”. Ou seja, vemos aqui dois pontos já abordados pelo jornal: elogiou o programa por ele eliminar com a falta de critério e a subjetividade da Cexim na concessão de licenças prévias; mas censura à nova Instrução da Sumoc por ela apresentar o risco de futuros efeitos inflacionários derivados da liberação cambial.

O mais interessante, porém, foi a alternativa que o **JB** sustentou para que o sistema pudesse prevenir a inflação, ou seja, o uso dos ágios recolhidos pelo Banco do Brasil nos leilões de divisas:

Vamos esperar pela **aplicação da grande massa de numerário que ficará nas caixas do Banco do Brasil**, como consequência do controle absoluto que lhe foi atribuído sobre todas as cambiais de exportação.
Haverá sobras, e que destino dará às mesmas? Aqui é **chegado o momento da produção de bens de consumo. A produção agrícola está necessitando de ajuda imediata**. Os que gostam de fazer excursões à Europa precisam ter barrada as suas pretensões a taxas especiais.⁹⁴

Desta forma, se o **JB** continua a ter como preocupação essencial, ao analisar o tema do câmbio, o seu receio com a inflação, ele mantém a mesma abordagem sobre o problema: a necessidade de se investir na produção como forma de combater ou evitar o surto inflacionário. Curiosamente, também nesse caso, vai de encontro ao receituário liberal, que defendia a esterilização dos ágios como forma de enxugar o excesso de liquidez na economia. Note-se que o setor da economia cujos interesses diretos o discurso melhor se adequa é novamente a agricultura.

Dos diários pesquisados, **O Jornal** foi o que deu mais destaque e endosso ao programa do governo, que ganhou grande espaço em suas reportagens, bastante laudatórias.⁹⁵ Esse endosso se confirma no editorial com o qual avaliou a adoção do conjunto de medidas, cujo título, “Libertação da economia nacional”, já é, por si, eloquente.⁹⁶

Interessante também é a maneira com **OJ** elogia o funcionamento do “esquema Aranha”, ao salientar o enorme sucesso dos primeiros leilões de câmbio, indicando a

⁹⁴ “Golpes na rotina cambial”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1953, Caderno 1, página 5

⁹⁵ “Destituída a Cexim de seus poderes quanto à distribuição direta das divisas Cambiais – Única atribuição: controle dos preços para transações – ‘Remédio heroico’ do ministro Oswaldo Aranha – ‘Se não obtiver sucesso, serei eu o responsável’ – Leilão com cambiais segunda-feira”, *O Jornal*, 10 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 6, “Garantido o soerguimento das finanças do país através da nova orientação do governo – Facilidades às exportações e boas condições ao câmbio – Repercussão das diretrizes do min. da Fazenda”, *O Jornal*, 11 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e “Satisfação em São Paulo – Aumentada as possibilidades de exportação”, *O Jornal*, 11 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 8.

⁹⁶ *O Jornal*, 11 de outubro de 1953, Caderno 1, página 4.

satisfação das “classes mais diretamente interessadas” e o seu efeito no combate ao custo de vida:

Demais, com a **aplicação dos ágios recolhidos ao Tesouro no desenvolvimento das atividades agropecuárias, aumentará a produção dos artigos dessa origem, não só para o consumo interno como para a exportação em escala crescente.** E então o custo de vida terá de baixar forçosamente porque as especulações altistas, incontidas até agora pelos órgãos controladores de preços, deverão desaparecer ante a abundância de mercadorias, a restauração da lei da oferta e da procura e o levantamento do nível econômico do país.

Notamos, assim, uma forte convergência com o **JB**, ao saudar o possível efeito anti-inflacionário do emprego dos ágios para fomentar a produção, contrariando também o que era prescrito pelos liberais em tempos de inflação. Não encontramos no jornal destaque para as preocupações da indústria com os seus possíveis prejuízos derivados de um aumento da concorrência estrangeira e de um encarecimento dos insumos e equipamentos industriais importados que a liberação das importações poderia acarretar. Porém, este tema aparece quando o jornal endossa a iniciativa de Aranha em promover, como complemento de seu Plano, uma reforma nas tarifas alfandegárias, majorando as alíquotas sobre bens de consumo importados, a fim de proteger a indústria.⁹⁷

O Globo também deu amplo destaque à proposta de renovação cambial de Aranha, em várias reportagens que ocuparam a manchete do jornal por diversos dias.⁹⁸ No momento do lançamento do programa, contudo, não encontramos editoriais opinativos sobre o mesmo, embora seja possível aceitar que ele teve uma boa receptividade pelo espaço recebido e pela ênfase nas manchetes e reportagens do jornal, tanto no lançamento do programa quanto no acompanhamento de seus principais resultados.⁹⁹

⁹⁷ Sobre essa proposta, afirmou: “**Trata-se de uma providência necessária para amparar a produção nacional da concorrência estrangeira, em face do provável aumento da importação, provocado pela nova política cambial**” (“As tarifas aduaneiras e a produção nacional”, *O Jornal*, 14 de novembro de 1953, Caderno 1, página 4).

⁹⁸ “Novas importações ao câmbio livre – Será instituído em bolsa um leilão de divisas, como modo de eliminar o excesso de procura – Importante reunião do conselho da SUMOC” (*O Globo*, 9 de outubro de 1953, Caderno 1, página 1, “Revolução no comércio exterior do Brasil – Novas normas para as exportações e importações, sem o controle da Cexim – Revogada a instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito – Venda (ilegível) de cambiais ao Banco do Brasil – Vantagens admitidas com o Plano Aranha – Pagamento de todas as dívidas comerciais (...) – O ministro da Fazenda anunciou as profundas modificações adotadas pelo governo – (...) As primeiras repercussões no comércio e na indústria – Fala a *O Globo* os representantes das classes conservadoras”, (*O Globo*, 10 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 8) e “Tirar dos lucros fantásticos do importador para fomento da produção – O ministro da Fazenda explica as razões que levaram o governo às novas normas para o controle do comércio exterior” (*O Globo*, 12 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 6).

⁹⁹ Além das manchetes e subtítulos do lançamento do programa, presentes na nota anterior, ainda encontramos uma sequência positivas de reportagens, todas elas manchetes do jornal, o que indica o amplo destaque que ele deu ao assunto: “Extinção da Cexim – Em sua substituição, surgirá a Carteira de Comércio Exterior – Ao novo órgão técnico caberá fiscalizar preços, pesos e medidas, dentro do sistema cambial em vigor”, (*O Globo*, 28 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 6), “Reestruturação econômica e financeira do país – A instrução 70 é o ponto de partida, dirá, hoje, na Câmara, o ministro da Fazenda”, *O Globo*, 30 de outubro de 1953, Caderno 1,

O interessante, porém, foi a única reportagem que apresenta questões negativas em relação ao “Plano Aranha”, a qual é objeto de um grande destaque, sendo a manchete do dia 17 de outubro e ocupando várias colunas do jornal, em diferentes páginas. Esta visibilidade pejorativa ao programa não se detém tanto sobre os possíveis efeitos inflacionários derivados da maior liberdade de importar para as bandas cambiais de maior ágio, mas se preocupa em dar voz a um grupo que se considerava prejudicado com o mesmo, como podemos ler no título: “A indústria contra o Plano Aranha”.¹⁰⁰ Trata-se de uma longa entrevista dada pelo presidente em exercício da CNI, o deputado Augusto Viana dos Santos, indicando que esta reportagem foi, ao menos em parte, resultado da iniciativa do periódico, pois não era decorrência de uma “coletiva de imprensa” ou de um evento paralelo que **O Globo** tivesse que cobrir jornalisticamente.¹⁰¹ Na fala do líder industrial são destacados os seguintes pontos.

Primeiro, que o programa de Aranha relega “a contribuição notável da classe industrial para o enriquecimento do país a segundo plano ao da agricultura”, porque, com ele, a indústria “pagará mais caro matérias-primas e equipamentos importantes, cujo aumento de preço, obviamente, se reflete no seu custo de produção”. Além disso, “deste custo acrescido provirá o fundo destinado ao subsídio de exportação de produtos em sua maioria agropecuários e ao financiamento exclusivo do setor agrícola”; ou seja, por este esquema, “a indústria suporta o ônus do pagamento do subsídio, sem compensação adequada que lhe venha atenuar o sacrifício”.

Segundo, o industrial defende a importância ímpar das manufaturas no desenvolvimento da economia do país, citando diretamente as “Nações Unidas, em recente estudo, por intermediário da Cepal”, que insistem na impossibilidade da substituição da indústria pela agricultura, como setor dinâmico fundamental do desenvolvimento econômico”. Segundo o entrevistado, “é notório que, a medida em que um país se desenvolve economicamente, torna-se maior a participação relativa da indústria e o da prestação de

página 1, “Record de exportações – As de outubro último foram as maiores dentre dois anos – Consequência do Plano Aranha”, (*O Globo*, 7 de novembro de 1953, Caderno 1, páginas 1 e 2). Por fim, temos a reportagem “Conjunto de novas leis financeiras”, também manchete do dia, onde podemos ler: “Desde que assumiu a pasta da Fazenda, o ministro Oswaldo Aranha vem desenvolvendo intensa atividade. O seu gabinete mais parece o ponto de comando de uma ‘revolução’. Na verdade, o sr. Oswaldo Aranha dirige a ‘revolução econômica’ iniciada com o novo sistema cambial. Antes, sua excelência presidiu a reunião da CDI, quando fez importantes declarações” (*O Globo*, 11 de novembro de 1953, Caderno 1, página 1).

¹⁰⁰ No subtítulo pode-se ler: “Julga-se relegada a segundo plano em benefício da agricultura – Terá que pagar mais por matéria prima e equipamentos importados – A falta de tarifa protecionista – Fala o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, deputado Augusto Viana Ribeiro dos Santos” (*O Globo*, 17 de outubro de 1953, Caderno 1, página 1).

¹⁰¹ A reportagem abre exatamente desta maneira: “O presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, deputado Augusto Viana Ribeiro dos Santos, concedeu uma entrevista a *O Globo* sobre a reforma cambial, expressando o pensamento dos industriais brasileiros” (*idem*).

serviços na formação do produto nacional”. Embora se preocupe, ao final, ressaltar a complementaridade e não a rivalidade entre ambos os setores.¹⁰²

Terceiro, aborda o tema clássico da reivindicação da indústria, a saber, a precariedade do sistema de proteção às manufaturas do país, cuja fragilidade ficava evidente com a mudança nas regras cambiais.¹⁰³

Percebemos, nesta entrevista, os elementos básicos das reivindicações dos industriais voltados para os seus interesses corporativos no que se refere às políticas cambiais e comerciais: um sistema que favoreça as suas importações, priorizando as mesmas ou minorando os seus custos; a defesa da maior importância do setor manufatureiro para o desenvolvimento nacional, empregando para isso a legitimidade acadêmica e institucional da ONU e da própria Cepal, embora defenda a complementaridade e não rivalidade entre indústria e agricultura; por fim, a necessidade de um sistema tarifário realmente protecionista.

Não é possível afirmar que esta entrevista expresse a opinião do próprio jornal sobre estes temas, até porque ela aparece em meio a outras reportagens favoráveis ao Plano Aranha. De qualquer maneira, não deixa de ser significativo este eloquente espaço destinado às queixas dos industriais sobre o programa do governo, mesmo que as opiniões ali contidas não sejam endossadas pelo jornal em seus editoriais, nesse momento. Restará saber qual será a posição de **O Globo** em outras situações em que esses interesses estiverem em jogo.

Fazendo uma síntese comparativa do posicionamento dos três diários acima na abordagem da Instrução 70, podemos notar:

- No caso do **JB**, ele confirma a linha de ação que até agora identificamos, tendo como grande bandeira o controle da inflação, mas, ao mesmo tempo, transferindo boa parte do combate à mesma para o fomento do setor produtivo, notadamente a agricultura; fogia, assim, do que era pregado pela ortodoxia; em relação ao governo, notamos uma atitude de endosso ao programa e às figuras que o projetaram (Aranha e Souza Dantas);

¹⁰² “É de se considerar, ainda, que a posição da indústria não pode ser contrária ao desenvolvimento agropecuário, pois o desenvolvimento da agricultura importa em uma ampliação do mercado interno para os produtos industriais. A recíproca, também, é verdadeira: a procura externa para os produtos agrícolas brasileiros, sendo inelástica a possibilidade de colocação interna de uma parcela importante dessa produção não pode ser olvidada” (*idem*).

¹⁰³ “Por outro lado, sendo o Brasil um país desprotegido aduaneiramente, o amparo às atividades internas fica dependente da escassez de divisas, isto é, de uma posição deficitária na balança de pagamentos. É de se registrar o paradoxo de que qualquer melhoria da situação cambial, mantido o esquema Aranha, significará uma redução da proteção às atividades internas da indústria nacional. Talvez seja por isso que a imprensa publica recentes declarações do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de apressar a promulgação de um novo regime tarifário” (*Correio da Manhã, op.cit.*).

- **O Jornal** apresenta posição semelhante à do **JB**, especialmente por defender o emprego dos ágios dos leilões no fomento à agricultura nacional como forma de combater a inflação; assim como o **JB** também não aborda diretamente a queixa da indústria com o fim do protecionismo das licenças prévias, o que fará apenas quando Aranha apresentar uma saída ao problema, através da renovação das tarifas; novamente, interpretamos essa linha de conduta como a *estratégia* básica do jornal de combinar o apoio ao governo e a seu ministro da Fazenda, com o atendimento dos interesses das classes produtoras (nesse caso, a indústria); essa posição também pode ser entendida como uma *estratégia* para conciliar e não contrapor os diversos e contraditórios interesses corporativos envolvidos em tema tão complexo (comércio de importação-exportação, agricultura e indústria);
- **O Globo** surpreende por não tomar posição clara em editoriais sobre este programa, embora pareça endossar tanto a Instrução 70 e os seus planejadores pelo destaque positivo em seu noticiário; mas nesse espaço, porém, também dá voz à queixa da indústria contrária ao Plano Aranha; interpretamos esta linha de ação de forma semelhante à adotada pelo **O Jornal**, dada necessidade de atender a duas demandas contraditórias: de um lado, apoio ao Plano e, especialmente, ao próprio ministro da Fazenda, tendo em vista ser ele o principal representante da política de estabilização defendida pelo jornal e da chamada “ala conservadora” do governo, após a reforma do Ministério de Vargas;¹⁰⁴ de outro lado, a defesa dos interesses do setor industrial, com o qual, com base no exposto até aqui, este vespertino está mais identificado. Conclusões mais definitivas sobre estas questões só serão possíveis no transcorrer da análise.

Os jornais e a polêmica sobre o reinvestimento

Das três medidas de Vargas em relação a questões cambiais e de balanço de pagamentos, o tema do retorno de capitais ou a lei sobre o “reinvestimento” foi indiscutível a mais polêmica. Junto com a criação da Petrobras, ela também é interpretada pela historiografia como signo do nacionalismo e, até mesmo, do anti-imperialismo de Getúlio.

Mas como os jornais pesquisados se posicionaram frente a este assunto?

Dos periódicos estudados, o **Jornal do Brasil** foi o que ofereceu menos destaque a ele,

¹⁰⁴ Não devemos esquecer, como vimos no capítulo III, que nesse momento a “ala nacionalista ou populista” esta fortemente representada pelo ministro do Trabalho, João Goulart, ao qual **O Globo** combateu com bastante veemência.

o qual nem é mencionado quando avalia o discurso de Ano Novo de Vargas, em um editorial do dia 3 de janeiro de 1952.¹⁰⁵ O assunto passou a ganhar as páginas deste diário apenas a partir do dia 4 deste mesmo mês, quando ele começou a repercutir o Decreto-Lei 30.363, tema também abordado nos dias 5, 6 e 11, sempre, contudo, em pequenas reportagens e sem ocupar as manchetes.¹⁰⁶ Nessa cobertura, o **JB** procurou apresentar uma descrição das medidas legais de Vargas e das suas implicações, dando grande ênfase, porém, às reações contrárias às mesmas.¹⁰⁷ Como aconteceu no dia 4 de janeiro, na primeira matéria abordando o caso, dedicada a repercutir a posição dos responsáveis pela aplicação do Decreto-lei nº 9025, durante o governo Dutra. Já no dia 11 deste mês, o **Jornal do Brasil** tratou das novas regulamentações cambiais “impostas pelo governo” – segundo as suas palavras – salientando a repercussão negativa junto às companhias estrangeiras que, conforme o próprio subtítulo da reportagem afirma, temiam que elas fossem “reduzir, severamente, a remessa de lucros ou dividendos” para o exterior.¹⁰⁸

A impressão de que este jornal apresenta contrariedade com a nova política adotada por Vargas se confirma quando avaliamos a sua opinião no primeiro editorial sobre o assunto, ao abordar positivamente a reação dos responsáveis pela área cambial no governo Dutra, acusados de terem promovido o problema da evasão de divisas. O **JB** não chega a tomar uma posição direta à respeito do conteúdo das acusações de Vargas, mas qualifica negativamente a forma como elas foram feitas pelo presidente (“com cores de escândalo”) e positivamente os argumentos de defesa do antigo chefe da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil ao descrevê-los como “esclarecedores”.¹⁰⁹

Depois da repercussão do Decreto-lei, o tema virá novamente às páginas do **JB** apenas quando este fala das reações negativas do *New York Times* e do secretário-adjunto norte-americano do Departamento de Estado para Assuntos Internacionais, Edward Miller. Sem

¹⁰⁵ “Os planos gigantescos para 1952”, *Jornal do Brasil*, 3 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁰⁶ O que também poderia se justificar porque as manchetes do **JB** eram, no período, prioritariamente destinadas ao noticiário internacional, no qual, porém, o tema em questão não deixava de se enquadrar.

¹⁰⁷ As reportagens que abordam especificamente o Decreto e sua funcionalidade são: “O retorno de capitais”, com o subtítulo “Regulamentado o Decreto-Lei nº 9025, de 27 de fevereiro de 1946, que se refere à matéria”, do dia 5 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 6, e “Retorno do capital estrangeiro”, cujo subtítulo indica a ênfase nas explicações do governo (“Oportunos esclarecimentos do titular da Fazenda”), do dia 9 do mesmo mês, Caderno 1, página 6. Já as que abordam às reações negativas foram: “O decreto-Lei 9025, de 1946, e sua aplicação”, com o subtítulo “Como o Consultor-Geral da república se manifesta sobre a seletividade dos investimentos de capitais estrangeiros”, *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 6 e “As novas regulamentações cambiais impostas pelo governo brasileiro”, com subtítulo “As companhias norte-americanas temem que venham reduzir, severamente, a remessa de lucros ou dividendos – Protesto, em caráter não-formal, feito pelo Departamento de Estado”, *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 7.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ “Debates sobre o capital estrangeiro”, *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

citar diretamente o *Times* ou mesmo o nome do secretário do Departamento de Estado, o **Jornal do Brasil** condena a atitude de ambos, afirmando ser inadequada a iniciativa de “um técnico em negócios da América do Sul” em se permitir “criticar a orientação adotada pelo governo brasileiro no que diz respeito às restrições impostas pela fiscalização bancária às remessas de fundos para o exterior”. Para o diário, tal tema deve ser discutido, mas apenas dentro das fronteiras do país e não fora dele, desagradando a opinião pública brasileira que a imprensa e os homens públicos estrangeiros se intrometam na questão. Além disso – e agora vem o mais surpreendente – o **JB** combateu a leitura crítica que os técnicos e os jornais estadunidenses estavam fazendo das medidas legais tomadas pelo Brasil. Conforme as suas palavras:

Essa providência do governo foi erroneamente interpretada, no exterior, pelos que têm investimento no país, como uma prevenção contra o capital estrangeiro, o que é um despropósito, tratando de um país como o Brasil que não pode prescindir do estímulo financeiro vindo de fora.¹¹⁰

Assim, inicialmente, o **JB** não chega a tomar uma posição aberta em favor ou contra as medidas de Vargas, procurando abordar os seus efeitos negativos ou as opiniões contrárias a elas; mas, depois da reação e ameaça de retaliação norte-americana, posiciona-se ao lado do governo, condenando a atitude estadunidense como inadequada e interventora em assuntos de interesse nacional.

Outro jornal tradicionalmente identificado com a defesa do capital estrangeiro, o **Correio da Manhã**, vai tomar um posicionamento um pouco diferente. Para começar, o **Correio** dá grande destaque ao tema, que foi objeto de reportagens e editoriais em praticamente todas as edições do mês de janeiro, procurando oferecer espaço tanto para as ações do governo quanto para as contestações das mesmas nos EUA e no Brasil.¹¹¹ Quando toma posição sobre as medidas de Vargas, o **CM** também assume uma posição de cautela, mas endossa o conteúdo do pronunciamento do presidente, classificando o problema como o “escândalo do capital estrangeiro”. Convergingo com o **Jornal do Brasil**, porém, condena a maneira como Vargas apresentou a questão:

¹¹⁰ “Comentários intempestivos e inconvenientes”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹¹¹ “O governo atual também admite o integral retorno de capitais estrangeiros”, *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 8 e “‘Uma série de erros’, declarou o presidente do Banco do Brasil, referindo-se aos regulamentos anteriores sobre o retorno de capital”, *Correio da Manhã*, *idem*. Sobre a reação externa: “Novo decreto sobre o retorno de capitais: repercussões em Washington, do discurso do presidente da República”, (*ibidem*). Exemplo de reação interna, podemos encontrar em: “A incorporação do lucro ao capital estrangeiro – O presidente da República foi mal-informado, disse-nos o professor Eugênio Gudín”, *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 8.

Lamentamos, contudo, a forma pela qual se manifestou sobre a matéria o chefe do governo. Não lhe competia imprimir ao assunto um sensacionalismo de pasquim (...). **Há que distinguir a justa preocupação do governo com essa oneração (sic) de nossa balança de pagamentos do tom alarmista em que a mesma se exprimiu**, uma nova concessão demagogia e xenófoba.¹¹²

Mais uma vez, o surpreendente esteve na forma como o periódico abordou as declarações do secretário Edward Miller. Além de emitir opinião considerando o Decreto presidencial bastante razoável,¹¹³ o jornal critica pesadamente a atitude do funcionário estadunidense e dos próprios EUA, afirmando que elas expressam “as **tendências imperialistas** de certos grupos econômicos norte-americanos” e refletem “o lado obscuro e reacionário da grande república do norte”. Para o jornal, este tipo de postura afeta a própria “liderança internacional dos Estados Unidos, compromete este país com o resto do mundo, suscita reações tipo (sic) Iran ou provoca fenômenos como o peronismo, sacrificando, assim, não apenas a segurança dos Estados Unidos como a de todo o bloco Ocidental.”¹¹⁴

Em consequência disso, o **Correio** não procura amenizar as dimensões do conflito em torno da questão: exige ação enérgica do Brasil, ao mesmo tempo em que instiga o governo brasileiro a estabelecer uma legislação mais segura e atrativa ao capital estrangeiro, devido à sua importância para o nosso desenvolvimento.

O governo brasileiro, ante **a tendência de certas forças imperialistas de se imiscuírem em negócios internos do nosso país**, deve **repelir, energicamente, qualquer intervenção ou ameaça**. Mas não deve, por causa disso, deixar de completar a regulamentação dos investimentos estrangeiros. Por que, com ou sem ameaça, o Brasil necessita de capitais estrangeiros.¹¹⁵

Já no jornal **O Globo**, o tema também recebeu destaque, embora tenha aparecido com menos frequência do que no **Correio da Manhã**, sendo manchete apenas uma vez, quando da repercussão das declarações de Edward Miller.¹¹⁶ Assim como o **CM**, **O Globo** procurou dar mais espaço à defesa dos responsáveis pela política cambial no governo Dutra e aos

¹¹² *Correio da Manhã*, 1º de janeiro de 1952, 1º caderno, página 8.

¹¹³ Segundo o jornal, o Brasil “não está em condições de assegurar-lhe (ao capital estrangeiro) um retorno livre ou uma remessa de juros e dividendos em uma percentagem ilimitada”, sendo que a “limitação das remessas de lucros à conta de 8% fornece margens muito superiores às existentes na maior parte dos países” (*Correio da Manhã*, 18 de janeiro de 1952, 1º Caderno 1, página 4).

¹¹⁴ O jornal não deixou, contudo, de procurar responsabilizar o próprio Vargas pela reação do imperialismo norte-americano: “Na verdade (...), o sr. Getúlio Vargas estava fazendo, à moda nacional, o que os presidentes americanos também não deixam de fazer: o cortejo da popularidade” (*Correio da Manhã*, *idem*).

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, *ibidem*.

¹¹⁶ “Abaladas as relações financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos” (*O Globo*, 17 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 1 e 6).

opositores “teóricos” das medidas de Vargas.¹¹⁷ Contudo, quando toma posição, o jornal é favorável a estas medidas. No editorial que comenta a Mensagem presidencial – bastante crítico, aliás, ao governo em relação a outras questões¹¹⁸ – **O Globo** afirma que o presidente ofereceu

uma nota de patriotismo e de vigilância dos bens públicos quando denuncia os abusos verificados na política cambial do país. As afirmações do presidente da República a respeito foram de tal forma positivas, e os números por ele arrolados de tal forma impressionantes que uma situação de angústia se apoderou de quantos dela tomaram conhecimento.

Nota-se que este periódico também endossa as denúncias feitas por Vargas, mas sem se opor à forma como foram feitas, como fazem o **Correio da Manhã** e o **JB**. Aliás, classifica a atitude de Vargas como “patriotismo” e “vigilância dos bens públicos”. Semelhante a estes jornais, contudo, não se preocupa em amenizar o problema, exigindo ações enérgicas contra os responsáveis, tanto dentro como fora do país. Como podemos perceber pela maneira com que repercutiu as declarações de Edward Miller:

É preciso (que) fique claro, de uma vez por todas, que **o Brasil, ao disciplinar a remessas de lucros e das amortizações dos capitais estrangeiros, além de praticar ato de indeclinável soberania, não teve em mira prejudicar os interesses de quem quer que fosse.** (...) O ministro do Exterior, cuja adesão às ideias de colaboração continental é bem conhecida, precisa fazer sentir ao Departamento de Estado, o mal-estar causado pelas palavras do sr. Edward Miller. (...) E no caso é a própria amizade entre o Brasil e os Estados Unidos que está a exigir um reparo às palavras menos felizes do porta-voz do governo de Washington.

¹¹⁹

Posicionamento diferente dos diários acima podemos encontrar em **O Jornal**. Este periódico dá amplo destaque ao discurso de Vargas e ao Decreto-lei nº 30.362, abordando o assunto durante quase todo o mês de janeiro. Porém, embora tenha oferecido espaço aos responsáveis pela política cambial no governo Dutra,¹²⁰ a tônica das reportagens foi favorável às medidas de Vargas, como podemos perceber pela manchete do dia 1º de janeiro de 1951,

¹¹⁷ “A portaria que anulou o decreto – Falam a O Globo os principais responsáveis pelo ato que mereceu as críticas do Sr. Getúlio Vargas”, (*O Globo*, 2 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 2), “Afirma o ex-diretor da carteira de câmbio que o Brasil não contraiu dívida – Seria preciso admitir-se o absurdo da extinção de todas as empresas estrangeiras no Brasil”, (*O Globo*, 3 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 1) e “O decreto sobre o retorno do capital estrangeiro: continua a discordar o Sr. Eugênio Gudín, por achá-lo prejudicial ao país” (*O Globo*, 2 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 6).

¹¹⁸ “Patriotismo e Demagogia”, *O Globo*, 2 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 1.

¹¹⁹ *O Globo*, 18 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 1.

¹²⁰ Como na reportagem “Certa e legal a interpretação dada ao decreto-lei nº 9.602”, 5 de janeiro de 1952, Caderno 1, páginas 6.

“Espoliados ao país 950 milhões de cruzeiros”.¹²¹

Quando acompanhamos os espaços de opinião, esta tendência ao endosso se torna mais clara. Por exemplo, no editorial em que condena as críticas do *New York Times* ao Decreto de Getúlio, defendeu o mesmo da seguinte maneira:

O Brasil, forçado por uma situação de emergência, adotou medidas de defesa para evitar que as suas pequenas reservas em divisas do exterior sejam consumidas quase inteiramente na transferência de lucros de empresas estrangeiras, lucros que, em certos casos, excedem à totalidade do capital entrado em nosso país.¹²²

A principal diferença esteve na maneira como **OJ** aborda as declarações do secretário-adjunto Edward Miller. Apesar de pregar a necessidade de o governo agir frente ao capital estrangeiro, cumprindo “o **dever patriótico** de preservar os direitos inalienáveis do povo brasileiros nessa matéria”,¹²³ **O Jornal** defende uma conduta de conciliação, sendo ameno nas críticas ao representante dos EUA e dirimindo qualquer animosidade nas palavras e no decreto de Vargas contra os investimentos externos. Como podemos notar por esta passagem na qual se comenta a iniciativa de Miller em vir a público para dizer que tinha sido mal interpretado na questão:

Os fatos esclarecerão as coisas e os investidores de capitais saberão, em breve, que **não há, da parte do Brasil, o menor interesse de criar dificuldades à entrada de dinheiro para aplicação no desenvolvimento das nossas riquezas.** (...) A união entre o Brasil e os Estados Unidos está acima do perecível. É uma condição da segurança, da paz e da prosperidade de todo o hemisfério. Esse tem sido o ponto de vista inalterável dos dirigentes do Brasil no passado, como hoje e certamente amanhã.¹²⁴

Fazendo uma síntese do exposto, podemos notar que, em relação ao posicionamento dos jornais frente ao Executivo, esta seguiu o padrão que estamos identificando: primeiro, houve uma tendência geral a apoiar as medidas econômicas tomadas pelo presidente, embora com algumas censuras ou receios, mais de ordem política do que econômica; segundo, percebe-se que **O Jornal** foi o periódico que mais endossou a linha assumida por Vargas, enquanto **O Correio** se colocou como o mais crítico, porém, não às ações em si mesmas, mas à forma como Vargas tratou o tema, condenando o seu “sensacionalismo”, a sua “demagogia” e a sua “xenofobia”. Já **O Globo** e o **JB** ficaram em uma posição intermediária: o primeiro,

¹²¹ Manchete que vem acompanhada do seguinte subtítulo: “Grave denúncia de Vargas contra o governo passado – Crime administrativo na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil”. (*O Jornal*, 1 de janeiro de 1952, 1º caderno, páginas 1 e 6).

¹²² *O Jornal*, 20 de janeiro de 1952, 1º caderno, página 4.

¹²³ *O Jornal*, 19 de janeiro de 1952, 1º caderno, página 4.

¹²⁴ *O Jornal*, 22 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4.

endossando as medidas do Getúlio (“patriotismo”), embora condenando a sua linguagem; e o segundo não chegando a tecer críticas ao Executivo, mas apoiando apenas tardiamente a sua posição, diante da “intromissão” dos EUA em um assunto que dizia respeito à economia doméstica.

Por outro lado, no que se refere ao conteúdo das medidas, chama a atenção o fato de todos os jornais terem, embora com variações, tomado uma posição contrária às demandas do capital externo investido no Brasil e, especialmente, bastante duras em relação aos próprios Estados Unidos, com a exceção de **O Jornal**, que procurou amenizar os possíveis atritos derivados das denúncias e do decreto do presidente.

Essa linha de ação contraria sensivelmente a visão mais difundida sobre o posicionamento dos periódicos estudados frente aos interesses do capital externo e mesmo à aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Também vai de encontro ao que afirma parte da historiografia que, como vimos no Capítulo I, afirma que estes diários teriam se oposto tenazmente ao decreto e ao discurso de Vargas.

Porém, com base nos dados já apresentados, ela fica menos discrepante quando lembramos que, ao longo do governo Vargas, é possível perceber a preocupação constante dos jornais com os efeitos negativos da evasão de divisas sobre o balanço de pagamento do país. Além disso, podemos constatar que estes periódicos, com exceção parcial de **O Jornal**, sempre sustentaram limites para a atração de investimentos externos, defendendo uma seletividade nesse capital e mesmo o direcionamento de sua aplicação.

Todavia o episódio ainda nos apresenta outros pontos importantes. Pela própria linguagem empregada, notamos a forte presença na argumentação dos jornais de temas como “patriotismo” e “interesses nacionais” e até uma forte desconfiança com o “imperialismo yankee”, criticado pelo **Correio da Manhã** com grande veemência. Dessa maneira, o entendimento desse episódio nos obriga a ultrapassar os aspectos estritamente econômicos ou doutrinários e até os relativos às demandas do campo político (jornais pró-Vargas X jornais antivarguistas), para levar em conta a própria necessidade de os jornais se identificarem ou, ao menos, não se afastarem de temas e expressões como o “patriotismo” e a defesa dos “interesses nacionais”. Estas tinham grande poder de mobilização da opinião pública no Brasil do pós-guerra, dando origem a uma verdadeira *luta simbólica*, conforme a define BOURDIEU, ou seja, a um forte conflito simbólico entre os agentes do campo jornalístico e do campo político para definir quem era mais capaz de associá-las aos seus discursos e programas econômicos. Em consequência, a compreensão do surpreendente apoio que Vargas

recebe em uníssono dos jornais, especialmente depois da reação norte-americana, deve passar pela própria capacidade do presidente em associar “patriotismo” e “soberania nacional” à sua atitude no episódio, mesmo que alguns jornais, como o **Correio** e o **JB**, não fossem adeptos ao governo e não endossassem completamente a linguagem excessivamente “xenófoba” e “demagógica”, na opinião do **CM**, que ele usou no episódio.

Mas esta questão, pelas próprias preocupações que ela deixa transparecer no discurso dos jornais sobre a fragilidade do Brasil perante os EUA e no sistema de trocas internacionais, nos remete a outro problema, a saber: como estes diários viam a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e, por consequência, no comércio internacional? E disso que trataremos no tópico a seguir.

4.2.3 – O Brasil na divisão internacional do trabalho: a opção entre país essencialmente agrícola *versus* industrialização acelerada

Salientamos na análise da visão dos jornais sobre o comércio exterior brasileiro e a legislação cambial do governo que o problema do déficit no balanço de pagamento não poderia ser resolvido apenas limitando as importações, mas deveria também procurar aumentar as exportações. Contudo, como no caso do processo inflacionário, os periódicos estudados convergiram em apontar que a melhoria dessas exportações passava necessariamente por investimentos na produção, sem os quais os bens exportáveis continuariam “caros” e marcados pela “gravosidade”.

Para resolver esse problema, uma das soluções básicas estava no investimento em infraestrutura, porque a carência em transportes e energia era considerada um ponto-chave do atraso econômico. Porém, conforme constatamos na análise dos debates teóricos do período, a discussão sobre a melhor maneira de resolver os desequilíbrios no balanço de pagamentos também passava pela questão de discutir o caminho mais adequado para o desenvolvimento do país. Em outras palavras, se o Brasil deveria insistir na sua especialização agrícola – exportando os artigos primários que produzia bem e barato e importando os artigos industrializados que produzia caro e com baixa qualidade –, como defendiam os liberais e neoliberais, ou se era necessário alterar a sua matriz produtiva através da industrialização acelerada, a fim de diminuir a dependência das importações de manufaturados e mudar a sua pauta de exportação, como advogavam desenvolvimentistas e cepalinos. Em resumo, qual deveria ser a posição do país na divisão internacional do trabalho.

O **Jornal do Brasil** não deixou muitas dúvidas sobre o seu ponto de vista nesse debate. Além de defender os investimentos em infraestrutura, pregou a necessidade de forte auxílio à agricultura de exportação, tanto por subsídios aos produtos gravosos quanto por apoio direto às atividades produtivas primárias exportáveis.¹²⁵ Mas qual a posição do **JB** em relação à indústria, ou melhor, em sua opinião, haveria a necessidade de o país se industrializar rapidamente para sair dessa situação de desequilíbrio econômico?

Já constatamos que o **Jornal do Brasil** não era um defensor do protecionismo ao parque fabril brasileiro mediante a seletividade das importações, embora não tenha se demonstrado um crítico severo do protecionismo em si mesmo, considerando-o necessário para a evolução industrial do país.

Por outro lado, se acompanharmos a posição do jornal sobre a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) pelo governo Vargas, podemos perceber o seu apoio à mesma, opinando da seguinte maneira:

Está instalada a Comissão de Desenvolvimento Industrial do Brasil, que deverá ser **importante [órgão] do atual Governo, nos seus propósitos pelo engrandecimento da economia do País.**

São vultosas as responsabilidades dessa Comissão e vastos os setores onde lhe cumpre atuar **para que se consigam ampliar e criar novos produtos de exportação**, do mesmo passo que **restringir, tanto quanto possível, esse estado de dependência do consumidor brasileiro, fonte que é da evasão de grande parte dos recursos**, mais das vezes acumulados a troco de sacrifícios financeiros.¹²⁶

Ou seja, o jornal não apenas apoia a criação da CDI como também espera que esta Comissão possa “ampliar e criar novos produtos de exportação” e, ao mesmo tempo, restringir “a dependência do consumidor brasileiro”, que provoca a evasão de divisas. Para isso, o **JB** apresenta qual seria para ele a tarefa essencial da CDI: viabilizar “energia e transporte”. Faz ainda uma consideração geral sobre a indústria nacional:

O parque industrial brasileiro é motivo de orgulho como obra que avança sem esmorecimento. Ampliá-lo ainda mais, fortalecê-lo e ampará-lo é dever precípua dos que se envaidecem de ter nascido nesse torrão e lutam por torná-lo farto, rico e poderoso.

Em síntese, vemos como um tema econômico volta a ser associado no discurso do jornal a questões ligadas ao patriotismo e ao orgulho nacional. O que fica mais claro quando lemos

¹²⁵ Ver, por exemplo, “A crise e a forma de combatê-la”, *Jornal do Brasil*, 21 de setembro, de 1952, Caderno 1, página 5.

¹²⁶ “Produção barata e escoamento fácil”, *Jornal do Brasil*, 31 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5.

outro editorial, publicado já perto do final do ano, onde o **JB** faz uma avaliação positiva dos programas econômicos do governo:

Dentro do largo período de tempo, as atividades nacionais estarão aplicadas, em sua maior parte, na execução do programa já estabelecido e que abrange, principalmente, obras relacionadas ao incremento da produção e de energia elétrica, assim como das vias de transportes e das indústrias básicas, vale dizer das verdadeiras fontes de onde depende, realmente, o progresso do País.

Dando a esses problemas a solução adequada, não restará dúvida alguma quanto ao ingresso dos brasileiros numa fase de **largo aproveitamento das suas riquezas naturais, além de maior revelação da capacidade dos seus labores no campo das indústrias representativas da própria soberania nacional.**

Possuindo, já, a grande siderurgia, de que é expressivo exemplo a instalação de Volta Redonda, e ampliando suas possibilidades frente aos vastos recursos da matéria-prima que possui, **terá o Brasil excelente oportunidade de se colocar em condições de confronto com aqueles outros países cuja prosperidade econômico-financeira constitui motivos de orgulho para as suas populações.**¹²⁷

Aqui está nítida a forma como o **JB** concebe a possibilidade de industrialização do Brasil. Ele defende a ação do Estado no provimento da infraestrutura e vincula a industrialização ao melhor aproveitamento dos recursos naturais do país à sua força como nação frente às demais.

Mas o otimismo quanto às possibilidades e potencialidades da industrialização brasileira iria paulatinamente se arrefecendo no jornal, na medida em que a crise cambial e especialmente a inflação tornavam-se problemas mais proeminentes.

Desde o ano de 1951, o **JB** já demonstra muita preocupação com a queda de rendimento da produção agrícola brasileira, vinculando-a à carência do fator mão de obra provocada pelo excessivo êxodo rural, que tirava os braços da lavoura e superlotava as cidades. Essa preocupação era tanta que este diário chegou a defender com entusiasmo a proposta de Vargas de ampliar os direitos trabalhistas da cidade para o campo.¹²⁸ Mas a partir de 1952, porém, ele vai começar a associar os problemas da agricultura a uma espécie de hipertrofia do setor fabril. Por exemplo, no início deste ano, já alerta as “autoridades” sobre os possíveis efeitos negativos de uma política de incentivo estatal ao “surto industrial”:

É preciso não esquecer, entretanto, que o movimento intensivo no sentido de ampliar nosso parque industrial **não deverá prejudicar o impulso inato do país para a agricultura, na qual se assenta a sua verdadeira riqueza econômica.**

Os estadistas do império tiveram a antevisão de nossas forças evolutivas quando proclamaram a agricultura como a principal fonte de nossa riqueza.

Convém não esquecer a lição que nos veio dos homens que assentaram os alicerces da nacionalidade nesta hora em que a corrente industrializante procura preponderar na orientação geral, fazendo desviar as disponibilidades

¹²⁷ “Nova política econômico-financeira”, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

¹²⁸ “Benefícios que mais se esperam”, *Jornal do Brasil*, 28 fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5.

financeiras do país para o campo das atividades industriais, relegando o trabalho do tamanho da terra e do fomento agrícola a plano secundário.¹²⁹

Aqui vemos claramente os limites da aceitação, por parte do **Jornal do Brasil**, do desenvolvimento industrial brasileiro: não provocar o desvio dos recursos produtivos (mão de obra e investimentos) para a indústria em detrimento da agricultura. Destaca-se, ainda, dois aspectos componentes dessa fala: primeiro, que é na agricultura que se “assenta a nossa fonte de riqueza”, assertiva com a qual um economista como Gudin poderia concordar, embora talvez já não endossasse a tradicional visão da vocação agrária do Brasil, aqui expressada pelo conceito de “impulso inato do país à agricultura”; segundo, a preocupação com a possível preponderância de uma “corrente industrializante” na “orientação geral”, ou seja, o **JB** demonstra apreensão com uma espécie de vitória doutrinária do industrialismo sobre o agrarismo, a qual eleger como uma das causas principais das atuais distorções. Como podemos ver por este outro editorial:

Tornou-se moda falar em industrialização, deixando a agricultura de lado, como se a atividade nos campos não conferisse nenhum grau de importância aos países que a ela se entregam. Afirma-se que os povos que estão na vanguarda da civilização foram levados a este posto privilegiado através do seu progresso industrial. Os que se entregaram a agricultura não saíram, ainda, do estado colonial. **Essas afirmações vão criando raízes, estabelecendo um estado de espírito que precisa ser combatido.**¹³⁰

No restante do período correspondente à nossa pesquisa, o jornal irá entrar abertamente nessa luta ideológica, colocando como sua tarefa o combate a esse “exagerado movimento de propaganda em favor da industrialização”, que provoca os males das atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, passará a sustentar que a agricultura era, quando não uma garantia da riqueza de uma nação, ao menos a condição inicial da sua prosperidade. Essas duas batalhas estão bem sintetizadas na seguinte passagem de um editorial:

É preciso alertar o País contra essa tendência manifesta que se observa entre nós de considerar a agricultura como uma reminiscência da economia colonial. Essas ideias são lançadas assim, a esmo, e encontram certos espíritos que as recolhem e propagam, contribuindo para um desvio de rota que poderá trazer consequências imprevisíveis. **A agricultura é o alicerce das riquezas dos povos. Sem ela, não se poderá construir uma indústria sólida e estável.** Os Estados Unidos, que oferecem aos olhos do observador o maior parque industrial do mundo, jamais se esqueceram de que essa riqueza fabril estaria comprometida caso o alicerce agrícola, que a sustenta, apresentasse qualquer sinal de fragilidade.¹³¹

¹²⁹ “Binômio Energia e Transporte”, *Jornal do Brasil*, 22 janeiro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹³⁰ “Predomínio da atividade agrícola”, *Jornal do Brasil*, 30 novembro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹³¹ “Atividade agrícola e expansão industrial”, *Jornal do Brasil*, 18 janeiro de 1953, Caderno 1, página 5. Para essa campanha, o jornal irá usar muito o exemplo dos EUA: “**Os entusiastas da industrialização devem pensar**

Devemos deixar claro que, nessa campanha em prol da agricultura, o jornal não chega a fazer uma pregação anti-industrializante, mas procura defender que a indústria só poderia se desenvolver depois de estar consolidada a agricultura e que o tipo de industrialização que ele mais combate é o que chama de “indústria fictícia”, muito embora não deixe muito claro este conceito.¹³², não prega exatamente um retrocesso das manufaturas e sim um desenvolvimento equilibrado entre os dois setores, onde deveria haver prioridade para a consolidação da agricultura e para os investimentos em infraestrutura; somente depois, seria aceitável o esforço industrializante.¹³³

Na análise do **Correio da Manhã**, **O Jornal** e **O Globo** encontramos algumas constatações semelhantes as do **JB**, entretanto, esses jornais divergiram do primeiro em pontos essenciais, permitindo colocá-los em uma mesma linha argumentativa, embora apresentem divergências.

Em linhas gerais, estes diários também sustentaram que a solução dos problemas do nosso balanço de pagamentos passava pelo desenvolvimento da produção exportável e pela queda dos preços da mesma. Eles ainda convergiram que era importante fomentar as atividades agrícolas voltadas para a exportação, tendo em vista serem elas as principais responsáveis pela aquisição das divisas, chamando a atenção, inclusive, o fato de todos os três apresentarem muitos momentos de elogio às iniciativas de Vargas e de seu ministro da Agricultura para fomentar as atividades do campo.¹³⁴

É igualmente perceptível que, com o decorrer do mandato de Vargas, esses diários

um pouco mais na verdadeira realidade nacional. Não pode haver uma indústria próspera no país, se não tiver apoiada em uma agricultura sólida. Foram compreendendo essa verdade incontestável que os pioneiros do progresso americano começaram lançando as bases de uma agricultura vigorosa. **Foi a estrutura agrícola que sustentou a construção gigantesca da indústria nos Estados Unidos**” (“A agricultura na economia nacional”, *Jornal do Brasil*, 29 maior de 1952, Caderno 1, página). Outro exemplo: “Essa compreensão do irrelevante e insubstituível papel representado pela agricultura na economia geral, arraigada no espírito dos homens americanos, ainda não se verificou no Brasil, **onde a propaganda industrializante força o caminho, prejudicando a marcha do trabalho do campo num país que, sem ser essencialmente agrícola, ainda tem na lavoura a principal fonte de sua riqueza**” (“A agricultura na economia nacional”, *Jornal do Brasil*, 29 maio de 1952, Caderno 1, página 5).

¹³² “Atividade agrícola e expansão industrial”, *Jornal do Brasil*, 8 janeiro de 1953, Caderno 1, página 5.

¹³³ “Predomínio da atividade agrícola”, *Jornal do Brasil*, 30 novembro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹³⁴ “Política agrária”, *Correio da Manhã*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, “O governo e a agricultura”, *O Jornal*, 20 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4), “Política Agrária”, *O Jornal*, 16 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, “Reforma do crédito agrícola e industrial”, *O Jornal*, 21 de setembro de 1951, Caderno 1, página 4, “O problema é menos de consumo que de produção”, *O Jornal*, 28 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4. **O Globo** foi o menos eloquente em abordar o tema, mas, podemos consultar as reportagens “Criada a Comissão de política Agrária”, *O Globo*, 21 de julho de 1951, Caderno 1, página 1 e “Todo o apoio à batalha da produção”, *O Globo*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 1 e o editorial “Agricultura em crise”, *O Globo*, 6 de março de 1952, Caderno 1, página 1.

demonstrem uma preocupação crescente com os possíveis desequilíbrios entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Mas aqui já encontramos uma nítida diferença, pois o **CM** e o **JB** chegam a admitir, em determinados momentos, que o ritmo superior do crescimento das manufaturas poderia trazer prejuízos às atividades rurais, implicando em sérios problemas para o Brasil, como a falta dos gêneros alimentícios nas cidades e o inchamento do perímetro urbano, embora tenham insistido menos na questão que o **JB**.¹³⁵ Em **O Globo**, esta questão não foi abordada, pois, ao menos na amostragem levantada por nossa pesquisa, quando este jornal trata das dificuldades da lavoura nunca a relaciona diretamente com a industrialização.

O **Correio** foi o periódico que mais avançou nesse ponto. No ano de 1953, em uma conjuntura particularmente difícil no que concerne ao controle da inflação e aos desequilíbrios na balança comercial, este jornal publicou um editorial com observações bastante contundentes sobre a evolução da economia brasileira:

Queria-se que o Brasil deixasse de ser um país de plantações, para ser industrial. Acabou não sendo nem uma coisa nem outra: não tem alimentos, nem matérias-primas para suas indústrias. (...)

Produzir o que sabemos produzir bom e barato e os outros povos não sabem; comprar deles o que não sabemos produzir bom e barato, e eles sabem.

Esse princípio econômico não é de hoje. É do tempo do velho Adam Smith. **Não é de hoje, mas sua legitimidade tem resistido a todos os desgastes do tempo.** Vale por igual, nacional e internacionalmente. Vale na indústria, na agricultura, no comércio, vale no interior de uma nação e, finalmente, nos negócios de cada nação com todas as demais.¹³⁶

Ora, temos aí elementos básicos do pensamento liberal: defesa da universalidade da teoria econômica, do princípio das vantagens comparativas e, por consequência, da especialização agrária do Brasil. Surgem, então, algumas questões: seria o **Correio da Manhã** um defensor da especificação ou vocação agrícola nacional e, dessa forma, contrário à industrialização acelerada do país? Seguiriam os demais jornais (**OJ** e **OG**) esse mesmo caminho?

A nosso ver, apesar do posicionamento contido nesse editorial, é possível responder negativamente a tais questões. Quando consideramos a linha de ação do **CM** levantada por nossa pesquisa, percebemos que o texto acima está longe de corresponder à média de opinião do periódico sobre o desequilíbrio entre agricultura e indústria na economia brasileira e, principalmente, sobre a forma como ele concebe a inserção do Brasil no cenário internacional.

¹³⁵ “Indústria e a Agricultura”, *Correio da Manhã*, 22 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4 e “A agricultura e a recuperação econômica do país”, *O Jornal*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 4

¹³⁶ “Sabedoria antiga”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1953, Caderno 1, página 4.

Já, referente ao **O Jornal** e **O Globo**, estes diários nunca chegaram a se posicionar em termos semelhantes aos encontrados no **Correio**.

Para entendermos, então, a posição desses jornais sobre tal assunto, especialmente no caso do **CM**, vamos abordar separadamente dois pontos fundamentais ligados à questão.

O primeiro dele diz respeito ao fato de que estes três periódicos, ao tratarem dos problemas da agricultura brasileira, não os atribuem exclusivamente ao descompasso entre o setor agrícola e o desenvolvimento industrial, ou melhor, em boa parte das vezes, nem fazem esta relação. Para o **Correio**, **O Jornal** e **O Globo**, as dificuldades do setor primário tinham as suas próprias causas.

Em **OG**, como vimos, nem encontramos relações dessa ordem, chegando mesmo a surpreender a falta de interesse do jornal pelos “problemas da lavoura”. Curiosamente, no único editorial de que dispomos tratando das “favelas”, o vespertino não discute temas como êxodo rural e “roubo de braços” para a indústria, preferindo propor uma política de reforma das zonas faveladas como um “programa oferecido pelo O GLOBO ao exame dos responsáveis e que agora, ao que tudo indica, vão entrar em execução.”¹³⁷

OJ, por sua vez, foi também muito claro: a falta de crescimento da agricultura estava enraizada no seu próprio atraso tecnológico, cuja solução não passava pelo freio às atividades industriais, mas deveria ser encontrada em políticas específicas de apoio ao produtor rural. Mais do que isso, este diário afirmou que esta solução envolvia o próprio acirramento da industrialização, tendo em vista que a manufatura nacional poderia fornecer os insumos e o maquinário de que a atividade rural tanto necessitava e tinha dificuldades em importar. Comentando um relatório do ministro da Agricultura João Cleophas, **O Jornal** aborda os problemas do setor agrícola, questionando:

*(Seria) excessiva e condenável a industrialização do país? (ilegível) precipitada por fatores artificiais como as tarifas (ilegível) a saltar da fase pastoril para a industrial, com sacrifício da agricultura, segundo as regras que (ilegível) a evolução econômica dos povos? Essas conclusões (implicariam) em levar longe demais um fenômeno que decorre (de problemas) inerentes à própria agricultura brasileira. De fato, desde o início da nossa colonização praticamos a (ilegível) lavoura de (ciganos) para explora apenas as terras mais férteis. Derrubando e queimando matas, secando cursos d'água, provocando as erosões, esgotamos as melhores áreas, ao longo de alguns anos de cultura extensiva. E passamos a outras de igual (ilegível) submetendo-as aos mesmos processos de (ilegível) e exaustão, para prosseguir nesta marcha devastadora até os dias atuais. Realmente, é assim que ainda hoje se faz agricultura no (país).*¹³⁸

¹³⁷ “Nova etapa das questões das favelas”, *O Globo*, 11 de março de 1952, Caderno 1, página 1.

¹³⁸ “Indústria e lavoura”, *O Jornal*, 8 de março de 1952, Caderno 1, página 4. Outro exemplo pode ser

Tendo em vista esta percepção do problema, **O Jornal** insistirá em algumas posições muito claras durante o transcorrer do Segundo Governo Vargas. A primeira delas é o apoio às principais medidas do Executivo para fomentar as atividades agrárias, investindo um particular esforço na proposta de mecanização agrícola. Sobre isso, **OJ** desenvolve pesadas críticas à precariedade técnica da produção rural brasileira e afirma que a proposta de fazer retornar os “braços” à lavoura é difícil e inútil, pois a necessidade do país é mecanizar a sua produção primária e não reter o trabalhador no campo. Esse tema virou uma verdadeira *campanha* em **O Jornal**, até porque lhe permitia combinar a defesa de intrincadas demandas: os interesses da lavoura, a defesa da política econômica do governo e o destaque da importância da indústria nacional, como podemos ver por este editorial onde **OJ** comenta um discurso de Getúlio anunciando um programa de crédito para a compra de tratores:

Tem razão o **chefe da Nação para hipotecar o seu apoio decisivo à mecanização da agricultura nacional. No ambiente econômico do Brasil não cabe mais o brado de outrora: – Braços para a lavoura!** O slogan que se impõe agora é outro: – **Máquinas para a lavoura!** Tanto mais quanto os trabalhadores rurais fogem para as cidades, atraídos pelos melhores salários e demais vantagens da vida urbana, e os campos precisam produzir cada vez mais, a fim de acudir às exigências crescentes dos mercados consumidores.¹³⁹

A aliança com Vargas, porém, tinha limites e estes se localizavam onde as políticas pretendidas ou aventadas pelo presidente ultrapassavam o apoio ao produtor rural e se encaminhavam para a possibilidade de extensão dos direitos trabalhista ao campo e, especialmente, de reforma agrária. **O Jornal** combateu com veemência essas alternativas, afirmando que elas iriam, ao invés de promover o aumento da oferta de gêneros, levar à desarticulação na produção rural:

Não se trata apenas, como tantos acreditam, de dar ao trabalhador rural casa higiênica, escola para os filhos, garantias de trabalho, amparo na velhice, férias remuneradas e outras vantagens, largamente concedidas na legislação trabalhista brasileira ao operário industrial. Tais favores podem ser até **contraproducentes**, como é preciso que se diga tem sido na indústria. **O principal ponto a (ferir) seria o da assistência econômica e técnica ao fazendeiro**, para que

encontrado em “Advertência e apelo”, *O Jornal*, 5 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4 e “A agricultura e a recuperação econômica do país”, *O Jornal*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 4.

¹³⁹ “Financiamento da Mecanização Agrícola”, *O Jornal*, 17 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4. O tema é bastante recorrente no jornal, especialmente no ano de 1952, sendo abordado também em: “Financiamento da Mecanização Agrícola”, *O Jornal*, 17 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4, “Aproveite-se a oportunidade”, *O Jornal*, 13 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4 e “Equipamento nacional e mecanização agrícola”, *O Jornal*, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 4. Não devemos esquecer que uma das alternativas para a mecanização agrícola era o desenvolvimento no país da indústria de insumos e equipamentos rurais: “Nova função atribuída ao crédito”, *O Jornal*, 18 de março de 1951, Caderno 1, página 4.

esse dispendo de crédito necessário e podendo contar com o auxílio da ciência, logre tirar dos seus campos o máximo de rendimento. Se o dono da terra prosperar nas suas atividades agrícolas, terá ele próprio recurso para melhorar a vida dos seus trabalhadores.¹⁴⁰

Nesse caso, vemos um discurso muito próximo aos interesses dos produtores rurais e que implicava em limites à aliança política com Vargas toda vez que os programas agrícolas do presidente avançassem em direção à questão social da terra. Entretanto, devemos ressaltar que, ao menos no levantamento que fizemos, **O Jornal** evitou entrar em conflito direto com o Executivo, preferindo a *estratégia* conciliatória de salientar a prudência com que o governo trataria do problema. Por outro lado, **OJ** ainda procurou não se restringir a um papel passivo, de mero reprodutor do discurso da lavoura, mas buscou ocupar uma posição ativa, ao tomar iniciativas para a conscientização do setor sobre os seus próprios interesses.¹⁴¹ Este foi o caso da mesa redonda que promoveu para discutir os problemas do Nordeste, da qual se colocou como protagonista,¹⁴² e da campanha que defendeu para conscientizar o agricultor brasileiro a abandonar os métodos arcaicos de produção e aderir à política de mecanização agrícola:

“É preciso, além das patrulhas mecanizadas, organizar outras que percorram, notadamente, as regiões onde o trabalho nos campos ainda se fazem pelos métodos rotineiros, numa escala muito maior do que provavelmente se registra. **Seriam verdadeiras missões rurais com esse objetivo, instruindo e esclarecendo, através de conferências e de debates públicos, os lavradores ainda temerosos, estimulando-os, por fim, a substituir os arados puxados por parelhas de dois pelas máquinas movidas a óleo ou gasolina**”.¹⁴³

O Correio da Manhã também tomou uma linha de ação bem clara nesse sentido, discordando que os problemas da agricultura fossem apenas consequência do desenvolvimento industrial. Elogiando a criação da Comissão de Política Agrária pelo governo federal, ele afirmou categoricamente:

¹⁴⁰ “Política Agrária”, *O Jornal*, 16 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4. Essa mesma linha de raciocínio é empregada para condenar iniciativas de reforma agrária, que são vistas como podendo encarecer mais a vida do que baratear a produção de gêneros alimentícios. Ver, por exemplo, “O governo e a agricultura” (*O Jornal*, 20 de julho de 1952, Caderno 1, página 4), “A reforma agrária e as necessidades da lavoura” (*O Jornal*, 21 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4) e “Aumento da produção agrária”, *O Jornal*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴¹ Por exemplo, clamou que os próprios agricultores tomasse a iniciativa de resolver os seus problemas, a partir das suas entidades de classe: “Não seria possível (ilegível) aqui os múltiplos problemas da agricultura. Pois que eles subsistem à ação dos governos para resolvê-los, que os próprios agricultores se reúnam para debatê-los, sob a égide da Confederação Rural Brasileira, planejando as soluções mais indicadas, no sentido de conjugar as classes agrárias com a recuperação econômica do país” (“A agricultura e a recuperação econômica do país”, *O Jornal*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 4).

¹⁴² “A mesa redonda de Campina Grande”, *O Jornal*, 6 de março de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴³ “Aproveite-se a oportunidade”, *O Jornal*, 13 de julho de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também: “Racionalização agrária do país”, *O Jornal*, 24 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

Entre nós, **não há muita relação, como se pensa, entre êxodo rural e surto industrial.** (...) [Pois devido à falta de trabalho na cidade] **houve, portanto, um êxodo rural para nada, houve quase meio milhão de pessoas que abandonaram a gleba pensando em encontrar vida melhor na indústria** e que simplesmente **não puderam ser absorvidos.**

Como fixá-las à gleba? Como fazer com que, espontaneamente e alegremente, cultivem a terra do Brasil, em lugar de fugirem dela como quem foge de uma madrasta? Esta é, em resumo, a grande questão que a Comissão recém-nomeada terá de responder.¹⁴⁴

A pergunta do jornal, porém, era meramente retórica, na medida em que o **CM** apresentou diversas vezes a sua própria resposta. Para este jornal, a principal razão do êxodo rural não era a ilusão da propaganda industrialista e sim as péssimas condições de trabalho no campo.¹⁴⁵ Assim, o problema do desequilíbrio entre a indústria e a agricultura estava localizado não necessariamente no excessivo desenvolvimento fabril do país mas na falta de evolução da atividade agrária, cujas forças produtivas ainda se encontravam amarradas a traços arcaicos da sociedade brasileira. Traços esses que tinham um nome bem claro: o latifúndio.

Corresponde ao latifúndio um determinado tipo de administração pública que conhecemos bem no Brasil: a que considera o país inteiro como uma grande fazenda; a que diz paternal ou patriarcal, mas também pergunta se a gente sabe *com quem está falando*. **Esse tipo de administração pública não é capaz de assumir as responsabilidades que a economia moderna impõe ao Estado. São, aliás, a indústria e o comércio que mais sofrem com essa ineficiência.**

Por outro lado, **o regime latifundiário, conservador por natureza, não é o mais indicado para explorar regiões novas,** ainda de pouca densidade demográfica: porque **o latifúndio favorece fatalmente o êxodo rural e não atrai imigrantes.** Pois as esperanças legítimas dos imigrantes são incompatíveis com a condição que aquele regime outorga aos agregados, colonos e trabalhadores rurais. (...)

Hoje **quem está interessado em novas condições de trabalho é a indústria. Pois industrialização e latifúndio, economia dinâmica e economia estática, não podem coexistir.** (...)

Quem está, por todos esses motivos, diretamente interessado numa reforma agrária razoável, mas autêntica, é a indústria.¹⁴⁶

Nesse trecho, podemos perceber como **CM** estabelece uma relação completamente invertida à que encontramos no **JB** e no pensamento liberal: o desequilíbrio entre agricultura e indústria ocorre não porque esta última seja necessariamente nociva à primeira mas porque a estrutura agrária do país é arcaica, prejudicando o setor moderno e dinâmico da economia, ou

¹⁴⁴ “Política rural”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴⁵ Ver: “Conquistas”, *Correio da Manhã*, 20 de junho de 1952, Caderno 1, página 4 e “A fixação do homem ao solo”, *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴⁶ “Latifúndio e indústria”, *Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também: “Política rural”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, e, na coluna não assinada *Tópicos&Notícias*, “Contradições econômicas”, *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

seja, a manufatura. Nesse caso, estamos diante de um argumento muito próximo ao defendido por Prebisch e a Cepal, estabelecendo, inclusive, uma divisão da economia brasileira em dois polos distintos: a economia dinâmica (industrialização) e a economia estática (latifúndio).¹⁴⁷

Esse tipo de tomada de posição, porém, está longe de ser algo isolado no **Correio**. Na verdade, é muito recorrente em seus espaços de opinião, dando a entender que se tratava de uma verdadeira causa na qual o jornal procurava se engajar, uma bandeira à qual queria se vincular dentro do campo jornalístico e do campo de produção ideológica do período. Até porque, para este matutino, esta causa ultrapassava questões puramente econômicas e envolvia temas políticos, como a consolidação da democracia. O que pode ser bem observado nesse editorial, em que o **CM** defende a visão que o ministro da Agricultura, João Cleophas, apresenta sobre a necessidade de reforma agrária no Brasil:

socialmente, nossa agricultura se debate com o problema do latifúndio. (...)
Realmente, sempre nos temos batido **a favor da ampliação do crédito rural e em defesa da pequena propriedade agrícola**. Consideramos, mesmo, que é no estabelecimento de uma **agricultura de pequenos proprietários** que se encontra, ao mesmo tempo, **o caminho para a redenção do homem do interior e as bases mais seguras para nossa democracia**.¹⁴⁸

Com base em nossa pesquisa, não fica claro qual era o projeto de reforma agrária defendido pelo jornal, pregando, em determinados momentos, o uso dos impostos para desestimular o latifúndio e, em outros, sustentando a desapropriação de terras, embora tenha demonstrado preocupação com o risco de agitação social que a medida poderia trazer ao campo.¹⁴⁹ Sobre o governo, o posicionamento do jornal também foi oscilante: elogiou, como vimos, os programas de modernização da lavoura e de reforma agrária do ministro da Agricultura, mas foi ácido com a política social rural de Vargas, considerando-a apenas promessas demagógicas.¹⁵⁰ Além disso, condenou o presidente por ser um político arcaico, comprometido com o coronelismo.¹⁵¹

¹⁴⁷ Tese que será central em muitos intelectuais que comporão futuramente o ISEB, como o próprio Nelson Werneck Sodré. Quanto a isso, ver: PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. 1990. Ed. Ática. SP, p. 129.

¹⁴⁸ “A reforma agrária”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4ª. Ver também: “Solução para os flagelados”, *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4, “O início”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4 e “O Cacau”, *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴⁹ Sobre o uso da taxaço, ver “O início”, *Correio da Manhã*, *op. cit.* e a respeito dos riscos consultar: “A reforma agrária”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁵⁰ “Conquistas”, *op. cit.*

¹⁵¹ “O Sr. Getúlio Vargas, por mais que intelectualmente se esforce para manter-se à altura dos tempos, permaneceu, psicologicamente, vinculado a suas experiências anteriores. Conservou, até hoje, a sobrevalorização dos cambalachos de coronéis e das manobras com os empregos e favores públicos” (“Inépcia política”, *Correio*

Feita essa análise sobre a maneira como estes três periódicos se posicionaram frente aos problemas específicos da agricultura, importa agora compreender como eles viam o próprio papel da indústria. Nesse caso, os jornais foram novamente muito claros, apresentando bem mais convergências do que divergências. No geral, defenderam que a industrialização não era apenas uma alternativa econômica para o desenvolvimento do país, mas uma necessidade, uma espécie de caminho sem volta, na medida em que dela dependia a própria independência e a grandeza nacionais. Como deixou claro **OJ**:

Chegou, portanto, o momento de executar um programa de desenvolvimento industrial, que nos habilite a produzir as nossas próprias máquinas e a explorar tecnicamente os recursos naturais do país. **Não há outro caminho a seguir, se desejarmos (*fugir*) à classificação de nação incluída na área de povos sub-desenvolvidos, e conquistar a verdadeira independência econômica.**¹⁵²

Nesse mesmo sentido, argumentou o **Correio**: “como estamos em lua de mel com a indústria, dizermos a importância que tem para nós é fazer obra ociosa. Não há brasileiro que não queira ver o país ultrapassar a fase puramente agrícola e extrativa da economia nacional. Os países fortes e grandes têm indústrias poderosas. Não há nenhuma exceção a essa regra”.¹⁵³ **O Globo** ainda foi mais claro, afirmando que, além de uma necessidade, a industrialização brasileira já era uma feliz realidade. Em um editorial de grande destaque, com letras garrafais, o vespertino ressalta:

Enquanto vários setores da economia nacional lutam com dificuldades, cada vez maiores – inclusive a produção agrícola para a exportação – e os nossos administradores mostram-se impotentes para resolver problemas econômico-financeiros que ameaçam levar o país a uma grave crise, **o desenvolvimento industrial, sob responsabilidade da iniciativa privada continua crescendo rapidamente e aperfeiçoando a qualidade da produção. A indústria nacional não só proporciona uma economia de divisas fundamentais para o nosso balanço de pagamentos, como contribui, em grande escala, para as exportações.**¹⁵⁴

Entretanto, nem tudo era “lua de mel” com a industrialização, como chegou a afirmar o **Correio**. Na verdade, o **CM** e, com menor intensidade, **OJ** também teceram críticas à forma

da *Manhã*, 21 de junho de 1953, Caderno 1, página 4).

¹⁵² “Expansão industrial como base da segurança”, *O Jornal*, 29 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁵³ “Política rural”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4. O **Correio** ainda foi mais incisivo, ao afirmar corrosivamente: “A famosa definição do Brasil como país *essencialmente agrícola* já caiu no domínio dos humoristas, talvez devido aos sucessivos fracassos dos diversos ciclos de exploração agrícola: do açúcar, da borracha. Hoje, já nos encontramos em um ciclo diferente: o da industrialização. Mas até que ponto terá esta chegado?” (“Indústria e a Agricultura”, *Correio da Manhã*, 22 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4).

¹⁵⁴ “O grande desenvolvimento industrial brasileiro”, *O Globo*, 31 de março de 1953, Caderno 1, página 2.

como o desenvolvimento industrial estava ocorrendo no país: se o aceitavam como uma necessidade imperiosa, não concordavam que ele ocorresse no caos econômico, gerando desequilíbrios estruturais ou privilégios a setores empresariais específicos. Essa forma de conceber a questão fica clara no apoio entusiasmado que esses dois matutinos deram à criação da CDI e ao presidente Vargas que teve a iniciativa de criá-la.¹⁵⁵

No que se refere ao **O Globo**, diário em que o tema dos supostos desequilíbrios produzidos pela indústria ficou ausente, a criação da CDI recebe respaldo, mas a preocupação principal fica por conta de ressaltar a necessidade de a nova Comissão superar os obstáculos à industrialização brasileira (carência em infraestrutura e inadequação das políticas públicas) e, especialmente, fazer com que investimentos de capital externo

não **ameacem a soberania nacional ou a que não ponham em risco empreendimentos similares aos brasileiros**. Do contrário, estaria o novo órgão prejudicando os interesses nacionais. Quanto à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do nosso parque fabril, deve ele empenhar-se no afastamento das dificuldades e obstáculos enfrentados pela indústria brasileira: política aduaneira e cambial, falta de um programa de transportes, falta de energia, falta de um programa de pesquisas técnicas, falta de uma política bancária adequada, complicações administrativas e tributárias, etc.¹⁵⁶

Mais uma vez percebemos no posicionamento deste jornal duas características bem marcantes: de um lado, a defesa mais direta dos interesses corporativos do setor fabril, muito próxima ao próprio discurso da CNI e de Euvaldo Lodi, não havendo referências aos problemas ou distorções que o desenvolvimento industrial acelerado poderia gerar; de outro lado, uma boa dose de resistência ao capital estrangeiro no que se refere a um possível investimento fabril em concorrência com a manufatura brasileira, classificado aqui como uma provável “ameaça à soberania nacional”.

Curiosamente, porém, é no **Correio**, jornal mais crítico às “distorções” derivadas de

¹⁵⁵ Segundo o **CM**: “A Comissão de Desenvolvimento Industrial, recentemente instituída, vai agora entrar em atividade com a nomeação de seus membros. A ideia de se constituir essa Comissão foi por nós elogiada, uma vez que **ela representa, ao mesmo tempo, um passo à frente no caminho do planejamento e uma iniciativa indispensável para nossa recuperação econômica**” (“Indústria e planejamento”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4). Ver também: “Imaginação criadora”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4. Já, conforme **O Jornal**: “Ao criar a Comissão de Desenvolvimento Industrial, já inaugurada, o presidente Getúlio Vargas definiu-lhe as atribuições, na justificativa de seu ato. **Foi especialmente instituída para coordenar esforços, disciplinar as iniciativas privadas, prescrever a instalação de novas indústrias e ampliação das existentes**, e providenciar a transferência de fábricas estrangeiras para o nosso país, desde que haja, por parte delas, esse propósito, mas tudo dentro de um critério de prioridade, por meio do qual se possa dar expansão à indústria sem provocar concorrências desastrosas ou estimula-la pelo artifício dos favores aduaneiros” (“Expansão industrial como base da segurança”, *O Jornal*, 29 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4).

¹⁵⁶ “Um novo órgão”, *O Globo*, 7 de julho de 1951, Caderno 1, página 3.

um crescimento industrial desordenado, que encontramos uma tentativa explícita de se ocupar um papel como interlocutor do setor manufatura no debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Comentando a organização da Primeira Conferência da Indústria, realizada no dia 27 de maio, o **CM** a considerou uma “feliz iniciativa” da Fiesp, mas aproveitou a oportunidade para convidar o setor manufatureiro a uma reflexão:

É preciso, no entanto, considerar a questão também de um ponto de vista mais amplo. **A indústria brasileira, de criação recente, ainda não exerce, institucionalmente, o papel que lhe cabe.** Daí decorre uma anomalia, **cujas consequências podem levar a extremos de que não suspeitam os próprios industriais.** Esta anomalia reside no fato de a burguesia brasileira continuar sendo liderada pelo setor comercial, notadamente pelos grupos mais especulativos, que são os importadores e os atacadistas de gêneros alimentícios (...). Para aqueles [industriais], o capitalismo significa a promoção do desenvolvimento. Para estes [comerciantes], confunde-se apenas com a defesa dos lucros, que muitas vezes favorece a escassez.

A indústria brasileira não pode mais perder tempo, não somente porque o país necessita ultimar e aperfeiçoar sua industrialização, como também porque, se os industriais não forem capazes de organizar, por conta própria, a defesa de seus interesses, nem souberem elaborar um programa consentâneo com os mesmos, serão sacrificados duplamente, pela escassez e pelas providências estatais destinadas a combater esta.

A **primeira tarefa da indústria,** neste momento, **é organizar sua representação,** vitalizando sindicatos e demais agremiações, e renovando seus quadros de liderança.¹⁵⁷

Vemos, assim, a tentativa de **O Correio** se colocar, não como um mero porta-voz dos interesses da manufatura na esfera de debates, mas ocupando uma função orientadora de todo o segmento industrial, tentando conscientizá-lo para aquilo que o seu interesse como classe teria de identidade com o interesse de toda a nação, em contraposição a outros grupos, os especuladores do comércio, cujos negócios são exatamente contrários ao benefício coletivo.

O Correio ainda iria deixar mais explícita essa relação, quando abordou o resultado da reunião acima citada, afirmando merecer “destaque a circunstância de a indústria ter revelado uma compreensão dos interesses nacionais e de sua posição, em relação aos mesmos”. Para o jornal, isso era um avanço, porque a falta de uma mobilização maior do setor fabril em defesa dos seus próprios objetivos estava menos “na incipiência de nossas atividades industriais, que já se processam em escala apreciável, por mais de dois decênios, do que **na incipiência de nossa consciência industrial**”, a qual o **CM** se empenhava em firmar.

Por outro lado, podemos perceber que, ao tomar partido nesse possível embate entre o comércio e a indústria, o jornal deixa clara a sua própria concepção de qual seria o caminho que melhor corresponderia ao “interesse do país”:

¹⁵⁷ “Mobilização da indústria”, *Correio da Manhã*, 21 de maio de 1953, Caderno 1, página 4.

Até o presente, a chamada burguesia brasileira vinha sendo liderada pelo seu setor comercial. E a indústria não compreendia que, por baixo dos interesses comuns, profundas diferenças a opunham ao comércio. Entre estas vale acentuar o fato de o comércio brasileiro depender, principalmente, da venda, a preços altos, de produtos acabados, importados do exterior, e da compra, a preços baixos, de produtos primários, destinados à exportação. Tende o comércio, por isto, a manter o país na condição de exportador de artigos primários e importador de produtos acabados, o que contraria, frontalmente, o interesse da indústria, e o próprio interesse nacional, que é o de produzir, no país, produtos acabados, para melhorar nossos termos de troca.

A 1ª Reunião da Indústria veio mostrar que esses equívocos estão se desfazendo e que a indústria, consciente de seus interesses e da medida em que eles correspondem ao interesse nacional, dispõe-se a falar por conta própria.¹⁵⁸

Vemos, assim, que, por trás da exortação à mobilização dos industriais em prol de seus interesses, está a própria visão que o jornal apresenta da fragilidade da manutenção do país na condição de uma economia produtora de bens primários e importadora de bens manufaturados; além disso, apoia abertamente a alternativa de se procurar “uma política de coordenação entre a ação do Estado e a iniciativa particular, mediante um planejamento geral da economia brasileira” para superar essa situação de precariedade, condenando o *laissez faire* como sendo um regime que só pode interessar àqueles que se beneficiam com a especulação. Em outras palavras, é uma forte condenação da posição tradicional do país na divisão internacional do trabalho como causa da sua debilidade econômica.

Em **O Jornal** e em **O Globo**, encontramos uma percepção semelhante. **OJ** foi bastante eloquente em um editorial intitulado “Manufaturas contra matéria-prima”. Começa afirmando o seguinte:

A epígrafe supra sintetiza a composição de nosso comércio exterior e as bases frágeis de sua estrutura. De fato, o que exportamos e importamos, de um modo geral, (ilegível) maiores volumes e volumes, são, respectivamente, matérias-primas e manufaturas. **E essa é uma das causas dos constantes desequilíbrios da nossa balança comercial, pois pagamos mais pelas manufaturas do que (obtemos) pelas matérias-primas.**

Depois, afirma:

O mal de que padece o nosso comércio exterior está, assim, menos na importação de manufaturas necessárias [referindo-se às máquinas e equipamentos para a produção] que na exportação de matérias-primas, principalmente das destinadas à transformação industrial em outros países, quando muitas delas poderiam ser aproveitadas dentro do próprio Brasil e exportadas como produtos acabados. (...)

Em resumo, **o que nos cumpre fazer é diversificar e intensificar a produção de bens de consumo, quer para o país, quer para o exterior, a fim de abastecer melhor a população brasileira e obter maiores somas de divisas.**¹⁵⁹

¹⁵⁸ “Consciência industrial”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1953, Caderno 1, página 4.

¹⁵⁹ *O Jornal*, 5 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

O **Globo** também argumentou nesse mesmo sentido:

O **surto de industrialização do Brasil** tem causado espanto aos técnicos estrangeiros que nos visitam. Realmente, nos últimos anos **o nosso país resolveu elevar os níveis de sua economia semicolonial**. Queremos agora **criar riquezas pela exploração intensiva e transformação racional dos nossos bens primários**. Exportar apenas gêneros e matérias-primas significaria a **eternização do pauperismo nacional**.¹⁶⁰

E foi este jornal que, novamente, mais explicitou os possíveis conflitos de interesses entre o Brasil, os EUA e o capital estrangeiro, que poderiam derivar desse projeto industrialista nacional, ao identificar os seus principais adversários:

difícilmente os Estados Unidos concordarão no desenvolvimento industrial do Brasil em tudo que lhes possa fazer concorrência. Não compreendem os norte-americanos que devam ser instaladas fábricas em outros países, quando estes podem ter produtos manufaturados em quantidades suficientes, desde que enviem matérias-primas aos Estados Unidos.

Eis, em síntese, o renascimento da tese Abink, de tão triste memória. Como se sabe, a missão Abink, que aqui esteve em 1949, concluiu seus estudos preconizando o desenvolvimento da agricultura brasileira e a estagnação da nossa produção industrial. Deveríamos no limitar-nos a mandar repolhos, couve, areias monazíticas – enfim, matéria-prima – aos Estados Unidos, que depois receberíamos tudo industrializado. Nada de transformar os bens primários aqui mesmo.¹⁶¹

Muitos questionamentos surgem com base na argumentação desses três jornais, mas, por agora, interessa-nos ressaltar a compreensão que eles apresentam da posição do Brasil no comércio internacional e, especialmente, a sua opção entre especialização primária ou necessidade de industrialização: enquanto o **Jornal do Brasil** defende a primeira tese, os demais jornais advogam a segunda e, desta maneira, não apenas se afastam do **JB**, como também se distanciam completamente do receituário liberal e neoliberal para a economia brasileira, aproximando-se muito das teses defendidas por desenvolvimentistas e, especialmente, por cepalinos.

Sendo assim, seria interessante encerrar este Capítulo, analisando a maneira como os diários aqui pesquisados se colocaram diante das ideias sustentadas pela Cepal em relação às economias latino-americanas. Para tanto, iremos avaliar a forma como esses jornais repercutiram o 5º Período de Sessões da entidade, realizado no Brasil, entre os dias 9 e 24 de abril de 1953, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ). Esse encontro foi em parte financiado pela Fiesp e teve Euvaldo Lodi como seu presidente; além disso, o discurso de

¹⁶⁰ “O surto de nossa industrialização”, *O Globo*, 6 de abril de 1951, Caderno 1, página 3.

¹⁶¹ “Contra a industrialização do Brasil”, *O Globo*, 4 de abril de 1951, Caderno 1, página 2.

abertura foi feito pelo próprio Getúlio Vargas, sendo considerado um encontro-chave para a apresentação da primeira proposta de planejamento integral por esse órgão da ONU.

De todos os periódicos pesquisados, o menor destaque ao conclave aparece no **Jornal do Brasil**, pois ele foi o único que não repercutiu os encontros em todos os dias, diminuindo, por sinal, o seu interesse, na medida em que os debates foram se sucedendo. Além disso, no seu editorial sobre a reunião da Cepal, curiosamente, é ressaltado que o principal problema discutido foi a dificuldade da agricultura continental.¹⁶² O **JB** termina apresentando um “levantamento de opiniões” do encontro, destacando:

um dos delegados da Cepal frisou que, sendo impossível aplicar os recursos disponível de vários países às duas atividades, **o melhor seria dar preferência ao labor agrícola. Essa é a orientação predominante entre as diversas delegações.** (...)

Entre nós, infelizmente, ainda há observadores mal-avisados que consideram a agricultura como preocupação de povos coloniais.

Essa estreiteza de visão tem prejudicado a expansão agrária do país, em benefício de atividades industriais, sem base natural.

Já no que se refere ao **O Jornal**, este dá cobertura diária ao encontro da Cepal e trata do mesmo em dois editoriais distintos. No primeiro, intitulado “Contribuição inestimável”,¹⁶³ aborda o discurso inaugural do presidente Getúlio Vargas, associando os elogios ao órgão da ONU em se dedicar “mais ao exame dos problemas inerentes à América Latina” com a defesa do Executivo, pois, “[n]o que toca ao Brasil, disse o presidente Vargas que os assuntos que têm sido objeto de exame por parte da Cepal constituem preocupações predominantes do seu governo”.

No segundo editorial, o diário discorre mais claramente as ideias discutidas no encontro, mas salienta uma questão que, embora importante, não era o centro das argumentações cepalinas: a necessidade do capital estrangeiro na América Latina.¹⁶⁴ Segundo o jornal, as diversas delegações estrangeiras na V Reunião da Cepal teriam se manifestado “francamente favoráveis às inversões de capitais estrangeiros nos respectivos territórios, com o propósito de colaborarem na exploração de suas riquezas e em outros empreendimentos de interesse nacional.” Procurando combater a ideia defendida por muitos de que os investimentos externos significavam outra “colonização”, **O Jornal** sustenta que o grande perigo que corria o país não era o risco de um novo colonialismo e sim de “viver nas condições precárias em que nos debatemos, sem consentir que a iniciativa, a técnica e os

¹⁶² Em um editorial anterior o jornal já havia abordado a Cepal com a mesma ênfase: “Desenvolvimento da agricultura continental”, *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1951.

¹⁶³ *O Jornal*, 11 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

¹⁶⁴ “Os capitais estrangeiros e a América Latina”, *O Jornal*, 15 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

capitais estrangeiros nos tragam os benefícios de seu concurso (...).” Ao contrário, “em vez de criar embaraços à entrada de capitais estrangeiros, devemos atraí-los para investimentos vantajosos nos mais variados setores econômicos”.

O **Correio da Manhã** também dá grande cobertura ao encontro. No editorial em que comenta a sua abertura, utiliza o discurso inaugural de Vargas para elogiar a Cepal,¹⁶⁵ elencando algumas funções que o presidente teria atribuído à entidade, das quais interessa agora a “de elaborar uma teoria do subdesenvolvimento e de analisar o processo econômico da América Latina”. Mais além, completa:

Vale observar a esse respeito, que **a ciência econômica é obra de europeus e norte-americanos**, assim **refletindo os problemas particulares a um capitalismo de apogeu de países plenamente desenvolvidos**. Daí a **necessidade de uma reflexão teórica sobre os problemas da economia subdesenvolvida**, que estenda a doutrina econômica à análise de seus fenômenos.

Notamos aqui que o **Correio** dá respaldo a um dos elementos básicos da argumentação cepalina, ou seja, a negação da universalidade da teoria econômica defendida pelos liberais e a necessidade da elaboração de um arcabouço conceitual específico para a América Latina. , o trabalho teórico e prático elaborado pela Cepal ainda tinha o mérito de

conjugam seus interesses [da América Latina], despertar-lhe o sentido de iniciativa e dar uma coerência de comunidade aos economistas deste continente. Este é, aliás, **o motivo secreto da hostilidade que os norte-americanos manifestam pela Cepal**. Não lhes agrada a substituição do conceito literário de pan-americanismo – propício a acobertar a hegemonia dos Estados Unidos – pelo conceito realístico de América Latina, cuja formulação já é um estímulo para a conquista da independência econômica e para a solidariedade política e cultural entre as nações afins.¹⁶⁶

O **Globo** é o jornal que dá mais ênfase à reunião da Cepal, pois, além de cobrir diariamente os seus encontros, estes ainda recebem uma manchete do jornal e estão seguidamente presentes em chamadas na sua capa. No editorial destinado a avaliar o encontro, o vespertino aborda o tema central do debate cepalino, ou seja, a relação entre industrialização e produção primária, mas o faz pelo viés de discutir os possíveis confrontos entre atividades agrícolas e manufatureiras. Depois de comentar que um pronunciamento do Sr. Francisco Campos, em Ouro Preto, teria reacendido a “velha polêmica travada em torno do maior desenvolvimento da agricultura ou da indústria do país”, o jornal argumentou:

Quase que simultaneamente ouviu-se uma palavra autorizada sobre o assunto: do Sr.

¹⁶⁵ “Elogio da Cepal”, *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

¹⁶⁶ “Eisenhower e a Cepal”, *Correio da Manhã*, 15 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

Euvaldo Lodi, que, em sua qualidade de presidente da Confederação Nacional da Indústria, vem, desde há muito, se ocupando da matéria. Como se sabe, o líder industrial brasileiro opôs-se de certa feita, à tese defendida pelo Sr. John Abbink, segundo a qual o Brasil deveria cuidar apenas da agricultura, deixando para daqui a cinquenta anos a industrialização. Dessa tese, que, se fosse concretizada, conduziria o nosso país a uma situação de completa dependência econômica, penitenciou-se recentemente o Sr. John Abbink, ao reconhecer publicamente, em New York, o seu erro, durante um banquete oferecido ao Sr. Euvaldo Lodi.

Termina afirmando que “**as indicações dos trabalhos da Cepal, aceitas pela Conferência, apontam para a industrialização ‘como chave do crescimento do nível latino-americano’**”, citando palavras de Lodi. Em consequência, notamos que a leitura que **O Globo** apresenta da reunião da Cepal não se limita a elogiar a sua importância mas também incorpora a sua tese básica sobre a necessidade da industrialização. Mais do que isso, novamente encontramos uma postura de endosso à posição da indústria brasileira representada por Euvaldo Lodi.¹⁶⁷

O que podemos concluir dessa análise?

Primeiro, a boa aceitação que a Cepal recebe na imprensa brasileira como organismo legítimo de discussão dos problemas da América Latina, o que se evidencia não só pelo destaque que lhe é destinado nos periódicos mais afeitos às suas ideias como pela recepção que obtém no próprio diário mais distanciado delas, o **Jornal do Brasil**. Segundo, podemos perceber uma leitura bastante seletiva dos jornais sobre os debates da Cepal, na medida em que cada um escolheu, em seus editoriais e reportagens, aspectos que correspondiam às linhas de ação previamente defendidas por eles, mas que são apresentados como síntese das discussões do conclave, mesmo sem corresponder obrigatoriamente ao núcleo do pensamento cepalino ou até se contrapondo a ele. Não pretendemos aqui indicar o grau de manipulação dos jornais sobre a realidade, mas sim salientar, nos termos de BOURDIEU, a *estratégia argumentativa* própria ao campo jornalístico: desprovido de autoridade própria sobre os temas que enunciam, os agentes do campo jornalístico procuram obter, dando respaldo a uma instituição reconhecida, autoridade para as bandeiras que cada um defende em seu próprio campo de produção, selecionando aquilo que lhe é mais favorável e negligenciando aquilo

¹⁶⁷ Na verdade, devemos salientar que este não foi o único momento em que encontramos elogio a este órgão da ONU e às suas ideias em **O Globo**. Ao contrário, essas referências aparecem com razoável frequência no jornal, como podemos perceber nesse editorial intitulado “Necessidade de Industrialização” (*O Globo*, 3 de setembro de 1951, Caderno 1, página 3.), no qual o vespertino comenta uma palestra de Prebisch no Brasil no ano de 1951: “É de se destacar a exposição sobre a necessidade vital e inadiável de industrialização nos países latino-americanos, os quais, explica Prebisch, com reduzida produção industrial, se abastecem de produtos manufaturados no estrangeiro, em sua maior parte, que são pagos com exportações de produtos primários, muito mais baratos que aqueles. (...) Vemos, assim, que o economista Prebisch salienta a necessidade premente de industrialização de países como o Brasil, filiando-se à corrente daqueles que, tendo à frente o sr. Euvaldo Lodi, tão tenazmente combatem a tese Abink, favorável, como se sabe, à expansão dos nossos produtos primários”.

que não é. Ou seja, temos uma via de mão-dupla: ao mesmo tempo em que o endosso dos jornais à Cepal pode contribuir para difundir e legitimar esta instituição e suas teses no debate público, a própria Cepal é empregada para legitimar as bandeiras previamente defendidas pelos jornais. Nesse caso, o conflito entre os agentes do campo jornalístico para a determinação do programa mais apropriado ao desenvolvimento da economia brasileira se tornou inclusive uma disputa para estabelecer qual era a leitura mais apropriada da própria Cepal e de seu conclave.

Na análise desse episódio e de toda a exposição do capítulo, é possível perceber também que, se um periódico como o **JB** ainda se mantém partidário da especialização agrícola do Brasil como alternativa para o desenvolvimento, nos demais jornais, constatamos uma intensa penetração de conceitos próprios ao pensamento cepalino, como a deterioração dos termos de troca das economias primárias, a necessidade de uma teoria econômica específica para promover o desenvolvimento latino-americano e brasileiro e a importância da industrialização na obtenção desse objetivo. O que indica como o posicionamento de boa parte da imprensa sobre a economia brasileira – no nosso caso, os diários **O Globo**, **O Jornal** e o **Correio da Manhã** – escapa dos cânones do liberalismo e do neoliberalismo para se aproximar do desenvolvimentismo. É nesse desenvolvimentismo que esta parcela do campo jornalístico pode encontrar respaldo autorizado para as suas bandeiras, ao mesmo tempo em que fornece difusão aos conceitos centrais dessa teoria.

Claro que se pode argumentar, como vimos no Capítulo II, que boa parte dessas ideias não eram originais da Cepal, já estando presentes no país antes mesmo da sua criação, notadamente entre os industriais. Todavia, parece inegável que agora elas penetram com mais força na imprensa, lastreadas pela sistematização e pela legitimidade que este organismo da ONU irá lhes franquear.

Por fim, duas questões ainda se impõem.

Primeiro, como podemos relacionar o posicionamento dos jornais estudados e o conjunto de interesses externos ao seu campo de produção?

No caso do **JB**, suas tomadas de posição claramente se afastam dos interesses da indústria não só por combater a necessidade de industrialização acelerada mas por se contrapor a uma das principais reivindicações do setor manufatureiro: a proteção contra a concorrência estrangeira através do sistema de seletividade das importações. Também não podemos identificar a linha de ação deste jornal com os interesses do comércio de importação

e exportação, pois ele não defendeu a liberdade comercial pretendida por este setor, especialmente no que se refere aos bens de consumo considerados de “luxo”. Devido à sua sustentação da tese da especialização agrária do país e da necessidade de auxílio e investimentos na agricultura, inegavelmente o discurso do jornal parece mais próximo aos grupos agrários, entretanto, devemos fazer a ressalva que se afastou destes quando não endossou a política de apoio à exportação de “gravosos” pelo mercado livre de câmbio, com receio que tal política levasse ao agravamento da inflação. Desta maneira, o **JB**, apesar de sua trajetória descendente no campo jornalístico do período, indica ser um dos diários menos vinculados ou obrigados a defender as pressões diretas do campo econômico, muito provavelmente por sua menor dependência da publicidade comercial.

Com o **Correio da Manhã**, a situação é um pouco mais complexa. Este jornal defendeu medidas de abertura comercial que poderiam identificá-lo com o comércio exportador, mas colocou-se diretamente em confronto com esse grupo ao condenar a sua tendência de manter o Brasil numa condição de exportador de bens primários e importador de bens industrializados, a qual, segundo o diário, era contrária ao interesse do país. Em relação à agricultura, endossou em parte o discurso segundo o qual este setor era prejudicado pelo desenvolvimento desordenado da manufatura e advogou o apoio aos exportadores de produtos agrícolas, através dos subsídios aos “gravosos”, mas também entrou em choque frontal com o mesmo ao sustentar, como uma das suas bandeiras básicas, o combate ao latifúndio e à imperiosidade da reforma agrária. Com a indústria, a sua linha de ação se afastou dos interesses da manufatura nacional ao condenar o protecionismo via seletividade de importações. Ao mesmo tempo, porém, procurou se colocar como um dos grandes defensores da industrialização planejada, assumindo, inclusive, um papel de interlocutor do setor fabril na esfera pública. Entretanto, nesse caso, não adotou uma postura de mero porta-voz dos *interesses imediatos* dos industriais, mas procurou atribuir-se a função de defensor e inculcador de uma nova “consciência industrial” associando os *interesses* dos industriais *como classe* ao interesse nacional. Ao nosso entender, essa linha de ação bastante distanciada do atendimento direto das demandas do campo econômico se explica pela própria posição dominante que o **Correio** ocupa no interior do campo jornalístico, a qual lhe permite autoridade para pretender se colocar como o defensor de um projeto de industrialização sem ser necessariamente um defensor dos interesses imediatos de setores industriais.

O Jornal, por sua vez, adotou uma postura semelhante a que vimos no Capítulo

anterior, procurando fazer a defesa das “classes produtoras” no geral. Como podemos constatar pelas formas como procurou sustentar e conciliar as demandas associadas ao setor industrial e agrícola, mesmo que, para tanto, tivesse que se eximir de opinar sobre programas de governo que pudessem satisfazer as reivindicações de um lado e desagradar de outro. Contudo, o setor com que menos demonstrou identidade foi o comércio exterior, devido à sua defesa quase intransigente da seletividade das importações, condenando tenazmente a importação dos “bens de luxo” e elegendo o combate ao “consumo” desses bens como uma verdadeira bandeira em defesa do “interesse nacional”. Ao mesmo tempo, foi o jornal que se mostrou mais identificado com os interesses do capital externo. Dessa maneira, novamente, **O Jornal** apresenta uma intrincada *estratégia discursiva* que só pode ser entendida, como diria BOURDIEU, como *resultante* das diferentes demandas externas que procurou atender, demonstrando o seu vínculo mais próximo com as pressões e interesses do campo político e do campo econômico.

De todos os jornais pesquisados foi, sem dúvida, em **O Globo** que encontramos uma tomada de posição mais próxima às demandas de um setor específico: a indústria nacional. Esse jornal se afastou do comércio exterior, defendendo a seletividade das importações e o controle do consumo de luxo, como também não mostrou identidade com as reivindicações da agricultura, cujas “dificuldades” foram praticamente esquecidas no período. No que se refere à manufatura, defendeu as principais reivindicações das suas lideranças (protecionismo, reserva de mercado contra investimentos estrangeiro e apoio à industrialização do país) e, diferentemente do **Correio**, assumiu um discurso laudatório do grande progresso que este setor alcançara no período, associando-o ao “interesse nacional”. Nesse sentido, é o diário cuja atuação mais parece se aproxima de “porta-voz” das demandas corporativas de um grupo específico do campo econômico, embora seja um papel contrário ao afirmado pela historiografia: defensor do comércio exportador e das necessidades do capital estrangeiro no Brasil.

Mas poderíamos considerar a postura do jornal apenas como “porta-voz” dessas demandas externas? É uma interpretação possível, até pela dependência que ele parece ter das verbas publicitárias. Porém, devemos levar em conta também que **O Globo** é o diário que apresenta a trajetória mais ascendente no campo jornalístico, entre os jornais pesquisados, com base na sua vendagem, tendo como principal trunfo a extensão e a diversidade do seu público leitor, que pode oferecer como moeda de troca aos agentes do campo político e do campo econômico. Ascensão esta que é diretamente ligada às mudanças gerais provocadas

pela industrialização, que lhe permite suporte para crescer e se modernizar. Em outras palavras, ao defender a industrialização e a indústria, **O Globo** também está pleiteando as condições objetivas que permitem o seu fortalecimento como empresa jornalística e, assim, a sua ascensão frente aos agentes de seu próprio campo e frente aos agentes dos demais campos. Desta maneira, no que se refere ao endosso aos industriais e às suas demandas diretas, parece mais aceitável falar em uma aliança estratégica entre um agente do campo jornalístico e agentes do campo econômico do que mera submissão ou servilismo. Questão que o próprio jornal nos indica, ao comentar e elogiar o crescimento da manufatura brasileira e o aumento da publicidade que ela proporcionava ao diário, uma consequência, para ele, da sua própria posição privilegiada como meio de divulgação e persuasão do público leitor:

O crescente movimento publicitário pelas páginas d'O Globo é bem o reflexo da extraordinária animação reinante no comércio local neste fim de ano. Há uma procura sem precedentes de mercadorias de todos os tipos, o que explica o desejo do comércio de anunciar seus artigos a fim de atrair a atenção dos compradores e facilitar-lhes a escolha dos produtos desejados. A preferência pelas páginas d'O Globo é, igualmente, lógica. A larga penetração do nosso jornal nos mais variados setores da opinião, dos mais bem dotados economicamente aos de poder aquisitivo menor, leva os anunciantes a preferir O GLOBO, com tamanha intensidade que, por vezes, bem a contragosto, somos obrigados a protelar determinadas inserções, à falta de espaço. Essa movimentação sem precedentes do comércio constitui, por outro lado, uma demonstração da grande vitalidade do nosso país. Em primeiro lugar, cabe apontar a pujança da indústria nacional que lhe permite cobrir, praticamente, a procura dos mais variados artigos num momento de drásticas reduções nas importações. É simplesmente de entusiasmar o panorama variado e de elevados níveis de perfeição a que chegou a indústria brasileira.¹⁶⁸

Para encerrar, nos temas aqui em análise, longe de se demonstrar como um espaço homogêneo, uniformizado em defesa de interesses individuais ou coletivos oriundos do campo político e do campo econômico, os jornais estudados constituíram um verdadeiro campo de batalha em torno da definição do projeto mais apropriado para o desenvolvimento do país. Local privilegiado da *luta simbólica*, da luta pela (des)legitimação de planos, ideias e programas, o campo jornalístico foi o palco de um confronto entre os que defendiam a especialização agrária do Brasil e aqueles que advogavam pela industrialização acelerada. Visivelmente, a tese da necessidade da industrialização ganhou vasto terreno em tão intrincada disputa. Embora não haja consenso entre os próprios defensores dessa tese sobre a natureza do processo em curso e o melhor caminho para se consolidar a industrialização do país, é indiscutível a aceitação da sua necessidade pela maior parte dos jornais estudados. O que pode nos servir de indicativo do grau de legitimidade que a industrialização alcança no

¹⁶⁸ “Prova de vitalidade”, *O Globo*, 8 de dezembro de 1953, Caderno 1, página 1.

campo de produção ideológica e na própria sociedade brasileira de então.

Porém, nesse confronto pela legitimação da industrialização, os jornais estiveram longe de exercer um papel de mero suporte passivo de discursos e interesses externos. Não é possível reduzir as suas tomadas de posição à simples defesa de interesses econômicos ou políticos. Além disso, os diários estudados, cada um a sua maneira, buscaram ocupar uma posição ativa, procurando empenhar o seu capital de persuasão para construir novas “consciências” e “mentalidades” ou para desconstruir aquelas que definiam como inadequadas ou atrasadas. Como podemos perceber nas ferrenhas campanhas nas quais, por exemplo, o **JB** se envolveu para combater a “mentalidade industrialista” dominante –, difundindo os malefícios de uma “indústria fictícia” e a importância da agricultura para o país. O **Correio da Manhã**, por sua vez, trabalhou para criar uma “consciência dos interesses dos industriais como classe” contra a própria consciência imediata que eles tinham de seus interesses. Enquanto **O Globo** e **O Jornal**, mesmo mais próximos das demandas econômicas e sociais externas, tentaram conscientizar a própria elite dominante da necessidade que ela tinha de mudar o seu comportamento de consumo.

Como afirma, Marialva BARBOSA, sobre a imprensa dos anos 50:

Como comunidade interpelativa [...], os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimento, mas sobretudo como orientadores acerca de padrões de comportamento e padrões político. A imagem de porta-vozes legítimos da população é fundamental para que tenham direito, na sua argumentação, a apresentar interpretações legítimas do mundo.¹⁶⁹

Essa batalha simbólica por impor visões autorizadas da realidade (social, econômica, política) envolveu diretamente a tentativa dos jornais de se associarem a noções que, mesmo difusas e de difícil conceituação, eram dotadas de alto valor de mobilização e de persuasão social. No caso em estudo, termos como “poder da nação”, “interesse nacional”, “identidade nacional” e mesmo “patriotismo” estiveram em disputa entre os jornais devido ao forte poder de legitimação que poderiam atribuir, tanto àquele que melhor dele se apropriasse quanto ao seu discurso sobre a realidade social. Em outras palavras, os discursos em disputa no campo jornalístico sobre a economia, tendo em vista à própria condição desse campo como instância de intermediação, viram-se obrigados a tentar incorporar noções como as exposta acima, sob pena de perder a sua capacidade de interpelar e de convencer os seus leitores. Era a própria condição do campo jornalístico como “porta-voz” autorizado dos interesses coletivos que estava em jogo. Necessidade que um discurso propriamente acadêmico, voltado mais para os

¹⁶⁹ BARBOSA, 2007, p. 185.

seus pares intelectuais, nem sempre precisa satisfazer. Além disso, podemos novamente ver a força simbólica que a própria necessidade da industrialização adquiria no período em questão, porque, até o diário que mais advogou o agrarismo, não deixou de defender a importância da indústria naquilo que ela seria essencial para a “soberania nacional”. O que mais compreensível quando recordamos todo o trabalho educativo que os próprios militares, quer “nacionalistas” quer “esguianos”, faziam para divulgar e firmar a importância da indústria para firmar o Brasil como uma força diante de outras nações. Relações que o **JB** endossa abertamente.

5 - Programas de desenvolvimento: industrialização planejada ou reaparelhamento econômico

Os investimentos em infraestrutura feitos durante o Segundo Governo Vargas, notadamente no que se refere ao Programa de Reaparelhamento de Lafer e aos projetos de criação da Petrobras e da Eletrobrás, não escapam da controvérsia estabelecida na historiografia acerca do sentido da política econômica do governo.

Autores como LESSA&FIORI e VIANNA afirmam que tais programas não tinham como objetivo básico promover o desenvolvimento fabril do país, mas apenas reaparelhar a sua economia, depois de décadas sem reposição adequada da estrutura produtiva da nação.

¹ DRAIBE, FONSECA e Paulo BASTOS, por sua vez, defendem que eles configuravam um projeto orgânico e integrado que visava acelerar e aprofundar a industrialização brasileira em direção aos setores básicos da produção, cujos frutos viriam aparecer nas décadas seguintes.²

Já, entre os que aceitam esse programa industrializante, há outro ponto de controvérsia que diz respeito ao papel relativo do Estado e do capital privado, nacional e estrangeiro, nesse processo. Aqueles que defendem a tese de que o projeto de Vargas era nacionalista e anti-imperialista tendem a salientar que os investimentos estatais do presidente nos setores de infraestrutura e indústrias de base tinham como fundamento uma concepção de Estado bastante intervencionista e, especialmente, oposta à presença do capital estrangeiro em áreas estratégicas, como o setor de energia.³

Já os que criticam esta visão, mas advogam o desenvolvimentismo do governo Vargas, como FONSECA, BASTOS e DRAIBE, afirmam que o papel do Estado brasileiro era o de promover investimentos nos setores básicos da economia nos quais a iniciativa privada demonstrasse incapacidade ou desinteresse em suprir bens e serviços essenciais.⁴ Com isso, objetivava-se dinamizar toda a cadeia produtiva, especialmente pelo incentivo ao investimento particular na produção de bens de consumo e insumos produtivos. Não existindo, porém, um projeto para “estatizar” a economia e excluir o capital estrangeiro do desenvolvimento nacional, como acusava a crítica liberal e conservadora ao programa de

¹ LESSA&FIORI, *op.cit.* e VIANNA, *op.cit.*

² DRAIBE, *op.cit.*, BASTOS, 2001 e FONSECA, 1989 e 2002.

³ Ver, quanto a isso, FONSECA, 2002, p. 17.

⁴ FONSECA, 1989, p. 403, BASTOS, 2006, p. 242, DRAIBE, *op.cit.*, 182.

Getúlio.⁵ Esse capital seria bem-vindo desde que direcionado para áreas acima citadas e até poderia ser aceito nas mais estratégias (como eletricidade e petróleo), desde que sobre o controle estatal, havendo ainda preferência para recursos externos de origem pública, em detrimento dos privados.

Por tudo isso, vemos que este tema é de fundamental importância para a nossa análise, tanto no que se refere ao estudo dos posicionamentos dos jornais frente à política econômica do governo quanto às suas posições frente às alternativas de desenvolvimento para o Brasil, especialmente frente ao papel relativo do Estado e da iniciativa privada, nacional ou estrangeira, nesse processo.

Para empreender essa análise, iremos, primeiro, avaliar as ações do Executivo nos investimentos em infraestrutura, a fim de apresentarmos as nossas próprias conclusões sobre o mesmo. Em um segundo momento, partiremos para o estudo dos jornais.

5.1 – O Segundo Governo Vargas e os programas em infraestrutura e indústrias de base

O processo de elaboração e execução dos diversos programas apresentados pelo governo foi longo e conturbado, com debates e polêmicas tanto dentro quanto fora do aparelho estatal. Tendo em vista a carência, no interior da burocracia do Estado, de técnicos habilitados e disponíveis para a tarefa de planejamento, Vargas teve que contar com a participação decisiva de duas agências criadas em seu segundo mandato: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e a Assessoria Econômica da Presidência da República (AEP).⁶ Diferentes na sua origem, composição e mecânica de funcionamento, a historiografia tem salientado as discrepâncias entre ambas, considerando a CMBEU mais conservadora e voltada para os temas de transportes, enquanto a AEP apresentaria uma vertente nacional-desenvolvimentista que se focou nas questões de energia. Em outras palavras, estaríamos frente a uma nova divisão interna no governo, dando margem à sua condição de ambiguidade.⁷ Veremos, contudo, que essas diferenças não eram tão marcantes.

⁵ FONSECA, 1989, p. 368.

⁶ BIELSCHOWISK explica a necessidade de criar essas agências comentando que o “o plano Lafer (gerado junto à CMBEU) e os projetos para os quais Vargas criou sua Assessoria Econômica são a resposta objetiva a esse despreparo [do aparato estatal]” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 345). A tática era “abrir brechas na antiquada e desordenada estrutura institucional brasileira, criando-se órgãos como poder simultâneo de planejar e viabilizar as propostas elaboradas” (BIELSCHOWSKY, *idem*, p. 342).

⁷ BIELSCHOWSKY, *idem*, pp. 341-343, D'ARAÚJO (1984) e SKDIMORE, *op.cit.*, 125.

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

A CMBEU foi consequência do Ponto IV de Truman, de 1949, o qual representou uma inflexão temporária na posição oficial de Washington quanto à cooperação norte-americana para a ajuda econômica de países subdesenvolvidos. Conforme MALAN *et alli*, a Comissão teve por base o acordo celebrado em 19 de dezembro de 1950 entre os governos do Brasil e dos EUA e iniciou as suas atividades em 19 de julho de 1951, enquanto o relatório final foi apresentado apenas em meados de 1953.⁸ Os trabalhos técnicos consistiram em um diagnóstico da economia brasileira e no detalhamento de 41 projetos para financiamento, envolvendo um dispêndio previsto de Cr\$ 21,9 bilhões, Cr\$ 7,9 dos quais (US\$ 387 milhões) em moeda estrangeira. Já em relação aos programas aprovados, VIANNA salienta “a ênfase a transportes ferroviários e energia elétrica (dois terços das propostas em número e quase três quartos do valor total).”⁹ Dessa maneira, a CMBEU, conforme este autor, diferiu das missões anteriores – como a Abbink – por propor planos concretos de imediata apreciação pelas instituições financeiras internacionais, como o Bird e o Eximbank, que deveriam viabilizar os seus recursos em moeda estrangeira.¹⁰

A iniciativa e insistência de Vargas em negociar a instalação da CMBEU vêm sendo apontadas pela historiografia como indícios da sua intenção de atrair capital público estrangeiro e, assim, da falta de um nacionalismo xenófobo em seu segundo mandato.¹¹ Além disso, sendo ainda uma tentativa de negociação com os EUA, envolvendo instituições como o Bird, era inevitável, como salienta BASTOS, que os acordos daí decorrentes não ultrapassassem os limites financeiros e doutrinários com os quais os homens do Departamento de Estado e do Banco Mundial pretendiam fornecer ajuda a países ainda não desenvolvidos. Acrescente-se a isso a participação ativa de Horácio Lafer (Fazenda) e de João Neves da Fontoura (Relações Exteriores) nessas negociações e entenderemos porque a CMBEU foi apontada como a face mais conservadora e mesmo “ortodoxa” do programa de investimentos do último governo de Getúlio, em oposição ao “nacionalismo” da AEP.¹²

Contudo, não se pode exagerar nessa interpretação, pois, apesar desses vínculos, a Comissão esteve longe de representar um freio ou contrapeso “ortodoxo” aos investimentos

⁸ MALLAN *et alii*, 1980, p. 61.

⁹ *idem*.

¹⁰ VIANNA, *op.cit.*, pp. 26-27.

¹¹ *Cf.* VIANNA, *op.cit.*, pp. 26-27 e FONSECA, 1989, p. 408. Segundo VIANNA (*loc.cit.*), no caso da CMBEU, a contrapartida brasileira que interessava ao EUA era o fornecimento de fornecer matérias-primas estratégicas, como o manganês e areia monazítica, cuja importância crescia proporcionalmente à ameaça de um novo conflito internacional.

¹² Ver: D'ARAÚJO (1984) e SKDIMORE, *op.cit.*, 125.

programados por Getúlio.

Primeiro porque a CMBEU foi uma forte experiência de planejamento econômico, mesmo que limitada a questões setoriais. A ideia de planejamento não era nova no Brasil, mas sempre fora polêmica e associada aos grupos mais “nacionalistas” e/ou “estatistas”; agora, porém, ela ganhava uma nova roupagem com esta Comissão, pois vinha respaldada pelo aval do Departamento de Estado e “pelas recomendações do Bird”.¹³

Segundo, o relatório emitido pela Comissão, considerado “o mais abrangente diagnóstico contemporâneo sobre a economia brasileira em seu conjunto”, é classificado como “não-dogmático” e mesmo heterodoxo pelos estudiosos da questão.¹⁴ Como ressalta BIELSCHOWSKY, o Relatório Financeiro da CMBEU teve em sua elaboração a participação de Roberto Campos e Octávio Dias Carneiro e refletiu

a visão heterodoxa e relativamente desapaixonada com que estes dois economistas buscavam-se posicionar-se dentro da problemática inflacionária e cambial no ano de 1953. O resultado dessa postura foi a combinação de uma marcada inclinação pelo desenvolvimento industrial e da mais sistemática análise até então produzida sobre os desequilíbrios gerados pelo processo em curso.¹⁵

Terceiro, a forma como o Brasil procurou atender a sua contrapartida financeira na CMBEU foi através do Plano de Reparcelamento Econômico – apresentado ao Congresso em 8 de agosto de 1951, contendo os projetos elaborados pelo governo – e do Fundo de Reparcelamento Econômico – que chegou ao debate parlamentar em 29 de outubro do mesmo ano e definia as alternativas para financiar o Plano. Este Fundo basicamente propôs: a) a criação de um empréstimo compulsório, originado de um adicional de 15% sobre o imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas de maiores ganhos, para o levantamento dos recursos internos necessários ao Plano Lafer 16 e b) a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para a gerência do capital estrangeiro e nacional a ser

¹³ BIELSCHOWSKY, 2000, p. 326. Conforme este autor, a CMBEU defendeu uma “ideia de planejamento setorial, ou ‘seccional’”, baseada em investimento setorial em transporte e energia, com grande aporte de capital externo (*idem*, p. 385).

¹⁴ MALLAN *et alii*, 1980, p. 62.

¹⁵ BIELSCHOWSKY, 2000, p. 381.

¹⁶ Mais fontes de financiamento seriam os “dividendos de participação da União no capital das sociedades em economia mista, recursos do Acordo do Trigo, entre outras, que comporiam o chamado Fundo de Reparcelamento Econômico.” ARAUJO, V.. *A Criação do BNDE e a controvérsia Lafer-Jafet*. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8º Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju. Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007. Disponível in http://www.sep.org.br/artigo/625_ebb6148750ca395b37c96703305e6c2d.pdf, consultado em 16 de dezembro de 2009.

obtido.¹⁷ Ambas as medidas teriam ampla repercussão na economia brasileira nos anos seguintes e, embora seja correto afirmar que esta fórmula procurava obter financiamento sem implicar em uma expansão monetária,¹⁸ tais mecanismos acarretaram uma majoração de tributos e a criação de um novo banco estatal. Em consequência, os trabalhos da Comissão reforçaram as medidas de planejamento e de intervencionismo estatais no período, não podendo ser considerados simplesmente como “ortodoxos”.¹⁹ Além disso, é importante guardar que o BNDE será alvo de fortes ataques de economistas neoliberais como Eugênio Gudin, para quem a presença desse Banco era a prova da incompetência do Estado em promover uma legislação estimuladora do setor de energia, como tarifas atrativas e respeito aos contratos.²⁰

A CMBEU, porém, iria terminar os seus trabalhos prematuramente. Em 1953, a ascensão do republicano Eisenhower à Presidência dos EUA levou para a Casa Branca uma política de corte de gastos do governo e uma nova visão sobre a possibilidade de ajuda ao crescimento econômico de países latino-americanos com o dinheiro público estadunidense, que deslocava este último para dar preferência aos investimentos privados em países subdesenvolvidos. Aliando-se a isso estavam as controvérsias provocadas pela política de Vargas em relação à questão do *reinvestimento*, o resultado foi o cancelamento da Comissão e de boa parte dos recursos em dólares, cujo montante projetado de US\$ 387 milhões ficou reduzido a apenas US\$ 187 milhões, os quais beneficiaram as empresas estrangeiras do setor elétrico, como a Light. Entretanto, nesse momento, o BNDE já havia sido criado e estava se capitalizando com os recursos do empréstimo compulsório, o que iria favorecer a fixação de um forte pilar institucional e econômico para a nova fase de desenvolvimento brasileiro dos anos posteriores.

¹⁷ O governo enviou ao Congresso o projeto de Lei 1.664, que criava o BNDE, em 6 de fevereiro de 1952. Esta lei seria sancionada em 20 de junho de 1952, sua data oficial de fundação. ARAÚJO & MELO, *op.cit.*, p. 7.

¹⁸ ARAÚJO, *idem*, p.4.

¹⁹ Como lembra FONSECA, a criação de órgãos como o BNDE “representava nacional-desenvolvimentismo, no qual não há nenhum apego ao mercado como agente para fins de alocação e direcionamento da economia, e que demonstra mais os compromissos e a intenções do Governo do que, por exemplo, as hesitações da política monetária ou mesmo as composições políticas conservadoras” (FONSECA, 2002, p. 24).

²⁰ JOURDAN, Marcelo Mollica. *A Light, investimento estrangeiro no Brasil: uma luz sobre o ciclo privado-público em 80 anos pela análise de taxa de retorno*. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Pós Graduação em Economia – RJ (Dissertação de Mestrado), 2006, p. 16. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/331/2164.pdf?sequence=1>, consultada em 23 de novembro de 2010.

Assessoria Econômica da Presidência da República

A AEP era composta por cerca de oito técnicos permanentes,²¹ inicialmente liderados por Rômulo Almeida e, posteriormente, por Jesus Pereira Soares. Ela estava subordinada ao Gabinete Civil e foi criada para dar assistência direta ao presidente da República, tanto no despacho com os ministros quanto na elaboração de projetos. Esta última tarefa, porém, é a que mais notabilizou a AEP, pois ficaram sob a sua responsabilidade os programas mais significativos do governo na área de energia, como o do carvão, o do petróleo e da eletricidade.

Em termos doutrinários, este grupo de economistas e de técnicos foi classificado e mesmo se autodefinia como nacionalista. Entretanto, não se pode falar em uma homogeneidade total de ideias, tendo em vista que, além de Almeida e Soares, faziam parte da Assessoria Inácio Rangel e Cleanto Leite, entre os membros permanentes, e Glycon Paiva e Guerreiro Ramos, entre os eventuais.²² Ademais, deve-se matizar o “nacionalismo” da equipe, pois, como afirma LEOPOLDI, a maior parte dos membros da AEP era formada por nacionalistas de orientação não-ortodoxa, que aceitavam a participação controlada do capital estrangeiro em setores como energia (LEOPOLDI, 2002, 36).

De outro lado, para entendermos melhor o trabalho da AEP e fugirmos um pouco das interpretações estereotipadas, devemos considerar também os fortes vínculos externos mantidos pelos seus principais integrantes. Um deles era com a CNI, tendo em vista que o primeiro chefe e recrutador da equipe da Assessoria, Rômulo Almeida, já havia trabalhado com Roberto Simonsen, durante o Estado Novo, e, no início do último governo Vargas, dirigia o Departamento Econômico da Confederação dos industriais, liderada por Euvaldo Lodi, apoiador de Vargas.²³ Ademais, a própria Assessoria se reunia em uma sala cedida pela CNI, no Rio de Janeiro. Outro vínculo era com a Cepal: como lembra LEOPOLDI, nesse momento, este órgão das Nações Unidas havia aberto um escritório no Rio de Janeiro,

²¹ Devido ao caráter discreto e até sigiloso das ações da Assessoria, não sabemos precisamente o número de seus membros. SANTOS dividiu esses membros em dois grupos: um, formado por oitos integrantes mais permanentes e que ela considera a Assessoria Básica, e, outro, formado por dez membros eventuais, que ela classifica como Assessoria Ampla. Ver SANTOS, Renata Belzunces dos. *A Assessoria econômica da presidência da República: contribuição para a interpretação do Segundo Governo Getúlio Vargas (1951-1954)*. Campinas: Instituto de Economia, 2006. (Dissertação de mestrado), disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000402434&fd=y>, consultado em 22 de novembro de 2010, p. 13.

²² Ver SANTOS, *op.cit.*, p. 10. Sobre a auto definição de ALMEIDA e SOARES como nacionalistas, consultar PEREIRA, Jesus S. *Petróleo. Energia Elétrica, Siderurgia: A luta pela emancipação*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975, especialmente a introdução, escrita pelo próprio Rômulo Almeida.

²³ Durante o Estado Novo, Almeida trabalhou no CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial), na elaboração da Junta Nacional de Planificação (cf. SANTOS, *op.cit.*, p. 8). Sobre essas relações consultar também LEOPOLDI, 2002, 69.

atraindo técnicos nacionalistas ligados ao Clube dos Economistas, dentre eles Rômulo Almeida.

O primeiro programa apresentado pela AEP foi o Plano Nacional do Carvão, enviado ao Congresso no dia 8 de agosto de 1951, junto com o Plano de Reparcelamento Econômico. Foi, sem dúvida, o menos polêmico de todas as propostas de Vargas, embora não deixasse de apresentar particularidades, como a defesa de uma forte presença estatal no setor.

Muito mais complicada e polêmica foi a questão do petróleo. Este setor era uma das prioridades que o presidente apresentou à sua Assessoria Econômica e, por essa razão, a sua elaboração envolveu, durante cerca de oito meses de trabalho intenso, os principais integrantes da APE, dentre eles Almeida e Jesus Pereira – este último considerado o mentor dos projetos que daí resultaram. Essa prioridade se justificava por motivos políticos, porque o tema era central nas discussões públicas desde o governo Dutra e fez parte dos compromissos da campanha eleitoral de Vargas. Mas também se fundamentava em razões econômicas: o consumo desta forma de combustível fóssil, apesar de ainda ser modesto no Brasil, crescia em média 20% ao ano desde o final da Segunda Guerra Mundial e, em 1951, já comprometia 13% das importações brasileiras, indicando forte risco de racionamento antes mesmo do término do mandato de Getúlio.²⁴

O resultado do trabalho da Assessoria foi apresentado por Vargas ao Congresso, no dia 6 de dezembro de 1951, através da Mensagem Presidencial no. 469/51. O “programa do petróleo” estava dividido em dois projetos: um criando a Petróleo Brasileiro S.A. – ou simplesmente Petrobras – e outro estipulando os recursos financeiros necessários ao seu funcionamento. A nova empresa seria uma sociedade de economia mista responsável pela exploração e produção de óleo cru e pela administração das refinarias e da frota de navios petroleiros do governo federal. Foi projetado para a sua viabilização um capital de US\$ 500 milhões, cuja obtenção deveria ser efetuada através de uma fórmula bastante engenhosa que incluía as propriedades da União sobre o setor petrolífero (jazidas, refinarias, equipamentos, navios), a transferência de alíquotas tributárias para a companhia e a criação de novos impostos, além da participação do investidor privado, embora de forma minoritária e compulsória.²⁵

²⁴ Segundo os dados da Mensagem presidencial que apresentou o programa ao Congresso, nosso consumo *per capita* de petróleo era de 0,6 barris por ano, enquanto a Argentina consumia 2,9 e o Uruguai 1,5. VARGAS, Getúlio. *O Governo trabalhista no Brasil*, v.1-4. Rio de Janeiro : José Olympio, 1954.

²⁵ Em termos gerais, a participação nesse investimento era a seguinte: o governo federal entraria com um capital de 4 bilhões de cruzeiros, ficando responsável, em caso de necessidade, de subscrever todo o capital da empresa. Esse valor seria reforçado pela arrecadação de uma série de tributos: 25% do imposto único sobre combustíveis

Com este modelo, seria possível evitar o investimento direto do Estado no projeto por meio de verba orçamentária e do empréstimo, o que era importante por não contrariar a “política de estabilização do valor da moeda”, levada adiante pelo governo, como deixou claro a Mensagem de Vargas que acompanhou o programa.²⁶ Ele facultava também à Petrobras amplo domínio sobre a atividade petrolífera nacional, ao mesmo tempo em que garantia o controle acionário da empresa pela União, tendo em vista que esta deveria deter, no mínimo, 51% das suas ações com direito a voto. Por esta razão, muitos autores afirmam que a Petrobras representava um *monopólio estatal de fato* sobre o setor petrolífero,²⁷ embora o governo tenha evitado estabelecer o *monopólio estatal de direito* e permitido a participação de capital privado e estrangeiro, mesmo que limitado ao máximo de 15% do total, além de franquear à companhia a possibilidade de funcionar como uma *holding*, contratando subsidiárias.

A historiografia especializada aponta três razões básicas que orientaram Vargas e sua Assessoria em direção a esta complexa fórmula: a) questões políticas, pois Getúlio teria evitado abordar diretamente o monopólio estatal do petróleo para não provocar a rejeição do seu programa pela ala liberal do Congresso, contrária à intervenção do Estado nas atividades produtivas (COHN, *op.cit.*, p. 131); b) o pragmatismo do presidente, que o levou a optar por uma empresa de economia mista por considerá-la mais flexível do que uma autarquia e, assim, capaz de fugir à sua rigidez,²⁸ e c) o próprio projeto de desenvolvimento de Vargas,

(cuja alíquota deveria ser reajustada), um imposto sobre artigos de luxo e outro sobre carros importados e mais a transferência de alíquota de impostos sobre combustíveis dos estados e municípios para a empresa, o que os tornaria acionistas compulsórios da mesma. Os proprietários de carros também virariam acionistas compulsórios, através do imposto sobre combustíveis.

²⁶ Cfe. Mensagem Presidencial in: VARGAS, Getúlio. *O Governo trabalhista no Brasil*, v.1-4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. p.87.

²⁷ Além disso, o presidente da República ainda nomearia o presidente da empresa e, dos nove diretores, apenas dois seriam escolhidos pela iniciativa privada. Devemos considerar, também, como relata Jesus Soares Pereira, que os elaboradores do programa de petróleo de Vargas igualmente confiavam que a forte legislação nacionalista sobre recursos minerais estabelecidas depois da Revolução de 30, as quais a Petrobras deveria seguir, serviria como garantia do controle nacional sobre a empresa. Na opinião de PEREIRA, todas essas amarras legais deveriam impedir qualquer controle estrangeiro sobre a Petrobras (PEREIRA, *op.cit.*, 98). Sobre a Petrobras como monopólio de fato, ver CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras* (O petróleo é nosso e o riscos deles). v. 3. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976. (Coleção: Realidade Brasileira), p. 92. Sobre a legislação nacionalista a respeito da exploração mineral no Brasil pós-30 e a criação do CNP, consultar: MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976, COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968 (Coleção Corpo e Alma do Brasil) e DIAS, José Luciano de Mattos & QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

²⁸ Essa posição é defendida por WIRTH, John D. *A Política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 171) e PEREIRA, *op.cit.*, p. 99.

que não era incompatível com investimentos privados e estrangeiros nos setores básicos da economia nacional, sempre que pudesse submetê-los às diretrizes do Estado.²⁹

Vamos nos deter mais acuradamente sobre este último ponto. Conforme WIRTH (*op.cit.*, p. 163), a intenção inicial de Vargas era estabelecer o controle estatal do setor do petróleo através de um órgão regulador, porém, sem executar a sua industrialização. Por essa razão, não deve surpreender o fato de a AEP ter sido orientada a sondar empresas internacionais para realizarem o projeto (COHN, *op.cit.*, p., 161). Somente depois da negativa do capital internacional público e privado em participar de uma indústria petrolífera nacional controlada pelo Estado é que Vargas teria optado pela empresa estatal, mesmo assim com o máximo de flexibilidade possível e sem comprometer as finanças públicas (WHIRT, *loc.cit.*). Desta maneira, concordamos com BASTOS quando este afirma que

o projeto original da Petrobras pode ser encarado, precisamente, como um símbolo do projeto de desenvolvimento esboçado pelo governo Vargas: recorrer a recursos externos sem comprometer o controle (ou perdendo o menor controle possível) sobre a destinação dos recursos, buscando orientá-la segundo finalidades internas de desenvolvimento (BASTOS, 2001, p. 343).

O problema, contudo, foi que as precauções políticas e econômicas acabaram gerando efeitos não previstos: o programa do petróleo de Getúlio foi antes acusado de “entreguista” do que de “nacionalista” e, assim, recebeu a oposição dos grupos que há tempos lutavam pelo monopólio estatal do petróleo, reforçados agora pela UDN.³⁰ Este partido, apesar de seu antigo compromisso com a liberalização do setor, resolveu pegar carona na popularidade da tese do monopólio estatal e propôs uma companhia alternativa à Petrobras, a Empresa Nacional do Petróleo (Enape), que não só incorporava oficialmente este monopólio como ainda determinava a encampação de todas as refinarias privadas em funcionamento ou já concedidas no Brasil (CARVALHO, *op.cit.*, p. 59).

Fora do Congresso a oposição não foi menos ativa. O Clube Militar, instituição presidida pelo primeiro ministro da Guerra de Getúlio, Estilac Leal, não titubeou em bombardear o projeto como “profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar de nossa Pátria” (*apud* COHN, *op.cit.*, p. 138), aumentando a distância entre Vargas e a ala

²⁹ Sobre a estratégia de Getúlio em procurar apoio externo e mesmo privado para seu programa energético, consultar: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Economia* (Campinas), v. 7, 2006, p. 239-275.

³⁰ Assustado com a margem que o projeto de Vargas deixava “à penetração do capital estrangeiro”, o deputado Eusébio Rocha (PTB-SP), ainda no final de janeiro de 1952, propôs um substitutivo que “eliminará por completo a participação de capitais privados, nacionais ou estrangeiros, em todas as fases da indústria petrolífera, exceto a distribuição” (CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: dos Monopólios aos contratos de risco*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1977 (Brasil, Análise & Crítica), p. 53).

nacionalista do Exército, iniciada com a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA. Já a Campanha do “Petróleo É Nosso”, através do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional que a liderava (Cedpen),³¹ foi ainda mais rápida e, logo após o lançamento do programa, condenou-o por “tratar-se simplesmente de um projeto entreguista”.³²

Para evitar que o seu plano fosse rejeitado ou mesmo transfigurado na Câmara, Vargas aceitou negociar e o líder da maioria, o deputado Gustavo Capanema (PSD), fez um acordo com as lideranças partidárias pelo qual seria incluído oficialmente o monopólio estatal na companhia, eliminado do corpo de acionistas pessoas jurídicas de direito privado que tivessem sócios estrangeiros e estabelecido claramente que a União jamais abriria mão de 51% das ações da empresa. Mas o governo manteve a participação do capital privado, as concessões às refinarias particulares e a exclusão do comércio atacadista do monopólio, a fim de evitar que o seu programa fosse engessado (WHIRT, *op.cit.*, p., 182).

Este ponto deve ser ressaltado para combater a interpretação segundo a qual o projeto inicial de Vargas era meramente uma manobra maquiavélica, friamente calculada, para permitir a triunfante aprovação do monopólio estatal do petróleo.³³ Os próprios assessores de Vargas reiteram que optaram pela fórmula original porque desejavam fazer um programa “que funcionasse”.³⁴ Da mesma maneira, o presidente deixou clara a sua posição quando, em Candeias, na Bahia, em 23 de junho de 1952, fez o seu único pronunciamento sobre o programa durante a discussão do mesmo:

Eis por que se orientou o Governo para o projeto de constituição de uma **sociedade de economia mista**, na qual pudesse ele reunir a

³¹ O Cedpen teve origem no Centro de Estudo e Defesa do Petróleo (CEDP), criado em 1948, no Rio de Janeiro, em reação ao projeto do governo Dutra do Estatuto do Petróleo, que pretendia explorar a indústria petrolífera nacional mediante a concessão a empresas privadas, inclusive estrangeiras. Com o tempo, estendeu as suas atividades por todo o país, sempre em defesa do monopólio integral do petróleo, em uma verdadeira “Cruzada” nacionalista e popular poucas vezes vista em nossa história (SKIDMORE, *op.cit.*, 129), conhecida como *Campanha do Petróleo*. Muito ativo no Segundo Governo Vargas, o Centro era formado por “[p]rofissionais liberais, jornalistas”, assim como militares e políticos de diferentes matizes ideológicos, embora com o predomínio do PTB e do PCB (MOURA, Gerson. *A Campanha do Petróleo*. Coleção “Tudo É História”. Rio de Janeiro : Brasiliense. 1986, p. 67). O lema básico da Campanha do Petróleo tornou-se a frase “O petróleo é nosso”, slogan criado por estudantes ligados a UNE, entidade que se transformou na base de sustentação do movimento.

³² “Apresentado, pela propaganda oficial, como solução ‘nacionalista’, o referido Anteprojeto constitui, na verdade, a oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros – especialmente a Standard Oil – para penetrar no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional” (*apud* MIRANDA, 1983:269-270).

³³ Essa interpretação foi defendida, na época, pelo deputado Brochado da Rocha, do PTB e se tornou, podemos dizer, parte da “tradição oral” relativa ao tema. Ver PEREIRA, *op.cit.*, especialmente a introdução de Rômulo Almeida.

³⁴ VARGAS, *op.cit.*, p. 156 (grifos nossos). Rômulo Almeida, o líder da Assessoria Econômica da Presidência, foi até a Câmara defender o projeto e, diante do argumento de que apenas o monopólio estatal seria uma solução nacionalista para o problema do petróleo, questionou: “Que significa, afinal, solução nacionalista do problema do petróleo? A solução nacionalista do problema do petróleo é produzir petróleo e não slogans, fórmulas e discursos?” (*apud* COHN, *op.cit.*, p., 155).

maioria absoluta das ações e participar diretamente de **uma empresa dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial.**³⁵

Como resultado do acordo parlamentar, o novo projeto foi aprovado em primeira instância na Câmara no dia 23 de setembro de 1952, com 21 artigos a mais do que os 31 originais. Mas teve o seu caminho barrado no Senado, onde o menor compromisso com o nacionalismo (COHN, *op.cit.*, p., 165) fez com que os congressistas procurassem modificar a companhia com emendas liberalizantes. O projeto só voltou ao Palácio Tiradentes em junho de 1953, para, depois de retiradas as emendas liberalizantes dos senadores, ser definitivamente aceito em setembro do mesmo ano. Assim, no dia 3 de outubro, o presidente sancionou a Lei nº 2.004 que criava a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) como uma empresa mista da qual a União tinha o domínio das ações e que deveria explorar, em caráter monopolista, todas as etapas da indústria do petróleo brasileiro, com exceção da distribuição e das refinarias já concedidas. Em suma, estabelecia-se o monopólio parcial do petróleo, que ficou no meio-termo entre a proposta original de Vargas e a tese do monopólio estatal integral defendido pelo Cedpen, com escolta da UDN.

Mais complexo ainda do que o programa da Petrobras foi o da eletricidade. Um dos elementos complicadores esteve no fato de que, diferentemente do petróleo, cuja exploração era incipiente no Brasil, o setor elétrico já apresentava muitos interesses arraigados e conflitos históricos bastantes significativos. Há mais de meio século, companhias privadas estrangeiras, como a canadense Light e a norte-americana Amforp (*American Foreign Power*), atuavam no país e eram responsáveis pelo fornecimento de energia aos principais centros urbanos brasileiros através do regime de concessão.³⁶ Essas poderosas empresas recebiam apoio internacional, especialmente dos EUA – onde tinham fortes vínculos com o Departamento de

³⁵ Já na Mensagem Programática Vargas teria deixado clara a sua intenção de, para solucionar o “problema do petróleo”, conjugar “esforços da iniciativa oficial e da iniciativa privada, confiando a empresas de um e de outro tipo as tarefas de industrialização e as de exploração desse combustível, sem prejuízo do princípio de que as jazidas do petróleo constituem patrimônio nacional e devem ser monopólio estatal” (VARGAS, G. Mensagem... 151, pp.162-3).

³⁶ A *Brazilian Traction, Light and Power Co.*, mais conhecida por Light, foi criada em 1912 e integrava um conglomerado de outras cias., previamente absorvidas, atendendo grandes centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro. Já a *American & Foreign Power Co.* (Amforp), grupo norte-americano ligado a General Electric, operava no Brasil através da *holding* Empresas Elétricas, com subsidiárias no interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, além das capitais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e outros cinco estados. Cfe. BASTOS, Pedro Paulo Zalu. *Sobre o nacionalismo do segundo governo Vargas: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica*. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006. . Anais do XI Congresso Nacional de Economia Política (Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP, 2006b, disponível em http://www.sep.org.br/artigo/554_875127f2848ddb3f73aabe928cdefd83.pdf?PHPSESSID=a26ff76d053e6e95eb6fc4487b644777, consultado em 12 de dezembro de 2009)

Estado e com o Banco Mundial –, e, no próprio do Brasil, tendo em vista a sua ampla penetração no universo empresarial, burocrático e intelectual, contando com defensores do peso de um Eugênio Gudín, antigo funcionário da Light.³⁷

Em contraposição ao forte papel do capital estrangeiro, a partir dos anos 30, o primeiro governo Vargas procurou regular o setor elétrico, estabelecendo diretrizes nacionais em relação tanto à propriedade dos recursos hídricos quanto aos critérios da oferta de energia no país. Um dos pontos básicos dessa política foi modificar o sistema de cobrança, abandonando o reajuste das tarifas com base na variação do ouro. Segundo as companhias, esta mudança reduziu drasticamente os seus dividendos, razão pela qual se sentiam desestimuladas em investir nessa ampliação. Ademais, os governos estaduais também começaram a investir por conta própria no setor, criando empresas próprias, de forma complementar ou mesmo conflituosa com o capital externo e o próprio governo federal.³⁸

Porém, apesar das suas intenções regulatórias, o governo federal não chegou a estabelecer mecanismos que efetivamente fiscalizassem os lucros das empresas ou que fomentassem os investimentos necessários para ampliar a oferta de energia. Desta maneira, quando iniciamos a década de 50, o problema da produção e distribuição de eletricidade apresentava grande urgência, pois as deficiências no sistema ameaçavam o abastecimento das grandes cidades e, principalmente, o suprimento ao parque fabril, tendo em vista que "duas décadas de crescimento industrial e urbano progressivamente intensivo em eletricidade, sem expansão adequada da oferta, implicavam períodos crescentes de racionamento" (BASTOS, 2006, p. 260).

Diante de tal realidade, três ordens de prioridades orientaram as ações do Segundo Governo Vargas no tratamento do tema: a) a necessidade de dar resposta imediata à probabilidade de falta de energia elétrica urbana e industrial; b) a possibilidade de aumentar a produção com vistas a oferecer eletricidade barata acima da demanda a fim de estimular o consumo e, desta maneira, a industrialização;³⁹ e c) a estratégia de incentivar a indústria de material elétrico (fios, condutores, motores) no país, com o intuito de desenvolver este setor e

³⁷ BORGES, *op.cit.* e LEOPOLDI, 2002.

³⁸ Quanto a isso, consultar: BASTOS, 2006b, CORRÊA, Maria Letícia. O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954). Tese de doutoramento. ICHF – PPG-História – IFF – Niterói – RJ – 2003 e SILVA, Marcelo Squinca. A estatização do setor de energia elétrica: embates entre entreguistas e tupiniquins no centro diretivo do Segundo Governo Vargas (1951-54). *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 157-164, jan.-jun.

³⁹ Cfe, Jesus Soares Pereira "Pretendia-se uma oferta superior às necessidades do mercado, ou seja, colocar o suprimento de energia como um grande incentivo à atividade econômica e ao bem-estar geral" (PEREIRA, 1973, p. 117).

desafogar o balanço de pagamentos, ao não precisar mais importar equipamentos.⁴⁰

Contudo, a realização dessas prioridades esteve longe de ser tranquila, pois implicavam em lidar com questões bastante complicadas, a saber: a) a forma de obter os investimentos necessários para tarefa de tamanho porte; e b) o papel relativo que seria destinado à iniciativa privada, especialmente a estrangeira, e ao Estado no empreendimento.

No que se refere ao último ponto, logo no começo de seu governo, Vargas deixou bem claro qual caminho pretendia seguir. Na sua Mensagem Programática, do início de 1951, já afirmava estar o Brasil em plenas condições para a “aplicação do princípio da nacionalização progressiva firmado pelo Código de Águas”. Como seria “característica da época atual o desinteresse do capital privado para serviços de utilidade pública”, concluiu, defendendo que era “indispensável, por isto, que o Poder Público [assumisse] a responsabilidade de construir sistemas elétricos, onde sua falta representa maiores deficiências”.⁴¹ Em outras palavras, o governo indicava que iria apostar na ampliação do papel do Estado no setor de eletricidade, embora não ficasse clara a parcela do bolo que restaria à iniciativa privada.

Sobre as fontes de investimentos, a Mensagem também esboçou uma resposta. Conforme salienta BASTOS, por este documento, notamos que a intenção original de Vargas era ter no capital público estrangeiro a origem dos recursos necessários ao setor – evitando, com isso, novos aumentos de impostos ou medidas inflacionárias – e, para tanto, apostaria as suas primeiras cartas nas negociações entre Brasil e Estados Unidos junto à CMBEU.⁴² Isso faria com que a Comissão tivesse um papel muito mais proeminente na busca de uma solução para o problema da eletricidade do que no caso do petróleo, dividindo algumas tarefas e entrando em atritos maiores com a AEP.⁴³

A dificuldade era que, ainda segundo BASTOS, a estratégia de Vargas apresentava um dilema insolúvel naquela conjuntura: o governo brasileiro pretendia levar adiante um “programa nacionalizante” para o setor elétrico que “dependia de recursos a serem obtidos por

⁴⁰ Quanto a estas prioridades, consultar: PEREIRA, *op.cit.*, BASTOS (2006a e 2006b) e CORREA, *op.cit.*

⁴¹ VARGAS, 1951, pp. 156-9, *apud* BASTOS, 2006, p. 262.

⁴² Conforme a Mensagem Programática: “A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifícios dos níveis de vida, reclama um crescente influxo adicional de capitais estrangeiros... Em face da experiência do pós-guerra na finança mundial, devemos esperar mais da cooperação técnica e financeira de caráter público. Nossas fontes de capitais públicos são hoje o governo norteamericano, através do Eximbank, e os organismos internacionais, criados em Bretton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional” (*idem*, pp. 187-8).

⁴³ Como lembra SANTOS, o “aumento da potência instalada de energia elétrica também foi objeto de estudo da CMBEU porém sob uma perspectiva diferente da Assessoria Econômica. A perspectiva da CMBEU era primordialmente beneficiar as empresas de capital estrangeiro já em operação no país, estratégia frontalmente contrária à expressa pelo presidente da República através da Assessoria Econômica. Em comum, sobre o tema energia elétrica, havia a compreensão da necessidade de criação de um Banco com finalidade específica de administrar recursos para este fim” (SANTOS, *op.cit.* 93).

meio da ‘cooperação internacional’, ou melhor, não por meio do estímulo às empresas estrangeiras e sim pela barganha de recursos transferidos junto ao Banco Mundial” (2006, p. 263). Ora, tal alternativa ia de encontro às diretrizes do governo norte-americano – e, conseqüentemente, dos próprios organismos financeiros internacionais que ele controlava – cuja política de financiamento privilegiava o fornecimento de recursos apenas aos empreendimentos que ajudassem ou, ao menos, não rivalizassem com os investimentos privados estadunidenses no exterior (BASTOS, *idem*, p. 266). Desta maneira, não deve causar surpresas que as pretensões varguistas foram frustradas nos trabalhos da CMBEU, na medida em que esta priorizou a liberalização de recursos às empresas estrangeiras instaladas no Brasil, como a Light e a Amforp, em detrimento dos pedidos de recurso feitos pelos governos federal e estaduais brasileiros (BASTOS, 2006b, p. 21).

Em virtude desses insucessos, o Executivo direcionou o plano de eletrificação que estava sendo elaborado pela AEP, sob a orientação de Soares Pereira, para a busca de capital público interno, seguindo o modelo que norteou os projetos do petróleo. Tal programa levou cerca de um ano para ser elaborado, sendo apresentado apenas em 1953 através de quatro projetos separados, a fim de facilitar a sua discussão e aprovação pelo Congresso.

O primeiro propunha a criação do Imposto Único sob Energia Elétrica (IUEE) e chegou ao Congresso Nacional apenas em 25 de maio de 1953. Consistia basicamente em uma proposta de regulamentação do dispositivo da Carta de 1937, ratificado pela Constituição de 1946, que previa o estabelecimento de um tributo sobre o consumo de energia elétrica.⁴⁴ Este foi o projeto que teve menor resistência no Congresso e levou cerca de um ano para ser aprovado, sendo sancionado por Café Filho, logo após o suicídio de Getúlio.

O segundo projeto propunha a criação do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), que deveria gerir o IUEE e estabelecer os critérios de divisão deste tributo entre União, Estados e Municípios.⁴⁵ Por envolver interesses contraditórios das diversas instâncias administrativas do país e por implicar grande concentração de recurso no poder público, este plano gerou muita controvérsia, especialmente entre os Estados que já possuíam as suas companhias regionais de eletricidade. Só foi aprovado no governo JK, com significativas modificações em favor das unidades federativas mais desenvolvidas.

⁴⁴ Conforme Jesus Soares Pereira, tal “regime fiscal tinha algo de semelhante ao regime de exploração pela empresa privada, que na tarifa tem uma parcela destinada ao custeio e outra parcela destinada ao investimento” (PEREIRA, *op.cit.*, p.118).

⁴⁵ Segundo CORREA, o “FEE seria formado pela parcela do IUEE referente ao governo federal, por 20% da receita da cobrança da taxa de despacho aduaneiro e por dotações orçamentárias federais. Os recursos seriam administrados pelo BNDE e a parcela destinada aos estados e municípios seria aplicada, em cada estado, por uma empresa pública criada especialmente para esse fim” (CORREA, *op.cit.*, p. 260).

A terceira medida foi o Plano Nacional de Eletrificação (PNE), projeto de Lei n.º 4.277, apresentado ao Congresso em 10 de abril de 1954. Este Plano defendia a adoção de uma nova política oficial para o setor e, conforme o próprio título informava, tinha como objetivo principal estabelecer normas capazes de facultar à União a gerência de um programa nacional de todo o setor de eletricidade, desde a produção de energia até o fornecimento das bases para uma indústria pesada de material elétrico. Com previsão de gastos de aproximadamente 27,5 bilhões de cruzeiros – que, ao câmbio oficial, representavam uma quantia de quase 1,5 bilhões de dólares – o programa pretendia, em 10 anos, praticamente quadruplicar a potência instalada no Brasil: de 2,5 milhões de kw, em 1954, para 8,5 milhões, em 1964.⁴⁶

Junto com o PNE, foi enviado ao Congresso o quarto projeto da AEP (n.º 4.280), que previa a criação da Eletrobrás. Semelhante ao da Petrobras, ele propunha a constituição de uma empresa de economia mista, com controle acionário da União e com flexibilidade para funcionar como uma *holding* junto a subsidiárias de capital público (companhias elétricas estaduais e municipais) e privado (companhias estrangeiras já instaladas no país). A ela caberia exatamente executar o PNE e, por essa razão, ser-lhe-ia destinada a principal parte dos recursos arrecadados pelo IUEE. Era, sem dúvida, uma proposta bastante centralizadora e intervencionista, que implicava uma forte inflexão na política estatal brasileira. Com ela haveria não só regulação federal, mas também grande centralização das decisões e grande ingerência estatal na produção de energia e no ramo da indústria de materiais e equipamentos elétricos.⁴⁷ Entretanto, tais planos seguiam a orientação do nacionalismo moderado que guiara as ações relativas ao petróleo, pois procurou-se atender as demandas nacionais por eletricidade criando uma empresa com estrutura administrativa flexível, que permitisse controle estatal sem implicar em estatização ou em conflito direto com a iniciativa privada nacional e mesmo estrangeira.⁴⁸

⁴⁶ Interessante é que na Memória Justificativa do Plano, os seus redatores falavam abertamente na necessidade de um “planejamento” do setor de eletricidade (cfe. CORREA, *idem*, p. 262, nota 14), empregando uma palavra que, por suas implicações doutrinárias, era evitada pelo governo.

⁴⁷ Conforme CORREA, “comparada às iniciativas anteriores de planejamento relacionadas ao equacionamento do desenvolvimento do setor de energia elétrica (...) a proposta de criação da Eletrobrás representou a proposição de uma diretriz diversa no que respeita à política do governo federal, diretamente intervencionista, uma vez que os projetos anteriores haviam enfatizado sobretudo a ação de coordenação ou a ação supletiva e o papel de agente de financiamento do poder público na área de geração. O projeto de criação da Eletrobrás representou também a tentativa de centralizar os diversos planejamentos e medidas colocadas em prática, desde a década de 1940” (*op.cit.*, p. 263).

⁴⁸ Como afirma o próprio Rômulo Almeida: “a orientação da política foi evitar encampar essas empresas [privadas]. Porque era uma mágica besta, quer dizer, você ia comprar ativos e não fazer investimento novo (...) a idéia (...) era fazer com que o Estado brasileiro, o país, aumentasse o capital da Light com ações suas” (ALMEIDA, 1988, p. 41).

Na verdade, o que se pretendia eram ações complementares entre a União, Estados e a iniciativa privada, nas quais os investimentos públicos se voltariam para as atividades de fundo (como a geração de energia elétrica e a produção de maquinário pesado), sendo suplementadas pelo capital particular na distribuição e produção de material elétrico mais leve. Como concluiu BASTOS: “em outras palavras, as políticas de Vargas para o setor de energia elétrica mostram um nacionalismo não dogmático ou xenófobo, ou seja, um nacionalismo não apriorístico e sim flexível e pragmático”.⁴⁹

Não obstante essas articulações, os dois projetos foram os que mais receberam resistências. Primeiro, devemos considerar que o programa de eletricidade foi apresentado e discutido em um ambiente fortemente ideologizado pelas discussões que se deram em torno da Petrobras, sendo considerado estatista, pelos liberais e conservadores, e muito tímido na defesa do interesse nacional frente ao imperialismo norte-americano, na opinião dos “nacionalistas”.⁵⁰ Além disso, da parte das empresas estrangeiras, houve protestos porque se temia uma excessiva intervenção estatal que limitasse ainda mais a liberdade e o espaço de atuação do capital privado; da parte das unidades federativas, surgiram fortes críticas quanto à abusiva centralização das decisões e dos recursos na União, receando-se o sufocamento das iniciativas regionais, especialmente das empresas estaduais já existentes, como a de São Paulo e a Cemig, em Minas Gerais (CORREA, *op.cit.*, p. 264). Em consequência, os dois últimos projetos foram barrados no Congresso: a Eletrobrás só foi aprovada, com significativas modificações, apenas no governo Goulart, e o PNE nunca foi aceito.

Que conclusão podemos tirar dessa análise do planos e dos investimentos do Segundo Governo Vargas no setor de infraestrutura e de indústrias de base?

Primeiro, que os programas de Getúlio tinham como um dos seus objetivos promover a industrialização do país oferecendo recursos energéticos baratos para além da demanda corrente – a fim de estimular o consumo das empresas privadas – e, ao mesmo tempo, procurando dinamizar a cadeia produtiva brasileira associada às empresas públicas a serem criadas, através do fornecimento interno de insumos, de equipamentos e, no caso do petróleo, pela produção e distribuição de derivados.⁵¹ Em outras palavras, o governo apostava no efeito

⁴⁹ BASTOS, 2006,b p. 3.

⁵⁰ Ver CORREA, *idem*, p. 269 e SILVA, *op.cit.*

⁵¹ Segundo BASTOS, para Vargas, “[d]esenvolver economicamente a nação se confundia, cada vez mais, com a redução de sua dependência de insumos industriais e energéticos importados, avançando na industrialização pesada, inclusive para poder mudar posteriormente a pauta de exportações. (...) Simultaneamente, as formas da *intervenção do Estado* necessária para implementar os objetivos do ideário nacional-desenvolvimentista também

positivo que investimentos concentrados em determinados setores-chave poderiam trazer para dinamizar toda a cadeia produtiva nacional. Efeito que os desenvolvimentistas compreendiam e defendiam através do conceito de “economias externas” e que não pode ser considerado involuntário ou não previsto pelos planejadores de Vargas, familiarizados com a discussão teórica sobre o assunto.

Segundo, que a opção pela empresa pública foi mais uma estratégia pragmática do que resultado de convicções nacionalistas hostis ao capital externo: não só porque Vargas tentou negociar com este capital (especialmente o público) a realização de parte dos empreendimentos coordenados pelo Estado, como também procurou reservar um espaço de atuação para o mesmo, que deveria ser atraído para o segmento de produção de bens de consumo. De outra parte, quando o setor de atividade não era considerado tão estratégico ou já estava sob relativo controle estatal, como era o caso da siderurgia, o capital privado internacional foi bem recebido sem restrições, o que é perceptível pela instalação da companhia siderúrgica alemã Mannesmann, em Minas Gerais, no ano de 1954.

Terceiro, devemos considerar que a adoção do modelo de empresa de economia mista permitia tanto uma colaboração regulada com o capital privado, quanto a flexibilidade de gestão que empreendimentos industriais de tal porte exigiam, o que não seria possível com as tradicionais autarquias federais. Porém, e nesse ponto seguimos BASTOS, essa adoção também revela o modelo de Estado que estava sendo implementado no Segundo Governo Vargas, cujo papel seria não o de “estatizar a economia” mas mobilizar e investir recursos em setores estratégicos (indústrias de base e infraestrutura) para alavancar investimentos privados (nacionais e estrangeiros) na produção interna de alguns bens de produção (equipamentos e maquinário às empresas públicas) e para facilitar a fabricação de bens de consumo. Entretanto, conforme salienta DRAIBE, realizar esse papel iria implicar em uma significativa ampliação das funções e tarefas estatais: pela grande mobilização de recursos sob o controle do Estado (aumento de tributos e empréstimos internos e externos), pela criação de novas agências planificadoras (CMBEU, AEP, CDI, etc.) e pela instalação de novas empresas e bancos públicos (Petrobras, Eletrobrás, BNDE).⁵²

se ampliariam, desde a regulação, à distância, do mercado até a criação de empresas estatais” (2006, p. 242).

⁵² Como lembra essa autora: entre 1951-1954, “reforçou-se a armação material definidora da natureza e graus da interpenetração do Estado no processo de acumulação capitalista e delineou-se o formato que adquirira a reestruturação estatal no cumprimento das tarefas básicas da industrialização.” Além disso, para ela, esse processo de inflexão tinha quatro elementos fundamentais: “a rede de mecanismos de centralização efetiva dos comandos, a empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento, o banco de investimento e o novo desenho da articulação do empresariado com o Estado”. Segundo DRAIBE, eram esses os elementos centrais da “alternativa ‘varguista’ de desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (*op.cit.*, 182).

Era uma transformação considerável e, diante dela, como será que reagiram os jornais aqui pesquisados?

5.2 – Os jornais e os programas em infraestrutura: o governo Vargas e o papel do Estado no desenvolvimento da economia brasileira

5.2.1 – A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Plano de Reparcelamento

De todas as agências de planejamento instaladas no Segundo Governo Vargas, a que mais recebeu visibilidade foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o que não deve causar estranheza por se tratar de um organismo que envolvia um acordo entre o país e a maior potência mundial da época, no qual se negociavam empréstimos em quantias consideráveis. Além disso, os eventos associados a esta Comissão, como a sua inauguração e o anúncio das suas ações, implicavam em cerimônias públicas pomposas, nas quais estavam presentes diplomatas, ministros de Estado e até mesmo o presidente da República.

Os jornais aqui pesquisados deram amplo e positivo destaque à criação da CMBEU e aos seus principais atos, bem como aos anúncios do Plano de Reparcelamento de Lafer e do BNDE que dela derivaram, eventos que ocuparam manchetes, reportagens, artigos e editoriais desses diários.⁵³ Não faltaram, também, elogios a Lafer e a João Neves da Fontoura, mentores e organizadores da Comissão e de suas consequências. Estes elogios foram estendidos

⁵³ Por exemplo, nos espaços de informação a respeito da criação da CMBEU: “Trabalho eficiente e não relatórios – O Globo ouve o embaixador Bohan, substituto de Troulow, na Comissão Mista Brasil – Estados Unidos”, *O Globo*, 18 de julho de 1951, Caderno 1, página 1, “Condiciona o Brasil sua cooperação militar ao desenvolvimento econômico – Serão conhecidos, hoje, detalhes do memorando do Presidente eleito”, um documento de maior importância nas nossas relações com os Estados Unidos – A palavra do chanceler João Neves da Fontoura, hoje, na instalação da Comissão Mista”, *O Globo* 19 de julho de 1951, Caderno 1, página 1, “Cooperação e ajuda entre dois grandes povos – Instalada solenemente a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – Os atos no Itamarati e no Palácio do Catete”, *O Globo*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 4, “Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – O memorando do ‘presidente eleito’, tal como o descreveu o chanceler João Never – Os discursos do chefe da seção americana, embaixador Bohan, e do engenheiro Ary Torres, chefe da seção brasileira – Visita da Comissão Mista ao presidente da República”, *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 8, “Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – O memorando do ‘presidente eleito’, tal como o descreveu o chanceler João Neves – Os discursos do chefe da seção americana, embaixador Bohan, e do engenheiro Ary Torres, chefe da seção brasileira – Visita da Comissão Mista ao presidente da República”, *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 8, “No Rio, o novo presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”, *O Jornal* 18 julho de 1951, Caderno 1, página 6, “Aplicação no Brasil do Ponto IV”, *O Jornal*, 20 julho de 1951, Caderno 1, página 1, “Mobilização de todos os recursos visando ao soerguimento do país – Exame dos projetos agrícolas e industriais – Plano de trabalho”, *O Jornal*, 20 julho de 1951, Caderno 1, páginas 1 e 4.

também a Vargas, enaltecido pelos diários pesquisados por ter tomado a iniciativa do acordo e ter apoiado a sua consecução.

Tais comentários positivos aparecem mesmo no **Correio da Manhã**, jornal mais resistente ao governo, embora com uma boa dose de ironia e sempre moderando os méritos do presidente.⁵⁴ **O Globo** foi um pouco mais expansivo ao apresentar a importância de Getúlio nesses acontecimentos, lembrando que a iniciativa da CMBEU espelhava a linha adotada pelo presidente, desde a sua posse, “de manter e incrementar a tradicional política de estreita cooperação com a América do Norte.”⁵⁵ Salientou também que o Plano de Reaparelhamento indicava o “louvável propósito [de Vargas] de enfrentar os grandes problemas econômicos e sociais do país”.⁵⁶

Mas, indiscutivelmente, ficou por conta de **O Jornal** fazer os comentários mais laudatórios ao presidente e aos seus auxiliares, Lafer e Fontoura. Quando do lançamento da Comissão, este periódico considerou o evento o “início de uma nova era”, saudando assim a iniciativa de Vargas em viabilizá-lo:

Fato transcendente na sua evolução foi o famoso ‘memorando do presidente eleito’, que, dois meses depois, ao fixar a respeito do assunto o seu pensamento, o sr. Getúlio Vargas enviou ao governo dos Estados Unidos. (...) A corajosa e leal linguagem do presidente Getúlio Vargas encontrou a maior ressonância no seio do governo dos Estados Unidos.⁵⁷

Já no que se refere ao **Jornal do Brasil**, no material levantado por nossa pesquisa, não encontramos elogios diretos ao presidente na cobertura da CMBEU e de seus

⁵⁴ Como vemos por esta passagem, onde critica as falhas no sistema ferroviário da Central do Brasil: “Tal série de erros e vícios [problemas em infraestrutura], atualmente, está sendo remediada pelos esforços de alguns órgãos [CMBEU] e pela nova orientação adotada pelo sr. Getúlio Vargas. Teve o sr. Getúlio Vargas o raro privilégio de voltar ao poder, numa hora em que parecia terminada a sua vida pública, e assim poder remediar aos seus erros do passado. “Demagogia com sangue”, *Correio da Manhã*, -07/março de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também: “Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 8.

⁵⁵ “Cooperação e ajuda entre dois grandes povos”, *O Globo* 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 1.

⁵⁶ “Abra-se o debate sobre o projeto Lafer”, *O Globo*, 22 de novembro de 1951, Caderno 1, página 1. E comentou dessa maneira a proposta de criação do BNDE: “É assim o Banco de Desenvolvimento um elo fundamental no plano econômico e financeiro do Governo, executado pelo ministro da Fazenda. O Sr. Getúlio Vargas, dando vida ao novo estabelecimento, pratica um ato de Governo, cujo alcance histórico só com o passar dos anos se revelará integralmente” (“O destino do Banco de Desenvolvimento” *O Globo*, 25 de novembro de 1952, Caderno 1, página 1).

⁵⁷ “Início de uma nova era”, *O Jornal* 20 julho de 1951, Caderno 1, página 4. Depois, quando comentou a confirmação dos primeiros programas da CMBEU, referiu-se da seguinte maneira ao acontecimento: “A assinatura desses contratos e a entrega da primeira série de projetos referentes a ferrovias fazem parte do mesmo programa, que começa assim a ser realizados graças à firmeza com que o presidente Getúlio Vargas e o ministro Horácio Lafer se devotaram a essa obra de que o nosso país não podia prescindir, sob pena de ver detida a marcha do seu progresso” (“O início do programa fundamental”, *O Jornal*, 16 fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4).

desdobramentos, sendo esse diário aquele em que o tema aparece com menor destaque. Entretanto, embora não tenhamos uma explicação para essa ausência, ela não parece derivar de uma postura oposicionista a Getúlio, tendo em vista que, em outras questões, como no combate à inflação, este diário não deixou de estender, de forma bastante eloquente, os méritos dos programas a Vargas. Até porque, no caso desta Comissão, era custoso a um agente do campo jornalístico, em especial da grande imprensa, mesmo não sendo alinhado ao governo, fazer oposição a essa ação do Executivo, que envolvia uma aliança de cooperação intercontinental e considerável apoio financeiro, pois corria o sério risco de ver a sua posição deslegitimada junto ao público leitor como oposicionismo intransigente.

Feita essa abordagem inicial sobre o destaque dado à CMEBU e ao governo Vargas, interessa-nos compreender melhor como os jornais representaram a importância dessa Comissão. Vamos dividir essa avaliação em dois pontos essenciais.

O primeiro deles está naquilo que a Comissão poderia representar para as relações entre Brasil e Estados Unidos. De certa maneira, esse tema apareceu em todos os jornais, mas de forma bastante desigual, tanto em ênfase, quanto em conteúdo.

O **Correio da Manhã** foi o que menos destacou a importância da CMEBU para estreitamento dos vínculos do país com EUA.⁵⁸ O **Globo** também tratou esta questão com certa parcimônia. Aliás, no único editorial que toca claramente no assunto, embora não desdenhem desse estreitamento de relações entre Brasil e Estados Unidos, preocupou-se mais em salientar os riscos que um fracasso da CMEBU traria às mesmas do que saudar os benefícios:

Se ela [CMEBU] falhar aos seus objetivos, ou se o seu ritmo de trabalho não corresponder ao caráter 'intensivo' do programa a seu cargo, com ela terão falhado, em primeiro lugar, a política de reaproximação entre o Brasil e os Estados Unidos intentada corajosamente pelo Sr. João Neves com o fim de captar forças para o nosso desenvolvimento econômico. (...) E terá falhado algo que tem significação, por assim dizer, supranacional: o Ponto IV, isto é, a política de cooperação econômica anti-imperialista, que o presidente Truman formulou e está procurando aplicar em relação aos países subdesenvolvidos.⁵⁹

Assim, notamos como o jornal, apesar de reconhecer e apoiar a importância da CMEBU, não se detém apenas em um discurso laudatório. Ao contrário, ele joga sobre a mesma a responsabilidade de confirmar a nova política externa do presidente Truman e o

⁵⁸ Na verdade, o tema apenas aparece na reportagem que trata da criação da Comissão: “É esta a primeira vez que no mundo se inaugura uma obra de cooperação econômica e financeira segundo o Ponto IV, da célebre mensagem do Presidente Truman. Por isso, o fato despertou tanto interesse e tão justas esperanças em todos quanto tiveram a satisfação de assistir à solenidade” (“Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”, *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 8).

⁵⁹ “Um órgão de imensa responsabilidade” *O Globo*, 22 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1.

próprio estreitamento da relação Brasil-EUA.

Posicionamento diferente apresentam o **Jornal do Brasil** e **O Jornal**. No **JB**, por exemplo, um dos principais argumentos a favor da CMBEU é a constatação que “o Brasil espera ver algo de positivo dessa colaboração entre as duas grandes democracias continentais”, considerando-a “tão necessária a estabelecer uma melhor compreensão dos deveres dos povos livres nesta encruzilhada da História, neste após-guerra, tão cheio de sobressaltos e apreensões para a vida das relações internacionais”.⁶⁰ Dessa forma, para este diário, o apoio à Comissão Mista passa necessariamente por uma valorização daquilo que ela poderia trazer de positivo ao combate no comunismo.⁶¹

O Jornal foi o diário que mais destacou o estreitamento de laços entre Brasil e EUA como uma das consequências positivas da CMBEU.⁶² Seguiu, também, a mesma linha de argumentação do **JB**, ao colocar como um dos benefícios da Comissão o combate ao comunismo.⁶³ Porém, este jornal – que demonstra ter a posição mais receptiva ao capital estrangeiro e a menos combativa aos EUA – procura justificar a sua linha de ação pró-estadunidense como sendo “nacionalista”. Para tanto, apresenta uma leitura bastante particular do “nacionalismo”:

Somos nacionalistas, mas o nacionalismo tem graduações e matizes. (...) [Nosso] nacionalismo não rejeita a colaboração com o estrangeiro, antes reconhece e proclama a sua necessidade e faz, mesmo dessa cooperação inteligente e segura, uma das bases do desenvolvimento da nossa economia e um dos meios de alcançar mais rapidamente a grandeza que os nossos recursos materiais nos prometem.

O nacionalismo inteligente da maioria dos brasileiros nada tem a ver com o chauvinismo de muitos e muito menos com os slogans do comunismo, lançados para perturbar os espíritos e realizar em favor da Rússia uma política de ódio aos Estados Unidos.⁶⁴

Esse editorial pode ser lido como uma autodefesa do jornal diante da possibilidade de que sua postura pró-EUA possa ser acusada de “entreguista”. Além disso, deve ser interpretado como um ataque não apenas à apropriação que os comunistas poderiam fazer da bandeira do “nacionalismo” na conjuntura em questão, mas também aos próprios grupos que se autodenominavam “nacionalistas”, como boa parte dos militantes de Cedpen e dos militares liderados pelo então ex-ministro da Guerra de Vargas, Estilac Leal, que condenavam

⁶⁰ “As comissões econômicas e seus relatórios”, *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1951, Caderno 1, página 5.

⁶¹ “Uma viagem proveitosa”, *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁶² Por exemplo, ao comentar a instalação da CMBEU, o diário afirmou: “A instalação no Itamarati da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em cerimônia que se revestiu de particular significação, completou o largo ciclo de longas negociações entre os dois países e assinalou, em suas relações políticas e econômicas, o início de uma nova era” (“Início de uma nova era” *O Jornal*, 20 julho de 1951, Caderno 1, página 4).

⁶³ “Senso das realidades”, *O Jornal*, 22 julho de 1951, Caderno 1, página 4.

⁶⁴ “Cooperação indispensável”, *O Jornal*, 2 julho de 1952, Caderno 1, página 4.

os acordos com os EUA como submissão ao “imperialismo yankee”. Em outras palavras, temos aqui um forte exemplo da luta simbólica que se travava entre agentes de diferentes campos de produção simbólica pela apropriação mais legítima da noção de “nacionalismo”, que era, obrigatoriamente, uma luta por impor uma definição mais adequada desse “nacionalismo” aos programas defendidos por cada um e deslegitimadora dos programas dos adversários. No caso de **O Jornal**, foi uma disputa para impor uma definição de “nacionalismo” capaz de comportar uma aproximação com os EUA e com os investimentos estrangeiros, tarefa relativamente difícil e que o obrigou a procurar estender ao máximo as possibilidades semânticas dessa palavra.

O segundo ponto de endosso dos jornais à CMBEU foi menos ideológico e mais econômico ou até pragmático: a possibilidade de a Comissão oferecer programas e recursos para a solução dos problemas de infraestrutura, notadamente energia e transporte, que estavam na base das dificuldades produtivas do Brasil e da própria inflação. Nesse aspecto encontramos grandes convergências entre os jornais, até porque, como vimos no capítulo III, tais investimentos eram considerados prioritários por todos os diários pesquisados. O que podemos comprovar pela posição do **Correio da Manhã**, em um raro momento de elogio ao presidente Vargas:

É indiscutível, porém, que **no setor dos transportes e comunicações, o sr. Getúlio Vargas está redimindo suas antigas faltas, tendo elaborado, com o Plano Nacional de Reaparelhamento, o mais sério programa até hoje feito no Brasil** para o desenvolvimento e reequipamento dos meios de transportes e atividades de base. **Este importante trabalho o presidente da República o deve à colaboração da Comissão Mista e a gestão que o sr. Horácio Lafer imprimiu à pasta da Fazenda.**⁶⁵

Em síntese, se é possível encontrar diferenças entre os jornais no que se refere aos efeitos positivos da CMBEU no estreitamento das relações com os EUA e na sua função de combate ao comunismo no país, no que diz ao seu benefício econômico, depara-se com um grande consenso. O que pode ser explicável tendo em vista que, para os jornais que vêm demonstrando menor afinidade com uma política de alinhamento incondicional com os norte-

⁶⁵ “Demagogia com sangue”, *Correio da Manhã*, 7 de março de 1952, Caderno 1, página 4. Ver também: “Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” *Correio da Manhã*, 20 de julho de 1951, Caderno 1, página 8. Em relação aos demais jornais: “Colaboração técnica e financeira”, *Jornal do Brasil*, 1 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5, “Solução para o problema dos transportes”, *Jornal do Brasil*, 5 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5, “Quando o governo vai apelar para um empréstimo interno”, *O Globo*, 24 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1 “O Ponto IV e sua aplicação no Brasil”, *O Jornal*, 19 julho de 1951, Caderno 1, página 4 e “O início do programa fundamental”, *O Jornal*, 16 fevereiro de 1952, Caderno 1, página 4.

americanos, como **Correio** e ao **O Globo**, os ganhos econômicos com a CMBEU recebem bem mais importância do que os benefícios com a aproximação política. Ao menos é assim que interpretamos as críticas que estes dois diários irão fazer aos EUA, na medida em que os investimentos estrangeiros para a CMBEU começaram a ser protelados ou mesmo negados pelas autoridades em Washington. Como foi o caso do adiamento da liberação dos primeiros dólares ao Brasil – por pressão interna aos EUA dos grupos insatisfeitos com o Ponto IV – que só foram concedidos em julho de 1952, ameaçando a continuidade do programa.⁶⁶ No **JB** e no **OJ** não encontramos preocupação com este tema. Já no **Correio** e em **O Globo** o assunto toma ares de uma verdadeira cruzada patriótica, como podemos perceber por este editorial contundente do vespertino carioca:

No Brasil, sempre houve ceticismo quanto à eficácia e a magnitude da cooperação financeira norte-americana. Os brasileiros não esqueceram que, terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos voltaram-se para a Europa, consagrando-lhes bilhões de dólares em empréstimos e donativos, enquanto abandonavam totalmente os povos do hemisfério, cujas prestação de vidas e de matérias primas não lhes havia parecido tão desprezível na hora das dificuldades. Era, porém, necessário experimentar uma vez mais. (...) Se, porém, a experiência fracassar (...) será necessário que o Governo do Sr. Getúlio Vargas se coloque à altura das circunstâncias, e dê um golpe de barra no leme de sua política exterior. Países menores do que os nossos têm enfrentado situações mais graves, saindo vencedores. **O GLOBO sente-se autorizado a exprimir esses receios e a manifestar essa atitude, porque tem apoiado, como nenhum outro órgão de opinião, o esforço para um entendimento econômico com os Estados Unidos.**⁶⁷

Esse texto, à primeira vista surpreendente, é, entretanto, bastante elucidativo sobre a atitude de apoio mais cética que **O Globo** apresentou ao programa de cooperação representado pela CMBEU desde o início e condiz com o que estamos verificando sobre a sua postura em relação ao capital estrangeiro e mesmo ao alinhamento com os EUA. Ademais, esta posição fica menos nebulosa quando lembramos que um líder industrial como Roberto Simonsen argumentou algo muito parecido ao condenar o descaso dos norte-americanos com o Brasil no pós-guerra, pleiteando um “Plano Marshall” para a América Latina.⁶⁸ Aliás, outro líder fabril, Euvaldo Lodi, é elogiado pelo jornal exatamente por ter sustentado – como representante brasileiro em um conclave diplomático entre países latino-americanos e os EUA

⁶⁶ Segundo uma emenda à lei que criou o empréstimo compulsório para fornecer a contrapartida brasileira ao Plano de Reaparelhamento, tal empréstimo seria extinto caso o Banco Mundial não disponibilizasse nenhum recurso ao Brasil até primeiro de julho de 1952, tornando inútil a própria fundação do BNDE.

⁶⁷ “Junho – 1952”, *O Globo*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 1. Quanto ao **Correio**, ver: “Urgência para o banco” *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

⁶⁸ SIMONSEN, Roberto. *Devem Pleitear as Nações Latino-Americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações*. In: SIMONSEN, 1973, p. 339.

para discutir a defesa continental – que o papel norte-americano não poderia se limitar ao auxílio bélico e à ajuda econômica emergencial à América Latina mas deveria se tornar uma política permanente de cooperação para o desenvolvimento da região.⁶⁹ De qualquer maneira, mais uma vez estamos diante de uma tomada de posição que contraria as visões estereotipadas que colocam jornais como **O Globo** na condição de meros porta-vozes dos interesses do capital estrangeiro e dos EUA no Brasil. Embora o caracterize como o jornal mais próximo a demandas específicas do campo econômico, notadamente as da indústria brasileira.

O BNDE e a necessidade de investimentos

De forma geral, a criação do Banco de Desenvolvimento foi aprovada por todos os jornais estudados, o que não surpreende tendo em vista o endosso que deram à CMBEU e ao Plano de Reparcelamento, além do fato de o modelo criado por Lafer para este banco não ser inflacionário.

O Jornal deu bastante destaque aos trâmites parlamentares para a aprovação do projeto de aumento da alíquota do imposto de renda e ao processo de criação do BNDE.⁷⁰ Entretanto, chama a atenção não encontramos, nesse período, em especial nos meses em que a proposta do Banco foi debatida, posicionamentos claros sobre ela. Além disso, como podemos perceber pelos títulos das matérias correspondentes às mesmas, os maiores destaques são às reações negativas ou os óbices colocados ao programa.⁷¹ De qualquer maneira, quando o Banco foi finalmente criado, **OJ** não deixou de considerar a sua importância frente ao programa de reparcelamento em curso

⁶⁹ “Defesa do continente”, *O Globo*, 18 de abril de 1951, Caderno 1, página 2.

⁷⁰ “Veemente crítica ao projetado empréstimo interno do governo – Restrições do senador Alencastro à política de Lafer – Pagamento das dívidas em primeiro lugar”, *O Jornal*, 30 outubro de 1951, Caderno 1, página 1, “Empréstimo interno sem sacrifício da renda pública ordinária ou das grandes fortunas – Obrigatória a contribuição dos auferem maior renda”, *O Jornal*, 28 outubro de 1951, Caderno 1, página 6, “Cisão entre trabalhistas e adhemaristas na discussão da Reforma do Imposto de Renda”, *O Jornal*, 23 novembro de 1951, Caderno 1, página-6, “Violentos ataques às emendas do Senado ao empréstimo para a execução do ‘Plano Lafer’”, *O Jornal*, 24 novembro de 1951, Caderno 1, página 6, “Contribuição obrigatória para o reparcelamento dos portos – À sanção o projeto de reforma da lei de imposto de renda”, *O Jornal*, 25 novembro de 1951, Caderno 1, página 6, “Repulsa às críticas da Câmara – Senadores protestam contra a exaltação de deputados”, *O Jornal*, 27 novembro de 1951, Caderno 1, página 4, “Sancionada ontem a nova lei sobre imposto de renda – Isentos os que ganharem até 30 mil cruzeiros anuais – Desconto de 30% nos prêmios”, *O Jornal*, 27 novembro de 1951, Caderno 1, página 6. Não encontramos propriamente uma explicação para essa ausência de posicionamento em um diário que, ao menos nessa conjuntura, não poupa esforços para defender a política econômica de Vargas e as suas principais iniciativas. Uma interpretação possível talvez esteja em provável descontentamento com o possível efeito negativo que o aumento da carga tributária poderia trazer para as “classes conservadoras” ou em alguma resistência do próprio diário à majoração tributária em geral. Porém, nesse caso, essas interpretações não podem ultrapassar a condição de meras conjecturas.

⁷¹ Ver a nota anterior.

A posse da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o órgão central que vai recolher e aplicar os recursos, em moeda nacional, no programa de reaparelhamento de serviços públicos essenciais ao país, é o primeiro passo para por em prática o que foi planejado nesse capítulo das realizações de vulto do atual governo.⁷²

O **Jornal do Brasil** também apresenta discrição em falar da criação do BNDE. Apesar de ter noticiado o processo de aprovação do Banco, ele se exime de se posicionar diretamente sobre o mesmo.⁷³ Entretanto, quando o Plano de Reaparelhamento é anunciado com a proposta de empréstimo compulsório sobre o imposto de renda, o diário não hesita em tomar posição: em linhas gerais, o **JB** aprova esta cobrança adicional alegando que, assim, vai “o imposto de renda aumentar a eficiência da sua colaboração no sentido de que seja vencida a crise econômico-financeira em que se debate o País,” apostando as suas fichas na possibilidade de o programa do governo vir a resolver o problema inflacionário.⁷⁴ Chega mesmo a afirmar que “[n]ão deve haver, portanto, restrições de aplausos à nova conduta do Governo quando decide remodelar a política financeira até aqui praticada, dando-lhe diretrizes mais adequadas ao caminho do combate ao mal que assola a população em sua maioria”.

Em outro momento ele é ainda entusiástico em fazer a defesa do empréstimo compulsório, afirmando que

Sem dúvida que tudo isso vai exigir da população sacrifícios mais pesados, porque ao Governo compete arrecadar recursos necessários à execução dos diversos empreendimentos ligados ao surto de progresso em previsão. (...) Decorre desses acontecimentos a expectativa de que o próximo ano, de 1952, deverá ser o de maiores sacrifícios. Maiores porque a realidade é que a população vem sendo sacrificada há anos sem encontrar solução de continuidade para seus dissabores e aperturas.⁷⁵

Assim, notamos que o **JB** demonstra-se favorável ao processo de majoração de tributos e concentração de recursos no Estado desde que estas sejam capazes de impulsionar o desenvolvimento da economia brasileira.

O **Globo** manteve uma posição mais claramente dividida em relação ao BNDE.

⁷² “Na fase de execução”, *O Jornal*, 29 julho de 1952, Caderno 1, página 4.

⁷³ Encontramos, no período de aprovação do BNDE, apenas reportagens sobre o tema: “Iniciada a discussão do projeto que cria o Banco de Desenvolvimento Econômico – Enquanto o Sr. Alberto Pasqualini aceita a matéria com restrições, o Sr. Alencastro Guimarães, manifestou-se pela sua rejeição”, *Jornal do Brasil*, 7 de junho de 1952, Caderno 1, páginas 6 e 9) e “Iniciada a votação do projeto que cria o Banco de Desenvolvimento Econômico”, *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1952, Caderno 1, páginas 6 e 10.

⁷⁴ “Com relação ao imposto de renda”, *Jornal do Brasil*, 7 de novembro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁷⁵ “Nova política econômico-financeira” *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro, de 1951, Caderno 1, página 5.

Quando o projeto de criação do banco começou a ser discutido, ele defendeu a sua importância, mas apresentou duas críticas em relação ao mesmo. A primeira foi sobre a fórmula de um empréstimo compulsório e não de uma simples majoração da alíquota do imposto de renda para arrecadar os recursos nacionais destinados ao Plano de Reparcelamento. A preocupação do jornal era que tal empréstimo deveria ser devolvido ao cabo de cinco anos, podendo, assim, ter efeitos inflacionários futuros. O vespertino alegou ainda que, se a contribuição pedida “fosse elevada, seria de bom alvitre dar-lhe a forma de empréstimo. Mas, **sendo apenas de 15% do imposto de renda devido, parece certo que o público a suportaria, sem prejuízo, como simples tributação**”.⁷⁶

A segunda crítica do jornal ficou por conta do questionamento da necessidade de se criar um novo banco para a administração dos recursos a serem arrecadados. Na base dessa crítica, havia duas preocupações: uma delas era de que se justificava a criação do Banco por ele permitir a participação de técnicos estrangeiros no acompanhamento dos projetos, o que **O Globo** considerou injustificado e perigoso: injustificado porque os recursos do BNDE seriam de origem nacional e “**perigoso, porque estaríamos abrindo a porta aos estrangeiros para dividirem as responsabilidades da administração dos negócios públicos brasileiros, pelo simples fato de nos fazerem empréstimos cercados de garantias técnicas e financeiras**”.⁷⁷ Ou seja, volta, aqui, a resistência deste vespertino com a possível interferência estrangeira em “assuntos domésticos” do país. A outra preocupação era com a própria criação de uma nova instituição burocrática, afirmando o jornal que “não parece demonstrado (...) que esse organismo tenha as funções e, portanto, o desenvolvimento de um ‘banco’, justificando a criação de um **novo e oneroso estabelecimento de crédito oficial**”.⁷⁸ Preocupação esta que o jornal já havia externado algum tempo antes, logo em que se cogitou da necessidade de o Brasil dispor de um mecanismo para gerir os recursos do Plano de Reparcelamento:

Se vier a ser proposta a criação de um novo organismo, **o Governo será chamado a definir sua orientação a respeito de um problema, que é talvez um dos de maior porte em que se defronta a administração atual. Pois não lhe será possível operar a já pesada burocracia do país com uma nova entidade – instituto, banco ou consórcio – sem resolver através dessa entidade, as graves dificuldades que hoje assaltam a administração federal no tocante às suas múltiplas empresas e serviços industriais.**⁷⁹

⁷⁶ “Abra-se o debate sobre o projeto Lafer”, *O Globo*, 22 de novembro de 1951, Caderno 1, página 11.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ “Quando o governo vai apelar para um empréstimo interno”, *O Globo*, 24 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1.

Podemos ler esta crítica através de dois pontos de vista, não necessariamente excludentes: um deles diz respeito a uma possível preocupação do jornal com o crescimento da burocracia decorrente do processo de expansão das atividades econômicas do Estado, provocadas pelo programa do governo, embora não fique claro se tal receio era com o aumento das instituições públicas ou com a importância de se reformar a burocracia brasileira. Outra possibilidade de leitura está em que a necessidade de criação ou não de um novo banco para a administração dos investimentos da CMBEU era objeto de disputa entre o ministro Lafer e o presidente do BB, Ricardo Jafet. Lafer desejava criar o BNDE para tirar de Jafet o controle sobre esses recursos, enquanto Jafet se empenhava em tê-los a sua disposição.⁸⁰ Não devemos esquecer que **O Globo** foi um dos jornais mais beneficiados com os fartos empréstimos que o presidente do Banco do Brasil distribuiu entre os principais jornais brasileiros na conjuntura em questão.

De qualquer maneira, **O Globo** acabou aprovando, até com certo entusiasmo, a criação do BNDE,⁸¹ o que nos permite concluir que, independentemente da sua postura frente a esta instituição, ele não se opôs à majoração de tributos que o programa de investimentos públicos iria acarretar – ao contrário disso, considerou a tributação amena.

O Correio da Manhã é o jornal no qual mais podem ser encontrados elogios diretos à criação do Banco de Desenvolvimento. Durante o processo de discussão, em inúmeras oportunidades, o periódico se colocou abertamente pela importância econômica do futuro BNDE e, especialmente, pela urgência de sua aprovação.⁸² Dessa campanha, desejamos ressaltar dois pontos.

Em primeiro lugar, em relação ao empréstimo interno, o periódico não só aprova esta alternativa do governo, defendendo a necessidade do mesmo para resolver a “crise de capitalização” pela qual passava a nossa economia, como ainda sugere que Lafer amplie a sua proposta de arrecadação, incluindo nela também “um empréstimo voluntário, a ser subscrito

⁸⁰ ARAÚJO, *op.cit.*

⁸¹ “O presidente da República, sancionou sexta-feira um dos atos legislativos que maior repercussão poderão ter no futuro do país: a lei que cria o Banco de Desenvolvimento Econômico. Esse Banco será o órgão oficial financiador dos projetos de reequipamento dos portos, das ferrovias, da navegação que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos está elaborando em ritmo acelerado, e enviando ao Banco Internacional ou ao Banco de Exportação e Importação, para que estes concedam os créditos em dólares necessários à sua consecução” (“O destino do Banco de Desenvolvimento”, *O Globo*, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 1).

⁸² “O outro lado do empréstimo”, *Correio da Manhã*, 30 de outubro de 1951, Caderno 1, página 4, “Banco de investimentos”, *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4, “O Banco de Desenvolvimento”, “Urgência para o plano”, *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, “Urgência para o banco”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1952, Caderno 1, página 4 e “A oposição ao Banco”, *Correio da Manhã*, 13 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

por todos os que quiserem, espontaneamente, se apresentar (...). O governo faria assim um apelo à Nação, estabeleceria com ela comunicação direta na base da confiança e da reciprocidade nos interesses”.⁸³ Para o jornal, esse “empréstimo voluntário”, afora aumentar o montante angariado pelo governo, ainda dotaria o programa de um “caráter emocional”, pois, se der certo, “não teremos, então, apenas uma fria operação financeira, mas também **um movimento de entusiasmo nacional para estimular o progresso do país** através de suas condições econômicas e sociais”.

O **Correio**, porém, demonstrou preocupação com a possibilidade dessa grande canalização de recursos na mão do Estado – que ele calculava na faixa de 20% da poupança nacional – provocar uma escassez de capital para a iniciativa privada, especialmente na produção de consumo. Entretanto, optou pela continuidade do programa, ainda que houvesse esse tipo de risco: “O Brasil precisa acelerar o seu progresso, mesmo à custa de um certo sacrifício. Assim, em vez de reduzir o montante dos investimentos de base, o governo pode compensar a escassez de investimentos privados, mediante sua seleção e aceleração”.⁸⁴

Segundo ponto que gostaríamos de considerar diz respeito à própria forma como o **CM** defendeu a fundação do BNDE. Diferentemente de **O Globo**, o **CM** considerou de fundamental importância a criação da nova instituição exatamente porque as suas funções poderiam ultrapassar a mera administração dos recursos do Plano de Reparcelamento e atingir a condição de um Banco de Investimentos, ou seja, numa agência de fomento do desenvolvimento, especialmente o industrial. Em um editorial, afirma categoricamente que os “planos de desenvolvimento econômico que o governo pretende executar, exigem, tanto para a movimentação dos recursos que lhe são destinados, como por causa de seus efeitos sobre a poupança nacional, a intervenção de bancos de investimento”. E isso por duas razões:

De um lado, o governo anuncia outros planos – Petróleo, Siderurgia, Carvão, etc. De outro lado, tem de se levar em conta o efeito dos investimentos sobre a poupança nacional. **O conjunto de planos econômicos postula três exigências especiais: a supervisão governamental, a movimentação dos investimentos e a execução dos programas.** Dessas três exigências, a movimentação dos investimentos só pode ser atendida mediante **a coordenação desses investimentos por um banco especial.** Assim sendo, **o banco previsto no plano de Reparcelamento não se deve limitar às operações ligadas ao mesmo, mas deve ser constituído como um Banco Nacional de Investimentos através do qual se processarão todos os investimentos governamentais. Somente tal centralização** permitirá o cálculo exato dos recursos disponíveis e o máximo rendimento na sua aplicação.⁸⁵

⁸³ “O outro lado do empréstimo” – *Correio da Manhã*, -30/10/Caderno 1, página 4.

⁸⁴ “Banco de investimentos”, *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

⁸⁵ *Idem*. Ver também: “O Banco de Desenvolvimento”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

Assim, o que percebemos no posicionamento do **Correio** sobre o Plano de Reaparelhamento e sobre o BNDE: primeiro, apesar de se preocupar com os seus possíveis efeitos na poupança privada, o periódico não condena o aumento da arrecadação de recurso pelo Estado e ainda sugere o empréstimo compulsório como alternativa para alargar a base dos recursos; segundo, o **CM**, ao invés de criticar a centralização das verbas no poder público, defende o Banco de Investimento exatamente para que ele administre e concentre o emprego das verbas; por fim, não há receio imediato com a possível ampliação do papel do Estado na economia derivada desse processo; na verdade, o jornal justifica a necessidade do BNDE para dar conta desse novo papel que o Estado brasileiro estava se dispondo a exercer.

Críticas ao BNDE, porém, irão aparecer no **Correio** no ano de 1953. Entretanto, estas não foram relativas à sua importância na economia nacional ou aos seus fundamentos teóricos, mas a escolha equivocada de seu presidente por parte de Vargas, baseada, segundo o jornal, em critérios políticos e não técnicos:

assim é que o mais sério esforço jamais empreendido para romper o subdesenvolvimento nacional se encontra em franca liquidação, por causa do Sr. Getúlio Vargas, que não sabe escolher seus auxiliares e por causa do dirigente do Banco que não tem a menor idoneidade para as funções que exerce⁸⁶.

Notamos que, de forma, geral, houve aprovação ou não encontramos críticas às propostas de aumento da arrecadação pública e de concentração de recursos no Estado para promover os novos projetos de desenvolvimento; tivemos, porém, mais divergências no que se refere à aceitação do novo organismo estatal para gerir essas verbas, embora não seja possível identificar nessa resistência uma censura à excessiva extensão do aparato público sobre a economia brasileira ou uma defesa da sua reforma. O **Correio** se demonstrou o maior apologista desse novo modelo de atuação do Estado, mesmo que ele implicasse na criação de organismos capazes de dar conta dessas inéditas funções.

5.2.2 – As indústrias de base e o setor de energia: AEP, Petrobras e Planos de Eletrificação

Das agências planejadoras criadas por Vargas no seu Segundo Governo a que teve

⁸⁶ “O ano e os planos”, *Correio da Manhã*, 1 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1. O jornal não cita o nome, mas o primeiro presidente do BNDE foi o engenheiro gaúcho Ari Frederico Torres.

menor visibilidade foi, sem dúvida, a Assessoria Econômica da Presidência da República, o que se explica por seu caráter extraoficial e pela própria estratégia de Getúlio em manter a AEP longe das pressões políticas.⁸⁷

Desta maneira, é compreensível que praticamente não haja menção à Assessoria nos jornais, embora em determinados momentos os nomes de alguns de seus membros recebam comentários e mesmo sejam feitas alusões genéricas ao “gabinete da Presidência”.

Mas se a AEP, como agência planejadora, praticamente não apareceu na discussão pública, os seus trabalhos tiveram bastante relevância. Indiscutivelmente, foi o programa do petróleo que obteve maior repercussão nos jornais estudados, enquanto os planos relativos à eletricidade, lançados já na reta final do governo e cuja discussão e aprovação se estenderam para além dele, receberam pouco ou nenhum destaque, inclusive se comparados ao espaço obtido nos diários pelo Programa do Carvão. O que podemos explicar, dentre outras razões, pelos próprios elementos envolvidos no tema do petróleo, que lidava com questões econômicas, políticas e ideológicas e que, por isso, era objeto de acalorados debates desde o tempo da República Velha.

Por tudo isso, iremos centrar a nossa análise na criação da Petrobras, abordando os elementos que dispomos concernentes aos planos da eletricidade para fazermos algumas comparações.

A criação da Petrobras: o difícil caminho entre “entreguismo” e “nacionalismo xenófobo”

Os jornais pesquisados deram uma enorme atenção aos dois projetos de Vargas relativos ao petróleo, um, criando a Petrobras e, outro, o Fundo que comporia os recursos que iriam financiá-la. Da mesma maneira, o tema foi objeto de ampla cobertura jornalística durante a sua longa discussão nas duas Câmaras parlamentares.

Dos diários pesquisados, é no **Jornal do Brasil** que encontramos a menor receptividade ao programa de Vargas, com destaque apenas razoável no espaço informativo.⁸⁸ Nos editoriais, o periódico demonstrou relativo ceticismo. No dia 10 de dezembro, criticou o

⁸⁷ Sobre isso, ver COHN, *op.cit.* e SANTOS, *op.cit.*

⁸⁸ A reportagem correspondente ao lançamento do programa ocupa espaço apenas no interior do caderno 1 e praticamente se reduz a reproduzir a Mensagem do presidente que apresentou os programas (“Um grande empreendimento econômico lançado no Brasil – Visando solucionar o problema do petróleo, o Chefe do Governo envia mensagem ao Congresso Nacional propondo a organização de uma empresa mista de capital público e privado para a industrialização dessa fonte de riqueza do País – A íntegra da mensagem presidencial.”, *Jornal do Brasil*, 7 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 9).

esquema apresentado pelo presidente por ele implicar em aumento de impostos sobre combustíveis e automóveis, afirmando que “no momento presente, quando tudo é pretexto para majorar preços e tornar a vida mais ainda mais difícil, impõe-se grande cautela na criação ou aumento de novos tributos. (...) Reconhecemos ser grave o momento em que vivemos e quase esgotada a capacidade tributária do povo.”⁸⁹ Já no dia 11 do mesmo mês, voltou a censurar a proposta de Getúlio, pois, mesmo elogiando a sua iniciativa para “dar um impulso no problema”, condenou a fórmula adotada por ela “não oferecer garantia de que os investimentos previstos sejam capazes de produzir os resultados assinalados no papel. A parte técnica do plano é deficiente e pouco desenvolvida, e aí reside o seu ponto frágil. O Governo deixa uma larga margem ao acaso”.⁹⁰

No balanço que fez da Mensagem de Ano Novo de Vargas, o **JB** volta a questão e novamente de forma bastante crítica:

Os encargos que o País vai assumir na pesquisa de petróleo são enormes, superiores às suas forças econômicas e financeiras, e as despesas extraordinárias (...). Em toda essa jornada, áspera e custosa, só nos assalta o temor de que não acertem os técnicos com os lençóis petrolíferos e um dia já tarde nos venham revelar, em longo relatório, os detalhes das operações, as cifras despendidas e o material gasto na empreitada gigantesca. O Presidente da República insiste muito no seu plano, manifestando sua confiança na finalidade do projeto de cunho nacionalista. Não haverá, no plano, o emprego de capital estrangeiro. O dinheiro a ser gasto é extraído de nossas parcas possibilidades.

Em síntese, podemos dividir os argumentos do **JB** contra os projetos do governo, neste momento inicial, em três pontos essenciais.

O primeiro deles é a própria carência de recursos internos para levar adiante empreendimento tão custoso, tendo em vista a impossibilidade de se aumentar a carga tributária; desta forma, não é possível abrir mão do capital e da técnica estrangeiras, o que Vargas acabou fazendo ao optar por um “projeto de cunho nacionalista”. O segundo fica por conta da própria natureza da exploração de petróleo, por ela não oferecer nenhuma garantia de sucesso, não existindo segurança sobre o retorno dos investimentos empregados; em consequência, ela é diferente de atividades como a hidroeletricidade e a siderurgia, onde o resultado é mais certo, o que faz o periódico descartar, para o caso em questão, o modelo empregado na Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, ou seja, uma empresa estatal de capital misto.⁹¹ A pressa com que tem que se descobrir petróleo provavelmente será incompatível com os métodos de trabalho próprios a um organismo estatal, moroso e

⁸⁹ “O petróleo é nosso...”, *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁹⁰ “Em equação o problema do petróleo”, *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

⁹¹ “A luta pela conquista do combustível”, *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 5.

burocrático.⁹²

O Jornal demonstra uma posição bem particular em relação ao programa do governo. Em seus espaços informativos, dá enorme destaque aos projetos do presidente Vargas, os quais tiveram vasta visibilidade na capa do periódico, no dia 7 de dezembro, sendo inclusive a manchete do dia. Apresenta, também, uma leitura, a princípio, positiva das propostas, como podemos notar pelo título da reportagem principal (“Emancipação econômica com o petróleo”) e do subtítulo que a acompanha: “VARGAS PROPÕE A EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL: Participação do capital privado, mas livre da influência dos monopólios – Quatro bilhões inicialmente e dez bilhões dentro de cinco anos – No máximo vinte mil ações para as pessoas físicas e duzentas mil para as pessoas jurídicas”.⁹³

Nos seus espaços de opinião, porém, a receptividade é bem menor. No editorial que trata do lançamento do programa, **O Jornal** procura, novamente, ressaltar que o modelo encontrado por Vargas é uma “solução nacionalista”, como podemos ver no próprio título deste texto.⁹⁴ Contudo, não se posiciona abertamente sobre o conteúdo do programa, declarando que “não importa, nesse comentário, examinar a organização técnica da futura sociedade anônima (...). Convém salientar, antes de tudo, o propósito do presidente Getúlio Vargas de achar uma solução para as grandes aspirações nacionais no assunto”.⁹⁵

O Jornal, todavia, não deixa de observar que o modelo apresentado pelo governo irá implicar em prejuízo à população, na medida em que esta terá que arcar com novos tributos, os quais possivelmente acarretarão aumento do custo de vida. De qualquer maneira, depois de constatar que o “pensamento dominante é de possibilitar aos próprios brasileiros resolverem o problema do petróleo” e lembrar que o “presidente Vargas, conseguiu em Volta Redonda, com

⁹² Como o **JB** irá deixar mais claro, no início de fevereiro de 1952: “Perfurar hoje aqui, amanhã mais adiante, batendo sonda de canto em canto, consome capital que pode ir muito além de nossas forças econômicas. O trabalho preliminar de descoberta do petróleo é tudo para nós e este pode ser coroado de êxito dentro de um mês, como dentro de anos a fio. E nós sabemos que, num país dominado pela burocracia, o Estado começa a fazer despesas desde o momento em que pensou avocar a si o controle da exploração de qualquer coisa. Começa gastando e não sabe até onde vai parar” (“A luta pela conquista do combustível”, *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 5).

⁹³ A mesma impressão fica quando acompanhamos a matéria secundária que trata dos recursos para a nova companhia (“Fonte de recursos: maior taxaço dos bens de luxo”), onde é apresentado um *box* com as características básicas do programa: “- Economia de divisas, que poderão ser empregadas na compra de outras utilidades estrangeiras. – Não podemos desprezar os reflexos da crise anglo-iraniana sobre o suprimento de combustíveis no país. – A produção de petróleo influirá decisivamente na posição internacional do Brasil. – Preparo do pessoal técnico de nível superior, mediante estágios nos países de indústria desenvolvida. – A conquista do petróleo pelo nosso povo torna indispensável vigoroso esforço financeiro do país. – Dada a expectativa do êxito financeiro da empresa, os títulos constituirão fonte de renda para os seus tomadores. – É fora de dúvida que me matéria de petróleo o controle nacional é imprescindível” (“Fonte de recursos: maior taxaço dos bens de luxo”, *O Jornal*, 7 dezembro de 1951, Caderno 1, páginas 1 e 6).

⁹⁴ “Solução nacionalista”, *O Jornal*, 8 dezembro de 1951, Caderno 1, página 4.

⁹⁵ *Idem*.

o sistema de organização mista, resolver brilhantemente o problema da metalurgia brasileira”, termina afirmando:

O presidente da República, dentro do seu programa de nacionalismo econômico, concebeu um plano que se ajusta à teoria dos empreendimentos dessa natureza. Os brasileiros são chamados a fazer não pequenos sacrifícios, em vista de resultados incertos, mas terão a satisfação, se isso lhes pode servir de consolo, de ter enfrentado o problema com os seus próprios recursos e com o espírito de independência econômica que tantos preconizam como indispensável no mundo moderno.⁹⁶

Podemos compreender essa posição um pouco dúbia deste diário quando consideramos que o jornal de Assis Chateaubriand deve dar conta aqui de duas demandas distintas e contraditórias oriunda de diferentes campos sociais: de um lado, as demandas do campo político derivadas de seu apoio a Vargas, que o levou a destacar a proposta do presidente para o petróleo e ressaltar o seu caráter nacionalista – leitura muito próxima à maneira como o próprio Getúlio pretendia que o seu programa fosse representado; de outro lado, as demandas do campo jornalístico e provavelmente do próprio campo econômico, expressadas conjuntamente na necessidade de o periódico manter a sua tradicional posição de defesa da preferência pelo sistema de concessão à iniciativa privada como melhor alternativa para a exploração de petróleo no Brasil, conforme o modelo aplicado pelo Canadá e, depois, pelo Peru.⁹⁷ Mais uma vez, como podemos ver, a *resultante* desse conjunto de pressões contraditórias vai ser uma *estratégia discursiva*, por parte de O Jornal, plena de desvios e de nuances.

De qualquer maneira, independentemente das diferentes *estratégias* em abordar os projetos de Vargas, o **JB** e **OJ** parecem se aproximar no que se refere à sua discordância quanto ao modelo adotado pelo presidente tanto pela questão do aumento dos tributos quanto pela exclusão ou pouca participação do capital estrangeiro na exploração da indústria petrolífera brasileira.

O Correio e **O Globo** tomaram uma posição diferente, sendo mais receptivos à proposta do governo. O **CM** dá amplo destaque ao lançamento do programa em seu espaço informativo e opinativo. Em seus editoriais, este matutino apresenta reparos aos projetos do Executivo, por eles omitirem como iriam solucionar a questão da colaboração da técnica estrangeira necessária para a pesquisa do petróleo diante dos possíveis boicotes dos *trusts* ao

⁹⁶ “Solução nacionalista”, *O Jornal*, *op.cit.*

⁹⁷ Em relação a O Jornal, ver: “A nova legislação petrolífera do Peru” *O Jornal*, 27 março de 1952, Caderno 1, página 4 e, em relação a Assis Chateaubriand, consultar: “O petróleo e a iniciativa privada”, *O Jornal*, 12 janeiro de 1951, Caderno 1, página 4, “A participação estrangeira no aproveitamento do petróleo brasileiro”, *O Jornal*, 28 janeiro de 1951, Caderno 1, página 4, “Petróleo, café e dólares”, *O Jornal*, 15 de abril de 1951, Caderno 1, página 4 e “O jogo Russo do petróleo”, *O Jornal*, 29 agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

novo empreendimento sob o controle do Estado. Também questiona a base empregada para determinar se as verbas presentes nas projeções da Petrobras seriam suficientes para enfrentar o “problema do petróleo”.⁹⁸ Todavia, elogia a proposta do Executivo, tanto pela iniciativa em solucionar o problema quanto pela fórmula adotada, que, embora apresente ainda um “nacionalismo acentuado”, é defendida por encontrar uma combinação aceitável entre a eficácia e a defesa dos interesses nacionais, através “um estatismo moderado” que permite “aos acionistas particulares a participação na administração”. Por fim, considera:

Acresce que se deu à empresa **a forma de sociedade anônima**, a fim de **lhe prestar a máxima flexibilidade comercial**.

Como se vê, a solução do governo, de um modo geral, merece atenção. (...) E a orientação adotada parece combinar o realismo econômico com a defesa dos interesses nacionais.⁹⁹

A posição de **O Globo** será ainda mais positiva ao programa do governo. A reportagem que repercute o anúncio das medidas é manchete no dia 7 de dezembro (“Afinal, o Brasil vai explorar o seu ouro negro!”),¹⁰⁰ enquanto o editorial que aborda o tema no mesmo dia ocupa a capa do jornal e é um apelo direto ao Congresso para que vote e aprove logo os projetos. Nele se afirma

O presidente da República acaba de dirigir ao Congresso duas Mensagens de histórica significação, pois destinam-se a encaminhar a votação de leis propiciatórias de uma solução brasileira para o problema do petróleo. A orientação governamental pode ser sintetizada no desejo de acelerar a exploração e a refinação do petróleo brasileiro e no propósito de associar a essa atividade o maior número possível de pessoas residentes no país. (...)

Não há como negar apoio à iniciativa do Sr. Getúlio Vargas que, deste modo, propõe completar e ampliar a ação dos Governos anteriores. (...)

Chegou o instante de resolver, em proveito do Brasil, o problema do petróleo. E é isso, precisamente, o que o Brasil espera do Congresso.¹⁰¹

Em seu segundo editorial avaliando o programa, **O Globo** ainda é mais objetivo em seu apoio à fórmula adotada por Vargas, defendendo a posição do Executivo em abrir mão dos investimentos alienígenas, por eles provocarem conflitos de interesse quando se referem à exploração petrolífera:

Os interesses vinculados ao petróleo são de tal vulto e importância que podem conduzir a crises lamentáveis, como as vividas pelo México, pela Venezuela e agora

⁹⁸ “Petróleo”, *Correio da Manhã*, 8 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4 e “Técnica e investimento”, *Correio da Manhã*, 9 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4.

⁹⁹ “Petróleo”, *Correio da Manhã*, 8 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁰⁰ *O Globo*, 7 de dezembro de 1951, Caderno 1, páginas 1 e 2.

¹⁰¹ “O que o Brasil espera agora do Congresso”, *O Globo*, 7 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 1.

pelo Irã. (...)

Por isso, julgamos que a solução adotada pelo Presidente Vargas é das mais acertadas. Assegurando, de um lado, a exploração do nosso petróleo afasta, do outro, choques e desentendimentos de consequências imprevisíveis. Solução tanto mais louvável quando não exclui a participação do capital estrangeiro em outros setores de forte atração para tais investimentos. A firme posição do governo só pode, portanto, ser benéfica para o espírito de cooperação interamericana que todos desejamos preservar.¹⁰²

Como podemos perceber essa aceitação do programa de Vargas nesses dois jornais considerados pela historiografia como opositoristas ao governo e partidários do capital estrangeiro?

No caso de **O Globo**, indicamos anteriormente a resistência que este apresenta à aplicação dos investimentos internacionais na indústria petrolífera brasileira, tese que o jornal defendia bem antes do lançamento dos projetos do Executivo e que se reflete agora no seu endosso ao mesmo. O que talvez possa ser explicado por esta também ser uma bandeira do líder industrialista Euvaldo Lodi, que defendeu o plano de Getúlio, embora não houvesse unanimidade na indústria brasileira quanto a esta questão.

Mas devemos considerar também que, no caso de ambos os jornais, esta postura de apoio talvez nos indique alguma aceitação do próprio modelo adotado por Vargas, ou seja, a empresa de economia mista, percebida pelo **Correio** como de “estatismo moderado” e de “máxima flexibilidade comercial”. Até porque esses dois diários não demonstram discordar do aumento de tributos que a Petrobras viria a acarretar, como identificamos no **JB** e no **CM**.

Podemos encontrar respostas mais concretas a estas questões quando acompanhamos o transcorrer do debate sobre a criação dessa empresa. Para isso, devemos recordar, que, depois de seu lançamento, o plano do Executivo passou a ser atacado como “entreguista”, recebendo a oposição da Campanha “O Petróleo É Nosso”, da ala “nacionalista” do Exército e de parte da bancada do próprio PTB. Nessa conjuntura, os jornais tiveram que se posicionar sobre a empresa de Vargas diante de uma nova realidade, na qual a Petrobras passou a ser alvo de um pesado ataque dos defensores do monopólio estatal, os quais receberam a adesão surpreendente da própria UDN.

Inicialmente, o **Jornal do Brasil** procura tomar uma linha conciliatória. Às teses que se defrontavam, apresenta como alternativa o modelo de concessão ao capital estrangeiro

¹⁰² “Prevendo futuros conflitos”, *O Globo*, 10 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 1.

adotado pelo México, que o jornal classificou como “nacionalista”.¹⁰³ Porém, quando a UDN endossa a tese monopolista e começa a virar o jogo a favor da mesma, o **JB** opta uma posição de forte crítica ao “partido do Brigadeiro” e passa a defender, mesmo que parcialmente, a proposta de Vargas:

O projeto do Governo, conferindo ao Estado a iniciativa dos trabalhos, não oferece a mesma rigidez do projeto apresentado pela U.D.N. (...).

Enquanto o **projeto do Governo**, a que se deu o nome de – **Petrobras** – permite a **conjugação de capitais do Estado e de particulares**, o **projeto da U.D.N. fecha a porta a qualquer outra iniciativa que não seja a do Estado**, pelo monopólio estabelecido.

Enquanto a **forma oficial** admite, mesmo em determinadas circunstâncias (aqui reside a má vontade despertada no grupo da oposição), a **participação do capital estrangeiro**, podendo este atingir grandes somas através dos aumentos de capitais por meio de ações preferenciais, **o plano da U.D.N. não admite essa participação.**¹⁰⁴

Nesse conflito, observamos que o diário, embora não tome abertamente uma posição favorável à Petrobras, inclina-se mais a favor da empresa de economia mista de Vargas do que à fórmula monopolista da UDN, aceitando a primeira como uma saída possível para a questão.¹⁰⁵ De qualquer maneira, centra toda a sua artilharia na proposta de monopólio estatal, tendo em vista a impropriedade da excessiva inserção do Estado nas atividades produtivas que esta fórmula implicaria.

O Estado é mau industrial, é péssimo negociante, todos os serviços que ficam debaixo de seu controle tornam-se mal organizados, mal orientados, excessivamente caros e de rendimento inferior. Essa é a experiência de longos anos e que até hoje não foi contestada pelos fatos.

Os serviços que o Estado superintende na esfera industrial e comercial revelam indisciplina e manifestam a inveterada tendência de alargar o seu raio de ação burocrática, exigindo maiores verbas às solicitações do pessoal.

A produção petrolífera está condicionada a fatores econômicos que o monopólio do Estado não poderá atender, notadamente no meio nacional, corroído pelo germe da

¹⁰³ Segundo o JB, este modelo é “nacionalista” e “permite amplamente a celebração de contratos com companhias americanas ou outras, nas seguintes bases: prazo de contrato de exploração de vinte e cinco anos, com atividades de pesquisa por dez anos” (“O problema de pesquisa do petróleo”, *Jornal do Brasil*, 9 de maio de 1952, Caderno 1, página 4).

¹⁰⁴ “O petróleo entre teses opostas”, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁰⁵ Abordando as decisões tomadas na III Mesa Redonda das Classes Produtoras, ocorrida no Rio de Janeiro, o **JB** apoia o grupo de empresários que combateu o monopólio estatal do petróleo: “Ampliando o seu ponto de vista liberal, admite essa corrente a organização de uma sociedade de economia mista, ideia, aliás, contida no projeto de origem oficial, que se chamou – Petrobras – podendo, entretanto, essa empresa mista, funcionar simultaneamente com as empresas privadas, que concorrerão para o mesmo objetivo de aumentar, com maior rapidez possível, a produção petrolífera, de acordo com os altos interesses do Brasil, que canaliza, todo ano, somas vultuosíssimas na importação de petróleo. No campo siderúrgico, ponderam os defensores da tese liberal, temos tido oportunidade de verificar os magníficos resultados da combinação desses dois tipos de empresas, combinação esta que não tem impedido o desenvolvimento das sociedades particulares formadas com o objetivo de explorar a siderurgia em larga escala” (“O petróleo e as classes produtoras”, *Jornal do Brasil*, 15 maio de 1952, Caderno 1, página 5).

burocracia.¹⁰⁶

Vemos aqui um exemplo da prédica liberal contra a ineficiência do Estado na execução de serviços industriais que faria inveja ao próprio Eugênio Gudín. Mas, devemos salientar que essa argumentação aparece em um momento de intensa disputa em torno do programa do petróleo de Vargas, porém, não para combatê-lo e sim para criticar a principal proposta da oposição ao mesmo: o monopólio estatal do petróleo.

O diário de Assis Chateaubriand toma uma das posturas mais duras contra a UDN e a sua proposta monopolista, considerando-a pura “demagogia jacobina”.¹⁰⁷ Ao mesmo tempo, irá se posicionar favoravelmente ao programa do Executivo, mas, ao contrário do **JB**, que ressalta nele a flexibilidade ao capital externo, **O Jornal** procura sustentá-lo exatamente por ele ser “nacionalista” e não “entreguista”, como acusava a campanha do “Petróleo é Nosso” e a oposição udenista.¹⁰⁸

Entretanto, essa apologia do “nacionalismo” é semelhante à empregada para justificar a posição do **O Jornal** em favor da maior aproximação com os EUA: o “nacionalismo” varguista é o “nacionalismo sadio”, ou seja, aquele que defende a independência econômica brasileira mas não nega a participação estrangeira no progresso do país. Nas palavras do diário:

A política econômica do atual governo não pode surpreender ninguém. E menos ainda suscitar dúvidas quanto ao seu sentido nitidamente nacionalista, o que não exclui a colaboração honesta dos estrangeiros que conosco trabalham ou queiram trabalhar, de acordo com as condições que estabelecemos.¹⁰⁹

Todavia, novamente, este periódico não deixa clara a sua opinião sobre o modelo adotado por Vargas, não sendo possível determinar se o seu apoio à Petrobras decorre apenas da adesão política ao presidente ou de uma mudança de percepção quanto à utilidade da

¹⁰⁶ “Petróleo e pesquisa estatal”, *Jornal do Brasil*, 3 de maio de 1952, Caderno 1, página 5. Ver também: “Petróleo à sombra do tesouro nacional”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁰⁷ Um bom exemplo dessa crítica pesada pode ser encontrado no seguinte trecho: “A UDN deixou-se levar, na sua resolução inesperada, por considerações de fundo faccioso. A sua intenção foi aproveitar a onda de nacionalismo demagógico (...). Os *leaders* udenistas que cederam a esta tentação espúria, comprometeram a seriedade e inteireza do seu partido. (...). Para fazer demagogia do baixo e estéril nacionalismo, juntando-se aos protestos que se inspiram nos slogans do Cominform, a UDN teve de esquecer as suas grandes responsabilidades para com a nação” (“A UDN faz demagogia jacobina”, *O Jornal* 5 de maio de 1952, Caderno 1, página 4). Contra a UDN ainda podemos consultar: “Incongruência de argumentos”, *O Jornal*, 8 de junho de 1952, Caderno 1, página 4 e “Esforço inútil”, *O Jornal*, 5 de setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁰⁸ “Petrobras, empreendimento nacionalista”, *O Jornal*, 25 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁰⁹ “Bandeira nacionalista”, *O Jornal*, 27 de junho de 1952, Caderno 1, página 4. Consultar, também: “A declaração presidencial”, *O Jornal*, 27 de junho de 1952, Caderno 1, página 4.

empresa de economia mista na exploração do petróleo brasileiro, embora opine favoravelmente à mesma quando aceita a comparação com o “exemplo de Volta Redonda”:

O presidente da República em seu discurso fez a defesa da organização da Petrobras, tornando evidente que a sociedade de capitais mistos, com as seguranças de que está cercado o funcionamento da empresa, é o ideal com garantia de que se alcancem os objetivos econômicos da iniciativa. O exemplo de Volta Redonda está aí como uma afirmação incontestável de que todos os interesses do Estado são rigorosamente defendidos, evitando-se ao mesmo tempo os percalços da sua intervenção direta dos negócios industriais.¹¹⁰

Em relação ao **Correio da Manhã**, notamos que este jornal é o que mais vai se preocupar em atacar a mobilização dos defensores da tese do monopólio estatal do petróleo, reforçados com apoio udenista, contra o programa de Vargas. Considerando que tal avanço era resultado de uma propaganda comunista associada a uma opinião pública despreparada para debater o assunto, o **CM** vai se atribuir a *missão* de esclarecimento dessa opinião sobre tema tão complexo, através da publicação, entre os meses de maio e julho de 1952, de uma série de editoriais na capa do jornal com o título irônico de “O Nosso Petróleo”. Como o matutino afirma:

Diante dessa política de oportunismo e compromisso, que deixa as maquinações comunistas e as tendências irracionais sacrificarem o destino econômico do petróleo nacional, **este jornal se propõe a fazer um esforço de esclarecimento da opinião pública**. Mostraremos que a participação estrangeira, devidamente controlada, é a mais vantajosa forma para a exploração do petróleo. (...) Conhecemos a onda que vai desencadear nossa atitude. Sabemos que o PCB e suas linhas auxiliares mobilizarão contra nós todo o seu poder difamatório. **Não será por isso, no entanto, que deixaremos de cumprir nosso dever de bem informar o público e de defender os interesses do país.**¹¹¹

Nesses artigos, irá se posicionar abertamente contra a tese monopolista, acusando os militantes do Cedpen de fazerem o “jogo de Moscou”, ao impedir que o Brasil encontrasse o seu próprio petróleo,¹¹² e vai acusar pesadamente a UDN de demagogia e politicagem por adotar uma tese que nunca defendera, apenas para se opor à Vargas.¹¹³ Já em relação ao

¹¹⁰ “Advertência e apelo”, *O Jornal*, 5 setembro de 1952, Caderno 1, página 4.

¹¹¹ “O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 11 de maio de 1952, Caderno 1, página 1.

¹¹² “O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1952, Caderno 1, página 1) e “O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 11 de maio de 1952, Caderno 1, página 1.

¹¹³ Em relação à UDN, o jornal demonstrou a sua insatisfação com o partido ao comentar uma resolução da III Convenção do Petróleo, patrocinada pelo Cedpen: “Um dos trechos mais melancólicos das resoluções que temos sobre a mesa é o que diz: ‘A III Convenção apela à Comissão de Segurança Nacional no sentido de que (sic), em segunda discussão, adote o substitutivo patrocinado pela União Democrática Nacional’ (“O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 9 de julho de 1952, Caderno 1, página 1). Mais um exemplo, podemos encontrar: “Outras forças políticas, como a UDN, tinham igualmente o dever de elucidar esse equívoco (...). Mas a UDN entrando na linha de concorrência com a demagogia, optou por uma solução ainda pior que a do governo. E assim é que vemos todos os grupos responsáveis fugirem, por oportunismo e covardia, à análise da matéria, deixando que a

programa a ser adotado, uma das bandeiras principais sustentada pelo **CM** é a importância de o país contar com os investimentos internacionais na indústria petrolífera.¹¹⁴ Porém, ele vai estabelecer várias restrições e continuar demonstrando grande desconfiança com a entrada dos trustes estrangeiros no país, pregando, assim, a necessidade de se controlar estritamente as futuras empresas “alienígenas” para que o Brasil não perdesse a destinação social dos lucros do petróleo: “Sustenta-se, a nosso ver, com razão, que um país pobre como o Brasil deve reservar-se, na medida do possível, os lucros da exploração do petróleo, evitando que o controle privado possa dar aplicação antissocial à indústria petrolífera ou ensejar perigosas interferências de companhias estrangeiras.”¹¹⁵

Desta maneira, não surpreende que, em sua campanha contra a ascensão da tese do monopólio estatal, o **CM** assumia a defesa não apenas do programa de Vargas mas do modelo que ele propôs:

O projeto da Petrobras, ora no Congresso, tem libertar o país de sua dependência, em petróleo e derivados, do abastecimento estrangeiro, ao mesmo tempo que visa a canalizar para uma empresa nacional, os lucros da indústria petrolífera. (...)

A linha intermediária adotada para a Petrobras tem o mérito de garantir as principais vantagens das demais posições [monopolista e privatista]. O controle, pela União, de 51% do capital, acrescido aos controles que o governo exercerá sobre a Diretoria e a participação de outras entidades públicas, afasta o perigo da intromissão dos trustes ou da orientação antissocial. A adoção da forma das sociedades anônimas e a participação, dentro de limites prefixados, do capital e da gestão particulares conferem à empresa a plasticidade necessária. Esse equilíbrio na harmonia dos diversos aspectos empresta à Petrobras uma estrutura recomendável.

116

Vemos aqui uma ampla sustentação do programa de Vargas, utilizando argumentos empregados pelos próprios mentores do projeto. A grande diferença entre a proposta de Getúlio e a do **CM** era a defesa que este jornal fazia de uma presença mais ativa do capital externo na indústria petrolífera nacional. Mas essa participação não deveria substituir ou suplantar a Petrobras. Ao contrário, para o diário, esta empresa se tornava ainda mais necessária porque exerceria o papel de órgão controlador e fiscalizador dos trustes

intriga comunista produza seus efeitos” (“O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 11 de maio de 1952, Caderno 1, página 1).

¹¹⁴ O jornal sintetizou muito bem esta concepção nesta sentença: “O problema do petróleo significa: urgência absoluta para a solução, necessidade de financiamento em dólar e necessidade de acumular investimentos. A única forma de se atender a todos esses requisitos é admitir a participação estrangeira na pesquisa e lavra dos nossos hidrocarbonetos” (“O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, Caderno 1, página 1).

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, 23 de abril de 1952, Caderno 1, página 4

¹¹⁶ “A Petrobras”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1952, Caderno 1, página 4. Em outro momento, irá afirmar: “O mérito da solução Petrobras está, justamente, em ter adotado uma orientação nacionalista que, de um lado, reduz ao mínimo os sacrifícios da União e, de outro lado, assegura, sob forma de sociedade mista, a flexibilidade comercial que não podem ter os serviços públicos” (*Correio da Manhã*, 23 de abril 1952, Caderno 1, página 1).

internacionais: “a Petrobras não representa, apenas, um esforço para explorar nosso petróleo com recursos nacionais, canalizando para o país todos os lucros do negócio. Dentro da política do petróleo que estamos defendendo, a Petrobras tem a exercer um papel decisivo na fiscalização das companhias estrangeiras”.¹¹⁷ Em relação à criação de uma estatal de capital misto, o **Correio** não apresenta nenhum receio sobre o risco que esta possa implicar em uma ampliação excessiva do papel do Estado na economia e, no que se refere à tributação, sustenta o projeto de captação de recurso, não o considerando demasiado ou prejudicial à economia nacional.¹¹⁸

Em **O Globo**, encontramos uma postura semelhante à do **Correio**. Este jornal continua a defender a empresa de Vargas, afirmando que ela é perfeitamente adequada à realidade brasileira:

Desde que o Governo apresentou ao Congresso o seu projeto para a solução do caso do petróleo, o **GLOBO tomou posição favorável ao mesmo, por isso que a criação da Petrobras estava resguardada a soberania brasileira na exploração do precioso combustível**, sem o perigo da intervenção estrangeira que, em outros países, tem provocado crises e conflitos. A **sociedade mista, em que o Governo possui a maioria, é uma solução feliz que só não poderia agradar àqueles cujo escopo é que nosso petróleo não venha a constituir uma riqueza que tire o país do pauperismo**, tão propício ao caos sobre o qual os comunistas fazem a sua propaganda.¹¹⁹

O jornal também não poupa críticas à UDN pela sua posição no episódio. O curioso é que, depois de censurar o partido por oportunismo político, **O Globo** faz um levantamento da história da agremiação, ressaltando exatamente a sua atuação como “força vigilante contra a hipertrofia do Estado, contra os exageros da autoridade e da intervenção econômica”, além do seu tradicional papel na defesa “do doutrinário sobre o pragmático, do liberalismo sobre o dirigismo econômico”. Mas, completa, afirmando que nem “sempre essa linha de ação política coincide com a boa causa. Às vezes o interesse nacional está mais defendido pelos que se mostram menos atentos às fórmulas e mais sensíveis às realidades”.

Nossa importação de refinados nos asfixia, e não podemos limitá-la ou reduzi-la sem prejuízo imediato do nosso desenvolvimento industrial. (...)
Que significa ser este monopólio [do petróleo]? Significa confiar exclusivamente

¹¹⁷ “O Nosso Petróleo”, *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, Caderno 1, página 1.

¹¹⁸ Pelo contrário, o jornal condenou os parlamentares que alegavam serem excessivos os recursos previstos para a empresa: “Nacionalista' e 'entreguistas”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹¹⁹ “O petróleo e as falsas injunções da popularidade”, *O Globo*, 8 de maio de 1952, Caderno 1, página 1. Outro exemplo, podemos encontrar em: “Inesperada ameaça para sobre o projeto da Petrobras”, *O Globo*, 28 de julho de 1952, Caderno 1, página 1.

aos cofres públicos o ônus da pesquisa, da exploração e refinação, daí afastando, pelo receio de lhe proporcionar lucros, os capitais privados.

Logo, o monopólio estatal é uma tese puramente doutrinária, de combate à iniciativa privada. Os que a apoiam, como ‘nacionalistas’ da direita ou comunistas, são coerentes com suas premissas sociais, e por certo, tão logo o possam, pregarão o monopólio do aço, do carvão, da indústria química de base. Mas, e a UDN? Por que se une aos inimigos da iniciativa privada em favor do monopólio? Por que abre contradição tão flagrante no seu pensamento, em simples obséquio a mesquinhas manobras parlamentares?

O que podemos perceber dessa arguição de **O Globo** para os objetivos da nossa pesquisa?

Novamente estão presentes argumentos que pregam limites ao capital externo no setor petrolífero, associados a questões como a soberania nacional; também aparece a preocupação em resolver logo o problema dos hidrocarbonetos para não prejudicar “o nosso desenvolvimento industrial”. O mais importante, porém, é que podemos encontrar a defesa do modelo de empresa proposto pelo governo, sem que esta represente ou esteja associada ao “estatismo” ou ao “dirigismo econômico”, conceitos que surgem vinculados ao monopólio do petróleo pregado pela oposição ao programa de Vargas. Fica claro que o objetivo do jornal não é condenar o avanço do Estado nos planos originais de Getúlio mas preservar o espaço reservado à iniciativa privada nacional pelos mesmos.

Para terminar essa análise, é importante avaliar a reação dos periódicos estudados a partir do momento em que o governo aceitou adotar o monopólio estatal parcial do petróleo em seu programa, para permitir a aprovação final da Petrobras, ocorrida apenas em 1953.

No **Jornal do Brasil**, ao menos em nossa amostragem, não encontramos destaques às negociações e à aceitação da tese do monopólio pelo governo. Quando a estatal foi criada, ele se limita a relatar o acontecimento em seu noticiário e a condenar o modelo de empresa adotado, repetindo basicamente a argumentação que usou durante todo o episódio.¹²⁰

O Jornal toma um caminho semelhante. Ele opta por um significativo silêncio em relatar a criação da Petrobras, que não aparece em seu noticiário, em outubro de 1953. Antes, porém, ainda durante os debates, já havia se posicionado com firmeza contra o Executivo na questão: “Houve um recuo total do governo, uma capitulação não só em relação aos aspectos

¹²⁰ A criação da empresa por Vargas é repercutida na matéria que relata o tradicional discurso do presidente do dia 3 de outubro: “Falando à Nação o sr. Getúlio Vargas recordou o pleito que, há três anos, nesse dia, o convocou a presidir de novo os destinos da Pátria, e traçou, a seguir, o esboço das principais realizações do seu governo – O plano governamental para a exploração do nosso petróleo consubstanciado na lei aprovada pelo Poder Legislativo e ontem sancionada”, *Jornal do Brasil*, 4 de outubro de 1953, Caderno 1, páginas 6 e 9. Quanta à avaliação sobre a empresa, ela aparece em um editorial comentando o panorama administrativo do governo “Análise do panorama administrativo”, *Jornal do Brasil*, 6 de outubro de 1953, Caderno 1, página 5.

práticos do projeto como ainda dos pontos de vista doutrinários em que se baseava”. Ademais, criticou a fórmula monopolística final por ela acarretar “aumento inevitável do custo de vida, produzido pelos novos impostos, taxas e contribuições que as necessidades da Petrobras imporão a cada um” e “a ação retardativa da burocracia, a incompetência visceral do Estado para explorar indústrias de qualquer natureza”, considerando que “teremos dentro de pouco tempo, nas decepções que sofreremos, as consequências da capitulação do governo à politiquice da UDN”.¹²¹

O Globo adota atitude parecida aos demais jornais, também dando pouco espaço à aprovação final da Petrobras. Mas, durante o processo em que o governo negocia com a UDN o acordo do monopólio, ele não poupa críticas a ambos e continua defendendo o projeto original do Executivo, dando atenção especial à necessidade de a iniciativa privada nacional participar do empreendimento:

Recuando de seu sensato ponto de vista inicial, que era nacionalista, mas não monopolista, para ceder à UDN, que à última hora resolveu desfraldar a bandeira estatal, o Sr. Getúlio Vargas abre um precedente perigoso num país que tudo espera da iniciativa privada.

Além de dificultar a solução de um dos mais graves problemas que nos atormenta, que é o dos combustíveis líquidos, o Governo envereda por um caminho através do qual pouco podemos esperar.¹²²

Já o **Correio da Manhã** toma posição ainda mais aguda. O jornal acompanha todo o processo de discussão do programa e tece severas críticas a Vargas e ao líder do governo na Câmara, Gustavo Capanema, por eles terem abandonado a fórmula original do Executivo.¹²³ Quando o projeto passou para o Senado, começa uma campanha exortando a Câmara Alta a “cumprir o seu dever” e retirar o monopólio da lei da Petrobras, assumindo uma postura que

¹²¹ Termina ainda por dizer: “Nada resta da Petrobras, qual saiu do Palácio do Catete, em nome do governo, como a solução mais lógica e conveniente do nosso problema do petróleo. O que sair agora da Câmara não será obra do presidente Getúlio Vargas, mas dos seus mais duros adversários” (“Obra dos adversários do governo”, *O Jornal*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 4).

¹²² “O fim melancólico da batalha do petróleo”, *O Globo*, 3 de setembro 1952, Caderno 1, página 1. Em outro editorial, afirma: “E o Brasil vai oferecer ao mundo esse espetáculo desalentador de incoerência: pedir dinheiro ao estrangeiro para resolver o problema vital dos portos e dos transportes e recusar o dinheiro dos próprios brasileiros para solucionar outro problema igualmente vital, que é o das refinarias de petróleo” (“Funesto paradoxo”, *O Globo*, 16 de agosto de 1952, Caderno 1, página 1).

¹²³ Durante os debates no Senado, o jornal voltou a ressaltar as vantagens do programa original do governo: “A posição originariamente sustentada pelo governo definia-se a si própria como representando um nacionalismo moderado. Advogava-se o nacionalismo como meio de defesa contra a pressão dos trustes. Mas todos o desejavam moderado, a fim de não privar a iniciativa do capital estrangeiro minoritário. Em outras palavras, o governo: 1) não sustentou, em abstrato, a tese de que o capital estrangeiro fosse nocivo ao país, antes teve o cuidado de ressaltar o apreço em que tinha os investimentos alienígenas; 2) não chegou, mesmo, a condenar os investimentos estrangeiros em petróleo; 3) mas sustentou, como evidente por si mesmo, o princípio de que uma sociedade brasileira de economia mista devia ser organizada de tal sorte que, em sua direção interna, prevalecesse o capital nacional” (*Correio da Manhã*, 21 de novembro de 1952, Caderno 1, página 4).

cobra ação dos políticos ao mesmo tempo em que deslegitima o “jogo político”:

E em assunto tão relevante, como o petróleo, é irrisório erigir supostas conveniências partidárias em critério superior ao da convicção pessoal de cada congressista. Não se trata mais, portanto, para o Senado, de adotar a fórmula idealmente ótima. Trata-se de evitar ou não a ruína nacional. **É um desses momentos em que o Senado é convocado para agir não como ponto de confluência de partidos, mas como suprema instância legislativa do país.**¹²⁴

Quando o monopólio é finalmente aprovado, o **CM** demonstra toda a sua decepção, considerando o resultado como uma prova do fracasso não da sua campanha de conscientização pública mas das elites brasileiras que não lhe deram o devido apoio:

Vemos nisso um triste sinal da demissão das elites. Demissão da própria condição essencial delas, para que se constituam ou se legitimem como elites. E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo.¹²⁵

O processo de criação da Petrobras é longo e polêmico, mas a sua análise permite um bom campo de observação para entendermos melhor a complexa dinâmica das relações entre imprensa e política no período estudado e seu papel relativo na delimitação da problemática legítima em termos de programas econômicos?

Em primeiro lugar, em termos doutrinários, vemos que os jornais tomaram posições distintas, sendo dois (**JB** e **OJ**) mais resistentes à proposta de uma empresa estatal de economia mista e mais adeptos à participação do capital estrangeiro, enquanto os demais (**OG** e **CM**) aceitaram e até defenderam a criação da “empresa mista” como um modelo adequado ou ideal para resolver o problema do petróleo, havendo diferenças sobre os investimentos externos: o **Correio** mais favorável à presença desses investimentos no setor e **O Globo** totalmente contrário. Isso nos permite perceber como a participação do Estado na economia já recebe um razoável grau de aceitação entre os jornais, mesmo que esta aceitação não seja uniforme e que deva obedecer a determinados limites, como ficou claro na rejeição que todos demonstraram da tese do monopólio estatal. Mas também permite compreender como novamente o campo jornalístico não foi um espaço uníssono na defesa de um ponto de vista, mas um local de disputa pela determinação do programa a ser escolhido.

Em segundo lugar, a relação entre agentes do campo jornalístico e do campo político

¹²⁴ *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1953, Caderno 1, página 4.

¹²⁵ *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1953, Caderno 1, página 4.

nesse processo se demonstrou bastante complexa. Em suas tomadas de posição, os jornais adotam sinuosas e distintas *estratégicas discursivas* na medida em que os agentes do campo político se moviam taticamente em torno do tema.

Logo no início, o **JB** demonstra muita resistência com a fórmula original de Vargas, mas passa a apoiá-la e ao próprio governo na questão, na medida em que os defensores do monopólio estatal do petróleo começam a ganhar terreno, especialmente com a adesão da UDN. O que podemos compreender melhor quando lembramos que, para o **JB**, assim como para os demais jornais pesquisados, a proposta do monopólio estatal era acusada não apenas de “estatismo” mas também de ser um plano “comunista” para impedir o desenvolvimento de um setor essencial da economia nacional e, assim, gerar o caos e a subversão. Dessa maneira, quando Vargas cede à tese monopolista e a aceita, mesmo que parcialmente, em seu projeto, o **JB** volta-se totalmente contra o presidente da República.

Com **O Jornal** ocorre uma situação parecida, embora a *estratégia* desse diário seja uma *resultante* de demandas ainda mais complexas: no lançamento do programa, não defende diretamente o modelo indicado pelo governo, tendo em vista o seu próprio compromisso tradicional com a bandeira da necessidade do capital externo na indústria petrolífera brasileira; entretanto, a sua aproximação com Vargas, naquela conjuntura, o leva a endossar a proposta da Petrobras por ser uma alternativa “nacionalista”, ou seja, associando à empresa a imagem que o próprio presidente pretendia representá-la publicamente; quando a tese do monopólio começa a ganhar força, o periódico então combina o apoio ao governo com o apoio ao modelo de economia mista, tendo em vista que os defensores do monopólio estatal avançam tenazmente sobre ela, ameaçando deturpá-la ou substituí-la por um sistema de total controle do Estado sobre o setor do petróleo. Nesse momento, entra em uma verdadeira luta pela definição do sentido mais legítimo do conceito de “nacionalismo” com os monopolistas, que é também uma forma de se associar e de associar Getúlio a esta noção, agora redefinida como “nacionalismo sadio” (leia-se: partidário do capital externo). A aceitação, por parte de Vargas, do monopólio parcial na empresa leva a um dos raros momentos de distanciamento entre **O Jornal** e o presidente da República em termos econômicos, embora, deva-se dizer, que este distanciamento ainda seja pontuado.

O Correio da Manhã e **O Globo** demonstraram, em termos programáticos ou doutrinários, uma linha de ação mais linear, na medida em que sempre defenderam, com diferenças de intensidade, o modelo originalmente apresentado por Vargas para o setor do petróleo. Afastaram-se e distanciaram-se de Getúlio conforme este afastava-se ou distanciava-

se de seu próprio programa, acabando ambos por condenar o presidente por não ter sido coerente com a sua própria proposta, em favor de “conveniências políticas”.

Em relação a esta última questão é interessante ressaltar que nenhum dos jornais pesquisados seguiu os passos da UDN, partido com o qual ao menos três periódicos eram mais identificados (**OG**, **CM** e **JB**). Além de não endossarem a postura do “partido do Brigadeiro” – atendendo a possíveis demandas do campo político – ainda o condenaram pesadamente por escolher uma tese estranha ao seu programa partidário no intuito de ganhar dividendos políticos, trilhando o caminho da “demagogia” e fazendo com que o próprio Vargas se desvirtuasse do rumo “correto” que havia adotado no tratamento da questão. Essa constatação é fundamental, não só para matizar as interpretações que colocam a grande imprensa como sendo udenista (no sentido de que os principais jornais estivesse a serviço ou fossem instrumentos da UDN), mas também para indicar como as relações entre campo jornalístico e campo político, no período em estudo, não podem ser entendidas apenas com submissão do primeiro ao segundo. Longe disso, no caso em questão, os agentes desses dois campos entraram em acirrada disputa para conduzir o resultado do processo, que levou os jornais a fazerem, nos termos de Bourdieu, um verdadeiro trabalho de *deslegitimação* da política e dos políticos, revelando o seu “jogo”, denunciando que a busca dos “interesses partidários” era incompatível com o “interesse nacional”, com os quais eles, jornais, eram mais comprometidos. Em outras palavras, uma verdadeira batalha no interior do campo de produção ideológica em torno da condição de interlocutor mais legítimo do “interesse coletivo”.

A análise desse episódio não seria completa se não levássemos em conta que, na sua abordagem pelos jornais, estiveram envolvidas não apenas questões políticas e econômicas. Nos anos 50, já havia sobre o tema do petróleo no Brasil uma longa tradição – envolvendo desde escritores do peso de um Monteiro Lobato, até militares como o general Horta Barbosa, além de entidades de classe como a UNE – que associava muito eficazmente a exploração do “nosso ouro negro” a uma verdadeira questão de “soberania nacional” e que representava a ação das empresas estrangeiras nesse setor como uma “nova colonização” do país.¹²⁶ Além

¹²⁶ Ideias que, por exemplo, Monteiro Lobato defendia desde os anos 30 em diversos artigos e que acabaram sendo reunidas em um livro, de enorme repercussão nas décadas de 40 e 50, intitulado *O Escândalo do Petróleo e do Ferro*. Nos anos 50, essas questões foram apropriadas pela campanha O Petróleo é Nosso para defender a tese do monopólio estatal para o setor, a qual Lobato não endossava. Ao assumir a presidência do Centro, em 1949, o senador udenista Matias Olímpio declarou: “O inimigo bateu à nossa porta e já se infiltra perigosamente (...). A situação atual exige o sacrifício supremo – o de defender, a todo o custo, a independência econômica nacional” (*apud* MIRANDA, Maria Tibiriçá. *O Petróleo É Nosso: a luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981)*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 195). Para a Campanha do Petróleo, qualquer

disso, a própria campanha “O Petróleo É Nosso”, não obstante tivesse militantes comunistas na sua organização, tirava grande parte do seu poder de mobilização e de convencimento da forma como se apropriava de muitos símbolos da “nacionalidade” e da independência brasileira, como Tiradentes, cujo dia comemorativo, o 21 de abril, foi escolhido para ser a data de fundação do CNEDP.¹²⁷ Dessa maneira, assim como vimos no caso do *reinvestimento*, a tomada de posição sobre o tema do petróleo obrigava os agentes jornalísticos a levar em consideração toda essa carga simbólica, quer seja para incluir em sua proposta preocupações relativas à defesa do “interesse” ou da “soberania” nacionais – como procuraram o **Correio e O Globo** –, quer seja para fazer, como tentaram **O Jornal** e o **JB**, iniciar uma batalha para impor uma nova definição do “nacionalismo”, capaz de comportar a participação dos investimentos estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro. Mais uma vez, diferentemente do que seria permitido a um economista acadêmico, o discurso jornalístico sobre um tema de economia exigia a incorporação desses elementos, exteriores às teorias econômicas, mas fundamentais na persuasão e na construção da legitimidade dos jornais perante o público leitor.

Eletrobrás

Os projetos relativos ao programa de energia elétrica, apesar de polêmicos e complexos, não tiveram o mesmo destaque nos jornais pesquisados, em comparação com o Plano de Reparcelamento e o Programa do Petróleo. Na verdade, chama a atenção o quase silêncio dos diários sobre esses planos, o que dificulta em muito o entendimento de seu posicionamento acerca da política de Vargas para a eletricidade, tema que parece ter interessado mais a historiografia do que a imprensa da época.

Tal silêncio, porém, não pode ser atribuído apenas a uma atitude oposicionista dos

vacilação ou transigência com os trustes “representaria uma verdadeira traição aos supremos interesses do Povo brasileiro”, como foi explicitado nas Resoluções finais da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo (apud MIRANDA, *idem*, 1983:157).

¹²⁷ Com efeito, o poder de agregação da Campanha do Petróleo em grande parte derivava de sua capacidade de se apropriar de símbolos correntes da nacionalidade brasileira, lançando mão de um verdadeiro arsenal de patriotismo: em seus eventos, era forte a participação de militares, cantava-se o hino nacional e, normalmente, faziam-se manifestações nas datas relacionadas à Pátria. Além disso, ela criou sua própria iconografia, como as torres de petróleo simbólicas que eram erigidas em praça pública para seus eventos. Em relação à data de fundação do CNEDP, Maria Tibiriçá MIRANDA, militante do movimento e autora de um dos principais relatos sobre ele, comenta: “O 21 de abril foi escolhido, pelo Centro, para a sua instalação pública e solene. 156 anos depois da morte de Tiradentes, símbolo dos movimentos para a libertação pública do Brasil, inaugurou-se, oficialmente, como homenagem ao herói nacional, o Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo” (MIRANDA, *ibidem*, p. 43).

periódicos estudados frente ao governo, porque até o jornal mais próximo ao Executivo também não se coloca abertamente sobre a questão. Sendo assim, muito provavelmente, a falta de repercussão da política de eletricidade seja decorrência da pouca visibilidade do assunto em relação aos outros projetos governistas, tratados com mais pompa e gerando mais desdobramentos.

De qualquer maneira, com os dados fragmentados que temos, podemos tirar ainda algumas constatações, que permitem comparações pertinentes com o caso da Petrobras.

No que se refere ao **Jornal do Brasil**, este periódico demonstrou intensa preocupação com o problema da eletricidade no país e foi um relativo defensor dos investimentos estatais na geração de energia, utilizando como principais exemplos de empreendimento público bem-sucedido, a fundação da Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso.¹²⁸ Na opinião do jornal, devido ao enorme potencial hidráulico e a carência de “combustíveis clássicos” no país, este deveria focar as suas forças no investimento em hidroeletricidade.¹²⁹ Curiosamente, ele associa este investimento à continuidade do crescimento industrial, elogiando iniciativas dos governos estaduais que fizeram essa opção.¹³⁰

Sobre os programas do governo, o **JB** não se pronuncia oficialmente em relação ao Fundo de Eletrificação, lançado no final de maio de 1953. Já frente aos projetos do Plano de Eletrificação e da criação da Eletrobrás, ele toma uma posição intermediária: de um lado, critica mais um programa intervencionista do governo que procura “realizar uma forte concorrência à iniciativa privada”, afirmando que “a intervenção do Estado deve fazer-se parcimoniosamente, apenas naqueles setores onde a iniciativa privada tenha demonstrado o seu desinteresse, o que não é o caso na produção de energia”;¹³¹ de outro lado, argumenta que, diferentemente do petróleo, a produção de energia elétrica no Brasil era muito mais

¹²⁸ *Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5.

¹²⁹ “País sem os combustíveis clássicos, o Brasil deverá intensificar a sua atividade no desenvolvimento da energia hidráulica. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos já se convenceu dessa verdade, depois de percorrer alguns Estados, cujo desenvolvimento ficou retardado por falta de energia industrial, enquanto outros conseguiram dar largos passos no caminho da evolução material graças a terem acordado mais cedo na captação da energia hidráulica” (“Na conquista da energia hidráulica”, *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1951, Caderno 1, página /5).

¹³⁰ Comentando investimentos estatais em energia elétrica no Pará, o **JB** argumenta: “É necessário que o empreendimento seja de larga envergadura, de maneira a atender ao desenvolvimento futuro do grande Estado. Os sacrifícios e os esforços empregados nessa grande obra serão largamente compensados pelas vantagens que advirão para o Estado. Indústrias que se desenvolverão, indústrias novas que surgirão, transformarão por completo o ambiente atual do Pará. Não perda o sr. Zacarias Assunção a oportunidade de prestar ao Pará o valioso serviço que ele está a reclamar do seu governador” (“Usina Hidrelétrica para Belém”, *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1951, Caderno 1, página 5). Ver também: “O Brasil e a energia elétrica”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1951, Caderno 1, página 5).

¹³¹ “O Plano de Energia Elétrica”, *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1954, Caderno 1, página 5.

promissora, não lançando o Estado em “um salto no desconhecido, porque tudo há de ser tecnicamente previsto. Pode-se esperar resultados positivos, tudo dependendo da ordem, disciplina posta na execução das obras”.

Em nosso levantamento de **O Jornal** não encontramos posição direta sobre os programas de Vargas. O tema da eletricidade, porém, aparece em dois momentos da nossa pesquisa. No primeiro deles, este diário aborda a questão do racionamento de energia no Rio de Janeiro, e culpa o Congresso brasileiro por ter atrasado em um ano e meio a aprovação de um pedido de empréstimo feito pelo governo Dutra ao Banco Internacional com o objetivo de fornecer recursos para a Light investir em produção de energia.¹³²

O outro momento é, curiosamente, no ano de 1954, logo após o lançamento do Plano de Eletrificação de Vargas. É apenas uma nota na coluna não assinada “Retrato do Brasil”, na mesma página destinada aos editoriais do jornal. Nela, de forma interessante, são elogiadas as iniciativas estatais para resolver o problema de energia elétrica, mas só que referente ao Estado de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santos e não ao governo federal:

De modo geral, os governos estaduais têm sido mais audaciosos do que a administração federal em seus projetos de eletrificação, e em certos aspectos os planos de eletrificação se entrosam num esquema amplo para todo o Estado e não apenas para determinada região. Em Minas Gerais, por exemplo, organizou-se um conjunto de empresas de economia mista, controladas e assistidas por uma ‘holding’ (...) com a participação majoritária do governo estadual.¹³³

Em síntese, mesmo que não tenhamos uma posição direta sobre os programas de Vargas é significativo que os únicos exemplos que encontramos em **O Jornal** impliquem na defesa dos interesses da Light e na apologia das companhias públicas estaduais – setores que se sentiram diretamente prejudicados com o programa centralizador do governo para a eletricidade.

O Globo, por sua vez, de todos os diários pesquisados, foi o mais crítico à atuação das companhias privadas de energia. É possível ler, em suas páginas, seguidas condenações aos serviços da Light, no Rio de Janeiro, que é responsabilizada por provocar os “apagões”¹³⁴ e por prestar péssimos serviços no setor de transportes e no de telefonia, sendo acusada, inclusive, de ter um plano para se livrar dessas atividades menos lucrativas para ficar apenas

¹³² “Os responsáveis”, *O Jornal*, 28 novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

¹³³ “Retrato do Brasil: Eletrificação I”, *O Jornal*, 22 de abril de 1954, Caderno 1, página 4.

¹³⁴ Como nas seguintes reportagens: “Nada, ainda, sobre racionamento da energia elétrica”, *O Globo*, 9 de junho de 1952, Caderno 1, página 1 e “NOVO RACIONAMENTO DE ELETRICIDADE”, *O Globo*, 14 de julho de 1952, Caderno 1, página 1.

com o monopólio de energia elétrica, altamente rendoso, na opinião do jornal.¹³⁵

Não temos uma interpretação definitiva sobre essa tomada de posição do jornal, mas, no nosso entender, ela pode ser tanto explicada por uma possível tentativa deste vespertino se identificar com o público de leitores, através do tema da defesa do consumidor carioca diante da oferta de serviços bastante deficientes. Mas também pode ainda ser resultado da própria postura de relativa resistência ao investimento do capital estrangeiro no Brasil, que encontramos neste jornal desde o início de nossa pesquisa.

O **Correio da Manhã** também apresenta críticas pesadas à Light e aos serviços deficientes prestados ao consumidor carioca,¹³⁶ mas é o único periódico no qual podemos identificar um posicionamento direto sobre os dois atos do governo relativos ao tema em questão. No primeiro deles, o Fundo de Eletrificação, o jornal afirma que, no Brasil, o capital privado não tem conseguido fazer os investimentos necessários para aumentar a produção de eletricidade, lembrando que em “nenhum outro campo (...) é mais essencial a intervenção regularizadora do Estado, na sua missão de suprir as lacunas da iniciativa privada, visto que o suprimento de energia elétrica constitui um verdadeiro serviço público do qual dependem todas as demais atividades econômicas”.¹³⁷ Depois de estimar qual seria o montante do investimento necessário, o jornal argumenta:

Não pode a iniciativa particular, no montante e para o objetivo desejado, preencher o déficit de investimento acima indicado. O erro do Conselho Regional de Economia, como acaba de reconhecer o presidente da República, consistia em crer, contra a evidência, fosse possível mobilizar capitais privados para um investimento de tal vulto, num empreendimento cuja rentabilidade máxima está fixada em 8%. (...) **Andou certo o governo, portanto, ao elaborar o projeto de um Fundo Nacional, que reunisse os recursos necessários para a eletrificação do país.**

¹³⁵ No que se refere ao sistema telefônico, **O Globo** afirma o seguinte: “A opinião pública acompanha com evidente simpatia a atitude do prefeito João Carlos Vital no caso dos serviços telefônicos. Não é comum enfrentarem os nossos administradores as manobras da Light com a tenacidade ora revelada pelo Prefeito do Distrito Federal. (...) Esta medida [encampação dos serviços] é desaconselhável por dois motivos. **Em primeiro lugar, serviria para desobrigar a Light dos ônus de um serviço que não mais interessa.** Ora, se a empresa faz questão de manter o monopólio do fornecimento de energia, que tão notórios lucros lhe dá, por que fazer o seu jogo e libertá-la de uma exploração que não mais lhe sorri tanto?” (“A questão dos telefones”, *O Globo*, 6 de setembro de 1951, Caderno 1, páginas 1 e 3).

¹³⁶ Na coluna não-assinada, *Tópicos & Notícias*, podemos ler, no texto intitulado “Desaforo”, o seguinte: “Ultrapassa os limites da irresponsabilidade o fato de uma companhia de utilidade pública como a Light resolver privar de luz e força, por zonas, sem o menor aviso prévio, uma cidade como o Rio de Janeiro. (...) Mas então a senhora dos telefones não tem meios para se comunicar com o público? Então na era do rádio a Light não pode prevenir a população em geral e as indústrias de que de tantas a tantas horas vão ficar sem luz e sem força, para se preparem, para que iniciem suas atividades mais cedo? Nosso espaço, como o de toda a imprensa, está à disposição de quaisquer avisos que afetem diretamente o interesse público. (...) O governo que se encarregue de ver que o fato não se repita. Se é ele quem endossa os pedidos de empréstimos da Light às agências internacionais de crédito, bem pode exigir que a companhia cumpra seu dever para com o público” (*Correio da Manhã*, 3 de maio de 1952, Caderno 1, página 4).

¹³⁷ “Política de Eletrificação”, *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1953, Caderno 1, página 4.

Não pode o governo, todavia, limitar-se a providências gerais de caráter legislativo, criando apenas um Fundo de Eletrificação, para eventual financiamento de usinas elétricas. Além do aspecto financeiro, é imprescindível levar em conta os aspectos econômico e técnico do problema. Do ponto de vista técnico, impõe-se a **imediate preparação de projetos concretos**, criando-se **um órgão apropriado para executá-lo** segundo uma escala de prioridades. Quanto ao aspecto econômico, **vem o plano de eletrificação tornar ainda mais urgente a necessidade, que tantas vezes temos salientado, de elaborar o governo um esquema geral de investimentos.**

Já, em relação ao segundo ato, o Plano de Eletrificação, o **Correio** toma uma posição contrária ao mesmo. Este programa recebe um destaque bem menor, não sendo objeto de comentários em editoriais, mas apenas na coluna não assinada “Economia & Finanças”. Nesse espaço, a fórmula do governo é criticada por estabelecer “mais um monopólio estatal”, que teria como consequência nefasta acarretar “maior ônus fiscal sobre o contribuinte” e “maior fracionamento da receita orçamentária e de orientação econômica geral”, em prejuízo da proposta de centralizar a administração das verbas públicas.¹³⁸ A coluna também censura o argumento de que o empreendimento estatal era justificado pela carência de investimento privado no setor de eletricidade, afirmando que isso só ocorre devido à legislação que inibe o lucro das companhias particulares. Termina por comentar o seguinte: “não se pode desconhecer que nessa marcha vamos (*ilegível*) o Estado quer fazer tudo, ou melhor, já faz tudo. Investe em todos os setores e de modo apreciável: transporte, energia, combustíveis sólidos e líquidos, siderurgia e outras atividades estão hoje sob o controle do Estado.”

Embora fragmentários e parciais, os trechos acima permitem algumas conclusões. No que se refere às críticas à Light e o posicionamento frente ao Fundo de Eletrificação, notamos que o jornal segue o mesmo padrão de opinião que encontramos na questão do petróleo, ou seja, desconfiança com as grandes companhias monopolísticas internacionais e apoio à captação de recursos e investimentos estatais em setores de base da economia insuficientemente supridos pela iniciativa privada, sem haver preocupação com o custo em impostos desse processo.

Já no que se refere ao Plano de Eletrificação, temos a alternativa de desconsiderar o texto analisado como opinião do **CM** por não ser um editorial. Mas, mesmo se o aceitássemos como tal, ele não chega a surpreender. Primeiro, devido à própria conjuntura em que foi escrito, na qual já havia ocorrido a “vitória” do monopólio estatal do petróleo, contra a qual o jornal tanto lutou, sem contar todo o desgaste político em torno do governo, envolvido em uma série de pesadas denúncias. Segundo e mais importante, apesar da sua linguagem

¹³⁸ “ECONOMIA & FINANÇAS: Eletricidade governamental”, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1954, Caderno 1, página 4.

bastante pesada, esse texto parece não fugir muito da posição mais geral que o **Correio** vinha adotando em relação ao papel do Estado nos setores de base, pois o que é condenado não é a interferência estatal em si mesma, mas a criação de um novo monopólio estatal.

5.3 – Imprensa, Estado e desenvolvimento econômico: algumas considerações finais

Vimos até agora que os jornais pesquisados demonstram, em determinados momentos, algumas preocupações bem características do pensamento ortodoxo ou liberal, como a necessidade de controle da inflação, do déficit público e da emissão de moedas; igualmente podemos encontrar críticas pontuadas ao protecionismo e à excessiva expansão do Estado na economia, que poderia implicar em um indevido aumento da carga tributária e uma inadequada extensão das atividades produtivas do poder público. Não faltaram, também, críticas à burocracia, ao “dirigismo do Sr. Getúlio” e pregações contra a morosidade e a ineficiência do Estado.

Ao mesmo tempo, porém, podemos constatar um endosso às novas agências inauguradas pelo governo (CDI, CMBEU, BNDE), apoio ao aumento dos tributos para viabilizar diversos programas do Executivo e, no mínimo, tolerância com a criação de um banco público de investimentos (BNDE) e mesmo de empresas estatais (Petrobras). Não faltaram também jornais que pediram mais protecionismo à indústria nacional e defenderam a necessidade de maior controle do fluxo de mercadorias e de capitais, para evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Diante de tanta diversidade de posições, cabe uma pergunta: qual seria a concepção de Estado defendida pelos jornais aqui pesquisados?

A resposta a esta pergunta enfrenta uma série de dificuldades, dentre as quais, gostaríamos de ressaltar duas.

De um lado, o simples fato de que – ao contrário dos teóricos e acadêmicos de economia – os jornais dificilmente se colocam diante da necessidade de resolver esta questão abertamente ou mesmo de lhe dar uma explicação precisa; o que mais encontramos na imprensa são tomadas de posições diante de situações concretas e, muitas vezes, imediatas do que discursos conceitualmente elaborados; é analisando essas linhas de ação que podemos nos aproximar de uma resposta a esta questão.

De outro lado, com base em tudo o que vimos, não podemos estabelecer como meta encontrar uma solução uniforme entre os jornais pesquisados e nem sempre é possível

identificar um posicionamento totalmente coerente em um mesmo jornal. O que nos obriga a abandonar categorias muito amplas que procurem entender a imprensa como uma grande unidade. Igualmente devemos considerar a própria natureza do jornalismo como campo cultural, no qual os diferentes agentes se veem, constantemente, diante da necessidade de atender a demandas distintas e contraditórias que se exercem sobre a sua produção textual. Decorre daí que as *resultantes* desse conjunto de pressões podem ser, como afirma Bourdieu, *estratégias discursivas* muitas vezes conciliatórias, outras vezes contraditórias e, até mesmo o silêncio sobre temas excessivamente complicados.

Tendo como base estas duas ressalvas, vamos procurar fazer uma síntese do posicionamento dos jornais aqui estudados para vermos até que ponto é possível identificar as concepções de Estado presentes na forma como estes periódicos apreenderam a realidade econômica brasileira do período, em especial no que se refere aos programas de investimento do governo Vargas.

Quanto a isso, uma questão que chama a atenção em todo o levantamento que fizemos é a raridade ou mesmo a ausência de referências positivas ao liberalismo econômico.¹³⁹ O que encontramos com mais frequência é a defesa localizada e isolada de alguns princípios basilares do sistema liberal, como o livre-mercado, a livre-concorrência e a iniciativa privada ou a livre-iniciativa, mas cuja presença nos parece menos intensa do que poderíamos esperar de jornais normalmente definidos como liberais.¹⁴⁰

Encontramos também na abordagem do papel do Estado na economia algumas críticas dos jornais que poderiam ser identificadas com o pensamento liberal ou ortodoxo. De um lado, censuras nas quais a imprensa ataca aquilo que considera como “defeitos inerentes” ao aparato estatal, ou seja, características negativas que percebiam como da própria “natureza”

¹³⁹ Uma das raras exceções foi a crítica, encontrada na coluna *Tópico e Notícias*, do jornal *Correio da Manhã*, às palavras de um representante brasileiro à Quinta Reunião da Cepal, em Quitandinha-RJ, em abril de 1953, que havia condenado o liberalismo ou *laissez faire*, como causa do atraso da agricultura do país: “No signo do *laissez faire* realizou-se, sim, a evolução da indústria brasileira. E nesse setor não houve, por enquanto, necessidade de intervenção estatal. A incompatibilidade não existe entre a industrialização e o liberalismo e sim em outra parte: entre a industrialização, que é um processo evolutivo, e, por outro lado, a imobilidade de nossa agricultura, que vive, em pleno século XX, no mesmo regime da época colonial” (“Contradições econômicas”, *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1953, Caderno 1, página 1). Todavia, essa referência ao liberalismo está sendo usada para defender uma política que não era aceita pelos liberais da época: a industrialização do país.

¹⁴⁰ Exemplos de defesa da livre empresa podemos encontrar em: “O trabalhador, a burocracia e a livre-empresa”, *O Globo*, 5 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1. Sobre a livre concorrência ver: “Totalitarismo siderúrgico”, *O Jornal*, 1 de maio de 1951, Caderno 1, página 4. Em relação à livre iniciativa ou iniciativa privada: “Problemas rurais”, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1951, Caderno 1, página 4, “O ambiente das cidades e dos campos”, *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1952, Caderno 1, página 5, “O petróleo e as classes produtoras”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, Caderno 1, página 5, “Má interpretação da iniciativa privada”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 5 e “Indústria e planejamento”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

do Estado. Tal foi o caso das suposições de que este seria invariavelmente um mal executor de tarefas específicas da iniciativa privada, como a indústria e o comércio,¹⁴¹ ou apresentaria tendências inevitáveis à burocratização e à acomodação do funcionalismo.¹⁴² Essas críticas, porém, eram pouco frequentes, sendo superadas pelas do segundo tipo, nas quais os jornais não condenam o Estado em si mesmo, mas a forma como ele estava organizado no Brasil, incapaz de executar tarefas básicas para a coletividade, ineficiente em matéria de fiscalização e dissipador de dinheiro público e causador de inflação.¹⁴³

Um dos pontos que chama a atenção na forma como o Estado brasileiro era retratado esteve no que os jornais consideravam como sendo a excessiva burocratização dos serviços públicos nacionais, que estaria levando a uma espécie de cristalização e ineficiência da máquina administrativa. Um bom exemplo disso pode ser encontrado nesse editorial de **O Globo**, intitulado exatamente “A máquina de triturar verbas orçamentárias”:

A burocracia chegou a extremos tais, entre nós, que se transformou em uma máquina de triturar verbas orçamentárias, sem vantagens maiores para o país. **Se o desajustamento hoje existente nos serviços públicos brasileiros não for superado sem demora é certo que a situação não melhorará**, pois as medidas, tão esperançosamente divulgadas pelo presidente da República, no seu discurso de ontem, carecerão de forças para corrigir o atual estado de coisas.¹⁴⁴

Essa preocupação com a “burocratização” não deixa de ter semelhança com uma das principais críticas formuladas, segundo Pedro FONSECA, no “próprio seio da classe dominante”, contra o programa de governo de Vargas, a saber: “a tendência de o Estado tomar o lugar da iniciativa privada, às vezes denominada de ‘estatismo’ ou ‘socialismo’”. Tal crítica, para o autor, não era condizente com a realidade mas tinha um forte caráter ideológico, na medida em que o “liberalismo impregnado em parte das elites políticas (...) caía como uma luva para os opositores do Executivo, e permitia denunciá-lo como estatizante” (*op.cit.*, pp. 367-368).

Qual seria, então, a relação entre a crítica à “burocratização do país” e a presença de Vargas na Presidência e os seus planos de desenvolvimento?

Quanto a isso, não é possível encontrar uma conclusão geral para todos os jornais

¹⁴¹ Consultar, por exemplo: “Petróleo e pesquisa estatal”, *Jornal do Brasil*, 3 de maio de 1952, Caderno 1, página 5), “Câmbio duplo – fonte de encarecimento”, *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1952, Caderno 1, página 5 e “Obra dos adversários do governo”, *O Jornal*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁴² “Os projetos de exploração do petróleo”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1952, Caderno 1, página 5 e “O trabalhador, a burocracia e a livre-empresa”, *O Globo*, 5 de janeiro de 1953, Caderno 1, página 1.

¹⁴³ Ver: “A exposição do ministro da Fazenda”, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1952, Caderno 1, página 4 e “O Governo e a Execução orçamentária”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, Caderno 1, página 5.

¹⁴⁴ *O Globo*, 9 de abril de 1952, Caderno 1, página 1. A mesma percepção pode ser encontrada em “Crise de governo”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1952, Caderno 1, página 4.

pesquisados. Em alguns momentos, como no exemplo acima retirado de **O Globo**, esta burocratização aparece como um empecilho à ação do governo, contra o qual ele deveria lutar. Em **O Jornal** não encontramos relações diretas entre a “burocratização”, Vargas ou os seus programas econômicos. No caso do **JB**, deparamo-nos com uma situação dúbia, pois a crítica ao aumento da burocracia aparece na avaliação do projeto da Petrobras, mas, ao mesmo tempo, o Executivo é elogiado por atacar o problema com a sua política de saneamento financeiro.¹⁴⁵

É no **Correio da Manhã**, porém, periódico mais crítico ao presidente, que é possível identificar uma associação clara entre a “burocratização” e ascensão de Getúlio à Presidência, como se fosse um *modus operandi* de Vargas no poder, desde os anos 30.¹⁴⁶

Quando avaliamos com mais detalhes esta censura ao presidente, notamos, entretanto, que ela não está vinculada à sua posição frente aos novos programas econômicos do Executivo. Para este jornal, a condenação ao burocratismo varguista é acima de tudo uma condenação do passado político do presidente – ditador, controlador, centralizador de poder –, passado que o jornal temia que pudesse ser atualizado no presente, como um fantasma a rondar e a ameaçar a democracia estabelecida em 1945. De outro lado, o **Correio** não vai se limitar apenas a condenar genericamente a burocracia e o burocratismo. A sua principal crítica era que o Estado brasileiro estava assumindo, com o governo Vargas, novas responsabilidades para as quais ainda não havia se aparelhado porque elas ultrapassavam as suas antigas atribuições. Disso não concluía, porém, que este Estado devesse recuar no caminho já iniciado, mas defendia a necessidade de uma verdadeira reforma do aparato público. Em outras palavras, o mal que padecia o Brasil não era excesso de burocracia, mas a

falta de uma verdadeira burocracia, organizada e dinâmica, dotada de programas e critérios de ação. **Experimentamos a burocracia como um tropeço exatamente na medida em que deixamos de planejar a atuação do Estado, cuja presença é cada vez mais exigida pela vida contemporânea** mas que se transforma num entrave, quando não sabemos tripulá-lo.¹⁴⁷

¹⁴⁵ No **JB**, podemos encontrar: “Essa política de por termo ao excesso burocrático que tolhe a ação administrativa foi executada com precisão e energia pelo governo, tendo enviado ao Congresso várias mensagens no sentido de sistematizar o serviço público (...). O equilíbrio orçamentário é, sem dúvida, uma das realizações que merecem ser realçadas neste primeiro ano de exercício” (“Nesse primeiro ano de administração”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 5).

¹⁴⁶ “Problemas rurais”, *Correio da Manhã*, 14, de abril de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁴⁷ “Política industrial”, *Correio da Manhã*, 2 de julho de 1953, Caderno 1, página 4. O *Correio* também defendeu a necessidade de uma reforma no ensino que permitisse a formação de novos técnicos e administradores (“Economia e ensino”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1952, Caderno 1, página 4) e defendeu o programa de reforma administrativa do governo Vargas, embora tenha o considerado “demasiadamente modesto” (“O navio espera novo vento...”, *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1952, Caderno 1, página 4).

Mesmo argumento pode ser encontrado em **O Globo**, quando este vespertino questionou qual era o plano do governo para adequar a burocracia às novas exigências do seu programa de desenvolvimento:

Não haverá política econômica digna desse nome, entre nós, que não inscreva na primeira linha de seu programa meios eficazes de reabilitar a iniciativa pública, técnica e financeira.

A iniciativa pública pede dois remédios supremos: controle e planejamento. O ministro da Fazenda que, na instituição da Comissão de Desenvolvimento Industrial, se mostrou preocupado em suplementar a iniciativa privada, não pode deixar sem tratamento revulsivo a iniciativa pública, de que o nosso progresso parece depender ainda mais.¹⁴⁸

Quanto à acusação do governo Vargas como “estatista” e, conseqüentemente, como uma “ameaça à iniciativa privada”, notamos igualmente a sua presença nas páginas dos jornais pesquisados.¹⁴⁹ Elas podem ser localizadas, por exemplo, nas censuras ao “dirigismo getulista” quando o **Correio** condenou o sistema de seletividade da Cexim e no momento em que este jornal combateu, com a ajuda do **JB**, os excessos de estatização do projeto da Eletrobrás. Entretanto, elas eram menos frequentes ou mesmo estavam ausentes na análise do conjunto das propostas de desenvolvimento do Executivo.

Como mostramos, os diários estudados aprovaram o principal projeto de ampliação do poder de arrecadação e investimento do Estado (Plano de Reparcelamento e o BNDE). Já, em relação ao programa do petróleo, tivemos, no mínimo, uma divisão, com o **JB** e **OJ** sendo mais resistentes e **OG** e o **CM** aprovando criação de uma empresa pública de economia mista

¹⁴⁸ “Em meio ao marasmo ministerial”, *O Globo*, 25 de outubro, de 1951, Caderno 1, página 1. No mesmo sentido, o jornal defendeu a proposta do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, em reforma o seu Ministério: “Foi iniciado o estudo de uma reforma do Ministério da Fazenda destinada a dar maior atualidade aos serviços fazendários. Trata-se de iniciativa das mais acertadas, que precisa (sic) de ser levada a efeito no menor prazo possível. **Nesse e em outros setores administração brasileira foi ultrapassada pelos fatos. Como um jovem que cresceu depressa demais e cujas roupas não mais comportam o coro desenvolvido, o Brasil está sendo manietado pelo seu arcabouço administrativo.** No Ministério da Fazenda, por exemplo, os processos se arrastam sem solução, os executivos fiscais caducam à falta de andamento no prazo legal e a fiscalização carece de (*ilegível*) para preservar os interesses do Estado” (“Gigante manietado pela burocracia”, *O Globo* 7 de agosto de 51, Caderno 1, página 1).

¹⁴⁹ Os dois maiores exemplos dessa preocupação com essa excessiva ampliação dos “tentáculos do Estado” sobre a sociedade podem ser encontrados na crítica política de **O Globo** ao financiamento que Vargas teria feito a empresas jornalistas, provavelmente referindo-se ao seu subsídio à **Última Hora** (“Moralização e defesa dos cofres públicos”, *O Globo*, 5 de maio de 1953, Caderno 1, página 1), e a na condenação feita pelo **Correio da Manhã** contra uma proposta da Câmara dos Deputados de intervenção nos negócios envolvendo jogadores de futebol, que gerou o seguinte comentário do jornal: “Uma das características da época atual é a ampliação progressiva das funções do Estado. Já estamos longe do tempo em que governo e autoridades apenas desempenhavam as funções de um guarda-civil, mantendo a ordem nas ruas e prendendo os criminosos. Hoje, não há ordem nas ruas, e a polícia desistiu da pretensão de prender os assassinos. Em compensação, o Estado intervém, com êxito variável, no tabelamento de preços da carne, na fixação do salário de professores particulares, na realização de desastres ferroviários e na encenação de revistas musicadas. Intervém em tudo. Por que não interveria nos esportes?” (“Esportes”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4).

para o setor. Claro que, depois de aceito o monopólio pelo Executivo, os jornais convergiram em censurar a nova companhia, mas, durante a discussão da Petrobras, a única crítica que encontramos ao “estatismo” ocorreu no **Correio da Manhã** para defender o projeto do governo, classificado como “estatismo moderado”, contra a tese do monopólio estatal, condenada como “estatismo total”.¹⁵⁰

No que diz respeito à “ameaça à iniciativa privada”, essa preocupação aparece com força nos momentos em que os jornais convergem em condenar as medidas intervencionistas do Executivo para combater problemas de abastecimento de gêneros alimentícios nos centros urbanos, através da Cofap.¹⁵¹ Mesmo nesse caso, não houve a defesa de uma simples ausência da presença do Estado na resolução dos problemas de abastecimento, mas sustentou-se uma ação estatal mais eficiente, que não entrasse em choque ou se sobrepusesse à iniciativa privada. O **Correio da Manhã** foi o jornal que deixou mais clara essa ideia num editorial intitulado exatamente “Intervenção econômica”, no qual avalia um decreto do governo aumentando o seu poder de fiscalização e repressão ao comércio varejista.

O que tem em vista o governo, na intervenção econômica, são as soluções a prazo curto. Nada mais acertado do que o **planejamento** de soluções definitivas. Outra não tem sido a nossa opinião. Isso não obsta, a que o governo deva se preparar para as soluções de emergência. Mais do que poderes de intervenção econômica, o que o governo precisaria são navios, vagões e caminhões.

O outro ponto que vale considerar é a fatal incapacidade dos órgãos públicos de empreender com bom êxito operações comerciais. Os órgãos econômicos estatais têm uma tradição de malogro. É necessária por isso cautela com o projeto da intervenção econômica na parte em que o mesmo confia ao Estado operações de que este se incumbirá mal. **A intervenção econômica do Estado deve fazer-se em termos gerais. Sempre que possível, caiba a execução das transações a particulares, mediante concorrência e fiscalização.**

Ao nosso entender, nesse trecho se destacam dois pontos fundamentais para o objeto aqui em estudo: de um lado, a defesa da necessidade do *planejamento econômico* e, de outro lado, o questionamento sobre até que ponto esse planejamento poderia ser estendido sobre as atividades econômicas sem sufocar a iniciativa privada.

Quanto a esses dois pontos, somente o **Correio da Manhã** apresentou uma resposta que podemos considerar explícita e integrada. Embora a percepção desse jornal não possa ser necessariamente transferível para os demais, a partir de seu estudo, podemos, além de entender melhor o pensamento defendido pelo **CM**, traçar parâmetros para interpretar a posição dos outros periódicos.

¹⁵⁰ “A Petrobras”, *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

¹⁵¹ Ver, por exemplo, “Ameaçando a livre empresa”, *O Jornal*, 17 de maio de 1951, Caderno 1, página 4 e “Esportes”, *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1952, Caderno 1, página 4.

O tema do planejamento econômico vai se tornar uma verdadeira campanha ou bandeira em torno da qual o **CM** vai construir a sua participação no debate público sobre o desenvolvimento econômico do período. A defesa do planejamento aparece nos principais momentos em que este jornal apoia as iniciativas do governo, como a criação da CDI, da CMBEU e do próprio BNDE, também estará presente quando o **Correio** vai criticar o Executivo, não por falta de planejamento, mas por planejar mal ou não seguir o que planejara. Porém, o **Correio** não se limitou apenas a essa ação de comentar os programas do governo, pois procurou fazer toda uma apologia do planejamento e da sua importância para a economia nacional.

Em suas páginas podemos encontrar elogios à ação dos técnicos em planejamento, dentre eles Rômulo Almeida, como representantes de uma “mentalidade criadora” que estava remodelando o país.¹⁵² Também notamos o seu empenho em uma verdadeira cruzada pela sustentação teórica desse conceito, para que tal mentalidade se difundisse ainda mais. Nesse caso, um dos pontos essenciais foi o combate explícito às associações que os liberais faziam entre planificação, socialismo e totalitarismo. Ao apoiar a criação da CDI e a necessidade de industrialização do país, este matutino afirmou que

De certo modo, tudo está por fazer em matéria de industrialização. Alcançamos nos últimos anos, considerável progresso nesse setor. Mas, só o aparecimento de novas indústrias e o desenvolvimento de outras supriria diversas lacunas de nossa economia manufatureira, a verdade é que a industrialização do país se tem processado sem o menor planejamento.¹⁵³

Na sequência deste texto, o **Correio** salienta que, no mundo contemporâneo, não é mais possível conseguir uma industrialização espontânea em países subdesenvolvidos diante do estágio avançado das economias industrializadas do centro do capitalismo. Segundo ele, para alcançar esse objetivo, nações como o Japão e a Rússia, “de regime político e de cultura tão diferentes, adotaram, igualmente, o sistema do planejamento quando resolveram industrializar-se.” Conclui afirmando:

o planejamento econômico, surgido com as doutrinas socialistas e depois endossada pelo fascismo, não é mais considerado como dependente do totalitarismo, sendo unânimes os autores quanto à possibilidade de ser ele empreendido em plena vigência das liberdades democráticas. Independentemente das controvérsias ideológicas, há certos princípios sócio-econômicos que se podem considerar cientificamente estabelecidos. Assim, deve-se reconhecer como regra pacífica a possibilidade e, mais que esta, a necessidade do entrosamento entre a intervenção planejadora do Estado e a livre iniciativa das empresas. Somente pela adoção de um

¹⁵² “Modelando o Brasil”, *Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁵³ “Indústria e planejamento”, *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4.

plano se pode proceder em prazo curto e em bases econômicas à recuperação de uma economia subdesenvolvida. (...)

A primeira tarefa da Comissão de Desenvolvimento Industrial será, portanto, elaborar um plano para a industrialização. Cabe ao governo completar a iniciativa, estendendo o planejamento aos outros ramos da economia, mediante um planejamento geral.¹⁵⁴

Percebemos, nesse editorial, uma defesa doutrinária do planejamento econômico compatível tanto com o pensamento desenvolvimentista quanto com a corrente industrialista que estudamos no Capítulo II. É, também, uma concepção totalmente oposta àquela pregada pelos liberais e neoliberais de todos os matizes, na medida em que sustenta como principal saída para o subdesenvolvimento não as prédicas do livre mercado mas o controle centralizado do Estado sobre o direcionamento dos recursos produtivos. Em nenhum dos jornais pesquisados temos uma defesa tão nítida do planejamento econômico, embora possamos encontrar a aceitação da necessidade de planos e programações para ações mais localizadas.¹⁵⁵

Este mesmo texto também estabelece os limites dessa prática, ou seja, a necessária articulação entre iniciativa privada e interferência estatal, que deve ser promovida e não suplantada pela ação do Estado. Para o **Correio**, um dos pontos básicos dessa articulação estava nas próprias agências planejadoras, que deveriam congregiar os técnicos do governo e os representantes empresariais. Isso fica claro no apoio à criação da CDI, mas pode também ser identificado na própria defesa do BNDE.¹⁵⁶ Em relação aos demais jornais, encontramos a mesma pregação quando eles sustentam a criação da CDI pelos mesmos motivos apresentados

¹⁵⁴ *Idem*. Outros exemplos de defesa do planejamento geral da economia brasileira podem ser encontrados em: “Imaginação criadora”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “Mobilização da indústria”, *Correio da Manhã*, 21 de maio de 1953, Caderno 1, página 4, “Consciência industrial”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1953, Caderno 1, página 4 e “Modelando o Brasil”, *Correio da Manhã*, 12 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4.

¹⁵⁵ **O Jornal** usou seguidamente na palavra “plano” e elogiou os trabalhos da CMBEU como “o início do plano geral, que abrange outros setores da atividade nacional” (“O problema principal”, *O Jornal*, 4 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4). **OG**, por sua vez, em um editorial em que comentou os recursos destinados ao BNDE, afirmou o seguinte: “O centro desse programa de investimentos básicos – sem dúvida, **o maior e até aqui o mais bem planejado das administrações republicanas** – é a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos cuja criação e implantação (sic) assinalou o advento da nova política de cooperação com os Estados Unidos” (“Quando o governo vai apelar para um empréstimo interno”, *O Globo*, 24 de outubro de 1951, Caderno 1, página 1). Já o **JB** salientou o trabalho de planejamento da Comissão, ressaltando a sua diferença com outros programas econômicos brasileiros, especialmente na organização financeira: “Noutros tempos, **a improvisação era a regra**. (...) **A perspectiva de agora é bem diversa, esperando o povo que um pouco mais de austeridade administrativa venha proporcionar o clima interno necessário ao prosseguimento do programa traçado pelo ministro da Fazenda**, que sempre se preocupou com **os problemas fundamentais**, pondo de lado **as fantasias e abstrações**, tão do gosto de certos doutrinadores e homens públicos” (“O relatório do ministro da Fazenda”, *Jornal do Brasil*, 1 de novembro de 1951, Caderno 1, página 5).

¹⁵⁶ “Banco de investimentos”, *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1951, Caderno 1, página 4, Ver, também, “Consciência industrial”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1953, Caderno 1, página 4 e

no **Correio**.¹⁵⁷

A segunda forma de entrosamento entre a iniciativa privada e a ação estatal se dá quando ocorre uma interferência direta do Estado nas atividades produtivas. Vimos que, em geral, os jornais estudados apoiaram propostas estatais de captação de recursos internos e externos para financiar investimentos em infraestrutura que pudessem fomentar as atividades produtivas. Mas em relação às empresas estatais, localizamos bastante diferença entre os jornais quando analisamos o caso da Petrobras, pois apenas o **Correio** e **O Globo** foram partidários da criação de uma empresa de economia mista para desenvolver o setor com a parceria da iniciativa particular.

Entretanto, em outras situações, podemos encontrar maior convergência dos jornais, como foi o caso da opinião que emitiram sobre a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. O **Correio**, por exemplo, ao discutir como a CMBEU e o Banco Mundial deveriam avaliar a “rentabilidade” de cada empreendimento submetido à sua análise, empregou o seguinte raciocínio:

Rentabilidade, porém, de cada projeto em si ou rentabilidade geral, tendo em vista o seu efeito em toda a economia? No primeiro caso, estão os projetos de obras e (ilegível), cujo financiamento deve ser amortizado pelo próprio lucro; **no segundo**, além de satisfeita a primeira condição, **há a considerar-se a rentabilidade suscitada em outros setores da economia. Exemplo: Volta Redonda.**

Além da própria rentabilidade, **Volta Redonda provocou ou tornou possível a rentabilidade de outras iniciativas.** Em São Paulo, principalmente, prosperam hoje inúmeras indústrias de transformação dos subprodutos de aço que lhes fornece Volta Redonda. (...)

Pelo lado da rentabilidade do projeto em si e sua macrorentabilidade ao conjunto da economia, é difícil, senão impossível, encontrar-se outro que o supere [Volta Redonda]. (...)¹⁵⁸

Este trecho é interessante não apenas pela defesa de mais um empreendimento estatal de economia mista como modelo para guiar as ações da CMBEU. Chama a atenção, também, o argumento empregado para esta defesa: o conceito de macrorentabilidade, muito semelhante à noção de “economias externas”, que defendia a ideia de que pesados investimentos em determinados setores da economia eram aceitáveis por permitir um efeito dinamizador em toda a cadeia produtiva. Esse argumento era usado pelos desenvolvimentistas para justificar investimentos estatais em indústrias de base e em atividades que não seriam cobertas pela

¹⁵⁷ “Um novo órgão”, *O Globo*, 7 de julho de 1951, Caderno 1, página 3, “Justificado otimismo”, *O Jornal*, 9 junho de 1951, Caderno 1, página 4 e “Produção barata e escoamento fácil”, *Jornal do Brasil*, 31 de agosto de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁵⁸ “Comissão Mista, Volta Redonda e Central do Brasil”, *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1951, Caderno 1, página 4.

iniciativa privada e agora aparece nos jornais com um emprego semelhante.¹⁵⁹

Com menor clareza conceitual, o **JB** e **O Jornal** também foram bastante eloquentes em defender a importância de Volta Redonda para a economia nacional, especialmente por seus efeitos incentivadores das atividades privadas a ela vinculadas.¹⁶⁰ Esses dois jornais igualmente apoiaram a necessidade de intervenção estatal no caso do carvão, indicando que não eram necessariamente contrários a um grau razoável de ação do Estado nos setores de base. Segundo o **JB**, por exemplo, a situação da nossa produção nos obrigava a

nacionalização dessa indústria, como recurso único, para resolver os embaraços do problema em curso, conquanto contrariando a velha tese da aplicação de capitais privados, desde que amparados por medidas de garantias e normas de trabalho adequado, de vez que se trata de atividade intimamente ligada à economia do País. E são várias as razões que militam em favor da interferência do Estado.¹⁶¹

Em conclusão, podemos perceber que há um grau razoável de tolerância quando não uma boa aceitação da ação industrial do Estado nos setores de base onde a iniciativa particular é considerada insuficiente, desde que essa presença venha possibilitar e/ou expandir as inversões privadas e não sufocar ou suplantar as mesmas.

¹⁵⁹ Segundo BIELSCHOWSKY, apesar de não haver consenso ou clareza entre os liberais sobre o conceito de economias externas, Eugênio Gudim “excluía planejamento, era cauteloso quanto à elevação de tributação e parecia não acreditar na ideia de economias externas globais promovidas por um processo de industrialização”, na medida em que isso pudesse indicar que o mercado não fosse um bom indicador para a alocação dos recursos (2000, p. 47). De outra parte, conforme este mesmo autor, deve-se à CMBEU, além da difusão da filosofia do planejamento setorial, a divulgação do controle de criação de “economias externas”, que ajudou muito a justificar o planejamento (*idem*, p. 385).

¹⁶⁰ Como podemos perceber pela forma como **OJ** comentou o ato do presidente Vargas sancionando uma Lei que autorizou o governo a elevação do capital da companhia: “A sanção dessa lei representa, sem dúvida, um grande passo no sentido de atender ao progresso industrial do país, que hoje reclama mais aço; mas, ao mesmo tempo, consagra o êxito técnico do notável empreendimento, que ficamos devendo ao governo do sr. Getúlio Vargas no período anterior. (...) Vamos produzir mais aço, e isso significa que o país se prepara para enfrentar as dificuldades que a situação internacional, sob a constante ameaça de uma nova guerra, poderá criar. Não só se prepara para essa eventualidade, como principalmente para dar uma base sólida ao surto atual de sua industrialização, deixando de ser, pelo menos nesse particular, um país dependente” (“Vamos produzir mais aço”, *O Jornal*, 9 junho de 1951, Caderno 1, página 4). Ver também: “Siderurgia e carvão vegetal”, *O Jornal*, 21 janeiro de 1951, Caderno 1, página 4 e “Não perdeu tempo”, *O Jornal*, 17 maio de 1951, Caderno 1, página 4. Quanto ao **JB**, consultar: “A siderurgia no caminho certo”, *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1952, Caderno 1, página 5 e “Nova política econômico-financeira”, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 5.

¹⁶¹ “Em torno do problema do carvão”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5. Ver também: “Em defesa do carvão nacional”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5 e “Ainda o carvão nacional”, *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1951, Caderno 1, página 5. Já, em relação a *O Jornal*, temos: “A situação da indústria carbonífera brasileira estava a exigir, em verdade, a intervenção do Estado, com o objetivo de estimular as atividades extrativistas, de modo que, com esse estímulo, pudessem eles atender às exigências de um consumo que vem aumentando continuamente por força da ampliação de nosso parque industrial.(...) É fato sabido que a proteção do carvão nacional, nas condições em que se encontra, deixa muito a desejar. (...) Ora, a estabilização da indústria carbonífera deve ser garantida, porque essa indústria é indispensável à vida econômica do país, especialmente quando os sucessos internacionais fazem cessar as nossas fontes de suprimentos” (“Intervenção do Estado nos domínios do carvão”, *O Jornal*, 10 agosto de 1951, Caderno 1, página 4).

Fazendo uma síntese do que foi exposto, notamos que os jornais pesquisados não demonstram total clareza sobre o tipo de Estado que sustentam na conjuntura estudada e que também não é possível identificar um modelo nas diversas posições que tomam sobre o programa econômico do Segundo Governo Vargas. Mas, é perceptível um bom grau de aceitação quanto à ampliação da intervenção desse Estado na economia brasileira como forma de fomentar o desenvolvimento do país na arrecadação e centralização de recursos, na atividade de planejamento econômico ou mesmo em determinados setores de produção (indústrias de base).

Claro que os jornais demonstram também diferentes níveis de preocupação com os possíveis excessos dessa participação estatal, estando sempre a postos para denunciar quando ela parece ameaçar a “livre iniciativa”. Entretanto, as tomadas de posição dos impressos em relação às propostas de intervenção estatal na economia vão bem mais além daquilo que era permitido ou tolerado por um pensamento estritamente liberal ou neoliberal, aproximando-se mais, com graus razoáveis de variação, do que era proposto pelos desenvolvimentistas.

O liberalismo, porém, ainda continua uma “teoria autorizada” pelo seu prestígio acadêmico e por seu histórico de lutas contra os avanços indevidos do Estado, especialmente quando se recorda a ditadura estadonovista. Dessa maneira, não deve surpreender que, quando procuram criticar atos do governo ou mesmo desautorizar programas e ideias, princípios basilares liberais sempre podem ser evocados para legitimar a posição de um impresso. Entretanto, o apelo a noções como “planejamento”, “pontos de estrangulamento”, “crise de crescimento” e “macrorentabilidade econômica”, dentre outras, feitos pelos jornais, demonstra como o liberalismo já não é capaz de fornecer os elementos conceituais para que estes possam apreender e se posicionar frente à realidade brasileira do período.¹⁶²

Como agentes do campo jornalísticos, objetivamente interessados em lutar pela condição de porta-vozes mais legítimos da coletividade na esfera de debates, os impressos se veem também obrigados a buscar novos modelos intelectuais que lhes permitam interpelar eficazmente o seu público leitor. Na conjuntura dos anos 50, esses modelos deveriam também ser capazes de associar ao seu discurso um tom de “modernidade”, de apoio ao “progresso da nação”, de “superação do subdesenvolvimento” e até de enfrentamento do “imperialismo norte-americano”, ideias que estavam se tornando dominantes.

Não deve surpreender, porém, a forma como os jornais muitas vezes oscilam e

¹⁶² Quanto a isso ver PÉCAULT, *op.cit.*

transitam entre princípios teóricos diferentes, apelando para o liberalismo em alguns casos e para conceitos desenvolvimentistas em outros. Devido às características de seu campo de produção, os agentes jornalísticos fazem um uso *estratégico* das doutrinas na tentativa de melhor interpelação do público leitor. Priorizando, dessa forma, no seu emprego que fazem delas, muito mais os ganhos simbólicos que podem obter para a mobilização dos leitores (valor de legitimação de suas falas) do que o apego à coerência e à pureza teórica, próprias do campo acadêmico.

Por outro lado, não deve ser apenas coincidência que a maior identificação com o discurso industrializante – e os conceitos de progresso e modernidade a ele associados – é encontrada nos dois impressos que ocupam posições de maior destaque no campo jornalístico entre os diários estudados: o **Correio da Manhã** e **O Globo**. Da mesma forma, não é por acaso que a publicação mais identificada com a visão agrarista é aquela que apresenta a principal trajetória descendente nesse espaço (**Jornal do Brasil**).

Independentemente dessas diferenças, as visões sobre o Estado mais perceptíveis nas linhas de ação dos jornais se aproximam daquilo que era proposto pelo próprio governo Vargas. É assim que podemos entender o endosso que, no geral, tais periódicos deram às principais iniciativas desse governo na ampliação do papel do Estado (agências planejadoras, plano de reaparelhamento, banco de desenvolvimento e, parcialmente, o projeto original da Petrobras). Porém, também havia diferenças entre os jornais e o Executivo, em especial no grau de participação destinado à iniciativa privada, nacional e estrangeira, nesses empreendimentos. Os diários pesquisados, no geral, eram mais tolerantes que o governo nesse quesito. Igualmente encontramos críticas dos impressos a muitas propostas governamentais, no entanto, tais contestações aconteciam quando os programas de Vargas ameaçavam ultrapassar os limites aceitos pelos jornais entre a ação intervencionista do Estado e a liberdade privada (excesso de tabelamento, monopólios estatais) ou eram mal executados por ele.

Em consequência, achamos correto aplicar, aos diários aqui analisados, conclusões semelhantes a que chega a pesquisa de SARETTA sobre o posicionamento do **Estado de S. Paulo** frente ao governo de Getúlio: “as críticas do jornal (o **Estadão**) ao governo federal são muito mais de natureza política e administrativa do que relativas à economia e à política econômica”.¹⁶³ Interpretação que ao menos o **Correio da Manhã** não deixaria de endossar:

¹⁶³ SARETTA, *op.cit.*, 08.

Contrariamente ao que se poderia supor, o maior defeito do governo do sr. Getúlio Vargas é sua inépcia política.(...) O Sr. Getúlio Vargas, por mais que intelectualmente se esforce para manter-se à altura dos tempos, permaneceu, psicologicamente, vinculado a suas experiências anteriores. (...) E é por este motivo que mantém as sufocantes tradições burocráticas que centralizam, no presidente da República, os mais insignificantes papéis. Homem do Estado Novo, conservou as ilusões sobre a eficácia da demagogia trabalhista e das promessas mirabolantes.(...)

[O] Sr. Getúlio Vargas não compreendeu a medida em que, apesar de muitas deficiências, **a política econômico-financeira de seu governo poderia servir de base para um profundo movimento de popularidade. (...) Não compreendeu que uma política de desenvolvimento, baseada na formação de sociedades mistas, proporciona, ao mesmo tempo, oportunidades para a classe média e abundância de bens e serviços.**

É por não compreender a situação do país e o alcance de seus próprios atos que o Sr. Getúlio Vargas proporciona aos adversários a ocasião de criticar-lhe os erros e de se beneficiarem de seus acertos.¹⁶⁴

¹⁶⁴ “Inépcia política”, *Correio da Manhã*, 21 de junho de 1952, Caderno 1, página 4. Ver, também, “Pena de morte”, *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1951, Caderno 1, página 4.

Conclusão

Acompanhamos, ao longo dessa tese, a forma como alguns dos mais importantes jornais cariocas dos anos 50 se posicionaram frente às principais ações do Segundo Governo Vargas na programação, debate e execução de seu programa econômico. O nosso objetivo era discutir as tradicionais interpretações que colocam na forte divergência entre projetos de desenvolvimento para o Brasil, a base da oposição da grande imprensa do Rio de Janeiro ao presidente. Também queríamos verificar como essas publicações, tradicionalmente classificadas como liberais, tomaram posição diante do debate que se fazia no período sobre a forma mais adequada de promover o desenvolvimento econômico do país.

Para tanto, fizemos inicialmente uma abordagem das principais interpretações sobre o papel dessa imprensa nessa conjuntura, a fim de questionar a tese corrente de que o jornalismo brasileiro dos anos 50 era totalmente subordinado ao universo político ou aos poderes econômicos que o controlavam. Em outras palavras, que ele exercia apenas um papel de porta-voz dos interesses imediatos daqueles que o controlavam.

Procuramos rebater essa visão através de análises como a de Lavínia RIBEIRO e de ABREU&LATTMAN-WELTMAN e, especialmente, do aporte teórico de BOURDIEU. Defendemos que era possível e necessário pensar que a imprensa do período, mesmo ainda adotando uma postura polemista, não era uma instância totalmente subordinada à política e aos grupos econômicos. Para entendermos as suas tomadas de posição deveríamos incluir outros elementos na análise, como a forma pela qual os grandes jornais pretendiam construir a sua inserção no debate público. O que faziam através das bandeiras e campanhas que defendiam, instrumento fundamental para construir a sua relação e a sua autoridade com os leitores. Por fim, afirmamos que o universo dos jornais não poderia ser pensado apenas como um bloco monolítico, agindo em prol de um único interesse, mas era um espaço de confronto, envolvendo a busca por legitimação entre agentes sociais e seus programas, projetos e ideias.

Depois, analisando o processo de desenvolvimento no Brasil do pós-guerra, pudemos constatar a significativa e decisiva participação do Estado na consecução de um projeto de industrialização acelerada para o país. Mas percebemos, também, que tal processo não foi tranquilo. Em torno dele se estabeleceu um intenso debate sobre a forma mais adequada para promover o desenvolvimento brasileiro, envolvendo a necessidade ou não de uma industrialização acelerada, que, na prática, já vinha ocorrendo.

Nos anos 40 e 50, a principal reação a este processo ficou por conta do pensamento

liberal, renovado pelo neoliberalismo do pós-guerra, e que tinha no economista Eugênio Gudin o seu principal representante.

Gudin foi um forte adversário do processo e dos projetos de industrialização baseados na ampla participação do Estado. Defensor do livre-mercado, era totalmente contrário a qualquer interferência estatal que viesse a deturpar o mecanismo de preços. Dessa maneira – e com argumentos, lógica e teoricamente, bem construídos –, atacava qualquer iniciativa do poder público que viesse a ampliar a presença estatal na economia, como protecionismo, concentração de recursos nas mãos dos governantes e, com especial ênfase, a criação de empresas públicas de qualquer tipo. Para ele, o desenvolvimento econômico do país deveria seguir o caminho tradicional da especialização primária, pois qualquer alteração nesse modelo por interferência do poder público iria provocar distorções na economia e, assim, ineficiência produtiva.

A defesa da industrialização já era uma bandeira antiga no Brasil, cuja origem pode ser localizada no movimento industrialista surgido na passagem do século XIX para o XX. Nos anos 30 e 40, a consciência da necessidade da consolidação do parque fabril irá se ampliar, abrangendo intelectuais, militares, técnicos e políticos, para os quais o Brasil só seria uma nação forte e próspera se pudesse se industrializar. Entretanto, todas essas correntes tinham dificuldades de enfrentar o liberalismo dentro do terreno da teoria econômica, baseando as suas expectativas mais em experiências práticas do que em sólidos argumentos analíticos.

Os anos do pós-guerra iriam modificar esta situação, na medida em que uma nova teoria econômica ganharia corpo e se tornaria a principal alternativa conceitual ao liberalismo ainda dominante na academia: o desenvolvimento.

Dividido em diversas correntes, o pensamento desenvolvimentista tinha como base a necessidade da industrialização planejada para o progresso econômico dos países subdesenvolvidos. Na verdade, para eles, não havia saída para o subdesenvolvimento fora da industrialização com apoio efetivo do Estado. O surgimento e a difusão do pensamento econômico da Cepal ainda atraía mais solidez teórica a esta doutrina, contribuindo decididamente para a sua consolidação como programa econômico. Dessa maneira, novas categorias vieram se unir às já tradicionais para formar um arcabouço conceitual capaz de compreender a realidade econômica e social do país e oferecer alternativas para o seu progresso. Deterioração dos termos de troca, planejamento econômico, crise de crescimento e pontos de estrangulamento passaram a circular nas discussões entre técnicos, políticos,

militares, entre outros, oferecendo poderosos instrumentos intelectuais para pensar um novo e remodelado Brasil.

Vimos como o Segundo Governo Vargas foi um momento privilegiado desse processo, onde o desenvolvimentismo tornou-se uma verdadeira política de Estado e um projeto de industrialização planejada foi colocado em prática, embora enfrentando limites de toda a ordem.

Em nossa pesquisa, constatamos que a grande imprensa carioca estudada esteve diretamente envolvida nesse debate.

Mas longe de representar o lugar da unicidade de discursos e intensões, as páginas dos jornais deram espaço a um intenso debate. Teses distintas e opostas aí se digladiaram em busca da definição sobre qual seria o rumo mais adequado para o país. A questão da necessidade ou não da industrialização acelerada foi um dos elementos essenciais dessa disputa e sobre ela os jornais assumiram diferentes e conflitantes pontos de vista.

O **Jornal do Brasil** fez uma intensa defesa da imperiosidade de o país resgatar o seu passado histórico, a sua “identidade nacional” e, assim, fomentar novamente a produção agrícola. Para tanto, empreendeu uma verdadeira cruzada contra a mentalidade industrialista dominante, acusando-a de ser a grande responsável por desviar os fatores produtivos das atividades primárias para uma “indústria artificial”, que não representava a verdadeira natureza do país.

Os demais jornais, porém, saíram em defesa da ideia de que a industrialização do Brasil, mais do que benéfica, era uma necessidade para o país, a única forma de atingir o seu progresso econômico e fugir do pauperismo. Mas os diários defensores dessa industrialização também apresentavam diferenças entre si.

O **Jornal** ficou em uma posição intermediária, procurando adotar uma linha de conduta que conciliasse todos os principais interesses em jogo, como a defesa dos programas do governo, as necessidades da agricultura e as demandas da indústria. A *resultante* desse conjunto de pressões acabou sendo uma *estratégia discursiva* bastante sinuosa, que muitas vezes preferiu o silêncio a um posicionamento claro.

O **Globo** foi o jornal cujo papel mais se aproximou da condição de porta-voz de um grupo corporativo, no caso, os industriais representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e seu presidente, Euvaldo Lodi. Curiosamente, é um grupo bem diferente àquele que a historiografia tem apontado como sendo o que lhe dava suporte. Mas não devemos imaginar que o papel de **O Globo** foi o de mera instância subordinada. Sendo um

dos jornais que mais crescia no período em termos de tiragem e de rendimentos, a defesa que este vespertino faz da industrialização e da indústria é também a defesa das próprias condições objetivas que lhe garantiam uma trajetória ascendente dentro do campo jornalístico carioca dos anos 50.

Já o **Correio da Manhã** tomou uma postura diferente. Combateu a estrutura fundiária do país como sendo uma das causas do atraso econômico, defendendo a necessidade da reforma agrária. Entrou em choque contra os interesses do comércio exportador ao acusá-lo de querer manter o Brasil eternamente na condição inferior de produtor primário. Foi um forte crítico do atendimento das demandas imediatas dos industriais (por proteção aduaneira ou mesmo privilégios cambiais). Entretanto se colocou como “o verdadeiro ideólogo” da industrialização planejada, defendendo a sua necessidade para o progresso do país. Nessa luta, tentou empreender uma campanha educativa para conscientizar os próprios industriais do *interesse* que eles deveriam ter *como classe* em promover uma industrialização ordenada, o qual era equivalente ao interesse do próprio país. Estratégia discursiva que fica melhor compreendida quando consideramos a posição dominante que este jornal ocupa no próprio interior do campo jornalístico. Esta posição o leva a privilegiar, em suas linhas de ação, a manutenção ou o aumento do capital de prestígio do qual ela mesmo deriva.

Nesse confronto de propostas e nessas *estratégias* distintas em relação ao tema em discussão, percebemos que a tese da necessidade da industrialização ganha vasto terreno entre os jornais, mesmo naqueles que são considerados “liberais”. Mas essa tomada de posição, além de não ser unívoca, também não pode ser reduzida a uma tarefa de subordinação. Nem toda a defesa da industrialização ou da especialização agrária pode ser reduzida à mera defesa da indústria e da agricultura, ou seja, dos interesses imediatos dos grupos envolvidos. Além disso, os próprios jornais assumem uma postura ativa nesse processo, querendo se colocar na dianteira do debate, desejando conscientizar os próprios grupos envolvidos de quais são os seus verdadeiros interesses.

Mas o avanço da tese industrialista entre os jornais não pode ser completamente entendida se a pensarmos apenas sobre os seus aspectos econômicos ou políticos. Como vimos, na conjuntura dos anos 50, a industrialização não significava apenas desenvolvimento material, mas era associada a questões como força, soberania e independência nacional. Em outras palavras, eram sentidos que envolviam a própria concepção de Nação e nacionalismo estavam em jogo no momento, os quais, os jornais, não poderiam negligenciar sob pena de perder o seu poder interpelativo sobre os seus leitores. Tema que ficou claro, não apenas na

aceitação parcial da industrialização pelo jornal defensor do agrarismo, mas no próprio caso do decreto sobre o reinvestimento, que levou à convergência da imprensa com Getúlio, na medida em que o debate em torno da mesma passou a envolver o “patriotismo”, a “soberania nacional” e, mesmo, a rejeição do “imperialismo norte-americano”.

Nessa exposição também pudemos contatar que os jornais apresentaram um uso bastante variado das teorias em disputa.

Em linhas gerais, todos os jornais se demonstraram a favor de medidas defendendo a estabilidade na economia e fizeram uma verdadeira prédica pelo controle das emissões e por um orçamento público equilibrado; também defenderam a necessidade de o país atrair capital estrangeiro para alavancar o seu desenvolvimento econômico. Não faltaram críticas à aprovação do monopólio estatal do petróleo e à medidas de intervencionismo no varejo.

Porém, esses mesmos jornais foram unânimes em advogar pela necessidade do fomento à produção como forma de combate à inflação, pregando o aumento dos investimentos públicos e privados em pleno processo inflacionário. Também defenderam, com bastante entusiasmo, o papel das agências planejadoras e o aumento da capacidade de arrecadação e de investimento público do Estado, mesmo que isso implicasse em majoração de impostos e em aumento do aparato estatal.

Podemos concluir apenas por falta de coerência doutrinária?

Pode ser, mas preferimos optar por entender esse uso das teorias e conceitos como *estratégias argumentativas* na busca da legitimação de suas tomadas de posição e na desautorização das ações e programas dos quais se distanciavam. Notamos nos anos 50, que o liberalismo, embora ainda uma teoria de prestígio na academia, já não oferecia elementos conceituais suficientes para o posicionamento dos jornais no campo de produção ideológica tendo em vista as próprias condições estruturais do fazer jornalístico, obrigado sempre lidar com demandas externas do campo econômico, político e, em especial, do público leitor.

Assim, como ser coerente com os cânones liberais quando estes defendiam que a saída para a inflação era o recuo dos investimentos e um razoável nível de desemprego para desaquecer a demanda? Essa conclusão poder satisfazer um acadêmico como Gudin na disputa contra seus pares acadêmicos pela perfeição dos modelos teóricos, mas dificilmente poderia ser assumido por agentes jornalísticos que devem procurar dar algum tipo de resposta às expectativas de seus leitores, quando não de seus anunciantes, por progressos econômicos e aumento dos ganhos materiais?

Da mesma maneira, o liberalismo parecia oferecer cada vez menores condições de atender às necessidades de um campo jornalístico interessado em associar o seu discurso a valores como “progresso da nação”, modernidade, modernização, desenvolvimento ou fuga do subdesenvolvimento. Na conjuntura intelectual e social dos anos 50, estas noções apresentavam um grande poder de legitimação e um enorme valor de mobilização coletiva aos discursos que dele pudessem se apropriar eficazmente. A luta pela condição de porta-voz autorizado do público leitor na esfera de debate obrigava os agentes do campo jornalísticos a lidar diretamente com essas noções.

O episódio da cobertura dos jornais sobre o encontro da Cepal, em 1953, foi muito elucidativo quanto a isso. A forma como esse organismo da ONU recebeu destaque e respaldo nas páginas dos impressos estudados nos indica bem o grau de aceitação e de autoridade que esta instituição já havia alcançado no debate público brasileiro. Mas a maneira seletiva com que os diários fizeram a leitura do encontro cepalino, ou seja, selecionado os elementos quem melhor se adequavam as teses previamente defendidas por eles, indica bem o uso estratégico das teorias e das instituições que lhe davam suporte. Ou seja, se a Cepal conseguiu mais respeitabilidade no debate público pela visibilidade que os jornais lhe deram, estes diários, por sua vez, tentaram empregar a autoridade prévia desse órgão das Nações Unidas para legitimar os seus próprios pontos de vista.

Todavia, apesar desse uso estratégico das doutrinas, podemos demonstrar nesse trabalho que as tomadas de posição dos jornais, especialmente no que se refere a concepção de Estado que podemos encontrar nas mesmas, aproxima muito mais esse universo do pensamento desenvolvimentista do que do liberalismo. O próprio **JB**, que se caracterizou como o jornal mais afinado com os cânones da ortodoxia econômica, não deixou de incorporar elementos do desenvolvimentismo. Já os demais periódicos, em especial **O Globo** e o **Correio da Manhã**, demonstraram grande afinidade com a corrente desenvolvimentista, tanto pelo uso de alguns conceitos (ponto de estrangulamento, planejamento) quanto pela aceitação das principais políticas públicas pregadas por esta corrente, como a industrialização planejada, o protecionismo (no caso do **OG**) e a ação incentivadora e mesmo intervencionista do Estado em alguns setores produtivos, notadamente das empresas de economia mista nas indústrias de base e energia. Não cabe aqui querer enquadrar esses jornais em classificações doutrinárias rígidas, o que fugiria a tudo que estamos indicando. Mas podemos aceitar que, em linhas gerais, as políticas pregadas por esses jornais se assemelham ao que

BIELSCHOWYSKY define como “desenvolvimentismo do setor privado” – no caso de **O Jornal** e, com mais intensidade, de **O Globo** – e desenvolvimentismo do setor público não-nacionalista – no caso do **Correio da Manhã**, embora este jornal se afaste dessa corrente por defender um modelo de planejamento geral da economia e não setorial como era pregado pelos seus defensores.

Mas acima de tudo, essas concepções se aproximam bastante daquilo que era defendido pelo próprio programa econômico do governo de Getúlio. Em linhas gerais, constatamos, nesta tese, que os jornais deram muito mais apoio do que condenaram os principais itens desse programa. Foram favoráveis às linhas gerais do plano de estabilização dos dois ministros da Fazenda e deram endosso entusiasmados à criação da CDI, da CMBEU e do BNDE. Saíram também em defesa do Plano de Reparcelamento de Lafer e, no caso do **Correio** e de **O Globo**, sustentaram também a proposta original da Petrobras, a qual recebeu a adesão parcial dos demais jornais quando a tese do monopólio estatal começou a ganhar terreno.

Entretanto, tivemos críticas ao governo Vargas no que se refere às ações no terreno da economia. Essas contestações, porém, localizavam-se nas propostas ou medidas do Executivo que ultrapassavam os limites em que os jornais aceitavam a presença do Estado na economia (monopólios estatais, intervenção no mercado de varejo). Nesses momentos os termos “estatismo” ou “burocratismo” eram lembrados. Ou seja, houve mais censuras à algumas diferenças de intensidade sobre a presença adequada do Estado do que divergências em relação a concepção do programa econômico geral de Vargas.

Não faltaram, no entanto, críticas políticas ao governo quando ele deixava de executar ou executava mal os seus programas, ou quando enveredava pelo caminho da “demagogia populista ou trabalhista”, que podia colocar em risco toda a arquitetura econômica que o próprio Executivo estava estruturando. Nesses casos, contudo, a estratégia geral dos jornais foi mais de tentar conduzir as ações desse governo do que propriamente derrubá-lo. Por caminhos nem sempre lineares, os impressos procuraram valorizar ou legitimar aqueles aspectos (programas ou agentes) no interior do Executivo que consideravam positivos (Lafer, Aranha, estabilização financeira, Petrobras original, etc.) e atacar e desautorizar aqueles que consideravam negativos (Goulart, aumentos salariais, “nacionalismo xenófobo”, “trabalhismo”, “populismo”). No momento em que o governo parecesse se inclinar para o primeiro lado, era objeto de sansões positivas (embora com graus diferentes de intensidade), mas quando se inclinava para o segundo, era alvo de duras censuras, mesmo por parte do

jornal que mais se aproximava do Executivo.

Em fim, notamos que a relação entre imprensa e política era muito mais complexa do que os conceitos de subordinação e servilismo podem nos permitir compreender, o que ficou bastante claro no caso da criação da Petrobras. Nesse processo, os agentes do campo jornalístico adotaram diferentes estratégias, conforme a própria dinâmica do campo político mudava as posições de homens públicos e partidos em torno da questão do petróleo. Entretanto, nenhum jornal seguiu estritamente a linha de ação de um agente político específico. Ao contrário, os diários deram e retiraram apoio aos agentes políticos com base no seu próprio interesse como agentes do campo jornalístico envolvidos nessa disputa para impor a definição de um programa mais apropriado à exploração do “ouro negro” brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Alzira Alves de et alli. (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
2. ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
3. _____. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
4. ADAMS, Willi Paul. *Los Estados Unidos de America*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1996. 493 p. (Historia universal siglo XXI).
5. ALDE, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. In: *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, set./dez. 1997.
6. ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: org.: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro; Petrópolis : Vozes, 1998.
7. ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon. *Althusser, a Ideologia e as Instituições*. In.: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1985.
8. ALSINA, Miquel Rodrigo. *La Construcción de la Noticia*. Paidós Comunicación : Barcelona, 1989.
9. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2003.
10. ALVES (a), Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e se discurso político-partidário*. Rio Grande : Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001^a.
11. AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. EBookLibris, 2002.
12. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil : dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre : Ed. da Universidade / UFRGS, 1998,
13. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo IN: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.) *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
14. ARAUJO, V.. *A Criação do BNDE e a controvérsia Lafer-Jafet*. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8º Conferência Internacional de História de

- Empresas, 2007, Aracaju. Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007. Disponível in http://www.sep.org.br/artigo/625_ebb6148750ca395b37c96703305e6c2d.pdf, consultado em 16 de dezembro de 2009.
15. AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina : a construção da hegemonia*. São Paulo : Editora UNESP. 2002.
 16. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.
 17. BAER, Mónica & LICHTENSZTEJN, Samuel. *Fundo Monetário Internacional y Banco Mundial: Estratégias y Política Del Poder Financeiro*. Caracas : Editora Nueva Sociedad. 1987.
 18. BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1966.
 19. _____. *A Economia Brasileira*. São Paulo : Nobel, 1996.
 20. BAHIA, Juarez. *Três fases a imprensa brasileira*. Editora Presença : Santos, 1960
 21. BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa : Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.
 22. BASTOS, Pedro Paulo. *Sobre o nacionalismo do segundo governo Vargas: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica*. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006. . Anais do XI Congresso Nacional de Economia Política (Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP, 2006, 03, disponível em http://www.sep.org.br/artigo/554_875127f2848ddb3f73aabe928cdefd83.pdf?PHPSESSID=a26ff76d053e6e95eb6fc4487b644777, consultado em 12 de dezembro de 2009.
 23. _____, Pedro Paulo Zahluth. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base*. Campinas: IE-UNICAMP, 2007 (Texto para Discussão).
 24. _____. *A dependência em progresso : fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese de Doutorado – Unicamp – Campinas – SP – 2001 (s.n.). Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232699>, consultado em outubro de 2009.
 25. BASTOS, Suely. *A Cisão do MTR com o PTB*. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981
 26. BARAN, Paul A. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
 27. BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin : capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo : EDUC, 1996.
 28. BARROS, Edgar Luis. *A Guerra Fria*. São Paulo : Ed. UNICAMP. 3ª. Ed., 1985.

29. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
30. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos do pensamento da Cepal – Uma resenha. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro : Record, 2000b.
31. BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In.: Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, Capítulo VIII, 2ª ed.*, São Paulo : Difel, 1986.
32. BITTENCOURT, Manuel Fernando. *Keynes e síntese neoclássica: uma comparação entre as duas abordagens*. Análise (Porto Alegre), Porto Alegre, v.6, n.1, 1995, p. 23-39.
33. BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo : Ática, 1982.
34. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1987.
35. _____. “O campo econômico”. *Política & Sociedade*, nº 6, pp: 15-58.
36. _____. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense, 1990.
37. _____. *La Distantion*. Paris : Minuit, 1979.
38. _____. *L’Emprise du journalisme*. La Recherche en Sciences Sociales, Actes, n. 101-102, p. 3-9, mar. de 1994.
39. _____. Espaço social e espaço simbólico. In.: *Razões práticas : sobre a teoria da ação*. Campinas/SP : Papius, 1996, pp: 13-34.
40. _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa : Perspectiva, 1989.
41. _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
42. _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.
43. BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 1a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1.
44. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa – Omega, 1980.
45. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920 – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
46. CATTANEO, Carlos. Prebisch y las relaciones agricultura-industria. *Revista de la Cepal*, no. 43, abril de 1991

47. CAIRE, Guy. *La planification : techniques et problèmes*. Paris : Cujas, 1967. 488 p.
48. CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo C.. *Estado e partidos políticos no Brasil : 1930-1964*. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.
49. *Cadernos de Comunicação*. Correio da Manhã: compromisso com a verdade. Rio de Janeiro : Pref. da Cidade do Rio de Janeiro , s.d.
50. CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo : DIFEL, 1972.
51. CARONE, Edgar. *O Pensamento Industrial no Brasil: 1880-1945*. Col. Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.
52. CARVALHO JR., Luis Carlos de. Verificação da existência de convergências entre as teorias da inflação. In.: *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 5, n. 1, 1994, p.131-145. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6636/6116>
53. COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
54. CONTADOR, Cláudio Roberto. Apresentação da Edição Brasileira. In.: KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo : Atlas, 1982.
55. CORAZZA, Gentil. *O Monetarismo ou a Negação da Moeda*. DECON / UFRGS, Porto Alegre, Novembro 1996. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid11.pdf>,
56. CORRÊA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Tese de doutoramento. ICHF – PPG-História – IFF – Niterói – RJ - 2003
57. COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1967. (Documentos Brasileiros).
58. CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras (O petróleo é nosso e o riscos deles)*. v. 3. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976. (Coleção: Realidade Brasileira).
59. D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1982.
60. DELGADO, Lucilia. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucilia & FERREIRA, Jorge (org.). *O Tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 127-155.
61. DIAS, José Luciano de Mattos & QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

62. DINIZ, Eli. *Empresário Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
63. DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro : Florence-Universitária, 1978.
64. DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
65. EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo : UNESP, 1997.
66. EPSTEIN, Isaac. *O Signo*. Editora Ática. São Paulo. 1986, 2ª. edição.
67. FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris : Plon, 1993.
68. FERREIRA, Jorge. De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954). In: BAUM, Ana (org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro : Garamond, 2004.
69. FERRER, Aldo. *Las primeras enseñanzas de Prebisch*. In.: Revista de la Cepal, no. 42, Diciembre, de 1990, pp.: 187-203
70. FERRARI Fo., Fernando. *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*. In: Texto para discussão :UFRGS FCE DECON. Porto Alegre n.1 (abr.2005), pp.:1-21.
71. FILIPPO, Armando di. *Las ideas de Prebisch sobre a economía mundial*. In.: Revista de la Cepal no. 34, abril de 1988, pp.: 165-175
72. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
73. _____. *Vargas: O capitalismo em construção: 1906-1954*. Ed. Brasiliense : São Paulo, 1987.
74. _____. *As origens teóricas do pensamento da CEPAL*. In.: POLLETO, Dorival Walmor (org.). *50 anos do Manifesto da CEPAL*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000.
75. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987.
76. _____, Michel. (org.) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 5. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988.
77. FREITAS, Juarez. Da conferência de Bretton Woods à necessária reestruturação do sistema monetário internacional. *Veritas*. Porto Alegre, v.34, no. 135, setembro, 1989,

78. FRIEDEN, Jefry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores. 2008.
79. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1963.
80. GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
81. GOMES, Ângela de Castro (org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
82. GOMES, Henrique C. & RIO, Antônio S. *Sistema cambial: bonificações e ágios*. In.: BARROS, José Roberto Mendonça & VERSIANI, Flávio Rabelo. (Org.). *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. Série ANPEC de Leituras de Economia. São Paulo. Saraiva. 1977.
83. GOMES, Wilson. *Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas*. In: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro; Petrópolis : Vozes, 1998.
84. GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
85. GREAVES, Betina Bien. Prefácio à edição de 1985. in.: MISES, Ludwig Von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo : Instituto Liberal, 1987.
86. GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República/ Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.- (Teses FEE; n. 6), disponível em http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf, consultado em 14 de maio de 2009.*
87. GUDIN, Eugenio. *Produtividade*. In.: *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 8, No 3 (1954) pp: 9-70
88. _____. *Inflação, Importação e Exportação, Café e Crédito, Desenvolvimento e Industrialização*. Livraria Agir Editora : Rio de Janeiro, 1959. 2a. Edição revista e comentada.
89. _____. *Rumos da política econômica*. In.: SIMONSEN, Roberto Cochrane. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro : IPEA, 1977.
90. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. N. 76, Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, Série Estudos Alemães).
91. HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. *CEPAL : uma perspectiva de desenvolvimento Latino-Americano*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1996.

92. HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, 22(2), p. 15-46, jul/dez 1997.
93. HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1994.
94. HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.
95. HELLER, Wolfgang. *Diccionario de Economía Política*. Tercera Edición. Buenos Aires : Editorial Labor, 1965.
96. HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
97. HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis : Vozes, 1998.
98. HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
99. HUDDLE, Donald. *Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil, diretrizes políticas e História, 1946/1954*. In.: *Revista Brasileira de Economia*, FGV, vol. 18, no. 1, pp. 5-40, março/1964.
100. JOURDAN, Marcelo Mollica. *A Light, investimento estrangeiro no Brasil: uma luz sobre o ciclo privado-público em 80 anos pela análise de taxa de retorno*. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia – Rj (Dissertação de Mestrado), 2006, p. 16. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/331/2164.pdf?sequence=1>, consultada em 23 de novembro de 2010.
101. KATZMAN, Marin. *Urbanização no Brasil a partir de 1945*. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta : Brasil desde 1945*. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
102. KEYNES, John Maynard. *O fim do "laissez-faire"*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes : Economia*. São Paulo: Ática, 1985, pp. 106-126.
103. LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
104. LANDAUER, Carl. *Teoria de la Planificación Económica*. México : Fondo de Cultura Económica, 1945.
105. LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O que imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
106. LAURENZA, Ana M. A.. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo : Ed. SENAC, 1998.

107. LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945*. Petrópolis : VOZES, 1978.
108. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. *Política e interesses na industrialização brasileira : As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo : Paz e Terra : 2000.
109. _____. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In.: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 17-29.
110. LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo do Segundo Vargas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1983, Texto para Discussão no. 30.
111. LIJPHART, Arend. *As democracias contemporâneas*. Lisboa: Gradiva, 1989.
112. LIMA Jr., Olavo B. L. *O sistema partidário brasileiro: 1945-1962*. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1981. p. 24-44.
113. LODI, Euvaldo. *A Indústria e a Economia Nacional*. Rio de Janeiro : Irmãos Pongetti, Editores, 1949.
114. LOUREIRO, Maria Rita. *A participação dos economistas no governo*. ANÁLISE. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359 jul./dez. 2006, pp. 347-348
115. LOVE, Joseph L.. *A construção do terceiro mundo : teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998. 643 p.
116. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização*. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978.
117. MAGNOLI, Demétrio. *Da Guerra Fria à Détente: política internacional contemporânea*. Campinas : Papyrus, 1988.
118. MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*. in Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano*, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, 2ª ed., São Paulo : Difel, 1986.
119. MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento : introdução à crise brasileira*. Rio de Janeiro : Saga, 1968.
120. MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial : 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 506 p.
121. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

122. MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo : antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
123. MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta : Brasil desde 1945*. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
124. MIGUEL, Luis. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, n..55-56, São Paulo, 2002.
125. MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982.
126. MIRANDA, Maria Tibiriçá. *O Petróleo É Nosso: . a luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981)*. Petrópolis: Vozes, 1983.
127. MISES, Ludwig Von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo : Instituto Liberal, 1987.
128. MISE, Ludwig Von. *Uma Crítica ao Intervencionismo*. Rio de Janeiro : Editora Nórdica, 1987.
129. _____. *Uma Crítica ao Intervencionismo*. Rio de Janeiro : Editora Nórdica, 1987.
130. MORAES, Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. RJ : Ática, 1995.
131. MORAN, Carlos A. Azabache & WITTE, Gilson. *Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990*. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, Ano 1, n.1, p.119-141, março 1993.
132. MOURA, Gerson. *A Campanha do Petróleo*. Rio de Janeiro : Brasiliense, 1986. (Tudo É História).
133. _____. *Estados Unidos e América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
134. MÜLLER, Geraldo. *Introdução à economia mundial contemporânea*. São Paulo : Atica, 1987.
135. NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Lisboa : Editorial Presença, s/d.
136. NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.
137. NOVELO U., Federico. Estado keynesiano e Estado neoliberal. In.: LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e política social no neoliberalismo*. São Paulo : Cortez, 1995.
138. NURSKÉ, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira S/A. 1957.

139. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico*. In.: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Coleção Forças Armadas e Sociedade, V. 1. Campinas-SP : Papirus, 1987.
140. OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto (org) *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 2. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.
141. PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo : Ática, 1990.
142. ORTEGA, Emiliano. La agricultura em la óptica de la Cepal. *Revista de la Cepal*, no. 35, agosto de 1988, pp.: 13-37.
143. PATARRA, Neide. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil : o Período pós-30. In.: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964, Capítulo V, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1986, pp.247-268.
144. PAZOS, Felipe. *Raúl Prebisch, banquero central*. In.: *Revista de la Cepal* no. 34, abril de 1988, pp.: 189-204.
145. PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed., Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.
146. PEIXOTO, Antônio C. *O Clube Militar e o confronto no meio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIE, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro : Record,1980.
147. PEREIRA, Jesus S. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: A luta pela emancipação*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
148. PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
149. PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro : TOPBOCKS, 2002, 2ª.edição.
150. PREBISCH, Raúl. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro : Record, 2000b.
151. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.
152. _____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In.: *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>>
153. _____. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro : E-papers, 2007

154. RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004.
155. RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa : Editorial Presença, 1990.
156. RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2005.
157. RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo
158. ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico. História da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.
159. RÜDIGER, Francisco. R. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 1993.
160. SANTOS, Pedro A. G. *A classe média vai ao paraíso: JK em manchete*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.
161. SANTOS, Renata Belzunces dos. *A Assessoria econômica da presidência da República: contribuição para a interpretação do Segundo Governo Getúlio Vargas (1951-1954)*. Campinas: Instituto de Economia, 2006. (Dissertação de mestrado), disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000402434&fd=y>, consultado em 22 de novembro de 2010.
162. SAMPAIO, Regina. *O Partido Social Progressista em São Paulo*. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1981.
163. SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1989.
164. SARETTA, Fausto. *O governo Dutra na transição capitalista no Brasil*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
165. _____, Fausto. . *O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954)*. In: *IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20.
166. SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos : poder e submissão. Uma história da Política Norte-americana em relação à América Latina*. EDUSC. Bauru:SP. 2000.
167. SCHUDSON, Michael. *Discovering the news : a social history of american newspapers*. [New York]: Basic Books, 1978.

168. SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. *Estudos Cebrap 3*. São Paulo, Cebrap, 1973.
169. SÉGUIN DES HONS, André de. *Le Brésil : presse et histoire - 1930-1985*. Paris: L'Harmattan, 1985.
170. SILVA, Ligia Osório. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. E-Premissas – revistas de Estudos Estratégicos – Dossiê Dreifuss – no. 01 – junho/dezembro de 2006, p. 94, disponível em <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>, consultado em 12 de janeiro de 2010.
171. SILVA, Carlos. E. L. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
172. SILVA, Hélio. *1954: Um tiro no coração*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
173. SILVA, Marcelo Squinca. A estatização do setor de energia elétrica: embates entre entreguistas e tupiniquins no centro diretivo do Segundo Governo Vargas (1951-54). *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 157-164, jan.-jun.
174. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*. São Paulo : Ed. Nacional & Ed. USP, 1973.
175. _____ Cochrane.. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro : IPEA, 1977, 248 p.
176. SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano, Tomo II. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo : DIFEL, 1984, pp: 209-245.
177. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
178. SOARES, Gláucio. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001.
179. SOARES, Walmer Jacintho. Os Interesses Industriais na Consolidação do Nacional-Desenvolvimentismo. IUPERJ-PUC-CESAP/SBI. Mimeo. 1990.
180. SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.
181. SOLOMON, Robert. O Sistema Monetário Internacional – 1945-1976. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.
182. SPROUT, Ronaldo V. A., El pensamiento de Prebisch. In.: Revista de la Cepal, no. 46, Abril de 1992, (pp.: 187-203)
183. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro : Arte Nova S.A, 1975.
184. SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento. São Paulo :

- Brasiliense, 1986.
185. SZMRECSÁNYI, Tamás. Introdução. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás (*org.*). Keynes : Economia. São Paulo: Ática, 1985
186. TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro : Ensaio Sobre Economia Brasileira. Zahar Editores : Rio de Janeiro. 1976, 5ª. Edição.
187. THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis : Vozes.1995.
188. TRINDADE, Helgio. *Burguesia e Estado no Brasil : um balanço crítico*. In: *Estudos FEE*, Porto Alegre, 7(1): 105-124,1986.
189. TRONCA, Ítalo. *O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda*. In: FAUSTO, Bóris (*org.*) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo:DIFEL, 1986.
190. VARGAS, Getúlio. *A política nacional do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
191. _____. *O governo trabalhista do Brasil*. v. 2. Rio de Janeiro : José Olympio, 1952.
192. _____, Getúlio. *O Governo trabalhista no Brasil*, v.1-4. Rio de Janeiro : José Olympio, 1954.
193. VIANNA, Sérgio B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.
194. VIZENTINI, Paulo G. F. *Da Guerra Fria à Crise. (Relações Internacionais no século XX)*. Porto Alegre : Editora da Universidade. UFRGS, 1996, 3ª. Edição.
195. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 15. ed. Rio de Janeiro : Record, 1993.
196. WIRTH, John D. *A Política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas,1973.
197. WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. Leitura e crítica. São Paulo : Martins Fontes, 2003.